

III CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

**HISTORAR HOJE: O OFÍCIO
DE HISTORIADORES E
HISTORIADORAS, E OS
USOS DO PASSADO**



Alicia Quinhones Medeiros
Cyro Porto Martins
Gabriela Pereira da Silva
Maria Eduarda Albuquerque Mendez
Matheus Donay da Costa
Paôla Quoos Pfeifer
Vítor Trajano Baier Bernhardt
Yuri Batista da Silva
(Organizadores)

Comissão organizadora do III CONEPEH – 2021

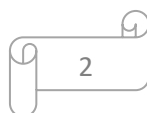
Alicia Quinhones Medeiros
Angelita de Mello Rubin
Angélica Cicconet
Bruna Martins Pereira
Camila Acosta Queiroz
Caroline Santos Vargas
Cyro Porto Martins
Gabriela Pereira da Silva
Guilherme Vargas Pedroso
Luiza Tassinari Vianna
Maria Eduarda Albuquerque Mendez
Matheus Donay da Costa
Paôla Quoos Pfeifer
Saionara Luciana Ribeiro Moreira
Vitor Trajano Baier Bernhardt
Yuri Batista da Silva

**HISTORIAM HOJE: O OFÍCIO DE
HISTORIADORES E HISTORIADORAS, E OS
USOS DO PASSADO**



EDITORA
SCHREIBEN

2022



Autorizada a reprodução e divulgação, total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Observação: Os textos contidos nestes anais são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Editoração: Matheus Donay da Costa

Capa: Alícia Quinhones Medeiros

C747h CONEPEH UFSM (3. : 2021 : Santa Maria, RS)

Historiar hoje : o ofício de historiadores e historiadoras, e os usos do passado [recurso eletrônico] / III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ; Alícia Quinhones Medeiros ... [et al.], (organizadores). – Itapiranga, SC : Schreiben, 2021.

1 e-book : il.

ISBN: 978-65-89963-57-8

1. História – Extensão – Eventos 2. Eventos – História – Extensão 3. História – Ensino – Eventos I. Medeiros, Alícia Quinhones II.

Título.

CDU 94(063)

94:37(063)

Ficha catalográfica elaborada por Lizandra Veleza Arabidian - CRB-10/1492
Biblioteca Central da UFSM

Apresentação

Prof. Dra. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores
Coordenadora do Curso de História – Bacharelado

Em 2017, alunas e alunos do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, motivados pelo entusiasmo de suas primeiras pesquisas acadêmicas, ou buscando motivação para adentrar nesse campo, organizaram e realizaram um evento voltado para jovens pesquisadores num contexto de raros espaços para esse público.

O I Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História da Universidade Federal de Santa Maria – CONEPEH – nasceu “caseiro” mas não acanhado de resultados. Contando com um número de inscritos acima do esperado, o evento indicou de imediato que a demanda de jovens pesquisadores por espaços de trocas em eventos científicos era evidente.

O evento deu muito trabalho, como todos sempre dão. Os alunos e alunas, embora não estivessem sozinhos e contassem como suporte dos técnicos e professores, encabeçaram de fato a organização. O aprendizado foi eficiente e, em lugar de assustar, fez com que o grupo se renovasse e reforçasse para realizar um segundo encontro.

O II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História da Universidade Federal de Santa Maria – CONEPEH aconteceu em 2019 e superou as expectativas. Com convidados de peso, diversos Simpósios Temáticos e, novamente, um grande número de inscritos, consolidou-se como um importante evento de trocas para jovens pesquisadores.

A publicação que ora se apresenta, é fruto do III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História da Universidade Federal de Santa Maria – CONEPEH, realizado entre os dias 09 e 12 de novembro de 2021, de forma online, sob a organização de alunos e alunas vinculados aos Grupos de Estudo, Pesquisa e Programas de Extensão do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria.

Em 2020 o mundo foi surpreendido pela pandemia da Covid-19, a qual impeliu a todos ao recolhimento e a necessidade de trabalho e estudo remoto aqueles a quem foi possível.

Quando se pensou que a “arte da organização de eventos” estava, minimamente, dominada, os(as) estudantes de graduação dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História da UFSM se viram na situação de realizar o evento nesse novo contexto. Novos aprendizados e novas realizações. Na sua terceira edição, o CONEPEH novamente alcançou êxito em termos de organização, convidados e público participante revelando alto grau de comprometimento científico e profissionalismo.

O III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em História da Universidade Federal de Santa Maria – CONEPEH, que teve por tema *"Historiar hoje: o ofício de historiadores e historiadoras, e os*

usos do passado.", trouxe para reflexão um dos assuntos mais candentes do debate acadêmico atual no campo da História. As narrativas sobre o passado constituem um campo de disputa e o controle da sua emissão configura um poderoso instrumento político e social. Nesse sentido, a reflexão realizada neste evento, em suas três Mesas, dez Simpósios Temáticos e três Oficinas, colocou-se no sentido de marcar posição de que a legítima produção de conhecimento histórico está embasada em métodos sólidos, referenciados, rigorosos e éticos, e qualquer leviandade revisionista não será tolerada.

Este e-book reúne os textos das pesquisas acadêmicas apresentadas e debatidas no evento através das comunicações orais. Esperamos que apreciem. Seguimos!

Sumário

1. Teoria e Metodologia da História

TRAJETÓRIA INTELLECTUAL: A IDEALIZAÇÃO DA INFÂNCIA DE FELIPE TIAGO GOMES NA CNEC 14
Arthur Rodrigues de Lima

IMPRENSA E HISTÓRIA POLÍTICA: POSSIBILIDADES DE ESTUDO E PESQUISA ... 19
Erick da Silva Porto

TEMPOS PANDÊMICOS: A PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO EM 2021 24
Jymmy Iran dos Santos Melo

O HOLODOMOR NO ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE TOTALITARISMO 29
Maurício da Silva Lima

AS HISTÓRIAS DE VIDA NA PESQUISA EM HISTÓRIA 34
Tamara Conti Machado

O HISTORIADOR: DILEMAS DO PENSAR HISTORIOGRÁFICO E SUA INCORPORAÇÃO NAS NARRATIVAS..... 39
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

2. Tempos Extermos: debates e análises em História Agrária e Ambiental

A REFORMA AGRÁRIA E O SETOR RURAL NO DISCURSO DO PRESIDENTE SARNEY 44
Brendo Filipe Costa Diniz

OS LIMITES DO DIREITO DE USO COMUM DAS ÁGUAS NO CAMPO- FEIRA DE SANTANA 1900-1940 49
Pedro Alberto Cruz de Souza Gomes

OPOSIÇÃO CUTISTA NO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE CONSTANTINA/RS NA DÉCADA DE 1980 54
Mateus Lazzaretti

POSSIBILIDADES DE PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL DA CIDADE DE SANTA MARIA..... 58
Cyro Porto Martins

UMA CIDADE ENTRE DOIS MUNDOS: SANTA MARIA E SUA RELAÇÃO COM SEUS BIOMAS NO SÉCULO XIX..... 64
João Davi Oliveira Minuzzi

O CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFC COMO AGENTE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA (1963-1990) 68
Gonçalo Soares Mourão Neto

LUTAS CAMPONESAS EM TEMPO DE DEMOCRACIA E A REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO BRIZOLA..... 73
Amarildo Antonio Scussel

3. Saúde, doenças e práticas de cura: novas perspectivas, fontes e abordagens

FEB: UM REFLEXO DO CENÁRIO ALIMENTAR BRASILEIRO NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1934-1944)..... 81
Priscilla Ervin Saval

HANSENÍASE, UMA DOENÇA PERPASSADA POR ESTIGMA SOCIAL 86
Rafaela Limberguer

TUDO NA BUSCA DE ALÍVIO E CURA: O USO DE MAGIA PARA TRATAMENTO DE DOENÇAS NA REGIÃO DE MINAS GERAIS..... 90
Raiza Ap. da Silva Favaro

“SEM RECURSOS E APARELHAMENTO”: A DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)..... 95
Rakell Milena Osório Silva

4. Representações, Práticas Mágicas e História Cultural na Antiguidade

A ILUSTRAÇÃO ARQUEOLÓGICA COMO FORMA DE RECONSTRUÇÃO DO PASSADO E SÍNTESE DO CONHECIMENTO..... 101
Alessandra da Silva

PRIMAVERA ÁRABE: A REVOLUÇÃO EXPRESSA EM GRAFITE 105
Ana Paula de A. L. de Jesus

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA POLÍTICA E VICE-VERSA: A SÉ DE VIENA E A EPISTULA 39 DE ALCIMO EDÍCIO ÁVITO (SÉCULO VI EC) 109
Gabriel Freitas Reis

MAGIA A CÉU ABERTO: FÓRMULAS MÁGICAS E RITUAIS PÚBLICOS NA ANTIGUIDADE GRECO-ROMANA 113
Gabriel Paredes Teixeira

SIMUL HUMANAS HOSTIAS (Sal. Hist. Fr. I.49.14): SANÇÕES PUNITIVAS DE MEMÓRIA E A MEMÓRIA CULTURAL NA MORTE DE M. GRATIDIANO (82 a.C) . 117
Jonathan Cruz Moreira

DE AKHENATON A ATON: O DISCURSO DE PATERNIDADE DO FARAÓ ATRAVÉS DAS FONTES AMARNIANAS. 123
Lucas Gonzaga de Araújo

TRADIÇÃO E REPRESENTAÇÃO CONSOLATÓRIA NAS SILVAE DE ESTÁCIO (SÉC. I EC) 127
Murilo Tavares Modesto

A MANIA DIVINA NA TRAGÉDIA AS BACANTES DE EURÍPIDES 133
Potira Piaia

O QAGHANATO ÁVARO DO DANÚBIO NA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DE MENANDRO PROTETOR (SÉCULO VI)..... 137
Rodrigo dos Santos Oliveira

REPRESENTAÇÃO E “ESCRITA DE SI” NAS CARTAS DE SINÉSIO DE CIRENE PARA HIPÁTIA DE ALEXANDRIA (395-413)..... 142
Sheila Adriana Von Graffen

ENTRE ASERÁ E YAHWEH: UMA PROPOSTA DE PESQUISA 146
Tailiny Femi Fabris

O GÊNERO E O AMOR NA ATENAS CLÁSSICA: DIÁLOGOS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA 150
Vitor Naoki Miki Gomes

5. Possibilidades e desafios na Educação: o Ensino de História em debate

DESENVOLVIMENTO E OPINIÕES DOS ALUNOS SOBRE O JOGO DE “STOP” ADAPTADO ÀS AULAS DE HISTÓRIA PELO PIBID 156
Isabel Antonello Flores

MEMÓRIAS DE UMA OCUPAÇÃO URBANA: POSSIBILIDADES DE ENSINO E MEMÓRIA PARA ALÉM DA SALA DE AULA 160
Gabriel Reolon

DELIMITANDO O PROBLEMA DE PESQUISA: CURRÍCULO, REVOLUÇÃO HAITIANA E UMA OUTRA ESCRITA DA HISTÓRIA..... 165
Gabrielle de Souza Oliveira

FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE ESTÁGIO 170
Gabrielly Cristtyny da Silva Messias

A (DES)CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM SALA DE AULA:
UMA CONCEPÇÃO ANTIRRACISTA..... 174

José Luiz Xavier Filho

"PARA ABRIGAR MENORES": O PATRONATO/APRENDIZADO AGRÍCOLA
VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA (SÃO
LEOPOLDO/RS - 1944 – 1960) 180

Maurício Pereira

O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA FRENTE À DESDEMOCRATIZAÇÃO NA
EDUCAÇÃO: O EXEMPLO DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO TERRITÓRIO
MUNICIPAL DE GUAÍBA (DOTG – 2019)..... 184

Rodrigo Wienskowski Araujo

AS INGERÊNCIAS DO PODER NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DURANTE A
DITADURA MILITAR 188

Silvana Grunewaldt

PROFESSOR DE HISTÓRIA E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
NO ENSINO MÉDIO 193

Stéphane de Souza Martins

“NO CAMINHO DA LUZ, TODO MUNDO É PRETO”: “*PRINCIPIA*” DE EMICIDA E A
(RE)ESCRITA DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA..... 197

Thales Ferraz Silva

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A QUESTÃO DA PALESTINA NO
ENSINO DE HISTÓRIA..... 203

Vitória Miron Husein

6. Barreiras e muros: migrações e fronteiras em análises e perspectivas históricas

TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO FRONTEIRIÇA DE RAFAEL CABEDA:
HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS DE ESTUDO 209

Angelita Rubin

A PRÁTICA DO *KOROVAI* : RELIGIÃO E FOLCLORE NA CULTURA DOS
DESCENDENTES DE UCRANIANOS EM IVAÍ-PR (1908-2021) 214

Cibeli Grochoski

A IMIGRAÇÃO VOLTADA PARA FINS MILITARES NO PRIMEIRO REINADO E O
DEBATE PERIÓDICO SOBRE OS IMIGRANTES IRLANDESES REVOLTOSOS NOS
JORNAIS AURORA FLUMINENSE E RIO HERALD 218

Fernanda Kelly do Espírito Santo Silva

A BANDEIRA DE ADOLFO KONDER: O OESTE CATARINENSE A PARTIR DA
COMITIVA DA VISITA DO PRESIDENTE DE 1929 221
João Vitor Sausen

A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS NO BRASIL E A
IMIGRAÇÃO ALEMÃ: RELATOS NA REVISTA A *LIAHONA* 227
Juliana Sales Rodrigues

RECEPÇÕES DE MITOS GREGOS EM FRANKENSTEIN E O PROMETEU
DESACORRENTADO, DE MARY E PERCY SHELLEY 232
Luana da Silva de Souza

POLÍTICA E RELIGIÃO NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1933-34 237
Maria Tereza Silva Maranhão

O JORNAL A FEDERAÇÃO E AS FORMAS DE REPRESENTAR GETÚLIO VARGAS
NOS ANOS DE 1936 E 1937 241
Yuri Batista da Silva

7. Cultura e sociedade entre os séculos V e XVII: possibilidades de estudo

HISTÓRIA E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES DA CAVALARIA MEDIEVAL NA
OBRA *TIRANT LO BLANC* (SÉCULO XV)..... 248
Láisson Menezes Luiz

AS DIFERENCIAÇÕES ENTRE MAGIA FEMININA E MAGIA MASCULINA NO
MALLEUS MALEFICARUM 253
Rhayana Antunes Pimentel

LOLONOIS & EXQUEMELIN: APONTAMENTOS ACERCA DA VIOLÊNCIA NA
PIRATARIA DO SÉCULO XVII 259
Camila Queiroz

SUPERIORIDADE, AFIRMAÇÃO E PRESTÍGIO: A SOCIEDADE DE CORTE
FRANCESA DE LUIS XIV E O SURGIMENTO DA ETIQUETA 266
Mariana Aparecida de Oliveira Santana

LICANTROPIA NO TRATADO DE LA LYCANTHROPIE, DE JEAN DE NYNAULD
(1615) 270
Gabriela Pereira da Silva

8. Escravidão e pós-Abolição: trabalho, protagonismos e resistências

DE ALUNA A PROFESSORA: EDUCAÇÃO E FAMÍLIA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO
EM SANTA MARIA/RS..... 278
Alicia Quinhones Medeiros

USO DE FONTES HOSPITALARES PARA A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS TRABALHADORES DE ALEGRETE/RS NO PÓS- ABOLIÇÃO	284
Guilherme Vargas Pedroso	
A FORÇA VIVA DA COR PRETA (1880-1940): NOTAS SOBRE UMA DISSERTAÇÃO	290
Helen da Silva Silveira	
O JOGADOR QUE NOMEOU GINÁSIO: REFLEXÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE NEGRA DE WALDEMAR RODRIGUES MARTINS (ORECO) EM SANTA MARIA/RS ¹	295
Nara Medianeira Ilha Rodrigues	
ENTRE ANÚNCIOS E DISCURSOS MÉDICOS: A MATERNIDADE ESCRAVIZADA DE AMAS DE LEITE	299
Nubia Sotini dos Santos	
RACIALIZAÇÃO E CONFLITOS ENTRE SOLDADOS E POPULARES NA DOCA DAS FRUTAS (PORTO ALEGRE/RS – DÉCADA DE 1940).....	304
Vinícius Reis Furini	
“NADA COMO UM DIA APÓS O OUTRO DIA”: A TRADIÇÃO ORAL PRESENTE NO DISCO DE RAP DE 2002 DOS RACIONAIS MC’S	311
Vitor Vinicius Dias do Espírito Santo	

9. Gênero, atrizes e atores em movimentos sociais

EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS PARAIBANOS (1880-1889)	318
Aldenize da Silva Ladislau	
UMA ANÁLISE DE GÊNERO E MASCULINIDADES NO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS	323
Angela Cristina Lauchzer	
CORPO E MARGINALIDADE: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SANTA MARIA POR MULHERES PROSTITUTAS (1900-1920)	327
Angélica Cicconet	
REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE DE GÊNERO: A BUSCA PELA REGULAMENTAÇÃO DA LICENÇA PATERNIDADE ENTRE 1988 E 1999.....	333
Fernanda Sena Fernandes	

UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA DE UMA CATADORA DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PR 340
Geraldo Sebastião Marques Junior

PODER, EXCLUSÃO E HISTÓRIA DAS MULHERES: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO
NA EDUCAÇÃO BÁSICA. 343
José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior

O TRABALHO E OS TRABALHADORES NAS EDIÇÕES COMEMORATIVAS DA
REVISTA CULTURA POLÍTICA 348
Luiz Eduardo Domingues dos Santos Souza da Silva

10. História do Esporte e das Práticas Lúdicas

A EMERGÊNCIA DO FUTEBOL-EMPRESA: A ATUAÇÃO DA PARMALAT JUNTO
AO ESPORTE CLUBE JUVENTUDE E À SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS
(1992-2000) 355
Deivid da Silva Ferreira

PROTAGONISMO NAS ARQUIBANCADAS: TORCIDA ORGANIZADA MARÉ
VERMELHA E A RUPTURA DA HETERONORMATIVIDADE 361
Eduardo Bortolotti Silveira

A ENTRADA DO FUTEBOL NO RIO GRANDE DO SUL E A INFLUÊNCIA DA
REGIÃO PLATINA NO ESPORTE LOCAL 367
Elias Cósta de Oliveira

O BAILADO DA DEUSA: A DANÇA NO ANTIGO EGITO E SUA REINTERPRETAÇÃO
ATRAVÉS DO BURLESCO 372
Flavia Lima Corpas

ENTRE A PRESERVAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO: O PATRIMÔNIO ESPORTIVO EM
JOGO 376
Guilherme Moreira Gomes da Cruz

TAEKWONDO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ARTE MARCIAL ATÉ SUAS
PRIMEIRAS CONQUISTAS E RENDIMENTO ESPORTIVO 381
Mariana Möller de Athayde

“HE SIDO MOZO, SEÑOR, QUE HÁ SABIDO COPAR BANCAS BUENAS”:
JOGATINAS E APOSTAS NO ESPAÇO PLATINO OITOCENTISTA 384
Matheus Donay da Costa

A INSERÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES ATRAVÉS DO TURFE: O
JOCKEY NEGRO CHRISPIM EM DESTAQUE (1889) 388
Thiago Lindemaier da Rosa

1. Teoria e Metodologia da História

A História Intelectual se apresenta enquanto campo fundamentalmente interdisciplinar, permitindo intersecções com campos de estudo ligados à filosofia, sociologia e linguística. Por entender a teoria da história e a historiografia como fundamentais na produção desse conhecimento, o presente simpósio pretende reunir trabalhos que possam contribuir e fomentar as discussões acerca das pesquisas sobre a produção de conhecimento histórico, no campo da História das Ideias e dos Conceitos, da Filosofia da História e debates que interseccionam história e literatura, história dos debates intelectuais, teóricos e metodológicos dentro do campo da disciplina.

TRAJETÓRIA INTELECTUAL: A IDEALIZAÇÃO DA INFÂNCIA DE FELIPE TIAGO GOMES NA CNEC

Arthur Rodrigues de Lima¹

Resumo: O presente trabalho é fruto do levantamento parcial de fontes relacionados a pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem como elemento de análise a trajetória intelectual de Felipe Tiago Gomes e a produção da imagem deste sujeito como intelectual e pensador da educação, atuando na fundação e expansão da mantenedora de escolas, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), fundada no ano de 1943 no Recife-PE.

Por ocasião das comemorações de 50 anos da instituição em 1994 foi publicada uma Coletânea de escritos sobre a vida do fundador e aspectos históricos da entidade. Deste modo, problematizamos como no processo de produção de uma memória institucional da Campanha a imagem do fundador é monumentalizada como exemplo a ser seguido e testemunho de abnegação a causa da educação comunitária, manifestando-se tais arranjos desde os textos arrolados em torno de narrativas sobre a infância do “menino Felipe” no Sítio Barra do Pedro, município de Picuí na Paraíba. Esta pesquisa parte da análise documental de tais escritos institucionais, como também de textos produzidos a partir de tais fontes de caráter memorialístico, escritos pelo próprio fundador, como também por ex-gestores, ex-alunos ou pessoas que de forma direta ou indireta estiveram ligadas a Felipe Tiago Gomes.

Felipe Tiago Gomes nasceu no dia 01 de maio de 1921 na zona rural do município de Picuí na Paraíba. Ao nos depararmos com a documentação produzida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em torno da história e da trajetória de seu idealizador, sejam escritos do próprio Felipe elaborados para virem a público, notícias de jornais ou livros da CNEC, há uma coadunação de narrativas no sentido de legitimarem seu lugar como o responsável pela semente que fez germinar a mantenedora educacional. Uma trajetória, no ponto de vista destas narrativas, marcada por forte espírito de superação e perseverança. Assim Felipe Tiago Gomes narra sua infância no livro *Escolas da Comunidade*:

Nasci no Sítio Barra do Pedro, município de Picuí, na Paraíba, onde fui criado como milhares de outras crianças sertanejas: pés descalços e picados por espinhos impiedosos, mãos calejadas da enxada, incômodos “beliscões” das juremas e do colher juá, pequeno fruto enganoso, com caroços grandes e a parte comestível mínima. A escova de dentes era o dedo indicador e a casca do juazeiro, o creme dental; os remédios eram chás de folhas de raízes; as festividades, duas ao ano: Natal, chamada Noite de Festas, e a do padroeiro. Os meninos da minha época, na zona rural, não faziam aniversários. A data passava despercebida pelos familiares, como acontecimento sem nenhuma importância. [...] minha meninice foi toda assim, carregada de espinhos e de histórias de lobisomem, almas penadas e de bandidos, contadas à boquinha da noite, quando a recuperação das forças requeria o repouso. Médico não existia. Quando o caso era grave, vinha um de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, a cavalo, porque nem carro, nem estrada existiam. Nas horas vagas, recebia, à noite, lições de minha irmã Francisca, que havia concluído o curso primário com distinção e louvor, na cidade. Depois, aulas na escolinha de Dona Nativa, criatura adorável, que desasnava bem os cabeças-duras com o uso da palmatória. De 1933 a 1935 frequentei a escola pública de Picuí. O professor Pereira do Nascimento,

¹ Doutorando em educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na linha de pesquisa História da Educação. Email: limarthur5@gmail.com

um jovem de origem negra e muito valor, estudava direito no Recife e, pelo seu comportamento correto e simples, tomou conta da cidade e ali se casou com uma moça de boa família, quebrando um tabu racista. Esse jovem professor, sentindo o meu interesse pelos estudos, aconselhou meu pai a levar-me para Campina Grande. Ele mesmo conduziu-me ao Colégio Pio XI. (GOMES, 1994a, p. 29-30)

Ao narrar sua infância em um documento destinado a comunidade educacional da mantenedera, Felipe Tiago Gomes tece um relato saudosista, no qual, mesmo diante das dificuldades provenientes da estiagem, a dura lida na zona rural de Picuí, busca idealizar a infância. Segundo o mesmo, a infância se constituiu em uma etapa da vida marcada por agruras, mas na qual pode ser criança, curtindo os banhos de rio, as lendas populares e as festas religiosas de um ambiente marcadamente católico. Arranjo narrativo que projeta a imagem do fundador da CNEC como um homem resiliente que consegue se adaptar as dificuldades.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade se caracterizou no período como uma instituição destinada a jovens pobres, o fundador da CNEC reforça os signos da imagem de um Nordeste árido, no qual mesmo com as dificuldades, pela força de vontade, os obstáculos podem ser superados. Assim, ao lembrar os “beliscões da jurema” ou a “casca do juazeiro” como creme dental, sugere que mesmo com os desafios de sua trajetória pessoal conseguiu superar as dificuldades. Coloca-se como exemplo a ser seguido por estes jovens que na sua concepção provavelmente tiveram trajetórias pessoais parecidas.

Diante das dificuldades de acesso a água, saúde, e a elementos básicos para uma vida de qualidade, Felipe Tiago Gomes aponta na produção de sua narrativa, que desde cedo percebeu que o caminho para contornar tais infortúnios encontrava-se na educação. Ao estudar na escola de Dona Nativa teve contato com as primeiras letras, através do professor Pereira do Nascimento teve a oportunidade de mudar-se para Campina Grande e dar continuidade aos estudos. A educação ou a luta pelo acesso a educação fazem parte de sua trajetória pessoal como postula a narrativa produzida. O idealizador da CNEC desde criança compreendeu a educação como um mecanismo de redenção pessoal.

De acordo com a professora Dayse Loraine Moraes de Assis (2018) “a CNEG, na sua fase de expansão em todo o país, observou-se [...] preocupação dos protagonistas da Campanha em oficializar a memória do movimento, escrevendo e deixando registrada a sua história” (ASSIS, 2018, p.16), destarte a elaboração de uma narrativa sobre a infância de seu fundador era elemento basilar para produção e oficialização de tal memória. Ao longo da trajetória da Campanha, observa-se que esses mesmos aspectos serão sempre retomados em solenidades, eventos e datas alusivas aos aniversários de Felipe Tiago Gomes, como também da própria instituição.

Na ocasião das festividades de aniversário de 50 anos da mantenedera, em 1994, além da publicação do escrito *Escolas da Comunidade*, já citado, a Coletânea Cenecista colocou em destaque o livro *O Predestinado*, como uma das obras que integrou os volumes da Coletânea. Organizado por Sebastião Garcia de Souza, secretário executivo da CNEC a época, a convite de Felipe Tiago Gomes, o livro se configurou em uma biografia do idealizador da Campanha, produzida por um dos seus escolhidos. De acordo com a professora Ariane dos Reis Duarte os “escolhidos de Felipe Tiago Gomes” (DURTE, 2019) seriam aquelas pessoas que ao seu convite passaram a exercer alguma função na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e a ele estariam vinculadas.

Através de *O Predestinado* (1994, v.III) Sebastião Garcia de Sousa elaborou um status para Felipe Tiago Gomes dentro da instituição, status esse que visa engendrar

discursos pela instituição na organização e publicação da Coletânea. Sendo provável que o fundador da Rede também endossasse tal discurso, tendo em vista que ao lado do organizador pode colaborar no processo de seleção dos textos que integraram a Coletânea, o patriarca, ao mesmo tempo em que se julgava indigno de homenagens, que essas deveriam ser ofertadas a Rede, não recusava recebê-las. Em um exercício de exaltação do ego. (LIMA, 2019, p.57)

Observa-se a partir de tal excerto uma estratégia de reafirmação e legitimação da narrativa composta por Felipe Tiago Gomes no livro *Escolas da Comunidade*. No movimento de oficialização das narrativas em torno da vida do fundador da mantenedora a superação das dificuldades na infância contribuem para a fabricação de um retrato e a mitificação de fundador. Felipe Tiago Gomes ao atuar a frente da mantenedora, através da produção de tais escritos, representava a si mesmo, no tempo em que era representado. O termo fabricação não quer dizer que Felipe Tiago Gomes tenha sido uma pessoa superficial, e que as outras são naturais, como pontua Burke (2009, p.22) “todos nós construímos a nós mesmos”, mas devemos ressaltar que na oficialização da história da CNEC ele obteve auxílio neste processo.

Em uma mantenedora com escolas espalhadas por diversos Estados do País, a infância de Felipe Tiago Gomes precisa se configurar como exemplo, a ser seguido por todos os alunos e membros das unidades educacionais pertencentes a instituição. O criador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, neste enfoque, valorizou a educação e sua importância desde pequeno.

As ações em torno da memória de Felipe Tiago Gomes, como no caso dos aspectos ligados a sua infância, são carregadas de sentimentos de admiração, devoção e gratidão a sua figura. Além de trazerem à tona suas vivências, observa-se nessas narrativas, inseridas no movimento de oficialização da memória, o entrelaçamento entre a história pessoal daqueles que narram e a história do fundador. Suas vidas são construídas e reconstruídas a partir da projeção em relação a ele. Estamos lidando assim com um itinerário de performances, de modo que os eventos lembrados se tornam lugares de significado, “primordialmente através do trabalho de memória pessoal e pública, que seleciona certos eventos a partir do conjunto disforme de acontecimentos cotidianos e os investe de significado”. (PORTELLI, 2016, p.19)

Ainda neste trilhar da fabricação da infância exemplar, digna de ser lembrada. Por ocasião da comemoração de 75 anos da instituição, foi publicada uma biografia de Felipe Tiago Gomes organizada pela editora da CNEC denominada *A Campanha*, de autoria da jornalista Gisele Macedo. Segundo a mesma pontua “algumas pessoas leem livros que mudam suas vidas. Eu tive a oportunidade de escrever um que mudou a minha”, a vida do fundador da CNEC é composta pela jornalista de modo a cristalizar as narrativas já existentes legitimando a memória em torno de Felipe Tiago Gomes e a criação da CNEC.

Sendo assim, a idealização da infância e juventude de idealizador também aparece na produção que segue um itinerário do nascimento de Felipe Tiago Gomes, infância e juventude, a criação da Campanha e sua expansão pelo país e a CNEC hoje. A última mensagem presente na produção coloca “continuemos em Campanha” (MACEDO, 2018), ou seja, um movimento no qual todos aqueles que tiverem contato com esta história devem colaborar para a perpetuação do legado de Felipe Tiago Gomes.

A infância idealizada em uma história de superação, projetos e sonhos. A educação como ferramenta de salvação e redenção pessoal. A cada narrativa a trajetória de Felipe Tiago Gomes sofre o que Bourdieu denomina de ilusão biográfica (BOURDIEU, 2006), por meio da ilusão biográfica há um movimento de produção de uma trajetória homogênea para a vida do fundador da CNEC, de modo a demonstrar que todas as suas escolhas e caminhos percorridos

levaram à criação da mantenedera. “A história ganha contornos de uma narrativa profética, representando Felipe Tiago como alguém que teria sido destinado desde seu nascimento a realizar a obra que lhe é atribuída” (DUARTE, 2019, p.43). A trajetória pessoal do fundador liga-se a uma lógica triunfalista (BURKE, 2009), tais escritos carregam a intenção de persuadir os leitores quanto a importância e representatividade de Felipe Tiago Gomes não só para a CNEC, mas para a memória da educação nacional.

Palavras-chave: CNEC; Felipe Tiago Gomes; Intelectuais da educação.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Daisy Loraine Morais de. **Entre a história e a memória: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos ginásios gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950.** Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação em memória, linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Vitória da Conquista, BA, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wpcontent/uploads/2017/06/Tese-Daisy-Laraine-M.-de-Assis.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** Usos e abusos da história oral. Organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (p.183-192).

DUARTE, Ariane dos Reis. **Idealismo e Educação: As Relações entre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e o Colégio Santa Luzia de Gravataí/RS (1968/2007).** Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Educação, 2014. Disponível em: www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3646 Acesso em: 16 de junho de 2018.

BURKE, Maria Lúcia Garcia Pallares. **A Imprensa Periódica como uma empresa educativa no século XIX.** Cadernos de Pesquisa, nº 104, 1998. (p.144-161) Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/723> Acesso em: 19 de junho de 2018.

GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da Comunidade.** Brasília, DF: CNEC Edições, 1989.

LIMA, Arthur Rodrigues de. **“A força de um ideal”: a produção de uma memória institucional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.** Dissertação. Universidade Federal da Campina Grande. Centro de Humanidade. Campina Grande, 2019.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como a arte da escuta.** São Paulo: Letra e voz, 2016.

IMPrensa E HISTÓRIA POLÍtica: POSSIBILIDADES DE ESTUDO E PESQUISA

Erick da Silva Porto¹
Marluza Marques Harres²

Resumo: A atual pesquisa dá-se em estágio inicial e propõe pensar as possibilidades de pensar o projeto editorial de jornais na pesquisa histórica. Fruto do projeto de pesquisa proposto para um mestrado há pouco iniciado, o interesse pela pesquisa nasce ainda na iniciação científica da graduação, que resulta no Trabalho de Conclusão de Curso³, onde analisamos os artigos publicados por Luiz Alexandre Compagnoni - fundador do jornal *O Pioneiro* - entre os anos de 1948 e 1950. A partir da Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2001), estabelecemos paralelos entre os escritos do personagem em dois diferentes períodos: durante a década de 1930, Compagnoni fazia parte dos editores e autores do *O Bandeirante*⁴, jornal que fazia parte da imprensa integralista do período; e, no ano de 1948, já em contexto bastante diverso, o autor funda *O Pioneiro*, impresso analisado na pesquisa e que permitiu a comparação entre esses dois momentos do personagem, pensando as rupturas, mudanças e modulações de seu discurso político.

Ao fim da pesquisa, notou-se uma permanência bastante clara da ideologia integralista nos artigos do autor, mesmo em um período onde a defesa de pautas caras ao integralismo eram bastante “problemáticas”, principalmente após a derrota dos países do Eixo na Segunda Grande Guerra. Mais interessante pensar as permanências, se atentarmos para o fato de que o período em questão era de rearticulação dos projetos políticos para o país, visto que há pouco o Estado Novo varguista tinha visto seus últimos momentos e que novos partidos, movimentos e personagens ascendiam à disputa política.

A partir da percepção desses discursos que ainda permaneciam, nos propomos a pesquisar o impresso em um recorte temporal mais amplo e, desta vez, não mais atentando somente ao fundador e articulista já pesquisado. A pesquisa quer pensar o projeto editorial do impresso como um todo, pensando as possíveis articulações do jornal com o movimento integralista - neste momento já organizado no Partido de Representação Popular (PRP) e que necessitava repensar seus discursos para se adequar aos novos tempos, ditos democráticos pós 1945 - e também a inserção do impresso nos debates para os novos rumos do país. Importante frisar que *O Pioneiro* passou por fases diversas desde sua fundação e que, atualmente, segue em atividade e compoando o Grupo RBS, portanto, pensar seu projeto editorial em sua primeira

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul – UCS, Mestrando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. esporte@ucs.br

² Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1983). cursou mestrado (1992) e doutorado em História (2002) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.. marluza@unisinos.br

³ PORTO, Erick da Silva. "Quer acender uma vela a Deus e outra ao diabo": as (não) mudanças discursivas do integralista luiz a. compagnoni - jornal pioneiro 1948-1950. 2021. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

⁴ O impresso em questão circulou na cidade de Caxias do Sul entre os anos de 1935 e 1937, período de expansão do movimento integralista, visto que passaram a se mobilizar para concorrerem as eleições em formato de partido político, o que não era proposto quando da sua fundação. *O Bandeirante* era parte da *Sigma Jornaes Reunidos* (sic), espécie de rede de imprensa oficial da AIB. (Oliveira, 2009).

fase é entender em quais bases ficaram os pés um impresso de importância regional e que segue em funcionamento.

O integralismo é/foi – a discussão sobre a existência de integralistas ainda em atividade voltou à baila - um movimento típico do entre guerras, com influências e inspirações nos congêneres nazi-fascistas europeus, a Ação Integralista Brasileira foi fundada em 1932 por Plínio Salgado (GONÇALVES, 2012). Baseada fortemente no discurso anticomunista do século XX, aliava um nacionalismo exacerbado com críticas à modernidade e a criação de um mito tipicamente fascista (tanto ideológico quanto simbólico), foi um dos primeiros - para alguns autores o primeiro, inclusive - movimento de massas do Brasil (SÁ MOTTA, 2000; OLIVEIRA, 2009; CHRISTOFOLETTI, 2010). Em um contexto de ascensão da classe média e das profundas transformações do período, Plínio Salgado, o líder e mentor dos integralistas, juntamente com Gustavo Barroso e Miguel Reale - sem desconsiderar as contribuições de outros personagens não tão conhecidos, mas que também contribuíram para a definição da ideologia integralista - organizaram o maior movimento de cunho fascista fora da Europa (CALIL, 2005; CALDEIRA NETO, 2011). Trazia especificidades nacionais, por óbvio e como a maior parte dos movimentos nacionalistas do período, se pretendia e anunciava como único; no entanto, a circularidade de ideias, simbologias, estéticas e discurso entre os movimentos são inegáveis. O integralismo assim como os movimentos europeus, se baseava em uma leitura religiosa bastante conservadora - o catolicismo Ultramontano do século XIX era parte considerável da discursividade da AIB -; a defesa de um estado corporativista e que negava a existência de classes; o antissemitismo, principalmente nos escritos de Barroso; entre outros pontos que tiveram grande expansão no contexto a partir da década de 1920 e que se aprofundou com a crise de 1929 e seus reflexos.

Como apontado por Gilberto Calil (2005), em função das mudanças na sociedade - econômicas, sociais e, principalmente, políticas - que aconteciam na década de 1940, tanto a nível nacional quanto internacional, do integralismo foram exigidas mudanças em parte considerável do que defendia na década de 1930. Parte das pautas caras para o movimento eram relacionadas ao países do Eixo, que recém havia sido derrotado na Europa e, portanto, as bandeiras deveriam ser repensadas. Como já exposto “o discurso integralista continua presente no impresso analisado [*O Pioneiro*], principalmente a partir dos artigos de Luiz Alexandre Compagnoni, o principal fundador do *Pioneiro*.” (PORTO, 2021, p. 57), essa possibilidade se expressa em função da defesa feita, por parte dos integralistas, de pautas que seriam vistas como “problemáticas” no período, mas com mudanças no tom de abordagem. Ao fim e ao cabo, pouca coisa havia mudado, o núcleo duro da ideologia continuava intacto, mas a forma de defesa de suas pautas passava por uma rearticulação. É no centro dessa rearticulação discursiva que propomos abordar *O Pioneiro* na atual pesquisa.

Tendo “o político como domínio privilegiado do todo social” (REMOND, 2003, p. 07), analisar o impresso neste contexto, levando em conta o fato de seu principal fundador ter sido parte ativa da Ação Integralista Brasileira (AIB), permite que pensemos uma história da imprensa regional com suas relações políticas. Segundo Krilow, “mesmo um jornal não podendo ser compreendido como uma unidade, não se pode desconsiderar que existe uma certa unidade ideológica que permeia esta produção, garantida pelo processo interno de seleção, adaptação e promoção dos jornalistas e seus textos.” (2018, p. 32), a partir disso, nos questionamos: visto que é perceptível a ligação discursiva entre os artigos escritos pelo fundador do impresso e o integralismo, nos primeiros anos de circulação do jornal (PORTO, 2021), seria o *Pioneiro* uma espécie de órgão de divulgação do integralismo? Notável o fato de

que, em períodos eleitorais, o único partido com um caderno específico para divulgação de reuniões, discussões e candidaturas foi o PRP, com grande espaço para seu diretório municipal.

Sendo a História Política interdisciplinar por natureza (RÉMOND, 2003, p. 29) e utilizando o jornal impresso como fonte, em diálogo com a ampliação de fontes e metodologias proposta pelos *Annales*, acreditamos que o contato teórico-metodológico com a linguística pode trazer frutos importantes à pesquisa. Através da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), entendendo o discurso como uma prática social que acontece em relação dialética com a sociedade e o período em que é empregado, ou seja, constituindo e constituído pela sociedade em que circula, nos propomos a analisar o discurso empregado pelo impresso, como é pensado seu projeto editorial e como o pensamento integralista se faz presente nas edições analisadas.

Digno de nota também é que é suprida pelas abordagens feitas por Fairclough, é a necessidade de examinar as relações construídas pelo texto expresso no jornal e outros que o constituem, mesmo que não citados. Segundo Martins (2018), “o texto de um jornal nunca deve ser visto de maneira acabada e absoluta, mas na sua intertextualidade – ou seja, na forma como se constrói incorporando, apropriando-se, “distorcendo” ou reproduzindo outros textos.” (p. 64); desta maneira, utilizando da ACD para notar as intertextualidades que compõem os textos presentes no jornal – com relação à religião católica, aos textos integralistas, com a política do contexto, etc – pode admitir novas interpretações para os movimentos políticos regionais do período.

Ainda sobre o discurso, Fairclough sugere que “tais ligações entre o discurso, a ideologia e o poder podem muito bem ser obscuras por aqueles envolvidos, e mais geralmente que a nossa prática social é atada a causas e efeitos que podem não ser aparentes de forma nenhuma.” (2001, p. 35), sendo assim, a ACD seria útil para entender essas ligações que, apesar de estarem presentes, em muitos casos não são aparentes.

Jeanneney nos alerta que “É certo que a imprensa desempenha um papel na evolução dos comportamentos políticos” (1996, p. 216), sendo assim, acreditamos que atentar para um impresso de alcance regional ainda em circulação e que teve entre seus fundadores ex membros da AIB e personalidades influentes do PRP, inclusive candidatos eleitos em diversos níveis da política nacional, permite uma maior compreensão sobre os discursos e movimentos políticos regionais - e até nacionais - ainda mais em um contexto onde vemos um retorno a pautas e abordagens que pareciam não terem mais espaço na sociedade.

Palavras-chave: História Política; Imprensa; Análise Crítica do Discurso.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA NETO, Odilon. **Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo: entre a relativização e o esquecimento.** 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa.** 2005. 819 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em História, Uff/unioeste, Niterói, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961).** 2010. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2010.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (org.). **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens.** São Leopoldo: Oikos, 2018. 467 p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Unb, 2001.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do Littorio: o fascismo no rio grande do sul.** 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2017.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. **Cidades de Papel: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o segundo governo vargas (1951-1954).** 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MAGALHÃES, Célia M. (org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso.** Belo Horizonte: Fale/UFGM, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** 2000. 346 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, USP, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937).** 2009. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

PORTO, Erick da Silva. **"Quer acender uma vela a Deus e outra ao diabo": as (não) mudanças discursivas do integralista Luiz A. Compagnoni - jornal pioneiro 1948-1950.** 2021. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional: 1897-1997.** Caxias do Sul: Educs, 2004.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1996.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SILVA, Túlio dos Reis da. **O crescimento urbano na cidade de Caxias do Sul nos anos de 1972 a 1988**: uma contribuição ao ensino da história local. 2016. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em História, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEMPOS PANDÊMICOS: A PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO EM 2021

Jimmy Iran dos Santos Melo¹
Tiara Cristiana Pimentel dos Santos²

Resumo: O texto apresenta os desafios dos alunos no doutorado de História na Universidade de Passo Fundo – UPF iniciado em 2021, período de pandemia Covid19. Proposto pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH no do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, enquanto alunos pesquisadores, de forma que venham discutir os problemas e as novas possibilidades que se articularam durante a pandemia e, como estas adversidades afetaram o modo de desenvolver as pesquisas e ressignificaram a forma de aprender.

Pois, vivemos tempos em que todos buscam qualificar-se para o mercado de trabalho nas diversas possibilidades e oportunidades que surgem em universidades brasileiras. No entanto, começou o ano 2020 atípico, proporcionando experiências traumáticas que assolaram e ainda assolam o mundo devido à pandemia do COVID19³. Contudo, para alguns existe hoje, um mundo pós-pandemia e, para outros, não existe pandemia, os negacionistas⁴, sendo o mundo ainda pandêmico pelo vírus conhecido como *Coronavírus*, com mortandades que se assemelham a Europa medieval com a Peste Negra, obrigando muitos pesquisadores a experimentar e vivenciar momentos de dores, sentimentos de angústias, perdas de familiares e de amigos próximos.

Diante disso, embora a pandemia estivesse acontecendo no mundo dito globalizado, devido os encurtamentos dos espaços-tempos, o Programa de Pós-Graduação em História, possibilitou a modalidade de ensino presencial remoto (*Google Meet*), facilitando os encontros de alunos das mais diversas regiões do Brasil, ofertados por esta modalidade de ensino.

O processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza vídeo-aula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica é substituída por uma presença digital numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações (MOREIRA e SCHLEMMER, 2020, p. 9).

¹ Graduado em História (UFRR); Especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira (IFAM); Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Membro do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura – NemeC na Universidade de Passo Fundo (UPF). e-mail: jimmy.melo@ufr.br.

² Bolsista Fundação Universidade de Passo Fundo- FUPF. Doutoranda pelo Programa de pós Graduação em História - Universidade de Passo Fundo- UPF. Mestre em História pela mesma instituição. Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas- Pela Universidade Federal do Pampa. UNIPAMPA. Membro do grupo de pesquisa Relações de Fronteira: história política e cultura na tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai. tiaracpds@gmail.com

³ Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2).

⁴ Etimologia (origem da palavra negacionista). A palavra negacionista tem sua origem no francês “*négationniste*”, que nega alguma coisa. A expressão Negacionismo da COVID-19 ou negacionismo do novo coronavírus (ou negacionismo viral) refere-se ao pensamento daqueles que negam a realidade da pandemia de COVID-19.

Assim, nos encontrávamos a cada quinze dias em diversas disciplinas de História, por meio da ferramenta tecnológica em ambientes virtuais para desenvolvermos aquilo que apresentamos inicialmente a banca de seleção do programa de doutorado. Com isso, pretendemos mostrar até o dado momento que as aulas e os debates dentro do PPGH não cessaram, as quais possibilitaram a integração de novos alunos, bem como os conhecimentos proporcionados durante as aulas síncronas e assíncronas.

Tendo isso em vista, é que procuramos chamar a atenção para os desafios encontrados pelos alunos de doutorado no PPGH, demonstrando suas trajetórias nas buscas de fontes em meio aos desafios da pandemia e dificuldades que assolavam as pesquisas, além do desafio da nova modalidade de ensino, via remoto. Desta maneira, estamos problematizando os desafios dos alunos, tentando apresentar as dificuldades encontradas pelos pós-graduandos sobre suas fontes de pesquisa e, como estes fatores durante a pandemia afetaram o processo de construção e desenvolvimento científico. Aqui categorizamos dois conjuntos de desafios enfrentados pelos pesquisadores, delimitados a área específica da História, como o processo de ensino aprendido, em modalidade remota e as pesquisas que em determinado período, se encontraram muitas vezes impossibilitada pela conjuntura social enfrentada pelo COVID-19.

Porém, analisaremos este processo de maneira dicotômica, no meio acadêmico, modo positivo e modo negativo⁵, em acontecimentos internos da pós-graduação em História. Com isso, se por um lado às questões de pandemia desestruturaram os meios tradicionais de ensino presencial, da mesma maneira, aproximou e possibilitou nas disciplinas remotas, uma maior abrangência e captação de pós-graduandos de forma internacional, ampliando as possibilidades de conexão e conhecimento das mais diversas regiões do Brasil, além de outros países.

Neste sentido, tanto as pesquisas e como os acontecimentos globais, apresentaram-se da mesma maneira dicotômica, se por um lado as buscas em arquivos físicos passaram a serem barradas por medidas de biossegurança, outras, por outro lado, tiveram agilidade, pois estavam digitalizadas em acervos públicos e privados, tornando-se suas buscas acessíveis, podendo, o historiador ter os acessos disponibilizados aos mais diversos materiais através do meio digital.

Para o desenvolvimento da pesquisa tornaram-se necessários traçarmos um planejamento que nos possibilitasse a melhor compreensão dos acontecimentos, que viessem permear o meio acadêmico, em contrapartida, aos dilemas, usamos a seguinte metodologia.

Método Dedutivo – partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prevê a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente); se o conhecimento é insuficiente para explicar um fenômeno, surge o problema; para expressar as dificuldades do problema são formuladas hipóteses; das hipóteses deduzem-se consequências a serem testadas ou falseadas (tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses); enquanto o método dedutivo procura confirmar a hipótese, o hipotético dedutivo procura evidências empíricas para derrubá-las (*et al*, PEREIRA, 2018, p. 28.)

Posto isto, a experiência poderá evidenciar os acontecimentos plausíveis, que ocorrem no meio acadêmico. E, junto a este método, dar razoabilidade à experiência evidenciada, a metodologia aqui desenvolvida liga-se ao qualitativo, possibilitando junto ao referencial teórico

⁵Segundo Bachelard, um *negativo* e um *positivo* na história do pensamento científico. O negativo são os “obstáculos epistemológicos” e devem ser objeto de uma “psicanálise do conhecimento”. O positivo são os “atos epistemológicos”, impulsos do gênio científico que, ao transpor os obstáculos, promove rupturas na história das ciências. BACHELARD, Suzanne. **Epistémologie et histoire des sciences**. In: 12^{me} Congrès International d'histoire des sciences, Actes, t. I, A. Paris: Blanchard, 1970, pp.39-51.

a discussão científica em resultados que foram possíveis chegar. Nesse sentido, demonstramos metodologicamente e dedutivamente o texto, apresentando as possibilidades como os desafios da pesquisa histórica anteriormente à modalidade do ensino remoto na Universidade de Passo Fundo. Ao mais, abordaremos também, outros problemas enfrentados pelos alunos da pós-graduação no sentido da oferta das disciplinas no doutorado. Embora se saiba que, além das disciplinas ofertadas temos as orientações semestralmente e, estas tem o papel de auxiliar alunos ao sentido de melhor aperfeiçoar projetos de pesquisa no desenvolvimento da escrita da tese. No entanto, as disciplinas ofertadas no decorrer do curso de doutoramento, nem sempre trazem àquilo que sejam esperadas as discussões propostas do pré-projeto de pesquisa.

Encontra-se aqui outro desafio aos pesquisadores na pós-graduação, pois, a História como Ciências Humanas tem suas diversas escolas filosóficas ao longo da sua afirmação como ciência e, nesse sentido mora a problemática. Pois, como o aluno em doutoramento nem sempre vem de uma formação histórica, precisa adequar-se a realidade da proposta do curso. Nesse sentido, conforme ofertado no edital nº 11/2020 – VRPPG/UPF temos as seguintes orientações “Graduados em História e área de Humanidades, cuja proposta de pesquisa esteja articulada com as linhas de pesquisa do PPGH. Graduados em Direito, Jornalismo, Arquitetura, Artes, Música, Geografia, Museologia, Arquivologia e outras áreas, que se habilitem ao desafio da interdisciplinaridade e da produção de conhecimento original e inovador”. E, o desafio é a interdisciplinaridade aos novos doutorandos, pois, escrever um texto que possa dialogar com as várias possibilidades das ciências humanas está posto o desafio.

Assim, é preciso um esforço intelectual por parte destes, além do que, durante as exposições das disciplinas remotamente, convivemos com alunos do mestrado e doutorado, sendo que, as disciplinas ofertadas em História, nem sempre estão vinculadas as propostas que propusemos pesquisar, sendo necessário procurar em outros teóricos e escolas filosóficas das ciências humanas, conhecimento que possam dialogar dentro da proposta de pesquisa da tese.

Desta maneira, apresentamos no decorrer da escrita às adversidades e possibilidades encontradas pelos pós-graduandos no programa de Pós-Graduação em História, principalmente no contexto pandêmico em que a sociedade global se encontra, e como isto implicou, tanto positivamente como negativamente na vida dos pesquisadores em História. Desta maneira, as possibilidades encontradas nas disciplinas através do ensino remoto, nem sempre permitem problematizar o que foi proposto.

Desta forma, percebe-se que o ensino à distância tem como função adequar as necessidades e características dos estudantes. Cria-se uma relação em que se facilita a interação constante nas trocas de conhecimentos, os problemas são lançados aos alunos e serão resolvidos em ambientes de aprendizagem colaborativa. Nesse modelo de ensino os alunos precisam estar engajados e ativos (ROCHA; QUINTÃO, 2020, p. 6).

Outro ponto debatido foi às fontes de pesquisa, muitas vezes encontradas fora do domínio do autor, além deste fator que impacta nas pesquisas naturalmente, com o contexto da pandemia, isto se agravou, fazendo muitos acadêmicos mudar os rumos de suas pesquisas, por outro lado, também vimos à possibilidade de digitalização documental, e uma busca ainda maior nos acervos digitais, mostrando uma mudança histórica nos meios de digitalização, facilitando assim o acesso às fontes necessárias.

Desta maneira a pesquisa torna-se viável, devido as constantes mudanças proporcionadas, através desta nova sociedade que se desenvolveu durante a pandemia, mostrando que no meio científico das ciências humanas, as questões de ensino e pesquisa

também sofreram com modificações, implicando tanto nos meios digitais de ensino implantados, como nas próprias pesquisas e fontes dos historiadores, mudando de forma significativa o modo de pensar científico.

Palavras-Chave: Pós-graduação; Ensino Remoto; Pesquisa, Pandemia.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Suzanne. **Epistémologie et histoire des sciences**. In: 12^{me} Congrès International d'histoire des sciences, Actes, t. I, A. Paris: Blanchard, 1970, p.39-51.

Metodologia da pesquisa científica [recurso eletrônico] / Adriana Soares Pereira ... [et al.]. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife**. Revista UFG, 2020, v.20.

ROCHA, Bruna Beatriz; QUINTÃO, Gustavo Ferreira; **A educação em tempos de pandemia: transformações no ensino devido ao novo coronavírus**. Congresso Internacional de Educação e tecnologia, Encontro de Pesquisadores em educação à distância. 2020.

O HOLODOMOR NO ENSINO DE HISTÓRIA SOBRE TOTALITARISMO

Mauricio da Silva Lima¹
Paulo Julião da Silva²

Resumo: Da disputa de narrativas nacionalistas entre a Rússia e a Ucrânia após a anexação da Península da Crimeia em 2014 à Federação Russa, surge entre os argumentos do litígio um caso de Genocídio promovido pelo regime soviético no território ucraniano entre 1932 e 1933, posteriormente popularizado como Holodomor, ou Grande Fome Ucraniana, que se tornou pauta de defesa histórica e política dos ucranianos em face do colonialismo russo existente desde os tempos imperiais quando da adoção dos *Pogroms* pelos czares na retaliação aos grupos étnicos do país. O Holodomor marcou a história diplomática entre os dois Estados, sobretudo após a década de 1990 quando acontece a abertura dos arquivos soviéticos para pesquisadores do mundo todo e o consequente esclarecimento sobre a conjuntura que deu origem ao Genocídio a partir de pesquisas documentais e bibliográficas. As narrativas historiográficas em torno do evento desfiam que o regime stalinista promoveu na Ucrânia uma das grandes tragédias humanitárias que atingiu a Europa no século XX no auge dos regimes totalitários, chegando à cifra de 4,5 milhões de mortes, o que equivalia a treze por cento da população da República Popular da Ucrânia na época. O fator causal da mortalidade em massa foi à fome, pensada como arma política por Joseph Stalin para retaliar o nacionalismo ucraniano antissoviético acusado de sabotar a política e a economia. Para que ao ensinar-se História se dê aos alunos o “direito ao passado” é de fundamental importância apresentar este tema como um conteúdo frutífero para se pensar a história do século XX, tomando o totalitarismo e a história da URSS no período stalinista como motes.

Este trabalho apresenta aos produtores de livros didáticos a discussão de como o referido assunto pode auxiliar o ensino de história para o terceiro ano do ensino médio a elaborar relações teóricas deste evento com o período totalitário da década de 1930 na Europa. Busca-se debater o Holodomor para exemplificar o totalitarismo da Era Stalinista e a utilização da fome como arma política para o controle social.

Os regimes totalitários - Fascismo, Nazismo e Stalinismo – são componentes curriculares do ensino de história dispostos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que organiza esse tema para o 8º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. A apresentação do totalitarismo nos conteúdos do ensino de história reforça o pensamento ético no sentido formativo de fazer com que os alunos reflitam as regras do convívio social contemporâneo e busquem compreender o funcionamento do regime de comportamento humano na primeira metade do século XX, tendo assim uma dimensão histórica do progresso dos Direitos Humanos e do alcance da subjetividade centrada em sistemas democráticos sob o pensamento crítico contemporâneo ao coletivismo. As propostas curriculares para estes conteúdos são identificar como se caracterizara o autoritarismo, pelo controle absoluto de um líder ou um partido na vida pública e privada, e descrever os elementos totalitários como o militarismo, a propaganda e o terror praticado pelos três grandes Estados totalitários na primeira

¹ É graduando em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisador sobre o ensino de história sobre a época totalitária. mauricio.silvalima@ufpe.br

² É doutor em história pela Universidade de Campinas e professor do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisa os protestantes na era republicana no Brasil.

metade do século XX na Europa. O auge desses regimes são as décadas de 1920 e 1930 no período pós-guerra, no contexto da ruína da democracia liberal e do surgimento do autoritarismo como alternativa para o progresso das nações. Os estudantes, por fim, devem perceber como a retórica totalitária criou inimigos internos e externos e do combate a esses grupos justificou-se a tomada de medidas radicalmente autoritárias.

A fome forçada pelo Estado soviético que dizimou em curto espaço de tempo uma grande fração da população ucrânio-soviética é um fenômeno totalitário que marca uma diferença conceitual entre a “fome tradicional”, ou seja, a fome ocasionada por fatores geográficos ou epidemiológicos, e a “fome artificial”, cujos fatores são induzidos e extrapolam as causas naturais e espontâneas.

A historicidade desse acontecimento remete a Rússia imperial que resguardava sobre seu vasto território as nacionalidades eslavas subjugando seus domínios ao julgo imperial. Após a desestabilização do Império, a Ucrânia viu na oportunidade da queda do regime czarista uma brecha para sua independência e assim participou dos acontecimentos que levaram a derrocada dos Romanov em 1917. Após a Revolução Russa a independência adveio, mas por prazo. A agenda bolchevique de construção de um socialismo sólido exigiu o abandono das teses de Lenin para a emancipação das nacionalidades – fator decisivo para o fim do Império Russo. O movimento nacionalista ucraniano rivalizou com o bolchevismo os planos para o destino político do leste europeu e a República da Ucrânia nos anos 1930 será alvo da retaliação de Stalin pela resistência aos planos político-econômicos que dizia respeito a produção agrícola soviética.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica em dois livros e uma tese sobre o tema. São eles: *A Fome Vermelha: a guerra de Stalin na Ucrânia*, da autora ucraniana Anne Applebaum que trabalha os detalhes do acontecimento tomando como fator causal para o fato o forte nacionalismo ucraniano desde o século XIX em contraposição ao arraigado centralismo russo pelos bolcheviques após a Revolução de 1917 na construção do socialismo que contrapôs a República Popular da Ucrânia, centro de independentistas que se mobilizava para sua autodeterminação enquanto Estado soberano, e o interesse do Estado Soviético de se fortalecer enquanto potência numa década marcada pela disputa ideológica com o mundo capitalista após a Crise de 1929; *Holodomor, o Holocausto esquecido*, do autor ucraniano Miron Dolot que foi sobrevivente do acontecimento e como historiador se apossou também do gênero jornalístico e literário para tornar a história sobre o Holodomor uma narrativa expressa na mídia americana e de outros países. O autor detalha toda a engrenagem que levou a derrocada de uma nação inteira a partir das políticas do Partido Comunista da União Soviética pensadas para reprimir um povo historicamente perseguido; e Anderson Prado, pesquisador brasileiro, com o título *O jornal ucraniano-brasileiro Prácia: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933)* que trabalha na perspectiva de apresentar o evento sob a ótica da história social brasileira, de como o Brasil foi acometido pela migração eslava na década de 1930 por este episódio da história da URSS. Prado também vai lançar mão de fontes orais de sobreviventes e seus familiares para tornar seu trabalho autêntico no estudo sobre o tema, pois dispõem de fontes primárias, figuras testemunhais, além de arquivos como o Jornal Prácia que relata a notícia da época.

Somasse às análises destas obras referenciais as colaborações de autores do ensino de história que versam suas pesquisas sobre os livros didáticos de história na formação do conhecimento em sala de aula, e a filosofia da didática da História (GERMINARI, 2017; MATOS, 2012). Para fins de levantamento de informações objetivando entender a disposição de conteúdos correlatos (eventos históricos da década de 1930 na Europa) que auxiliem na análise didática dos fatos, colocando o Holodomor em perspectiva, faz-se a análise de cinco

livros didáticos atuais para compreender como os currículos educacionais dispõem da organização desses conteúdos para a apresentação do totalitarismo e, por consequente, podermos entender a entronização do estudo do Holodomor no ensino médio para a série citada. São eles: Contato História; História: Sociedade & Cidadania; História em Debate; História das cavernas ao Terceiro Milênio; História Global.

Trabalhar com o Holodomor no terceiro ano médio se justifica pelas propostas curriculares de história para esta série no tocante ao Totalitarismo: identificar como se caracterizara o autoritarismo, pelo controle absoluto de um líder ou um partido na vida pública e privada; descrever os elementos totalitários como o militarismo, a propaganda e o terror praticado pelos Estados totalitários. O auge desses regimes são as décadas de 1920 e 1930 no período entreguerras, no contexto da ruína da democracia liberal e do surgimento do autoritarismo como alternativa para o progresso das nações, sobretudo após a Crise de 1929. Os estudantes, por fim, devem perceber como a retórica totalitária criou inimigos internos e externos e do combate a esses grupos justificou-se a tomada de medidas radicalmente autoritárias contra as minorias, como o Stalinismo praticou contra os ucranianos.

Chegou-se ao resultado de que os cinco livros escolares de história em sua disposição de conteúdos organizados pelos currículos educacionais privilegiam acontecimentos tradicionais da historiografia sem explorar em seus textos, imagens e indicações acontecimentos outros que se relacionem aos regimes totalitários, focalizando principalmente o Nazismo e o Holocausto, resumindo os desdobramentos de um período extenso em poucas referências históricas. Considera-se que os resultados obtidos com a pesquisa solidificam a argumentação de tornar este assunto um conteúdo curricular para o 3º ano do ensino médio das escolas brasileiras no sentido de propiciar uma experiência de ensino-aprendizagem preocupada em reelaborar o “cânone histórico” sempre que haja fatos propícios aos objetivos do conhecimento sobre o tempo progresso da humanidade, visto que poucas das tragédias que acometeram o século XX estão registrados nos livros didáticos de história, a exemplo do Holodomor, o Genocídio Armênio, o Genocídio Dos Hererós e Namaquas e tantos outros. Propor o estudo do Holodomor como um acontecimento que marca a década de 1930 é antagonizar historiograficamente esta década e todo o debate sobre o totalitarismo nos livros didáticos de história, entre sistema liberal e socialista dispostos nele, assim como apresentar o ano de 1932 como o marco histórico da violência totalitária pelo terror que antecede os campos de concentração nos idos de 1940. Considerar o Holodomor é revisar os anos 1930 sem com isto negar a importância dos seus fatos já consolidados, mas apenas trazer para a História ciência e história escolar uma nova abordagem sobre a consideração epistemológica que se faz sobre o período entreguerras na prática da violência totalitária.

Apesar do reconhecimento que o Holodomor ganhou nos últimos tempos como uma das grandes tragédias do século XX pela UNESCO, Parlamento Europeu e parlamentos e academias de vários países pelo mundo, o genocídio não tem ainda relevância no ensino de história escolar brasileiro, notadamente pelo número reduzido ou inexistente de citações ao fato nos capítulos de História Contemporânea ou de Revolução Russa. O território da República Popular da Ucrânia foi o que mais sofreu os reveses da coletivização da agricultura por não tornar o plano econômico popular, sobretudo entre os camponeses e intelectuais. Os camponeses ucranianos assumiram o protagonismo revolucionário nos levantes anti-imperialistas em 1905 e na Revolução de Fevereiro, porém o ardor revolucionário se misturava a um sentimento nacionalista que renegava a “russificação” dos povos eslavos, em especial dos ucranianos que tinham língua e cultura próprias. Os intelectuais foram os restauradores dessa cultura genealógica da Idade Média e pelo intento de emancipação cultural e política foram perseguidos

pela *GPU* (polícia política). A repressão de Stalin a militância atrevida dos “russos sulinos”, como eram chamados os ucranianos, fez com que o ditador aumentasse o controle político sobre as instituições da república, tornando assim as cidades centros de controle colonial, ilhas de cultura russa, num mar de campesinato ucraniano. A outra medida foi adotar uma prática muito comum à época dos czares: o *Pogrom*, termo atribuído à perseguição de grupos étnicos com destruição simultânea dos indivíduos e do ambiente.

As atitudes ordenadas por Stalin às autoridades foram de deportação dos infratores das regras de trabalho aos *gulags* siberianos e, mais terrivelmente, o fechamento das fronteiras da república para gêneros alimentícios e produtos de primeira necessidade. Sem contrafação, o resultado foi o mais desastroso em nível de mortalidade. O nome dado pelos sobreviventes ao acontecimento grifou-se de Holodomor - Holod (Fome) Mor (Extermínio) - no mínimo uma abreviação etimológica para traduzir o fenômeno daquele acontecido. Não somente a fome, mas outras formas de violência foram cometidas como a expropriação de todos os bens dos mais vis aos de maior custo, bem como um evento que se gera desse fato: a migração para dentro e fora da Europa. Raphael Lemkin, advogado, judeu-polonês, criou a palavra “Genocídio” se baseando no Holodomor como uma experiência totalitária que representou não apenas a morte de milhões de pessoas, mas também a tentativa de massacrar uma cultura inteira. A iniciativa de Stalin de pôr um fim no nacionalismo ucraniano interpôs até os últimos dias da URSS em 1991 a “sovietização” de todas as repúblicas da federação socialista, “sovietização” mascarada de “russificação” e extermínio das minorias.

Palavras-chave: Holodomor; Ensino de História; Totalitarismo.

REFERÊNCIAS

BRAICK, Patrícia Ramos. MOTA, Miriam Becho. **História das cavernas ao terceiro milênio**. Editora Moderna, 4º ed. São Paulo, 2016. P. 54-87.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FRANCO, José Eduardo. **Holodomor: a desconhecida tragédia na Ucrânia**. Gracio Editora. Coimbra, 2012.

GERMINARI, Geysa D.; MOURA, Anderson Fagundes de. **Livro didático de história, entre conteúdos e epistemologia**. UNISINOS. São Leopoldo, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Alfredo Boulos. **História: Sociedade & Cidadania**. FTD, 2º Ed. São Paulo, 2016. P.46-50; 79-92.

MATOS, Júlia Silveira. **Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD**. *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 165-184, 2012.

MOCELLIN, Renato. CAMARGO, Roseane de. **História em debate**. Editora do Brasil, 4º ed. São Paulo, 2016. P.72-100.

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução RC-B6-0571/2008 de 23 de Outubro de 2008. *Sobre a comemoração do Holodomor, a fome artificial na Ucrânia (1932 -1933)*. Acessível em: <<https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P6-TA-2008-0523&language=PT>> (acesso em 23/10/2020).

PELEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **Contato História**. Quinteto. São Paulo, 2016. p. 82-100; 122-144.

PRADO, Anderson. **O jornal ucraniano-brasileiro Prácia: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933)**. 2017. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2017.

UNESCO. Parágrafo 12.1 do Regulamento da Conferência Geral. *Homenagem às vítimas da Grande Fome (Holodomor) na Ucrânia*. 34º Conferência Geral. Paris, 2007. disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000153838_spa?posInSet=2&queryId=94c9aa2b-f0ba-4cd9-a0a3-ab6cba41309a> (acesso em 26/10/2020).

AS HISTÓRIAS DE VIDA NA PESQUISA EM HISTÓRIA

Tamara Conti Machado¹
José Iran Ribeiro²

Resumo: A forma como o sujeito expressa suas experiências, percepções de mundo e as relaciona com seu contexto é através da linguagem, essa geralmente usada para narrá-las a outras pessoas ou para produzir escritas de si. Assim, o gênero biográfico, que é constituído pelas narrativas de histórias de vidas, é um importante elemento para acessar o passado e torná-lo mais próximo da realidade que se quer alcançar. O historiador, por sua vez, em algumas pesquisas, procura nas narrativas de vida das pessoas estabelecer uma relação entre o sujeito e o contexto histórico a que pertence, através da identificação de elementos do contexto social mais amplo em um mais restrito, o do indivíduo. A micro-história, por exemplo, usa como fontes de apoio os diálogos e narrativas dos sujeitos para complementar arquivos documentais; ou a História Oral que utiliza entrevistas gravadas como fontes para também complementar suas investigações.

Assim sendo, em virtude de parte das pesquisas acadêmicas estarem ligadas às histórias de vida, entende-se a importância de aprofundar o conhecimento sobre o debate teórico referente a esse tema e a contribuição no campo do conhecimento historiográfico. O presente trabalho apresenta uma revisão teórico-bibliográfica sobre o gênero biográfico, enquanto fonte empírica e metodológica na área de conhecimento da história. Nesse sentido, o estudo possui por objetivo geral refletir a importância do gênero biográfico na produção do conhecimento historiográfico. Tendo por objetivos específicos: compreender as peculiaridades do gênero biográfico como fonte e metodologia de pesquisa na produção de conhecimento historiográfico História e; contribuir para o aprofundamento dos estudos no campo historiográfica em relação as narrativas de vida.

Percebendo o debate que se estabeleceu sobre o uso da biografia na historiografia, verificou-se a relevância de realizar o presente estudo. É necessário ampliar o conhecimento sobre o gênero biográfico na seara historiográfica, uma vez que muitas pesquisas na historiografia têm utilizado o gênero biográfico, tanto como fonte empírica, quanto como metodológica. Procurou-se, portanto, delimitar o tema abordando o gênero biográfico como fonte e metodologia de pesquisa em história. Verificou-se como se estabelece o debate historiográfico em relação ao gênero biográfico e as narrativas de história de vida como contribuição à pesquisa em História. Para tanto, são apresentados elementos de análise no campo de conhecimento da Educação, Ciências Sociais e História. Para a presente pesquisa, foram utilizadas obras de autores que são referenciais teóricos sobre o gênero biográfico.

O estudo apoiou-se numa pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e teórico, sobre o a contribuição do gênero em tela na área de História, no que se refere a fontes e metodologia. Ao realizar levantamento inicial sobre o tema no Catálogos de teses e dissertações da Capes, área de conhecimento História, com o descritor gênero biográfico, encontrou-se 452 trabalhos

¹ Doutoranda do PPGH-UFSM (programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM), mestre em Educação pela UFSM, 2019. Graduanda do curso de História – Licenciatura da UFSM (2021). Bacharel em Direito pela FADISMA (Faculdade de Direito de Santa Maria) 2010.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1999). Atualmente, é professor Associado no departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação da UFSM.

relacionados. Demonstrando que o tema tem sido abordado nas pesquisas historiográficas. Também, optou-se por investigar os principais referenciais teóricos sobre o objeto de investigação. As fontes utilizadas consistiram em obras de autores nacionais e estrangeiros relacionados com o tema da pesquisa. Tendo sido reunidas essas referências, passou-se a analisar as características sobre o tema dentro dos estudos historiográficos. Observou-se que o gênero biográfico, por permitir maior receptividade de outras formas de interpretações, apresenta-se rico em diversidade. Porém, por estar próximo da literatura e por permitir interpretações exaltadas dos sujeitos narrados, por muito tempo não foi bem visto no meio erudito. Portanto, justifica-se assim o aprofundamento do presente estudo sobre o gênero biográfico e suas contribuições de fontes e metodologias de análise na área de história.

No primeiro momento da pesquisa foram realizados o levantamento e a revisão bibliográfica sobre os principais autores que discorrem sobre o tema, a fim de compreender como teoricamente são definidas e aceitas as biografias na seara historiográfica. Ou seja, qual o lugar que as narrativas dos sujeitos históricos ocupam na teoria sobre fontes e metodologia de pesquisas na História. Após esse momento, foram identificados os principais debates historiográficos sobre o tema. O método utilizado para análise foi o teórico interpretativo, empregando alguns elementos da abordagem qualitativa para análise e reflexão sobre os dados obtidos na pesquisa bibliográfica, estabelecendo parâmetros de análise para a compreensão do tema proposto.

Para acessar o passado usa-se documentos, objetos, ruínas, jornais, relatos de viajantes, contratos comerciais, obras de arte, etc. As narrativas de vida dos sujeitos também servem como fonte, seja biografias, confissões, relatos de experiências de vida escritas ou obtidas pela oralidade. Para interpretar essas fontes existem, na pesquisa em história, metodologias como da História Oral, narrativas (auto)biográficas, micro-história, entre outras formas.

O gênero biográfico surge na Grécia antiga. Até o surgimento da Escola dos Annales, as fontes priorizadas pela historiografia eram de cunho material, documental, que retratava uma historiografia baseada em instituições e nas elites, priorizando fatos, datas e em pessoas públicas (geralmente, pertencentes a elite) sem realizar um profundo estudo relativo à estrutura e conjuntura, ou seja, de um contexto social mais amplo, para sanar lacunas que as fontes tradicionais deixam (LE GOFF, 1990, p.78). No século XIX, alguns autores, como Johann Gustav Droysen em seus trabalhos referentes a teoria da História, consideraram a contribuição do sujeito na História sob uma perspectiva mais ampla, relacionando uma ótica individual com uma mais vasta da história (LORIGA, 2011).

A partir do século XIX, os historiadores alteraram a perspectiva de análise de uma história focada em “ações e sofrimento dos indivíduos para se dedicarem a descobrir o processo mais invisível da história universal”. Dessa forma, deixando o sujeito invisibilizado, apático, sem ação numa perspectiva de uma história única. Sabina Loriga aponta dois motivos que podem ter direcionado os trabalhos dos historiadores desse período. Primeiro, é a percepção de que não existe uma verdade absoluta; segundo, a sistematização das ciências humanas e a tentativa de torná-la previsível, dando um caráter científico, de acordo com as concepções da época para o que era ciência segundo a modernidade (LORIGA, 2011, p.11-12).

A biografia foi sendo colocada de lado à medida em que a história se estabeleceu como uma disciplina com pretensões científicas. Porém, tal movimento não impediu que ela fosse utilizada como matéria-prima por historiadores, em geral, com pouca expressão, para a elaboração de grandes sínteses ou de referenciais identitários ligados a uma ideologia nacionalista. Também, a biografia foi utilizada para atender ao gosto do público interessado pela vida secreta de personagens com destaque social. Esse tipo de narrativa foi desprezado

pelos historiadores com viés cientificista. Observa-se que na década de 1980 ocorre a redescoberta do gênero biográfico, porém, ainda recepcionado com ressalvas por pesquisadores da área de História (SCHMIDT, 2012, p.192).

A partir de 1985, a biografia é resgatada pelos estudos de História e também pela produção literária (DOSSE, 2015, p.16). Ocorre uma inversão na popularidade da biografia nos meios acadêmicos e literários, com inúmeros estudos e obras literárias publicadas, dentre biografias, autobiografias, memórias e confissões (DOSSE, 2015, p.17). Nesse contexto, o gênero passou a ganhar espaço em debates acadêmicos e na produção historiográfica, tanto como apoio às pesquisas documentais, quanto às biografias, as quais procuraram apresentar os sujeitos de forma menos fantasiosa.

Nesse período, as biografias tornam-se fontes de inovação, pois surgem da rotina dos sujeitos para mais tarde conectar com os elementos da história erudita e do conjunto das ciências humanas (DOSSE, 2015, p.17). Nessa perspectiva, a subjetividade que desqualificava o gênero passou a ser considerada um elemento importante de contribuição para os estudos, pois “[...] está à altura de abrir as portas ao conjunto das ciências humanas e literárias graças à sua receptividade. Tornam-se possíveis formas de estudos transversais e o diálogo entre universos de interpretação diferentes” (DOSSE, 2015, p.17), pois permitem a conexão entre o geral e o particular defendido por Wilhelm Dilthey (LORIGA, 2011).

Michel de Certeau (1982) tinha como preocupação apresentar o sujeito nos estudos históricos. O historiador alegava que o espaço social, trabalhado a exemplo dos *Annales*, era formado por pessoas e, portanto, deveria ser estudado a partir das engrenagens dos grupos ou entidades sociais para poder compreender o conjunto. Para o autor é preciso dar atenção para quem escreve a história, para o sujeito que possui uma formação de vida e que, inevitavelmente, por sua característica humana, detém subjetividade, a qual é projetada nos textos em que interpreta uma realidade passada por meio de fontes. Logo, a subjetividade criticada nas fontes biográficas, também faz parte do historiador que realiza o trabalho, sendo possível produzir conhecimento científico utilizando a subjetividade, desde que ela esteja especificada e aparente no texto, estabelecendo, assim, um pacto com o leitor (CERTEAU, 1982). A crítica está na tentativa de ignorar essa subjetividade e tratar os processos investigatórios em ciências humanas como métodos matemáticos, com resultados exatos.

Nesse sentido, as contribuições das Ciências Sociais – por exemplo, a “etnografia, dos campos da linguagem, como a linguística, a psicanálise, como exemplo Jacques Lacan que pensa o sujeito como um construto no campo da linguagem” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p.26) - são aportes importantes para compreender esse sujeito histórico e suas interações com seu contexto histórico, para se delinear elementos desse passado narrado e sua relação com pessoal e o externo.

Em comparação com uma historiografia biográfica que centrou suas narrativas em figuras tutelares como forma de identificação/referência, na atualidade, existe um esforço por parte dos historiadores que procuram desconstruir essa forma de abordar as histórias de vida, possibilitando a ampliação de um sujeito único em uma ideia de um sujeito plural. Neste sentido, ocorre uma modificação na abordagem do gênero biográfico, pois esse considera o sujeito como dotado de pluralidade (DOSSE, 2015, p.297).

As histórias de vida oferecem a perspectiva de um devir histórico aberto, em constante mudança e marcado por dinâmicas e mecanismos interativos (AVELAR, 2012, p.78). Sob esse ângulo, os personagens das narrativas de vida não possuem o controle total de suas vidas para fornecer uma constância de fatos que se desencadeiam de forma coerente no fluxo temporal (AVELAR, 2012, p.78). Esse fluxo temporal é marcado por escolhas, continuidades e rupturas.

A partir da ciência dessas características é possível alargar a compreensão do passado, demonstrando que esse se constitui em um campo de conflitos e de construção de objetos, ao invés de transformá-lo em uma unidade homogênea e coesa.

Diante do apresentado no presente trabalho, infere-se que o gênero biográfico contribui, desde seu início na antiguidade, para as discussões no campo historiográfico, seja com novas fontes empíricas, seja com a produção de material que possui objetivos que não atendam os novos questionamentos do presente, mas que possuem um referencial que contribui para dar novos rumos, por meio de críticas às formas de abordagens anteriores, como a prosopografia ou do homem monumento.

A biografia passou por períodos de maior uso e por outros que não foi bem vista, mas nunca deixou de ser utilizada por completo. Observou-se que no decorrer do tempo, o gênero biográfico ganhou espaço na historiografia, seja como fonte empírica ou como metodologia, sendo utilizado na Educação, Ciências Sociais e na História, havendo contribuições do conhecimento produzido em cada área que partilham entre si. A importância da biografia como fontes e metodologia de pesquisas na história consiste na aproximação e interação que se pode estabelecer entre os elementos de uma história de vida que estão atreladas a uma história mais ampla. Desse modo, possui a peculiaridade de proporcionar visibilidade para os sujeitos, podendo ser utilizada na perspectiva de uma história de baixo. Essa perspectiva de colocar o sujeito histórico em primeiro plano, em muitas análises, contrapõe-se aos modelos estruturalistas do século XIX e aos que ocuparam papel de destaque historiografia até meados do século XX, como o positivismo e marxismo. Essa ótica dada aos elementos do passado coloca o sujeito no primeiro plano ao abordar a história, enquanto que em outros modelos estruturalistas, o sujeito e sua singularidade não são considerados como importantes nos arranjos e rearranjos sociais.

Contudo, por proporcionar mais interatividade, existem armadilhas que o historiador deve estar atento, como realizar recortes que atendam uma linearidade e passar a ideia de uma vida constituída de fatos que se desencadeiam forma subsequente e coerente, de acordo com a crítica de Bourdieu (2002). Também, observou-se que existem variadas metodologias para se analisar essas fontes empíricas. Em relação a escrita do passado, sobre a qual existem debates sobre a relação com a verdade, visto que o historiador reúne fragmentos do passado e os remonta através do texto, este deve possuir uma coerência e atentar para valores éticos. Assim, também é importante que o historiador esteja ciente de sua carga subjetiva ao selecionar os fragmentos para compor uma narrativa do passado. Ao final do presente estudo, observou-se que a subjetividade do sujeito é elemento constituinte da composição da história e não pode ser descartado para a compreensão da mesma.

Palavras-chave: Gênero Biográfico. Metodologia. Fontes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O significado das pequenas coisas: História, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica.** São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 15–38.

AVELAR, Alexandre Sá. Escrita da História, escrita biográfica: das possibilidades de sentido. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica.** São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 63-80.

AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica.** São Paulo: Letra e Voz, 2012.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, M. M., AMADO, J. **Usos & abusos da História Oral.** 3ª Edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 183-191.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida.** Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica.** São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 7-11.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história.** Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. In: **DOSSIÊ - BIOGRAFIAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS.** História vol.33 no.1, Franca, Jan./June 2014.

_____. “Grades invisíveis para rebentar”: Memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões argentinas (1975-1979). In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). **Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica.** São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 227-239

_____. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 187-205.

O HISTORIADOR: DILEMAS DO PENSAR HISTORIOGRÁFICO E SUA INCORPORAÇÃO NAS NARRATIVAS

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos¹

Resumo: A presente pesquisa tem como intuito o desenvolver historiográfico sobre a escrita do historiador, tendo como base a interpretação bibliográfica de autores clássicos e atuais sobre a plausibilidade histórica, permitindo assim a analogia, e desenvolvimento histórico sobre o tema desenvolvido. Construir a narrativa de um fato na historiografia, no século XXI torna-se uma tarefa desafiadora para o historiador, pois este necessita ter a compreensão de métodos para que a sua historiografia, tenha plausibilidade, pois, a história é produzida através dos fatos, e segundo Malatian quando escreve sobre o pensamento de Chateaubrian: “Cada um escreve como vê como sente; não se pode exigir do historiador se não o conhecimento dos fatos, e a imparcialidade do julgamento e o estilo” (2015, p. 130) desta forma o autor defende que o historiador não está isento de seus conhecimentos para analisar os fatos.

Assim, o que se apresenta para o historiador, não é um passado em que se tem todos os elementos, mas sim, são apenas pequenas partes de um passado, podendo dizer que estas partes, são simbolicamente fendas, que dependendo do ponto de vista de cada indivíduo, o passado pode apresentar ângulos diferentes, em outras palavras.

O que nos está disponível para a pesquisa não são os passados, mas, em parte, um dia vivos e significativos; outros já se apresentam reformados e ainda com utilidades *resquícios* deles, e, em outra parte, *concepções* a respeito deles. Fato inserido no seio do presente; alguns, destroçados e isolados, evocam a lembrança de como foram prática; outros ainda alterados até o ponto de serem irreconhecíveis e estarem totalmente imersos no ser e na vida do presente; e este nada mais é do que a síntese de todos os restos e resultantes do passado (DROYSEN, 2015, p.42)

Mas isto não quer dizer que o historiador cometerá o equívoco de julgar os fatos passados pelos acontecimentos futuros, pois não cabe ao historiador julgar os fatos, e sim torná-los, os mais próximos de uma verdade. Pois, no momento que o historiador julga um fato, compromete todo o seu trabalho histórico.

Acima de tudo, devemos cuidar que nossas pressuposições (ou vieses) nunca invadam a esfera da investigação científica da evidencia, a coleta e a confrontação dos fatos da história. A descoberta dos fatos deve ser o elemento verdadeiramente científico na tarefa do historiador. Imparcialmente desvendado; o campo dos fatos haverá de ser o piso comum para todos os historiadores, muito embora eles venham divergir na interpretação que lhes é imputada. Mas, contanto que haja uma tal área comum, o desacordo gerado pelas várias interpretações será menor (TREVELYAN, 2015, p.138).

¹ Doutoranda pelo Programa de pós Graduação em História - Universidade de Passo Fundo- UPF. Mestre em História pela mesma instituição. Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas- Pela Universidade Federal do Pampa. UNIPAMPA. Membro do grupo de pesquisa Relações de Fronteira: história política e cultura na tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Grupo de pesquisa NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA - NDH, do(a) Universidade de Passo Fundo.

O processo de seleção das bibliografias, a seleção e a interpretação das fontes primárias exige que o autor, relacione elementos e métodos que tragam a interpretação possível para sua produção do conhecimento, uma grande discussão na busca de reconhecimento da história como ciência entra a necessidade de aplicação de uma metodologia, um método e técnicas definidas e aplicadas adequadamente ao objeto e como o autor se posiciona perante o fato, tendo claro estes elementos, a ele próprio escolher qual caminho sua interpretação vai seguir.

Assim deve o autor busque as fontes, ou seja, os documentos que utilizará em sua pesquisa, e irão compor o seu enredo, a sua interpretação, desta maneira procurando fazer a tríade que consiste na crítica, heurística e hermenêutica, “para além dos três passos operativos da pesquisa histórica propriamente dita, chega-se à representação, ou seja, às formas narrativas do conhecimento histórico produzido. Através da representação, é narrado o passado humano, revisitado pela pesquisa sob forma de uma história” (DIEHL, 2001, p.26).

A narrativa histórica é uma forma de representação, uma ferramenta que faz com que o historiador seja interlocutor dos fatos, esta deve conter o máximo de verdade, que possa ser extraída de suas fontes primárias através da interpretação do historiador, e da memória dos sujeitos inseridos nela. “A verdade do conhecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que chamamos anteriormente de ponte invisível do fato” (HUMBOLDT, 2015, p.83).

Sendo assim, este intermédio de buscar profundamente um novo olhar para o redigir das fontes, torna o ofício do historiador uma arte, permitindo a quem vai ler uma nova maneira de ver o fato, possibilitando uma história sob um novo olhar, mais reflexivo, a partir de uma problematização sobre os resquícios que restaram do passado.

O historiador necessita em sua narrativa trabalhar com sua memória e imaginação, através de uma problematização do fato histórico, desenvolvendo a partir da documentação que está a sua disposição, procurando chegar com a sua produção do conhecimento priorizando o que chamamos um interpretar da verdade histórica.

No pensamento relativo acontece então que, por um lado, todos dizem a mesma coisa e, por outro, cada um diz uma única coisa: todos dizem a mesma coisa, isto é a verdade, que só pode ser única e idêntica, e cada um diz uma única coisa, ou seja, diz a verdade do seu modo próprio, do modo que *solum* é seu; e é verdadeiro pensador aquele que não somente diz a verdade única, a qual na sua infinidade pode bem reunir todas as perspectivas por mais diversas que sejam, mas também insiste em dizer e repetir, por toda a vida, aquela única coisa que é a sua interpretação da verdade, porque aquela contínua repetição é o sinal de que, longe de limitar-se a exprimir o tempo, atingiu a verdade (PAREYSON, 2005, p. 11).

E para que a interpretação ocorra, o tempo deve ser pensado para a realização desta narrativa. “É quando ele passa que medimos o tempo: não o futuro que não é, não o passado que não é mais, nem o presente que não tem extensão, mas os tempos que passam”. (RICOEUR, 1997, p.35) Se o tempo presente não tem divisão é o tempo em que o historiador escreve, então é possível que, através apenas do tempo presente, “e na própria passagem, no transitivo que é preciso buscar ao mesmo tempo, a *multiplicidade* do presente e *seu dilaceramento*”(RICOEUR, 1997, p.35) sendo permitido a interpretação do passado, pois, é no tempo presente que se quebra a contagem e a divisão do tempo.

Conclusão: Desta maneira o historiador não deve ir apenas atrás dos fatos, é necessário que tenha lugar para o desenvolvimento das ideias, estas ideias devem ser pensadas a partir da

interlocução das fontes que se tem em mão, permitindo que o historiador não crie uma possibilidade, mas sim varias para escrever a história.

O estudo da história dá ao homem algo que não se encontra na filosofia e na poesia, a saber, o sentido para a realidade. Tal sentido, porém, em momento algum poderá ser igualado a uma objetividade ingênua e descritiva: em meio ao caos aparente da realidade, cabe, sim, ao historiador, com o intermédio da fantasia, reconhecer formas (HUMBOLDT, 2015, p. 79).

Pois, esta contagem, e divisão tanto de um tempo passado quanto de um tempo futuro só é possível na memória de quem escreve, sendo então o tempo variável, as datas são mutáveis e o tempo não existe, o que existe são mecanismos que o indivíduo com a interlocução de sua memória, inventou para a fixação dos fatos, da evolução que estava acontecendo, ou podemos definir como o ciclo humano de morte e renascimento, assim distinguiriam “o tempo” que ocorreu determinado acontecimento histórico.

Deste modo, compreende-se que o dilema da interpretação das fontes na historiografia do historiador, vai muito além dos simples fatos, cabendo uma gama de fatores que interferem e qualificam esta narrativa, tendo por base que o historiador não está isento, de suas próprias memórias, dando assim historicidade e plausibilidade em seu redigir e interpretação de determinadas “janelas” históricas.

Palavras-chave: historiador; narrativa; historiografia.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri, **Matéria e memória**: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito. Martins Fontes, São Paulo 1999.

DIEHL, Astor António. **Do método Histórico**, editora UPF. 2001.

DROYSEN, Jehan Gustav, Arete e método. In: MARTINS, Estevão (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. Sobre a tarefa do historiador. In: MARTINS, Estevão (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015.

PAREYSON, L. **Verdade e Interpretação**. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

MALATIAN, Teresa. Chateaubrian. In Jurandir Malerba In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

RANKE, Leopoldo Von. Sobre o caráter da ciência histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

RICOEUR, Paul, 1913. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas – SP, 1994.

_____ **Tempo e narrativa**. Tomo II. Campinas – SP, 1995.

_____ **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas – SP, 1997.

TOPOLSKI, Jerzy. **Metodología de la historia**, Madrid, Editorial Cátedra, 3ra Ed., 1983.

TREVELYAN, George Macaulay. Viés da História, in: In: MARTINS, Estevão (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2015.

2. Tempos extremos: debates e análises em História Agrária e Ambiental

O principal objetivo deste simpósio é abarcar estudos acerca da ação humana no ambiente, com ênfase às realidades agrárias e ambientais, de modo a promover uma ampliação teórica sobre temas relacionados à História Agrária e Ambiental, em consonância ou não. A História Ambiental dedica-se a pesquisar as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais buscando a influência desses processos naturais na história da humanidade, não desligando-se dos respectivos territórios e contextos. A História Agrária, por sua vez, busca explorar os processos de formação de estruturas e/ou realidades agrárias, convergindo para uma, cada vez mais intensa, relação com a História Social, a fim de perceber os sujeitos e seus respectivos lugares no que tange à estrutura/realidade supracitada. Nesse sentido, há de se compreender a importância da junção de ambas as áreas para se poder conceber os impactos da ação humana no espaço agrário, bem como o condicionamento ambiental para o desenvolvimento e concepção de distintos territórios e formações sociais, a ponto de perceber como estes foram essenciais para a constituição da realidade atual.

A REFORMA AGRÁRIA E O SETOR RURAL NO DISCURSO DO PRESIDENTE SARNEY

Brendo Filipe Costa Diniz¹
Valéria Marques Lobo²

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender a utilização do programa *Conversa ao Pé do Rádio* na construção discursiva do governo Sarney acerca do papel que o campo e a reforma agrária desempenhariam no Brasil. Para isto, será feita uma análise das transmissões do programa *Conversa ao Pé do Rádio*, criado em 25 de outubro de 1985 pelo então presidente da República Federativa do Brasil. A exibição contava com amplo alcance, uma vez que possuía transmissão nacional obrigatória todas as sextas-feiras às 6h e às 19h30 do horário de Brasília. A inspiração veio do ex-presidente dos Estados Unidos da América Franklin Delano Roosevelt, que criou em 1933 o programa de rádio *The Fireside Chats*³, onde buscava divulgar as ações da administração federal estadunidense, especialmente as de combate à recessão decorrente da crise econômica oriunda da queda da bolsa de Nova Iorque em 1929.

Nas transmissões de seu programa Sarney realizava discursos curtos e de forma coloquial sobre alguns acontecimentos da semana e também divulgava diferentes atos de sua administração, como as realizações de projetos sociais, suas negociações com o Congresso e diferentes medidas no campo econômico. Elas igualmente eram usadas para comentar temas concernentes ao governo, entre eles diversos assuntos relacionados à terra, como o progresso do setor rural e a reforma agrária. Esta pesquisa se debruçará da primeira exibição, em 25 de outubro de 1985, até a 226ª edição, em 15 de março de 1990.

Para melhor compreender a turbulência presente no início do governo, faz-se necessário uma breve recapitulação da trajetória pública de Sarney⁴, além de uma posterior contextualização do cenário econômico presente no período. Ele inicia sua carreira política em 1954, quando é eleito deputado federal suplente pelo Partido Social Democrático. Em decorrência de disputas internas no diretório maranhense do partido, em 1958 ele decide migrar para a União Democrática Nacional e é eleito deputado federal pelo Maranhão. Com o Golpe Militar e o Ato Institucional nº 2, que dentre outras ações instituiu o bipartidarismo no país, Sarney filia-se ao partido de sustentação da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Com o apoio dos militares consegue ser eleito Governador do Maranhão para o intervalo entre 31 de janeiro de 1966 e 14 de maio de 1970, e para Senador pelo mesmo Estado entre o dia primeiro de fevereiro de 1971 até 15 de março de 1985.

Sarney também foi presidente da ARENA⁵ de 1979 até 1984, decidindo deixar a agremiação neste mesmo ano por divergências quanto à indicação para as eleições presidenciais

¹ Mestrando e Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Vinculado ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS). brendofcdiniz@gmail.com.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/1987), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/1995) e doutorado em Ciências Humanas (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/2005), atual IESP. É professora associada do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Também colocar e-mail para contato.

³ Para saber mais sobre o programa: RYFE, D. M. **Franklin Roosevelt and the Fireside Chats**. 4ed. Journal of Communication, v. 49, 1999, p. 80–103.

⁴ Para saber mais sobre a vida e carreira de Sarney: ECHEVERRIA, R. **Sarney**. A biografia. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2011.

⁵ Com o fim do bipartidarismo no país, em 31 de janeiro de 1980 o partido se transforma no PDS (Partido Democrático Social).

indiretas de 1985, uma vez que desejava ser o candidato de sua agremiação, que o pretere em favor de Paulo Maluf. Dentre outros motivos, isso ocorreu pela influência de João Figueiredo, de quem não contava com muita simpatia. Junto a outros dissidentes do PDS, ajuda a formar em 1984 a Frente Liberal.

Como demonstra Ferreira (2018, p. 35-37), em uma articulação para as eleições presidenciais de 1985, forma-se a chamada Aliança Liberal, fruto do acordo entre os dissidentes descontentes do PDS, até aquele instante aglutinados na Frente Liberal, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A aliança culmina na filiação de Sarney ao PMDB com o intuito de disputar as eleições como vice-presidente em uma chapa comandada pelo então deputado federal Tancredo Neves. Este arranjo ganha de forma esmagadora, conseguindo 480 votos no Congresso Nacional enquanto a chapa comandada por Maluf e apoiada pelo regime militar faz apenas 180 votos. Tancredo, porém, acaba ficando doente dias antes de tomar posse, que ocorreria em 15 de março de 1985. Após enorme tensão e intensa negociação, o então presidente do Congresso Nacional Ulysses Guimarães determina a posse de Sarney de forma interina, até que ocorresse a recuperação de Tancredo.

O começo de seu mandato é, portanto, marcado pela falta de legitimidade perante a população e da mesma forma em relação à parte da classe política, que não enxergavam em um antigo partidário da ditadura o representante ideal para conduzir a transição para uma democracia. Esta primeira conjuntura é definida por uma atuação bastante autônoma da equipe ministerial, uma vez que ela havia sido toda indicada por Tancredo e se comunicava mais com Ulysses Guimarães do que com o próprio Sarney, a quem enxergavam com desconfiança (FERREIRA, 2018, p. 45-46).

A situação começa a se transformar em 21 de abril de 1985, com a morte de Tancredo e a conseqüente posse oficial de Sarney como Presidente da República. Inicia-se, assim, um lento processo onde ele procura edificar uma base própria de apoio junto à sociedade e ao meio político. Um dos principais marcos dessa tentativa é exatamente a criação do programa Conversa ao Pé do Rádio, o qual era utilizado para defender o governo e para criar uma relação mais próxima entre o chefe do poder executivo e a população, que teria a oportunidade de ouvir a respeito das proposições e atos do governo a partir do próprio presidente. A partir disso, ele começa a cuidar mais de sua imagem pessoal e passa a imprimir um estilo mais próprio de gestão, até aquela ocasião muito afetada pelas alianças e escolhas de Tancredo (FERREIRA, 2018, p. 46). Fazendo amplo uso da comunicação, como de seu programa de rádio, Sarney passa a realizar uma maior divulgação das ações de sua administração em uma tentativa de se evidenciar enquanto um governante eficaz. Isto ocorre, pois, na avaliação de Kinzo:

Sarney tomou posse sem plano de governo e com a crise econômica e social se avolumando. Faltava-lhe legitimidade. [...] ele era o político conhecido por seus vínculos com a ditadura que assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez para governar – o PMDB. O governo ficou exposto a todo tipo de pressão. (KINZO, 2001, p. 7).

No que concerne a questão da terra, a partir do enfraquecimento dos mecanismos de repressão da ditadura e do fortalecimento dos movimentos sociais nos anos 1980, houve um recrudescimento das lutas por uma reforma agrária que se concretizou em 1984 com a criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Como demonstra Grynspan (2007, p. 337):

O primeiro congresso nacional do MST realizou-se em 1985 e suas resoluções já indicavam uma mudança fundamental no curso das lutas pela terra no país. Falava-se

em extinção do Estatuto da Terra e na edição de novas leis que levassem em conta as lutas dos trabalhadores, reivindicava-se a expropriação de terras em mãos de multinacionais e a desapropriação de áreas superiores a 500 hectares. Mais significativa, porém, era a proposta de ocupação de terras improdutivas ou públicas, adotando-se o lema “Ocupação é a única solução”.

Herdeiro das intenções da ampla coligação que elegera Tancredo Neves, na 5ª edição de 22 de novembro de 1985 fica claro como a reforma agrária estava no centro de prioridades da propaganda governamental, quando Sarney exalta o Mirad (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) e o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) como símbolos da luta por justiça social que o governo estava acampando. A propaganda do PNRA dizia o seguinte:

A Reforma agrária do Presidente Sarney, porém, é brasileira e atende à realidade política, econômica e social do país. Todos podem apoiá-la, pois é justa, pacífica, racional, produtiva e democrática. Nossa Reforma agrária não combate a propriedade privada. Pelo contrário, amplia o número de proprietários e estimula a produção e a produtividade (TENDLER, 2011).

O Presidente deixava nítido que a reforma agrária teria um enfoque econômico, de aumento das safras e da produtividade, em detrimento de seu aspecto social, de diminuir a desigualdade no acesso à terra, o que não atendia aos movimentos organizados. O presidente também aproveitou o programa para lançar o suporte a pequenos agricultores do nordeste através do financiamento da SUDENE, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Também era uma tentativa de angariar apoio em meio ao seu reduto eleitoral, demonstrando o discurso de realização da reforma agrária não encontrava embasamento na realidade.

O governo Sarney previa que pelo menos 1 milhão e 500 mil famílias deveriam ser assentadas. Criava-se um aparente consenso em torno da imperiosidade da reforma agrária e, mais claramente ainda, do profundo nexos entre reforma agrária e redemocratização do país. Sarney, entretanto, deixava evidente o seu enfoque, que não era a confrontação ou o combate frontal às desigualdades, “A reforma agrária não é um instrumento de agitação nem de perturbação da produção agrícola. Pelo contrário, a reforma agrária é feita para dar paz.” (Sarney, 1990, p. 179).

Fica claro, portanto, que algumas contradições internas da administração federal acabaram por travar a reforma agrária e outras pautas para o setor rural:

Consolidava-se, ainda neste momento, um dos mais poderosos lobbies de proprietários de terras que o país já vira, a UDR, União Democrática Ruralista. Utilizando recursos financeiros abundantes, com forte representação parlamentar e apoio dos grandes grupos industriais, os chamados ruralistas construirão uma das bancadas parlamentares, de caráter interpartidário, com capacidade de definir votações fundamentais, inclusive a duração do mandato do presidente, principal tema político do governo de então.” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 195)

Se nas primeiras transmissões os discursos eram muito pautados pela reforma agrária como uma forma de modernização e também enquanto uma maneira de apaziguar as tensões no campo, isso acaba se alterando durante o mandato. Com o tempo, o presidente acaba por deixar um pouco de lado a questão da reforma agrária em favor de uma narrativa que focava no desenvolvimento do setor rural através de ações como o estímulo ao progresso da irrigação e o crédito rural, sobretudo para o Nordeste, seu reduto político:

Ao mesmo tempo que a Constituição de 1988 criava os mecanismos necessários para se proceder a uma grande reforma agrária no país (definia claramente a desapropriação de terras por motivos sociais e o pagamento das terras com títulos da dívida pública), o próprio presidente da República capitaneava uma ampla frente conservadora, o contrário, de bloqueio a qualquer mudança estrutural da sociedade brasileira." (LINHARES; SILVA, 1999, p. 195-196)

Assim sendo, esta análise se pauta pela metodologia da análise de discurso para realizar uma análise qualitativa que busque entender o emprego do Conversa ao Pé do Rádio na edificação do discurso governamental sobre suas soluções para o campo. Essa investigação se faz necessária já que a fonte abordada nunca foi objeto direto de um estudo e também porque o discurso do governo Sarney é pouco examinado pela historiografia, havendo muito espaço para novas pesquisas.

A investigação aponta que um dos objetivos do programa foi angariar apoio da população ao entendimento da gestão federal sobre o papel do desenvolvimento rural e também da reforma agrária, que não preconizavam a diminuição da desigualdade no acesso à terra, mas que priorizava somente a modernização e o desenvolvimento econômico. O enfoque estritamente econômico das propostas da administração federal para o setor rural buscava aumentar o apoio do governo em alguns setores da sociedade sem, no entanto, desagradar os grandes latifundiários, já que o governo visava a constituição de um pacto social e para isso se vendia como um grande conciliador nacional.

Conforme a análise deixa evidente, a investigação sobre os silenciamentos no discurso também são bastante frutíferas:

Enquanto explicação, ela não explicita e, aliás não pode explicitar tudo sob o risco de se perder, de se destruir ao expor, por exemplo, as diferenças, as contradições sociais. Essa manobra camufladora vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de "lacunas", "silêncios", "brancos" que preservem a coerência do seu sistema." (BRANDÃO, 2004, p. 22)

A partir dessa noção pode-se compreender uma série de silenciamentos que ocorrem no decorrer do Conversa ao Pé do Rádio, como da própria reforma agrária. Em suma, cabe-se ressaltar que a flexibilidade da mensagem era crucial para a política de Sarney. Essa característica permitia a ele atrair uma audiência massiva, mas ainda assim falar com indivíduos particulares; possibilitava que promovesse sua imagem e de sua administração, mas igualmente exaltar o público; e também permitia dramatizar os problemas, mas despolitizar os seus programas de combate à crise. O objetivo final era a criação de um pacto nacional em torno de suas medidas para o campo que envolveria toda a sociedade em um consenso na Nova República.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Sarney; Terra.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. v. 1. 122p.

ECHEVERRIA, R. **Sarney**. A biografia. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2011.

FERREIRA, J. **O presidente acidental**. José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da Nova República**. Da transição democrática à crise política e 2016. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 5). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 1, p. 25-69.

GRYNSZPAN, M. **A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST**. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 315-348.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Campus, 1999.

MODIANO, E. M. **A Ópera dos Três Cruzados**, 1985-1990. In: ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

RYFE, D. M. **Franklin Roosevelt and the Fireside Chats**. 4ed. *Journal of Communication*, v. 49, 1999, p. 80–103.

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio**. 1985/1986/1987. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 1. (Documentos da Presidência da República).

SARNEY, J. **Conversa ao Pé do Rádio**. 1988/1989/1990. 1. ed. Brasília: Presidência da República, 1990. v. 2. (Documentos da Presidência da República).

STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. 2a ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2005.

TENDLER, S. **Tancredo - A Travessia**. Caliban, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pDqaUUoicLk&ab_channel=CALIBANcinemaeconte%C3%BA. Acesso em: 16 abr. 2021.

OS LIMITES DO DIREITO DE USO COMUM DAS ÁGUAS NO CAMPO- FEIRA DE SANTANA 1900-1940

Pedro Alberto Cruz de Souza Gomes¹

Feira de Santana está localizada no agreste baiano, há cerca de 116 km de Salvador. A região é historicamente marcada pela produção agropecuária policultura. A história da cidade é marcada pela feira de gado, na qual eram vendidas criações vindas de diferentes partes do país (POPPINO, 1968). Atualmente, Feira de Santana é conhecida por ser o maior entroncamento rodoviário do norte-nordeste, com forte presença de atividades comerciais diversas.

A reflexão a seguir faz parte do projeto de dissertação de mestrado que está em desenvolvimento no PPGH/UEFS. O texto busca entender as dinâmicas de uso das águas de fontes, tanques e lagoas no ambiente rural de Feira de Santana de 1900 a 1940. Abordaremos, de maneira mais específica, os costumes e noções consuetudinárias que interdavam determinadas práticas ou garantiam o direito ao uso, conforme os preceitos preconizados socialmente.

Buscamos entender como a cultura local organizava uma noção de direito que incidia sobre práticas cotidianas como apanhar água nos tanques alheios. Geralmente, os códigos de uso dos elementos naturais do campo normalmente não eram explicitados verbalmente, mas com a emergência dos conflitos os direitos de uso e seus limites eram expostos (SILVA, 2017). Tal constatação nos leva a tentar entender os limites dos direitos de uso comum das águas no ambiente rural.

A investigação se justifica pela contribuição no entendimento de uma questão ainda não estudada em Feira de Santana. Bem como, por buscar ampliar os horizontes do conhecimento histórico de maneira geral e pelo potencial em proporcionar novas reflexões em contextos diferentes.

A pesquisa em questão é uma investigação em andamento. A análise tem como fontes principais processos-crimes arquivados no CEDOC/UEFS. Recortamos dois tipos básicos de processos criminais: 1. os processos de afogamento, que abordam especificamente fatos que, geralmente, aconteciam nos mananciais e possibilitaram questionar os usos das águas do campo; 2. processos de lesão corporal: nos quais encontramos maior dificuldade em buscar elementos relacionados às águas do campo. Com os processos de lesão corporal, adotamos a metodologia de leitura prospectiva de todos os processos circunscritos no recorte selecionado, em busca de indícios que nos levassem aos usos das águas. As palavras-chaves que guiaram a prospecção foram: água, tanque, fonte, lagoa, poço, lavar, tomar banho, pescar e beber água. Os direitos costumeiros e os limites dos usos dos mananciais em Feira de Santana foram percebidos a partir da observação de indícios da documentação criminal. Uma vez que entendemos ser possível extrair de um conjunto de processos judiciais, análises que proporcionem o entendimento da questão (GINZBURG, 1989, p.144). O olhar indiciário nos permite visualizar os detalhes dos relatos que extrapolam os fatos descritos, uma vez que a documentação não foi produzida para responder as aqui questões propostas.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Feira de Santana (UEFS). Orientado pelo Dr. Rodrigo Osório Pereira/UEFS. E-mail: pedroalberto.gomes@gmail.com.

A investigação em tela visualiza o contexto do pós-abolição enquanto um problema histórico dotado de configurações sociais e hierarquia raciais próprias. De maneira geral, no período recortado, a população rural de Feira de Santana é predominantemente analfabeta e pobre (REIS, 2014). Parte da população do campo vivia da pequena produção de feijão, milho, mandioca e fumo, boa parte da produção era dedicada a subsistência e outra parte a venda, a criação de animais também era uma realidade (SILVA, 2012). Muitos dos pequenos produtores da região eram rendeiros (trabalhadores que moravam em fazendas alheias e recebiam terra para cultivo e moradia como contrapartida pelo trabalho semanal, geralmente no dia de quarta-feira). A categoria “lavrador”, muito presente na documentação utilizada, pode abarcar sujeitos que ocupavam diferentes lugares sociais como rendeiros, agregados, pequenos proprietários e coronéis. (ALVES, 2013).

Dois conflitos que aconteceram na região de Feira de Santana são ilustrativos do que pretendemos abordar. Ambos os conflitos aconteceram no distrito de Almas, atual município de Anguera, e no ano de 1904.

O primeiro caso aconteceu no lugar denominado Pereira. A história começa a ganhar contornos jurídicos quando Cassemiro de Tal chegou ao tanque para apanhar água e José Batista travou uma conversa com ele. O diálogo foi descrito pelo próprio denunciante, José Batista. O texto é ilustrativo da tentativa de diferenciação entre o público e o privado:

Perguntado a quem tinha pedido? Respondeu que a ninguém. Perguntado mais se seu tanque era da Nação? Respondeu que não sabia, que sim levava água. Perguntado mais do autor qual a razão dele levar água? Respondeu que apanhava, o ofendido tomou a frente para ele Cassemiro não apanhar água ele autor meteu lhe as mãos e derrubou-lhe e disse que estivesse só lhe daria a resposta.²

A ameaça foi cumprida na semana seguinte, Cassemiro agrediu João Batista e, por isso, o relato foi documentado. O momento que antecedeu e motivou a agressão, nos faz pensar sobre os limites do direito de uso comum das águas. João Batista questionou a permissão que Cassemiro teria para apanhar água e reforçou o caráter particular do manancial, quando disse que o seu tanque não era da nação, ou seja, não era público. Aparentemente, João Batista queria apenas que Cassemiro reconhecesse o seu poder de interdição enquanto proprietário e solicitasse permissão para apanhar água. A ação do proprietário pode estar em consonância com o contexto em que o poder dos coronéis e grande proprietários se amparavam em relações paternalistas (ALVES, 2013). Entretanto, Cassemiro não se deu por convencido, pelo que podemos entender da descrição de suas palavras e ações ele: primeiro se recusou solicitar permissão para usar o tanque, depois contestou o direito de João Batista em impedir o uso das águas. As duas ações informam que Cassemiro não reconhecia o poder do proprietário em regular o acesso a água. Não houve menção a conflito anterior que pudesse ter motivado o desentendimento.

É importante pensar o direito de uso comum como um conjunto de prerrogativas e obrigações para ambos os lados, tanto para proprietários como para a população que fazia uso das águas

O segundo caso abordado, aconteceu no lugar chamado Passarinho. Quando Maria Balbina do Espírito Santo agrediu Maria Invenção de Jesus. A inimizade das duas era de

² Processo Crime: E: 02; Cx: 44; Doc: 740. CEDOC/UEFS. 1904.

conhecimento da população local. A agressão que gerou o processo criminal, aconteceu quando Maria Balbina e sua filha foram apanhar água no tanque situado na propriedade da inimiga, que questionou a atitude:

pois Balbina sendo minha inimiga vem apanhar água em minha porta, a Balbina ouvira de lá da fonte esta pergunta, foi respondendo vem cá de junto onde estou; [...] quando ela ofendida chegou de junto das outras foi recebendo pelas ditas autoras três cacetadas na cabeça e derrubaram a ofendida dentro da fonte.³

A agressora e sua filha não se furtaram em apanhar água na casa da sua inimiga. Talvez isso se explique pelo fato de ela entender que tinha o direito de apanhar água, mesmo sem o consentimento da proprietária, o que implica pensar que a proprietária tinha a obrigação moral de não obstar que as pessoas levassem água do seu tanque. Tal interpretação também se sustenta no fato de a agredida ter dito, durante o depoimento de denúncia, que Maria Balbina apanhava água “na prevenção”, ou seja, mais do que o necessário para realizar as tarefas diárias. A necessidade de a agredida lançar questionamento sobre a forma como a água era retirada pela inimiga, revela que ela mesma estava convencida de que não poderia impedir o acesso à água sem infringir o bom cumprimento dos costumes locais. Aparentemente, estamos diante de uma dubiedade entre a ação de questionar, no momento do conflito, o direito de mãe e filha apanharem água e a dificuldade de afirmar isso perante a justiça, o que pode ter feito com que Maria Invenção invertesse a acusação ao questionar a conduta da rival quando aponta que ela apanhava água na prevenção. De maneira muito tácita, percebemos que as justificativas construídas dialogavam com o bom cumprimento do direito de uso comum.

Os dois casos são casos limites e guardam semelhanças e diferenças entre si, o que nos permite entender por diferentes ângulos o direito de uso comum das águas no ambiente rural de Feira de Santana. Mas, é preciso ter em mente que os relatos revelam apenas uma faceta da complexidade da questão. Uma vez que práticas como banho, pesca, lavagem de roupas e banhos de animais também poderiam ser palco divergências.

Os direitos de uso comum e a percepção da cultura em constante mudança pode ser percebida a partir das contribuições de E. P. Thompson no livro *Costumes em Comum* (THOMPSON, 1998, p. 90). O historiador inglês nos ajuda, sobretudo, a perceber as práticas culturais sem deixar de criticar a complexidade das experiências sociais em curso. A intenção é produzir uma apropriação das noções de direito comum e cultura produzidos por E. P. Thompson, para impulsionar o entendimento da complexidade das relações sociais no campo de Feira de Santana. De maneira mais específica, buscamos entender os limites do direito comum e do poder discricionário dos proprietários.

O diálogo entre os casos escolhidos e a formulação de um quadro de possibilidades e interdição dos usos das águas, permitiu entender a “regra” e a sua transgressão. Vale lembrar que o sentido de “regra” que aqui usado é elástico, pois por não se tratar de um código rígido ou fixo, as interpretações poderiam variar conforme o caso. Muitas vezes esses códigos consuetudinários se aproximam dos parâmetros legais, embora não fizessem referência direta aos últimos.

Os conflitos emergentes de diferentes percepções do uso destinado a tanques e fontes, sobretudo, os mananciais privados explicitaram a existência de diferentes noções sobre o

³ Processo Crime: E:01; Cx: 109; Doc: 2267. CEDOC/UEFS. 1904.

cumprimento do direito comum. De maneira geral, foi possível perceber que os proprietários se viam “obrigados” a permitir o acesso de pessoas do entorno aos mananciais, embora alguns solicitassem permissão para o uso das águas. Essa “obrigação” moral valia para os casos das pessoas que vinham apanhar água. É importante observar, que havia também a imposição moral pelo bom uso das águas, que consistia, principalmente, em a não jogar objetos que pudessem inutilizar os tanques e fontes. As regras em questão não podem ser vistas fora do contexto, no qual a escassez de água era uma realidade corrente. As vezes as era preciso percorrer longas distâncias para encontrar boa água para o consumo. Talvez por isso, a economia moral do acesso e uso das águas velava pela manutenção das águas e pelo acesso a todos.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Chintamani Santana. **Tramas da terra:** conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920. Dissertação (Mestrado em História), Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos emblemas e sinais:** morfologia e história. – São Paulo: Companhia das letras, 1989.

POPPINO, Rollie. E. Feira de Santana. Bahia- Editora Itapuân, 1968.

REIS, Francemberg Teixeira. **A terra em jogo:** perfil fundiário e estratégias para a manutenção da propriedade rural em Feira de Santana (1890-1930). Dissertação de mestrado em História. UNEB/Campi V, Santo Antônio de Jesus, 2014.

SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930).** Dissertação de Mestrado em História - PPGH- Universidade Estadual de Feira Santana, Feira de Santana, 2012.

SILVA, Mayara Plácido. **'Revolução sem sangue' na 'decantada pátria de Lucas':** experiências de trabalhadores/as negros/as e migrantes no pós-abolição. Feira de Santana (1890-1930). Tese (Doutorado em História), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OPOSIÇÃO CUTISTA NO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE CONSTANTINA/RS NA DÉCADA DE 1980

Mateus Lazzaretti¹
Diorge Alceno Konrad²

Resumo: Os anos 1980 marcaram o sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil de uma forma parecida com as transformações que o sindicalismo operário experimentou a partir das grandes greves do ABC paulista e do surgimento do Novo Sindicalismo. No campo sul-riograndense, acudados pelas transformações trazidas pelo modelo de desenvolvimento da Ditadura Civil-Militar, trabalhadores rurais se mobilizaram para fazer frente às ameaças a sua reprodução social. Numa conjuntura de expansão das monoculturas de soja e do trigo, concentração de terras e migrações forçadas pela construção de barragens no Rio Uruguai, eclodiram diversas lutas sociais no interior do Rio Grande do Sul. Na Região do Alto Uruguai, os pequenos agricultores, na luta por melhores condições de vida e de produção, passaram a identificar, também, na estrutura sindical oficial uma das travas à resolução de seus problemas (SCHMITT, 1996; FAVARETO, 2006). Com críticas muito próximas das feitas pelo novo sindicalismo no ABC paulista, grupos de pequenos agricultores, articulados com setores progressistas da Igreja Católica por meio das Pastorais, organizaram oposições sindicais vinculadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT), sendo que, a partir dos primeiros anos da década de 1980, conquistaram diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Este é o caso do STR de Constantina, município localizado na Região do Alto Uruguai Sul-riograndense, o objeto deste trabalho.

O STR de Constantina foi fundado em 1967, com a participação de representações da Frente Agrária Gaúcha (FAG), organização vinculada a setores conservadores da Igreja Católica e que manteve sua atuação, sem ser reprimida, após o Golpe Civil-Militar de 1964, pois defendia a organização das reivindicações dos trabalhadores rurais para afastá-los do “comunismo”, representado por organizações como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB). Em seus primeiros anos, o STR de Constantina foi dirigido por pequenos agricultores que seguiam as orientações políticas da FAG e, de maneira geral, possuíam atuação alinhada à da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), pautada no assistencialismo e numa intermediação conciliatória com o Estado. A partir de 1983, um grupo de pequenos agricultores participantes da Pastoral da Juventude Rural deu início à organização de uma chapa de oposição sindical alinhada à CUT. Nas eleições para a diretoria do STR de Constantina, em 1986, numa apertada votação em dois turnos, este grupo de pequenos agricultores, organizados na chapa Renovação Sindical, venceu e passou a dirigir politicamente a entidade.

O presente trabalho pretende analisar este processo de organização dos pequenos agricultores que conquistaram a direção do STR de Constantina, em 1986, buscando compreender como ocorreram alguns processos internos ao movimento, como a formação de

¹ Acadêmico de História Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais (TRAMAS/UFSM). E-mail para contato: lazzretti.mateus@acad.ufsm.br.

² Orientador, Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP. E-mail para contato: gdkonrad@uol.com.br.

lideranças e o trabalho de base. Será tratado, igualmente, o constante intercâmbio entre os pequenos agricultores envolvidos no Movimento Sindical com as lutas de outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sua relação com setores da Igreja Católica e a participação das mulheres pequenas agricultoras nesse processo. O trabalho encontra justificativa na contribuição que pode prestar ao estudo sobre o sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil, após a redemocratização, do ponto de vista historiográfico, partindo da percepção de que este tema é tratado mais frequentemente dentro da área das Ciências Sociais.

Para a compreensão da organização e atuação dos pequenos agricultores de Constantina, três autores serão utilizados como fundamentação teórica: Armando Batra Vergés, ao buscar explicitar uma economia política do campesinato, destaca a tripla exploração a que estes estão submetidos: no momento da produção, no consumo e comercialização e no mercado de crédito. Desta forma, Vergés localiza os camponeses dentro do capitalismo, contrapondo a tese do fim do campesinato, ao defender que “as relações socioeconômicas em si mesmas ‘não capitalistas’ são, onde o capitalismo é dominante, produto do capitalismo e fator de sua reprodução” (2013, p. 4). Para este autor, o camponês luta essencialmente não para ter lucro, mas para reproduzir sua condição de camponês, contra sua proletarização; neste mesmo sentido, Leonilde Servolo de Medeiros (2015) aponta que um dos principais fatores impulsionadores da mobilização dos pequenos produtores, na década de 1980, foi precisamente o risco de se tornarem *sem terras*, diante da conjuntura econômica da época; Everton Picolotto (2006), em sua dissertação de mestrado, trabalha especificamente com o movimento de pequenos agricultores em Constantina, constituindo-se como a principal obra a este respeito, e da qual muito nos utilizaremos. Com um recorte temporal mais amplo e analisando outras ferramentas constituídas pelos pequenos agricultores que chegaram à direção do Sindicato, em 1986, até o processo de conformação e consolidação da identidade da agricultura familiar, a obra deixou algumas lacunas, das quais este trabalho buscará se ocupar, como citado acima.

A pesquisa, que ainda se encontra em desenvolvimento, utilizará como técnica investigativa – além da revisão bibliográfica já realizada – entrevistas com diferentes sujeitos que tiveram envolvimento direto com o processo de organização e constituição da chapa Renovação Sindical, sendo que o grupo inicial a ser entrevistado envolve lideranças entre os pequenos agricultores que participavam da Pastoral da Juventude, lideranças regionais da época, ligadas à CUT, representantes da Igreja Católica, que deu sustento à organização, e mulheres que participaram também do processo. Seus relatos serão cruzados com outras fontes documentais localizadas, como jornais sindicais e atas do próprio Sindicato.

A partir do progresso de pesquisa realizado até o momento, é possível identificar uma forte articulação entre o Movimento Sindical desenvolvido pelos pequenos agricultores de Constantina e Região com outros movimentos, como em mobilizações junto ao MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo. Além disso, é reforçado o caráter político daqueles sindicalistas, já apontados em outros trabalhos acerca do surgimento da CUT, pois o mesmo grupo que em Constantina foi responsável pela chapa Renovação Sindical, que conquistou a direção do Sindicato, esteve também a frente da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) local. Uma hipótese surgida no desenvolvimento da pesquisa, e que será testada com as entrevistas, é a de que estes pequenos agricultores entendiam o Sindicato de Trabalhadores Rurais como a ferramenta mais apropriada para intermediação com o Estado na luta contra sua proletarização, pleiteando investimentos e garantias para que pudessem produzir, num cenário em que, na região do Alto Uruguai, se expandiam as monoculturas de soja e de trigo. Esta luta “econômica” e sindical conduziu, como aponta Picolotto (2006), a

criação de uma nova categoria, a de agricultores familiares, que conquistou a criação de políticas públicas específicas para este segmento do campo, além de construírem entidades próprias da categoria, por fora da estrutura sindical oficial.

Palavras-chave: Sindicalismo; Trabalhadores Rurais; Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

FAVARETO, Arilson da Silva. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil Contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015, v. 1, p. 339-359.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **“Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”**: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. 2006. 232 p. Dissertação (Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural) — UFSM.

SCHMITT, Cláudia. Job. A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no Campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander (org.), **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1996.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

POSSIBILIDADES DE PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL DA CIDADE DE SANTA MARIA.

Cyro Porto Martins¹

Resumo: O campo de estudo sobre História Ambiental nos possibilita observar uma gama de processos históricos que buscam compreender as relações entre as sociedades e a natureza ao longo da História. Nesse sentido, ao observarmos as interações de grupos humanos e a sua relação com a natureza, assim como a influência destas nas sociedades humanas, é possível perceber que essas relações estão presentes no dia-a-dia dos seres humanos e são centrais em diferentes processos que a humanidade se encontrou e se encontra.

Desta maneira, o presente escrito tem como objetivo trazer algumas contribuições de pesquisa e questionamentos acerca dos processos ambientais na construção da cidade de Santa Maria-RS durante seu crescimento urbano, com o advento da ferrovia 1870, até a grande seca que a cidade presenciou durante a década e 1940.

Para a análise deste trabalho buscamos nos alicerçarmos no campo historiográfico da História Ambiental. Este se desenvolveu das discussões de pesquisadores norte-americanos, bem como recorrente dos estudos da Escola dos *Annales* durante as décadas de 1970-1980. Estes debates buscaram colocar as discussões ambientais no cerne das produções acadêmicas em História. Essas discussões buscaram a “proposição de influências naturais na história humana” e ganharam força a partir da Conferência de Estocolmo em 1972 (PÁDUA, 2010). Desta forma, as relações da natureza com os seres humanos não começaram com o surgimento do campo da História Ambiental, muito menos durante o século XX. Nesse sentido, a natureza faz parte das narrativas e das vidas humanas, seja nos processos de construção das cidades, seja através dos processos de dominação entre povos, até mesmo para a compreensão dos processos imigratórios.

Nesse caminho, ao abarcarmos a construção urbana da cidade de Santa Maria, na região central do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, é nítido que a região não ficou a parte dos processos que envolvem dominação da natureza e as relações entre o meio ambiente e os seres humanos. A cidade que se localiza em uma região de transição dos biomas Mata Atlântica e Pampa, possuiu na construção das suas ruas, casas, bairros e igrejas, interações entre o meio natural com os processos de humanos. Estes que influenciaram tanto os biomas como também foram influenciadas por estes, além de estarem presente na formação cultural e visual da cidade.

A natureza em Santa Maria se faz presente como marca visual, o meio natural, mesclado com a paisagem urbana. A cidade se caracteriza pela formação de planaltos cobertos de vegetação de tipo Mata Atlântica, conhecidos na cidade como morros, além da presença do bioma Pampa, na sua parte sul. Além disso, Santa Maria conta ainda com inúmeros, rios e córregos e o famoso Vento Norte que ocorre nos meses mais frios.

Desta maneira, estas primeiras notas buscam fazer uma breve análise de como se deu a construção da cidade durante o final do século XIX e na primeira metade do século XX, abordando seu crescimento, os impactos ambientais e de que forma a cidade enfrentou uma

¹ Graduando em História Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Componente do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Poder Sociedade e Instituições América Platina: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global. Atualmente é bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPERGS/UFSM. E-mail para contato: cyroporto@gmail.com.

severa seca durante a década de 1940. Este trabalho propõe-se a discutir, ainda que breve, as possibilidades de inserção deste tema relacionando o crescimento urbano da cidade e a sua relação com seu espaço natural.

A cidade de Santa Maria teve seu surgimento ligado às demarcações fronteiriças entre as Coroas de Portugal e Espanha, durante o século XVIII. Esta região que se encontrava próximos aos grandes rios (Jacuí e Uruguai), possuía uma importância estratégica, tanto militarmente, pois estava em uma região de litígio de fronteira, quanto geográfica, próximos a bacia do Rio da Prata (MARTINS, 2021).

A localização estratégica da região, principalmente para a Coroa Lusitana, tornou a localidade ponto de diferentes processos migratórios, entre eles os dos imigrantes açorianos que adentravam o continente de São Pedro² através do Rio Jacuí a partir do séc XVIII, bem como a migração de grupos indígenas que foi influenciada pelas Guerras Guaraníticas (1753-1756). O caráter missionário da região marcou profundamente a localidade que possuía uma significativa população missionária (SANTOS, 2010). Assim sendo, é sabido que estes processos influenciaram e modificaram os aspectos naturais da cidade, seja pela produção alimentícias, ou pela extração de recursos naturais da região, como a lenha,

Nesse segmento, a cidade teve a sua emancipação política na segunda metade do século XIX, mais especificamente no ano de 1858, e viu seu crescimento urbano e populacional crescer, principalmente com advento das estradas de ferro, levando a modificações no ecossistema até então latente. Além disso, a migração de populações de outras localidades do Rio Grande do Sul e de outras províncias do Império do Brasil, até mesmo processos de migração oriundos de outros países, contribuíram para a cidade se tornar um ponto de referência para o sul do Brasil (PADOIN, 2010).

A interligação ferroviária da cidade com a capital da província, Porto Alegre, bem como, a ligação de ferro com a cidade de São Paulo, tornou Santa Maria em um importante entroncamento ferroviário. Contudo, buscamos perceber de que forma se deu esses processos nas relações dessas diversas populações que na região fizeram dos seus locais de moradia e trabalho com os ecossistemas que lá se encontravam? Outrora, de que maneira os habitantes da cidade percebiam o meio natural, a fauna e a flora ao seu redor neste período? E de que forma o impacto da ferrovia impactou no ecossistema local?

Desta maneira, é urgente que as produções científicas busquem perceber como se deram essas relações entre o meio ambiente e o crescimento da cidade de Santa Maria, além de buscar conectar esses processos com a construção da “natureza urbana” das cidades da América Latina. Natureza esta que combinou com elementos naturais como rios, montanhas, floresta e campos, a exemplo de Santa Maria, e que contou com a construção de edifícios, ruas e avenidas que marcam profundamente a paisagem urbana e natural das cidades latino-americanas. Esses elementos fazem parte da História Ambiental da América Latina, e nos proporcionam um leque de possibilidades de pesquisa sobre essa grande região geográfica e cultural marcada por profundas e diferentes formações políticas e ecológicas (SEDREZ, 2013).

Desta mesma maneira, a relação entre o crescimento urbano da cidade e sua relação com a natureza esbarram em outros questionamentos. De onde provinha a alimentação desta população em crescimento? Qual foi a utilização de recursos hídricos para o abastecimento de água? De qual região se retirava as matérias primas para as construções das ferrovias e edifícios?

² Nomenclatura que identificava a região de São Pedro do Rio Grande do Sul, parte do atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

É nesse segmento que é importante nos atermos sobre os processos nos quais se deram entre o crescimento urbano e populacional e a sua relação com o meio ambiente. Além disso, outros questionamentos que nos surgem são: como o meio natural interfere nas construções das pequenas cidades do interior e próximas à fronteira com Santa Maria? É neste contexto que estas localidades formam redes de relações que se orientam por decisões políticas, pressões econômicas e demandas ambientais, na qual em diversas situações superam os limites dos Estados-Nação, rompendo assim as questões fronteiriças (SEDREZ, 2013).

É neste ponto que percebemos que a temática ambiental surge como um campo que abrange diferentes campos e correntes historiográficas, mas também excede o próprio campo da História, abarcando outras áreas do conhecimento científico. Desta maneira, podemos visualizar que o crescimento urbano de Santa Maria, resultou em impactos ambientais, isto é inegável, como por exemplo, a retirada da cobertura vegetal originária da Mata Atlântica como é visto nas fotografias do período³. Além disso, a utilização da terra como meio de sobrevivência implicou em relações de diversas populações entre elas imigrantes e lavradores nacionais com os recursos naturais, bem como interferiu nas relações de trabalho entre essas populações (FARINATTI, 1999).

Desta forma, a utilização dos recursos naturais na construção da cidade, além das interferências na fauna e na flora, são objetos de pesquisa que necessitam ser aprofundados pela historiografia local. Ainda assim, percebemos que os relatos de viagens, jornais, revistas, fotografias e documentos oficiais são exemplos de fontes que possam ser utilizados para fazer as análises sobre História Ambiental de Santa Maria.

Ao fazermos uma observação a respeito do crescimento urbano e populacional da cidade a partir das instalações das ferrovias, podemos perceber que este crescimento influenciou de formas distintas as relações entre as populações locais e a natureza. Desta maneira, é perceptível que na década de 1940⁴ (com a instalação da ferrovia já consolidada) ficou marcada por transformações (processos) ambientais que atingiram as mais diferentes esferas políticas e sociais de diversas regiões do planeta. A Segunda Guerra Mundial e os diferentes processos humanos no período tiveram como agentes o meio natural⁵. Neste contexto, a cidade de Santa Maria, durante a década de 1940, se encontrava como uma cidade caracterizada por uma forte presença militar, que vivenciou esses acontecimentos que decorreram da beligerância mundial, bem como sentiu os processos ambientais que ocorreram durante aquele período como processos de escassez de alimento e de recursos hídricos (MARTINS, 2021).

Desta maneira, a cidade que na década de 1940 possuía uma presença significativa de imigrantes e seus descendentes ligados ao trabalho no campo, em sua grande maioria, presenciou uma forte seca que assolou o Estado do Rio Grande do Sul. Esta seca que se caracterizou por perdurar em torno de 3-4 anos, foi motivo de intensas manifestações das autoridades da cidade bem como de partes da população da cidade que se reuniam em procissões clamando pelo fim da estiagem. Estas manifestações religiosas foram noticiadas pelo jornal *A Razão*⁶ durante os anos de 1942-1945, e possivelmente agravaram os processos de fome e carestia da população sul-rio-grandense e santa-mariense passaram naqueles anos (SOARES, 2020).

³ Imagens em anexo.

⁴ Período de intensas estiagens.

⁵ A exemplo da extração da borracha na Amazônia como objetivo de suprir a demanda mundial pela matéria prima, como também a buscas por recursos naturais que supriam a demanda da indústria bélica.

⁶ Fiada a Chuva em Santa Maria, *A Razão*, Santa Maria, ano 11, n. 205, 07 jun. 1945, p.3.

A forte estiagem nos demonstra uma possibilidade de observar os impactos dos processos naturais nas manifestações culturais das populações locais, bem como perceber que os processos ambientais influenciaram os debates dentro da cidade. Além disso, ao se perceber que a falta de chuva e a escassez dos recursos hídricos influenciaram nas relações entre as pessoas da cidade de Santa Maria, abre uma possibilidade de pesquisa, que nos possibilita percebermos que há diversos caminhos de trabalhar as diferentes relações humanas como o meio ambiente e como este as influencia. No entanto, devemos ter cuidado para não cairmos no determinismo de colocar a História Ambiental como somente a relação de destruição dos biomas pelas interferências antrópicas, mas também perceber de que forma as relações naturais interferiram nos processos humanos.

Sendo assim, o presente escrito buscou relatar uma breve história da cidade de Santa Maria e de que forma o meio ambiente foi interferido e interferiu na formação urbana da cidade bem como nas manifestações religiosas e culturais em uma determinada década (1940). A presente análise se debruçou nos questionamentos que se interligam com campos e temáticas diferenciadas, mas que se complementam dentro do campo da História Ambiental. Desta maneira, os questionamentos nos deixam uma ampla gama de possibilidades de debates e uma importante perspectiva de pesquisa a respeito da história urbana de Santa Maria, bem como a sua relação com meio ambiente e como a natureza agiu nos processos de construção urbana e cultural da cidade.

Estas possibilidades se caracterizam por serem de grande relevância para a compreensão de como os processos naturais e históricos estão interligados e de que forma as ações humanas se fazem presentes na natureza. Ainda assim, as ações humanas são partes de um grande processo natural e o meio ambiente possui centralidade nas histórias humanas. Por fim, se sobressai mais questionamentos do que respostas aos processos que são e serão cada vez mais necessários para a compreensão dos processos históricos da humanidade.

Palavras-chave: História Ambiental; Santa Maria; Possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

MINUZZI, João D. O. Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do Pampa na visão de viajantes europeus 1818-1858. 2017. 141 p.. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

MARTINS, Cyro P. “ATÉ LOGO SANTA MARIA”: A REPRESENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA FEB NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM SANTA MARIA (1942-1945). 2021. 105 p.. Monografia (Trabalho de Conclusão de Graduação em História)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

PADOIN, M. M. A viação Férrea e o desenvolvimento do comércio In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: Contribuições Recentes**. Santa Maria: [s.n], 2010. p.351-406.

PÁDUA, José A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**. v. 24, p. 81-101, 2010.

SANTOS, Júlio R. Q. As origens missionárias de Santa Maria. In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: Contribuições Recentes**. Santa Maria: [s.n], 2010.

SEDREZ, Lise. Natureza urbana na América Latina: cidades diversas e narrativas comuns. Source: **RCC Perspectives** , No. 7, Novas Histórias Ambientais da América Latina e do Caribe (2013), pp. 59-66.

SOARES. Tamires Xavier. **Nas trincheiras da sobrevivência: a Segunda Guerra Mundial e suas implicações para os trabalhadores no Rio Grande do Sul**. 2020. 259.. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

ANEXO

Figura 1: Vista parcial da cidade de Santa Maria em 1980, percebe-se as clareiras de desmatamento da vegetação Mata Atlântica nos morros da cidade. Atualmente estes morros encontram-se, em sua grande maioria, cobertos por vegetação.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria/ AHMSM. Fotografia em cores, 1980.

UMA CIDADE ENTRE DOIS MUNDOS: SANTA MARIA E SUA RELAÇÃO COM SEUS BIOMAS NO SÉCULO XIX

João Davi Oliveira Minuzzi¹
Eunice Sueli Nodari²
Fábio Augusto Morales Soares³

Resumo:

Foi ao longo do século XIX que Santa Maria da Boca do Monte passou de um pequeno povoado para a categoria de vila em 1858 e então para cidade em 1876. O crescimento populacional, econômico e político-cultural da cidade de Santa Maria é constantemente estudado pelos historiadores, mas há uma carência muito grande de se discutir os aspectos relacionados aos temas ambientais e a constituição da cidade. Estudos interdisciplinares são cada vez mais necessários para responderem as perguntas sobre esse passado da cidade e cremos que a História tem a capacidade de incorporar a questão da temporalidade nessa problemática.

Levando em consideração essa lacuna existente o objetivo deste trabalho é pensar a história do município de Santa Maria no período do século XIX e sua relação com os diferentes biomas em seu território. Muitos temas relacionados ao ambiente poderiam ser explorados, todavia decidimos focar nossa atenção para algo mais macroespacial como as características ambientais da cidade, que se encontra assentada em um ecótono entre dois biomas: o Pampa e a Mata Atlântica.

Um ecótono é uma zona de transição entre dois ambientes distintos que geralmente apresenta grande biodiversidade por servir de lar para uma variedade de espécies de fauna e flora. Por se tratar de uma área de encontro de biomas, a cidade de Santa Maria tem a possibilidade de usufruir de distintos recursos ambientais existentes em cada um desses biomas, todavia também deve ter distintas formas de interação com esses espaços, para manter o equilíbrio ambiental exigido em cada um. A História tem a capacidade de analisar como se deu as interações entre essa sociedade santa-mariense e seus dois biomas ao longo do tempo, em especial, antes mesmo de uma consciência ecológica estar presente dentro das formas de pensamento em relação à natureza.

Por biomas adotamos a classificação realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) que divide o território brasileiro em seis grandes áreas denominadas biomas. Cada um desses biomas contempla uma diversidade de ecossistemas que mantém certas características em comum. Cabe salientar que o conceito de bioma não estava presente no século XIX, mas adotaremos ele como um recurso para a compreensão daquele espaço passado,

¹ É doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo bolsista CAPES-DS. Membro do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA). jminuzzi@gmail.com.

² Orientadora do trabalho. Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do Laboratório de Migração, Imigração e História Ambiental (LABIMHA). eunice.nodari@gmail.com.

³ Coorientador do trabalho. Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Laboratório de Migração, Imigração e História Ambiental (LABIMHA) e coordenador do Laboratório de História Antiga Global da UFSC (MITHRA).

especialmente porque muitas pessoas do período já notavam o evidente contraste no que veio a ser denominado cada bioma.

Adotar o recorte espacial do bioma em pesquisas históricas é uma das formas que a História Ambiental encontrou de dar conta de responder certas questões. Para este trabalho partimos das bases teóricas da História Ambiental, compreendendo que este campo de estudo nos possibilita realizar uma escrita da História menos antropocêntrica e mais interdisciplinar, dialogando com outros campos do saber, especialmente as Ciências Naturais. Os principais autores que fundamentam o estudo são Franklin Baumer (1977), Keith Thomas (2010) e José Augusto Pádua (2002), os dois primeiros realizam estudos sobre pensamento a respeito da natureza na Europa enquanto Pádua volta sua atenção para o caso brasileiro. Esses pesquisadores demonstram que o pensamento em relação a natureza foi muito variado ao longo do tempo e do espaço. Além disso, os autores apontam que a virada do século XVIII e XIX foi um rico período em termos de variedade de formas de compreensão da natureza e com certeza essas formas refletiram na sociedade santa-mariense. Nossa intenção é verificar como a natureza do Pampa está sendo percebida dentro de um cenário global já estudado por tais autores, sendo que neste trabalho o foco será nas fronteiras desse bioma Pampa e sua relação com o bioma vizinho.

Estendendo-se por vasta parte do território brasileiro, a Mata Atlântica é um bioma predominantemente florestal que encontra seu limite meridional justamente na Depressão Central do estado do Rio Grande do Sul, onde está localizada Santa Maria. É ali que se encontra com as planícies do Pampa, um bioma campestre que vai tomar sua maior dimensão já em terras uruguaias e argentinas. Auguste de Saint-Hilaire já registrava em suas anotações que “de um lado, avista-se uma alegre planície, revestida de pastagens e de tufo de capim; do outro lado, a vista é limitada por montanhas cobertas de florestas sombrias e espessas” (SAINT-HILAIRE, 1987, p.338). O contraste entre as matas nos morros ao norte da cidade e os campos ao sul criam não apenas um cenário bastante característico como ofertam inúmeras possibilidades para o desenvolvimento da cidade.

As fontes que utilizaremos para este trabalho são relatos de quatro viajantes: Nicolau Dreys, Auguste de Saint-Hilaire, Arsène Isabelle e Robert Avé-Lallemant que estiveram em Santa Maria nos anos de 1818~1828, 1821, 1834 e 1858, respectivamente. Outros tantos viajantes passaram pela localidade ao longo do século XIX deixando suas impressões e poderão ser analisados em futuros trabalhos. Utilizar os relatos de viagem para essa pesquisa nos possibilita desvendar algumas características sobre o pensamento ambiental existente no período, especialmente a percepção ambiental do estrangeiro sobre as naturezas do Novo Mundo.

A análise estará focada em como esses viajantes percebiam o contraste entre esses dois biomas na região em que hoje é o município de Santa Maria, pois cada um desses biomas está carregado de características que foram exaltadas e depreciadas de acordo com formas comuns de pensar o mundo natural, além de passarem a ser incorporadas em discursos e criações de identidades regionais e nacionais. Compreender a forma com que as pessoas pensavam o meio é o primeiro passo para compreendermos como se deu o uso e exploração das terras, águas e seres.

Para além das formas de pensamento ambiental, tentaremos introduzir algumas possibilidades de estudos futuros que partam desses pontos iniciais analisados. Um exemplo é buscar traçar como Santa Maria, ao longo do tempo, utilizou as diferenças entre estas duas espacialidades a seu favor. A análise dos relatos de viagem já irá nos permitir ter um vislumbre dessa questão. Outro ponto é perceber que impactos ambientais causados pela ação humana já

estão existentes mesmo em um período pré-industrial como é vivenciado por Avé-Lallemant nos morros de Santa Maria onde viu “um terrível campo de batalha! Aqui a floresta sofreu desesperadamente do ferro e do fogo” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.217-218). Crer que os impactos ambientais surgem apenas com o avanço da industrialização é um erro comum e a História Ambiental pode auxiliar a demonstrar os problemas ambientais e as devastações ocasionadas pela ação antrópica em passados mais remotos.

O trabalho é uma proposta inicial para começar a se pensar uma História Ambiental de Santa Maria de forma mais ampla, auxiliando a iniciar um processo de reflexão sobre os aspectos ambientais do passado do município que ainda carece de pesquisas mais aprofundadas. Analisar as formas de percepção sobre essa zona de encontro de biomas e os usos práticos estabelecidos a partir de então nos possibilita repensar nossas ações e estratégias em relação ao desenvolvimento da sociedade e nossa interação com o meio.

Palavras-chave: História Ambiental; Biomas; Santa Maria.

REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. São Paulo: USP, 1980.

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno**. Lisboa: Edições 70, 1977.

COUTINHO, Leopoldo Magno. **O conceito de bioma**. Acta Bot. Bras., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 13-23, Mar. 2006.

CRONON, William. **Changes in the land: Indians, Colonists and the Ecology of New England**. Ebook, 2011.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

IBGE. **Mapa da vegetação do Brasil e Mapa de Biomas do Brasil**. 2004.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2006.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos Históricos** vol. 4, n. 8, 1991.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma História Ambiental do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). **Lavouras de destruição: a imposição do consenso**. Pelotas: Livraria mundial, 2009.

O CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFC COMO AGENTE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA (1963-1990)

Gonçalo Soares Mourão Neto¹

Orientadora: Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes²

Resumo: O Estado do Ceará, a partir do início dos anos 1960, passa por profundas transformações na sua agricultura, com o objetivo de atender aos interesses do capitalismo, entrando de vez numa era de “modernização” e industrialização. A agropecuária, que é o principal setor econômico do Estado alencarinense, passa por diversas mudanças com intuito de atender às necessidades da indústria que se formava e para a criação de um polo da fruticultura. O primeiro traço disto será com a chegada do Convênio USAID/SUDENE/UFC/UNIVERSIDADE DO ARIZONA estabelecido entre a Universidade Federal do Ceará (UFC), especificamente com o Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFC; a Universidade do Arizona; a United States Agency for International Development (USAID) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (1963-1973). É importante ressaltar que este foi o primeiro de muitos convênios internacionais realizados pelo CCA. Dessa forma, o Convênio buscava trazer para o Ceará uma mudança paradigmática na agricultura do Estado, pois focava no embate entre diferentes sistemas agrários. Anteriormente ao período do Convênio, as práticas agrícolas estavam inseridas na agricultura de sequeiro, isto é, baseada em técnicas tradicionais sem uso de práticas de irrigação, o que passou a ser alvo de crítica de intelectuais que participaram do projeto com foco na modernização agrícola com base, por exemplo, na introdução e ampliação de maquinário no campo. Portanto, devemos ter como objetivo analisar o papel da UFC, com foco no Centro de Ciências Agrárias, como um agente da modernização da agricultura do Estado do Ceará, a partir das práticas de pesquisa, ensino e extensão, entre os anos de 1963-1990.

Entretanto, este embate não está descolado de um contexto, tampouco despersonalizado de sujeitos e instituições. A modernização agrícola faz parte de um processo de inovações e descobertas tecnológicas para a agricultura, chamado de “Revolução Verde”. Tal mudança não chega ao Brasil de forma isolada. Fazia parte de um projeto de incremento tecnológico e produtivo na América Latina: a Aliança para o progresso - Programa de

¹Aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, orientado pela Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes; Membro do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO) e do Núcleo de Estudos Sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER-UFC).

² Historiadora, com mestrado na UFF (1985) e doutorado em Filosofia - Université de Paris X, Nanterre (1992). Atua na Pós-Graduação em História da UFF, onde integra o NIEP-MARX - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o marxismo, e na Fiocruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV, onde também coordenou e participa de curso de Especialização. Em atuação conjunta entre Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP, a EPSJV e o Ministério da Saúde, coordenou coletivamente e atuou no mestrado profissional "Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais". Principais áreas de atuação: Teoria e Filosofia da História, Epistemologia, História do Brasil República, História Contemporânea. Autora de Reflexões Impertinentes (2005), de O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história (2010), e de inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais. Docente da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST. Coordenadora do GT História e Marxismo-Anpuh. Integra diversos conselhos editoriais no país e no exterior.

cooperação com os Estados Unidos para desenvolvimento da América Latina que foi oficializado com a assinatura da Carta de Punta del’Este em 1961.

A aliança para o progresso teve no Brasil o país que mais recebeu financiamentos seus em diversas áreas. O projeto, colocado em prática pelo governo de J. F. Kennedy, tinha como objetivo principal a contenção do avanço do comunismo na América Latina e além disso era uma maneira de as empresas estadunidenses terem amplo acesso ao mercado destes países, comercializando seus pacotes industriais - organizada pelos EUA e articulada a diversos setores do Estado (NATIVIDADE, 2018).

Este processo está inserido no que diversos autores chamaram de Ideologia da modernização, ou seja, a palavra *moderna* era associada à eficiência, mudança progressiva, racionalidade e empiria, enquanto a tradição seria tudo que estaria atrasado e contra o progresso da humanidade (SILVA, 2009). Desta forma os países ditos desenvolvidos teriam a missão de levar tal desenvolvimento a países não industrializados. A “Revolução Verde” se insere nesse processo como a modernização da agricultura, ou seja, o “avanço” de um conjunto de técnicas de melhoramento genético de plantas, surgimento de máquinas mais eficientes e o desenvolvimento de meios de combater “pragas nas plantações”(LANERO, DULCE, 2011, p.20).

Assim, a Aliança para o progresso investiu em diversas áreas ao integrar desde projetos de infraestrutura – junto ao Banco Mundial como agente central – até convênios entre centros de pesquisas e a melhoria destes no Brasil. Algumas instituições foram essenciais para o avanço desses projetos, como a United States Agency for International Development (USAID) que era o órgão responsável pela escolha e financiamento de projetos no país e realizou diversas parcerias tanto com Ministérios, como o Ministério da Agricultura e Ministério da Educação, quanto com instituições de pesquisa, como as universidades e órgãos de desenvolvimento como a SUDENE. Além destes, diversas organizações privadas estão envolvidas como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller.

O fomento à pesquisa torna-se algo essencial para o desenvolvimento deste modelo agrícola. Nesse processo há a criação de diversos institutos pelo Banco Mundial para pesquisa agrícola em 1971 (PEREIRA, 2010). Tais centros, além de pesquisas, promoveram o intercâmbio com alguns líderes de centros de pesquisas e chefes de Estado e ainda realizaram parcerias com universidades americanas. É importante salientar que tais modelos de projetos já eram realizados no Brasil por meio da Aliança para o Progresso desde os anos 1960, e que não só centros de pesquisas eram pensados. As universidades eram um dos principais alvos destes convênios, visto que estas instituições conseguiriam alcançar o tripé do modelo Americano (ensino, pesquisa e extensão), além da formação de intelectuais para propagação deste sistema agrário moderno em suas próprias realidades, como aparenta ser o caso do Ceará.

A partir disso torna-se necessário pensar como estava sendo operada a Revolução Verde neste Estado que, a princípio, encontra na UFC um importante pilar. Partimos, então, do entendimento do contexto político em que estava o Ceará. Nesse período, o governador Virgílio Távora (1963-1966) “assegurava irrestrito apoio ao projeto, abrindo créditos para as despesas necessárias” (ROLIM, 2006, p.26). Ademais, a relação desse governo com os EUA era pautada por uma visão que tratava o Estado como uma das “ilhas de sanidade administrativa”-Política de apoio a governadores anti goulart caracterizada pelo direcionamento de recursos dos EUA, através da Aliança para o progresso, para estes Estado - colocando o Ceará como uma área para o recebimento de recursos.

Dessa forma, o Centro de Ciências Agrárias da UFC está inserido nesse processo de modernização agrícola no Ceará, visto que a universidade coordenava as atividades de pesquisa,

ensino e extensão rural a partir de um modelo estadunidense. Diversas são as fontes que reforçam isto, dado a trajetória e o intercâmbio de intelectuais, professores e técnicos, as alterações curriculares, a compra de maquinário, a aquisição de insumos químicos, entre outros. Assim, por meio do Convênio com a Universidade do Arizona em 1963 vemos um ponto de partida Convênio com a Universidade do Arizona, pois foi o primeiro Convênio do CCA que carregava consigo um discurso explicitamente modernizador e de desenvolvimento da agricultura cearense e da UFC, que segundo o pesquisado, deveria focar no desenvolvimento da agricultura no Estado a partir de três bases: (i) a formação de professores pós-graduados para o CCA; (ii), a melhoria da infraestrutura em pesquisa; (iii) e a formação de técnicos e cursos de extensão rural. O convênio também pautava as áreas prioritárias de estudo para o Ceará. De acordo com outro documento, o Relatório de Visita dos técnicos que vieram para realizar o convênio com a Universidade do Arizona, o algodão por exemplo, era um dos produtos a serem melhorados, o que possibilitaria um alavancamento da indústria têxtil no Ceará.

Além dela, também era citado a introdução de frutas e hortaliças tropicais, caracterizando-se assim a curto prazo uma prioridade de itens exportáveis, aspectos que se apresentam hegemônicos - Para Gramsci a hegemonia em seu sentido mais amplo é direção e domínio, que estão equilibrados, ou seja a força encorajado pelo consenso (MENDONÇA, 2018) - dentro do CCA até o fim da década de 1970, quando a agronomia no Estado passa ser concebida a partir de outros paradigmas, como o de Convivência com o Semiárido - Conjunto de práticas e tecnologias que buscam pautar não mais a mudança da cultura de cultivo dos pequenos agricultores do Nordeste como forma de combater a seca e sim partir da experiência deles para construir práticas que entendem a seca como algo que não deve ser combatido e sim conviver - e quando o Centro vai se voltando para a formação de intelectuais que pensam tanto o grande produtor como o pequeno. Também observamos que há uma expansão em pesquisas voltadas para a melhoria do cultivo com produtos que atendessem a realidade dos pequenos agricultores, como exposto na Revista do Centro de Ciências Agrônômicas - revista publicada pelo CCA - e no conteúdo das reportagens feitas pelo jornal. Dessa forma, percebemos o recorte de 1963-1980 como o melhor período para tratar tal temática.

Portanto, o CCA da UFC aparece como um fator primordial pela sua multifuncionalidade e por ter sido basilar na construção deste pensamento modernizador, pois visto que a universidade coordenava as atividades de pesquisa, ensino e extensão rural a partir do modelo estadunidense, com o tripé Ensino-pesquisa-extensão, por um lado, atuava na produção de pesquisa e na divulgação de conhecimento científico importado. Por outro lado, insistiu na formação de recursos humanos, o que indica alterações na concepção e prática agrícola local.

Dito isto, devemos analisar o Centro de Ciências Agrárias da UFC, durante os anos 1960-1989, a partir de um referencial teórico e metodológico de Gramsci em diálogo com Sônia Mendonça, ou seja, pensar esses pontos apresentados a partir dos conceitos de Gramsci de *intelectuais e Estado Ampliado*

A concepção de intelectuais representa estes como indivíduos responsáveis pela divulgação de projetos tidos como de interesses universais, mas pertencentes e convenientes às classes dominantes, ou seja, divergindo da concepção iluminista de ser dotado de erudição, o papel deste em Gramsci será de um indivíduo que, no âmbito de um dado segmento social, contribui para sua organização e direção, explicitando, consolidando e disseminando o conjunto de códigos culturais a ele inerentes, quer por pertinência de classe, quer por adesão programática (MENDONÇA, 2013). Para o autor, após a industrialização, a classe dominante desenvolveu um novo tipo de intelectual, o intelectual do nível técnico, ou seja, responsável pela ciência

aplicada (PORTELLI, 1977. p.112). Vemos aqui a figura do agrônomo, como fundamental para o desenvolvimento e publicização das técnicas agrícolas desenvolvidas na “Revolução Verde”. Por este viés, a “autonomia” destes indivíduos em prol do desenvolvimento do Estado e do país parecia estar relacionada a uma liberdade para reproduzir a dominação através da negação de qualquer cultura alternativa. com o papel de “elevação cultural e moral” das classes que correspondem às necessidades das forças de produção, ou seja, aos interesses da classe dominante. Por fim, é necessário que não pensemos o papel do intelectual fixo e enrijecido dentro da Sociedade Civil, pois, o intelectual em Gramsci é o funcionário da Sociedade Civil, por construir a ideologia, e agente da Sociedade Política, ou seja, encarregado da gestão do aparelho de Estado (PORTELLI, 2011).

Devemos também destacar que aqui está presente a concepção de estado Gramsciana ou seja, o Estado ampliado, isto é, um Estado que não é um sujeito ou algo a parte, mas uma expressão universal da sociedade, onde as classes e suas frações estariam disputando em condições desiguais. Segundo o autor, o Estado ampliado estaria integrado por duas Sociedades. A primeira, Sociedade Política, remeteria ao Estado como um conjunto de organismos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, ou seja, o estado no seu sentido estrito . Já a segunda, a Sociedade Civil, seria o conjunto de grupos, perpassada por uma série de conflitos de classe, uma arena na qual ocorreriam as lutas para a afirmação dos projetos em disputa (LIGUORI E VOZA, 2017. p. 263).

Esta forma de pensar o Estado nos permite escrutinar e historicizar a instituição como responsável pela tentativa de construção e condução de consensos, neste caso, voltados para a percepção de um modelo agrícola moderno, o que teria como objetivo a obtenção da aceitação e adesão da população aos projetos articulados pelo(s) grupo(s) dominante(s) da Sociedade civil, e implementados no CCA. O Centro de Ciências Agrárias tinha (e ainda possui) como características a formação de um quadro de intelectuais que construíram seu pensamento imersos na concepção de modernização da agricultura e que paralelamente delinearão o CCA sob esse viés e a partir disso, Sônia Mendonça nos indicou forte aparato para o estudo destes intelectuais, para a autora, devendo, primeiramente analisamos as instituições da sociedade civil que têm como objetivo implementar este pensamento no CCA e secundamente analisamos a inserção dos intelectuais na sociedade política e sua influência para a mudança da agricultura no Estado do Ceará.

Por conseguinte, vemos este processo como influenciador na agricultura cearense que nos dias atuais tem como seu carro-chefe a fruticultura irrigada que fez do estado, em 2012, o segundo em exportação de frutas no país, tendo como principal produto o melão. Portanto, urge a necessidade de se estudar as relações que esses interesses levam às universidades e, para além disso, entender as disputas de pensamentos para se tornarem hegemônicos dentro da própria Ciência. Perceber também que estes pensamentos são carregados de interesses e não portadores de uma “verdade universal” é imprescindível neste contexto. No mais, torna-se imprescindível analisar, também, as trajetórias e dinâmicas dos intelectuais que tentam construir tal hegemonia.

Palavras-chave: Modernização; Universidades; Agricultura

BIBLIOGRAFIA

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira;** um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano.. 1979. 273 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

LANERO, Daniel. FREIRE, Dulce. **Agriculturas e Innovación tecnológica en la península ibérica: 1946-1975.** Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2011. p. 25-51.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano;** Tradução de: Ana Maria Chiarini, Diego Silva Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Berardinis; Revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural No Brasil Recente. 1964 - 1993.** Rio de Janeiro: Ufrj, 2010.

_____. **Estado, saber e poder no Brasil.** Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 05, p. 245-261, 2013.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970).** 2018. 362 f. Tese (Doutorado) Curso de História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, João M. M.. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1. 504p .

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico;** tradução Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional:** a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 225 f.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964).** 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LUTAS CAMPONESAS EM TEMPO DE DEMOCRACIA E A REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO BRIZOLA

Amarildo Antonio Scussel¹
Emerson Neves da Silva²

Resumo: Este resumo sintetiza esta pesquisa onde, analisarei a reforma agrária feita durante o governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Buscarei compreender a mesma, a partir da participação dos movimentos camponeses na luta pelo direito ao acesso à terra. Para melhor desenvolver esta pesquisa, buscarei compreender o contexto em que se encontram os agricultores sem-terra, e sua organização na busca de terra e melhores condições de trabalho, como também quem são os agentes que auxiliam os trabalhadores sem-terra nesta empreitada, no momento em que Brizola chega ao governo do estado gaúcho.

Apresento neste trabalho uma pequena contextualização, sobre os agentes presentes, que vão atuar no período, final da década de 50 e o início da década de 60. O trabalhador rural sem-terra é fundamentalmente o ator principal neste palco, mas este, é disputado por vários agentes, que buscam através de sua organização captar para si a massa trabalhadora. Neste cenário, despontam o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas, a Igreja católica, e no Rio Grande do Sul o Movimento Dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Nesta parte do trabalho vou apresentar, cada um dos agentes que vão se juntar aos agricultores sem-terra, na busca pela reforma agraria, neste período em que o país vive um momento de plena democracia, apresentando um pouco de sua História e forma de atuação de cada um junto aos movimentos reivindicatórios dos agricultores. Apresentarei como foi retratado pela história, cada um dos agentes envolvidos nas lutas camponesas neste período. Neste contexto apresentarei a reforma agrária executada no Rio Grande do Sul neste período, buscando compreender o porquê a mesma recebeu por parte da historiografia tão pouco destaque, se comparado tanto as *Ligas Camponesas*, quanto a participação do PCB ou a atuação da Igreja Católica, que mereceram por parte dos historiadores uma ampla análise e produção documental. Quanto a reforma agrária do Rio Grande do Sul, são poucas as obras que tratam do tema, o que não deixa de ser estranho, pois de todos os movimentos do período, este foi o único que realmente produziu resultados práticos, ou seja, realmente efetivou a reforma agrária, distribuindo terras para os camponeses que a reivindicavam.

No ano de 1959 iniciou-se o governo de Leonel de Moura Brizola,³ como chefe do executivo do estado do Rio Grande do Sul, seu governo foi marcado por medidas que o

¹ Acadêmico do mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Chapecó. Contato: aantoniosc@hotmail.com

² Doutor em História pela Universidade Federal do Vale do Rio Dos Sinos – UNISINOS, e docente do curso de História na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Erechim. Contato: emerson.silva@uffs.edu.br

³ Leonel de Moura Brizola nasceu filho do tropeiro e revolucionário José Brizola e da professora Oniva De Moura, em 22 de janeiro de 1922, na comunidade de Cruzinha município de Passo Fundo. Caçula de cinco irmãos, Leonel Brizola perdeu o pai assassinado em 1924 pelos “Chimangos”, decorrente de sua atuação na Revolução de 1923 ao lado dos Maragatos. Com a morte do patriarca a família perdeu a terra e a casa onde residiam, vivendo na pobreza Leonel Brizola foi alfabetizado pela mãe, que depois o encaminha para estudar em Passo Fundo, e depois em Carazinho onde termina o curso ginasial, seguindo após para Porto Alegre, onde presta concurso para escola

colocaram definitivamente como um dos principais nomes da história política brasileira. Durante sua vigência, Leonel Brizola encampa as companhias de energia e telefonia, cria o programa nenhuma criança sem escola, com massiva construção de escolas, e contratação de professores, campanha da legalidade, construção de moradias para famílias de baixa renda, e a reforma agrária.

Este projeto busca tratar prioritariamente da reforma agrária desenvolvida durante o governo de Leonel Brizola, no estado do Rio Grande do Sul, para tanto, apresentarei alguns pontos sobre a mesma que orientarão este projeto.

A Lei de Terras (1850) ao disciplinar as formas de se obter terras, nada mais fez que proteger os latifúndios, e permitir ao Estado controlar e regular a posse de terras, conforme seu interesse⁴. Os conflitos por terra marcam nossa História como nação, e o século XX é palco de movimentos de agricultores, que lutam pelo direito de ter em pedaço de terra, onde possam sustentar sua família.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, o domínio do latifúndio não muda nem mesmo com os projetos de colonização europeia, que se desenvolveram na região.

Desde o início do século XIX a região recebeu um grande contingente de imigrantes, vindos especialmente das regiões da Itália e da Alemanha, não cabe neste trabalho discutir os motivos desta colonização com europeus, mas apenas faço uma pequena ressalta para afirmar mais uma vez, que os projetos de colonização não priorizaram de maneira nenhuma a população nacional, que se viu marginalizada do acesso à terra.

É neste cenário de movimentações e contestação no espaço agrário que Leonel Brizola chega ao governo do Rio Grande do Sul em 1959. Se no estado gaúcho os movimentos camponeses organizados não são muito efetivos, isto não significa que não existam movimentos, e também problemas agrários, e logo isto vai ficar evidente com o surgimento do *Movimento dos Agricultores Sem Terra* (MASTER), que já em 1961, participa do primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte⁵.

técnica de Viamão. Após se formar Leonel Brizola volta a Porto Alegre, onde vai trabalhar como operário em uma fábrica de óleo. Tempos depois presta concurso para o Ministério da Agricultura e vai trabalhar em Paso Fundo. Com o pedido de demissão Brizola retorna à Porto Alegre passando a exercer o cargo de jardineiro da prefeitura, neste período presta vestibular e ingressa na UFRGS onde se forma em 1949 como Engenheiro, profissão que nunca exerceu. Durante o tempo em que cursa a faculdade, Leonel Brizola ajuda a fundar o PTB em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Com o apoio de Getúlio Vargas, funda a juventude petebista e é eleito seu primeiro presidente. Em 1947 disputa sua primeira eleição e é eleito deputado estadual, reeleito em 1950, posteriormente se elege deputado federal, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande Do Sul e deputado federal pelo estado da Guanabara. Expulso dos pais com o Golpe Civil-militar de 1964, Leonel Brizola passa quinze anos no exílio, retornando ao país em 1979, com a anistia concedida pelo governo de João Figueiredo, funda o PDT, partido pelo qual se elege duas vezes ao governo do Rio De Janeiro, no comando do governo do Rio de Janeiro suas principais realizações foram a implantação dos CIEPS, construção do sambódromo, da linha vermelha, e implantação da universidade estadual do norte fluminense. (CASALLI, 2005)

⁴ Segundo Leonilde Sérvo de Medeiros em *Combatendo A Desigualdade Social*, organizador Miguel Carter (2009, p. 121) No início da década de 1960, a igreja Católica passou a intervir no campo, apoiando a reforma agrária e estimulando a sindicalização dos trabalhadores e passando a disputar as bases das ligas e do PCB.

⁵ Segundo Antônio Torres Montenegro (2011, p.266): Nesse congresso, apesar das ligas estarem presentes com apenas 215 delegados de um total de 1.400, em que a maioria é de representantes da ULTAB e uma pequena parcela ligada ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) - que atua no Rio Grande do Sul, sob a orientação de líderes rurais ligados a- Brizola.

Portanto, entre meados da década de 1950, e o início da década havia uma substantiva movimentação de busca por direitos e terra, no espaço rural brasileiro. Nesse contexto, de diferentes formas de organização, o *Movimento dos Agricultores Sem Terra* no Rio Grande do Sul, atuou alinhado com os demais movimentos camponeses do país. Infelizmente, o golpe civil-militar interrompeu o processo de mudanças, que só foi retomado diante da redemocratização do país na década de 1980.

É nesse novo contexto, que novos grupos como *Movimento Sem Terra* (MST) surgem, este por sua vez, se torna o principal articulador na busca por reaver as pautas e demandas sobre a reforma agrária interrompidas pelo interim ditatorial. O fundamental aqui é perceber como esse novo movimento se comunica com o passado, e as organizações da década de 1960. De modo geral, o *Movimento Sem Terra* (MST), na figura de suas lideranças, refuta a importância dos movimentos, em especial do MASTER, na construção histórica da luta pela terra no país. O mesmo pode ser percebido na análise presente na obra “Brava gente: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil”, de 1999, organizada por João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes, conforme abaixo:

No Sul tivemos, antes do golpe a experiência do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Mas o ressurgimento da luta, ou mais especificamente do MST, no Sul, **não tem muito a ver com a memória histórica do Master**. Até mesmo porque ele foi derrotado politicamente em 1962, não em 1964, quando veio o golpe militar. (Stedile, 2005, p. 46- grifos meus)

Porém é interessante que se aponte como o discurso de Stedile muda dependendo do contexto em que ele esteja se pronunciando, como podemos ver no filme *Brizola tempos de luta*, de Tabajara Ruas, onde Stedile dá a seguinte declaração sobre Brizola, e a reforma agrária no Rio Grande do sul.

O governo do estado criou então a primeira lei de reforma agrária, criou o instituto gaúcho de reforma agrária, e assim que o Master ocupou o maior latifúndio que havia no Rio Grande do Sul, que era da família mailios, uma família uruguaia, o governo Brizola desapropriou, aquela fazenda que se chamava Sarandi. Assim iniciou a primeira reforma agrária de fato, combinando a luta do povo, organização social e um governo popular. (*Brizola Tempos de Lut.* Direção: Tabajara Ruas. 90min, [S.I]: canyon, 2007.1 DVD 90 min.)

O que buscarei analisar na minha pesquisa é como nas décadas de cinquenta e sessenta, os movimentos camponeses surgem e atuam no Brasil, com um foco voltado a influência que estes vão ter no surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), No Rio Grande do Sul, e que influencia este vai ter do governo rio-grandense .Foi Neste período democrático que surgiram uma série de movimentos camponeses, organizados pelas mais diversas vertentes, o Partido Comunista Brasileiro, a Igreja Católica e outros movimentos independentes como a *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil*, formado em Pernambuco no início com apoio do PCB que logo é rompido. Segundo Marluza Marques Harres, na obra “Resistencia Camponesa: Visibilidade e Diversidade de conflitos ao longo da história⁶” nesse momento se tem no país uma disputa pela organização dos camponeses que

⁶ O Master atuava com consonância direta com o governo do estado, tendo pleno respaldo para as mobilizações. A articulação com os comunistas e o apoio legal conferido pelo apoio estatal possibilitou a rápida e estratégica

envolve diversos atores, incluindo aqui os setores articulados ao PTB no Rio Grande do Sul, que formam o MASTER.

A criação do Master é um movimento de grande importância com o qual vamos dar um novo impulso à reforma agrária no Brasil, país em que nada menos do que 25 milhões de agricultores vivem sem terra. Desta vez – frisou – vai ser pra valer. E tudo farei para tornar o movimento iniciado em Encruzilhada de âmbito nacional, criando uma Federação de Agricultores Sem Terra e estabelecendo também contato com as Ligas Camponesas de Pernambuco. (HARES. 2008, p 203)

Parece-me estranho que diante do contexto democrático, e das lutas camponesas que se multiplicaram no Brasil, e foram amplamente documentadas e estudadas a experiência no Rio Grande do Sul tenha recebido tão pouco destaque. Tanto as *Ligas Camponesas*, quanto a participação do PCB, ou a atuação da Igreja Católica, mereceram por parte dos historiadores uma ampla análise e produção documental. Quanto a reforma agrária do Rio Grande do Sul, são poucas as obras que tratam do tema, o que não deixa de ser estranho, pois de todos os movimentos do período, este foi o único que realmente produziu resultados práticos, ou seja, realmente efetivou a reforma agrária, distribuindo terras para os camponeses que a reivindicavam.

Assim, justiça-se esse trabalho na busca pelo entendimento de quais razões levaram a invisibilização, e a desqualificação sobre a reforma agrária produzida no Rio Grande do Sul, nos momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, mesmo diante dos seus resultados positivos.

Palavras chave: Agricultores- Movimentos sociais - Terra

expansão do movimento. Este surgiu atrelado aos interesses e à política implementada regionalmente pelo Partido Trabalhista. (HARRES,2009, p 216)

Referências bibliográficas

ALVES, Bernard José Pereira. **A Política de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo legislação e mobilização.** 2010. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BRIZOLA tempos de luta. Direção de Tabajaras Ruas. Produção de Ligia Walper. Realização de Tabajaras Ruas. Roteiro: Rogério Brasil Ferrari Sérgio Gonzalez Tabajaras Ruas. [s.i]: Canyon, 2007. 1: DVD (90 min.), son., color.> Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-216551/>>.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária No Brasil.** São Paulo: Unesp, 2009. 563 p.

CASALLI, Jairo Antônio. **Memórias de Brizola: O Guerreiro do Povo Brasileiro.** Erechim: Gráfica São Cristóvão, 2005.

ECKERT, Córdula. **Movimento dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964.** Itaguai (RJ): UFRRJ, 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

HARRES, Marluza Marques. **Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio.** Camaquã, RS. Tese de Doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

HARRES, Marluza Marques. Lutas e mediações políticas nos movimentos sociais rurais do Rio Grande do Sul.: In: MOTTA Marcia –ZARTH Paulo (orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.** São Paulo: ed. UNESP 2009.


STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Monçano. **Brava gente. 1.** ed. São Paulo: Fundação Perseu Abano, 1999. 168 p. Memorial do Legislativo do RS- Assembleia Legislativa. Disponível em [:www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/Legislaturas/.../Default.aspx](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/Legislaturas/.../Default.aspx).> Último acesso em: 25 nov.2020

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução.** Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2011.

Pesquisas Científicas - Assembleia Legislativa do RS. Disponível em: www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasCientíficas/tabid/3607/Default.aspx> Último acesso em 24 nov 2020

WELCH, Clifford Andrew. Os camponeses entram em cena: a iniciação da participação do campesinato paulista. In: MOTTA Marcia –ZARTH Paulo (orgs). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.** São Paulo: ed. UNESP 2008.

Anexos:



República dos Estados Unidos do Brasil
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

TÍTULO DE CONCESSÃO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), tendo em vista os levantamentos procedidos pela Comissão de Seleção dos Agricultores Sem Terra, selecionados de conformidade com a Legislação em vigor, e de acordo com os critérios seletivos por ele aprovados, resolve conceder ao cidadão

.....
brasileiro, maior, agricultor, o lote rural de n.º, da Comunidade agrícola de n.º no local denominado Fazenda Sarandi, no município de Sarandi, com a área de hectares e as seguintes confrontações:

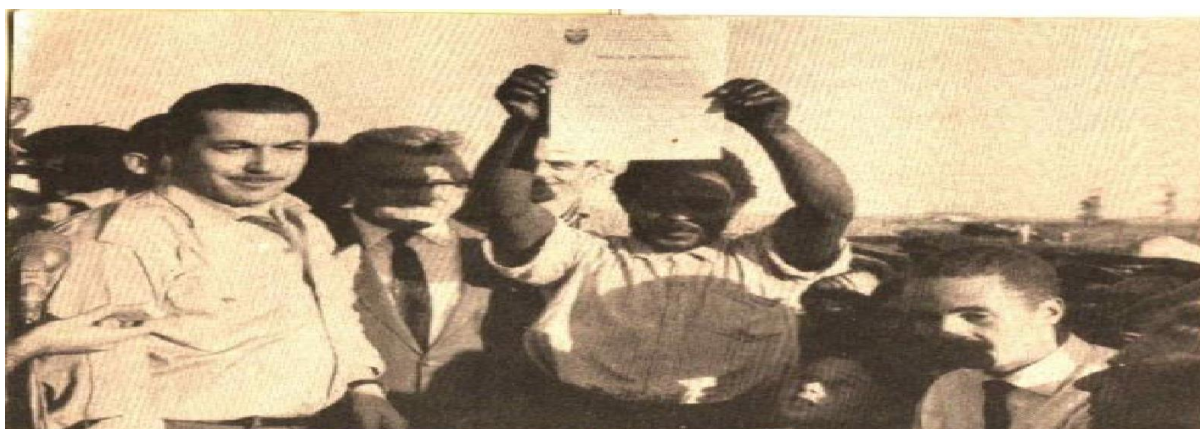
.....
.....
.....

Esta concessão é feita pelo preço de Cr\$ o hectare, e de acordo com as prescrições regulamentares. O pagamento será realizado em dez prestações anuais, iguais e sucessivas, com um ano de carência.

Porto Alegre, de de 19.....

.....
Presidente do IGRA

Modelo de Título de Concessão - Acervo Paulo Schmidt (ALVES, 2010, P.78)



Contemplado com uma gleba no Eashado do Colégio, este camponês ergue o seu título de concessão como uma autêntica carta de alforria, que o libertará das condições adversas de trabalho

Fonte: Jornal Diário de Notícias Domingo 14 de Janeiro de 1962 Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

3. Saúde, doenças e práticas de cura: novas perspectivas, fontes e abordagens

A História da saúde, como campo de estudos, tem abordado diferentes questões que impactam na vida social, cultural, econômica e política nas sociedades, em diferentes contextos históricos. Nesse sentido, o objetivo central deste Simpósio Temático é debater as diversas contribuições dessas análises, bem como os usos teóricos e metodológicos utilizados por historiadores e historiadoras na pesquisa em saúde, doenças e práticas de cura na história. Assim, o Simpósio pretende amparar a diversidade dos estudos acerca dessas temáticas e permitir diálogos e aproximações entre o campo e a historiografia das ciências e outros domínios. Pretende-se contemplar estudos que abordem saúde, doenças e práticas de cura em perspectiva histórica, pensamento médico, desenvolvimento da ciência e instituições de saúde.

FEB: UM REFLEXO DO CENÁRIO ALIMENTAR BRASILEIRO NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1934-1944)

Autor(a): Priscilla Ervin Saval¹

Resumo

Considerando as possibilidades promovidas pela prática da interdisciplinaridade, objetivamos nesta produção apresentar os resultados obtidos durante a primeira etapa da dissertação de mestrado intitulada “Alimentação, Comida e Sensibilidades na História da Força Expedicionária Brasileira (1934-1945)”(SAVAL,2021), na qual se promoveu uma discussão entre a História da Alimentação e a História da Saúde, acerca do cenário da fome no Brasil entre os anos de 1934-1943, e as suas consequência na formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) entre os anos de 1944-1945. Para isto, nos utilizamos de uma série de documentos de diferentes tipologias que foram produzidos durante ou a partir do período analisado (decretos-lei, Cartas Constitucionais, periódicos nacionais, inquéritos alimentares e relatos memorialísticos). Considerando que a História da Alimentação ainda carece de uma metodologia própria, os documentos em questão foram submetidos a um esforço metodológico guiado pelo exercício da interdisciplinaridade o qual nos proporcionou utilizarmos do método da “Colcha de Retalhos”, elaborado por Alessandro Portelli (1996) para a História Oral, e disfrutarmos das possibilidades do reaproveitamento de fontes memorialísticas (RODEGHERO; MACHADO, 2017).

No Brasil, a presença da fome associada ao baixo poder de compra da população mais pobre, é um problema que persiste desde o período colonial, quando a qualidade da dieta praticada pelo indivíduo refletia sua posição social. Os ricos importavam da metrópole todos os gêneros alimentícios que desejassem consumir, enquanto os pobres precisavam se adaptar a cultura alimentar praticada pelos povos originários, para sobreviverem. Este cenário se manteve durante o período imperial, quando os olhares do governo se mantiveram voltados às questões econômicas (MAGALHÃES, 2004). Uma das primeiras ações do governo brasileiro na qual é possível identificarmos a assistência alimentar dentre seus objetivos, ocorreu em 1909, com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (VELLOSO, 2000).

Entendemos os cenários de fome, a partir das compreensões de Josué de Castro [1942](2021, p. 18), que definiu a fome a partir de suas óticas distintas: *endêmica*, caracterizada pela constância do consumo de uma dieta deficiente em nutrientes que a longo prazo debilita o sistema imunológico, gerando danos à saúde humana; e *epidêmica*, caracterizada como temporária, apresenta escassez total de alimentos e ocorre geralmente como consequência de períodos de guerra ou intempéries climáticas. Ao reduzirmos nossa escala de análise ao indivíduo e a qualidade nutricional da sua dieta, nos utilizamos dos entendimentos de Ruy Coutinho quando a classificação nutricional dos indivíduos: *má nutrição* “no sentido de ser um estado no qual o metabolismo do indivíduo está perturbado em consequência de uma dieta defeituosa” e *subnutrição* “o estado em que se encontra o indivíduo que recebe uma dieta pobre em todos os fatores nutricionais” (COUTINHO, 1937, p.14-15)

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Maria, Mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (2021) e Bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (2017). E-mail: ervin.saval@outlook.com.

A desassistência por parte do Estado não se limitava à ausência da criação de políticas que objetivassem contornar o cenário da precariedade alimentar que assolava a população brasileira. Conforme Josué de Castro (1934), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teria acarretado uma crise alimentar global, descortinando uma série de problemas decorrentes da escassez de víveres, estes até então ignorados pelos governos ao redor do mundo. Diante disto, países como França, Rússia, Japão, EUA, Itália e Argentina passaram a incentivar a realização de pesquisas que se dedicavam ao campo da alimentação. Contudo, o governo brasileiro que também havia vivenciado as consequências desta escassez global, não demonstrou qualquer interesse no investimento de possíveis soluções para este cenário.

Embora no âmbito acadêmico, as discussões acerca da influência da alimentação na saúde do ser humano datassem do século XIX (MAGALHÃES, 2004), os temas relacionados à precariedade alimentar e suas consequências para o ser humano, só ultrapassaram os “muros” das Universidades durante a década de 1930. Os estudos realizados por Josué de Castro, Alexandre Moscoso, Rui Coutinho, Dante Costa, ao decorrer dos anos 1930 e 1940 foram amplamente divulgados pela imprensa da época, o que favoreceu o descortinar do cenário da fome no Brasil. Para além de noticiar, estes pesquisadores elencaram as consequências da subnutrição, apontando o baixo poder de compra da população e a desassistência do Estado como responsáveis, pelos adoecimentos e pelas mortes dos brasileiros em situação de pobreza (CASTRO, 1937).

Após o advento da Revolução de 1930, a fome, a pobreza e demais questões sociais ganharam espaço na agenda política e passaram a ser do interesse do governo de Getúlio Vargas. Contudo, as principais ações do Estado que visavam prover assistência alimentar, só foram criadas durante o Estado Novo, após 1937. Como foi o caso do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em 1940, uma rede de restaurantes que ofertavam uma alimentação balanceada, elaborada com auxílio de profissionais do campo da nutrição. Em um primeiro momento, esta assistência era limitada aos trabalhadores cuja ocupação fosse devidamente registrada, todavia com o avanço das políticas alimentares no país, as refeições elaboradas nos SAPS também passaram a ser ofertadas aos filhos destes trabalhadores e incluídas na alimentação escolar. Algumas das unidades do SAPS também contavam com orientação nutricional e auxílio médico. Para além dos restaurantes, o SAPS também administrava os Postos de Subsistência, armazéns nos quais os trabalhadores podiam adquirir gêneros alimentícios à baixo custo. Objetivando proporcionar uma dieta nutricionalmente adequada e contornar os índices de desnutrição no país, o SAPS criou um programa de assistência próprio, o “Auxílio Alimentar”, a partir do qual os sujeitos que haviam se tornado desempregados recentemente, recebiam em suas residências víveres frescos como legumes, verduras e proteína animal, estes devidamente condicionados desde a seleção até a entrega (FOGAGINOLI, 2011).

Embora, Josué de Castro (1937) defendesse que o cenário da fome nas zonas rurais pudesse ser contornado mediante a criação de uma política de renda mínima e alguns profissionais do campo da nutrição tenham considerado, o salário-mínimo criado em maio de 1940, como sendo uma política de combate à fome (BRINKMANN, 2014). Saboia (1989), afirma que o combate a fome não se encontrava dentre os objetivos da a criação do salário-mínimo, conforme o autor, a pretensão do governo, ao criar este direito trabalhista, era de intensificar o controle sobre o poder de compra da população. Todavia, o acesso a estas ações promovidas pelo Estado, eram limitadas a uma parcela da população, a dos trabalhadores formais e urbanos, considerados pelo governo estadonovista de extrema importância para a manutenção de Vargas no poder. Por conseguinte, cerca de 70% dos brasileiros que residiam

nas zonas rurais e conviviam com os piores cenários alimentares, não desfrutavam destas políticas (CASTRO,1937).

Os resultados, quanto a inefetividade das ações promovidas pelo Estado, para contornar o cenário da fome no Brasil, não se limitavam ao baixo rendimento dos trabalhadores, as diversas patologias que acometiam crianças e adultos ou aos inúmeros óbitos decorrentes da subnutrição. Esta ineficiência, também refletiu na segurança nacional, visto que as consequências da subnutrição acarretaram dificuldades ao governo varguista quando necessitou desta parcela da população – pobre e desnutrida - para representar e defender o território nacional, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Durante os primeiros anos do conflito (1939-1942), o governo brasileiro objetivando proteger seus interesses econômicos com ambos os grupos (Eixo e Aliados), adotou à posição de neutralidade. Contudo, esta situação ficou drasticamente abalada após janeiro de 1942, quando o Ministro das Relações Internacionais, Oswaldo Aranha, anunciou o rompimento das relações diplomáticas e econômicas que o Brasil mantinha até então, com Itália e Alemanha. Como forma de retaliação, a partir do mês de fevereiro, de ambos os países colocaram seus submarinos em atividade no Oceano Atlântico, dando início a uma sequência de ataques às embarcações brasileiras, o que acarretou na morte de dezenas de civis e militares. A repercussão acerca dos ataques somadas à pressão dos populares, que tomaram as ruas do país exigindo que o governo reagisse as retaliações do Eixo, fez com que em 31 de agosto de 1942, o Brasil Declarasse Guerra à Itália e Alemanha (SEITENFUS, 2000).

Estando como integrante do grupo dos Aliados, o governo varguista passou a vislumbrar os possíveis ganhos militares, tecnológicos e políticos, que a criação de uma tropa militar poderia proporcionar ao Brasil no pós-guerra. Considerando esta possibilidade, deu-se início a um intenso processo de negociações entre os governos brasileiro e estadunidense, que resultou na criação da Força Expedicionária Brasil (FEB) em 9 de agosto de 1943. Todos os processos da FEB – seleção, formação, organização, armamento, treinamento, atuação - deveriam obedecer a um modelo que havia sido pré-estabelecido pelo governo estadunidense, exigências que estavam muito distantes da realidade na qual se encontrava o Exército brasileiro neste período.

Dentre as inúmeras dificuldades que deveriam ser superadas para que o Exército brasileiro obtivesse êxito na formação da FEB, destacamos o processo da inspeção de saúde. Conforme o modelo estipulado pelos estadunidenses, apenas seriam considerados aptos a compor a tropa expedicionária candidatos com: altura superior à 1,55m, peso mínimo de 60 quilos, ausente de patologias oftalmológicas, mentalmente e emocionalmente equilibrados e com no mínimo 26 dentes naturais (FERRAZ, 2005; MAXIMIANO, 2010). O mínimo exigido pela *U.S. Army*, era muito difícil de ser alcançado, pois grande parte dos homens que se apresentavam como candidatos a FEB possuíam altura inferior ao mínimo exigido, desnutrição, doenças crônicas, pneumonia, e infestações parasitárias. Contudo, a principal responsáveis por desclassificar os candidatos, a ausência dos 26 dentes naturais, estava diretamente ligadas às suas carências nutricionais, pois conforme Coutinho (1937) a subnutrição pode resultar em importantes sequelas, que vão desde o surgimento de simples patologias dentárias, como as cáries, até mesmo a má formação maxilo facial.

Portanto é possível concluirmos que, os resultados identificados durante o processo de inspeção de saúde da FEB, reafirmaram não somente os anúncios realizados por Josué de Castro, Alexandre Moscoso, Dante Costa, Ruy Coutinho e demais pesquisadores brasileiros, acerca do impacto da subnutrição na saúde do indivíduo, mas também, afirmaram que os problemas nutricionais da população brasileira, não solucionados durante o primeiro governo Vargas, influenciaram negativamente no processo de seleção da Força Expedicionária

brasileira, visto que parte das patologias identificadas nos inspecionados (desnutrição, doenças crônicas, parasitárias, neurológicas) sinalizavam a prática de uma alimentação nutricionalmente inadequada.

Palavras-chave: Alimentação; Subnutrição; Força Expedicionária Brasileira

REFERÊNCIAS

BRINKMANN, Sören. Leite e modernidade: ideologia e políticas de alimentação na Era Vargas. **História, Ciências e Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, p. 269-280, 2014.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da geografia humana**. Porto Alegre. Globo, 1937.

COUTINHO, Ruy. **Valor social da alimentação**. Rio de Janeiro: Biblioteca Divulgação Científica, 1937.

FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

FOGAGNOLI, Marcela Martins. “**Almoçar bem é no SAPS!**”: Os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da previdência Social (1940-1950).2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004

MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados**: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, vol. 15, p. 13-49, jul-dez, 1997.

RODEGHERO, Carla Simone; MACHADO, Vanderlei. Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura. **Revista de História Oral**, v. 20, n2, p. 33-57, jul/dez, 2017.

SABOIA, João. **Salário mínimo no Brasil**: a experiência brasileira. São Paulo. L&PM, 1985.

SAVAL, Priscila Ervin. **Alimentação, Comida e Sensibilidades na História da Força Expedicionária Brasileira**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2000.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **A gestão dos recursos hídricos em um contexto regional**: a trajetória do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). 2000. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

HANSENÍASE, UMA DOENÇA PERPASSADA POR ESTIGMA SOCIAL

Autor(a): Rafaela Limberguer¹

Orientador(a): Luciane Sgarbi Santos Grazziotin¹

Resumo:

O presente estudo faz parte de um recorte da minha dissertação de mestrado em Educação, a qual está inserida na área da História da Educação através das metodologias Documental Histórica e da História Oral. Tem como temática o preventório Educandário Amparo Santa Cruz, uma instituição que foi inaugurada no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, no bairro Belém Velho, na década de 1940 para receber os filhos dos pacientes com hanseníase que estavam internados no hospital colônia do estado, o Hospital Colônia de Itapuã em Viamão- RS, que através da internação compulsória recebeu pacientes de todo o estado. Sendo assim, a justificativa deste estudo se dá em vista da minha aproximação com essas instituições sobre a hanseníase em minhas pesquisas, e assim, trago à luz o debate inicial sobre a doença da hanseníase e o estigma que sempre perpassou o doente e as pessoas do seu entorno.

A hanseníase é caracterizada como uma doença infectocontagiosa, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae* ou bacilo de Hansen, esse nome foi dado em decorrência do cientista Armauer Hansen, que descobriu a doença em 1873. A doença pode se manifestar através de manchas na pele que podem ser esbranquiçadas, avermelhadas ou mais escuras, além de ocorrer a mudança de sensibilidade, a pessoa perde os pelos e não produz suor. Caso a doença chegue a fase mais aguda, pode ocorrer o aparecimento de caroços, inchaço pelo corpo, deformação e o afetar alguns órgãos do corpo.

A doença recebia a terminologia de Lepra e é considerada uma das doenças mais antigas da história. Tendo algumas passagens no livro da Bíblia Sagrada com os termos "lepra" e os "leprosos": "Impuro! Impuro! Enquanto tiver a doença, estará impuro. Viverá separado, fora do acampamento" (BÍBLIA 13:45,46). Nessas passagens o doente aparece como alguém pecador e deveria ser identificado pelas pessoas, já apontando para o afastamento do doente. Eidt (2004) traz em seus estudos que há indícios da doença 4.300 anos antes de Cristo, não sendo possível definir com precisão onde a doença teria surgido. Conforme a autora, em algumas partes do mundo seus escritos podem estar se referindo a hanseníase, mas também poderiam estar se referindo a outras doenças de pele, pois a terminologia lepra era usada para várias doenças.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), graduada em Licenciatura em Educação no Campo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e graduada em Licenciatura em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Participa do grupo de estudos EBRAMIC, e-mail:rafaelalimberger@edu.unisinos.br

² Atualmente é professora e pesquisadora na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Possui Pós-doutorado na UNED em Madri (bolsa CAPES, 2017), doutorado em Educação, ênfase em História da Educação pela PUCRS (2008). Fez doutorado sanduíche na Universidade Clássica de Lisboa (2007). Fez Mestrado em Ciências (1991) e graduação em Biologia Licenciatura. Líder do grupo de pesquisa EBRAMIC. E-mail: sgarbi@unisinos.br

Foucault (2010) coloca sobre a exclusão aos “leprosos”, na qual era uma prática social inteiramente voltada a rejeição desses sujeitos. Na França, por exemplo foram adotadas medidas de caráter extremas, na qual a pessoa portadora da doença deveria usar uma vestimenta e uma sineta que chamasse a atenção das pessoas “saudáveis” quanto a sua presença, para que assim se mantivessem afastados. Eidt (2004) argumenta que além das pessoas serem mantidas separadas do convívio social estavam sujeitas, conforme descrito anteriormente, a se expor a toda a sociedade. Porém, com o passar do tempo, a igreja começou a influenciar as pessoas a ajudarem os doentes, cria-se então os chamados “lazaretos”, espaços que tinham como finalidade acolher pessoas com hanseníase, mas como o diagnóstico não era preciso, acabava recebendo pessoas com outras doenças e moradores em situação de rua.

Com o passar do tempo, a hanseníase vai se tornando mais recorrente em todo o mundo. Eidt (2004) coloca que no Brasil não havia indícios da doença entre os indígenas e só em torno do século XVII que foi registrado os primeiros casos. Com os casos cada vez mais recorrentes, os médicos começam a virar sua atenção para a doença e começam a surgir as primeiras conferências. A I Conferência Internacional da Lepra foi realizada em 1867 em Berlim, depois ocorreu a Conferência de Bergen em 1909, em Straburgo em 1923 e no Cairo em 1938.

Seguindo as discussões dessas conferências, vão surgir os chamados hospitais colônias, que previam a internação compulsória dos pacientes. Esses hospitais funcionavam como uma minicidade e geralmente eram vastas áreas cercadas por mata fechada e longe do convívio da sociedade. Tinham em suas dependências pavilhões para homens e mulheres, área de lazer, casa das irmãs franciscanas, casa do capelão, área administrativa, hospital, cadeia, etc. Esses hospitais colônias são o que Goffman (2015) caracteriza como uma *instituição total*: “[...]um local de residência e trabalho onde muitos indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (Goffman, 2015, p.11)

No Brasil, segundo os dados do Relatório de Organização dos Serviços de Lepra do Brasil de 1942 e conforme os dados do CPDOC FGV (2021) foram construídos cerca de 31 hospitais colônia e cerca de 25 preventórios. Inicialmente nos hospitais colônias os pacientes viveriam para sempre, ou seja, até seu falecimento, já nos preventórios as crianças ficariam até completar a maioridade.

Nesse sentido, podemos aqui nos atentar a separação dos pais pacientes de hospitais colônias dos seus filhos que viessem a nascer dentro dessa instituição ou caso já tivesse filhos ao ser encaminhado ao hospital. A criança nascida dentro do hospital colônia seria imediatamente afastada após o nascimento, sem jamais ser tocada por seus pais e encaminhada aos preventórios. O termo preventório vem de prevenção, por isso entendia-se que ao afastar as crianças do convívio dos pais, estavam prevenindo que a doença as contagiasse. Conforme Almeida *et al.* (2012), até mesmo por não ter informações sobre a doença, acreditava-se que as crianças poderiam desenvolver a hanseníase e essas instituições seriam encarregadas de cuidar dessas crianças, a fim de tentar evitar a disseminação da doença. Para cumprir essa função, tais instituições estavam afastadas dos hospitais colônias e operavam com regras e normas próprias.

Depois da década de 1940, com a descoberta da sulfona, o tratamento começou a ser modificado e em 1950 não seria mais necessária a internação compulsória. Como não era mais necessário o isolamento dos pacientes, eles poderiam sair dos hospitais colônias já que o tratamento agora era feito em centros de saúde. Mas os pacientes que já haviam criado vínculos de pertencimento ao local, e por não ter para onde retornar ou por conta do estigma e preconceito contra a doença, continuaram a viver nessas instituições.

Goffman (2008) aborda em seus estudos que o conceito de estigma foi criado pelos gregos para se referir “a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de

extraordinário ou mau sobre o status moral de quem o apresentava” (Goffman, 2008, p.11). Michel Foucault (2010, p.139) também coloca que a partir do século XIX e XX a norma será compreendida como a regulamentação a partir do campo da medicina e da psiquiatria e tudo que foge a norma, como regra de conduta ou algo patológico e mórbido. Nesse sentido, o doente da hanseníase seria o anormal. Nessa perspectiva, pode-se pensar como a doença trazia estigma e preconceito ao seu portador, esse que seria o outro, o anormal. Por conseguinte, Foucault (2014) coloca que a divisão constante do anormal e do normal faz emergir o exílio dos leprosos: “[...] a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar, e corrigir os anormais [...]” (Foucault, 2014, p.194).

A partir de 1960 a hanseníase começou a ser abordada de forma ambulatorial, com a sulfona, o uso de educação sanitária e controle de comunicantes. Também procurando amenizar a questão do preconceito no Brasil, a terminologia da doença passou de lepra para hanseníase, conforme a lei nº 9010 de 29 de março de 1995 o nome e os derivados da palavra “lepra” não deveriam mais ser usadas e o nome oficial adotado a partir desse momento é o de hanseníase. Siqueira e Sá (2013) alegam, porém, que mudar a terminologia da doença não foi suficiente para acabar com os preconceitos e até mesmo os temores contra a doença, sendo que isso possivelmente pode ser um dos fatores de permanência da doença no país em números elevados. Atualmente o Brasil é o segundo país no mundo que mais registra casos de hanseníase, por isso, conforme o Ministério da Saúde (2021) a doença atualmente é um problema de saúde público. O tratamento é fornecido pelo Sistema de Saúde (SUS), tendo a possibilidade da eficácia e cura da doença.

Por isso, conforme os escritos apontados conclui-se como a hanseníase foi uma doença que desde seu início foi perpassada por preconceitos e estigma, afinal, os pacientes precisavam ficar longe do convívio em sociedade, ou por ser necessário que se apresentassem como alguém doente, para que o outro soubesse da sua condição, parecendo conforme as palavras de Foucault (2010) que fosse necessário deixar designado/marcado o “anormal” do “normal” e como outra prática adotada, o ato de afastar seus filhos do convívio familiar com seus pais. Sendo assim, este estudo chama a atenção de que ao estudarmos o processo histórico da doença da hanseníase/lepra, podemos tentar compreender e discutir sobre os preconceitos enfrentados pelas pessoas que foram diagnosticadas e dos pacientes que ainda vivem em hospitais colônias no Brasil. Além do que, essa temática pode nos ajudar a pensar os modelos de exclusão há que foram expostas seus doentes e seus processos de subjetividade dentro do campo saúde/doença, nesse sentido, nossas análises podem ajudar a emergir enfrentamentos para que políticas públicas de exclusão como a da hanseníase não aconteçam e para que os preconceitos estabelecidos tenham fim.

Palavras-chave: hanseníase; estigma; preconceito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9010, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19010.htm#:~:text=L9010&text=LEI%20N%C2%BA%209.010%2C%20DE%2029,hansen%C3%ADase%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Disponível em: <<https://www.bibliaon.com/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CPDOC, FGV. **Acervo Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

EIDT, Leticia Maria. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 76-88, mai./ago. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Goffman, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LCT 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Hanseníase: o que é, causas, sinais e sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/hanseniase>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SÁ, Marcia Bastos de; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. Hanseníase, preconceito e parrhesia: contribuições para se pensar saúde, educação e educação em saúde. **Ciência & Educação**, v. 19, n. 1, p. 231-247, 2013

TUDO NA BUSCA DE ALÍVIO E CURA: O USO DE MAGIA PARA TRATAMENTO DE DOENÇAS NA REGIÃO DE MINAS GERAIS (1735)

Autor(a): Raiza Ap. da Silva Favaro¹

Orientador(a): Christian Fausto M. dos Santos²

Resumo:

Ao longo dos séculos, na luta pela sobrevivência, as sociedades humanas tiveram de encontrar diferentes formas para tratar seus males, fosse a partir de conhecimentos eruditos, religiosos ou místicos. O objetivo central da presente pesquisa é explorar a arte de curar nas Minas Gerais setecentistas, sobretudo o uso de “magia” e “itens mágicos” como forma de cura, a partir do estudo do tratado médico, “Erário Mineral” escrito em 1735 pelo cirurgião português, Luís Gomes Ferreira. Tem-se por objetivo analisar alguns métodos de cura usados na rotina das Minas, a relação entre o saber médico e o erudito, assim como a aproximação da magia com a medicina. Busca-se analisar também o sincretismo dos povos nas Minas Gerais durante o século XVIII, a visão da doença como uma força sobrenatural, o que leva a um entendimento mágico do corpo e, por fim, o uso de itens considerados mágicos como: amuletos, plantas, partes do corpo humano e animais no tratamento das enfermidades, tanto por agentes da cura como por populares.

Para a presente discussão considerou-se um fator de entrada; para os seres humanos a guerra contra as doenças nunca foi uma batalha rendida. Por muitos séculos as civilizações entendem o tratamento das doenças como algo fundamental, desta forma mesmo nas condições mais incertas os indivíduos vêm utilizando tudo na busca de alívio e cura. Dentre as diversas formas de cura que percorrem os séculos, esta pesquisa busca analisar a “magia” como tratamento. O estudo se centraliza na Capitania de Minas Gerais, no século XVIII, momento das primeiras descobertas de jazidas de ouro, o que possibilitou uma grande urbanização na região. Logo, a capitania proporciona um estudo rico, por conta do grande fluxo de pessoas vindas de diversas partes do Brasil e da Europa, o que favoreceu o encontro de diferentes culturas (VIANA, 2008). Tal encontro oportunizou na região o início de uma medicina multifacetada.

Acentuamos que a pesquisa se trata de um projeto de iniciação científica, que analisa as questões citadas anteriormente através do estudo da trajetória do cirurgião português Luís Gomes Ferreira, que percorreu Minas Gerais no século XVIII, adquirindo imensa experiência prática e publicando sua obra em 1735, com o título “Erário Mineral”. Assim como aponta Ronaldo Simões Coelho (2002) no Manual de Ferreira tudo vale para curar. Desta forma, o desafio desta pesquisa é analisar parte das práticas médicas em Minas Gerais do século XVIII, envolvidas com o “universo mágico”, com a finalidade de entender como se deu a relação entre

¹ Graduanda do curso de História na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Laboratório de História, Ciências e Ambiente (LHC) da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: raiza.favaro13@gamil.com.

² Graduado na Universidade Estadual de Maringá em História (UEM); Mestrado Geografia (UEM); Doutorado: História das Ciências da Saúde/FIOCRUZ; pós-doutorado: UFMG; Pós-doutorado; CSIC, Espanha. Coordenador do Laboratório de História, Ciências e Ambiente (LHC) da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: cfmsantos@uem.br

o saber médico erudito e o popular, assim como a aproximação da medicina com a magia e quais fatores proporcionaram o encontro de múltiplas culturas, que levou a uma circularidade de ideias na região.

De acordo com Sournia (2002) por natureza a medicina é histórica, portanto, cabe investigar as práticas médicas, sejam elas oficiais ou não, com objetivo de revelar as singularidades culturais e sociais que influenciam na luta contra as doenças. E mesmo que as inovações da medicina científica, assim como aponta Sournia (2002), não acabem nunca, porque estão em constante luta contra as doenças milenares e as que poderão surgir amanhã, a medicina paralela também continua a perpetuar seu espaço, pois não é incomum que práticas de cura usadas em tempos remotos continuem sendo usadas até os dias atuais. De acordo com Coelho, isso se deve ao fato de que “o povo, apesar do progresso, continua a se comunicar oralmente. Os conhecimentos científicos, em qualquer área, demoram a chegar até o povo. Mesmo a utilização de grandes descobertas pode levar séculos” (COELHO, 2002, p.154).

Em Minas Gerais, no século XVIII, houve a utilização de técnicas curativas oficiais e populares, mostrando que na região existiu grande circularidades de ideias. O autor Carlo Ginzburg, em sua obra “O queijo e os vermes” traz o conceito de circularidade, como “(...) influxo recíproco entre culturas subalternas e culturas hegemônicas (...)” (GINZBURG, 1996, p.21). Partindo deste pressuposto, pode-se pensar que as camadas eruditas e as populares tendem a se homogeneizar, porque ambas as camadas “circulam entre si”. Diante disto Ginzburg (1996) nos leva a não olhar apenas para as particularidades do erudito ou do popular, e nem os pensar como fenômenos distantes, já que podem dialogar entre si.

Diante do exposto, temos por objetivo mostrar que o “Erário Mineral” (1735) além de contribuir com a investigação no campo da história da medicina, também colabora para o entendimento das relações entre a medicina oficial e a arte de cura das tradições populares, neste caso ligadas a magia. Como aponta Le Goff (1985) a doença pertence a história. Sendo assim a doença também pertence ao seu tempo histórico, por isso se faz necessário considerar as instituições, mentalidades e particularidades presentes em cada tempo e espaço. Le Goff (1985) afirma, que a doença não pertence apenas aos conhecimentos científicos e tecnológicos, igualmente pertence a história social. Desta forma, justifica-se a doença como uma experiência social, onde o meio influencia e modifica as formas de interpretar as práticas curativas.

O desenvolvimento desta pesquisa consta com um estudo bibliográfico, que vem nos levando a algumas considerações, dentre elas é importante destacar que o “Erário Mineral” não foi feito por um médico formado, mas sim por um cirurgião (VIANA, 2008). O que é um fato importante ao notarmos que eram distintas as funções de cirurgiões e médicos na época, onde o cirurgião tinha menos credibilidade.

Para o Filósofo Frances Michel Foucault (2000) é essencial estudar as formas como os saberes se confrontavam, de modo que algumas formas dos saberes se consagram historicamente e outras não, ao usar o conceito de “arqueologia”, como uma analogia, Foucault (2000) tem por objetivo mostrar que o arqueólogo no sentido literal escava, desta forma “reconstrói a história”. Sendo assim, segundo Foucault (2000), os saberes estão disputando hegemonia e projeção, alguns conseguem, mas outros são “soterrados”, por isso ao analisar um período da história precisamos “escavar”, para poder reconstruir o cenário do passado, que acabou sendo obscurecido.

A preocupação de Foucault (2000) é investigar os mecanismos do porquê determinados saberes ficaram na superfície e se tonaram conhecidos e quais os mecanismos que fizeram com que outros saberes ficassem soterrados. Diante disto a partir do estudo do “Erário Mineral” (1735), podemos perceber que Gomes Ferreira “cuidava de descrever especificidades de casos curiosos e de improvisar a substituição dos remédios de boticas inexistentes nos

arraiais do ouro” (DIAS, 2002 p. 326). Em seu tratado “deu-se ao trabalho de incorporar os conhecimentos aprendidos dos paulistas, dos índios, assim como das frutas africanas, transplantadas para as Minas por traficantes de escravos” (DIAS, 2002, p. 357).

Podemos observar que o cirurgião escrevia para os homens considerados de qualidade ou casta inferior, para os escravos, para os proprietários pobres de escravos caros e para os brancos. Afirmava preferir ser atendido por homens simples a escrever bonito (DIAS, 2002). Sendo assim, tal obra conseguiu passar para a cultura escrita, as receitas e a memória das tradições populares orais, que muitas vezes são obscurecidas pela historiografia. Com grande perspicácia “seu tratado inspirado em práticas ocultas reunia os conhecimentos disponíveis para viver nas Minas no início do século das Luzes” (DIAS, 2002, p. 357)

Por isso, podemos destacar que o uso dessa fonte nos faz compreender não só o contexto de sua época, como também o significado das expressões do autor, principalmente quando notamos que nenhum documento se faz neutro, sempre carregam consigo a opinião de quem o escreveu (BACELLAR, 2005). Portanto, buscamos contextualizar o documento de acordo com sua época, visto que o historiador reconstrói os acontecimentos das histórias vividas e garante aos leitores um esquema interpretativo do passado vivido ao abordar. Gomes Ferreira construiu e registrou suas experiências sobre o mundo que o cercava. A análise das relações existentes entre seus escritos, seu meio sociocultural e suas experiências nos permite conhecer a arte médica de uma maneira peculiar. Desse modo, a metodologia aqui se faz presente para estabelecer relações históricas e sociais, de uma medicina multifacetada.

Esta pesquisa busca compreender parte das práticas médicas nas Minas Gerais, durante o século XVIII ligadas ao universo mágico. Para tal estudo é usado o Manual médico “Erário Mineral” (1735), de autoria de Luís Gomes Ferreira. Além de outros autores aqui citados, que forneceram fundamentações essenciais para se concluir que na região de Minas Gerais, no período analisado, não havia fronteiras demarcadas entre a medicina oficial e a popular.

Na obra de Luís Gomes Ferreira, os sistemas mágicos religiosos convivem, lado a lado, com a medicina oficial. “No século XVIII, o conhecimento médico estava impregnado de práticas e crenças religiosas e mágicas” (FURTADO, 2009, p. 97). Sendo assim, a convivência do racionalismo com o pensamento mágico deu-se em vários níveis, não estando restrita à um grupo social específico. Os habitantes das Minas de ouro faziam uso do conhecimento médico oficial e de feitiçarias buscando, assim, a saída que melhor estivesse ao seu alcance. Não ficando de fora os profissionais de cura que também por conta da ineficácia de indicações da medicina oficial, recorriam a feitiços, no afã de conseguir a cura” (VIANA, 2008).

Houve então uma população em que, brancos, negros, livres e mestiços, senhores e escravos compartilhavam crenças sobrenaturais (VIANA, 2008). Desta forma, Luís Gomes Ferreira apropriou-se de saberes locais, para incorporar em suas práticas curativas, e a experiência adquirida leva-o à percepção de que não somente as teorias obtidas em Portugal, seriam suficientes para o tratamento das enfermidades nas Minas Gerais. Por conta disto, Gomes Ferreira, adquiriu conhecimento das forças ocultas e passou a saber lidar com os segredos da natureza. Deste modo passou para a palavra escrita a visão do mundo de seu tempo, que pensava o cosmo como uma grande cadeia de seres, unindo ao universo das estrelas os segredos das pedras, das plantas, das árvores e de animais. (DIAS, 2002).

A atuação do cirurgião-barbeiro nas Minas Gerais no século XVIII, foi mais um capítulo na configuração de uma medicina tropical de base empírica. Pois grande parte do uso desses elementos como panaceia curativa veio do contato com índios e escravos, conhecimento em muitos casos intermediado pelos paulistas e em grande parte divulgado pelos manuais de medicina popular escritos na capitania ao longo do século XVIII (FURTADO, 2005, p. 104).

O fato é que Luís Gomes Ferreira conseguiu abordar um leque de temas que abarcaram desde o dia a dia dos escravos, o tráfico negreiro, o sistema de mineração aurífera e diamantífera até as crenças, a alimentação, a vida familiar da época, entre inúmeros outros (FURTADO, 2005, p. 97). Fazendo de seu tratado um importante caminho para a análise de um território de múltiplas manifestações culturais, múltiplos conceitos a respeito do corpo, da saúde e da doença, vivenciados entre moradores de uma das cidades mais afortunadas da capitania da América Portuguesa.

Palavras-chave: Erário Mineral; magia; medicina.

Fonte:

FERREIRA, Luís Gomes. Erário Mineral. Org. Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2002. É fundamental ressaltar que todas as informações a respeito do cirurgião e de seu período de estada nas Minas nos são fornecidas pelo próprio autor, nas páginas de seu tratado médico.

Referências:

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. [S. l.: s. n.], 2005.9-Eugenio.

COELHO, Ronaldo Simões. O Erário Mineral divertido e curioso. In; FERREIRA, Luís Gomes. Erário Mineral Luís Gomes Ferreira; org. Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. Rio de Janeiro; Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Corpo, natureza e sociedade nas minas (1680-1730). Projeto História, São Paulo, n. 25, p. 325-359, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na medicina colonial. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano: XLI, julho/dezembro de 2005.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GUINZBUG, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE GOFF, Jacques (org). As Doenças tem história. Lisboa: Terramar, 1985.

SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. In; LE GOFF, Jacques (org). As Doenças tem história. Lisboa: Terramar, 1985.

VIANA, Kelly Cristina Benjamin. Mágicos Doutores; a arte médica entre a magia e a ciência nas Minas Gerais setecentistas (1735-1770). Fortaleza, 2008.

“SEM RECURSOS E APARELHAMENTO”: A DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Autor(a): Rakell Milena Osório Silva¹

Orientador(a): Joseanne Zingleara Soares Marinho²

Resumo:

O foco central do trabalho está em analisar as técnicas e práticas baseadas no higienismo e no tratamento das doenças, que foram implantadas no Piauí pelos governadores de Estado entre as décadas de 1889 a 1930. A partir do início da Primeira República, o setor da saúde sofreu as influências do contexto político-social pelo qual o Brasil vinha passando ao longo de sua história, tomando as doenças como problemática. O Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, que deveria ser tido como referência no país, apresentava um quadro sanitário caótico, devido à presença de diversas doenças, como: malária, varíola, febre amarela e a peste. (GUIDINI, 2012).

O Brasil, que havia adotado os ideais modernizadores advindos da Europa, justamente para embelezar e, principalmente, para a melhoria da salubridade das cidades, priorizava a capital, sendo possível notar essas mudanças já no início da década de 1890 com medidas reformadoras. (SEVCENKO, 1983). Por conta da desordem sanitária, foi criado também, o Departamento Geral de Saúde Pública (DGSP), em 1897, sob a direção do médico sanitarista Oswaldo Cruz, responsável por dirigir os serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais, fiscalização do exercício da medicina e da farmácia e o estudo sobre as doenças infectocontagiosas. (TEXEIRA, 1995).

Mesmo com um incentivo tímido dos poderes públicos para organizar a saúde pública no país, as campanhas autoritárias eram vistas com medo e desconfiança pela população, juntamente com a insatisfação com os serviços públicos, acarretando um episódio de resistência a uma campanha de vacinação contra a varíola, conhecida como Revolta da Vacina, em 1904. Nessa época, a estrutura administrativa de saúde era centralista, ligada a um corpo médico geral proveniente da oligarquia de origem agrária que dominou a Primeira República. (GUIDINI, 2012). As novas estruturas de saúde pública vinham desde 1910, com um processo lento e contínuo de reformas na expansão do serviço de saneamento e profilaxia rural, em especial no combate de endemias rurais, como a malária, doença de Chagas e ancilostomíase.

No contexto geral, em “A era do Saneamento”, Gilberto Hochman aborda as bases políticas públicas de saúde no Brasil, revelando que:

¹ Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Licenciatura em História, 4º Período, Bolsista CNPq 2021-2022, membro do Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política- NEEPP, membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana), rakellosorio@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História PROFHISTÓRIA e do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, joseannezsm@gmail.com.

A centralidade assumida pelas políticas de saúde pública e saneamento no Brasil da Primeira República se desembocou no processo de construção do Estado Nacional. Essas políticas são cruciais para o alargamento da presença do Estado na sociedade e território brasileiro. (HOCHMAN, 1998: 241).

Com esse período de instabilidade política e atraso na saúde pública nas primeiras décadas do século XX, foi possível notar a incorporação da medicina curativa para o tratamento dos enfermos e da medicina preventiva que buscava medidas profiláticas para evitar o adoecimento dos indivíduos, como também o alastramento de endemias e epidemias. Durante todo esse período, algumas medidas foram efetivadas pelo Estado, em sua maioria na capital, o Rio de Janeiro, enquanto estados do interior do Brasil não eram tão contemplados, como é o caso do Piauí.

As condições do Piauí não estavam satisfatórias muito antes da Proclamação da República, contribuindo para o aumento da insalubridade e, conseqüentemente, para a disseminação das doenças. Com Teresina como capital do estado, várias doenças puderam ser observadas, como: varíola, sífilis, tuberculose, febre amarela e malária, que já acometiam a população, principalmente os setores pobres. Para o tratamento, além das Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, havia também o Hospital Miguel Couto de Floriano, que contava com o pagamento de subvenções pelo governo do Estado, e ainda havia poucas Delegacias de Saúde e Postos de Higiene, que não funcionavam adequadamente, servindo apenas de forma simbólica. Com isso, é possível notar o início de uma preocupação do Estado no tratamento das doenças que assolavam o território.

Na última década do século XIX, a proposta dos governos estaduais do Piauí era institucionalizar a saúde pública, onde visava salubridade com base para a saúde individual e coletiva. (SILVA, 2010). A parceria entre governo federal, estados, municípios e associações privadas foi essencial para a medicalização da sociedade, a fim de implantar uma ideologia modernizadora no estado que já havia sendo expandida pelo país, uma vez que a assistência sanitária se resumia às Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, ao Asilo dos Alienados e ao hospital de Floriano. (ARAÚJO, 2012).

A exemplo disso, nos relatórios governamentais do Estado, no ano de 1890, o Presidente do estado, Gabino Besouro³, reclamava da falta de profissionais médicos para exercer cargos de delegados/inspetores de higiene, já que havia cinco delegacias existentes no estado, só que pela falta de profissionais, esses serviços públicos estavam agindo de forma ineficiente, funcionando de forma regular apenas o da capital Teresina. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1890). A preocupação aumentava, uma vez que no ano de 1889, as condições sanitárias haviam sido consideradas ruins, tendo desenvolvido moléstias endêmicas como a malária, uma epidemia de sarampo propagada na capital, que depois se espalhou para as cidades e vilas do interior, juntando com o agravante da seca, aumentando ainda mais o número de mortos. As verbas destinadas à saúde pública eram insuficientes e não eram organizadas de forma centralizada, servindo basicamente para o pagamento de servidores públicos, não alterando em quase nada a estrutura do estado.

No mandato do governador, Raimundo Arthur de Vasconcelos⁴, em um relatório enviado à Câmara Legislativa, em 1897, ele critica como o estado se encontrava:

³ Presidente nomeado pelo Governo Federal, presidiu, no período republicano, o estado do Piauí de 23 de agosto a 19 de outubro de 1890.

⁴ Governador do Piauí eleito pelo voto direto, o qual exerceu o mandato de 1 de julho de 1896 a 30 de junho de 1900.

[...] Infelizmente, durante o meu governo, o estado sanitário, em geral, não foi bastante satisfactorio. [...] O serviço de hygiene, em todo o Estado, tem sido dirigido exclusivamente pelo inspector de saude que, além disso, acumula as funções de medico da força estadual, policia e Santa Casa [...]. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1897: 9).

Pode-se notar que, o serviço de higiene era de total responsabilidade do inspetor, não havendo profissionais específicos e nem departamentos adequados para cada função, sobrecarregando os funcionários e, sendo mal executado. No final do século XIX, o órgão de saúde local era a Inspetoria de Higiene Pública⁵, que não passava de um símbolo, por conta da falta de médicos, pela falta de organização administrativa e falta de verbas para investimentos. A administração pública foi reorganizada a partir da criação da Diretoria de Saúde Pública, em 1898, não ocorrendo alterações nos serviços regulares de saúde, pela dificuldade na regularização de serviços e falta de profissionais qualificados que exercessem a função de delegados de higiene, fazendo com que não haja mudanças notáveis na saúde até o final do século XIX. (MARINHO, 2018).

Na primeira década do século XX, a capital piauiense, apresentava sinais urbanos limitados, além do crescimento acelerado do comércio, sinônimo de progresso, mas também houve uma segregação espacial com o surgimento das periferias, marcando a pobreza e as desigualdades com a precarização das moradias, carências ligadas diretamente ao saneamento básico, iluminação pública, água encanada, entre outras questões. As periferias passaram a ser palco de doenças, precariedade e regressão nos âmbitos social, cultural e econômico, era preciso criar serviços sanitários para fundamentar uma consciência nacional de saneamento como questão central. A saúde pública se tornou tema de destaque a partir do movimento sanitaria da década iniciais da república, o qual evidenciava o Piauí como espaço do interior do país que estava abandonado, atrasado e cheio de doenças. (ARAÚJO, 2012).

A partir de 1910, as discussões em torno da criação de repartições públicas e das questões sanitárias se tornaram mais recorrentes, com ações mais efetivas no campo da saúde pública. Todavia, com a escassez de recursos, o atendimento médico à população continuava bastante reduzido na capital, e nos municípios a situação era ainda pior, se restringindo apenas em caráter emergencial. Ao final dessa década, algumas medidas estatais sanitarias foram criadas no Piauí, com instituições públicas preocupadas com a prevenção de doenças/alastramento de epidemias, adotando propagandas educativas, exames e vacinações. (SILVA, 2019).

Na década de 1920, iniciou-se a construção de uma cultura sanitária de forma mais organizada, com a relação entre governo federal, estados e municípios e a relação entre saúde pública e assistência médica, começando uma fase que pode ser identificada como uma tentativa de medicalização teresinense⁶. Começa a haver algumas iniciativas visando medidas de saneamento em Teresina e nas localidades rurais, para conter, principalmente, a malária e as verminoses.

Com a atuação do Estado, o primeiro posto de saúde no estado do Piauí é instalado na capital, em 1921, Posto de Saúde Clementino Fraga, sinônimo de civilização e modernidade, com a prestação de serviços ambulatoriais, serviços de profilaxia para lepra, doenças venéreas

⁵ Restrita ao combate da disseminação de epidemias até as primeiras décadas do século XX. (MARINHO, 2018).

⁶ As políticas públicas sempre privilegiaram mais a capital, uma vez que Teresina precisava ser a referência em modernidade, mas ainda apresentava condições precárias de vida, com ineficiência na infraestrutura básica de abastecimento de água potável, postos de saúde sem aparelhamento necessário para o atendimento de doentes e sujeira predominante nas ruas da cidade. (SILVA, 2010).

e tuberculose, tratamento de doenças infectocontagiosas, assistência médica de urgência, vacinações e revacinações contra varíola, além de serviços domiciliários, através da polícia sanitária que realizava inspeções visando a fiscalização dos doentes que não buscavam tratamento para suas doenças, sendo de extrema importância para quem não morava em Teresina e para os indigentes e doentes pobres que precisavam de assistência. (MARINHO, 2019). Assim, havia propostas governamentais para ampliar os atendimentos que se encontravam concentrados somente na capital e posteriormente, foram instalados outros postos que atendessem as necessidades do estado, como o de Parnaíba em 1925, além de postos, também Delegacias Sanitárias nos demais municípios. Além disso, há o início da descentralização de políticas públicas que se concentravam na capital Teresina e nas cidades próximas do rio Parnaíba, havendo uma maior preocupação com o espaço rural e as endemias.

Assim, os serviços de saúde pública durante toda a Primeira República passaram por avanços e retrocessos quanto a saúde pública no Piauí, a fim de atender às necessidades da população de forma mais adequada, com profissionais suficientes, estruturas adequadas e especializadas para cada área.

Palavras-Chave: História. Primeira República. Saúde Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ARAÚJO, Romão. **“Saúde, uma de nossas reais necessidades”**: o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910-1930). Dissertação (Mestrado)- Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. Editora Ática, 1996.

GUIDINI, Cristiane. **Abordagem histórica da evolução do sistema de saúde brasileiro: conquistas e desafios**. Monografia de conclusão de curso. Tio Hugo, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil 1910-1930). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

MARINHO, Joseanne. **“Manter sadia a criança sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1940. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARINHO, Joseanne. Sobre o cuidar do “futuro do Brasil”: o atendimento materno-infantil nos estabelecimentos de saúde pública no Piauí (1889-1929). **ANPUH-Brasil**. Recife, 2019.

PIAUHY. Governo 1890. **Relatório com que o Sr. 1º vice governador do estado do Piauhy Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Cabino Besouro no dia 23 de agosto de 1890**. Therezina: Typ. De Honorato Souza, 1890.

PIAUHY, Governo 1897. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos no dia 1º de julho de 1897**. Therezina: Typ. Do Piauhy, 1897.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Editora Brasiliense: São Paulo, 1983.

SILVA, Ieda. A institucionalização da saúde pública no estado do Piauí, 1937-1945. I Semana de História da UESPI/CCM, 2010, Teresina. **II Simpósio de História da UESPI/CCM**. I Semana de História da UESPI/CCM. Teresina: UESPI, 2010.

SILVA, Rafaela. O Piauí na rota do discurso sanitarista nacional: os postos sanitários e a saúde pública local. **ANPUH-Brasil**. Recife, 2019.

TEXEIRA, Luiz. **A década de 1910 e o Instituto Pasteur**. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1995.

4. Representações, Práticas Mágicas e História Cultural na Antiguidade

As atuais abordagens historiográficas trazem novas interpretações e possibilidades de análise para o campo da História Antiga. As propostas da História Cultural, sobretudo, trouxeram novos conceitos e métodos que abrem portas para diferentes possibilidades de objetos de estudo dentro desse recorte temporal. Religiosidades, Práticas Mágicas, Sexualidades e várias outras temáticas estão presentes nas produções científicas que tocam o campo da Antiguidade. Além disso, projetos de Ensino e Extensão contribuem para a sua popularização da divulgação científica através dos meios digitais, por exemplo. Desse modo, o ST representa um espaço para partilhar e debater as produções sobre a Idade Antiga. São bem vindos trabalhos que estejam em andamento ou já concluídos que apresentem pesquisas e demais projetos sobre a temática

A ILUSTRAÇÃO ARQUEOLÓGICA COMO FORMA DE RECONSTRUÇÃO DO PASSADO E SÍNTESE DO CONHECIMENTO

Alessandra da Silva¹
Gerson Luís Trombetta²

Resumo: A ilustração arqueológica é um dos ramos da ilustração científica, pesquisas arqueológicas muitas vezes se utilizam de representações gráficas e ilustrações que auxiliam na divulgação de informações e descobertas junto a um público leitor. Considerando que tais representações devem ser elaboradas em função de critérios técnicos e de comprovação científica, análise de material e observação, esse trabalho tem como tema analisar como a ilustração arqueológica se constituiu no decorrer da história como uma forma de reconstrução do passado e síntese do conhecimento.

A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica e análise de imagens visando compreender o contexto de surgimento do desenho arqueológico, seu desenvolvimento no decorrer da história e sua aplicação hoje. O desenho arqueológico tem suas origens na relação entre outras áreas do conhecimento, no desenho de arquitetura, no desenho científico e na ilustração. Surge com a própria evolução da arqueologia e a necessidade do estudo sistemático dos restos materiais da vida humana já desaparecida e como uma tentativa de reconstrução dos modos de vida dos povos antigos. Os primeiros desenhos arqueológicos de que se tem conhecimento são da época medieval.

Na China, por volta do séc. XII, surgem estudos de inscrições, motivos decorativos e forma geral dos objetos da coleção imperial, como critérios para datar e assegurar a sua autenticidade. Nos finais do séc. XVII os antiquários estavam a seguir os desenvolvimentos científicos, preparando catálogos ilustrados como parte do processo de classificação. Por toda a Europa ao longo dos séculos XVII e XVIII cruzam-se interesses pela antiguidade.

Um pioneiro no desenho arqueológico foi Ciriaco de Pizziccoli ou Cyriacus de Ancona (1391 – 1453) foi um mercador considerado o pai da arqueologia. Durante vinte anos elaborou desenhos arqueológicos durante suas viagens pelo Mediterrâneo Oriental e Grécia. No século XVIII a descoberta de Herculano e Pompeia foi um marco importante que assinala uma nova fase de redescoberta do passado.

As ciências em desenvolvimento desde a renascença levaram ao aperfeiçoamento de sistemas classificatórios através da preparação de desenhos rigorosos. Segundo Lima (2007) as primeiras observações e estudos sobre o Egito foram feitas em 1798 e 1799, durante a invasão do país pelas tropas de Napoleão, o qual, levava desenhistas, com o propósito de registrar a nova realidade.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História (UPF). Mestre em Artes Visuais (UFSM-2019). Pós-graduada em Ensino Arte Perspectivas Contemporâneas (UNOCHAPECÓ - 2016). Graduada em Artes Visuais Licenciatura (UNIASSELVI-2013), Bacharel em Artes Visuais (UNOCHAPECÓ-2009), Especialista em Educação Infantil (UNICSUL-2020). Graduada em Pedagogia (UDESC-2005). Integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC), da Universidade de Passo Fundo, integrante do grupo de Pesquisa "Arte, Visualidade" Artes Visuais (CNPq/Unochapecó). E-mail: ale.artesilustracoes@gmail.com

² Doutor em Filosofia (PUC RS-2006) e pós-doutorado em Filosofia na (UFMG-2015), possui mestrado em Filosofia (PUC RS-1998), possui graduação em Filosofia Licenciatura Plena (UPF-1993). Atualmente é professor titular e pesquisador da Universidade de Passo Fundo no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Letras. E-mail: gersont@upf.br

A ideia crescente de colecionismo por parte dos conquistadores e mentalidade crescente de competição entre as grandes potências do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, resultou em saque de artefatos que fez aumentar ainda mais a necessidade de inventariar, catalogar, classificar e descrever, fazendo uso do desenho. No século XIX, muitos cientistas viajavam o mundo e registravam suas pesquisas com desenhos de plantas, animais, objetos, pessoas e modos de vida.

A ilustração arqueológica encontra-se em processo de transformação ao longo dos anos, motivadas pelas mudanças tecnológicas. No final do século XIX, o desenvolvimento das artes gráficas, permitiu a publicação de desenhos de materiais arqueológicos, através de gravuras e litografias, nesse período a ilustração arqueológica já se afirmava como um veículo de transmissão de conhecimento, embora lhe faltem bases científicas, muitas ilustrações de artefatos eram deficitárias, pois definiam a forma, mas não possuíam informações sobre dimensões, espessura, etc.

Durante o século XX apesar do desenvolvimento dos registros arqueológicos através de fotografias, as técnicas de representações gráficas continuam sua evolução, focadas em transmitir informações cada vez mais precisas e detalhadas, essenciais à investigação arqueológica.

Apenas nos finais do século XX surgem algumas normativas legais exigindo mais detalhe e rigor na realização dos desenhos. Considerando que o desenho arqueológico é um desenho técnico universal, deve ser objetivo de modo que possa ser compreendido indiferente do público. Sendo assim passa-se a exigir além do domínio de técnicas, normas, conceitos teóricos e um grande rigor na execução. O Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro e o Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro. Em seu artigo 15.º diz que o relatório final deve conter entre outros elementos, plantas, planos, perfis, secções, registo gráfico e fotográfico do espólio mais significativo. Sendo assim o desenho arqueológico se torna fundamental na pesquisa científica e na publicação do conhecimento produzido.

Os desenhos arqueológicos podem ser reconstrução de ambientes, paisagens, modos de vida, perfis estratigráficos, desenho de campo ou desenhos técnicos de materiais arqueológicos, artefatos em cerâmica, pedra, metais, vidro, materiais de origem animal e materiais perecíveis.

As ilustrações são elaboradas a partir da observação de modelos reais em laboratório ou estudos de campo em sítios arqueológicos. Podendo ser estudados os artefatos ou os modos de vida de um determinado período. Para superar os obstáculos do meio ambiente, o ser humano, desde os primórdios, criou diversos utensílios e implementos, aproveitando matérias-primas encontradas na natureza, estes artefatos arqueológicos variam de acordo com a região, com a época e com a matéria-prima disponível.

Alguns exemplos de artefatos são ferramentas e instrumentos em pedra lascada e polida ruínas de construções, com inscrições, monumentos, também incluem cerâmica, vasos, tabuinhas de argila, objetos como botões, e elementos de adorno pessoal, como joias e de vestuário, meios de transporte, moradias e tecidos, outros exemplos incluem ossos que mostram sinais de modificação humana, material vegetal utilizado para a alimentação, objetos em metal, vidro, materiais de origem animal e materiais perecíveis.

Através do estudo dos artefatos é possível identificar outros objetos parecidos e até mesmos identificar possíveis rotas comerciais, o artefato reflete o modo de pensar e os valores de cada cultura e cada sociedade. A busca de vestígios antigos, ou artefatos, envolve muita pesquisa e trabalho de campo. O estudo desses objetos é uma parte importante no domínio da arqueologia.

Com essa pesquisa foi possível perceber que o gosto por antiguidades, a ideia de colecionismo, mobilizou investigações práticas e as ilustrações. Outro ponto importante é a função da imagem, que em primeiro lugar, é de caráter informativo, seja documental ou interpretativo, e tem como finalidade deixar a informação mais clara tornando, dessa forma os objetos retratados linguisticamente mais fáceis de serem identificados pelo leitor.

Palavras-chave: ilustração; arqueologia; conhecimento.

Referências

CORREIA, Fernando. **A ilustração científica: “santuário” onde a arte e a ciência se comungam.** VISUALIDADES, Goiânia v.9 n.2 p. 221-239, jul-dez 2011.

LIMA, Luís Carlos Fortunato. **O desenho como substituto do objecto descrição científica nas imagens do desenho de materiais arqueológicos.** Faculdade de Belas Artes Universidade do Porto, 2007.

ROCHA, Leonor. **Ilustração em arqueologia: tipos, normas e conceitos.** Imprensa da universidade de Évora, 2020.

PRIMAVERA ÁRABE: A REVOLUÇÃO EXPRESSA EM GRAFITE

Ana Paula de A.L. de Jesus¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo evidenciar e analisar através da ótica da egiptomania dois exemplos de apropriações em grafites pintados no Egito durante a primavera árabe iniciada no final do segundo semestre do ano de 2010. A escolha deste tema se deu pelo aniversário de 10 anos da Revolução Egípcia. Abordaremos uma breve introdução dos motivos que levaram a revolução; conceito de Egiptomania e por fim a análise dos Grafites e sua relação com a revolução. A metodologia que usamos na análise de imagens foi a de Erwin Panofsky juntamente com a semiótica por Roland Barthes para compreendermos o alcance e significados. Por uma questão de espaço não colocarei as imagens no texto.

Os eventos ocorridos em 2011 no Egito receberam diversos nomes da imprensa como: Dia de Fúria, Revolução do Lótus, Revolução Branca entre outros. Fez parte do conjunto de protestos populares que rapidamente se espalharam seguindo o exemplo da Tunísia que depôs seu presidente Zine el-Abidine Ben Ali. A revolução que ocorreu na Tunísia foi chamada de a Revolução de Jasmim. O então presidente, o militar Zine el-Abidine Ben Ali governava desde 1987, ficando no poder por vinte e quatro anos. Com a insatisfação da população e as inúmeras revoltas foi obrigado a renunciar, exilando-se na Arábia Saudita. Foi condenado a prisão perpétua pelos crimes cometidos contra os manifestantes (22 homicídios), acabou falecendo em 2019 ainda na Arábia Saudita.

As principais reivindicações egípcias consistiam: o uso desmedido da força policial, a desvalorização monetária, desemprego crescente, remuneração inadequada e corrupção. Além disso, o Egito teve um aumento demográfico muito grande, o que resultou na falta de estrutura e habitação digna para população. Esses fatores culminaram nos protestos inicialmente pequenos e moderados até a data de 25 de janeiro de 2011. A quantidade de manifestantes na Praça Tharir, no Cairo, foi impressionante, e as imagens transmitidas ao vivo em tempo real chocaram o mundo. Esse protesto selou a derrubada do poder ditatorial de Hosni Mubarak que governava o país desde 1981. Neste meio conflituoso, muitos cidadãos encontraram na arte do grafite uma forma de expressar seu descontentamento com a situação política e social com a segurança do anonimato.

O grafite é uma das formas de expressão mais antiga. A palavra grafite tem origem italiana “graffito” que significa “escrita feita com carvão”, o que remonta a época de nossos ancestrais quando deixavam seus registros feitos com restos de brasas nas paredes das cavernas em torno de 25.000 – 10.000 AEC. No entanto durante o império romano essa forma de expressão foi usada com o propósito de criticar e protestar nos muros e monumentos. Garraffoni em sua pesquisa destaca que os grafites eram pequenas marcas escavadas nas paredes com estiletos e que para se fazer visível era necessário aproximar-se. Outro ponto destacado pela pesquisadora é que o registro feito através do grafite deveria eternizar um momento específico e pessoal de seu criador fosse esse um insulto, uma crítica ou até mesmo uma declaração de amor. (GARRAFONI, 2005, p. 249)

¹ Possui graduação em História Licenciatura Plena e Bacharelado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do CEJHA - Comissão de Estudos e Jornadas de História Antiga (PUCRS). Membro do Grupo de Pesquisa AIC - Africanidades, Ideologias e Cotidiano (PUCRS) cursando atualmente Especialização em História Antiga e Medieval (ITECNE). Email para contato: ana.amonra@gmail.com

Dando um salto histórico para meados dos anos 1960 e 70 EC. teremos o grafite espalhados nos bairros de Paris e Nova York, realizado de forma anônima e marginalizado fazendo parte do movimento contracultura. Esse movimento foi uma forma de expressão de reivindicações políticas e sociais das minorias que eram contra a cultura de massa e a industrialização acelerada. Teve sua efervescência como resultado no pós segunda guerra mundial e a guerra do Vietnã. Exemplos deste movimento são: o movimento hippie; o punk, a pop art entre outros. Fazendo um adendo, alguns exemplos no Brasil, na arte a Tropicália e na música a criação da Bossa Nova e a inserção do Rock.

O grafite torna-se uma arte visual e iconográfica podendo conter texto e imagem ou apenas um deles, hoje considerado como uma obra de arte contemporânea e urbana está presentes nas grandes cidades e principais capitais mundiais. Sua criação está diretamente conectada com seu emissor/criador e os materiais comumente utilizados para a produção consistem em tinta Spray, intenção e claramente a criatividade, tendo como uso opcional o stencil.

Os dois grafites que escolhemos para a análise são exemplos magníficos de egiptomania que nas palavras da Profa. Dra. Margaret Bakos define a: “egiptomania”; que é reinterpretação e o re-uso de traços da cultura do antigo Egito, de uma forma que lhe atribua novos significados (etc.) (Bakos, 2004, p. 10) A partir deste conceito nos pautaremos na análise dos re-usos e atribuições dos novos significados e faremos algumas reflexões a respeito.

Analisaremos o grafite "The 2Vth" Anonymous Pharaoh (Faraó Anônimo) criado pelo artista egípcio Marwan Shahin em 2011 na cidade de Alexandria, Egito. O interessante este grafite é a junção de dois ícones históricos distintos, o faraó Tutankamon e Guy Fawkes. Os dois personagens históricos que compõe o grafite além de estarem separados geograficamente também estão temporalmente por milênios (Egito em 1341 AEC / Inglaterra em 1570 EC).

O grafite faz referência à máscara mortuária do faraó egípcio Tutankamon (1341 - 1323 AEC). A escolha desta representação certamente está ligada ao reconhecimento icônico mundial deste artefato arqueológico descoberto em 1922 DC. por Howard Carter. Ele trouxe a luz os objetos pertencentes ao enxoval funerário da tumba intocada do faraó. Dentre os mais variados objetos a máscara funerária é a mais impressionante como nos evidencia o egiptólogo britânico James: “Não há nenhum outro objeto da tumba que evoque a tragédia e a magnificência do jovem rei como esta máscara de ouro. É sem dúvida uma obra de arte do retrato e um exemplo supremo da habilidade dos ourives egípcios.” (JAMES, 2005, pg 94) Com seu brilho dourado refletido a partir do outro podemos compreender o porquê é uma peça de inestimável valor artístico, monetário e simbólico de tempos prósperos.

O segundo exemplo de egiptomania é o grafite criado em 2012 pelo artista El Zeft, a “Nefertiti in a Gas Mask” (Nefertiti com a máscara de gás - tradução livre). Pintada com stencil, a imagem foi estampada em um muro da Rua Muhammad Mahmud que leva até a Praça Tahrir (no centro do Cairo, Egito). Quando o artista El Zeft fez o grafite foi à rede social facebook e postou os seguintes dizeres: “Uma homenagem a todas as mulheres de nossa amada Revolução. Sem você não teríamos chegado tão longe. Obrigada.”² (Tradução livre). A identificação da figura humana no grafite é imediata ao tratar-se da rainha Nefertiti (1370 - 1330 AEC.). O fácil reconhecimento se dá através de sua coroa que reproduz fielmente a coroa do busto de Nefertiti que hoje se encontra no Neus Museum Berlin³. O busto de Nefertiti foi descoberto em 1912 EC

² APUD El Zeft Revolution. Disponível em: <https://tacticaspUBLICAS.wordpress.com/2016/02/09/el-zeft-revolution/> Acesso dia 27/05/2021 Hora: 14:52h.

³ Para saber mais acesse: <https://www.smb.museum/>

pelo arqueólogo alemão Ludwig Borchardt (1863 – 1938 EC) no sítio de Tell el-Amarna, Egito. Ele tem cerca de 50 cm de altura feito de calcário e provavelmente fabricado em torno do ano de 1340 AEC. Com a política e mudança de adoração imposta pelo faraó Arkenaton ao povo, juntamente com a mudança da capital para Amarna (hoje Tell el-Amarna) muitas de suas pinturas e de sua esposa, a rainha Nefertiti, foram apagadas e destruídas. Contudo, de certa forma, esse descarte que ocorreu acabou por salvar algumas peças como o próprio busto, que provavelmente servia como modelo para jovens escultores.

Cada qual com um objetivo, os dois são exemplos de egiptomania fazendo-se do uso dos signos egípcios antigos como forma de crítica política e social contemporânea. Lembrando que a egiptomania é uso e re-uso dos símbolos egípcios com novos significados, no momento em que o grafite do Faraó Anônimo é criado a partir da máscara funerária do faraó Tutankamon se unido ao rosto de Guy Fawkes temos algo novo e inédito! Esse grafite como o próprio criador evidenciou, queria representar a toda juventude que sofreu com o regime totalitário de Mubarak (uma vez que Tutankamon morreu jovem). No grafite de Nefertiti com Máscara de Gás a intenção foi de representar a todas as mulheres que sofreram durante as manifestações e que lutavam a muito tempo por igualdade de gênero. Pode parecer pretensioso escrever sobre este assunto a respeito de um país tão longínquo do nosso e nos propor a analisar suas expressões culturais. Entretanto como definimos no início, o escolhemos pela repercussão e alcance mundial que atingiram devidos aos reflexos dos protestos e a revolução através da arte de rua. Como evidenciamos cada um dos exemplos foi re-apropriado e re-significado em outros eventos de igual importância política e social em países fora do continente africano. Eis o poder da egiptomania, evidenciar a manutenção do imaginário social e perpetuar o fascínio que temos do Egito antigo e contemporâneo em todos nós.

Palavras-Chave: Primavera Árabe; Egiptomania; Grafite

Referências:

BHARTES, Roland. **Elementos de Semiologia**. Edição 19º, 2012.

BHABA, H. (2007). **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

BAKOS, Margareth. JESUS, Ana Paula de A.L. de. COSTA, Karine Lima da. **Íbero-américa Egípcia**. História Questões e Debates n°48/49 , 2008.

BAKOS, Margareth. **Egiptomania o Egito no Brasil**. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

GARRAFFONI, Renata Senna. **Contribuições da Epigrafia para o estudo do cotidiano dos gladiadores romanos no início do Principado**. HISTÓRIA , SÃO PAULO , v.24, N .1, P .247-261, 2005

GRUBER, Christiane. **Nefertiti in a Gas Mask**. Disponível em: <https://brooklynrail.org/2015/06/criticspage/nefertiti-in-a-gas-mask> Acesso dia 27/05/2021 Hora 13:25h.

JAMES, T.G. Henry. **Tutancâmon**. Editora Folio, 2005.

LANGER, Christian. Tradução: Rocha, Thais. **O Colonialismo Informal da Egiptologia: da Missão Francesa ao Estado de Segurança**

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/183117/169837>

Acesso dia : 30/08/2021 Hora 19:55h.

ORTIZ, F. (1983). **El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco**. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana.

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Editora Perspectiva, 2011.

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA POLÍTICA E VICE-VERSA: A SÉ DE VIENA E A EPISTULA 39 DE ALCIMO EDÍCIO ÁVITO (SÉCULO VI EC)

Gabriel Freitas Reis¹
Sermíramis Corsi Silva²

Resumo: O presente trabalho contextualiza-se no território de Segundo Reino Burgúndio, que foi um dos muitos reinos germânicos que surgiram no Império Romano do Ocidente durante a Antiguidade Tardia. Os burgúndios estiveram presentes no Império Romano desde pelo menos a primeira década do século V EC, juntamente com outros povos não romanos que cruzaram o rio Reno em busca de ascensão política e de riquezas. Inicialmente, os burgúndios estabeleceram-se nos limites ao Norte do Império, constituindo um Reino na parte da Germânia que os romanos outrora conquistaram; a capital do Reino era Borbetômago (atual Worms, Alemanha). Posteriormente, uma sucessão de conflitos entre os burgúndios e o exército romano-ocidental fez com que eles fossem realocados de Borbetômago em uma região gaulesa chamada Sapaudia, correspondente à província romana de nome Máxima dos Sequanos (FREITAS, 2008, p. 55). O Segundo Reino Burgúndio – ou Reino Burgúndio da Sapaudia – expandiu-se sobretudo durante a década de 460, conquistando todo o Sudeste da Gália, e estabelecendo Lugduno (atual Lyon, França) como a capital definitiva do Reino. A expansão aos poucos foi se tornando possível por conta da crescente simpatia entre burgúndios e romanos da região lugdunense da Gália, mas o processo só foi alavancado por causa da inserção de guerreiros burgúndios no exército romano-ocidental, o que se deu quando o *magister militum praesentalis* do Império Romano do Ocidente, Ricímero, era aparentado do rei burgúndio Gundíoco (455-473). Enquanto existiu, o Segundo Reino Burgúndio foi governado pela dinastia Gébica, e os principais reis a reinarem foram Gundobaldo (473-516) e Sigismundo (516-523). Nos primórdios do segundo quartel do século VI EC, o Reino Burgúndio foi conquistado pela dinastia Merovíngia, tendo sido anexado ao Reino Franco (SHANZER; WOOD, 2002, p. 15-24).

Nos reinos germânicos, de um modo geral, havia muitas sés episcopais, governadas por bispos que centralizavam em si muito poder, tanto político quanto religioso propriamente dito (MATHISEN, 1993). O contexto do presente trabalho coincide com a efetivação da hierarquização eclesiástica, que aparecerá mais rígida no período medieval; foi um processo que esteve fortemente relacionado com a afirmação do poder das monarquias germânicas (SILVA, 2018, p. 21).

¹ Gabriel Freitas Reis é graduado, mestre e doutorando em história pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Desde a Iniciação Científica, suas pesquisas centram-se nos reinos germânicos da Gália tardo-antiga, estudados por meio de obras literárias da época. Suas pesquisas estiveram sempre vinculadas ao Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM (GEMAM/UFSM), tendo sido ele sempre orientado pela Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva. E-mail para contato: greis0243@gmail.com

² Semíramis Corsi Silva é professora adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É graduada, mestra e doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP/Franca). Suas pesquisas centram-se sempre no Império Romano e atualmente, na dinastia Severiana e no imperador Heliogábalo, girando em torno das seguintes temáticas: *magia, poder, identidades, barbaridades, fronteiras, integração, uso dos prazeres e gênero*. E-mail para contato: semiramiscorsi@gmail.com ou semiramiscorsi@yahoo.com.br

Viveu dentro do território do Segundo Reino Burgúndio um bispo chamado Alcimo Edício Ávito, que comandava a sé de Viena (atual Vienne, França). Era pertencente à gente dos Ávitos, uma das principais e mais ricas das da Gália tardo-antiga; enquanto bispo, ele inseria-se num movimento de salvaguardar a riqueza e o poder político das antigas famílias romanas leigas, que empobreciam em termos de terras à medida que os reinos germânicos se expandiam e o poder de tais monarquias aumentava (MATHISEN, 1993). Nessa conjuntura histórica, muitos dos reis germânicos abandonavam o credo cristão ariano, e convertiam-se ao Cristianismo Católico, o que, independentemente de ser ou não uma convicção sincera, estava relacionado com a ratificação de alianças políticas entre um poder leigo, real e germânico, de um lado, e um poder eclesiástico, religioso e romano, de outro (SHANZER, WOOD, 2002, p. 8-18).

Ávito de Viena viveu em um contexto no qual a literatura era uma grande estratégia de conspiração política. O latim era adaptado a formas excessivamente rebuscadas da língua, de modo os povos não romanos, iletrados ou poucos conhecedores da Língua do Lácio, tinham grande dificuldade de compreender as mensagens das missivas enviadas, bem como de outras obras literárias (MATHISEN, 1993). Foi nessa conjuntura que Ávito de Viena escreveu noventa e seis cartas, um poema chamado *De spiritalis historiae gestis* – dividido em cinco livros – e mais homilias e tratados teológicos, entre os quais figura o *Contra Euthychianam haeresim*, dedicado a combater o Monofisismo professado, no século V EC, por Êutiques de Constantinopla.

Para este trabalho, selecionamos a *Epistula 39* de Ávito de Viena, enviada ao clérigo itálico Senário. Tal missiva constitui-se de um queixume no qual o emissário do discurso mostra, com tons de sarcasmo e agressividade, o descontentamento dele com o papa Hormisda (514-523), porque o último não respondeu para o nosso autor os questionamentos dele relativos à situação dos monofisistas em Constantinopla. O objetivo último da carta é pedir a Senário para que envie a Viena determinadas informações, o que o papa parece se negar a fazer, deixando o bispo de Viena e aqueles bispos das sés vizinhas, sufragâneos com relação a Viena, desinformados. Na carta, chama a atenção que o bispo de Viena diz que a Igreja Católica é uma instituição consistente de diversas camadas que se ramificam, e que, uma vez que se centraliza em Roma, necessita de uma boa comunicação com o papa para que se mantenha. É digno de nota também que Ávito de Viena afirma que ele necessita saber a situação do Monofisismo constantinopolitano não necessariamente através de palavras escritas pelo papa, podendo elas serem escritas pelo próprio Senário, e apenas oficializadas pelo papa.

Tendo essas observações em perspectiva, perguntamo-nos o que exatamente Ávito de Viena teme. Em outras palavras, que prejuízos seriam acarretados a ele caso o papa – ou Senário – não mais o respondesse? Pelo que conseguimos constatar na leitura da carta, com a ajuda das notas de rodapé de Danuta Shanzer e Ian Wood (2002, p. 123-124), as sés sufragâneas vizinhas de Viena – as atuais Valence, Tarantaise, Grenoble e Geneva – esperavam de Ávito informações/atualizações teológicas enviadas – ou, ao menos legitimadas – pelo papa, caso contrário, esses quatro bispos, possivelmente, nem considerariam mais Ávito de Viena como imediatamente superior na hierarquia eclesiástica.

Ademais, havia uma rivalidade entre a sé de Viena e aquela de Arelate (atual Arles, França), na qual cada um dos dois bispos disputava uma primazia perante Roma, e Hormisda, o papa, definia Arelate como a sé superior, deixando para Viena a posição inferior (SILVA, 2018, p. 23-24). Perguntamo-nos: “uma vez que isso advinha de uma aliança político-teológica entre o bispo Cesário de Arelate e o papa Hormisda, é possível que a negligência do último com

relação às cartas de Viena tenha sido uma estratégia para manter a posição privilegiada de Arelate?”.

Além disso, sabemos que a boa relação entre as realezas germânicas e as sés episcopais que ficavam dentro dos reinos, concorriam para que a existência de cada reino em si fosse preservada, como também disso dependia a continuidade das sés. No Reino Gótico de Tolosa, por exemplo, onde um rei invadia sés e prendia bispos, os resultados da inimizade entre o poder religioso e poder eclesiástico foram catastróficos. Eurico (466-484) era o rei cristão ariano que perseguia os bispos católicos (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola* 2.1.3). Na geração subsequente, quando Alarico II (484-507) reinava em Tolosa, o Reino foi destruído, tendo o território sido conquistado pelos francos em 507 (FRIGHETTO, 2012, p. 150); os francos eram governados por Clóvis, convertido ao catolicismo, tendo sido batizado pelo bispo Remígio de Reims num ato representado em uma obra do Mestre de Saint Giles, feita no final do século XV.

Nesse ínterim, também os reis burgúndios se interessavam por questões teológicas, o que pode ser observado na intensa correspondência trocada entre o rei Gundobaldo e Ávito de Viena e, depois, entre o último e o rei Sigismundo. A compreensão desse cenário impele-nos a tecer questionamentos como: “Se Ávito de Viena estivesse teologicamente desatualizado e/ou desconsiderado pelo papa, os reis burgúndios poderiam se revoltar contra ele? Se sim, o que esses reis fariam? Destruiriam a sé? Destituiriam Alcimo Ávito, e outro bispo seria eleito para ocupar o lugar dele?”. Também perguntamo-nos se Cesário de Arelate estaria tentando sabotar a sé de Viena ou, ao menos, a posição política de Alcimo Ávito.

Em outra via de raciocínio, Roma ficava na Itália, ou seja, dentro do Reino Ostrogótico, quando os ostrogodos eram inimigos dos burgúndios (SHANZER; WOOD, 2002, p. 124). Talvez o rei ostrogótico – Teodorico Amalo – estivesse pressionando o papa a não responder Ávito de Viena porque a sé de Viena ficava dentro do Reino Burgúndio. O rei ostrogótico estaria pretendendo minar a relação entre a sé de Viena e a corte burgúndia para que, com isso, se enfraquecesse a aliança bélica entre ambas e, assim, ficasse mais fácil que o Reino Burgúndio fosse conquistado pelos ostrogodos? Ou quiçá a própria relação entre a realeza Gébica e o Império Romano de Constantinopla pudesse ficar abalada com a desatualização teológica de Ávito, já que era ele quem escrevia as cartas para os reis burgúndios enviarem ao imperador.

Ou talvez os prejuízos acarretados a Ávito de Viena por conta da negligência papal fossem mais leves, com uma perda de poder e de autoridade em concílios e sínodos. Haveria, outrossim, algum tipo de benefício material a ser perdido pela sé de Viena por causa de seu esquecimento por Roma? Se sim, esse benefício convergiria para a sé de Arelate? Qual seria esse benefício? Doações de peregrinos? Tributos advindos de bispos sufragâneos?

Responder questões como essas que expomos é o que nos aproximará da verdade – ainda que, enquanto cientistas, não acreditamos que possamos estar completamente de posse dela – a respeito de como a religião influenciava na política – e vice-versa – na sé de Viena em suas relações com outras sés, sufragâneas ou superiores, assim como em suas relações com a corte burgúndia de Lugduno, com o Reino Ostrogótico, com o Império Romano do Oriente, com sé de Arelate e com o papa, em Roma.

Palavras-chave: Religião; política; sé de Viena.

REFERÊNCIAS

FREITAS, E. C. Entre a *Gallia* e a *Francia*. **Bathair**, v. 8, n. 1, 2008, p. 50-78. Disponível em <<https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/513/435>>. Acesso em: 01/10/2021.

FRIGHETTO, R. **Antiguidade tardia**: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II – VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

MATHISEN, R. W. **Roman aristocrats in barbarian Gaul**: strategies for survival in an age of transition. Austin: University of Texas Press: 1993.

SHANZER, D.; WOOD, I. Translated Texts for Historians. Volume 38. In: AVITUS OF VIENNE. **Letters and Selected Prose**. Tradução com uma introdução e notas por Danuta Shanzer e Ian Wood. Liverpool: University of Liverpool Press, 2002.

SIDONIUS APOLLINARIS. **Letters**. Tradução de Ormonde Maddock Dalton. 1915.

SILVA, P. D. Episcopado ocidental e a sede romana na Primeira Idade Média: o caso de Arles (417-543). **Brathair**, v. 18, n. 1, 2018, p. 19-30. Disponível em: <<https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1946/1436>>. Acesso em: 01/10/2021.

MAGIA A CÉU ABERTO: FÓRMULAS MÁGICAS E RITUAIS PÚBLICOS NA ANTIGUIDADE GRECO-ROMANA

Gabriel Paredes Teixeira¹

Deivid Valério Gaia²

Resumo: Este trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado “*Novas concepções de magia no Império Romano, a partir do século II d.C.*”, desenvolvida desde 2020 no Programa de História Comparada (PPGHC-UFRJ) e que busca demonstrar o surgimento de ideias até então inéditas na Antiguidade greco-romana acerca da magia nos textos de autores do século II d.C., como Apuleio de Madaura, Luciano de Samósata e Filóstrato. É, portanto, uma pesquisa que se insere no tema das práticas e ideias mágicas na Antiguidade.

Como objetivos deste trabalho, busca-se relativizar a perspectiva de que magia antiga fosse, necessariamente, um conjunto de práticas secretas, ocultas ou particulares; apresentar parte da diversidade das práticas mágicas a partir de documentações que revelam fórmulas e rituais realizados de maneira pública e difundidos em obras de circulação ampla; demonstrar as dificuldades na categorização ou definição das práticas mágicas antigas através de categoriais gerais e demasiadamente amplas.

O avanço dos estudos das práticas e rituais mágicos na Antiguidade greco-romana tem demonstrado que elas eram múltiplas e estiveram inseridas nos mais diversos aspectos da vida cotidiana dos antigos. Muitas vezes as investigações têm dado ênfase ao caráter esotérico, secreto e oculto de tais práticas. Essa abordagem pode ser encontrada em trabalhos pioneiros, como o livro *Magic in Greek and Latin Literature*, de J. Lowe, publicado no ano de 1929. Nele, o estudioso afirma que “como uma regra, os ritos <mágicos> eram conduzidos durante a noite, com a bruxa ou mago descalços, com cabelos desatados e em movimento” (LOWE, 1929, p. 29). A ideia da magia antiga como um sistema composto por rituais secretos e noturnos perduraria por mais de meio século entre os estudiosos, sendo encontrada no próprio título da importante obra *Arcana Mundi – Magic and the Occult in the Greek and Roman Worlds* (“Os Mistérios do Mundo – Magia e o oculto nos mundos grego e romano”, em tradução livre), de Georg Luck, publicada em 1985. A expressão latina “*Arcana Mundi*”, que pode ser traduzida como “os segredos do mundo”, seguido dos termos “magia e o oculto”, reforça a visão do caráter secreto dessas práticas durante a Antiguidade.

Muitas vezes, as próprias fontes materiais, epigráficas e papirológicas da antiguidade reforçam as características particulares ou secretas das práticas mágicas. Papiros de magia preservados são quase sempre explícitos em suas normas e proibições de transmissão do conhecimento neles encerrados – que não deveriam ser compartilhados com pessoas de fora dos círculos de iniciados (GRAF, 2001, p. 3). As *tabullae defixiones* (ou *katádesmoi*, como eram conhecidas na antiguidade helênica) também sugerem uma natureza privada e oculta das práticas mágicas. Centenas dessas tabuinhas – feitas de chumbo ou outros materiais e contendo maldições – foram encontradas escondidas ou enterradas ao longo dos territórios ocupados por gregos e romanos (GAGER, 1992).

¹ Mestre em Letras Clássicas pelo PPGLC-UFRJ e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC-UFRJ), orientado pelo professor doutor Deivid Valério Gaia. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA-UFRJ). Bolsista CAPES. E-mail: gparedes.teixeira@gmail.com.

² Doutor em Histoire et civilisations pela École des Hautes Études en Sciences Sociales EHESS/Paris. Professor de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor permanente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC-UFRJ). Coordenador do Laboratório de História Antiga da UFRJ (LHIA). E-mail: dvgaia@gmail.com.

A documentação literária também nos apresenta situações semelhantes. Conforme Clemente de Alexandria, a associação entre magia e cultos de mistério já existia desde, pelo menos, o século V a.C., nos textos de Heráclito. De acordo com Clemente, o filósofo de Éfeso teria amaldiçoado os *mágoi* juntamente com os andarilhos da noite e as bacantes, praticantes de cultos de mistério (Clem. Al. *Protr.* 2.22). Luciano de Samósata narra a história do mago Pancrátés, que abandona seu aprendiz ao perceber que o jovem o espionava, na tentativa de acessar os segredos mágicos que ele havia dominado através de anos de reclusão no templo da deusa Ísis (Lucian. *Philops.* 33-35). No século II d.C., algumas acusações de magia da qual o orador e filósofo Apuleio de Madaura teve de se defender em um tribunal foram a de possuir estátuas secretas (Apul. *Apol.* 61-63) e de praticar o sacrifício de um menino em um local escondido durante a madrugada, com o intuito de realizar adivinhações através de seu espírito (Apul. *Apol.* 42-43).

Todas essas evidências, somadas a teses clássicas – como aquelas propostas por sociólogos do *Année Sociologique Group*, que delimitavam a magia como práticas de natureza privada e individual (DURKHEIM, 1917, p. 44–45) ou proibidas e ilegais (MAUSS, 2005, p. 27) acaba justificando a sobrevivência desse tipo de abordagem por parte dos estudiosos. Contudo, fontes documentais oriundas do período nos apresentam um cenário muito mais amplo e complexo, no qual rituais mágicos também podiam ser praticados de maneira pública, e fórmulas mágicas podiam ser transmitidas em textos de ampla circulação. Considerando essa natureza diversa e complexa das práticas mágicas na Antiguidade Greco-Romana, esta apresentação se propõe a expor alguns rituais atestados nas fontes literárias e epigráficas produzidas no período e que se contrapõem ao estereótipo da magia secreta e marginal – muitas vezes adotado com demasiada ênfase por pesquisadores e estudiosos do assunto.

Para essa análise, foram utilizadas como fundamentação teórica os trabalhos das antropólogas Dorothy Hammond (1970) e Hildred Geertz (1975), que criticaram as concepções de magia aplicadas por antropólogos e historiadores até a década de 1970 para análise de fenômenos observados em sociedades não-ocidentais ou do passado. Segundo Hammond, práticas classificadas como mágicas em determinadas análises poderiam não ser consideradas como tal em outras, dependendo das categoriais utilizadas pelos estudiosos para caracterizá-las. Dessa forma, a delimitação e aplicação de categorias acerca da magia podem ocorrer de maneira arbitrária e gerar divisões impositivas entre a magia e as outras esferas de ação, como, por exemplo, a religião (HAMMOND, 1970, p. 1351).

Geertz, por outro lado, apontou a dificuldade de delimitar, a partir de definições teóricas e lógicas, as práticas concretas de sujeitos que não a praticam de maneira igualmente ordenada. A antropóloga é bastante precisa ao detectar que as teorias sobre magia sofrem por serem propostas de um ponto de vista lógico e analítico muito distinto daqueles possuídos pelos agentes que tomam parte nos atos considerados mágicos. A tentativa de racionalização dos estudiosos cria concepções muitas vezes estranhas e alienígenas aos praticantes e suas práticas (GEERTZ, 1975, p. 73-74). Por isso, Geertz defende que a investigação sobre as práticas deve partir das concepções, definições e vocabulários empregados pelos praticantes. No caso deste recorte, nossa intenção é demonstrar como fontes documentais que descrevem rituais mágicos na Antiguidade greco-romana demandam análises específicas, uma vez que desafiam as conceituações teóricas e lógicas muitas vezes propostas para defini-los.

Para tornar possível essa análise, foi realizado um levantamento de passagens literárias e materiais contendo descrições de rituais de natureza mágico-religiosa (encantamentos, maldições, utilização de amuletos, adivinhações, etc.) ou vocabulários em grego e latim utilizados para descrever tais rituais (*carmen*, *cantus*, *defixiones*, *epōidai*, *katádesmoi*,

diuinationes etc.) e, em seguida, foram analisados os contextos de suas apresentações (público/privado; coletivo/particular; legal/ilegal). Para tanto, foram mobilizados *sourcebooks* e obras diversas que se propuseram a reunião de passagens contendo esse tipo de prática (GAGER, 1999; LUCK, 2006; GRAF, 2001; LOWE, 1929; OGDEN, 2009; TAVENNER, 2015) além de recursos digitais, como os bancos de dados *Thesaurus Linguae Graecae* (TLG) e o *Packard Humanities Institute* (PHI 5).

Uma análise cuidadosa da grande variedade de práticas mágicas apresentadas nas fontes documentais da Antiguidade greco-romana nos revela que a magia e as relações dos sujeitos com ela eram bastante complexas. Alguns rituais podiam fazer parte do cotidiano e estarem inseridos em um repertório de técnicas tradicionais amplamente difundidas – e não apenas nos conhecimentos secretos destinados a iniciados. Sendo assim, o estudo da magia na antiguidade não necessita partir de classificações gerais para atingir análises específicas – como muitas vezes propõem os trabalhos acadêmicos. Uma abordagem focada na investigação de especificidades e diferenças nas formas de rituais e práticas parece uma estratégia mais adequada e produtiva para atender às demandas da multiplicidade de situações relatadas nos diferentes documentos.

Palavras-chave: magia; Antiguidade greco-romana; mistérios.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **The Elementary Forms of the Religious Life**. Translated by Joseph Ward Swain. London: George Allen & Unwin Ltd, 1915.

GAGER, John G. In: **Curse Tablets and Binding Spells from the Ancient World**. New York: Oxford University Press, 1999.

GEERTZ, Hildred. An Anthropology of Religion and Magic, I. In: **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 6, n. 1, p. 71-89, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/202825>. Acesso em: 22/05/2021.

GRAF, Fritz. **Magic in the Ancient World**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

HAMMOND, Dorothy. Magic: A problem in semantics. **American Anthropologist**, v. 72, n. 6, p. 1349-1356, 1970. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/aa.1970.72.6.02a00080>. Acesso em: 26/05/2021.

LOWE, J. E. **Magic in Greek and Latin Literature**. Oxford: Kessinger Legacy Reprints, 2010.

LUCK, Georg (org.). **Arcana Mundi: Magic and the Occult in the Greek and Roman Worlds**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2006.

MAUSS, Marcel. A Definition of Magic. In: **A General Theory of Magic**. Translated by Robert Brain. London and New York: Routledge Classics, 2005.

OGDEN, Daniel. **Magic, Witchcraft and Ghosts in the Greek and Roman Worlds: A Sourcebook**. New York: Oxford University Press, 2009.

TAVENNER, Eugene. **Studies in Magic, From Latin Literature**. London: Forgotten Books, 2015.

SIMUL HUMANAS HOSTIAS (Sal. Hist. Fr. I.49.14): SANÇÕES PUNITIVAS DE MEMÓRIA E A MEMÓRIA CULTURAL NA MORTE DE M. GRATIDIANO (82 a.C)

Jonathan Cruz Moreira¹
Claudia Beltrão da Rosa²

Resumo: A presente comunicação é parte das reflexões do projeto de pesquisa de doutorado em história sendo desenvolvido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, com o objetivo de estudar as “sanções punitivas de memória” ocorridas como resultados de conflitos político-sociais na Roma tardo-republicana, e suas permanências na memória cultural durante as últimas décadas da república. O termo “sanções punitivas de memória” foi cunhado pela historiadora Harriet Flower, e consistiam no assassinato sumário, seguido da negação do sepultamento, a destruição e venda de propriedades, a perseguição a aliados, banimento do nome, entre outros (FLOWER, 2006). Segundo Flower, objetivo de tais sanções era o de restaurar a ordem e o controle em uma comunidade que havia perdido seu senso de equilíbrio e coesão sendo incapaz de encontrar os mecanismos mediadores da discórdia civil (FLOWER, 2006, p. 68).

Se busca demonstrar por meio desta pesquisa ainda em estágio inicial que, longe de estabelecer a *concordia* entre diferentes grupos da classe dirigente romana e aplacar a crescente tensão social, tais sanções resultaram em marcas importantes na memória cultural da sociedade tardo-republicana. A pesquisa visa discutir a memória sobre tais sanções punitivas em um recorte temporal estabelecido entre 133 a 44 a.C, e como estudo de caso se pretende discutir nesta comunicação a morte de Marco Mário Gratidiano (pr. 85; 84 a.C), proscrito em 82 a.C no contexto da vitória de L. Sila na guerra civil contra C. Mário (88 – 82 a.C), e cujas circunstâncias da morte foram rememoradas em diferentes documentos. Aqui, daremos atenção especial às *Histórias* e às cartas *Ad Caesarem senem*, atribuídas a C. Salústio Crispo, e a dois textos do *corpus* ciceroniano: *Commentariolum Petitionis* e o discurso *In Toga Candida*.

A pesquisa de modo geral é norteadada pela concepção de memória cultural presente nos diferentes trabalhos de Aleida e Jan Assmann. A memória na Roma antiga em diferentes abordagens tem se tornado tema cada vez mais presente nos estudos clássicos (GALINSKI, 2016), e o conceito de memória cultural oferece ferramentas interpretativas importantes para a reflexão sobre como as sociedades antigas (re)construíam o passado no presente, por meio de discursos, monumentos e práticas. Aleida e Jan Assmann partem da memória coletiva, que compreende a memória como constructo coletivo que dá sentido a concepções e valores de uma

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tema de pesquisa: *Visões do passado: as sanções punitivas de memória e a memória cultural na Roma tardo-republicana (133 a.C – 44 a.C)*, bolsista CAPES sob orientação da Profa. Dra. Claudia Beltrão da Rosa. E-mail: Jonathan.cruzmoreira@edu.unirio.br

² Professora Titular de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atua no ensino e na pesquisa da vida intelectual e política na República romana tardia e, especialmente, no estudo sistemático da religião romana na obra teórica de Marco Túlio Cícero. Membro permanente do Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medieval (NERO-UNIRIO), membro associado do Núcleo de Representações e Imagens da Antiguidade (NEREIDA-UFF) e da UMR8210 *Anthropologie et Histoire des Mondes Antiques* (ANHIMA - Paris). *Visitor Fellow* na *School of History, Classics and Archaeology da Newcastle University*, UK (2016-2019). Atualmente coordena o Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UNIRIO. E-mail: Claudia.rosa@unirio.br

determinada sociedade, para uma concepção de memória cultural compreendida como objeto de organização muitas vezes consciente, que não possui uma difusão espontânea, mas que é cuidadosamente preparada e examinada por meio da seleção de representações do passado em leis, monumentos, discursos e tradições (ASSMANN, 2008). A memória cultural em Aleida e Jan Assmann é dinâmica e pode compreender narrativas e tradições conflitantes no tempo, interagindo lado a lado ou mesmo em direta rivalidade (ASSMANN, A. 2012, p. 22), especialmente em momentos de mudanças e transições políticas abruptas (ASSMANN, A. 2012, p. 22).

M. Mário Gratidiano foi tribuno da plebe em 87 a.C, e pretor por duas vezes, em 85 e 84 a.C, ganhando especial notoriedade em sua primeira pretura, quando liderou a publicação de um édito que regulava a quantidade de metais preciosos nas moedas com o objetivo de conter a desvalorização monetária que desestabilizava os preços, problema que já se fazia presente há algum tempo (CROWFORD, 1968, p.2, *MRR* II, pp. 57-61). Como resultado, o pretor tornou-se popular entre a plebe urbana, sendo honrado com estátuas erigidas nos *vicii* da cidade em sua homenagem (SIMÓN & PINA POLO, 2000, p. 155).

Durante as Guerras Civis entre C. Mário e L. Sila, Gratidiano tomou o lado do primeiro. Com a vitória definitiva de Sila, M. Gratidiano foi proscrito e morto. A negação da sepultura, o vilipêndio do corpo por meio do desmembramento e da degola e a destruição e venda de propriedades compunham um conjunto de punições aplicadas a muitos proscritos como Gratidiano, e que visavam, mais do que a eliminação do indivíduo, uma humilhação suplementar. (HINARD, 1985, p. 44; FLOWER, 2006). No caso da morte de Mário Gratidiano, documentos de décadas posteriores sugerem que aspectos violentos de seu assassinato estiveram presentes na retórica política da república tardia e na memória.

As *Histórias*, de Salústio, obra escrita entre 39 e 36 a.C chegaram até nós aos fragmentos e contemplavam assuntos domésticos e estrangeiros da história de Roma entre 78 a 67 a.C. O texto de Salústio, tanto no seu relato do passado, quanto nos discursos e cartas que compõem para personagens da história romana, apresenta uma crítica importante às proscricões de Sila e às leis promulgadas durante o governo do ditador (82 - 78 a.C), como um período de violência que exacerbou as tensões e ressentimentos, ao invés de saná-las (ROSEMBLITT, 2019, p. 99). O assassinato de M. Gratidiano é descrito como emblemático, como exemplo da crueldade das punições de Sila nos seguintes termos: “Como no caso de Marco Mário, cujas pernas e braços foram quebrados primeiro e seus olhos arrancados, sem dúvida para que ele pudesse morrer membro por membro”. (Sall. *Hist.* Fr. I.36). Salústio destaca a ritualização do assassinato membro por membro (*ut per singulos artus exspiraret*), como paradigmático do que considera os massacres, saques e desolação à qual Roma e a Itália foram submetidos (Sall. *Hist.* Fr. I.22-23).

O local no qual M. Gratidiano foi morto também aparece na documentação como um aspecto agravante da punição exemplar à qual foi submetido, “Quando altares e outros objetos sagrados aos deuses foram manchados pelo sangue dos suplicantes” (Sall. *Hist.* Fr. I.38). Gratidiano havia sido morto no túmulo dos *Catullii* como vingança pelo suicídio de Q. Lutácio Catulo, provocado após a tomada de Roma por Cina, em 87 a.C (SIMÓN & PINA POLO, 2000, p.156). A apresentação da morte em detalhes vívidos por Salústio, segundo Alison Roseblitt, responde a uma descrição estética que não apenas possui uma validade retórica e estilística própria da literatura, mas reforça a experiência do trauma da violência e da sua permanência da memória (ROSEMBLITT, 2016, p. 88), chamando o leitor a se lembrar da visão dos “sacrifícios humanos e tumbas manchadas com o sangue dos cidadãos” (Sall. *Hist.* Fr. I.49.14).

De maneira semelhante, as cartas à C. César, atribuídas a C. Salústio Crispo entre 50 e 46 a.C, cuja a autoria tem sido tema de intenso debate (PINA POLO, 2021), buscavam utilizar-se da memória de crueldade da ditadura de L. Sila com o intuito de comparação entre ele os inimigos de C. Júlio César no contexto do acirramento das disputas que terminariam nas guerras civis entre César e Pompeu:

[se esqueceram] que os plebeus romanos foram cortados em pedaços na *Villa Publica*, como o gado? Ai de mim! Quão selvagens e cruéis foram aquelas mortes encobertas e assassinatos repentinos de cidadãos, a fuga de mulheres e crianças para o seio de seus pais ou filhos, e o saque de casas antes de sua vitória ser alcançada! (Sall. *Ad. Caes. sen.* I.4.2).

Embora a referência não seja direta ao caso específico de M. Gratidiano, aqui também estão presentes a memória das súplicas e assassinatos por meio de extrema maldade (Sal. *ad. Caes. sen.* I.4), como que em sacrifícios humanos (Sall. *Ad. Caes. sen.* III.4.2). A morte dos proscritos, como Gratidiano, é apresentada entre lamentos, objeto de crueldade sistemática que não apenas merecia, mas que deveria ser lembrada como elemento de comparação tanto com relação aos inimigos, quanto como exortação sobre como um governante não deveria se portar.

O *corpus* Ciceroniano, por sua vez, possui também referências importantes a diversos episódios do período tardo-republicano no qual a violência física ou simbólica foram ferramentas políticas empregadas para a eliminação do indivíduo no presente e a criação de um exemplo para a posteridade. Com relação à ditadura de Sila e à morte de M. Gratidiano, dois documentos em especial sugerem como as circunstâncias da morte do ex-pretor permaneciam na memória cultural tardo-republicana. Ambos escritos por volta de 64 a.C, o primeiro, chamado *Commentariolum Petitionis*, é atribuído a seu irmão Q. Cícero, como um comentário à sua candidatura ao consulado de 63 a.C. O segundo, *In Toga Candida*, é conhecido principalmente por meio dos comentários a ele escritos por Ascônio entre 54 e 57 d.C, (LEWIS, 2006) e teria sido proferido por Cícero contra seus adversários na disputa pelo consulado, especialmente L. Sérgio Catilina.

No *Commentariolum Petitionis*, o assassinato de Gratidiano é lembrado como um depreciativo definitivo ao adversário de Cícero nas eleições. L. Catilina é acusado de ter sido o principal algoz de M. Mário Gratidiano, atuando sob a autoridade de L. Sila:

E agora, como poderei eu dizer que se candidata contigo ao consulado um indivíduo que, sob o olhar do povo de Roma, flagelou com as varas, arrastando-o através de toda a cidade, um homem muito caro ao povo de Roma, Marco Mário? Conduziu-o até a um monumento funerário, onde o atormentou com toda a espécie de suplícios, agarrando-lhe o cabelo [do cimo da cabeça], levou a cabeça na [sua] mão, enquanto por entre os seus dedos corriam rios de sangue (Q. Cic. *Comment. pet.* 3.10).

Para Q. Cícero, as circunstâncias da morte, especialmente a sua publicidade, aos olhos do povo de Roma, deve ser recordada como uma marca indelével do caráter do seu perpetrador. Além dos suplícios dentro de um monumento funerário, Q. Cícero destaca a decapitação de Gratidiano e a cabeça sendo carregada como troféu ao ditador.

No discurso *In Toga Candida*, Ascônio nos informa que os supostos assassinatos de Catilina durante as proscricções tiveram um papel de destaque, com a leitura da lista de vítimas atribuídas à Catilina, mas o destaque fica por conta do assassinato de M. Gratidiano:

Catilina também cortou a cabeça de M. Mário Gratidiano, um homem muito favorecido pelo povo, que por conta disso foi duas vezes pretor, e a carregou pela cidade em suas próprias mãos - uma acusação que ele [Cícero] lança contra ele [Catilina] várias vezes ao longo deste discurso. (Asc. 84C).

A popularidade de Gratidiano é contrastada com a maneira pública com a qual partes do seu corpo foram exibidas por Catilina: “Quão grande é sua consideração pelo povo que demonstrou quando, à vista do povo, ele cortou o pescoço de um homem que era um dos favoritos do povo”, diria Cícero (Asc. 87C). A crueldade atribuída em Cícero a Catilina contra Gratidiano, é diretamente relacionada na memória como um espetáculo (*spectaculum eius modi*, Asc 89C) do qual a plebe de Roma não se podia esquecer, ao olhar para Catilina em gemidos de tristeza (*ut te nemo sine gemitu ac recordatione luctus*, Asc. 89C).

Conforme pretendemos demonstrar no decorrer da pesquisa, entre os séculos II e I a.C, as soluções para conflitos sociais tornaram-se cada vez mais violentas, recorrendo à eliminação simbólica e física dos adversários. Para A. Rosemblitt, a violência expressa nas proscricções de Sila buscava, de certo modo, reformular a identidade romana por meio de uma nova organização do estado e da eliminação de elementos contrários. Esta reorganização da identidade romana, no entanto, criou traumas indelévels na memória cultural, que são manifestos na documentação de diversas maneiras e não evitaram novas crises e guerras civis.

Não acredito que a república romana jamais tenha se recuperado dos traumas culturais. Por esta medida, a reformulação da identidade romana falhou manifestamente. Roma cruzou um divisor de águas de aceitabilidade e não poderia ressaltar novamente essa linha (ROSEMBLITT, 2019, p.90).

A análise da documentação, com destaque ao *corpus* ciceroniano e salustiano, sugere que o que a autora chama de trauma na memória cultural causado pelos procedimentos violentos adotados nas disputas da política romana era relevante no período tardo-republicano. O caso da morte de M. Mário Gratidiano nos convida a refletir sobre como a sociedade romana do final da república discutia seu próprio passado, especialmente capítulos desse passado que envolveram tentativas violentas de reestruturação dos valores desta mesma sociedade, sendo incorporados à memória cultural.

Palavras-chave: Memória; República romana; antiguidade.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Asconius, **Commentaries on Speeches of Cicero**. Translated by R. G. Lewis. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Cicero. **Letters to Quintus and Brutus. Letter Fragments. Letter to Octavian. Invectives. Handbook of Electioneering**. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 462. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

Sallust. **Fragments of the Histories. Letters to Caesar**. Edited and translated by John T. Ramsey. Loeb Classical Library 522. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, A.; SHORTT, Linda. **Memory and Political Change**. New York: Palgrave Mcmillan, 2012.

ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. New York: De Gruyter, 2008.

BROUGHTON, T R. S. **The Magistrates of the Roman Republic**, II. New York: The American Philological Association, 1952

CROWFORD, M. H. The Edict of Marius Gratidianus. *PCPS*, Cambridge, v.1, n. 14, pp.1-4, 1968

FLOWER, H. I. **The Art of Forgetting: Disgrace & Oblivion in Roman Political Culture**. The University of North Carolina Press: Chapel Hill, 2006.

GALINSKY, Karl. **Memory in Ancient Rome and Early Christianity**. Oxford University Press: Oxford, 2016.

HINARD, F. La male mort. Exécutions et statut du corps au moment de la première proscription. In: **Du châtement dans la cité. Supplices corporels et peine de mort dans le monde antique**. École Française de Rome: Rome, 1984.

HINARD, F. **Les proscriptions de la Rome républicaine**, École Française de Rome: Rome, 1985.

PINA POLO, F., Sallust's Epistulae ad Caesarem A popularis: Proposal for the Republican Crisis? *Hermes*, Stuttgart, v.2, n. 149, pp. 177-205, 2021

PINA POLO, F.; MARCO SIMÓN, F., Mario Gratidiano, los compita y la religiosidad popular a fines de la república. *Klio*, Berlin. v.1, n. 82, pp.154-170, 2000

ROSENBLITT, A. J. **Rome After Sulla**. Bloomsbury Academic: Londres, 2019

SANTANGELO, F. Roman Politics in the 70s b.c.: a Story of Realignment? **Journal of Roman Studies**, n.104, 2014 pp 1-27

DE AKHENATON A ATON: O DISCURSO DE PATERNIDADE DO FARAÓ ATRAVÉS DAS FONTES AMARNIANAS.

Lucas Gonzaga de Araújo ¹
Liliane Cristina Coelho ²

Resumo: Esta apresentação pretende analisar a relação paterna que existia entre o deus Aton e seu filho, o faraó Akhenaton (c. 1353 a.C 1335 a.C.), conforme a cronologia proposta por John Baines e Jaromir Málek (1996,p.45). Faraó este que durante seu governo promoveu a chamada “Reforma de Amarna”, período compreendido pela historiografia (C. 1350 a. C. 1330 a. C.).

A Reforma amarniana, trata-se de um período muito peculiar da história egípcia, pois o faraó em questão assume o trono como Amenhotep IV, nome este que significa “Amon está satisfeito” e modifica seu nome para “Akhenaton” aquele que serve ao disco solar (CARDOSO, 2001), assim o faraó manda erigir uma nova cidade na região do médio Egito, por nome de “Akhetaton” - o horizonte do disco solar, com a finalidade de promover uma reforma religiosa, elevando a adoração ao disco solar, o deus Aton, em detrimento a outros deuses. Atualmente a cidade se chama Tell el Amarna, nome dado pelos árabes, e por isso conhecemos por “reforma amarniana”.

Sobre o deus Aton, um dos registros mais antigos relacionado ao deus se encontra no conto de Sinuhe³ ou com a nomenclatura egípcia Sanehet, no início da XII dinastia, ao relatar a morte do faraó Amenemhat I e conter no texto a referência ao disco solar relacionado ao Aton, o que demonstra a existência do deus anterior ao reinado de Akhenaton (LAMB, 2008).

Durante o período amarniano, Aton assume uma posição centralizadora nesse novo modelo proposto por Akhenaton, sendo cultuado como divindade máxima, nesse contexto não foram encontrados registros de culto a outros deuses, nesse período.

No contexto abordado devemos levar em consideração a solarização da religião na XVIII dinastia (C. 1550 a.C 1307 a. C.) que surge como um iconoclasmo cognitivo e por suas consequências rejeita todo um mundo mítico e pictórico atrelado a um pensamento politeísta e que por princípio básico traz explicações teológicas, sobre o sol, a luz e seu movimento. (ASSMANN, 2001).

No caso aqui apresentado, a solarização terá o seu auge no período amarniano, relacionado a adoração ao deus Aton, o deus tem o seu nome diretamente associado ao episódio amarniano, pelo qual popularmente é conhecido e conseqüentemente as visões acerca do deus, se formam em torno de uma certa exclusividade relacionada ao período, entre o que se conhece com base nas fontes expressas em Amarna e de certa forma, negam um desenvolvimento de Aton na qualidade de divindade secundária no panteão até a ressignificação que o faraó Akhenaton atribui ao deus.

¹ Graduado no curso de Licenciatura em História (UNINTER) Especialista em Historiografia brasileira (FAVENI),Especializando em História e Arqueologia Antiga e Medieval (ITECNE/FSMS) Membro-colaborador (ÉCAHIS). email: lucas25155749@gmail.com

² Doutora em História Antiga pela (UFF); Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Antiguidade da (UERJ); Professora do curso de Especialização em História Antiga e Medieval das Faculdades (ITECNE/FSMS), Curitiba/PR e nos cursos de graduação da (UNIANDRADE), Curitiba/PR Email:liliane.coelho@uniandrade.edu.br.

³ O conto de Sinuhe ou Sanehet relata a história de um egípcio, que após a morte do monarca deixou a sua pátria e retorna após obter o perdão do sucessor do faraó, o conto é conhecido em algumas fontes do período.

Nesta apresentação pretendemos compreender a representação e a complexidade das manifestações de Aton, analisamos o contexto do processo histórico relacionado ao deus e as suas representações anteriores ao período de Amarna, destacando que o deus não é uma criação do faraó, (COELHO, 2017). Observamos a compreensão dessas manifestações no período Amarniano através do que era expresso dentro dessa “nova religião”, através da análise bibliográfica e da observação de fontes que nos trazem informações a respeito do deus, no caso do período amarniano, analisaremos as estelas de fronteira do ano cinco, que contém o texto da “Primeira Proclamação Real” de forma mais específica, veremos como Akhenaton por meio das fontes, demonstra ser o filho de Aton, essa relação de paternidade trará um favorecimento político ao faraó, o divinizando em vida como um deus solarizado por intermédio de seu pai divino, privilégio esse que não está associado às questões de suas ações reais mas, garantido através de seu nascimento divino, assim podemos perceber que política e religião, estão intimamente ligadas.

Temos por objetivo analisar e compreender como o discurso de Akhenaton a respeito do comportamento do deus, e também sua relação divina como filho do deus, nos proporcionam uma nova interpretação sobre o Aton e justifica as ações reais por intermédio do deus, compreender a paternidade utilizada como discurso de favorecimento político.

Estudar os textos referentes a Aton é de caráter fundamental para se compreender um período tão específico na história egípcia. Os textos são de autoria atribuída ao faraó Akhenaton e, nesse sentido, expressam informações não somente sobre o deus Aton e a teologia atoniana mas revela muito sobre a visão de mundo de Akhenaton⁴ e como funciona essa relação na concepção religiosa do faraó, uma vez que o monarca, enquanto líder político, também se auto-declarava como filho da divindade solar.

Dessa forma, a utilização do discurso paterno como símbolo de poder e ferramenta política, merece uma observação mais abrangente para compreendermos de uma forma mais ampla este questionamento.

Utilizaremos como fonte o texto das estelas de fronteira do ano cinco, como mencionamos anteriormente, o decreto que conhecemos, então, como “Primeira Proclamação”, foi gravado inicialmente em duas estelas, denominadas M e X, que se localizam nos limites norte e sul da cidade de Akhetaton, na margem leste do Nilo. A Primeira Proclamação é um texto longo distribuído em 21 colunas e 80 linhas.

Uma terceira estela foi posteriormente encontrada contendo o mesmo texto, trata-se da estela K. Entretanto, a estela K não se encontrava em bom estado de conservação quando foi encontrada em 1891. Mas era a estela que ocupava a posição mais alta dentre as estelas de fronteira e nela há também a representação de uma cena na qual o rei, a rainha e uma das princesas adoram ao deus Aton, tendo sido adicionadas outras duas princesas posteriormente na representação imagética.

O grupo de estelas do ano cinco, que utilizaremos aqui como fonte, onde o texto possui poucas diferenças ao efetuar a tradução, sendo assim, trabalharemos com a “primeira proclamação real”, traduzida para a língua portuguesa, por Liliane Cristina Coelho, (2015, p. 109-115), que em sua tese de doutorado, fez a análise dessas fontes possibilitando que essas informações fossem melhor observadas.

O método de análise que será empregado nesta pesquisa, é o de análise textual quantitativa, que foi demonstrado por Paulo Carreira, (2004, p. 231-262), no artigo “Textos da

⁴ O termo adotado “Visão de Mundo” que utilizamos é baseado na abordagem de Jan Assmann na obra "A New State Theology- the religion of light",2012.

Religião de Aton” onde o autor ao realizar a análise nos hinos ao Aton, consegue extrair informações importantes para se compreender o Atonismo, ao quantizar informações-chaves que demonstram relações presentes nos textos, porém os hinos possuem a função de demonstrar a adoração e a devoção, é uma das características que define a função dos hinos. As estelas de fronteira, não possuem essa característica como fator indispensável de composição, mas é comum os monarcas expressarem valores religiosos e outros aspectos gerais nessas composições.

Por fim, consideramos neste estudo, que foi observado a sua manifestação mais conhecida, no período do faraó Akhenaton, na XVIII dinastia. Fica demonstrado, o percurso da divindade egípcia, e do aumento da relevância de sua importância. O deus não é uma exclusividade de Akhenaton, e sim, fruto de um processo histórico, tendo grande representatividade, no reinado de seu pai, Amenhotep III.

A análise quantitativa acerca do texto, demonstrou sua amplitude para se pensar nas reflexões do demiurgo, e através dos resultados é possível inferir que Akhenaton utilizou a imagem de Aton, para justificar sua reforma, aprofundando, fortalecendo e centralizando o seu poder político-religioso, como fazia parte de seu projeto de governo desde o ano um de seu reinado. E essa justificativa inicia, quando é demonstrado que o Aton, orientou e ordenou a Akhenaton, sobre a construção da cidade de Akhetaton, no desejo de possuir uma casa para si, como fica evidente, através das estelas, partindo dessa primeira vontade do deus, Akhenaton realiza as transformações realizadas, promove a imagem do deus lhe atribuindo a soberania máxima.

Os qualificativos de Aton, demonstram essa nova soberania, fortalecendo também as funções do deus, agora responsável por ser o provedor, iluminador, mantenedor, orientador, dessa nova cosmovisão propagada pelo rei. A segunda justificativa utilizada por Akhenaton, é relacionada a paternidade do deus que assumindo uma posição de Pai e ao mesmo tempo mãe, teria gerado o seu único filho, o unigênito do divino, e o único que conhece o seu pai diretamente.

Akhenaton solidifica suas ações em relação ao Pai, através da monumentalidade, com o objetivo que suas obras viessem a enaltecer o Aton e carregar seu nome para a eternidade, através de seus feitos em Akhetaton, assim, o Rei aumenta o nível de sua divindade em vida, pois o rei é como o Aton, ele se assemelha ao seu pai, nas suas colocações, demonstrando uma nova forma de poder, não antes vista na história do antigo Egito. Não acreditamos que Akhenaton utilizou um número tão alto de menções que o relacionassem como filho do deus, por acaso, e sim como uma forma de se apoderar desse discurso familiar, assim o faraó justifica suas ações e fortalece a centralização de seu poder, uma vez que ele é o único mediador do deus.

A textualidade expressa em Amarna nos possibilita fazer essas observações e inferir por meio da análise, qual seria a intenção do Faraó, contextualizando aos aspectos amplos do período em questão.

Palavras-chave: Aton; Akhenaton; Paternidade.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. **The search for a God in Ancient Egypt**. Londres: Cornell University Press, 2001.

_____. A New State Theology - The Religion of Light. In SEYFRIDE, Friederike ed. **In The Light of Amarna: 100 years of the Nefertiti discovery**. Imfoh Verlag, Berlim, 2012, PP. 79 - 83.

BAINES, J.; MÁLEK, J. O mundo egípcio: deuses, templos e faraós. Madrid: Ediciones del Prado, 1996.

CARDOSO, Ciro. F. **De Amarna aos Ramsés**. Rio de Janeiro, Phoênix/UFRJ. Ano VII, 2001.

CARREIRA, Paulo. **Textos da Religião de Aton**. Revista Lusófona de Ciência das Religiões, Lisboa, Ano III, 2004.

COELHO, Liliane C, **Mudanças e Permanências no Uso do Espaço: A cidade de Tell El-Amarna e a questão do urbanismo no Egito Antigo**, Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em História Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015.

_____. **O Deus Aton e a Solarização da Religião Egípcia durante o Reino Novo (1550-1070 a.C.)**. In: BAKOS, Margaret Marchiori.; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira, (Eds.). **Deuses, Mitos e Ritos do Egito Antigo**. Balti: Novas Edições Acadêmicas, 2017, p. 13-25.

LAMB, Vanessa M. **Arqueologia histórica egípcia no período de Amarna**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Porto Alegre Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

TRADIÇÃO E REPRESENTAÇÃO CONSOLATÓRIA NAS SILVAE DE ESTÁCIO (SÉC. I EC)

Murilo Tavares Modesto¹
Semíramis Corsi Silva²

Resumo: O poeta Públio Papínio Estácio (c. 45 – 96 EC), aos finais do século I EC, escreveu poemas consolatórios exortando para que seus destinatários enlutados expressassem o luto de forma intensa. Nesse período, a tradição literária greco-romana de consolações já estava consolidada, pois os escritos filosóficos e poéticos há muito tempo já lidavam com o tema da morte e os manuais de retórica condensavam debates sobre o discurso consolatório que podem ser traçados desde os poemas homéricos. Nesta comunicação, nosso objetivo é apresentar, de forma geral, a tradição consolatória na literatura vigente até o período de Estácio, apresentando algumas perspectivas de filósofos e poetas predecessores a Estácio sobre o tema, bem como as discussões retóricas acerca da prática consolatória. Também avaliaremos como Estácio se referenciou nessa tradição, mas teve uma abordagem própria ao visar os *amici* aos quais direcionou seus poemas consolatórios. Para tanto, teremos como fontes quatro poemas de Estácio publicados na coletânea das *Silvae*: os poemas 2.1, 2.6, 3.3 e 5.1. Consideramos que tal esforço de comparação da poesia de Estácio com a tradição consolatória é necessário para compreendermos o que era esperado nos distintos modos de consolar um enlutado na Antiguidade, para destacarmos que a prática consolatória ia além da argumentação pela moderação do luto, como propagado principalmente pela tradição filosófica, e para avaliarmos como a poética consolatória de Estácio estava inserida no contexto da tradição literária.

Para analisarmos os poemas em estudo, temos como base as propostas de Roger Chartier (1990, p. 17-23) sobre *representação e lutas de representação*. Por representações, estamos lidando com classificações e percepções do mundo social desenvolvidas pelo poeta em conjunto com as ideias e os interesses formados no grupo social do qual participava, que eram as elites romanas do período flaviano (69-96 EC). Nesse sentido, a noção de *lutas de representações* também é importante, por indicar as formas como um grupo busca impor sua concepção e hierarquização do mundo social para determinar as relações sociais. Assim, aos analisarmos as representações de Estácio sobre a atividade consolatória, devemos compreender como tais poemas foram compostos tendo membros da aristocracia romana em vista, especialmente os destinatários que compartilhavam de seus interesses literários (*Silu. 2.praef.*, 1-2, 20-21; 3.3, 31-33, 37, 39), e como buscavam afirmar valores dessas elites frente às outras representações da tradição.

Para termos em perspectiva a diversidade de materiais consolatórios na literatura antiga, é possível elencar as seguintes formas de escritos: cartas em prosa, cantos fúnebres, discursos funerários, poemas de elogio ao falecido e de consolo ao enlutado, papiros consolatórios, epitáfios, sermões, salmos, tratados filosóficos e, até, escritos literários de outros gêneros que

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Bolsista CAPES/CNPq. Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico - GEMAM. E-mail: murilomodesto98@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Franca. Professora adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico - GEMAM. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br.

poderiam ser lidos como um fonte de conforto ao luto, como a leitura de épicos (BALTUSSEN, 2013, p. xiv; SCOURFIELD, 2013, p. 3-5, 19; AGRELL, 2016, p. 13; HOPE, 2017, p. 56).

Esse vasto *corpus* consolatório era comumente denominado como *consolatio*, mas outros termos, como *epicedium* (poema de lamento e elogio ao falecido), ainda que demarcassem tipos específicos de composições, por vezes eram usadas como sinônimo de consolação (NEWMYER, 1979, p. 19). Nas *Siluae*, Estácio se referiu aos seus poemas como *consolationes* e *epicedia* sem qualquer distinção de definição (NEWMYER, 1979, p. 19). Nos prefácios das obras, os poemas 2.1 e 2.6 foram apresentados, respectivamente, como epicédio e como consolação (*Silu. 2.praef.*, 8, 21), enquanto o 3.3 foi indicado como um *solacium* (consolo) escrito com sua pena (*Silu. 3.praef.*, 15-16), ou seja, um poema consolatório. A *Siluae* 5.1, logo no início do poema, também foi apresentada como um *solacium* (*Silu. 5.1, 3*). Assim, quando lidamos com a poética estaciana nas *Siluae*, podemos nos referir à *consolatio*, ao *epicedium* e à escrita de *solacium* como designações semelhantes para poema consolatório.

Toda essa gama de escritos consolatórios foi desenvolvida em consonância às tradições retóricas, filosóficas e poéticas no que concerne ao ato de consolar e de abordar o enlutamento. De acordo com Han Baltussen (2013 p. xviii-xix), houve temas consolatórios que foram recorrentes ao longo do contexto greco-romano, o que teria criado um *roteiro narrativo* na tradição literária para lidar com a morte e o luto. Mas essa tradição, ainda assim, deve ser pensada em conjunto com as especificidades da experiência da consolação e do luto por determinados indivíduos em certas circunstâncias, de forma que há o compartilhamento da experiência a partir do texto consolatório e o aprendizado para lidar com a situação a partir disso (BALTUSSEN, 2013 p. xix). É nesse sentido que apresentaremos algumas obras da tradição consolatória literária que marcaram e propagaram formas de consolar e de lidar com o luto e discutiremos as especificidades dos poemas de Estácio em relação aos modelos.

Esta tradição pode ser traçada desde Homero, pois o épico da *Iliada*, com frequentes momentos de morte e de lamento, contribuiu com o desenvolvimento de *topoi* consolatórios que posteriormente foram sistematizados na tradição retórica, como analisa Beata Agrell (2016, p. 16-19). Na narrativa em que o rei troiano Príamo pede o retorno do corpo falecido de seu filho Aquiles ao grego Heitor, por exemplo, há uma estratégia de persuasão em tocar o *pathos* (emoção) do ouvinte, ao lembrá-lo de seu próprio luto, como uma forma de criar um reconhecimento amigável entre os sujeitos para conseguir o que se quer, um argumento que foi posteriormente considerado como a retórica clássica do *movere* (inspirar) (AGRELL, 2016, p. 16). O intenso choro de ambos ao lembrarem dos entes queridos que perderam e a posterior argumentação de Aquiles de que o lamento não traria os mortos de volta também se tornaram *topoi* consolatórios recorrentes (AGRELL, 2016, p. 17-18).

Foi a partir do desenvolvimento da retórica e da filosofia que surgiu a literatura propriamente consolatória (BALTUSSEN, 2013, p. xiv). Os filósofos foram proeminentes na escrita de consolações, com o tema sendo abordado em tratados, cartas e discursos, especialmente pela morte ser um fenômeno de implicações filosóficas sobre a imortalidade e a vida após a morte (NEWMYER, 1979, p. 20). Os romanos escreveram extensivamente sobre a composição de consolações (NEWMYER, 1979, p. 21), sendo principalmente a partir de Cícero que há mais materiais substanciais para compreender o desenvolvimento e a natureza desse tipo de texto, pois este político e filósofo romano contribuiu tanto para pensar a tradição precedente quanto a subsequente (BALTUSSEN, 2013, p. xv).

Cícero escreveu sobre o luto e a atividade consolatória em diversas de suas obras, como sua carta consolatória para Sêrvio Sulpício Rufo e as cartas para Ático, nas quais abordou sobre o próprio luto pela morte da filha Túlia, assunto também comentado nas *Discussões tusculanas*

(SCOURFIELD, 2013, p. 2-6). A partir dessas obras, Valerie Hope (2017, p. 61) analisa que Cícero fez o que era esperado da elite masculina romana ao expressar o luto em ambientes privados, buscando conforto na literatura e no suporte de seu círculo social, mas também demonstrando desvios da norma social ao se distanciar dos deveres públicos e buscar uma deificação de sua filha.

O filósofo Sêneca também foi influente na literatura consolatória, por suas *consolationes* à Márcia e a Políbio e suas epístolas 63 e 99 escritas a Lucílio (NEWMYER, 1979, p. 21). Especialmente nas cartas, Sêneca condenou a demonstração excessiva do luto e argumentou que os enlutados deveriam se lembrar de que a vida seria somente um empréstimo aos mortais e de que a passagem do tempo aliviaria o luto (NEWMYER, 1979, p. 21; SCOURFIELD, 2013, p. 6-7). A *consolatio ad Apollonium*, atribuída a Plutarco, também circulou entre os antigos, com um discurso de que o luto deveria ser mantido dentro dos limites, em acordo com a filosofia platônica e o ideal social da *paideia* (SCOURFIELD, 2013, p. 6). Assim, é notável que a tradição consolatória filosófica sedimentou uma visão de que o controle das emoções era possível e necessário, especialmente entre homens da elite (BALTUSSEN, 2013, p. xv).

Esta visão filosófica, entretanto, não foi compartilhada por Estácio em suas composições, que exortavam para que os enlutados expressassem o luto de forma intensa. Estácio, inclusive, parecia ter conhecimento dessa tradição consolatória da filosofia e desejava se distanciar dela, como argumenta Donka Markus (2004, p. 130-131). No poema para Atédio Mélior, o poeta escreveu que não seria *seuerus* (“severo”) em pedir que o enlutado não lamentasse, mas que choraria junto dele (*Silu.* 2.1, 34-35). O adjetivo “severo” era comumente aplicado aos filósofos, de forma que Estácio recusaria em seguir o modelo desses (MARKUS, 2004, p. 130).

A poesia consolatória antiga, por sua vez, ainda é pouco estudada em comparação à tradição filosófica. Nas consolações da literatura poética romana, os poetas deram foco no lamento e o elogio ao falecido, com menor espaço à argumentação consolatória propriamente (NEWMYER, 1979, p. 21). Stephen Newmyer (1979, p. 21) sugere que a *Consolatio ad Liviam*, atribuída a Ovídio, foi um poema exemplar desse contexto, em que o elogio e o lamento são mais preponderantes na estrutura poética do que a consolação. E, segundo Markus (2014, p. 128), a tradição consolatória da poesia latina deu ênfase significativa em encorajar a expressão de lamento sem restrições pelo enlutado, um *topos* conhecido como *insinuatio*, o que foi exortado no *Carmen Saeculare* de Horácio, no poema *Amores* 3.9 de Ovídio, na *Consolatio ad Liviam* e nas consolações das *Siluae* de Estácio, que acompanhou tal tradição poética.

Já nos manuais de retórica, a tradição de temas e argumentos consolatórios foi sistematizada tendo como base as prescrições filosóficas, as expressões poéticas e as discussões sobre o escrito consolatório mesclar elogio, lamento e consolação (NEWMYER, 1979, p. 21). Em Pseudo-Dionísio de Halicarnasso, há uma série de recursos retóricos sugeridos para a consolação de luto por situações específicas, como: o argumento que pais que perderam um filho deveriam ser lembrados que poderiam ter mais crianças; se o falecido fosse jovem, poderia dizer que os deuses o amaram; se fosse maduro, poderia mostrar que viveu virtuosamente; se fosse idoso, poderia declarar que aproveitou tudo o que a vida poderia dar; ao final da consolação, seria interessante afirmar sobre a imortalidade do espírito (NEWMYER, 1979, p. 22). Já na Antiguidade Tardia, Menandro, o Retor, também apresentou alguns *topoi* sistematizados na retórica consolatória: a lembrança de que a morte seria comum para todos, mesmo para heróis e, até, as cidades; a argumentação de que, se a vida tivesse quaisquer

benefícios, o falecido teria os vivido e escapado de futuras dificuldades (NEWMYER, 1979, p. 22).

Esses *topoi* da retórica consolatória estão presentes nos poemas de Estácio, o que indica uma continuidade das discussões retóricas ao longo dos séculos e o conhecimento de Estácio sobre esses modelos. Os elogios para falecidos de distintas idades, como preconizado em Pseudo-Dionísio de Halicarnasso, parece ser algo abordado nas *Siluae*: sobre a morte dos meninos Gláucias e Fileto, nos poemas 2.1 e 2.6 respectivamente, o poeta escreveu que as divindades os acompanharam no mundo dos mortos (*Silu.* 2.1, 146-156, 183-188; 2.6, 73-82, 100-102); na *Silua* 3.3, lamentando a morte do idoso pai do equestre Cláudio Etrusco, destacou o falecido por sua vida afortunada ao servir os imperadores romanos (*Silu.* 3.3, 43-110, 138-145); e em 5.1, a jovem falecida Priscila foi exaltada por suas virtudes como mulher e esposa (*Silu.* 5.1, 43-74, 108-134). O *topos* sobre a universalidade da morte, como sugerido por Menandro, o Retor, também é recorrente nesses poemas de Estácio (*Silu.* 2.1, 54-55, 218-219; 3.3, 20-21, 126-127, 172-173; 5.1, 155-157), e também mencionou o argumento consolatório de que os falecidos se libertavam dos riscos da vida (*Silu.* 2.1, 220-226).

Entre essas aproximações e distanciamentos com os modelos da tradição consolatória, devemos também analisar como o poeta lida com tal tradição de forma a agradar seus *amici* para os quais endereçou suas consolações. Nas consolações de Estácio são marcantes as representações do intenso lamento dos destinatários sobre quem escreveu, o que foi exortado pelo poeta a partir do *topos* da *insinuatio*. Para Atédio Mélior, Estácio escreveu que ninguém o proíbe de estar tomado pelo sofrimento e sugeriu que ele seguisse lamentando até satisfazer sua vontade de chorar (*Silu.* 2.1, 14-16). No poema para Flávio Urso, iniciou afirmando que seria cruel limitar as lágrimas e a lamentação (*Silu.* 2.6, 1-2) e, em seguida, pediu para que ele não se envergonhasse de seu pranto (*Silu.* 2.6, 12-14). Para Cláudio Etrusco, o poeta saudou seus gemidos lamuriosos e disse que seu lamento era merecedor da consolação (*Silu.* 3.3, 31-33). E no poema para Flávio Abascanto, também afirmou que seu devoto luto era merecedor de obras que imortalizassem a falecida esposa (*Silu.* 5.1, 1-15).

Esta abordagem do lamento no luto estaria de acordo com os gostos da audiência do período flaviano, como analisa Markus (2004, p. 105-106). Nesse contexto, os poemas, especialmente os épicos como a *Tebaida* de Estácio, mas também os textos líricos como a *Consolatio ad Liviam*, apresentavam cenas de lamento excessivo como uma forma de chamar atenção do público, que encontraria certo prazer na forma indulgente de tratar o luto e no desafio aos preceitos consolatórios da filosofia, pelas cenas de lágrimas catárticas e desinibidas. Ainda que os destinatários de Estácio fossem homens das elites romanas, tradicionalmente mais afeita à retidão filosófica, seus poemas estão preocupados com o mundo privado (MARKUS, 2004, p. 122), espaço este onde se considerava mais apropriada a expressão do luto. E entendendo que os destinatários das consolações de Estácio eram sujeitos de seu círculo literário e que compartilhavam seu interesse pelos valores da literatura, sugerimos, também, que a representação do intenso luto dos destinatários era uma estratégia do poeta para aproximar as figuras de seus *amici*-endereçados às cenas de lamentos épicos da literatura apreciada por esses sujeitos.

O poeta ainda escreveu que ele próprio sofria tanto pelas perdas quanto seus destinatários. Para Mélior, sugeriu que estava compondo o poema em lágrimas (2.1, 17-18) e que compartilhava de sua dor (*Silu.* 2.1, 34-35). No poema para Urso, perguntou quem poderia conter o choro pela morte do rapaz (*Silu.* 2.6, 17-18). Para Etrusco, comentou que sabia o que era chorar pela perda do pai assim como ele sofria (*Silu.* 3.3, 41-42). De acordo com Newmyer (1979, p. 24), esse é o principal aspecto no qual Estácio mostrou originalidade em relação à

tradição consolatória. Era esperado que o círculo social da elite masculina romana se mostrasse presente ao enlutado (HOPE, 2017, p. 55), mas Estácio se distingue ao se representar como um consolador que acompanhava seus destinatários na intensa lamentação, e não como um consolador que oferecia uma argumentação pela calma e pela racionalidade, como na tradição consolatória filosófica (NEWMYER, 1979, p. 24). Analisando as relações de *amicitia* entre os antigos, Craig Williams (2012, p. 14) indica que os *amici* deveriam se mostrar presentes em momentos de dificuldade, como seria o caso da perda de um ente querido. Assim, quando Estácio se apresentava como um companheiro para o luto de seus *amici*, consideramos que o poeta buscava se aproximar do círculo social das elites.

Entre os modelos de lidar com o luto e consolá-lo, as distintas formas das tradições literárias na filosofia, na poesia e na retórica, ainda que por vezes se entrelaçassem, podem ser avaliadas como lutas de representação que buscavam propagar como ideal as práticas e as prescrições de determinado grupo sobre o luto e o consolo, especialmente a elite masculina com interesses filosóficos. Estácio, entretanto, destacou o intenso luto de seus destinatários, também homens da aristocracia romana, como uma forma de agradar o gosto desses sujeitos interessados por poesia, elogiá-los como figuras próximas de um modelo épico e se apresentar como um poeta próximo na relação de *amicitia*. Por essas representações do lamento intenso, portanto, Estácio se distinguiu e se aproveitou da tradição consolatória para valorizar os interesses de seu grupo social e exaltar os destinatários de suas consolações.

Palavras-chave: Estácio; *Silvae*; tradição consolatória.

REFERÊNCIAS

AGRELL, Beata. Consolation of Literature as Rhetorical Tradition: Issues and Examples. **LIR. journal**, n. 4, p. 11–38, 2016.

BALTUSSEN, Han. Introduction. In: _____ (ed.). **Greek and Roman Consolations: Eight Studies of a Tradition and its Afterlife**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2013, p. xiii-xxv.

HOPE, Valerie. Living without the dead: finding solace in ancient Rome. In: TAPPENDEN, Frederick; DANIEL-HUGHES, Carly. **Coming Back to Life: The Permeability of Past and Present, Mortality and Immortality, Death and Life in the Ancient Mediterranean**. Montreal: McGill University Library, 2017, p. 39-70.

MARKUS, Donka D. Grim Pleasures: Statius's Poetic *Consolationes*. **Arethusa**, v. 37, p. 105-135, 2004.

NEWMYER, Stephen Thomas. **The Silvae of Statius: Structure and Theme**. Leiden: Brill, 1979.

SCOURFIELD, J. H. D. Towards a genre of consolation. In: BALTUSSEN, Han (Ed.). **Greek and Roman Consolations: Eight Studies of a Tradition and its Afterlife**. Swansea: The Classical Press of Wales, 2013, p. 1-36.

STATIUS. **Silvae**. Edição, tradução e introdução de D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

WILLIAMS, Craig A. **Reading Roman Friendship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

A MANIA DIVINA NA TRAGÉDIA AS BACANTES DE EURÍPIDES

Potira Piaia¹
Semíramis Corsi Silva²

Resumo: Analisando a tragédia *As Bacantes*, de Eurípidés, do século V AEC, procura-se compreender a mania, *μανία*, na tragédia e como esse elemento afeta os personagens da obra, bem como a atuação alterada do deus Dioniso e de suas seguidoras, as Mênades, durante a obra. A mania que iremos trabalhar com a tragédia é a mania divina, que é relacionada à loucura acometida a um mortal por um deus. Geralmente, a mania divina é uma espécie de punição a um mortal que causa incômodo a um deus, entretanto, no caso de *As Bacantes*, existem diversas discussões quanto à mania ser positiva ou negativa, até mesmo na questão punitiva. A mania pode ser entendida como um estado alterado de consciência e diversos termos podem ser utilizados para se referir a ela, tais como furor, delírio, euforia, êxtase e loucura. Desta forma, temos que:

O verbo relacionado à denominação de mania, para as chamadas “loucuras”, pode ser empregado tanto como referência aos “transportes báquicos”, (*maínomenos Diónysos*), quanto para designar o “furor profético” ou os “sentimentos de paixão”, como “ter o coração agitado por sentimentos violentos”, “ser transportado pela loucura”, “pela audácia”, “ser transtornado pela dor” e, ainda, “pelo vinho” [...] “O que a tragédia grega antiga apresenta como “loucura” é na verdade algo múltiplo: trata-se de diferentes formas de desvio da lucidez, por meio do delírio e de estados alterados, em que se davam os tranSES, os festejos e os rituais. [...] muitas vezes é por meio de um ritual aparentemente “irracional” que a tragédia antiga reconduz o indivíduo à razão (RIBAS, 2012, p. 77).

Apesar de nossa fonte, a tragédia *As Bacantes*, ser relativamente bem trabalhada pela historiografia e demais áreas de estudos, a ideia de mania no documento ainda é pouco pesquisada. Portanto, partimos da ideia de que já existem alguns estudos sobre esta tragédia, entretanto, poucos estudos que trabalham a mania como objeto principal para compreensão de elementos da escrita do texto. Assim, entramos em um tema relativamente novo no campo de estudos que pretendemos nos debruçar. Além disso, compreender a visão de Eurípidés sobre as mulheres e como ele as representa com as Mênades, as seguidoras de Dioniso, traz grande potencial para os debates de gênero na Antiguidade.

A mania era bem presente nos cultos dionisíacos e também se manifestava através de tragédias e do teatro. A tragédia *As Bacantes* é um testemunho sobre como este elemento era visto. Tal tragédia foi escrita por volta de 405 AEC, e sua história consiste no retorno do deus Dioniso à Tebas e a recusa de seu poder divino por Penteu, rei de da cidade. Como retaliação, Dioniso leva as mulheres da cidade à mania, fazendo-as agir como caçadoras e realizando

¹Graduanda do curso de História Bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e participante do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico (GEMAM). E-mail: piaiapotira@gmail.com.

²Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca). Docente do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico (GEMAM). E-mail:semiramiscorsi@gmail.com.

orgias. A obra apresenta a negação do deus Dioniso por parte da sociedade tebanas e o castigo da loucura recaí sobre as mulheres da cidade. Na tragédia, a maior demonstração de mania apresentada são as Mênades - mulheres tebanas possuídas pelo deus Dioniso – e aparece principalmente no ato final da tragédia, quando Agave, mãe do rei Penteu, arranca a cabeça do próprio filho em um estado de delírio báquico - mania.

Assim, compreendendo que a mania é considerada um estado alterado de consciência que afeta Dioniso e as bacantes durante a tragédia, tentaremos entender a visão de Eurípides sobre a mania e a inserção de seu pensamento na tragédia em análise, quando o deus Dioniso e seu culto são tomados como protagonistas. A pesquisa pretende compreender o que é a mania presente na tragédia e como ela se manifestava, como por exemplo, nas Mênades. Podemos compreender que as seguidoras de Dioniso estarem em um estado de mania não significa que elas estejam loucas. Ao contrário, o louco seria aqueles que não seguem o culto, mas apenas aqueles tomados pelo deus são acometidos pela mania. Dessa forma, “as Bacantes propõem uma ruptura até então impensável; fica estabelecido que ser possuído pelo deus (*éntheos*) é uma forma de garantir a sanidade” (BARROS, 2013, p. 85).

O rei Penteu é, acima de tudo, louco por não aceitar o culto do deus. Dioniso explora a raiva e o senso de moralidade falsa que o rei de Tebas possui. A moralidade do rei é falsa porque nega Dioniso com todas as forças, mas no fundo deseja saber tudo sobre os mistérios dionisíacos e sobre as coisas que acontecem no monte, como as orgias. Com esse desejo profundo, Dioniso consegue entrar em sua mente e induzi-lo a se travestir para se infiltrar nos ritos. Claramente, o deus só consegue obter êxito com tal ação porque a vontade e curiosidade de Penteu já existia previamente. Obviamente, se vestir de mulher para entrar no culto nunca funcionaria, pois Penteu não é uma bacante. Aos olhos das mulheres, Penteu é visto como um leão e, por conta disso, tem a cabeça arrancada pela própria mãe, Agave, que está acometida pelo furor báquico.

Assim, a loucura é algo transitório e relacionada aos deuses em *As Bacantes*. Além disso, a exclusão do indivíduo dito louco é um processo do mundo moderno, já que os indivíduos que estavam com os estados de consciência alterados (pelos deuses) não eram propriamente excluídos da sociedade grega no contexto em questão. Alguns autores ainda trazem que na tragédia a loucura sempre retoma a lucidez, a loucura seria o meio estabelecido para recobrar a sanidade. Desse modo, a questão da mania se apresenta conforme leitura de duas maneiras: uma positiva e outra negativa. A primeira questão seria sobre intervir divinamente (através da possessão) para libertar, fazendo com que Agave matasse o próprio filho e, após isso, libertasse a cidade e recobrasse a “lucidez”, como se a cidade estivesse insana por não seguir o culto. A segunda, negativa, seria que a loucura é a punição pela não aceitação do deus por Tebas. Assim, houve penitência e, após a morte de quem mais lhe desafiou, Dioniso prova a sua essência divina e dá o recado para não desafiarem nunca mais a um deus. Se for esse o caso, de punição divina, nos parece que a mania punitiva retira o indivíduo de seu estado normal para lhe trazer a lucidez, recobrando, assim, a sanidade, como por exemplo, quando Dioniso enlouquece Agave, lhe punindo, e, ao mesmo tempo, lhe mostrando o caminho real que deve ser seguido, o caminho da lucidez: deveria ter seguido os cultos dionisíacos. Então, se enlouquece para punir ou se pune para trazer a sanidade? Nisso, entendendo que existem duas formas de compreender a mania, podemos relacionar à dualidade do deus. Muitos autores trabalham com a ideia de que Dioniso sempre foi dois: mortal e imortal, caça e caçador, feminino e masculino. Poderíamos com isso pensar o deus também como *são e insano*?

Parece que sim. Com isso, podemos compreender que Penteu estava louco, mas não influenciado por um deus, e sim porque estava seguindo sua própria razão. Segundo Cristina Maria Flores Ribas (2012, p. 79), “O ato de escarnecer do divino não pode ser, portanto, algo

produzido por uma loucura divina; tal forma de loucura só poderia encontrar sua origem no próprio homem”.

Assim sendo, no caso de Dioniso, a loucura conduziria e seria a lucidez e vice-versa. Seguir os cultos e adorar ao deus seria estar lúcido, mesmo que entregue ao deus com sua consciência alterada, enquanto negar Dioniso significaria estar louco, mesmo que são.

Partindo da dualidade presente em Dioniso e apresentada na tragédia, podemos também ver essa dualidade até mesmo em Penteu e no próprio Dioniso. Mesmo que possa parecer, a dualidade não significa oposição. Assim, podemos entender que Dioniso é a loucura e a sanidade ao mesmo tempo. Dessa forma, a mania acomete o culto báquico, mas isso não significa que, mesmo possuídas pela mania, as Mênades estejam loucas. Na verdade, estar em mania é estar são, estar possuído pela mania divina é a “melhor das bênçãos”, como disse Sócrates, no *Fedro* (pág. 53 a 56, Sócrates descreve os quatro principais tipos de loucura, a exaltando-os durante o processo).

A loucura então atinge aqueles que se recusam a aderir o culto de Dioniso, como Penteu. Quando Penteu encontra Tirésias e Cádmiio se preparando para irem ao culto dionisíaco, ele não poupa palavras para insultar os dois por acreditarem naquele que clama ser filho de Zeus. Tirésias, por sua vez, percebe que louco é Penteu. Nas palavras do próprio Tirésias, que o chama de louco por negar os ritos báquicos

“[...] Tu moves, ágil, língua de sensato, mas sobra insensatez em tuas palavras. Homem audaz, loquaz e poderoso, se ajuíza mal, é um cidadão ruinoso. Atenta, Penteu, peço-te: não penses que o poder é dono do homem, tampouco creias - há doença nessa crença! - que saibas algo. Acolhe o deus em Tebas, liba, dionisia-te, coroa-te de hera! [...] Deves considerar que em bacanais não se corrompe quem é moderada. [...] És louco irremediável: droga alguma te cura! Alguma droga te adoeceu” (EURÍPIDES, vv. 266-327).

Por fim, a partir do que foi apresentado acima, pretendemos analisar a mania na tragédia *As Bacantes*, em Dioniso e nas Mênades, buscando perceber como a dualidade do deus tem influência na loucura presente na tragédia. Desse modo, investigaremos a sanidade e insanidade do deus Dioniso, e como ele manifesta essas duas formas durante a obra de Eurípides, principalmente em suas seguidoras.

Palavras-chave: mania; Dioniso; As Bacantes.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

EURÍPIDES. *As Bacantes*. Tradução: Trajano Vieira. Ed: 1º reimpressão da 1º edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Orlando Luiz de. Enlouquecer para punir: loucura na tragédia grega. *Revista Fragmentos*, Florianópolis, v. 22, n. 2, pág. 43-49, jul-dez., 2011.

ARAÚJO, Orlando Luiz de, SILVA, Pedro Leno de Jesus da. Narrativas que acompanham a possessão dionisíaca na tragédia *As Bacantes*, de Eurípides. *Revista Letras Escreve*, Macapá, v. 8, n. 3, pág. 117-127, jul-dez, 2019

BARROS, Gilda Naécia Maciel de Barros. *As Bacantes: a face humana do irracional*. *Revista Educação e Linguagem*, v. 16, n.2. pág. 77-98, jul.-dez. 2013.

GERALDO, Lidiana Garcia. *Dioniso nas Bacantes: uma análise interpretativa da tragédia e das representações mítico-rituais da religião dionisíaca*. Monografia de Licenciatura em Letras, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

NÓLIBOS, Paulina. A diferença entre a mulher doméstica e a selvagem: menadismo nas *bacas* de Eurípides. In: Maria Regina Cândido (Org.). *Mulheres na Antiguidade: novas perspectivas e abordagens*. Rio de Janeiro, 2012.

PLATÃO. *Fedro*. Tradução: Maria Cecília Gomes dos Reis. 1º edição. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2016.

RIBAS, Cristina Maria Flores. A experiência da loucura nas formas antiga e moderna da tragédia. *Revista O que nos faz pensar*, n. 34, p. 73-95, 2012.

TRABULSI, José Antônio Dabdab. *Dionisismo: poder e sociedade na Grécia antiga*. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. 1º edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

O QAGHANATO ÁVARO DO DANÚBIO NA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA DE MENANDRO PROTETOR (SÉCULO VI)

Rodrigo dos Santos Oliveira¹
Semíramis Corsi Silva²

Resumo: Na segunda metade do século VI, uma série de episódios ocorridos na Ásia Central vieram a transformar radicalmente a configuração política nas fronteiras romanas do rio Danúbio. Ameaçados pelo insurgente poder turco, que conseguiu em 551 derrotar seus antigos senhores rouran e tomar as rédeas da confederação imperial nômade rouran, os ávaros iniciaram um processo de migração que os levou até estepes do Cáucaso. Ao estabelecerem-se temporariamente no Cáucaso, os ávaros entraram em contato com o Império Romano do Oriente e, após uma série de negociações, conflitos e rupturas diplomáticas, os ávaros estabeleceram no coração da Panônia uma poderosa confederação nômade conhecida como Qaghanato Ávaro, que sobreviveu até o início do século IX. Por sua vez, grande parte dos eventos que envolveram o contato entre romanos e ávaros no contexto do século VI foram narrados na fragmentária *História* de Menandro Protetor (c. 550 – c. 605), autor romano de Constantinopla.

Possivelmente devido a pouca popularidade alcançada, a *História* de Menandro Protetor sobreviveu somente em fragmentos, que podem ser encontrados principalmente nos capítulos *Sobre Embaixadas (De legationibus)* e *Sobre Ensinos Proverbiais (De sententiis)* dos *Excertos Constantinianos*, compilado comissionado pelo imperador romano Constantino VII Porfirogênito (913 – 959) e também no *Suda*. Comissionado pelo imperador Maurício Tibério (582 – 602), Menandro escreveu uma obra voltada principalmente para as interações diplomáticas, em que explora as relações externas do Império Romano do Oriente com grupos como os persas sassânidas, turcos, ávaros e outros. Nesse sentido, a *História* de Menandro Protetor se apresenta como uma das mais importantes obras no que diz respeito a compreensão do trato diplomático dentro e fora da corte romana, sendo o único autor de seu contexto a explorar em detalhes questões como as sobrescrições da *sacrae litterae* (literatura estrangeira), o processo de reprodução e verificação de documentos oficiais, a distinção entre embaixadas principais e secundárias, a prática da reciprocidade no envio de emissários e também a distinção entre declarações *pro forma* (por formalidade) e negociações *in camera* (na corte) (BLOCKLEY, 1988, p. 16).

Por sua vez, Menandro representou em sua fragmentária *História* dois grupos nômades distintos e antagônicos que protagonizaram uma série de eventos na Eurásia: os turcos, que em 551 estabeleceram o Primeiro Qaghanato Turco na Ásia Central, e os ávaros, que na década de 560 conseguiram estabelecer hegemonia sobre as tribos ao norte do rio Danúbio e fundar o Qaghanato Ávaro. Dito isso, este trabalho tem como objetivo principal analisar as

¹ É Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH – UFSM) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo e Mediterrâneo (GEMAM).

E-mail: rodrigo.santos.oliveira.1994@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Possui Doutorado (2014), Mestrado (2006) e Graduação (2003) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca). É coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo - GEMAM.

E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br

representações de Menandro Protetor acerca do segundo grupo mencionado, os ávaros, através da perspectiva de que a cosmografia greco-romana, no decorrer de séculos, construiu um estereótipo sobre grupos nômades, entendido como o estereótipo *cita nômade*, que serviu como base para construções representativas acerca de grupos nômades da Eurásia.

Nesse sentido, entendemos que o estereótipo *cita nômade* se fundamenta através de três características principais que podem ser encontradas em grande parte das representações romanas sobre grupo nômades dentro do contexto da Antiguidade Tardia. Essas características são a *geografia*, o *modo de vida* e a presença de *costumes contrastantes* ou *exotizados*. A geografia, por sua vez, é caracterizada pelo espaço da Cítia e pela evocação do etnônimo *cita*, utilizado para se referir a uma gama de grupos nômades distintos. Já o modo de vida se referia diretamente ao nomadismo e a práticas como o pastoralismo (e a não-prática da agricultura), o uso de carroças e a mobilidade. Por fim, a terceira característica envolvia práticas ou costumes contrastantes ao mundo greco-romano, como é o caso da prática da laceração do rosto como sinal luto, uma prática atestada tanto em Jordanes (GETICA, XLIX, 215) quanto em Menandro (Fr. 19. 1), por exemplo.

A narrativa de Menandro sobre os ávaros, por conseguinte, tem como ponto de partida a chegada deste grupo nas estepes ao norte do Cáucaso, entre 557 e 558, e como momento final a capitulação da cidade de Sírmio, entre 580 e 581. Através da narrativa de Menandro, os ávaros, personificados através de seu principal líder, o qaghan Baian, e seus diversos embaixadores, são representados como gananciosos, arrogantes, traiçoeiros, desleais e cruéis. Embora Menandro aborde duas das três características do estereótipo *cita nômade* para se referir aos ávaros, não é o estereótipo que guia as representações pejorativas do autor, mas sim o que podemos entender como a *práxis diplomática romana*, que em conjunto com a importância dada ao autor para a diplomacia fazem emergir uma imagem pitoresca sobre o grupo. Essas representações, no entanto, se justificam no decorrer da narrativa de Menandro através de diversos episódios protagonizados pelos ávaros, onde o qaghan Baian (líder dos ávaros) e emissários ávaros demonstram desprezo pelo trato diplomático e pela imunidade dos embaixadores, quebrando importantes acordos pré-estabelecidos.

O principal destes eventos foi o cerco à cidade de Sírmio, entre 579 e 580, momento-chave para a representação dos ávaros como desleais e traiçoeiros por parte de Menandro. Em 579, cinco anos após o Império Romano do Oriente e o Qaghanato Ávaro assinarem um acordo de trégua, os ávaros começaram a construção de uma ponte sobre o rio Sava, entre as cidades de Sírmio e Singiduno. Desconfiado da intenção dos ávaros, o general romano estacionado em Singiduno, Sethus, enviou um mensageiro questionando seus objetivos, e recebeu do qaghan uma mensagem que dizia que “ele desejava construir a ponte não com desígnios contrários aos romanos, mas de modo a atacar os eslavos” (MENANDRO, Fr. 25, 1). O qaghan ávaro, ainda, apresentou diversas outras justificativas para a construção da ponte sobre o rio Sava, além de ter realizado um juramento ao modo dos ávaros e também ao modo dos romanos, jurando sob a Bíblia e por Deus que não possui intento traiçoeiro (MENANDRO, Fr. 25, 1). Após a construção da ponte sobre o Sava, todavia, Baian enviou um emissário até Constantinopla ordenando a capitulação da cidade de Sírmio que, devido a ponte recém-construída, teve sua rota de suprimentos cortada. Após dois anos de cerco, o recém-coroadado imperador Tibério II (574 – 582) cedeu à pressão exercida pelos ávaros e capitulou a cidade.

Acreditamos, portanto, que foi devido a episódios como esse, do cerco e capitulação da cidade de Sírmio, que as representações de Menandro sobre os ávaros são, em sua grande maioria, pejorativas. A imagem pintada por Menandro sobre os ávaros se mostra, deste modo, como um reflexo direto da *práxis diplomática romana* e da importância que o autor dá a

diplomacia em seus fragmentos. Como já afirmado, as relações externas romanas foram o tema principal da História de Menandro, e como afirmado por Roger Charles Blockley (1985, p. 16), é “óbvio em cada página” a importância dada pelo autor ao tema, já que foi, até o seu contexto, o historiador que mais deu ênfase as formas e conteúdos da atividade diplomática.

Como aporte teórico foram utilizados três conceitos-chave para esta análise: *representação*, *etnicidade fictiva*, *estereótipo*. O conceito de representação utilizado para esta análise vai ao encontro do que foi teorizado por Frank Ankersmit (2012). O conceito, pensado em nossa análise, não é empregado somente como uma forma de compreender como historiadores contemporâneos produzem representações históricas sobre o passado através da investigação histórica e da linguagem, mas principalmente, compreender como autores da Antiguidade também produziam representações sobre o passado. Entendemos, deste modo, que a representação histórica se apresenta, principalmente, como um reflexo da historicidade do historiador. As representações se distinguem porque cada historiador possui seus anseios, objetivos, posicionamentos e lugar no mundo, assim como suas próprias leituras teóricas e metodológicas. Como, então, traduzir esse conceito para as análises do passado? Bem, os historiadores do passado também escreviam *representações* distintas sobre um mesmo tema, pois, assim como os historiadores contemporâneos, possuíam sua própria historicidade. Quanto ao conhecimento teórico, embora os autores do passado não possuíssem uma “Teoria da História” como pensada atualmente, seguiam “regras estritas e consistentes de gênero ao escrever sobre o passado” (KULIKOWSKI, 2018, p. 143). É assim que acreditamos ser possível, através de nossa leitura, usar o conceito de representação tal como concebido por Ankersmit para pensar o texto de Menandro Protetor.

Entende-se como etnicidade fictiva, por sua vez, o que fora proposto por Étienne Balibar (1991). Para Balibar (1991), as etnicidades são como “fabricações”, naturalizadas em seu espaço através de uma metanarrativa ou narrativa hegemônica. Na explicação de Balibar, quem constrói esta narrativa hegemônica e impõe estas etnicidades é o Estado-nação. Para nossa análise, no entanto, entende-se que a narrativa hegemônica foi construída por aqueles que possuíam o poder da permanência no tempo, ou seja, aqueles que detinham a capacidade de registrar eventos, neste caso, gregos e romanos. Portanto, compreendemos que a etnicidade fictiva postula que as etnicidades são impostas àqueles que são identificados ou pertencem a um designado grupo étnico e que as diversas etnicidades encontradas na documentação, neste caso da Antiguidade, são uma espécie de “fabricação” da cosmografia greco-romana, no sentido de que foram moldadas e articuladas para que se adequassem dentro de uma metanarrativa, ou narrativa hegemônica, que buscava explicar e dar sentido ao mundo.

Já o conceito de estereótipo utilizado em nossa análise foi teorizado por Homi Bhabha (1988). Para Bhabha, o estereótipo é resultado de um processo de diferenciação cultural que ocorre através da interação entre culturas distintas (em seu caso, colonizador *versus* autóctone). Para nosso trabalho, o estereótipo é apresentado através da ideia da construção de um estereótipo *cita nômade* através da cosmografia greco-romana. O estereótipo *cita nômade*, por sua vez, funciona como uma abstração teórica baseada na afirmação de François Hartog (1988, p. 193) de que “citas são nômades, nômades são citas”. Ainda, é importante que seja pontuado que o estereótipo não é a palavra final no que diz respeito aos relatos e descrições produzidos pelos autores da Antiguidade. Através de nossa perspectiva, o estereótipo é, na realidade, a “palavra inicial”: uma série de características estabelecidas pela literatura e presentes na metanarrativa greco-romana que servia aos autores como modo de remeter seus leitores há algo já estabelecido. A palavra final, deste modo, é a historicidade: seus respectivos contextos político, social e cultural, seus objetivos, anseios, etc.

Como metodologia, nossa fonte foi analisada através da perspectiva da hermenêutica histórica. Como afirmado por Reinhart Koselleck (2014, p. 106), “a ciência histórica ocupa uma posição que supera todos os procedimentos hermenêuticos”, já que o historiador “se serve dos textos apenas como testemunhas, para extrair uma realidade que existe além deles” (KOSELLECK, 2014, p. 107). Através da afirmação de Koselleck, podemos dividir a análise metodológica em duas etapas. A primeira etapa é a compreensão do conteúdo do texto (análise interna), que envolve principalmente a linguagem, enquanto a segunda etapa envolve a compreensão do contexto e de aspectos da historicidade dos agentes históricos que produziram aquele texto que, através das perguntas realizadas pelo historiador, são transformados em fontes (análise externa).

Ademais, nossa principal fonte é a *História* de Menandro Protetor, conforme abordado no decorrer deste resumo. Para análise dos fragmentos de Menandro, foi utilizada a tradução do grego antigo para o inglês, em edição bilíngue, de Roger Charles Blockley, intitulada *The Fragmentary History of Menander the Guardsmen* (1988). A leitura da fonte foi realizada em inglês, e quanto julgamos necessário, foram cotejadas frases ou termos em grego antigo com auxílio do dicionário *The Cambridge Greek Lexicon* (2021).

Palavras-chave: Representação; Império Romano do Oriente; Ávaros.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

MENANDRO PROTETOR. **The History of Menander the Guardsman**. Traduzido por R. C. Blockley. Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1985.

JORDANES. **The Gothic History of Jordanes**. Traduzido por C. C. Rielow. Princeton: Princeton University Press, 1915.

Fontes Bibliográficas

ANKERSMIT, F. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

BALIBAR, E. The Nation Form: History and Ideology. In: BALIBAR, E.; I. M. WALLERSTEIN. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. London, New York: Verso, 1991.

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLOCKLEY, R. C. **The History of Menander the Guardsman**. Liverpool: Redwood Burn Ltd, 1985.

DIGGLE, J. **The Cambridge Greek Lexicon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

HARTOG, F. **The Mirror of Herodotus**. Londres: University of California Press, Ltd., 1988.

KOSELLECK, R. Teoria da História e Hermenêutica. In: **Estratos do tempo**. Estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KULIKOWSKI, M. Classicizing History and Historical Epitomes. In: MCGILL, S.; WATTS, E. J. (Edits.). **A Companion to Late Antique Literature**. Nova York: Wiley Blackwell, 2018.

REPRESENTAÇÃO E “ESCRITA DE SI” NAS CARTAS DE SINÉSIO DE CIRENE PARA HIPÁTIA DE ALEXANDRIA (395-413)

Sheila Adriana Von Graffen¹
Moisés Antikeira²

Resumo: Esse trabalho teve por objetivo central, analisar a partir das correspondências de Sinésio de Cirene (370-413) destinadas à Hipátia de Alexandria, no intervalo entre 395 e 413 cujo acesso se deu por meio da editora Gredos. Buscamos analisar tanto os elementos autobiográficos como inquirir o modo que Sinésio traçou uma representação bastante peculiar da filósofa alexandrina. Sendo assim, no decorrer da pesquisa foram analisadas sete correspondências que tratam de temas diversos, desde assuntos relacionados às produções literárias de Sinésio até duas cartas de despedidas enviadas no ano de 413.

Destacamos que a filósofa Hipátia se constituiu em uma figura que desperta bastante fascínio atualmente, tanto dentro do meio acadêmico quanto fora dele. Isso se deve muito ao fato dela ser uma mulher que desempenhou funções públicas e ocupou lugar de destaque na sociedade romana tardo-antiga; soma-se a isso a sua trágica morte no ano de 415, levada a cabo por um grupo de cristãos em plena luz do dia. Entretanto, pontuamos que em detrimento da escassez de fontes acerca de sua vida e de sua produção intelectual, Hipátia se tornou uma figura cuja vida e morte apenas se ouve relatos em fontes posteriores à sua existência, como no caso dos relatos acerca de seu assassinato escritos por Sócrates Escolástico (historiador grego), na obra “História eclesiástica” (DZIELSKA, 2004).

Diante disso, as cartas de seu discípulo (Sinésio) se constituíram em um material importante para traçarmos uma representação da filósofa por alguém contemporâneo à ela, ao mesmo tempo em que indicam como ele próprio se via e buscava apresentar-se em relação à sua correspondente e à sociedade de seu tempo. Para tanto, analisamos as fontes selecionadas levando em conta a sua natureza subjetiva, por meio de uma perspectiva da “escrita de si”, em que, conforme Tereza Malatian (2009), o indivíduo assumiria uma posição reflexiva em relação a si próprio e à sociedade na qual se movimentava. Desse modo:

Os escritos autobiográficos abrem um grande campo de possibilidades ao historiador. Resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que sua autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se da escrita de si, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Nos documentos que a expressam, entre eles as cartas, a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito (MALATIAN, 2009, p. 196-197).

Assim, de 156 cartas que compõem o corpus sinesiano que chegaram até nós, sete foram destinadas à filósofa e se constituem em nosso objeto de análise, mas cabe destacar que Sinésio

¹ Graduanda em Licenciatura em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Orientador: Prof. Dr. Moisés Antikeira. Órgão Financiador: Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA). sheilagraffen@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7280-8450.

² Doutor em História Social (USP). Professor dos Colegiados dos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). moisesantikeira@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6377-030X.

também faz menção à ela em outras correspondências, como por exemplo nas que são enviadas a Herculiano, seu colega da “escola” de Alexandria.

A título de síntese, destacamos que Sinésio pertencia à uma família decurional de Cirene (na atual Líbia). Sua condição abastada permitiu a ele ser educado em conformidades com os princípios da *Paideia* helênica, sendo introduzido inicialmente nas noções de gramática e retórica; na sequência deu continuidade a seus estudos em Alexandria sob à égide de Hipátia, a qual o iniciou na filosofia neoplatônica. Posteriormente, no ano de 411, Sinésio assumiu o bispado de Ptolomaida em sua comunidade natal. Assim seus últimos anos são marcados pelo entrecruzamento entre a sua formação neoplatônica e a sua condição de bispo (RAMOS JURADO, 1992).

Portanto, devemos pensar em Sinésio como alguém que apresentava em sua personalidade elementos característicos de sua época. Na perspectiva de Enrique. A. Ramos Jurado (1992), as ações do bispo-filósofo manifestavam uma junção de elementos advindos de sua formação na *Paideia* helênica, do seu contato com o neoplatonismo e de suas responsabilidades eclesiásticas. Nesse período o Império Romano não se constituía em uma sociedade largamente cristianizada, mas antes era composto por diferentes grupos políticos, religiosos e identitários.

Em relação às correspondências, elas se constituem em importante material para estudarmos aspectos da “escola” de Alexandria e suas especificidades. Por exemplo, na carta de número 15 da edição por nós utilizada são evidenciadas algumas das práticas realizadas pelo grupo alexandrino. Na carta, Sinésio pede para que Hipátia mande fabricar e lhe envie um hidrômetro – instrumento para medir líquidos. Conforme Giovanni Reale (2014), a “escola” de Alexandria que renasce sob a liderança de Hipátia apresenta um caráter mais erudito-científico, se diferenciando da “escola” fundada por Amônio de Sacas no século anterior. Hipátia, como filha de um matemático (Teón), primeiro teria conhecido em profundidade as ciências matemáticas e astronômicas, após se instruir nos estudos filosóficos, apoiados principalmente em Platão e Aristóteles.

Já na carta 154 escrita provavelmente no ano de 405, é perceptível a posição de liderança em que Sinésio coloca Hipátia. Essa correspondência é enviada juntamente com duas obras literárias, as quais Sinésio afirma que somente publicará após a aprovação de Hipátia; ainda diz que dentre todos os gregos ela seria a primeira que leria. A primeira das obras concerne a um tratado sobre os sonhos e a segunda Sinésio informa dizer respeito a uma resposta às críticas sofridas por parte tanto de filósofos e sofistas em relação a sua forma de escrever e discursar; junto a elas, enviou ainda mais uma obra, intitulada “*sobre a Providência*”, escrita anteriormente, provavelmente a partir de 397, durante sua embaixada a Constantinopla, na qual ele havia ficado responsável de interceder junto ao imperador Arcádio pela redução de impostos da sua Cirenaica natal.

Além de mostrar aspectos da formação de Sinésio, as cartas também trazem elementos do seu contexto de produção. A exemplo, a carta 124 em que Sinésio questiona: “Como manter boa esperança quando o céu está todo carregado?” (SIN: Ep. 124, 5). Seguindo a perspectiva de Ana de Francisco de Heredero (2015), essa frase pode ser interpretada como referência às constantes invasões que Cirene sofreu em suas regiões de fronteiras pelos *berberes* (nômades do deserto norte-africano). A significativa participação que Sinésio teve na defesa da região fronteiriça foi uma das motivações para que ele fosse aclamado como bispo no ano de 411.

Diante desse contexto tumultuado que Sinésio aponta na carta, ele também afirma amar a sua cidade de tal forma que não a abandonaria, a não ser por Hipátia, caso ele encontrasse ocasião oportuna. Segundo Donka Markus (2016), Sinésio se encontrava dividido entre “dois

amores”. De um lado, o amor por seu local de nascimento; de outro, o amor ao saber do outro, personificado na figura de Hipátia. Nessa mesma correspondência, Sinésio faz menção ao Fedro de Platão, onde o filósofo estaria disposto até mesmo a descer ao *hades* em troca de seu *eros* de sabedoria. Também afirma que mesmo havendo esquecimento total no mundo dos mortos ainda assim ele se lembraria de Hipátia, o que evidencia que seu amor ao saber personificado em Hipátia em sua percepção seria levado para além da vida.

Tal devoção e lealdade também é evidenciada nas cartas escritas no ano de 413, quer seja, as cartas 10,16 e 81, que são redigidas muito próximo da morte de Sinésio. Nas correspondências 10 e 16, ele indica que se encontra já em seus últimos suspiros e reclama da ausência de respostas de Hipátia, afirmando que se pudesse se inteirar acerca da vida de Hipátia sofreria somente pela metade.

Nos últimos anos, Sinésio havia sofrido bastante perdas, a exemplo da morte de seus filhos. Mesmo diante desse cenário ele busca manter-se em contato com sua mestra. Na perspectiva de Donka Markus (2016), Hipátia seria para Sinésio uma personificação da filosofia e ele, tal como filósofos anteriores, teria vivido continuamente na presença de sua mestra, reclamando em diversos momentos de seus escritos sobre a perda temporária da presença de Hipátia. Conforme sentia que sua vida findava, Sinésio deixava de lado ideias como “salvação” ou “danação” “direciona[nando] seus pensamentos para seu objetivo final: a união” (MARKUS, 2016, p. 22).

Ao analisarmos as correspondências de Sinésio para Hipátia por meio de uma metodologia da “escrita de si”, podemos observar as reflexões dele e o modo como apresentava-se em relação à sua correspondente. Mostrando-se como alguém que vivia de acordo com os preceitos filosóficos em que acreditava, além de demonstrar estar sempre disposto a defender a sua comunidade. Se faz também perceptível os elementos devocionais das correspondências voltados para Hipátia. Sinésio aponta que continuaria recordando-se dela, mesmo após a morte. Se referia a filósofa como “guia”, “mãe”, “irmã” e como a mais autêntica mestra dos mistérios e da filosofia. A ausência dela era mais notada por ele do que a perda de seus próprios filhos.

Palavras-chave: Correspondências; Hipátia de Alexandria; Sinésio de Cirene.

REFERÊNCIAS

Fontes:

SINESIO de Cirene. **Cartas**. Trad. Francisco Antonio Garcia Romero. Madrid: Gredos, 1995.

Bibliografia:

DE FRANCISCO HEREDERO, Ana. El ejercito privado de Sinesio de Cirene. In: RUGGERI, Paola. (a cura di). **L’Africa romana**. Momenti di continuità e rottura: bilancio di trent’anni di convegni L’Africa romana. Roma: Carocci@editore, 2015, p. 1279-1291.

DZIELSKA, Maria. **Hipatia de Alejandría**. Madrid: Siruela, 2004.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-221.

MARKUS, Donka. Anagogic love between Neoplatonic philosophers and their disciples in Late Antiquity. **The International Journal of the Platonic Tradition**, v. 10, p. 1-39, 2016.

RAMOS JURADO, Enrique A. Paideia griega y fe cristiana en Sinesio de Cirene: **Habis**, Sevilla, v 23, p. 247-261, 1992.

REALE, Giovanni. **Plotino e o neoplatonismo. História da filosofia grega e romana** v.8. São Paulo: Loyola, 2016.

ENTRE ASERÁ E YAHWEH: UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Tailiny Femi Fabris¹
Semíramis Corsi Silva²

Resumo: Na antiga região do Levante vários povos e culturas se difundiram, ainda que nosso interesse recaia especificamente sobre a sociedade hebraica e as trocas culturais que houveram com outras populações. Desta maneira, propomos a análise de um conjunto de textos do Antigo Testamento a fim de investigar sobre representação, identidade e elementos de gênero que permeiam as relações de crença entre alguns membros da sociedade hebraica em torno da deusa Aserá.

Na tradição hebraica, a uniformização monoteísta dos cultos em torno de Yahweh possibilitou a supressão de Aserá e de outros deuses do Oriente Antigo. E este processo uniu as imagens negativas em torno das deusas do Crescente Fértil e sua ligação direta com a subjugação feminina na sociedade hebraica. Acreditamos que tal processo está relacionado, por sua vez, à construção do monoteísmo hebraico, espelhado no patriarca. Assim, nos interessamos em perceber tais desencorajamentos segundo a leitura e análise do Antigo Testamento e, para isso, recorreremos à chamada História Deuteronomista. Consequentemente, o conjunto de livros que serão investigados são aqueles que tem como redator o Deuteronomista, ou seja, Deuterônomo, Josué, Juízes, Samuel e Reis. Sempre utilizando a edição da Bíblia de Jerusalém, uma revisão de 2017 da edição de 2002, da Editora Paulus.

A História Deuteronomista se caracteriza por uma teoria que entende os livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis como influenciados por um redator e, por vezes, autor, que escreveu o livro de Deuterônomo no contexto do reinado de Josias, revisado durante os exílios impostos pelos caldeus aos hebreus (RÖMER, 2008). A justificativa para essa teoria se constitui por elementos contidos nesses livros, ou seja, ideais encontrados em Deuterônomo que passam aos outros quatro livros. Cássio Murilo Dias da Silva (2012) apresenta alguns desses temas: a centralização do culto a uma única divindade e no lugar escolhido por Yahweh; o combate à idolatria; a herança da terra pela firmação da aliança, assim como bênçãos e maldições dessa aliança; entre outros.

O livro de deuterônomo, de acordo com Thomas Römer (2008), sugere uma “monolatria intolerante” que passa para um monoteísmo mais radical. Entendemos, então, que o processo de formação e busca por uma identidade religiosa vai ao encontro de necessidade de desaparecimento de outros deuses considerados ídolos pela redação deuteronomista. Isto posto, objetivamos analisar os livros do Antigo Testamento, anteriormente citados, e compreender a subjugação de Aserá em detrimento de Yahweh, para entendermos as questões de gênero, e identidade religiosa do grupo em questão. Por intermédio da interação da deusa com mulheres hebraicas ou inseridas nas comunidades hebraicas.

Diante disso, nesta pesquisa, o Antigo Testamento será visto como uma fonte histórica após explorarmos o contexto histórico e ideológico das escrituras e com o devido cuidado em avaliar a construção das tradições da sociedade israelita, afinal, desejamos entender a deusa

¹ Graduanda em História- Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico - GEMAM. E-mail: tay.fabris@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Franca. Professora adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico - GEMAM. E-mail: semiramiscorsi@yahoo.com.br.

Aserá na narrativa dos deuteronomistas. E, como forma de auxílio durante a leitura dos livros do Antigo Testamento, o método histórico-crítico nos oferece a oportunidade de relacionar hermenêutica e exegese durante nossa investigação. “Em si mesmas, nem a hermenêutica, nem a exegese são próprias da Bíblia. Elas se aplicam a qualquer tipo de texto e, de um modo especial, aos textos mais antigos” (ALMEIDA; FUNARI, 2016, p. 48).

O método histórico-crítico utiliza, portanto, a exegese e a hermenêutica como forma de interpretação dos livros bíblicos, ou seja, relacionando seu contexto histórico de escrita com o sentido e objetivo da redação (ALMEIDA; FUNARI, 2016, p. 51-52). Esse método faz uso, também, das considerações de outras áreas das ciências humanas como forma de complementar as pesquisas que utilizam tais textos como fonte. E, mesmo que as críticas sobre esse método sejam consideráveis e importantes, aceitamos a ideia de que o método descrito auxilia na introdução dos estudos bíblicos entre as outras áreas, além de ter contribuído em diversos pontos na exploração dos textos e discursos bíblicos (ALMEIDA; FUNARI, 2016, p. 52).

À vista disso, podemos apenas concordar que para o desenvolvimento e a conclusão de nossa pesquisa sobre a deusa Aserá na redação deuteronomista, o método histórico-crítico oferece interessantes diálogos e caminhos que podemos associar com as perspectivas de historiadores e outros pesquisadores. Os textos demandam um cuidado especial durante seu estudo, e propomos um método capaz de acatar essas exigências.

Para o desenvolvimento adequado da pesquisa é essencial a análise teórica de alguns conceitos específicos como forma de enriquecermos nossa análise. Aqui serão apresentados três conceitos, a partir da leitura de autores diferentes e por meio da História Cultural. Ao debatermos identidade, utilizaremos as ideias de Stuart Hall (2006), enquanto em representação serão as formulações de Roger Chartier (1991), e enfim, as elucidações de Joan Scott (1995) sobre o conceito de gênero.

Sobre o conceito de identidade, Hall (2006) afirma que a identidade apresenta variações entre os sujeitos de diferentes sociedades e, por isso, o que caracteriza as identidades é o sentimento de pertencimento ao seu meio. Assim, as identidades culturais são híbridas e se modificam conforme o sujeito reage as diversas mudanças sociais, fazendo com que todos os indivíduos apresentem diversas identidades e não uma única (HALL, 2006, p. 88-89).

Para avaliarmos as representações utilizaremos as contribuições de Chartier (1991) a partir da perspectiva da Nova História Cultural. Logo, o conceito de representação serve ao historiador para perceber uma forma de apreender o mundo do redator da fonte histórica, porém, ao utilizar este conceito, deve-se perceber a existência do real, ou seja, a representação como uma visão da realidade. Dessa maneira, através de sua representação da realidade, o redator forja imagens em busca de dominação e poder, de forma consciente ou não (CHARTIER, 1991, p. 182).

E finalmente Scott (1995) propõe trabalhar gênero como uma categoria de análise, que consiste em entender as relações de gênero como relações de poder. Assim dizendo, “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Partimos do ponto de como o elemento da religiosidade e as representações positivas de Yahweh e negativas de Aserá, eram uma forma de luta de representações e de lutas por organização do espaço social presentes nos textos do Antigo Testamento. Também observamos a construção de uma identidade específica e delimitada objetivando a tradição, em contraponto à identidade híbrida (HALL, 2006, p. 92), além de percebermos como um elemento da cultura

foi subjugado na escrita do Antigo Testamento como forma de organização da sociedade com bases patriarcais.

Caminhando para nossa análise, propomos o estudo da deusa que é citada no Antigo Testamento quarenta vezes, mencionada por meio de nomes como “Aserá”, “árvore sagrada” ou “tronco sagrado”. E mesmo que a deusa seja citada quarenta vezes, apenas em seis é referida como uma deusa em si, em outras ocasiões ela é apontada como objeto de culto. Segundo Ana Luísa Alves Cordeiro (2009), as variações da palavra “Aserá” no hebraico nos revelam a intenção do texto: o substantivo pode aparecer no original feminino ou no masculino, singular e plural. A passagem do feminino para o masculino, a “masculinização”, indica a tentativa de apagar a memória da deusa (CORDEIRO, 2009, p. 72).

Sendo assim, acreditamos que este estudo possa ser relevante para assimilarmos elementos das origens de preconceitos vivenciados pelas mulheres hoje, dentro da matriz histórica de tradição judaico-cristã ainda vigente. Ademais, o estudo dos processos históricos de representação de Aserá mesclando gênero e identidade nos livros veterotestamentários é, interessante em termos de estudo historiográfico na conjuntura nacional.

Palavras-chave: Aserá; Representação; Identidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Aparecida de Andrade; FUNARI, Pedro Paulo. Exegese bíblica: vantagens, desvantagens, limites e contribuições na interpretação moderna da Bíblia. **Caminhos**, Goiânia, v.14, n.1, p.45-57, 2016.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 12ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2017.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CORDEIRO, A. L. A. **Sobre a divindade Aserá no antigo Israel**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, Goiânia, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RÖMER, Thomas. **A chamada história deuteronomista: introdução sociológica, histórica e literária**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.

SILVA, Cássio Murilo Dias da. Deuteronomio, portal da história deuteronomista. **Revista Teocomunicação**. Porto Alegre, vol. 42, n.1, p.37-49, 2012.

O GÊNERO E O AMOR NA ATENAS CLÁSSICA: DIÁLOGOS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Vitor Naoki Miki Gomes¹

Resumo: O presente texto tem por objetivo apresentar a contribuição: “o gênero e o amor na Atenas clássica: diálogos para a educação contemporânea”, comunicação ministrada pelo presente autor na oficina “amor e sociedade no mundo antigo: o masculino e feminino”, voltada ao ensino da rede básica, sexto ano do fundamental e ensino médio, primeiro ano. Realizada no dia trinta de setembro de dois mil e vinte um, das dezenove horas às vinte e uma hora, em plataforma virtual, promovida pelo Laboratório de Estudos sobre Cerâmica Antiga (LECA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), vinculada ao evento vigésima segunda Jornada de História Antiga: Gênero e homoerotismo na Antiguidade, promovido pelo mesmo laboratório de estudos.

Assim, exponho que a oficina supracitada se constitui em vincular o estudo do gênero e homoerotismo no mundo antigo com as diretrizes, competências e habilidades exigida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, destacamos a aplicabilidade dos conteúdos sobre o amor e a sociedade na antiguidade ocidental, abordando especificamente às relações do masculino e do feminino, seus papéis e estereótipos em suas comunidades. Dessa maneira, em específico ao ensino fundamental, a oficina contribui a compreensão da unidade temática, “lógicas de organização política” e “trabalho e formas de organização social e cultural” (BRASIL, 2021, p. 420). Para além da rede fundamental, no ensino médio, a oficina almeja a competência específica:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BRASIL, 2021, p. 571).

Portanto, nesse intuito, desenvolvemos às habilidades “EF06HI10, EF06HI11, EF06HI12, EF06HI19, EM13CHS101 e EM13CHS105” (BRASIL, 2021, p. 421, 572). Dessa maneira, reiteramos ser possível abordar assuntos raramente lembrados nas salas de aula, e de suma importância para a compreensão da dinâmica social de diferentes sociedades do mundo antigo, em concordância com o currículo nacional de ensino.

Nesse meio, pensamos a comunicação “o gênero e o amor na Atenas clássica: diálogos para a educação contemporânea” de modo que contribua à habilitação dos alunos do sexto ano do ensino fundamental em “EF06HI10: explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, sociais e culturais” e em “EF06HI12: associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas” (BRASIL, 2021, p. 421). No ensino médio, pensamos a habilitação dos alunos em

¹Autor do texto, bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel), Integrante do Laboratório de Estudo sobre Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas (LECA/UFPel) e do Grupo de Pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail para contato: miki_naoki@live.com

“EM13CHS101: identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais” e em “EM13CHS105: identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades” (BRASIL, 2021, p. 572). Nesse intuito, a comunicação ministrada pelo presente autor na oficina em questão, constrói sua proposta na percepção do mito de Laio no contexto educacional da *polis* grega do séc. V a.C.

Percebemos que o mito, enquanto paradigma, se constitui como limite da experiência do ser social, modulando o adequado e o inadequado ao ser masculino. Dessa forma, a escolha se justifica no entendimento da narrativa mítica enquanto um discurso normativo ao gênero, ao amor, à educação, e à identidade política do masculino no mundo antigo. Logo, em consequência, pertencente/influenciador à construção da malha sociocultural da sociedade grega clássica como um todo (MIKI, 2018).

Além disso, tanto o específico da comunicação em questão, quanto o geral da oficina de ensino “amor e sociedade no mundo antigo: o masculino e o feminino” se justifica na necessidade ética do historiador em incluir todos os personagens da história, seus anseios, aspirações e dinâmicas sociais, em nossa produção historiográfica. Dessa maneira, ambos chamam a atenção para o dever moral e os comportamentos éticos esperados pelos profissionais historiadores (KNAUSS, 2008; PROST, 2014). É nesse sentido também que percebemos, conforme João Rodolfo Munhoz Ohara (2019) expõem seu texto, *Ética, escrita e leitura da história: os problemas da expectativa e da confiança* o fato de o historiador “incorporar disposições epistêmicas, mas também éticas e políticas, que não são apenas condição de possibilidade para o exercício de uma dada prática, mas também marcas de um *reconhecimento* que é propriamente social” (OHARA, 2019, p. 4-5). Dessa forma, a escrita e ensino de história se faz justamente constituído de “lugares de subjetividade”, cujo belíssimo ofício tem por objetivo final “traduzir a alteridade do passado” (OHARA, 2019, p. 11), sendo assim, a produção da representação histórica, em sua moral e ética plena, visa a democratização do conhecimento e a representação da pluralidade dos sujeitos sociais. Por conseguinte, tanto a comunicação, quanto a oficina, atuam na “responsabilidade de bem informar” (OHARA, 2019, p. 11) os professores, e por conseguinte, os alunos da rede básica de ensino.

Assim, antes de adentrarmos nas propostas de ensino da comunicação realizada na oficina, se torna importante expor brevemente a narrativa mítica em questão. Logo, nessa, percebemos que Laios, agiu de forma errônea a de um erastés ideal, ou seja, contrário ao que se esperava de um adulto ao atuar na educação do jovem, paidiká ou erômenos, pois na corte de Pélops, desconsidera a sagrada hospitalidade, cujo protetor era Zeus, como também ao desrespeitar a educação e integridade física e afetiva do jovem Crísipo ofende Hera, guardiã severa dos amores legítimos (BRANDÃO, 2014; MIKI 2018). Nesse sentido, no contexto relacional educacional da polis ateniense clássica, percebemos que:

A relação detém uma carga erótica e pedagógica regida por princípios éticos como nos aponta Platão ao citar que, ao mesmo tempo em que se tornam amantes / *erastés* e amado / *paidiká*, cada um cumpre o que define a norma / *nómos*, a saber: o *erastés* servindo ao amado que o atende em tudo que for justo servir, e o outro ajudando ao que o está tornando sábio, bom, nobre e justo / *kaloskaiagathoi*, pois o *erastés* está em condições de contribuir para a formação de seu conhecimento, despertar a sua

virtude, e o jovem está na condição de se submeter, visando atingir o modelo ideal de cidadão que a *pólis* espera acolher. (CANDIDO, 2016., p. 39-40)

Logo, é na percepção do erro ético de Laio que a relação erastés e erômenos em questão se torna emblemática, Laio falha em tornar o ‘discente’ sábio, bom, nobre e justo. Dessa maneira, utilizamos o personagem mítico como “representante da perversão da norma” educacional da sociedade grega antiga (MIKI, 2018, p. 50). E dessa maneira, destacamos que o valor fundamental a ser explorado por nós em nossa comunicação se constitui no erro ético de lidar com o outro, focando na importância do amor, do cuidado, da atenção e do carinho no momento de participar da construção educativa de outro cidadão.

Necessário reiterar que o assunto de gênero e, ainda mais, o do homoerotismo serem considerados questões sensíveis nas escolas, e que esta questão foi levada em consideração a na oficina como um todo. Dessa maneira, no contexto da educação contemporânea e em acordo com o intuito de exploração citada no parágrafo posterior, propomos dois usos do mito de Laio, respectivamente ao ensino fundamental e médio.

No ensino fundamental, o sexto ano: exploramos o mito enquanto uma narrativa lúdica, um conto infantil, evidenciando as consequências das ações de Laio para a educação, formação do gênero masculino e por conseguinte, da transformação cultural, social e política da *pólis* ateniense (nesse momento se incentiva a não se trabalhar o conceito de gênero, nem homoerotismo, tratando tanto o amor quanto o masculino de forma abstrata). Assim, em diálogo com a fonte histórica em questão, reiteramos os valores sociais contemporâneos de cidadania e respeito ao próximo, objetivando refletir sobre a relação entre afetividade e aprendizagem. Nesse sentido, exponho as perguntas norteadoras à “proposta lúdica”: se não respeitares seus professores, você acredita que sua educação será bem-sucedida? Você acredita que o amor ao próximo é responsável pela sua felicidade e sucesso na escola? Você trata seu coleguinha ou sua coleguinha com desrespeito só porque é diferente de você? Caso sim, você acha que seu colega fica contente e vai conseguir aprender o mesmo que você nas aulas?

Já no ensino médio, primeiro ano: exploraremos o mito enquanto um discurso. Dessa forma, apresentaremos o contexto do mito e a relação entre normas sociais; educação; e aquisição da cidadania, explicando a ambiguidade entre razão e emoção, visando à compreensão do processo geográfico, político e cultural. Assim, uma “proposta analítica”, na qual se trabalha o mito como um discurso, apresentando o universo social da tragédia grega (VERNANT, J-P. 2019), na intenção de expor a lógica, desenvolvimento e sociabilização de discursos, sendo que se entende a narrativa mitológica contribuinte à dominação/aculturação do masculino e a delimitação dos limites do amor da sociedade grega. Nesse meio, reiterando o papel simbólico do amor e a sua representação na trama trágica— ficando facultativo ao docente a explicitação do homoerotismo presente no processo educativo grego, como também do conceito de gênero. Por conseguinte, em diálogo com o sujeito contemporâneo, usamos o mito reiterando a liberdade de expressão e escolha frente a discursos normativos, apresentando a relação entre normas sociais e a afetividade na antiguidade e na atualidade. Nesse intuito, as perguntas norteadoras da proposta analítica seriam: pensemos que a realidade grega antiga era construída por relações sociais desiguais, e que nessas relações as pessoas comunicavam ideias. Na narrativa do mito de Laio, quais ideias aparecem para você? Quais as intenções e contradições dessas ideias? Podemos perceber na atualidade que ainda existem ideias contraditórias na construção da realidade social. Você acredita que respeitar às opiniões, as aceitar e prestigiar as diferenças são as melhores maneiras de lidar com essas contradições? Comente. Apesar de existir ideias que tentam dominar a realidade social, você acredita que

precisa seguir elas? Mesmo quando elas agredem a sua liberdade de expressão e escolha? Comente. Você acredita que existem discursos normativos ao processo educacional atual? Ele constrói diferenças entre meninos e meninas? Caso sim, você acha que essas diferenças limitam os sonhos profissionais dos alunos e alunas?

Portanto, percebemos que o intuito principal da apresentação “o gênero e o amor na Atenas clássica: diálogos para a educação contemporânea” tem por objetivo trabalhar questões éticas e morais à cidadania contemporânea, as assimetrias entre os gêneros no processo educativo, como também na obrigação moral e ética do historiador em incluir personagens e sentimentos não tradicionalmente abordados na representação histórica e ensino de história. Em suma, objetivamos uma educação ética atenta à pluralidade das relações sociais discentes, ou seja, uma educação democrática.

Por sua vez, os resultados da comunicação, como também da oficina como um todo são incentivantes. Apesar do pouco número de ouvintes no dia da ocasião, quinta-feira, dia trinta de setembro de dois mil e vinte um, das dezenove horas às vinte e uma hora, na plataforma virtual “Google Meet”, foi requisitado o link de acesso à gravação da oficina por colegas professores e público em geral. Dessa forma, se produziu conteúdo didático que ficará disponível ao acesso público, além disso, se incentivou a produção acadêmica voltada ao ensino básico, cujos possíveis produtos, em formato de artigos, — ainda por serem publicados —, contribuirão tanto à oficina, quanto ao conhecimento historiográfico e a prática educacional contemporânea.

Palavras-chave: Ensino; História Antiga; Homoerotismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2021.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CANDIDO, Maria Regina. Pederastia: ritual de passagem na formação do jovem cidadão ateniense. In: FROHEWIN, Fábio (Ed.). **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ Faculdade de Letras/ Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas, 2016, p. 36-50.

KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. *História Unisinos*, v. 12, n. 2, p. 140-147, maio-agosto 2008. Disponível em < <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5424>>. Acesso em: 24/09/2021.

MIKI, Naoki. **Mito de Laios: Limites do homoerotismo**: um estudo sobre a artificialidade das convenções culturais. 2018. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Ética, escrita e leitura da história: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História** (São Paulo), n. 178, p. 01-28, 2019. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/142982>>. Acesso em: 24/09/2021.

PROST, Antonie. **Doze lições sobre a História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica 2014.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e tragédia na Grécia Antiga**. Tradução de: Anna Lia A. de Almeida Prado, Filomena Yoshie Hirata Garcia e Maria da Conceição M. Cavalcante e Bertha Halpem Gurovitz e Hélio Gurovitz. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

5. Possibilidades e desafios na Educação: o Ensino de História em debate

As recentes discussões no campo das humanidades tornam evidente que tanto o campo da ciência histórica quanto o de Ensino de História encaram desafios significativos na atual conjuntura. Disputas de narrativas, deslegitimação da categoria docente através de discursos de ódio e a realidade de dupla jornada de trabalho em razão do ensino híbrido, decorrência da pandemia de Covid-19, se somam, hoje, ao cotidiano de pesquisadoras (as) e professores (as) dos campos da Educação e da Historiografia. Uma das maneiras de fortalecer esta esfera é através da promoção de debates e trocas de experiências entre pares, a fim de construir um espaço crítico e abordar questões e desafios contemporâneos à prática docente e pesquisa em Educação. Isso se dá a partir da apresentação de pesquisas e de relatos de práticas de ensino diversificadas e democráticas, em respeito à pluralidade, abordando temas como: LGBTQIA+, relações de gênero e diversidade étnica, que atendem a Lei no 10.639 e a Lei nº 11.645. Desse modo, o Simpósio Temático se organiza como uma oportunidade de discussão entre pesquisadoras e pesquisadores da área, professoras(es) inseridas(os) nos mais diversos espaços educacionais e graduandas e graduandos dispostos a refletir sobre os obstáculos e possibilidades que fazem parte do cotidiano da educação, contribuindo para novas perspectivas para a popularização do Ensino de História.

DESENVOLVIMENTO E OPINIÕES DOS ALUNOS SOBRE O JOGO DE “STOP” ADAPTADO ÀS AULAS DE HISTÓRIA PELO PIBID

Isabel Antonello Flores
Rodrigo Nathan Romanus Dantas

O uso de jogos para a construção do conhecimento vem sendo utilizado por profissionais da educação que, de acordo com Antoni e Zalla (2018), ao verem a necessidade de sobrepujar o modelo escolar tradicional, procuram discutir novas práticas de ensino que se adequem à realidade na qual o aluno está inserido. Dessa forma, o uso dos jogos como uma ferramenta para o ensino de história supre a necessidade de melhor conectar o discente com o conteúdo abordado em aula, tarefa que se torna gradativamente mais difícil, visto que o mundo tecnológico no qual vivemos faz-se cada vez mais dinâmico, cheio de informações e distrações. Ainda, de acordo com Pereira e Giacomoni

Jogar na aula de História é um belo exercício amoroso. Uma vez que o jogo pressupõe uma entrega ao movimento absoluto da brincadeira e que jogar implica um deslocamento. Um deslocamento do espaço, da ordem, das medidas, dos horários, das imposições disciplinares, da avaliação, das provas, numa palavra, da obrigação. (2018, p. 14-15).

Assim sendo, e visto que um dos objetivos do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) é proporcionar aos alunos de graduação a possibilidade de experimentar técnicas inovadoras no processo de ensino-aprendizagem (CAPES, 2020), os bolsistas da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa (E.E.E.M. Cilon Rosa) desenvolveram em sala de aula, com alunos do 1º e 3º ano, uma dinâmica com uma adaptação do jogo “STOP”. Logo, o objetivo do texto recai em relatar e discutir o desenvolvimento e a opinião dos alunos acerca da atividade de tal atividade.

Para a execução da dinâmica, o tradicional jogo de “STOP”, também conhecido como “adedanha”, foi adaptado para se encaixar no propósito da atividade, sendo esse o de revisar a matéria de forma ativa e divertida. No jogo original, uma letra do alfabeto é sorteada e os jogadores devem preencher as colunas de diferentes temas com palavras que iniciem com tal letra. Já na adaptação, selecionamos períodos históricos que serviram como base para que se completassem as colunas. Ademais, as demais regras do jogo original foram mantidas, como o sistema de pontuação, a possibilidade de o jogador que primeiro completasse todas as colunas gritasse “STOP” e um limite de tempo para cada rodada, que foi inicialmente acordado entre os bolsistas em 1 minuto e 30 segundos.

Além disso, os estudantes poderiam utilizar o livro didático para consulta e tanto o jogo do 1º quanto o do 3º ano possuíam os mesmos tópicos (colunas) a serem preenchidos, sendo eles: tempo histórico; acontecimento marcante; personalidade histórica; lugar histórico; produto, alimentação ou tecnologia; vestígio histórico; livro, série, filme, jogo, música, obra artística. Ademais, tendo em vista o intuito de revisar a matéria, ao final de cada rodada foi proporcionado aos alunos um gabarito montado pelos bolsistas com múltiplas respostas para o mesmo tópico. Ainda sobre os temas, a maioria dos escolhidos tiveram como base os livros didáticos do 1º e 3º anos, sendo eles,

respectivamente: *Oficina de História: volume 1* e *Oficina de História: volume 3*, coleção da editora Leya. Entretanto, como o objetivo com o 3º ano era de também proporcionar uma revisão para o ENEM, visto que grande parte dos alunos irá realizar a prova, foram incluídos no jogo, nas turmas terceiranistas, temas históricos estudados nos anos anteriores que são destaque na prova.

Assim sendo, com o intuito de coletar as opiniões dos estudantes de forma concisa e organizada, foi entregue a eles um formulário contendo as seguintes perguntas e opções de resposta:

Respostas Perguntas	a)	b)	c)	d)	e)	Resposta dissertativa
1. Em qual ano do ensino médio você está?	1º ano	3º ano				
2. Como você avalia a atividade?	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom	
3. Como você avalia seu desempenho na atividade?	Muito ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom	
4. O quanto você avalia que o jogo ajudou na revisão do conteúdo?	Nada	Muito pouco	Pouco	Bastante	Muito	
5. Você tem alguma consideração sobre como poderíamos melhorar a atividade? Sinta-se à vontade para escrever.						X

vontade para nos dar um retorno.						
---	--	--	--	--	--	--

Através das respostas a essas questões, chegou-se ao resultado de que a maioria dos alunos, tanto de 1º quanto de 3º ano, avaliaram a atividade como muito boa, sendo considerável o número de estudantes que marcaram a alternativa “boa”. Quanto ao desempenho pessoal, nas turmas de 1º e 3º ano, a maioria considerou bom, sendo também expressivo o número daqueles que marcaram “muito bom” nas de 1º ano. Já na questão sobre o quanto o jogo ajudou na revisão do conteúdo, a maioria dos alunos de ambos os anos avaliaram que auxiliou bastante, sendo expressivo a quantidade de alunos de 1º ano que marcou a opção “muito”. Por fim, quanto à pergunta dissertativa, grande parte não se manifestou ou disse que não havia considerações a fazer, muitos elogiaram a dinâmica, utilizando adjetivos como “divertido”, “legal”, “diferente”, “interessante” e “boa”. Entretanto, alguns fizeram críticas quanto à lacuna de tempo dos tópicos, a duração de cada rodada; um se queixou de não recordar como se joga “STOP”; outro pediu “mais rigor na hora de aceitar as respostas” e também teve um que solicitou uma “atividade mais interativa”, como uma espécie de jogo de tabuleiro real.

Alguns empecilhos também foram relatados pelos estudantes. No 3º ano, por conta do objetivo ser de também revisar para o ENEM, os alunos encontraram dificuldades de jogar quando os temas a serem preenchidos não se encontravam nos livros didáticos que tinham em mãos, especialmente os assuntos trabalhados nos anos anteriores. Além disso, em todas as turmas, o tempo limite de 1 minuto e 30 segundos mostrou-se insuficiente logo na primeira rodada, constatação que levou-nos a aumentá-lo gradativamente, conforme a necessidade de cada grupo. Outrossim, percebe-se que faltou clareza na explicação das regras do jogo, visto que um estudante não conseguiu acompanhar a atividade por falta de entendimento sobre sua dinâmica. Nesse caso, instruções escritas e lidas em voz alta antes da realização do jogo podem ser uma boa maneira de melhorar a jogabilidade em aplicações futuras. Constatou-se também que a disposição das cadeiras na sala também influencia na dinâmica do jogo. Durante as aplicações, os estudantes estavam dispostos em cadeiras espalhadas pela sala, mais ou menos enfileiradas, o que pode ter dificultado o “rigor na hora de aceitar as respostas”, como apontou um dos estudantes, já que nem todos conseguiam ver os colegas realizando a atividade e checar o momento em que algum dos participantes bate a rodada (diz “STOP!”). Isso pode ser melhorado com a disposição dos estudantes em círculo, onde todos possam ver os colegas realizando a atividade, tornando-a “mais interativa”, como gostaria um dos participantes. Assim sendo, apesar de os resultados serem satisfatórios, ainda há muito o que melhorar, tanto na elaboração quanto na aplicação da atividade, sendo as considerações dos alunos de suma importância para esse processo de construção de instrumentos de aprendizagem lúdicos.

Palavras-chave: Ensino de história; Jogos; PIBID.

REFERÊNCIAS

ANTONI, E.; ZALLA, J. O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História. In: GIACOMONI, M. P.; PEREIRA, N. M. (Orgs.). Jogos e ensino de História. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018. P. 113-125.

BRASIL. Ministério da Educação. Capes. PIBID. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao_basica/pibid>. Acessado em 21 de set. de 2021.

CAMPOS, Flavio de.; PINTO, Júlio.; CLARO, Regina. **Oficina de História: volume 1**. São Paulo: Leya, 2016.

CAMPOS, Flavio de.; PINTO, Júlio.; CLARO, Regina. **Oficina de História: volume 3**. São Paulo: Leya, 2016.

PEREIRA, N. M.; GIACOMONI, M. P. Flertando com o Caos: os jogos no ensino de história. In: GIACOMONI, M. P.; PEREIRA, N. M. (Orgs.). Jogos e ensino de História. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018. P. 9-18.

MEMÓRIAS DE UMA OCUPAÇÃO URBANA: POSSIBILIDADES DE ENSINO E MEMÓRIA PARA ALÉM DA SALA DE AULA

Gabriel Reolon¹

Camila Queiroz²

Karina Machado³

Prof^ª Dra. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores⁴

Resumo: Este trabalho apresenta uma alternativa para ilustrar a integração entre comunidade escolar e não-escolar presente no núcleo habitacional COHAB Fernando Ferrari (Santa Maria/RS). Trata-se de um projeto elaborado por integrantes do projeto Residência Pedagógica - História, usando de mídias digitais para preservar a Memória da comunidade local.

A cidade de Santa Maria, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, é conhecida a muito tempo como “Cidade-cultura” ou “Cidade Universitária”, em razão das programações culturais, artísticas e estudantis em geral. Contudo, outra esfera também confere importância na formação da cidade, que são as chamadas ocupações urbanas, numerosas neste município. Neste trabalho, pretende-se abordar, especificamente a memória do núcleo habitacional COHAB Fernando Ferrari, localizado na região leste da cidade. Inicialmente o local começou a reunir pessoas em uma ocupação urbana, que conforme o crescimento veio a se tornar um núcleo habitacional (chamado primeiramente como COHAB Camobi, mudando de nome em fins dos anos 2000, com a reforma urbana do município). Uma das primeiras reivindicações dos residentes com relação ao local (ainda por volta da década de 1980), era a construção de uma escola, que hoje é o Colégio Estadual Edna May Cardoso.

A partir dessa relação de longa data, hoje é possível observar um vínculo ímpar entre escola e comunidade na COHAB Fernando Ferrari. Através de laços de afetividade e solidariedade, os membros da comunidade local se articulam de forma harmoniosa e significativa por meio de ações de indivíduos, como familiares de alunos e figuras conhecidas no local ou até mesmo de entidades sociais, como o posto de saúde, Centro de Tradições Gaúchas, bandas e grupos artísticos urbanos. Além disso, a Universidade Federal de Santa Maria também se agrega à comunidade através dos projetos de ensino inseridos na escola, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Residência Pedagógica (RP), que proporcionam à vivência em sala de aula aos estudantes dos diversos cursos de licenciatura.

¹ Graduando em licenciatura em história pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Foi estagiário no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (2018-2019), e hoje é bolsista CAPES do programa Residência Pedagógica (2020-). Email: gabrielreollon@gmail.com.

² Graduanda em licenciatura em história pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Hoje é bolsista CAPES do programa Residência Pedagógica. Email: camilaacosta1901@gmail.com.

³ Graduanda em licenciatura em história pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Hoje é bolsista CAPES do programa Residência Pedagógica. Email: karinamachado.st@gmail.com.

⁴ Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e é doutora em História no Programa de Pós Graduação da PUCRS. Atua principalmente nas áreas de História Latino-Americana com ênfase na região da Bacia do Prata. É coordenadora do núcleo de História do Programa Residência Pedagógica da UFSM (2018-presente).

O programa de Residência Pedagógica é uma das ações integrantes da Política Nacional de Formação de Professores, iniciada no ano de 2017⁵, cujos principais objetivos, de acordo com o artigo N° 5 da portaria Gab N°259 de 17 de dezembro de 2019 são:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, conduzindo o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente;
- II - promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- III - fortalecer e ampliar a relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as escolas públicas de educação básica para a formação inicial de professores da educação básica; e
- IV - fortalecer o papel das redes de ensino na formação de futuros professores. (BRASIL, 2019, p. 2).

Hoje, o núcleo de RP da escola Edna May Cardoso conta com nove integrantes que desenvolvem diferentes propostas para o ensino-aprendizagem de História. Entretanto, a partir da observação da peculiar relação escola-comunidade, o núcleo de Residentes passou a desenvolver projetos que vão além da sala de aula, e que dialogam com a escola e com a comunidade local de forma mais ampla. O cenário de integração entre escola e comunidade se traduz na organização e culminância do evento anual conhecido como “Edna Cultural”, que desde 2016 reúne a comunidade escolar e não-escolar em um dia de atividades culturais e de integração que já completa cinco anos. Os integrantes do PIBID-História foram alguns dos responsáveis pela primeira edição do evento, comprovando o histórico de laços entre a escola e a universidade, com os estudantes de licenciaturas como pontes para tal. Hoje, além de PIBIDs em diversas áreas, o colégio também conta com os integrantes do Residência Pedagógica-História contribuindo para a organização do “Edna Cultural”, conforme mencionado.

Entretanto, as edições de 2020 e 2021 enfrentaram dificuldades particulares. Diante da pandemia de COVID-19, diversas medidas sanitárias foram acionadas como forma de conter o vírus, dentre elas a portaria N° 343 do Ministério da Educação e a Medida Provisória N° 934/2020, que prevê a substituição emergencial da rotina escolar e universitária presencial por atividades remotas. Por um lado, o processo de inserir o digital no cotidiano escolar evidenciou as profundas desigualdades sociais do país e as deficiências que o ensino público do estado já discutiam antes da pandemia. Para ilustrar, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que “uma, em cada quatro pessoas no Brasil, não tem acesso à internet, 46 milhões de brasileiros não acessam a rede, nas áreas rurais chega a cerca de 53,5%” (BRASIL, 2020 apud SILVA; SILVA, 2020, p. 58). Assim, com tantos novos obstáculos se somando ao cotidiano da escola Edna May Cardoso, a edição de 2020 do “Edna Cultural” foi inviabilizada.

Por outro lado, diferentes recursos digitais passaram a ser utilizados como criativas ferramentas de ensino, popularizando uma diversidade de novas formas de abordagem de conteúdos, como vídeos, games e podcasts. Dessa forma, a organização da

⁵ Mais informações em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/residencia-pedagogica/> e <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/55921-mec-lanca-politica-nacional-de-formacao-de-professores-com-80-mil-vagas-para-residencia-pedagogica-em-2018>.

edição de 2021 - prevista para novembro - vai ao encontro de propostas híbridas que possam ser desenvolvidas de forma remota ou presencial, garantindo a segurança da comunidade. Inserido nesse contexto, o Residência Pedagógica-História também se adaptou ao ensino remoto através da promoção de oficinas e seminários sobre a temática e utilizando esses conhecimentos no cotidiano das atividades do programa. Com o objetivo de contribuir nas atividades do “Edna Cultural 2021”, os integrantes do RP-História buscaram meios de ensino-aprendizagem que preservem as medidas de segurança e dialoguem com os recursos digitais. Como ponto de intersecção entre esses fatores, os chamados *podcasts* surgem como recurso mais proveitoso. Desse modo, o projeto “Memórias de uma ocupação urbana - histórias da Cohab Fernando Ferrari (Santa Maria/RS)” surge como forma do RP somar não apenas ao “Edna Cultural”, mas à relação escola-comunidade e às novas possibilidades de ensino-aprendizagem. Isto é, apesar do projeto ser apresentado no evento anual, sua execução e seus resultados vão além desse espaço e da própria duração da edição vigente do programa.

Em resumo, o projeto constitui um exercício de preservação da Memória da comunidade local através da mediação da comunidade escolar e que terá seus resultados materializados na forma de um *podcast*. Através dessa proposta objetiva-se, primeiramente, promover o envolvimento dos e das estudantes em projetos que abrangem outros cenários para além da sala de aula, através de sua participação na elaboração das artes do projeto e nos contatos com entidades sociais locais. Relacionado a isso, o projeto também visa fomentar a participação da comunidade externa à escola no exercício coletivo de preservação das memórias da Escola Edna May Cardoso e da unidade residencial COHAB Fernando Ferrari. Em outras palavras, o projeto será construído de forma coletiva de modo que tanto seu desenvolvimento quanto seus resultados terão impacto não apenas sob aqueles que contribuíram para sua execução, mas também o público que consumirá o produto final.

Nesse sentido, dialoga-se com a ideia de que o ensino-aprendizagem de história objetiva, principalmente, o desenvolvimento da chamada Consciência Histórica. Isto é, a capacidade do indivíduo reconhecer-se no tempo e espaço historicamente. O filósofo Kazumi Munakata aponta que “Se a Consciência Histórica é o pretense substrato comum a todos os seres humanos [...], é de se supor que deva haver consciências históricas empiricamente contestáveis em diferentes seres.” (MUNAKATA, 2015. P. 66). Isto é, há diferentes tipos de consciência histórica, na medida em que os sujeitos experienciam diferentes vivências em diferentes realidades. Desse modo, o projeto se relaciona com as ideias do autor através de duas vias. Primeiramente, cultivar a memória da comunidade local contribui diretamente para a construção da consciência histórica daqueles que à ela pertencem ou com ela se relacionam. Em segundo lugar, a utilização do *podcast* como recurso de ensino-aprendizagem dialoga diretamente com os meios contemporâneos de lazer utilizados pelos estudantes e demais membros da sociedade. Ao se relacionar com a realidade do público, o acesso e consumo do produto final é facilitado.

Dessa maneira, o projeto consiste em algumas etapas principais. Através da mediação dos estudantes, funcionários, professores e demais membros da comunidade escolar, serão estabelecidos contatos com sujeitos chave da comunidade, como trabalhadores do posto de saúde, membros do Centro de Tradições Gaúchas local, moradores antigos da COHAB ou estudantes da escola, por exemplo. Feitos os contatos, serão realizadas entrevistas com os membros selecionados a fim de recolher relatos sobre sua vivência na comunidade, seus significados e memórias. Para isso, recorre-se aos entendimentos sobre História Oral elaborados pela historiadora Verena Alberti, que

propõe a seguinte reflexão: “A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. A memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência - isto é, de identidade”. (ALBERTI, 2008. P.167). Para a autora, a História Oral se apresenta como uma possibilidade de trabalhar a partir da memória de pessoas ou grupos, e que as disputas de memórias que prevalecerão em uma comunidade são importantes para compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.

Após finalizadas, as entrevistas serão editadas em formato de episódios de *podcasts* que serão lançados no “Edna Cultural” e divulgados através de redes sociais e plataformas de áudio. Desse modo, o projeto “Memórias de uma ocupação urbana - histórias da Cohab Fernando Ferrari (Santa Maria/RS)” atende ao cenário particular em que se insere. O uso de mídias digitais como recurso em tempos de atividades remotas devido à maior crise sanitária do século se soma ao esforço pela preservação de uma Memória local construída a partir do particular senso de comunidade presente no cotidiano da COHAB. Ainda, representa o empenho dos integrantes do núcleo do Residência Pedagógica para contribuir para um ensino de História crítico que dialogue com a realidade dos estudantes e considere toda a comunidade como parte integrante no processo de formação dos sujeitos.

Palavras-chave: Ensino de História; Memória; Mídias digitais; Comunidade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da História. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

HOLLANDA, Bernardo B. B. de; RIBEIRO, Raphael R. História Oral, prática futebolística e cidades no Brasil: conflitos e apropriações nas narrativas de ocupação dos campos de “futebol de várzea” de Belo Horizonte – MG. *História Oral*, v. 22, n. 2, p. 33-57, jul./dez. 2019

MUNAKATA. História, consciência histórica e ensino de História. In: ROCHA, MAGALHÃES & GONTIJO, 2015, p. 55-75.

SIFUENTES, A.; [ET AL.] (org.). **Iniciação à Docência: entre projetos, experiências e vivências do PIBID História/UFSM**. 1. ed. Santa Maria, RS: CTISM, 2018.

SILVA, Jon Enderson do Nascimento; SILVA, Maria Girleny Roberto da. Práticas docentes em tempos de pandemia: refletindo sobre escolas públicas situadas em contexto de vulnerabilidade social. In: RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SANTOS, Priscila Morgana Galdino (ORGS). **Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA. Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - CAPES. Portaria GAB nº 259, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). **Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior**, Santa Maria, 17 dez. 2019.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “O meu avô me contava”: circuitos da memória da escravidão entre descendentes. Osório, século XX. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1. p. 1-18.

DELIMITANDO O PROBLEMA DE PESQUISA: CURRÍCULO, REVOLUÇÃO HAITIANA E UMA OUTRA ESCRITA DA HISTÓRIA

Gabrielle de Souza Oliveira¹

O presente resumo visa apresentar o projeto de mestrado com o qual ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas no segundo semestre de 2021. Nesse sentido, trata-se de uma ideia inicial sobre a pesquisa que almejo desenvolver.

Desde o início do curso até agora a ideia de pesquisa tem se reorganizado, sobretudo em razão da possibilidade que o Mestrado em Educação tem proporcionado no sentido de tomar conhecimento de novas bibliografias do campo da educação, as quais eu não havia tido contato até então. O problema de pesquisa que procuro investigar aproxima os campos da História e da Educação, articulando-os através da lente dos estudos decoloniais.

Sendo assim, procuro entender, historicamente, como o campo da Educação tem tratado a História do Currículo, até a crítica às perspectivas eurocentradas do mesmo. Ao mesmo tempo, parto do caso empírico da Revolução Haitiana de modo a propor uma abordagem amefricana (GONZALEZ, 1988) da Escrita/Ensino² da História, contribuindo, assim, para a área das Pedagogias Decoloniais.

Define-se uma “abordagem amefricana” da Escrita/Ensino da História a partir do texto “A categoria político-cultural de Amefricanidade” de Lélia Gonzalez (1988):

A implicações políticas e culturais da categoria de *Amefricanidade* (“*Amefricanity*”) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: *A AMÉRICA* e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). **Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada** (GONZALEZ, 1988, p. 76, grifo meu).

De acordo com Lélia, a definição de amefricanidade passa pela compreensão de uma marca africana e ameríndia na formação do continente americano e, portanto, nas experiências históricas vividas aqui. A partir da autora, é possível afirmar que a Escrita/Ensino e compreensão da História partem de uma escolha: a eleição de processos

¹ Educadora de História no Pré-Universitário Popular Alternativa. Bolsista CAPES e mestranda em Educação pelo PPGE da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Membro do Grupo de Estudos sobre pós-Abolição da Universidade Federal de Santa Maria (GEPA-UFSM). Licenciada e bacharela em História pela Universidade Federal de Santa Maria. *E-mail* para contato: gabidesouza.o@hotmail.com.

² Optei por utilizar o termo “Escrita/Ensino” de modo a demarcar a indissociabilidade que compreendo fazer parte do trabalho de historiadoras e historiadores. A dicotomia teoria *vs* ensino ou escrita da história *vs* ensino de história - os primeiros como os espaços responsáveis pela construção do conhecimento histórico e os segundo apenas pela sua reprodução - não encontram espaço nas elaborações que procuro desenvolver. Para deixar isso explícito, exploro o recurso de utilizar os dois termos separados pela barra.

históricos ocidentais (europeus) como os principais marcos da História da humanidade e da própria América. Como exemplo disso, podemos citar os marcos eleitos como importantes na periodização da História que demarcam o início ou fim de determinado período histórico.

Logo, a partir de Lélia Gonzalez (1988) é possível questionar toda uma perspectiva de entendimento (Escrita/Ensino) da História que parte da Europa Ocidental - Ocidente -, a qual tornou-se parâmetro de universalidade; foi consagrada como berço da civilidade; da ciência; das ideias de igualdade, liberdade e fraternidade; basilar da noção de progresso histórico e modernidade; muitas delas oriundas da Revolução Francesa, a qual foi eleita como evento histórico que demarca o começo da Idade Contemporânea.

Tais discussões também aparecem no campo da educação: “Já tem pouco mais de 10 anos que um grupo de intelectuais latino-americanos, de diversas áreas de conhecimento, vem sendo lido e estudado no Brasil e dialogando com diversas pesquisas, principalmente na área de educação. São os chamados intelectuais decoloniais” (OLIVEIRA, 2016, p. 36). Pensadores como Paulo Freire e bell hooks³ também podem ser lidos como alinhados a esse campo de discussões, uma vez que propõem uma visão de educação questionadora do modelo hegemônico de pensamento e defendem a Educação como uma prática de liberdade, capaz de transformar, transgredir e emancipar, ou seja, concordam que uma Pedagogia Decolonial é possível⁴.

Como já citado, o referencial teórico do qual parte o presente projeto é o campo da decolonialidade. A decolonialidade, alia a intenção de atuar na dimensão teórica, dialogando com outras/os autoras/es do campo, ao objetivo de incidir sobre uma dimensão prática, pensando como essas reflexões se dão empiricamente. Entre os/a autores/a que compõem o grupo Modernidade/Colonialidade⁵ estão: Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter D Mignolo, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres e Arturo Escobar.

De acordo com Luiz Fernandes de Oliveira (2016), o campo em questão possui alguns conceitos teóricos fundamentais: “As principais categorias de análise do grupo se constituem nos conceitos e noções sobre o mito de fundação da modernidade, a colonialidade, o racismo epistêmico, a diferença colonial, a transmodernidade, a interculturalidade crítica e pedagogia decolonial” (OLIVEIRA, 2016, p. 37).

Aqui me detenho um pouco à noção de pedagogia decolonial, compreendida como a possibilidade prática de fazer frente à construção da modernidade:

³ Por uma questão de respeito à escolha da autora e com o intuito de demarcar a importância da ancestralidade negra, redijo essa nota para explicar que o nome com o qual bell hooks assina suas obras é um pseudônimo em homenagem aos sobrenomes de sua mãe e avó e é escrito assim mesmo, em letras minúsculas. Afinal, de acordo com a autora, o mais importante em seus livros são as ideias e não quem ela é (seu nome).

⁴ LOUREIRO, Camila Wolpató. Paulo Freire, autor de práxis decolonial? 2020. 109f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS, 2020.

⁵ O Grupo Modernidade/Colonialidade remete a um grupo de intelectuais, latino-americanos em sua maioria, que organizaram e definiram, no âmbito acadêmico, o que conhecemos como campo da decolonialidade. Os/as autores/as envolvidos na sua criação elaboraram os principais conceitos que o fundamentam e dão base aos estudos que têm a decolonialidade como referencial teórico. Entre os principais conceitos estão: a colonialidade do poder; colonialidade do saber; colonialidade do ser; e decolonização, no lugar de descolonização. Ver mais em: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência e Política*. Brasília, n 11. mai./ago. 2013, p.89-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Pedagogia decolonial é expressar o colonialismo que construiu a desumanização dirigida aos subalternizados pela modernidade europeia e pensar na possibilidade de crítica teórica a geopolítica do conhecimento. Esta perspectiva é pensada a partir da ideia de [...] enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do mundo e a manutenção da colonialidade (OLIVEIRA, 2016, p. 38).

A pedagogia decolonial é a pedagogia para a liberdade de bell hooks e Paulo Freire, visões que acreditam na emancipação e na libertação dos sujeitos através da educação; a partir do momento que indivíduos, aos quais sempre foi legado o esquecimento e o silenciamento, podem contar suas histórias; e passam a se compreender como sujeitos produtores de conhecimento, de epistemologias. A pedagogia decolonial, portanto, é o instrumento possível através do qual podemos pensar uma Escrita/Ensino da História dos sujeitos e epistemologias outras.

É nesse sentido, portanto, que Nilma Lino Gomes, importante nome brasileiro do campo da de(s)colonização de currículos, também se situa no âmbito do pensamento decolonial - da Pedagogia Decolonial, uma vez que, dedica-se a entender como esse movimento teórico incide sobre a teoria/prática educacional e os currículos.

Nilma Lino Gomes (2012), no artigo intitulado “Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos”, propõe-se pensar o processo de descolonização curricular tendo como marcos a inserção do ensino de História da África e História e cultura afro-brasileiras na Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁶.

Tão importante quanto entender o que Nilma Lino Gomes pensa acerca da descolonização de currículos, é definir a nossa escolha pelo uso do termo decolonização. Para isso, retomamos a Luiz Fernandes de Oliveira (2016):

Decolonizar, significaria então, no campo da educação, uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva – portanto não somente denunciativa – por isso o termo “DE” e não “DES” [...] DEcolonizar na educação é construir outras pedagogias além da hegemônica. DEScolonizar é apenas denunciar as amarras coloniais e não constituir outras formas de pensar e produzir conhecimento (OLIVEIRA, 2016, p. 39).

Diante destas conceituações, e levando em consideração as perspectivas e ideias que vêm sendo formuladas no campo da educação a respeito da importância (e por que não dizer necessidade) de de(s)colonizar os currículos, propus o presente projeto a fim de pensar o potencial do processo de “deseuropeizar” e/ou racializar⁷ os currículos no que tange ao Ensino de História e, ao mesmo tempo, a Escrita da História.

Retomo à Nilma Gomes (2012) a fim de explicitar que a de(s)colonização dos currículos não se resume simplesmente em trabalhar ou acrescentar conteúdos outros ao Ensino de História ou temáticas outras à Escrita da História, mas sim a um processo de mudança epistemológica:

⁶ BRASIL. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 27 out. 2021.

⁷ Sobre essa ideia de racialização do conhecimento e dos currículos, me baseio nas provocações feitas pelo professor Marcus Vinícius Freitas Rosa na web conferência de abertura do IV Encontro Discente de História da UFRGS intitulada “Racializando a historiografia”, que aconteceu em 01 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-Cs-X8BTcg>. Acesso em: 19 mar. 2021.

o trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina (GOMES, 2012, p. 106).

Portanto, o desafio de me debruçar no exemplo empírico da Revolução Haitiana, questionando a pouca visibilidade que ela apresenta nos currículos de história - em grande maioria eurocêntricos, visa contribuir para os estudos e debates dos campos da de(s)colonização dos currículos e das Pedagogias Decoloniais, ao mesmo tempo que propõe uma outra Escrita/Ensino da História a partir da categoria de Amefricanidade. Nesse sentido, parto para a área da Educação, mas sem deixar de lado minha formação em História, uma vez que tecer tais relações e historicizar o campo da educação e do currículo, bem como pensar outras Escritas da História, faz parte do que compreendo como ofício de historiadoras e historiadores.

Palavras-chave: História do currículo; Revolução Haitiana; Decolonialidade.

REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n.1, jan./abr. 2012, p. 98-109. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, jan./jun. 1988, p. 69-82. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/public/gonzalez-lelia-a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-tempo-brasileiro-rio-de-janeiro-v-92-n-93-p-69-82-jan-jun-1988b-p-69-82/>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Flores, 2017, 273p.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é uma Educação Decolonial? **Nuevamérica**. Buenos Aires, v. 149, jan./mar. 2016, p. 35-39. Disponível em: <<http://www.novamerica.org.br/ong/wp-content/uploads/2019/07/0149.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE ESTÁGIO

Gabrielly Cristtyny da Silva Messias¹
Cintia Lima Crescêncio²

Resumo: Este trabalho pretende apresentar impressões iniciais sobre os impactos da pandemia nas experiências de estágio obrigatório na modalidade não presencial no ensino de história a partir dos relatórios de estágio dos anos 2020 e 2021 do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL).

Esta pesquisa está vinculada ao projeto “O Estágio Obrigatório no Ensino de História”, iniciado em 2019 e com previsão de término em 2023. O projeto tinha como objetivo refletir sobre as experiências de estágio do Curso, mas foi atravessado pela suspensão das aulas presenciais no ensino básico e superior no ano de 2020. Relatórios fruto de experiências de estágio anteriores a 2020 demonstram uma permanente preocupação com a articulação entre os saberes apreendidos na universidade e a realidade das escolas (CRESCÊNCIO, 2021). No atual contexto, em que estágios são realizados de maneira não presencial, como se estabelece essa relação?

Nesse sentido, atualmente, nossa atenção se volta para os efeitos do esvaziamento de salas de aula na formação de futuros(as) professores(as) de História. Tal projeto encontra-se em andamento, mas as reflexões anteriormente propostas foram agudizadas pelo contexto da pandemia. A partir da análise, leitura e sistematização de 27 relatórios de estágio produzidos no segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021 (tabela - anexo 1), aqui entendidos como valiosas fontes para a história (SEFFNER, 2017), pretendemos refletir sobre as experiências de estágio em contexto não presencial. Os relatórios, nesta pesquisa, afirmam-se como importantes meios para conhecermos mais sobre o que os(as) estagiários(as) observam, pensam e sentem.

Esta pesquisa organiza-se a partir dos seguintes passos: 1. Levantamento e organização dos relatórios de estágio do Curso de Licenciatura em História (UFMS/CPTL); 2. Sistematização e tabulação dos dados dos relatórios a partir dos objetivos gerais e específicos; 3. Levantamento bibliográfico, leitura e fichamento de textos que contribuam na reflexão sobre os relatórios; 4. Levantamento e sistematização de outros documentos que possam contribuir com a pesquisa, tais como regimentos, atas de reuniões, legislações; 5. Análise e reflexão sobre os dados. Neste momento, vencemos a etapa de levantamento e organização dos relatórios e estamos trabalhando na sistematização, tabulação e leitura da bibliografia.

O Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, conta com três estágios obrigatórios: Estágio Obrigatório I,

¹ Aluna da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), no curso de Licenciatura em Letras – Português/Inglês. Pesquisadora pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) com apoio do CNPq. E-mail: silva.gabrielly061324@gmail.com

² Mestre e Doutora em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL). E-mail: cintia.crescencio@ufms.br

II e III. O I é de observação, marcado por uma aproximação com a escola, com a sala de aula e tudo que faz parte da comunidade escolar. O II é de regência no Ensino Fundamental e configura-se a partir da observação de aulas e construção de sequência didática em que será baseada a regência de, no mínimo, seis aulas. O III é de regência no Ensino Médio e, assim como o Estágio II, conta com observação e regência de aulas. Enquanto perduraram as aulas presenciais, os estágios eram realizados a partir da matrícula, com a assinatura de termos de compromisso, com a visita às escolas, aproximação com supervisores(as) e reunião com orientadores(as), observação de aula e conhecimento sobre a escola. Tudo feito face a face. Os relatórios, nesse contexto, eram baseados inteiramente na relação estagiário(a)-escola e estagiário(a)-universidade, o que foi interrompido em função da suspensão das aulas presenciais.

Os estágios realizados em modalidade não presencial foram planejados a partir do Plano de Educação Mínima (PEM), documento que reúne informações sobre as preocupações de estudantes e de professores(as), possibilidades de atuação de estagiários(as) em contexto não presencial e direcionamentos aos orientadores(as) estudantes matriculados(as) em estágio. O PEM foi construído coletivamente, pela Comissão de Estágio, Colegiado e orientadores(as) de estágio do Curso de Licenciatura em História do CPTL e, atualmente, rege os estágios, uma vez que as instruções e documentos anteriores à pandemia não faziam sentido para práticas de estágio que se baseiam nas possibilidades ofertadas exclusivamente pela Internet.

[...] este documento visa minimizar os danos e as perdas causados pela realização dos estágios em contexto não presencial, através do levantamento de dados, bibliografia, propostas de execução e diretrizes para que orientadores(as) e estudantes qualifiquem as experiências de estágio [...] (PEM, 2020).

Os estágios, nesse contexto, são realizados a partir de contato exclusivamente online com escolas e supervisores(as) das escolas, bem como com orientadores(as). São poucos(as) os(as) estudantes que ministram aulas propriamente, e as experiências de estágio tem sido atravessadas mais pela observação online. Os relatórios, nesse contexto, são inteiramente baseados nas possibilidades ofertadas pela Internet, porque é através dela que se estabelece contato com supervisores(as), com escolas, com orientadores(as) e com a “sala de aula”, lugar mais radical da universidade (HOOKS, 2013), mas também das escolas. Tudo isso depende, ainda, da disponibilidade de tempo, recursos e acesso dos próprios(as) estagiários(as).

Relatórios de Estágio Obrigatório anteriores ao contexto da pandemia relatam a preocupação de estudantes com uma suposta inefetividade do ensino acadêmico, considerado exclusivamente teórico e ineficaz para o momento considerado mais crítico: a entrada na sala de aula. Entretanto, a partir de 2020 e da adoção do ensino emergencial não presencial tanto no ensino básico quanto superior, estudantes viram-se confrontados(as) com a possibilidade dessas experiências práticas não existirem. Os relatórios de estágio produzidos no contexto da

pandemia mostram como a crítica à universidade, de certo modo, foi substituída por uma valorização do conhecimento acadêmico, dos estágios, da sala de aula, de supervisores(as) de estágio e da escola como um todo. Diante de sua falta e seu esvaziamento, a sala de aula, e tudo que se relaciona com ela, emergiu como lugar vital para estudantes de Licenciatura em História do CPTL (CRESCÊNCIO, 2021).

A partir de uma análise inicial, uma vez que a pesquisa ainda está em andamento, é possível notar que nos relatórios são frequentes os lamentos em relação à perda do contato diário com os(as) alunos(as) das escolas e a defasagem na formação docente. Os relatórios apontaram poucos pontos positivos em relação ao ensino emergencial (não presencial). Eventualmente é destacada que a flexibilidade de horário e a possibilidade de atuação fora da escola, evitando a locomoção, são pontos positivos. No entanto, em termos qualitativos, é generalizada a visão que os estágios realizados no contexto da pandemia, no formato não presencial, pecam por não promoverem a experiência da sala de aula como conhecida antes, com paredes, carteiras, lousas, estudantes, trocas. Os relatórios também indicam altos graus de desesperança em relação ao futuro, ao mesmo tempo que insinuam uma preocupação bastante técnica com os novos formatos de aula. Se antes os relatórios descreviam o uso de materiais didáticos, o barulho da sala de aula, o calor, os afetos e dissensos, a forma de interação entre professores(as) e estudantes, agora eles descrevem se a Internet funcionou, se havia estudantes na sala de transmissão, se as câmeras estavam ligadas, se há interação mínima.

Os estágios são um momento fundamental na formação de futuros(as) professores(as), pois propiciam um contato realista com a escola (CEREZER e FONSECA, 2015). Se os relatórios de estágio de anos anteriores indicam aflições em relação ao ensino ofertado para a prática docente em História, marcados exatamente pela entrada na sala de aula protagonizada por estudantes em estágio de observação e regência, as preocupações com a exclusão e perda dessas experiências são evidentes. Nos relatórios é possível observar o medo e os desafios que rondam futuros(as) professores(as) de História.

Palavras-chave: estágio; ensino remoto; formação docente.

REFERÊNCIAS

CEREZER, O. M.; FONSECA, S. G. Professores de História iniciantes: entre saberes e prática. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 125-150, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23855>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CRESCÊNCIO, C. L. Estágio Obrigatório não presencial no ensino de história: inquietações de estudantes antes e durante a pandemia do novo coronavírus. **História & Ensino**, Londrina, v. 27, n. 01, p. 8-28, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/42634/30111> Acesso em: 29 set. 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Campus de Três Lagoas. Licenciatura em História. **Plano de educação mínima (PEM): aprovado pela Resolução n. 19, de 13 de julho de 2020**. Três Lagoas: UFMS, 2020a. Disponível em: <http://historiacptl.ufms.br/documentos/>. Acesso em: 29 set. 2021.

SEFFNER, F. De fontes e mananciais para o ensino de história. In: RODRIGUES, R. R. (Org.). **Possibilidades de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 243-264.

A (DES)CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM SALA DE AULA: UMA CONCEPÇÃO ANTIRRACISTA

José Luiz Xavier Filho¹

Resumo:

O ensino de História nas escolas de Ensino Fundamental não se limita a uma mera submissão ao conhecimento produzido pelos historiadores e historiadoras. Nas escolas, alunos(as) e professores(as) geralmente dialogam com os conhecimentos eruditos da História, produzem e (re)produzem conhecimentos históricos. Então, os docentes não são meros reprodutores de conhecimentos produzidos por pensadores que se encontram fora do ambiente escolar.

À vista disto, os professores e as professoras cumprem um significativo papel de (re)produzir conhecimentos eruditos importantes para a sociedade, ao mesmo tempo, são pensadores que produzem conhecimentos no espaço escolar. Por isso mesmo, ainda tem sido recorrente a valorização de uma qualificada formação e uma vez bem formados serão para desempenhar as inúmeras tarefas que lhe são atribuídas. Contudo, o ambiente escolar apresenta-se desafiador ao professor para a abrangência de novos conhecimentos face ao que se demanda da própria sociedade representada pelos alunos e alunas para ampliação e/ou aquisição de novas aprendizagens.

Nessa base do contexto vivenciado pelos estudantes, o docente desafia, e pode se propor com novas possibilidades para que se redirecionem, ampliem-se ou desenvolvam novos enfoques sobre o conhecimento, como o que se constitui o foco desse trabalho. De forma dialógica, o(a) professor(a) pode se propor a novas aprendizagens dos estudantes que exigem formação com orientações especiais para atuações individuais e coletivas. Nesse processo, os alunos(as) são envolvidos a buscar, a selecionar informações, a construir hipóteses e a tomar decisões reorganizando e dando sentido e significado ao conhecimento. É importante que sejam incentivados e orientados a refletir criticamente sobre o que lhes é apresentado e a transcender, isto é, ir além das informações obtidas, distinguindo os dados mais importantes dos secundários, buscando relacionar o aprendido com outras informações e situações.

Rüssen (2006) afirma que o aprendizado da História não deve se limitar à aquisição do conhecimento histórico como uma série de fatos objetivos. Para além dessa perspectiva, o conhecimento histórico deve atuar como regra nos arranjos mentais tornando-se, de forma dinâmica, parte integrante da vida do sujeito. Em outras palavras, o conhecimento histórico não significa simplesmente o acúmulo de uma quantidade de informações relacionadas a fatos do passado.

Na perspectiva da consciência histórica, o conhecimento histórico deve servir como uma ferramenta de orientação temporal que levaria a uma leitura do mundo no presente e embasaria uma avaliação quanto às perspectivas de futuro alicerçadas nas experiências humanas do passado. Desse modo, aqueles que desenvolveram a consciência histórica não conheceriam apenas o passado, mas utilizariam esse conhecimento como

¹ Graduado em História (UPE), graduando em Sociologia (UNIFAVENI), especialista em Ensino de História (UNIFAVENI) e em História e Cultura Afro-Brasileira (IPEMIG), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas - PROCADI (UPE), professor de História do quadro efetivo da rede municipal de ensino do município da Lagoa dos Gatos – PE, ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4762429040202808>, e-mail: jlxfilho@hotmail.com.

meio para auxiliar a compreensão do presente e/ou “antecipar”, no plano mental, o futuro em forma de previsão pertinente (BARCA, 2006).

Não obstante as dificuldades do dia a dia nas escolas as narrativas históricas estão presentes por toda a parte, e, o sujeito historicamente letrado, não se limita apenas a somar um novo conhecimento à quantidade de outros tantos que já possui. É sob essa perspectiva, que nos debruçamos sobre a relevância da abordagem do nosso objeto de estudo: a desconstrução de antigos conceitos e a construção de uma educação antirracista.

Tendo a consciência de que as culturas afro-brasileiras podem ser construídas em sala de aula, através e inclusive, a partir das narrativas de alunos e professores, não se atendo apenas ao livro didático. Por outro lado, as mudanças exigem novas possibilidades que se tornam inseridas no cotidiano dos estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Finais, que é o campo desta pesquisa. Neste sentido busca-se na escola o conhecimento sobre as culturas de origem africana por serem questionadas até por professores ao desconhecerem o conhecimento, não somente como responsáveis, mas por falta mesmo de formação atualizada.

Nosso objetivo também neste trabalho, foi analisar dentro dos conteúdos programáticos dos livros didáticos de História se as temáticas exigidas por lei – Lei 10.639/2003, que versa sobre a obrigatoriedade da História da África e Afro-brasileira, estão contidas no currículo proposto pelo autor das obras didáticas. A coleção didática escolhida, *História: Sociedade e Cidadania*, fazem parte de uma série publicada pela editora FTD, de autoria de Alfredo Boulos Júnior, e foi adotado numa escola da rede pública.

Passemos ao conteúdo das obras: no livro do 6º ano são abordados os seguintes temas sobre África e cultura afro-brasileira:

- A valorização das matrizes africana e indígena (uma página com imagens citando o Tambor de Crioula do Maranhão);
- Patrimônio cultural (uma página com atividade sobre a capoeira);
- Patrimônio cultural (uma página com atividade sobre o frevo, enfatizando a origem da dança na capoeira);
- Os primeiros hominídeos (uma página a qual faz referência à origem da humanidade no continente africano);
- Da África para outros continentes (quatro páginas que abordam a origem do homem e como ocorreu a povoação dos continentes com suas hipóteses de rota a partir da África);
- O Egito Antigo e o Reino de Kush (um capítulo abordando esses dois impérios, contendo duas páginas e meia falando sobre a religiosidade egípcia);

Percebe-se, portanto, que o livro do 6º ano aborda muito superficialmente sobre a influência da cultura afro-brasileira, apenas quando se trata de patrimônio cultural, mas em nenhum momento fala-se sobre religiosidade afro-brasileira. Apesar de abordar a mitologia egípcia, essa não faz parte de nossas influências. Aqui, neste espaço, cabe ao professor ou professora, abrir espaço para o debate sobre a mitologia dos orixás, para que os estudantes entendam que existem várias mitologias, a exemplo da egípcia, grega, germana e iorubá.

No livro do 7º ano analisado, temos:

- A unidade 1 inicia com o tema diversidade e discriminação religiosa, no entanto, dá ênfase à tríade islamismo-judaísmo-cristianismo. A ideia é introduzir o conteúdo da Europa Medieval a partir do entendimento da

intolerância religiosa, visto que o capítulo se encerra com o tema das cruzadas, guerra religiosa a qual envolvia essas três religiões.

No entanto, nesse início de unidade, a professora pode discutir sobre o atual contexto que vivemos no Brasil, onde as religiões de matriz africana são duramente perseguidas por religiões cristãs.

- Povos e culturas africanas: malineses, bantos e iorubas (um capítulo que aborda esses reinos africanos e as influências culturais que eles trouxeram para o Brasil).

Apesar de toda a influência religiosa que esses povos nos trouxeram, o livro perde até novo programa a oportunidade de aprofundar o assunto e não fala em Candomblé, por exemplo. Porém, o debate pode ser sugerido em sala para que possam ser abordados o Candomblé e Umbanda, Jurema, por exemplo. Na ocasião pode ser feita uma investigação para descobrir se existem adeptos dessas religiões em sala de aula.

- A economia açucareira (seis páginas abordando sobre a mão de obra escrava no Brasil colonial);

Esse tema já é muito usual nos livros didáticos de uma maneira geral. A novidade seria aprofundar o conteúdo fazendo uma relação da mão de obra nos tempos do Brasil Colonial com os dias atuais. Pode-se trabalhar, neste caso, o mercado de trabalho para negros e negras do Brasil, o índice de escolaridade, de presidiários e a situação atual do negro no Brasil. Neste capítulo não há nenhuma menção sobre a dimensão religiosa afro-brasileiras e suas dificuldades ao serem trabalhadas nas escolas. Há um silêncio nesse aspecto. Também seria uma oportunidade de estudar sobre este tema.

O livro do 8º ano aborda as seguintes questões relacionadas aos negros e à África:

- Africanos no Brasil: dominação e resistência (um capítulo que trata da escravidão, do tráfico de escravizados, do trabalho, da violência, da resistência e dos quilombos).

O momento em que se fala em resistência poderia ser abordado sobre a resistência religiosa, que apesar de proibições e perseguições, as religiões de matriz africana resistem até os dias atuais. Como o livro deixa a desejar neste sentido, a professora pode levantar o debate em sala de aula.

- A sociedade mineradora (uma página que aborda os escravizados da região das minas).

Nesse trecho de capítulo, pouco se fala sobre a religião, as festas e a resistência. Apenas uma breve menção sobre a congada.

- Conjuração Baiana (duas páginas que abordam brevemente sobre a presença da população afrodescendente em Salvador).
- Revolta dos Malês (duas páginas que tratam da revolta escrava considerada a mais importante do Brasil). A seção esclarece o motivo pelo qual a revolta fica conhecida como Revolta dos Malês e traz algumas imagens de africanos e afro-brasileiros.
- A pressão inglesa e o fim do tráfico (três páginas abordando o tráfico de escravizados e a pressão que os ingleses passam a fazer à coroa portuguesa para que o mesmo fosse extinto).
- A abolição (oito páginas que fazem um percurso histórico sobre o movimento abolicionista, as leis que foram instituídas e a realidade que acontecia à época).

Por fim, no livro do 9º ano, os conteúdos abordados sobre nosso objeto de estudo são:

- Teorias racistas do século XX (uma página com atividade de interpretação de texto).
- O imperialismo na África (três páginas que tratam da exploração sofrida em regiões do continente africano. Esse trecho também aborda brevemente a resistência dos africanos através de rebeliões. As questões trabalhadas são mais políticas).
- A Revolta da Chibata (uma página e meia que trata desse episódio de resistência, face à permanência de condutas escravagistas. Aqui não há espaço para falar-se em questões religiosas).
- O nazismo na Alemanha (seis páginas que abordam esse momento histórico. Inserido nesse contexto, brevemente a seção trata da superioridade da raça ariana).
- Independências: África e Ásia (um capítulo sobre o tema, sendo que sobre África são seis páginas com atividades). Nesta seção, os aspectos trabalhados são o econômico e político, sem espaço para as questões religiosas.

Observamos que em todos os livros da série, os aspectos religiosos são deixados de lado. Quando abordados, são abordados muito superficialmente. Das possíveis oportunidades, dentro do conteúdo, o professor ou a professora deve levantar debates, fazer pesquisas, expor o tema, independentemente do livro. Neste contexto, questões religiosas são deixadas de lado e o candomblé, sequer é mencionado nos livros. Como afirma Coutinho (2008):

Em geral, em nossas escolas os conteúdos de história brasileira contam apenas uma versão dos fatos históricos, pautada numa visão eurocentrista da descoberta de nosso país e do desenrolar da economia daquela época, apresentando a história do negro apenas por meio do negro escravo, do tráfico negreiro, um pouco das senzalas e muito pouco ou quase nada do modo de vida e da ascendência africana (COUTINHO et al, 2008, p. 76).

É preciso entender que a história dos afrodescendentes vai além de um passado escravocrata. É preciso que se apresente em temas e textos, o protagonismo, valorizando aspectos históricos, culturais, religiosos, econômicos, sociais, intelectuais. E isso ainda está muito aquém do ideal. Primeiramente, é necessário que os profissionais da educação superem o racismo e o preconceito para abordarem o tema da religiosidade afro-brasileira, visto que ainda se percebe no dia a dia a permanência de discursos discriminatórios que foram perpassados ao longo de nossa história cristã.

Essa característica faz com que muitos da área da educação ainda considerem a religião africana uma prática demoníaca e profana, desconsiderando o seu verdadeiro valor de relações de permanências, resistências e mudanças históricas. A implementação da lei teve seu fator positivo, pois despertou em nós a importância de se levar para sala de aula conteúdos não abordados. Também detectamos a dificuldade dos professores para abordar o tema e a necessidade de investimentos na formação desses profissionais.

Paralelo a esse debate, também analisamos a lei n. 10.639/2003, que versa sobre a inserção do estudo da História da África e Cultura Afro-brasileira e as resistências que foram percebidas em nossa prática, na abordagem sobre o que se refere ao continente. Ora por estranheza, desconhecimento e discriminação, em sala de aula observou-se uma recusa constante, uma negação por esse conteúdo e esse diagnóstico foi visível, vindo muito mais dos professores do que os estudantes.

Toda essa ignorância com relação a essas culturas gera um ambiente propício para intolerância, proporcionando sofrimento aos praticantes e a todos aqueles/as que fazem parte da população negra, que tem o seu direito de pertença e identidade racial muitas vezes negado em função do racismo. Por fim, o espaço escolar também educa. Nessa perspectiva, ele tem peso no combate ao racismo. Deve-se olhar, por exemplo, para as imagens e referências que ocupam as paredes da escola, as referências religiosas, e se a oração do Pai Nosso ainda é feita como se fosse universal. Das paredes até os recados priorizam o grupo branco como referência. Há muitas referências cristãs pelas escolas, isso é uma linguagem, é uma composição de espaço, é uma referência de uma cultura em detrimento de outra.

Que possamos reconhecer e valorizar a diversidade humana, partindo de um processo de conhecimento e respeito de nossas identidades culturais, com o intuito de resgatar e fomentar atitudes individuais e coletivas contra o preconceito e a favor do respeito às diferenças.

Palavras-chave: Ensino de História; História e Cultura Afro-brasileira; Educação.

Referências

BARCA, Isabel. **Literacia e consciência histórica**. Educar, Especial, p. 93-112. Editora UFPR. Curitiba, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

COUTINHO, Ana Cecília Porto Cunha et al. Raça, etnia e a escola: possibilidades de Implementação da Lei 10.639/03. **Cadernos de Pedagogia**, ano 2, v. 2, n. 4, ago.-dez./2008, p. 74-85.

RÜSSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. v. 1, n. 2, p. 7-16, Ponta Grossa, PR. jul.-dez. 2006.

"PARA ABRIGAR MENORES": O PATRONATO/APRENDIZADO AGRÍCOLA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA (SÃO LEOPOLDO/RS - 1944 -1960)

Maurício Pereira¹

Resumo: Em *“Para abrigar menores”*: o Patronato/Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo e a assistência à infância (São Leopoldo/RS – 1944-1960), nosso objetivo é analisar a atuação do Patronato (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo (1950-1960) na assistência à infância da região no período delimitado, com ênfase na discussão sobre os menores atendidos pela instituição (perfil e realidade familiar na qual estavam inseridos), buscando verificar se houve permanências e/ou transformações a partir da mudança de patronato para aprendizado. Inserida nos debates sobre a História Social da Infância, esta pesquisa faz uso de fontes localizadas no arquivo da própria instituição (atual Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo), como o Livro de Matrícula Escolar do patronato, relatórios sociais, fichas individuais e ofícios, além de outros documentos.

O presente trabalho é decorrente da dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e defendida no primeiro semestre deste ano. A instituição que é objeto deste estudo trata-se de um estabelecimento de internato e ensino agrícola para menores do sexo masculino, tendo iniciado suas atividades como um patronato agrícola e sendo, posteriormente, transformado em um aprendizado agrícola. Os patronatos agrícolas foram instituições destinadas à assistência e internação de menores órfãos, abandonados e provenientes de famílias pobres que não teriam condições de manter seus filhos. A respeito do contexto de criação dessas locais, Magda de Abreu Vicente (2010) nos informa que “Os Patronatos foram criados no Brasil em 1918 e ficaram vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sob o Decreto de nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918” (p.30), sendo possível perceber que o surgimento desses estabelecimentos está situado em um período de intensos debates sobre assistência aos menores e regeneração da infância. Situando os objetivos e propostas que orientaram o trabalho dos patronatos, é possível perceber que “essas instituições responderiam a um duplo aspecto: aquele voltado para o aprendizado de técnicas profissionais ligadas ao trabalho agropecuário e o voltado para a regeneração das crianças” (NERY, 2009, p. 28). Sendo assim, os Patronatos Agrícolas se configuram como uma importante ferramenta para as medidas de assistência e regeneração de crianças no século XX, tendo como público alvo justamente os indivíduos que poderiam ser considerados “perigosos” ou em situações de perigo, uma vez que poderiam adentrar à criminalidade e se tornar um empecilho para alcançar a sociedade que se desejava.

Tendo sido alvos de críticas, os patronatos foram transformados em aprendizados agrícolas a partir dos anos 1930, com a proposta de reduzir seu caráter assistencial e enfocar a formação de trabalhadores para o campo, uma vez que essas instituições foram consideradas pouco eficientes quanto ao seu caráter de formação de trabalhadores

¹ Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade La Salle. E-mail: mauriciopereira13@outlook.com.

agrícolas. Contudo, deve ser destacado que, apesar das diferenças, o processo de transformação dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados também apresentou muitas semelhanças e continuidades em relação ao trabalho desenvolvido por essas instituições e ao perfil de alunos atendidos. Ao analisar os objetivos que orientavam esses dois modelos de instituição de ensino, percebemos um ponto importante que os distingue: enquanto os Patronatos Agrícolas possuíam um caráter assistencial e de regeneração da infância, os Aprendizados Agrícolas eram focados na formação de profissionais para o mercado agrícola. A partir disso, buscamos não somente delimitar as diferenças que podem ser identificadas entre os dois modelos de estabelecimento, mas também as semelhanças que marcam esse processo, analisando, assim, a forma como essa realidade se deu no caso do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo.

No âmbito da assistência à infância, tema ao qual este trabalho está relacionado, é importante compreender que as primeiras décadas do século XX são fortemente marcadas pelo surgimento de instituições encarregadas de assistir e amparar a infância, principalmente crianças pobres. É justamente nesse período que crescem os debates sobre a maneira como a infância “em perigo” (caracterizada pelas crianças pobres, abandonadas, órfãs e marginalizadas) deveria ser trabalhada, de modo que “vemos surgir, em fins do século XIX e início do XX, as primeiras grandes instituições de assistência e proteção à infância doente e desamparada, bem como os primeiros institutos correccionais e profissionalizantes” (KORNDÖRFER, 2016, p. 100). Essas instituições mencionadas pela autora são fundamentais na configuração da assistência à infância no século XX, uma vez que esses estabelecimentos eram responsáveis não só por prestar amparo a crianças em situação de vulnerabilidade econômica e social, mas também por realizar um trabalho de enquadrar esses indivíduos no modelo de infância estabelecido com o advento da República e desenvolvido ao longo da primeira metade do século XX.

No que se refere ao *corpus* documental, esta pesquisa faz uso dos documentos que estão salvaguardados no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, referentes ao período de atuação do Patronato (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola (1949-1960), sendo eles: o livro de matrícula escolar do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo, relatórios sociais, fichas individuais de menores internos e boletins escolares, além de ofícios com pedidos de matrícula na instituição e outros com pedidos de desligamento de menores do internato. As fontes utilizadas no desenvolvimento de nosso projeto são analisadas de forma qualitativa e quantitativa. A análise quantitativa está relacionada, mais especificamente, à investigação referente aos dados sobre os meninos internos disponibilizados no livro de matrícula da instituição - idade de ingresso na instituição, ano em que eles estavam matriculados e a cidade de onde eram provenientes – e que nos permitem discutir quem eram os menores atendidos. Informações sobre os familiares também foram quantificadas, objetivando pensar a origem social e a condição familiar dos meninos.

O recorte temporal delimitado para essa pesquisa compreende os anos entre 1944 e 1960. Durante este período, a instituição desempenhou um papel de assistência à infância, tendo sido criada, como Patronato Agrícola, em 1944, e transformada em Aprendizado no ano de 1949. Em 1960, a instituição passou a atuar como uma escola técnica (que continua em funcionamento até hoje), justificando, assim, a escolha desse recorte temporal. Cabe reforçar, então, que a análise sobre a atuação da instituição será dividida entre dois períodos, compreendendo o contexto de atuação do Patronato Agrícola (1944-1949) e do Aprendizado Agrícola (1950-1960). Essa divisão foi motivada não só pelo debate historiográfico sobre a transformação de patronatos em aprendizados, mas

também por mudanças significativas identificadas na análise das fontes, no que se refere ao público atendido pela instituição nestes dois períodos. Quanto ao recorte espacial, este trabalho enfoca a cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, local onde esteve situado o estabelecimento que é objeto desta Dissertação.

A partir do debate historiográfico realizado e da análise empreendida, é possível perceber que a instituição recebeu, em sua maioria, meninos que não possuíam familiaridade com a vida e o trabalho no campo, de modo que tanto o Patronato quanto o Aprendizado Agrícola de São Leopoldo acabaram servindo principalmente à tarefa de assistência a menores pobres, oriundos de famílias com poucos recursos financeiros e, em sua maioria, vinculadas ao contexto urbano. Em relação aos elementos que compõem o perfil dos menores internos da instituição e seus responsáveis, identificamos dados que caracterizam esses indivíduos em ambos os períodos de funcionamento do local. Analisando a composição familiar dos alunos, percebemos que, embora muitos alunos possuísem ambos os pais vivos e identificados no Livro de Matrícula Escolar, havia um grande número de meninos que possuíam somente a mãe registrada no documento, havendo, ainda, vários casos de meninos que eram órfãos de pai. Essa realidade pode ser relacionada a um dos principais objetivos de criação do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo (e também dos Patronatos Agrícolas de modo geral), de modo que a situação familiar desses indivíduos parece indicar que, possivelmente, muitos alunos vinham de famílias com dificuldades financeiras, o que justifica o fato de seus responsáveis buscarem a instituição para interná-los.

Palavras-chave: História Social da Infância; Assistência; Ensino Agrícola.

REFERÊNCIAS

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma “solução” para a menoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918-1930)**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/482/daniel_alves_boeira.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

KORNDÖRFER, Ana Paula. **“É melhor prevenir do que curar”**: A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893 – 1928). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 25-32, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2201/1872>> . Acesso em: 23 set. 2021.

SANTOS, Suelly Cinthya Costa dos. **Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924 – 1947)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8080>>. Acesso em: 23 set. 2021.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2010. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1602/1/Magda_Abreu_Vicente_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA FRENTE À DESDEMOCRATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: O EXEMPLO DO DOCUMENTO ORIENTADOR DO TERRITÓRIO MUNICIPAL DE GUAÍBA (DOTG – 2019)

Rodrigo Wienskoski Araujo¹

Carlos Eduardo Barzotto²

Após a aprovação da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os estados da federação e seus municípios tiveram de optar sobre a sua aplicação em seus territórios: seria ela apenas o texto aprovado no âmbito federal ou criar-se-iam documentos locais para complementar o nacional? Em 2018, o estado do Rio Grande do Sul optou pelo debate e criação do Referencial Curricular Gaúcho, no qual são balizados os direitos de aprendizagem básicos dos estudantes de estado complementando as competências e habilidades propostas na Base Nacional Comum Curricular.

Em 2019, o município de Guaíba (RS) optou por fazer o mesmo, criando o Documento Orientador do Território Municipal (DOTG), no qual as competências e habilidades propostas no texto estadual são novamente complementadas levando em conta a realidade das escolas e comunidades escolares do município. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação em Guaíba selecionou alguns professores da rede para coordenar a elaboração do DOTG em suas respectivas áreas. No caso dos componentes curriculares das Ciências Humanas no Ensino Fundamental (História e Geografia) os debates, coordenados pelos dois autores deste trabalho, foram realizados em conjunto. A partir desse fato, este trabalho tem como objetivo realizar um relato crítico da experiência de elaboração das seções de Ciências Humanas, argumentando que a escrita deste documento curricular pode ser vista como uma forma de construir um currículo baseado na democracia e nos direitos humanos mesmo em um contexto de desdemocratização da educação.

Enquanto responsáveis técnicos pela elaboração escrita de tal documento, estávamos conscientes do grande avanço da agenda neoliberal que tinha sido feita na Base Nacional Comum Curricular, cuja elaboração teve forte presença de empresas privadas como a Fundação Lemann, a Gerdau e o Banco Itaú (MACEDO, 2014). Nesse contexto, parte das habilidades e competências presentes na BNCC buscam construir sujeitos voltados para uma sociedade capitalista neoliberal.

Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016), em uma lógica neoliberal os indivíduos em idade escolar são estimulados a tornarem-se sujeitos empreendedores de si. Desse modo, são valorizadas a criatividade, a proatividade, a flexibilidade e a resiliência. Tais conceitos não são, no entanto, entendidos de forma ampla, mas sim voltadas ao mercado de trabalho: resiliência e flexibilidade, por exemplo, para encarar relações precarizadas de trabalho marcadas pela diminuição das leis trabalhistas.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA – UFRGS), Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

² Mestre em Educação e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de história na rede municipal de Guaíba/RS.

Uma vez que tal construção tem eco na Base Nacional Comum Curricular (PEREIRA et al, 2020) e, portanto, ecoa nos documentos estaduais e municipais, cabe perguntar: como ficam as Ciências Humanas nesse contexto? Afinal, a reflexão crítica potencialmente propiciada pelo ensino de História e Geografia não se enquadra em padrões de resultado, produtividade e flexibilidade. Há espaço nesse currículo, por exemplo, para debates sobre a construção sócio-histórica de nossas sociedades e da forma como elas se relacionam com o espaço geográfico?

Pesquisas anteriores têm mostrado que esse avanço da racionalidade neoliberal no currículo brasileiro diminui o espaço do debate e da formação cidadã nas Ciências Humanas. No componente curricular História, por exemplo, os próprios verbos que iniciam as habilidades e competências não dão ênfase ao debate, à crítica e ao diálogo: em vez de debater, criticar e dialogar, como estava proposto na primeira versão da BNCC, fala-se em resumir, esquematizar e comparar (BARZOTTO, 2017).

Esse contexto insere-se no que Wendy Brown (2015) chama de “desdemocratização”, a partir da qual o direito público - no caso deste trabalho, da Educação pública - é invadida pelo direito privado e, aos poucos, a democracia esvazia-se de seu caráter republicano. No caso brasileiro, os movimentos reacionários como o Escola sem Partido e contra a chamada “ideologia de gênero” são exemplos de tal desdemocratização (BARZOTTO, SEFFNER, 2020).

Levando em conta todo este contexto, buscamos conduzir os trabalhos de elaboração do Documento Orientador do Território Municipal de Guaíba de modo que tal debate fosse levado em consideração e avaliado. Para tanto, recebemos auxílio da professora Renata Figueiredo, na época integrante da Secretaria de Educação do município. Vale ressaltar, no entanto, que a maior parte da responsabilidade pelos debates e escrita do DOTG não foi nossa, e sim da Secretaria de Educação do município de Guaíba/RS.

Nesse sentido, grupos de professores foram convidados para tornarem-se os responsáveis técnicos e formadores da BNCC no município - grupo no qual estávamos inclusos. Em um primeiro momento, conduzido pelos assessores pedagógicos da Secretaria de Educação, debatemos em conjunto sobre quais tipos de alunos e de educação buscamos formar. Conforme está pontuado no DOTG, as características predominantes que o grupo buscava desenvolver nos alunos do território municipal são a criticidade, empatia, autonomia e pesquisa (GUAÍBA, 2019a, p. 5).

Feitos esses encontros e debates, os componentes curriculares foram divididos e os professores das redes pública e privada do território foram convidados a debater sobre a escrita das competências e habilidades mínimas a serem desenvolvidas nas escolas guaibenses. Neste momento, os coordenadores de cada área foram responsáveis pela condução dos trabalhos. Buscamos, nesse sentido, construir um diálogo e um debate para a escrita do DOTG que fosse balizada na democracia e nos direitos humanos, colocando-nos contrários às investidas descritas acima.

Nesse sentido, tentando tornar o debate o mais democrático possível, os grupos de História e Geografia trabalharam em conjunto, na medida em que o debate aproximar-se-ia nos dois componentes, inclusive porque muitos dos colegas lecionam ambas as disciplinas. Em seguida, analisamos ponto a ponto das competências e habilidades já propostas de modo a avaliar se haveria adições a serem realizadas.

Além de adicionar características geográficas e históricas do território municipal, optamos por trazer sempre que possível o debate sobre democracia, direitos humanos, intolerância religiosa e questões de gênero, sexualidade e raça no currículo municipal.

Mesmo que tais habilidades e competências não sejam cumpridas por conta da extensão do documento, decidimos enquanto coletivo de professores que a formação do documento dessa forma serviria também como forma de proteção contra ameaças de grupos como o Escola sem Partido, cuja prática está pautada pela ameaça ao trabalho docente (PENNA, 2016).

Um dos exemplos está presente no sexto ano, no qual foi proposto e aceito pelos colegas a inserção da seguinte habilidade “(EF06HI12/GB-01) Comparar as partes da sociedade ateniense com acesso restrito à cidadania com o atual acesso à cidadania, enfatizando as desigualdades do passado e do presente e refletindo sobre desigualdades de gênero, classe e sobre a xenofobia” (GUAÍBA, 2019a, p. 54). Além de inserir os debates sobre gênero, classe e xenofobia, tal habilidade permite que seja feito um debate sobre as (des)continuidades do preconceito e da desigualdade. Além disso, sua presença no documento curricular municipal protege o/a professor/a que queira construir um trabalho nesse sentido. Outro exemplo desse mesmo estilo no componente História é a seguinte habilidade, pensada para o sétimo ano: “(EF07HI12/GB-01) Conhecer e debater sobre o mito da “democracia racial”, enfatizando as dificuldades contemporâneas de acesso equitativo à cidadania” (GUAÍBA, 2019a, p. 62-63).

Outro ponto muito discutido nas reuniões foi o tema dos povos originários e das comunidades quilombolas, que têm presença marcante em todo o território municipal. A discussão entre os professores mostrou a importância de levar esses temas para dentro da sala de aula já nos primeiros anos de ensino, buscando mostrar aos educandos que esses grupos fazem parte da História e da Geografia da cidade de Guaíba. Assim, já no primeiro ano consta: “(EF03GE03RS-4/GB-1) Conhecer e discutir as políticas nacionais de acolhimento das demandas de povos originários e comunidades quilombolas do município de Guaíba” (GUAÍBA, 2019b, p. 28). O tema está presente em todos os anos do Ensino Fundamental, garantindo que a questão seja debatida de forma ampla, mostrando aos educandos que os povos originários e as comunidades quilombolas não são grupos apenas do nosso passado, mas fazem parte da construção do nosso espaço vivido.

A construção de documentos norteadores são extremamente importantes para orientação do ensino na rede nacional, estadual e municipal. Neste sentido, a experiência no Documento Orientador do Território Municipal de Guaíba mostrou que a elaboração desses referenciais precisa ser amplamente debatida entre todos que participam da rede de ensino, na medida que a implementação de ideias de cima para baixo, como a agenda neoliberal que vem sendo imposta à educação, são pensadas com uma lógica econômica e para formação de pessoas que serão inseridas no mercado de trabalho. O debate em torno do DOTG em Guaíba permitiu a discussão e garantiu que temas voltados para uma formação mais cidadã fossem inseridos no documento final. As Ciências Humanas têm um papel fundamental nesse contexto, pois podem contribuir como uma importante arena de debate e reflexão para todos (docentes, discentes, corpo técnico e comunidade escolar).

Palavras-chave: Ensino de História; Ensino de Geografia, Documento Orientador do Território Municipal de Guaíba.

REFERÊNCIAS

BARZOTTO, Carlos Eduardo. **Constituindo um sujeito-histórico: identidades e narrativas (re)criadas nas três versões da Base Nacional Comum Curricular de História (2015, 2016, 2017)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em História, 2017.

BARZOTTO, Carlos Eduardo; Seffner, Fernando. Escola sem Partido e Sem Gênero: redefinição das fronteiras público e privado na Educação. **Revista da FAEBBA**, vol. 29, n. 58, p. 150-167, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/9043>. Acesso em: 03 set. 2021.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUAÍBA. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Orientador do Território Municipal: História**. Guaíba (RS): 2019a.

GUAÍBA. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Orientador do Território Municipal: Geografia**. Guaíba (RS): 2019b.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530- 1555, 2014.

PENNA, Fernando. Programa 'Escola sem Partido': Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M.; MARTINS, M. L. B. (Orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2016, p. 43-58.

PEREIRA, Marcus V. M., TRAVERSINI, Clarice S., MELLO, Darlize T.. "O desafio do dia D é colocar em prática o design thinking" - uma análise da implantação da BNCC na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. **Revista Textura**, Canoas, v. 22, n. 50, pp. 140-164, 2020

AS INGERÊNCIAS DO PODER NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR

Silvana Grunewaldt¹

Neste artigo temos como objetivo refletir sobre algumas relações entre o poder e as transformações ocorridas no ensino de História desde o seu surgimento como componente curricular, especialmente durante o período ditatorial militar brasileiro.

A educação e o conhecimento sempre foram objetos de atenção do Estado—principalmente o histórico. Desde a década de vinte os professores de História conhecem ingerência sobre suas atividades. Nesse período isto era feito através da atuação do supervisor ou orientador pedagógico que tinha o poder de decidir o que poderia e o que não deveria ser ensinado aos alunos, aos quais os professores deviam submissão.

Durante a ditadura militar, os militares, também providenciaram uma grande interferência do Estado na educação, que passou a privilegiar a profissionalização, especialmente no 2º grau. Em curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. Elas teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional. Os governos estaduais tiveram que implementar essas medidas. A aprovação dessa lei no Congresso foi rápida, sem espaço para debate, nem dentro nem fora do Parlamento, conforme costume ditatorial. Essas informações têm como fonte a Agência Senado.

Dentro dessa reforma um dos campos que mais foi atingido foi o das ciências humanas, especialmente o Ensino de História, que se viu drasticamente atingido por um Decreto-lei, que autorizou a implantação de cursos superiores de curta duração. A partir da implantação dos cursos de licenciatura curta surge o curso de Estudos Sociais e as disciplinas de História e Geografia foram juntadas em uma única disciplina, com base em um modelo criado nos Estados Unidos, pós- crise econômica de 1929, quando a educação foi culpada pela crise nos Estados Unidos e seus governantes orientaram esta para os interesses de mercado de uma sociedade industrial, ou seja, um ensino menos intelectualizado e mais voltado para o mercado de trabalho.

Esta inclinação norte-americana teve reflexos aqui no Brasil conforme se observa na lei 5692 e as reformas de ensino decorrentes destas na década de setenta. Ambos visavam a profissionalização em detrimento da formação dos alunos. Essa visão afetou a educação como um todo, mas sobretudo a disciplina de História tradicionalmente conhecida por estimular a reflexão a partir dos conhecimentos históricos e seu potencial de empoderamento social. Assim, os militares investiram na estratégia de desqualificação da disciplina, criando um curso rápido com uma fraca base de formação para substituí-lo: a licenciatura de Estudos Sociais que em um período reduzido garantia diploma em várias disciplinas.

¹ Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Em 1971 o governo lançou a lei que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, de 11 de agosto de 1971, sendo já definido no artigo primeiro do capítulo I a ideia de preparação para o trabalho:

CAPÍTULO I

Do Ensino de 1º e 2º graus

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

No capítulo V trata sobre a formação dos professores e suas competências. Nesse capítulo, o artigo 30 determina que:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

O artigo 30, da lei 5692 de agosto de 1971, exigia para o exercício do magistério no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração. Essa lei foi assinada pelo presidente Emílio G. Médici, por Jarbas G. Passarinho e Júlio Barata. Em 1970, o governo nomeou nove especialistas para elaborar a reforma. O anteprojeto ficou pronto em dois meses. Em junho de 1971, chegou ao Congresso. Em 1971, o governo militar instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, depois de tramitação sumária no Congresso. A Lei 5.692 mudou a organização do ensino no Brasil.

Numa alteração radical, o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização. Em curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. Elas teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional. Os governos estaduais teriam que implementar as medidas. A aprovação no Congresso foi rápida, sem espaço para debate nem dentro nem fora do Parlamento, conforme costume ditatorial. Estas informações tem como fonte a Agência Senado.

Essas modificações desencadeadas pelo governo militar na nova lei de diretrizes e bases afetaram sobremaneira as ciências humanas, em especial a disciplina de História que passou a ser ministrada pelo profissional formado no curso de Estudos Sociais, licenciatura curta, que viria a substituir os profissionais formado nos curso de História e Geografia via portaria nº 790, de 1976, criada pelo Ministério da Educação. Esta portaria determinou que as aulas de Estudos Sociais para o 1º grau, só poderiam ser ministradas pelos profissionais formados em Estudos Sociais, curso que compreendia que as disciplinas de História e Geografia, fossem ministradas por um único profissional formado em Estudos Sociais no primeiro grau. Aos profissionais formados nos cursos de História e Geografia coube pela lei trabalhar somente no ensino de 1º e 2º graus, que

exigia habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena e nas universidades.

A consolidação dos Estudos Sociais em substituição à História e Geografia, durante o governo militar provocaram um esvaziamento nos conteúdos dessas disciplinas, pois o curso de Estudos Sociais representava, inclusive por seu pouco tempo de formação, garantia de pouco preparo frente a ambiciosa formação que pretendia dar e uma desqualificação dos profissionais nesse campo. Além dessas incumbências o profissional de Estudos Sociais recebeu a atribuição, também por decreto-lei, de trabalhar algumas das novas disciplinas que foram incluídas no currículo de forma obrigatória: Educação Moral e Cívica, OSPB, Educação Física, Orientação Educacional, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, O ensino religioso entrou de matrícula facultativa. Ficou responsável por Educação Moral e Cívica, OSPB que ganharam contornos ideológicos e um ufanismo nacionalista destinado a justificar o projeto nacional organizado pelo governo militar implantado no país a partir de 1964. Com isso governo militar pretendia inibir as pessoas de pensar pois tinham claro que a principal função da disciplina de História era formar consciência histórica das pessoas e dar-lhes consciência do seu papel de sujeito histórico e isso não lhes era bem-visto, daí a severa interferência e perseguição a disciplina.

O pouco preparo que o curso de Estudos Sociais proporcionava em seu curto tempo de formação desagradou aos profissionais, principalmente da área de História, que organizaram vários fóruns de debates sobre o tema; na USP, na AGB (Associação dos Geógrafos do Brasil) e na Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). , fazendo com que o movimento de professores ganhasse forças e se estruturando a partir das greves que vão surgindo nos anos de 1978 e 1979.

Essa história foi historicizada por muitos colegas, mas indico como leitura os textos do professor Paulo Hipólito no congresso Eliane Mimesse a obra A Disciplina História nos Anos da Ditadura Militar de Eliane Mimesse e o livro “50 anos da ditadura militar - capítulos sobre o ensino de história no Brasil”. que reúne documentos do período e artigos de nove professores e pesquisadores em 2014, organizado por Maria Auxiliadora Schmidt, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que reúne documentos do período e artigos de nove professores e pesquisadores.

Essa ingerência do governo militar na educação também atingiu o ensino superior com a chamada reforma MEC- USAID de 1968, inspirada nos EUA que introduziu o sistema de departamentos na universidade.

Este artigo foi uma breve explanação sobre a ingerência do Estado sobre a educação, em especial no campo da História na época da Ditadura Militar com o objetivo de atentar para o papel social do ensino de História que, novamente, nos dias atuais, é visada pelo poder. Cabe nos refletir porque tanto esforço para controlar ou retirar carga horária dessa disciplina.

Nos primeiros tempos éramos controlados por orientadores pedagógicos. Não satisfeitos, os militares investiram em um ensino que privilegiasse a profissionalização em detrimento da reflexão. Apostaram em profissionais mal preparados em cursos rápidos com grande extensão de conteúdo. Não bastasse essa desqualificação nas humanas através do curso de Estudos Sociais, criaram as disciplinas de Moral e Cívica e O.S.P.B. para repassar ideias ufanistas sobre seu governo. Essa desarticulação se deu em todos os níveis até o ensino superior com a reforma MEC USAID, mas sempre sofreu o descontentamento dos profissionais da área que se mobilizaram contra as investidas desfavoráveis a disciplina.

Palavras-chave: Poder; Ingerência; História

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula.** 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. **Coletânea de Leis, Pareceres, Decretos-lei, Resoluções e Portarias.** Legislação brasileira do ensino de 2º grau. Coletânea dos atos Federais. Brasília, DEM, 1978

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FONCECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papirus, 1993.

HIPÓLITO, Paulo.

MOREIRA, A. Flávio; SILVA, T. Tadeu. **Sociologia e teoria crítica do currículo:** uma introdução. In: Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

MIMESSE, Eliane. **A Disciplina História nos Anos da Ditadura Militar.** Amazon, 2014. Abud, Kátia “50 anos da ditadura militar NIKITIUK, Sonia M. Leite (org). **Repensando o ensino de história.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & Abud, Kátia (org.s) **50 anos da ditadura militar,** 2014.

Decreto-lei nº 547 de 18-4-1969 – C.F.E.

Lei 5692\71

Entrevistas:

Elisabeth Funguetto, (1991)

Félix F. Tonetto, (1991)

Ilizete F. Alves da Silva, (1991)

Janete Eliane Rudke, (1991)

Paulo Sérgio Rodrigues, (1991)

Rosane Batista, (1991)

PROFESSOR DE HISTÓRIA E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO

Stéphane de Souza Martins²
Juliana Alves de Andrade²

Resumo: A pesquisa a ser apresentada partiu do relatório final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) por meio do projeto intitulado “(COM)Prova: investigando concepções, perspectivas, processos e práticas de avaliação da aprendizagem na área de história”. Entre relatos e discussões teóricas de contato com o projeto, inicialmente foi pretendido, a partir da pesquisa bibliográfica, definir o que significa Avaliação da Aprendizagem, para que através das entrevistas realizadas, fosse identificado quais os aspectos norteadores da Avaliação na disciplina de História no Ensino Médio, analisando como, quando, para que e o que se avalia em sala de aula. Algumas destas reflexões desenvolvidas neste relatório, contribuíram para uma compreensão epistemológica com o sentido de desenvolver uma nova postura avaliativa, sendo necessário “desconstruir e reconstruir a concepção e a prática da avaliação e romper com a cultura da memorização, classificação, seleção e exclusão tão presente no sistema de ensino” (JANSSEN, 2004, p.16). As entrevistas foram realizadas junto a alguns professores do Ensino Médio de escolas do Recife-PE escolhidas a partir dos dados de desempenho disponibilizados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A cultura avaliativa vem a se consolidar no cenário nacional, numa dimensão macrossocial e propondo a análise de desempenho das escolas brasileiras, quando o Estado brasileiro assume a função de regulador e controlador da educação. Assim desenvolvendo processos avaliativos que abarcam todos os segmentos estudantis brasileiro, a exemplo do ENEM, que é uma prova de caráter geral que “visa teoricamente subsidiar a formulação de políticas em educação e o acompanhamento da qualidade” (CRUZ & MONTEIRO, 2004, p.189). Levando os pesquisadores a crer que, com a drenagem dos recursos voltados a educação, o método de avaliar a qualidade desta viessem a ser efetivado por meio desses exames em larga escala que tratam da dinâmica avaliativa de uma educação globalizada, sendo tipificada através de uma avaliação qualitativa traduzida em habilidades e competências genéricas.

Sendo o projeto significativamente produzido de acordo com alguns relatos de vivências e experiências em sala de aula, levamos a nortear a pesquisa com algumas perguntas como: o que se entende por avaliação da aprendizagem? Como o professor avalia seus alunos? Como se constrói os processos avaliativos, incluindo métodos e critérios, considerando que o que se é prometido muitas vezes se distancia do que se é realizado? Qual seria a avaliação que mais se aproxima do ideal para o Ensino Médio, dado que são alunos com foco para o acesso ao Ensino Superior? Como mudar a realidade imposta pelos órgãos que buscam padronizar o ensino competitivo e seletivo, visto que nada se transforma de uma hora pra outra, exigindo não somente uma transformação da

² Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), participante do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, educação e culturas (NEPHECs). E-mail: martins23ste@gmail.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória (UFPE/UFRPE) e professora pelo Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Culturas (NEPHECs). E-mail: juliana.alvesandrade@ufrpe.br

estrutura física, mas como em todas as engrenagens dos processos de ensino/aprendizagem? Os professores são influenciados por suas memórias avaliativas? Quais os impactos sociais causados pelas formas de se avaliar no Ensino Médio? Buscando não ignorar a heterogeneidade de uma sala de aula.

É inegável e discutível a construção do currículo no Ensino Médio, levando-se a crer que as normas estabelecidas estão conectadas e tem por base o ENEM. Porém nem tudo o que contém no programa curricular, ou o que se é avaliado no ENEM, é ensinado apropriadamente, levando a uma transferência de conhecimento que enclausura os estudantes no aprender apenas para o exame, deixando de lado o cotidiano e seus espaços de memórias históricas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) trazem a liberdade que o professor precisa para montar suas aulas, desde que estejam de acordo com as normas pré-estabelecidas. Cabendo aqui falarmos sobre uma liberdade, mas uma liberdade limitadora, visto que os PCNEM são normativos e de certa forma contribuem para uma avaliação classificatória (CERRI, 2004, p.219).

O êxito ou o fracasso escolar considera o peso do meio social, que é onde se forma a cultura e a identidade que o estudante resolve tomar para si (PERRENOUD, 1999, p.15). Pertencendo este fato ao início do papel da avaliação no ensino de história, de modo a considerar essas heterogeneidades. Deveríamos nos questionar, enquanto professores da disciplina: como os alunos aprendem história? Visto que a finalidade da construção de uma prática pedagógica, é a de que seja eficiente e que favoreça os alunos como um todo, sem que sejam excluídos das diferenças, sendo estas a partir do pensamento eurocêntrico o objeto de conhecimento “diversidade”, ditas “ruins” no trâmite da dicotomização da aprendizagem. Mas, posteriormente ao ato de ensinar, deveríamos questionar também como avaliar a aprendizagem da prática, para saber se o aluno compreendeu realmente ou se apenas participou de um processo de reprodução do conhecimento?

Algumas práticas pedagógicas tradicionalistas provoca a desvalorização da disciplina de História, sugerindo que o ensino seja baseado na memorização e cristalização de conhecimentos, não podendo existir debate ou opinião convergente. Para alguns professores a história é factual e dos grandes heróis, essa ideia vem sendo superada pelas diversas novas formas de se aprender e avaliar o aprendizado em história a partir da vivência de cada aluno.

A educação escolar não é apenas fruto do conhecimento acadêmico, mas é também parte que carrega influência de saberes populares, e que anda junto a micro-história promovendo didáticas de ensino que reestabelecem novas formas de aprendizagem. Isso só prova que a história pode ser contada de diversos ângulos e a partir de diversas metodologias. Basta apenas perceber que para ensinar história não devemos apenas apresentar as narrativas esperando que o aluno se volte para apenas um ponto de vista, temos que apresentar a construção dessa narrativa com destino a um conhecimento crítico, além de protagoniza-los e leva-los ao conhecimento social que os envolvem, provocando-os para que tirem suas próprias conclusões e construam seu saber histórico. Pois, só apenas ensinar através de uma narrativa única e factual, constrói um sentimento de identidade, mas não faz com que se mude a visão do ensino deturpado da história.

Avaliar a aprendizagem desses alunos equivale a também ensiná-los sem ignorar o conhecimento pré-adquirido, além de investigar sem julgamentos, visto que passam por um processo pedagógico, onde as diferenças são postas em diálogos para serem discutidas produzindo um processo mais democrático e menos moldado na classificação (ESTEBAN, 2004, p.91). E como afirma Perrenoud (1999, p.13): “Não se avalia por avaliar, mas para fundamentar uma decisão”.

No que concerne a definição da Avaliação da Aprendizagem trabalhamos, como base teórica, com autores que buscam destacar qual a relação de uma avaliação significativa com o cotidiano escolar e qual a importância da mesma na concepção mais recente da prática pedagógica, em que pretende-se ressaltar a heterogeneidade e as vivências individuais dentro da sala de aula. Para além disso, procuramos entender a avaliação como um negócio, não tendo um fim em si, mas fazendo parte de um processo de funcionamento didático que permite não somente selecionar, mas orientar permitindo um controle da aprendizagem dos alunos (PERRENOUD, 1999, p.13).

As pesquisas que serão apresentadas, fazem parte de um processo de análise da fala de professores entrevistados por vídeo-chamadas devido a atual situação de pandemia do COVID-19. Com essa pesquisa, esperamos contribuir com as reflexões propostas pelo campo do ensino de história, ampliando as discussões e os estudos sobre avaliação da aprendizagem, bem como problematizando as transformações vivenciadas pelos professores nas práticas de avaliação. Na prática, estamos procurando saber o que muda, quando se adota novas maneiras de avaliar, sem uma proposta pedagógica comprometida com o democrático.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem; Ensino Médio; Ensino de História.

REFERÊNCIAS

CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. **Revista Brasileira de História**, v. 24, nº 48, p.213-231, 2004.

CRUZ, Fatima Maria Leite; MONTEIRO, Carlos Eduardo Ferreira. Os processos de ensino e de aprendizagem e o contexto avaliativo no ENEM. In: CRUZ, Fátima Maria Leite. (Org.). **Teorias e práticas em avaliação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p.177-199.

SILVA, Janssen; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. (Orgs.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2004, p.7-18/81-92

PERRENOUD, Philippe. A avaliação entre duas lógicas. In PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999, p. 9-23.

“NO CAMINHO DA LUZ, TODO MUNDO É PRETO”: “PRINCIPIA” DE EMICIDA E A (RE)ESCRITA DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Thales Ferraz Silva¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir e apresentar, a partir da perspectiva do Atlântico Negro, de Paul Gilroy (2001), as possibilidades da utilização da música como recurso para o Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira, tomando como referência a canção “Principia²” do *rapper* paulistano Leandro Roque de Oliveira, mais conhecido como Emicida. A escolha da referida música deveu-se ao fato de sua letra possuir grande potencial pedagógico a ser trabalhado em sala de aula, em especial, por tratar de temas que abordam episódios da História da África e da população negra no Brasil, tais como os problemas enfrentados por estas (violência urbana, estatal e econômica), ao mesmo tempo que traz suas formas de resistência, expressões culturais e diversidade religiosa. Segundo Gláucia Quênia Bezerra de Lima (2019)

A História da África ainda é muito pouco explorada porque, de fato, pouco se sabe sobre este continente. Ao mesmo tempo em que há a necessidade de estudá-la porque o Brasil é sua extensão na cultura, tradição e forma de comunicação, o mundo também carrega herança africana e desconhece (LIMA, 2019, p. 196).

Seguindo essa visão, Toyin Falola (2007) nos diz que “as Humanidades devem [se] redefinir, colocando o que é africano no centro. Onde outros vêem barbarismo e caos, temos de ver alguma outra coisa” (FALOLA, 2007, p. 22). Ao problematizar a História em suas músicas, o *rapper* Emicida nos oferece um instrumento que pode ser convertido em um importante recurso didático-pedagógico, capaz de ser utilizado de modo a contribuir significativamente para a (re)construção do conhecimento histórico no cotidiano escolar. A música em questão pode conduzir educadores/as e educandos/as à uma “redescoberta” da África, ao questionar as versões homogeneizadoras e “únicas” acerca daquele continente, apontando para a produção de novos olhares ao ressaltar as raízes históricas das desigualdades sociais e do racismo que atingem as populações negras, dando visibilidade à diversidade e valorizando a beleza da ancestralidade africana. Quando ouvimos falar da África, geralmente somos apresentados a um continente marcado por misérias, guerras étnicas, instabilidade política, doenças, fome e falência econômica. O racismo, a escravidão e o colonialismo foram definidores da ideia de África que conhecemos. Porém, estudar este continente vai muito além de partir desse sistema que violou todos os direitos humanos até hoje.

Como aponta Chimamanda Ngozi Adichie (2019) a “história única da África veio, no final das contas, da literatura ocidental” (ADICHIE, 2019, p. 10). Ainda segundo a autora, “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a

¹ Graduando do curso de História Licenciatura, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista CAPES no Programa Residência Pedagógica História/UFSM.

² Emicida - Principia - Ao Vivo part. Pastor Henrique Vieira. 9m38s. Disponível em: <https://youtu.be/h8gotN_Na28>. Acesso em: 24 set. 2021.

única história” (ADICHIE, 2019, p. 13), impossibilitando que associemos a África à antítese dessas ideias generalizantes, como um território plural, formado por um sem-número de nações, organizadas de diversas formas sociais, culturais políticas e religiosas ainda muito antes da chegada dos colonizadores europeus.

Nesse sentido, o pensador inglês Paul Gilroy (2001), no terceiro capítulo de “O Atlântico Negro” (Jóias trazidas da servidão: música negra e a política da autenticidade) aborda com êxito a importância da música na Diáspora Africana. Segundo este autor, as expressões artísticas são poderosos instrumentos de comunicação e disseminação cultural.

Examinar o lugar da música no mundo do Atlântico negro significa observar a autocompreensão articulada pelos músicos que a têm produzido, o uso simbólico que lhe é dado por outros artistas e escritores negros e as relações sociais que têm produzido e reproduzido a cultura expressiva única, na qual a música constitui um elemento central e mesmo fundamental (GILROY, 2001, p. 161).

Ademais, trabalhar com música pode vir a aproximar professores/as e alunos/as na medida em que contribui para o conhecimento da bagagem cultural dos últimos, ou seja, daquilo que estes consomem e produzem em termos culturais, uma vez que a música - assim como outras linguagens - tem o poder de despertar nos discentes o interesse pelas aulas. Segundo Dener Santos Silveira e José Ricardo Marques dos Santos (2018)

No Brasil, nas duas últimas décadas, a cena musical negra ganhou importância com uma estética excêntrica. O adjetivo excêntrico não é aleatório. Para Paul Gilroy, a expressão excêntrica classifica os músicos produtores de música afro-brasileira como parte de uma casta distinta de intelectuais orgânicos com sortilégios sacerdotais, que atuam no campo da música desde o século XIX e avançam os anos com força ainda mais intensa (SILVEIRA; SANTOS, 2018, p. 180)

Sendo assim, acreditamos que a música afro-brasileira se mostra como metodologia cultural de interpretação de sentidos, adquirindo características de identidade e não apenas de entretenimento. *Rappers*, como Emicida, fazem músicas que não são apenas poesias, mas contestam o sistema com letras politizadas que não atraem apenas o público negro, e, por estarem ligados a movimentos sociais, acabam sendo relacionados e citados por ativistas e tendo frases de suas canções usadas como palavras de luta e resistência.

“A música é só uma semente”: melodia leve e crítica pesada

Com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que versam sobre a valorização da História Africana e Afro-Brasileira e indígena, a educação brasileira ganhou um novo olhar e uma nova perspectiva a partir do reconhecimento oficial de “novos” sujeitos da História. Logo, a música “Principia” pode vir a contribuir muito para que um ensino-aprendizagem em concordância com tais leis ocorra de forma satisfatória, não só no Ensino de História, mas principalmente nele.

Analisando o papel da música na formação da consciência histórica de alunos e professores, Milton J. Duarte (2013, p. 211) ressalta que “o grande desafio do pesquisador é mapear os sentidos embutidos numa obra musical, bem como as suas formas de inserção na sociedade e na história”. Ainda segundo o mesmo

a consciência musical tem uma função prática que confere à realidade direção temporal, orientação que pode guiar intencionalmente a ação por meio da mediação da linguagem musical, auxiliando na construção da memória histórica e, conseqüentemente, na formação da consciência histórica [...] (DUARTE, 2013, p. 217)

Com a participação do Pastor Henrique Vieira, a música “Principia” abre o álbum “AmarElo” (2019) dando o tom da proposta de Emicida: em meio à melodia suave, fala de questões sociais, diversidade religiosa e de um Brasil que convive lado a lado com a violência contra as minorias. “Paz é reparação, paz não se constrói com tiro”, talvez seja um dos seus versos mais importantes.

Antes mesmo de a canção começar, o *rapper* nos conta sobre sua primeira viagem para a África, quando um amigo o leva ao Museu da Escravidão em Angola. Ele segue, dizendo que naquele lugar tinha uma pia, e estava escrito um texto na parede que era mais ou menos assim: “foi nessa pia que os negros foram batizados e através de uma ideia distorcida do cristianismo, eles foram levados a acreditar que eles não tinham alma” (EMICIDA, 2019). A partir dessa introdução já podemos começar uma boa aula de História da África e da Cultura Afro-Brasileira.

Nações em declive na mão desse Barrabás
Onde o milagre jaz
Só prova a urgência de livros
Perante o estrago que um sabre faz
Imerso em dívidas ávidas
Sem noção do que são dádivas
No tempo onde a única que ainda corre livre
Aqui são nossas lágrimas
E eu voltei pra matar, tipo infarto
Depois de fazer renascer, estilo parto
Eu me refaço, farto, descarto
De pé no chão, homem comum
Se a bênção vem a mim, reparto
Invado cela, sala, quarto
Rodei o globo, hoje eu tô certo de que
Todo mundo é um (EMICIDA, 2019).

Após contar sobre sua experiência no Museu da Escravidão, Emicida afirma que sua missão é, a partir de então, cada vez que pegar em uma caneta e em um microfone, devolver a alma de cada um de seus irmãos e de suas irmãs que um dia sentiram que não tinham uma (EMICIDA, 2019), é disso que se trata o trecho citado. Na nossa leitura, o *rapper* propõe uma (re)escrita da história das populações negras que atravessaram o Atlântico entre os séculos XVI e XIX, arrancadas à força de suas terras para trabalhar em regime de escravidão. E essa história deve ser reescrita, visto que ela foi mascarada, camuflada, desfigurada e mutilada pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, o continente africano presenciou gerações de viajantes, traficantes de escravizados, missionários e exploradores de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente daqueles explorados quanto o futuro (os processos que o invadiram posteriormente, os quais se tem marcas até hoje).

Quando fala que voltou para matar “tipo infarto” entendemos que Emicida pretende contestar a história tradicional, branca e eurocêntrica; ao passo que, quando fala em renascer “estilo parto”, lemos que pretende fazer com que surja uma nova história, salientando o protagonismo afro-atlântico. Evidentemente, não se trata de construir uma “história-revanche”, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, como aponta o historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo (2010), mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens esquecidas, invisibilizadas ou perdidas. Ainda segundo Ki-Zerbo

A história da África é pouco conhecida. Quantas genealogias mal feitas! Quantas estruturas esboçadas com pontilhados impressionistas ou mesmo encobertas por espessa neblina! Quantas sequências que parecem absurdas porque o trecho precedente do filme foi cortado! Esse filme desarticulado e parcelado, que não é senão a imagem de nossa ignorância, nós o transformamos, por uma formação deplorável ou viciosa, na imagem real da história da África tal como efetivamente se desenrolou. Nesse contexto, não é de causar espanto o lugar infinitamente pequeno e secundário que foi dedicado à história africana em todas as histórias da humanidade ou das civilizações (KI-ZERBO, 2010, p. 32).

Podemos perceber, assim, o quão rica essa canção é em elementos da História e cultura afro-atlântica, retratando não só como é o cotidiano de uma pessoa negra em qualquer localidade periférica dos dois lados do Atlântico, mas relacionando esta condição ao passado escravista e, em especial, aos grandes movimentos e lutas sociais que envolveram a figura do negro na história do chamado Atlântico Negro.

Como representante do *rap*, Emicida sabe a que se propõe esse estilo e sempre ressalta a importância da identidade do jovem brasileiro, sobretudo o negro. Talvez nenhum outro estilo musical esteja tão carregado dessa bagagem política quanto o *rap*, uma vez que este traz à tona a questão racial, convidando a sociedade brasileira à discussão de uma temática que precisa ser enfrentada por todos os cidadãos, instituições sociais e religiosas e pelo sistema educacional. Segundo Gilroy (2001) o *rap* “acaba por ser um retrato de adolescentes que, de volta ao seu quarteirão, resistem aos processos genocidas do centro da cidade por meio do poder redentor de sua arte racial autêntica” (GILROY, 2001, p. 219-220). Tendo sua forma nascida da confluência de aspectos da cultura negra africana e das condições diaspóricas, o *rap* opera como crônica da realidade e, ao mesmo tempo, como vocalização de críticas das populações negras periféricas.

Por fim, de maneira breve e sucinta, procuramos refletir como “*Principia*” pode contribuir significativamente para o Ensino de História, visto que a canção tem um potencial pedagógico, histórico e problematizador extremamente rico. O artista segue uma lógica que atrai o público – não apenas um público negro – pela sua melodia leve e calma, ao mesmo tempo que sua letra é extremamente pesada e crítica, podendo render, assim, ótimas discussões em uma aula de História da África e Cultura Afro-Brasileira, pois estes estudos precisam ocupar seu lugar de direito que foi “roubado” pelo colonialismo europeu. Para isso, é imprescindível que os/as pesquisadores/as das Humanidades não resumam a história da diáspora africana à escravidão. Esta é apenas um recorte negativo que, infelizmente, se fixou muito mais no imaginário histórico brasileiro por meio de um trabalho muito bem-feito pelo homem branco, de forma que o próprio brasileiro e afrodescendente – que muitas vezes tem dificuldade de se reconhecer

como descendente de africanos – não acredita ou desconhece a riqueza cultural, científica e moral que o continente africano possui.

Palavras-chave: África; Cultura Afro-Brasileira; Ensino de História.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DUARTE, Milton Joeri Fernandes. Música e construção do conhecimento histórico em sala de aula. In: SILVA, Marcos (Org.). **História: que ensino é esse?** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2013.

FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África, **Afro-Ásia**, 36, 2007, p. 9-38. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21139/13727>>. Acesso em: 24 set. 2021.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África: metodologia e pré-história da África**. 2 ed., Vol. I. Brasília: UNESCO, 2010.

LIMA, Glaucia Q. Bezerra. A importância da África para a História do Brasil. **Revista de História Bilros**. Fortaleza, v. 7, n. 14, p. 194-212, jan./abr., 2019. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=3107>>. Acesso em: 24 set. 2021.

PERCILIANO, Michele. No ritmo e na poesia: o rap e o hip hop como estratégia didática para o ensino de história da África e Cultura Afro-Brasileira. **VIII Congresso Internacional de História**. 2017, p. 1341-1348. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3884.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2021.

SILVEIRA, D. S.; SANTOS, J. R. M. O momento da música da diáspora africana. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**. Bahia, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4297>>. Acesso em: 24 set. 2021.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A QUESTÃO DA PALESTINA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Vitória Miron Husein¹

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores²

Desde meados do século XX o genocídio palestino está em curso. O processo que instaurou e que sustenta até os dias atuais o ilegítimo Estado de Israel é perpassado por ideais de limpeza étnica e racismo. Tendo em vista a história da Palestina, perpassada por lutas, resistência, violência e exploração, o seguinte trabalho é uma pesquisa inicial que objetiva entender como esta está sendo tratada no Ensino Médio brasileiro. É um trabalho de diagnóstico, a fim de entender se existe um ensino coerente ou deficiente a respeito dessa temática em sala de aula, na disciplina de História. Nossos objetivos são, além de realizar um diagnóstico, pensar em possibilidades para abordar a questão em sala de aula e também, apontar lacunas/questões para futuras pesquisas sobre o assunto.

Para realizar essa pesquisa foi feito um formulário Google com sete questões, sendo 6 delas, obrigatórias. As questões visam entender como a Questão da Palestina foi mencionada em sala de aula no Ensino Médio, ou se sequer foi. O público alvo deste formulário, foram quaisquer pessoas que tivessem concluído o Ensino Médio no Brasil. Além da caixa de informação pessoal (e-mail, caso o participante quisesse receber a pesquisa pronta, posteriormente), constavam no formulário as seguintes questões: Você concluiu o Ensino Médio no Brasil? Você estudou em colégio privado ou público? Durante seu Ensino Médio, na disciplina de História, você estudou sobre a Palestina? Durante o Ensino Médio, na disciplina de História, você aprendeu o que é sionismo? No Ensino Médio, na disciplina de História, você aprendeu sobre o genocídio do povo palestino? Se você aprendeu sobre a Palestina durante seu Ensino Médio na disciplina de História, descreva brevemente quais os aspectos da história da Palestina foram abordados. Caso não tenha tido nenhum contato ou não lembre como este conteúdo foi dado na disciplina de História durante o Ensino Médio, apenas responda "não me recordo"/"sem contato".

Participaram desta pesquisa 56 pessoas. A partir da bibliografia de apoio que trata sobre a Questão da Palestina e do quórum que compõe a pesquisa, pretende-se fazer uma análise inicial sobre a temática no ensino de História. Pretende-se levantar questões sobre a Questão da Palestina no ensino de História e diagnosticar, a partir dos resultados a deficiência ou não dessa temática no Ensino Médio.

Edward Said (2012) ressalta que durante centenas de anos a Palestina foi habitada por um povo pastoril que tinha língua, política, cultura e economia identificáveis (árabes e muçulmanos). Lá também havia cristãos e judeus; o autor usa dados de censos da época e nos mostra que em 1822 apenas 10% da população lá era judia. Porém, é importante lembrar que existiam vários judeus vivendo espalhados pelo mundo, devido à Diáspora judaica que ocorreu em 135 d.C (Soares, 2004). Por existir um contingente de judeus em lugares diferentes, no século XIX inicia-se um movimento pela reintegração deste povo,

¹ Graduanda do curso de História/Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES pelo programa de Residência Pedagógica. Participante do Grupo de Estudos Pós-Abolição (GEPA). E-mail para contato: vitoriamiron@gmail.com

² Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail para contato: mariclio@yahoo.com.br

buscando a construção de um lar próprio para eles. Assim surge o sionismo, a partir da ideia de que teria que se criar uma nacionalidade judaica, visto que o povo judeu estava espalhado e lhes faltava a unidade de uma nação; ou seja, este movimento pretendia criar um lar judeu para o povo judeu. A escolha do lugar onde deveria ser erguido este lar judeu teve motivações bíblicas. Segundo Soares, o nome sionismo origina-se pois pretendiam construir o estado judeu na região do monte Sion, em Jerusalém na Palestina, por isso “sionismo”. Originou-se assim no final do século XIX, o movimento sionista. De forma prática e objetiva, o sionismo se mostrou uma ideologia excludente por si só. A defesa da criação de um estado exclusivo para judeus se deu através de um viés supremacista de cunho racial (utilizando-se do pretexto religioso, pois acreditavam que eram a raça escolhida). Segundo Said (2012), o sionismo acabou com a harmonia que existia entre os povos que viviam na palestina antes do século XX, pois pregava a superioridade do povo judeu frente à “barbárie” dos árabes muçulmanos. O sionismo levou para essa região um projeto colonial de repulsa aos árabes sob pretexto da civilidade e superioridade europeia

A história que está por trás da consolidação do Estado de Israel está repleta de nuances complexas e que merecem atenção, pois além de atentarem contra a vida do povo palestino, reverberam na atualidade. Israel é um Estado que considera religião, uma nacionalidade. Exclusivista por si só, este estado racista limita a cidadania e cria um sistema de apartheid. Mesmo após a expulsão e morte sistemática de grande parte da população árabe muçulmana na palestina, ainda existem árabes palestinos que vivem em Israel; o grande porém é que estes árabes palestinos não têm os mesmos direitos que os judeus, mesmo tendo nascido naquele território. Este eco das bases racistas e violentas da ideologia que construiu o Estado de Israel pode ser visto com mais nitidez por exemplo na atual situação pandêmica: além de existir discrepância entre a vacinação dos israelenses e palestinos, o exército israelense por vezes bloqueou a chegada de vacinas em territórios palestinos.

Após apresentar um breve panorama da Questão da Palestina, e entendermos algumas de suas nuances, vamos analisar os dados que o formulário nos forneceu. Os participantes da pesquisa são pessoas que já concluíram o Ensino Médio no Brasil. 29 deles (51,78%) estudaram em colégio público, enquanto 27 (48,21), em instituições privadas. Para a pergunta “Durante seu Ensino Médio, na disciplina de História, você estudou sobre a Palestina?”, 39 pessoas (69,6%) responderam NÃO, enquanto 17 (30,4%) que SIM. Já na questão “Durante o Ensino Médio, na disciplina de História, você aprendeu o que é sionismo?”, 46 participantes (82,1%) responderam que NÃO e 10 (17,9%) que SIM. Na penúltima questão, os resultados são alarmantes; para a pergunta “No Ensino Médio, na disciplina de História, você aprendeu sobre o genocídio do povo palestino?”, apenas 3 participantes (5,4%) responderam que SIM, enquanto a esmagadora maioria de 53 pessoas (94,6%) respondeu que NÃO aprendeu no Ensino Médio que aconteceu/acontece um genocídio com o povo palestino.

A partir destes dados, um questionamento pode ser levantado: qual a abordagem que está sendo utilizada em sala de aula pelos professores de História para falar sobre a Palestina? Pensemos o seguinte: 17 participantes da pesquisa confirmam ter aprendido sobre a Palestina nas escolas, porém apenas 10 dizem ter aprendido sobre o que é sionismo, e pior ainda, somente 3 pessoas afirmam ter aprendido sobre o genocídio palestino em sala de aula. A partir do fato de que os dados mostram números substancialmente menores para ter aprendido sobre sionismo e genocídio palestino, podemos deduzir que a abordagem que está sendo utilizada para o ensino desta temática,

em alguns casos, talvez não seja a mais adequada. Após a apresentação da temática feita no início deste trabalho é nítido que falar sobre a história da Palestina sem mencionar o sionismo, racismo e limpeza étnica é deixar uma lacuna gigantesca, e que pode trazer problemas.

Este questionamento que levanto é, sem delongas, solucionado. Na última questão, que era dissertativa, onde os participantes deveriam descrever brevemente como foi abordada a Questão da Palestina em sala de aula, 32 participantes (57,14%) responderam que não tiveram nenhum contato com essa temática na disciplina de História, (19 delas estudaram em escola pública, enquanto 13 em instituições privadas); 11 (19,64%) participantes relatam que viram o conteúdo, porém não se recordam sobre como foi abordado. Porém, os outros participantes (23,22%) mencionam brevemente como a temática foi trazida e em grande parte dos casos, falam que foi de maneira superficial; de acordo com os relatos, em alguns episódios a abordagem do conteúdo foi bem problemática, pendendo para a defesa do estado segregacionista de Israel.

Fica nítido que a Questão da Palestina é pouco abordada, e quando é, geralmente são tratadas questões referentes à economia ou Relações Internacionais, sem tocar no viés social, político e humanitário da temática. A partir destes dados, podemos começar a enxergar que talvez exista uma deficiência no ensino dessa temática, pois até mesmo quando é abordada em termos econômicos, a questão do colonialismo (que gera interferências diretas na economia, sociedade, política, cultura, etc.) nem sempre (quase nunca, segundo os dados encontrados) é exposta.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está regulamentado o ensino de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, integrando as disciplinas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia, na etapa do Ensino Médio. Ao realizar a pesquisa, alguns participantes comentaram na última questão que haviam entrado em contato com a temática, porém não na disciplina de História, e sim nas disciplinas de Geografia ou Sociologia.

Compreendemos que a Questão da Palestina é uma realidade fortemente inserida no contexto da Geopolítica, justamente por existir sobre ela, alianças internacionais de longo prazo para assegurar uma ordem específica de poder: a dominação de um grupo sobre o outro, a legitimidade do Estado de Israel e o constante encaminhamento de diversos recursos para este (Mearscheimer. Walt. 2006). É do interesse de diversas potências manter o Estado de Israel como um aliado no Oriente Médio. Além disso, é extremamente importante que o conteúdo também seja tratada na disciplina de Sociologia, a fim de discutir questões de relativismo cultural, racismo, limpeza étnica, etc. sobre o viés sociológico. Porém, apesar de entendermos a importância de abarcar esta temática no ensino da geopolítica e na sociologia, para a elucidação do genocídio palestino, dos processos que levaram à Nakba em 1948, relações internacionais de poderes e entre outras, a História da Palestina deve ser trabalhada também na disciplina de História. O ensino de História poderá trazer outras dimensões para este conteúdo tão urgente. A urgência do ensino desta temática vem justamente do fato de ser um dos maiores genocídios em curso atualmente, e que remonta ao início do século XX, perpassando muitos anos de exploração e resistência. História é a disciplina que pode (e deve) explicar temáticas como a Questão da Palestina em forma de processos, devidamente colocados em seu tempo histórico e demonstrando como as consequências desses processos reverberam em nossa sociedade atual. Além disso, segundo a BNCC, as disciplinas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas precisam instruir os alunos de maneira a fazê-los “identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e

violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.” A História da Palestina é uma temática importante e pertinente para trabalhar estes aspectos supracitados tendo em vista toda a violência, exploração, desapropriação que sofreram os palestinos frente à constante violação de direitos humanos e crimes contra a humanidade cometidos pelo Estado de Israel (Pappé, 2016). Cabe à disciplina de História trazer esta dimensão da humanidade dos palestinos, da resistência deste povo frente ao terror sionista.

Esta pesquisa é um diagnóstico muito inicial. Em próximas análises, convém refinar os filtros, como por exemplo pesquisar como a Questão foi abordada em diferentes períodos no Ensino Médio

Palavras-chave: Educação. História. Palestina.

REFERÊNCIAS

PAPPÉ, Ilan. **A Limpeza Étnica da Palestina**. Tradução de Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

SAID, Edward. **A Questão da Palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. SOARES, Jurandir. **Israel x Palestina: as raízes do ódio**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

MEARSHEIMER, John. WALT, Stephen. O Lobby de Israel.. **Novos Estudos**, v. 76, p. 43-73, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000300003>>. Acesso em: 13 09. 2021.

LOSURDO, Domenico. A tragédia do povo palestino. In: **Colonialismo e luta anticolonial**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 31-43.

6. Barreiras e muros: migrações e fronteiras em análises e perspectivas históricas

O presente simpósio possui como objetivo abarcar e discutir os processos migratórios nas suas mais diversas especificidades como imigrações e emigrações. Nesse sentido, busca-se o levantamento e as discussões acerca das migrações e seus papéis nos processos históricos, relacionando-os com as diferentes abordagens historiográficas. Desta maneira, a temática da fronteira nos possibilita visualizar e analisar as relações humanas com as diversas demarcações, sejam elas físicas, políticas ou imaginárias, possibilitando uma ampla abordagem da temática. Nessa perspectiva, há a necessidade de compreender a importância dessas temáticas e como elas se relacionam historicamente, buscando perceber suas aproximações e divergências. Sendo assim, busca-se a compreensão desses processos na formação das sociedades e na construção das identidades nacionais.

TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO FRONTEIRIÇA DE RAFAEL CABEDA: HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS DE ESTUDO

Angelita Rubin¹
Maria Medianeira Padoin²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar na historiografia existente sobre a Revolução Federalista (1893-1895) e estudos de trajetórias de líderes federalistas, além da análise das fontes, elementos indicativos da atuação de Rafael Cabeda no espaço fronteiriço platino³. Como amigo de Gaspar Silveira Martins e seguidor fiel do projeto político do Partido Federalista, Rafael Cabeda não é uma figura estudada de maneira aprofundada na historiografia sobre o tema. Dessa forma, amparando-se na bibliografia elencada sobre outros líderes da Revolução e na documentação selecionada, se pretende apontar a relevância da figura de Cabeda para a organização logística e militar dos federalistas no contexto da Revolução. Ademais, se pretende indicar alguns aspectos chave da trajetória de vida de Cabeda para a compreensão de sua atuação durante essa importante conjuntura, somando aos estudos de outras lideranças federalistas que auxiliam na complexificação do conflito e de suas dinâmicas.

Ângelo Cavada⁴ nasceu no Principado de Astúrias, na Espanha, tendo emigrado para o sul do Brasil em meados do século XIX, estabeleceu-se em Santana do Livramento construindo as bases de sua fortuna e de sua relevância na comunidade. Uniu-se em matrimônio com Maria Rafaella Pires, de importante e tradicional família; fruto da união, nasceram Carmen Cabeda, Rafael Cabeda, Francisco Cabeda e Hipólito Cabeda. Ivo Caggiani (1996) demonstrou brevemente a construção de prestígio e da fortuna de Ângelo Cabeda na cidade de Santana do Livramento, relevância esta que foi aproveitada e herdada pelo filho Rafael.

Rafael Cabeda nasceu em 16 de maio de 1857, sendo batizado na Matriz de Santa Ana no ano seguinte. Com nove anos foi enviado para Rio Grande a fim de fazer os estudos preparatórios no Colégio União; partindo em 1869 para a Alemanha, onde continuou seus estudos por mais oito anos. Em Hamburgo adquiriu o grau de perito mercantil e correspondente comercial em cinco idiomas, sendo que em 1877 partiu para Liverpool na Inglaterra, tendo trabalhado por cerca de dois anos no Escritório Comercial da firma Proudfort Hall & C^a. Ao retornar para o sul do Brasil em 1876, uniu-se ao seu cunhado David Silva a fim de dar continuidade aos negócios do seu pai na casa comercial que passou a ser chamada de “Silva & Cabeda Filho”.⁵

¹ Graduanda em História Bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Bolsista PIBIC/CNPq 2021. Membro do Grupo de Pesquisa História Platina: Sociedade, Poder e Instituições. E-mail para contato: angelitarubin137@gmail.com.

² Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando na Graduação em História e nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. Coordena o Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições; é coordenadora geral do Comitê História, Região e Fronteira da Associação das Universidades do Grupo Montevideu-AUGM. E-mail para contato: mmpadoin@gmail.com

³ Conforme Padoin (2000), o termo *espaço fronteiriço platino* amplia o sentido, de modo a subentender a ação humana sobre uma região de fronteira, incluindo as relações de troca, intercâmbios e redes sociais construídas.

⁴ Ivo Caggiani (1996) supõe que a grafia original do sobrenome sofreu modificações no Brasil, passando de Cavada para Cabeda.

⁵ A biografia escrita pelo jornalista santanense Ivo Caggiani (1996) foi a única referência encontrada (por ora) para compreender de maneira resumida e simplificada a trajetória de vida de Rafael Cabeda.

O período em que Rafael Cabeda retorna da Europa e assume o comando do estabelecimento comercial com seu cunhado, coincide com a cisão no Partido Liberal em osoristas e gasparistas. Assim como seu pai, Rafael se filiou ao Partido e compôs a câmara de Vereadores de Santana do Livramento para o período 1882-1886. Em um plano mais amplo, Costa (2006) destaca que na segunda metade e no final do século XIX três grupos de grande influência política convergiram no espaço fronteiriço, alimentando uma rede de apoio que tinha como ponto convergente principal a bandeira do federalismo e realidades políticas semelhantes. Portanto, em fins do século XIX, respeitando as particularidades de cada projeto e cada contexto; Argentina, Uruguai e no Rio Grande do Sul possuíam projetos políticos semelhantes no que tange a defesa de autonomia das províncias, estados, departamentos ou municípios.

Com a transição do Império para a República em 1889, há a transferência de figuras importantes do Partido Liberal para a cidade de Rivera no Uruguai, dentre estas, Rafael Cabeda. Em 1891, o decreto de Marechal Deodoro da Fonseca de dissolução do Congresso Nacional teve reflexo sobre a política nacional como um todo, de modo que se deflagraram revoltas armadas contra o Marechal. Não obstante, os partidários apoiadores de Gaspar Silveira Martins passaram a se organizar em torno de suas ideias e projeto político, fixando o quartel general em Rivera, sob o comando de Rafael Cabeda. O estabelecimento do quartel general para além da fronteira permitiu maior liberdade de atuação, além de explicitar a relevância das articulações e redes de relações estabelecidas previamente por essas lideranças, inclusive Cabeda.

Conforme Marcus Vinicius Costa (2006) a elite atuante no comando da Revolução Federalista compreendia um grupo heterogêneo, seja ligado a pecuária, comércio, doutores de diversas profissões, militares, dentre outros. A heterogeneidade mencionada por Costa (2006) vai de encontro a tese de Monica Rossato (2020), em que demonstra divergências ideológicas e em relação ao projeto político federalista. Apesar disso, enfatiza o alinhamento de Rafael Cabeda com o grupo gasparista, defendendo as ideias mais destacadas de Silveira Martins, como crítica ao militarismo de Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos. Para Costa (2006), a rede de relações que interligava os federalistas era baseada em laços familiares, sociais, políticos ou econômicos; constituindo assim uma rede de “caudilhos-coronéis” na qual a família Cabeda está inserida. Ivo Caggiani (1996) destaca a amizade de Ângelo Caveda e o pai de Gaspar Silveira Martins, de modo que esse laço de amizade foi mantido e é perceptível na proximidade de Rafael Cabeda com o próprio Gaspar Silveira Martins antes e durante a Revolução. Ademais, se infere que a profissão de comerciante exercida por Cabeda no período imediato ao seu retorno da Europa contribuiu para a formação de vínculos no espaço fronteiriço.

Além disso, se identifica o contrabando como uma prática recorrente de Cabeda e David Silva durante esse contexto. Na publicação no *A Nação: Órgão Conservador* (RJ) de 29 de outubro de 1889, o jornal reproduz a coluna do *Echo do Sul* (RS) que critica a nomeação a cargos públicos pelos liberais, dentre eles Rafael Cabeda: “Para administrador da meza de rendas geraes de Sant’Anna do Livramento foi nomeado o sr. Raphael Cabeda, cuja entrada naquela repartição tinha sido vedada, por justíssimos motivos”⁶ Em seguida, são expostos documentos que deliberam sobre a proibição da entrada de David Manoel da Silva e Rafael Cabeda em repartições públicas devido aos crimes de contrabando praticado pelos dois supracitados.

⁶ A NAÇÃO: ÓRGÃO CONSERVADOR (RJ), 29 de outubro de 1889, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=808920&Pesq=%22cabeda%20filho%22&pagfis=98>

Assim como na dissertação de Costa (2006) e na tese de Rossato (2020), Rafael Cabeda aparece como peça importante nas articulações de João Nunes da Silva Tavares, investigada por Gustavo Andrade (2017). Propõe assim uma análise quantitativa e qualitativa das correspondências trocadas pelo General com outras lideranças, sejam civis, políticas ou militares federalistas e legalistas. Conforme as tabelas elaboradas por Andrade (2017) indicando os números de cartas trocadas entre o General e essas lideranças entre 1892-1895, se observa entre esses nomes Rafael Cabeda e seus irmãos, Francisco e Hipólito. Nesse sentido, a atuação de Rafael Cabeda no espaço fronteiriço se deu, como indica Andrade (2017), nas operações de mobilização de suprimentos e articulação dessas rotas entre cidades uruguaias como Montevideu, Rivera, Salto e Paisandu e cidades brasileiras de Sant’Ana do Livramento, Barra do Quaraí e Uruguaiana.⁷

A partir das correspondências do Almirante Saldanha da Gama compiladas em publicação organizada por Gunter Axt, Helio Leoncio Martins e Milena Cardoso Costa (2009)⁸, observa-se o contato e o conteúdo tratado com Cabeda, que transitava em território uruguaio com suas forças. Para os anos de 1894 e 1895 a publicação expõe oito correspondências enviadas pelo Almirante à Cabeda, em sua maioria enfatizando a necessidade de auxiliar as tropas que se encontravam no Rio Grande do Sul:

“Essa tem especialmente por fim concita-lo a ativar seus aprestos. Os nossos companheiros que andam <lá> dentro do Rio Grande estão ficando cansados. É mister ir em auxílio deles enquanto se prepara o grosso das nossas forças. Tenho enviado os maiores esforços por satisfazer aos seus pedidos na medida do possível.” (GAMA, 2009, p. 86-87)

Nessa mesma correspondência, de 24 de novembro de 1894, Saldanha da Gama trata com Rafael Cabeda sobre armas enviadas a fim de auxiliar as forças do mesmo; mais tarde, em fevereiro de 1895, juntamente com a correspondência, o esquadrão do Capitão Dali Martins é enviado para se juntar e acampar com as forças de Rafael Cabeda. Assim, se percebe a importância da força comandada por Cabeda, sendo perceptível a proximidade e apreço de Saldanha da Gama para com o Coronel, além da evidente preocupação em suprir e reforçar a tropa.

Novamente, em fevereiro o Almirante insiste na organização e pressa para que os preparativos sejam feitos para o auxílio das tropas do outro lado da fronteira. Chama a atenção o pedido ao fim da correspondência: “P.S. Peço-lhe não se esquecer de dar-me o nome da pessoa <em Tacuarembó> a quem devo mandar remeter as armas e munições <a> expedir de Montevideu. Luiz de Saldanha”⁹ Assim, evidencia-se como a figura de Cabeda se faz fundamental para articular juntamente com outras lideranças, como Saldanha da Gama e Joca Tavares, o trânsito de suprimentos e organização de tropas para ação.

Em outra oportunidade, Saldanha da Gama solicita que Rafael Cabeda o auxilie na mediação dos ânimos do Major Júlio de Barros:

⁷ ANDRADE, Gustavo Figueira. A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): Família, comunicação e fronteira. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2017, pg. 150.

⁸ GAMA, Luiz Felipe de Saldanha Gama. Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama. Gunter Axt, Helio Leoncio Martins, Milena Cardoso Costa (orgs). Editora Sulina, Porto Alegre, 2009.

⁹ Ibidem, p. 94.

“Outro, no mesmo caso, e que nos está criando sérios embaraços é o Major Júlio de Barros. Peço-lhe que, em podendo, escreva em meu nome a esse companheiro aliás tão bravo, fazendo-lhe ver que as *tropelias* cometidas pelo respectivo pessoal vão acabar por nos alienar até as mesmas simpatias das autoridades da fronteira.” (GAMA, p. 97)

Chama atenção a preocupação em não conturbar as relações com as “autoridades da fronteira”, fundamentais para que a articulação dos federalistas durante esse contexto pudesse acontecer. Além disso, pela segunda vez, o Almirante Saldanha da Gama solicita o serviço de mediação de Cabeda para com essas lideranças, em fevereiro do mesmo ano já havia feito pedido semelhante, destacando que: “A mim se afigura mais difícil harmonizar os companheiros e lidar com eles do que mesmo brigar com os adversários.” (GAMA, p. 93).

Dessa forma, apercebe-se como Rafael Cabeda era incumbido das mais variadas ações, seja agindo nas dinâmicas de rotas dos suprimentos como indicou Andrade (2017), mediando o diálogo com outros federalistas, articulando tropas e planejando conjuntamente as ações, como fica explícito nas correspondências do Almirante. Além disso, as correspondências de Saldanha da Gama permitem supor que Cabeda transitava pelo território uruguaio próximo à fronteira, na medida em que agia dentro de suas atribuições e até mesmo se encontrava com o Almirante e demais lideranças.

Essa exposição pretende mapear as possibilidades de estudo que a figura de um Coronel atuante na Revolução Federalista permite, de maneira que é fundamental para complementar e complexificar os estudos sobre esse conflito. Além disso, outros aspectos da trajetória de Cabeda permitem aprofundamento e novos olhares, como sua passagem pela Europa, a construção de seu pensamento, o relacionamento com Gaspar Silveira Martins e seu envolvimento com a política, enquanto vereador e na Câmara Federal como parlamentar. A Nova História Política permite explorar as trajetórias de vida e política como de Rafael Cabeda a fim de apontar elementos essenciais para compreensão dos processos históricos para além da esfera política tradicional. Essa perspectiva se torna importante e indispensável para problematizar e renovar o conhecimento histórico tradicional sobre conflitos como a Revolução Federalista, incluindo o fator humano como protagonista de uma abordagem que pretende focar o poder, as redes de relações e demais aspectos de uma história que também é social.

Palavras-chave: Espaço fronteiro platino, Revolução Federalista, trajetória.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): Família, comunicação e fronteira.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

CAGGIANI, Ivo. **Rafael Cabeda: símbolo do federalismo.** Martins Livreiro Editor, Porto Alegre, 1996.

COSTA, Marcus Vinicius. **A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas.** Dissertação apresentada ao Curso de mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2006.

GAMA, Luiz Felipe de Saldanha Gama. **Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama.** Gunter Axt, Helio Leoncio Martins, Milena Cardoso Costa (orgs). Editora Sulina, Porto Alegre, 2009.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. **Nova História Política e considerações sobre os conceitos de cultura política e representações.** XIV Encontro Estadual de História: História, Memória e Comemorações. 2010.

PADOIN, M. M. . **A Revolução Farroupilha e o Papel dos Sacerdotes.** Vidya (Santa Maria), Santa Maria,RS, v. 19, n.34, p. 207-216, 2000.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

A PRÁTICA DO *KOROVAI* : RELIGIÃO E FOLCLORE NA CULTURA DOS DESCENDENTES DE UCRANIANOS EM IVAÍ-PR (1908-2021)

Cibeli Grochoski¹

Resumo: A pesquisa do tema apresentado neste texto ainda está em andamento, ela é sobre uma prática cultural alimentar ucraniana denominada de *Korovai*, como fontes históricas utilizamos entrevistas realizadas a partir da metodologia da História Oral.

Como afirma o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos (2005) o tema da alimentação, finalmente, começa a invadir a História. Esse trabalho se insere nos debates sobre a relação dos alimentos e da culinária com a memória, cultura e tendo a cozinha como um espaço de sociabilidade feminina.

A região pesquisada é o município de Ivaí-PR, na qual os primeiros imigrantes ucranianos chegaram por volta dos anos 1908 e 1909, com a esperança de ter uma vida melhor. A imigração ucraniana trouxe a sua culinária que, para os descendentes, é uma forma de preservar as memórias, cultura e identidade Segundo Neli Maria Teleginski (2014) o alimento evoca saberes e memórias do passado. Nesse caso a cozinha além de espaço de sociabilidade feminina é o principal local de transmissão de memórias, saberes e preservação da cultura imaterial.

Para Eric Hobsbawn (1997) tradição é um conjunto de práticas fixas que remetem a um passado real ou imaginário; assim, o aspecto mais forte das tradições é ela ser invariável. Todavia, Massimo Montanari afirma que as tradições são conservadoras, mas não estáticas: “as tradições alimentares e gastronômicas são extremamente sensíveis às mudanças, à imitação e às influências externas. São sempre fruto de uma série de inovações e de adaptações” (MONTANARI, 2009, p. 12). A tradição do *Korovai* é transmitida há décadas, de geração a geração, e teve significados e fazeres alterados ou adaptados; entretanto, não perdeu características que garantem seu reconhecimento como tal.

Os descendentes ucranianos se mantêm apegados a práticas cotidianas que consideram como expressão e manutenção de tradições herdadas de seus antepassados, como a elaboração e consumo de determinados alimentos, principalmente o *Korovai*, uma espécie de pão ornamentado. Outras etnias do município também consomem pratos da culinária ucraniana, como, por exemplo, os poloneses, italianos, alemães, quilombolas etc., mas os ucranianos os reivindicam para si. Ou seja, a comida é difundida, apropriada por diferentes etnias, mesmo tendo a referência de uma específica.

Segundo Costenaro (2013, p. 74-75): Esse pão especial é ornamentado com retalhos decorativos de massa representando pássaros, além de flores e um pinheirinho (araucária). (...) O pão representa a vida, que pode ser religiosa ou matrimonial. A árvore escolhida para adornar o pão é o pinheiro, a mais alta da floresta. Ela significa o princípio de vida do casal, a vida nova. Os pássaros representam os noivos, pombos que estão construindo um novo ninho, simbolizam a fertilidade. O cordão feito de massa traduz o desejo de longa vida e proteção aos noivos e as fitas coloridas, que suas vidas juntas sejam alegres.

O momento mais esperado nas festas de casamento tradicional ucraniano é quando o *Korovai* é apresentado aos convidados (geralmente há mais de um *Korovai*). Carregado por um

¹ Graduada (2017) e mestra (2020) em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICNETRO) e doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa “espaços e sociabilidades”. E-mail: cibeli_grochoski@yahoo.com.br

homem, ele é trazido ao salão de festas onde os convidados já aguardam ansiosos. Em vez de ser colocado imediatamente numa mesa, as pessoas levantam-se e formam um círculo, no centro do qual ficam os noivos, pais e padrinhos. Quando todos estão prontos, tocam-se músicas denominadas de *Kolomeikas*, ao som das quais todos dançam. Os participantes acreditam que ‘quanto mais *Korovai*’ tiver em um casamento mais próspero será o casal. Essa dança é muito divertida, envolve todos os convidados e a alegria é contagiante.

O *Korovai* sempre é consumido nos casamentos, mas ele também costuma estar presente em outras ocasiões, como: aniversários de casamentos, bodas de prata e ouro, aniversários de vida sacerdotal e ordenação de padres, sendo que recebe ornamentos específicos para cada ocasião. O *Korovai* proporciona vários momentos de sociabilidade, uma vez que, para o seu preparo, as mulheres se reúnem, e entre panelas e palavras relembram momentos e, claro, casamentos e seus respectivos *Korovais*.

Dessa forma recordam antigas crenças e receitas que retornam na memória pelo olfato, pelo paladar, pela lembrança. Elas também criam rimas em ucraniano, contam piadas, riem. Mas o que foi fundamental para a continuidade da tradição do *Korovai* foi a memória gustativa; ele não é apenas um alimento, é uma transmissão de valores, já que as pessoas se sentem pertencentes aos dois países, Brasil e Ucrânia, e a cultura se configura como um laço entre o passado e o presente, passando de geração em geração por meio da memória. *Korovai* como memória, cultura e momento de sociabilidade

A constante presença do *Korovai* em casamentos no município de Ivaí, sejam eles se descendentes de ucranianos ou não, mesmo diante das diferentes etnias que o consomem promovem um sentimento em comum, pois é um “prato revestido de significados que demarcam pertencimentos” (TELEGINSKI, 2014, p. 101). Este bolo de casamento se inseriu facilmente entre os moradores da cidade, atualmente a maioria dos casamentos têm *Korovai*. Até meados da década de 1990 as mulheres se reuniam para prepara-lo, juntavam amigas, vizinhas, parentes da noiva e do noivo, todas em uma mesma cozinha, assim reunindo todos os ingredientes para o momento.

Uma descendente de ucranianos chamada Ivone, conta que as mulheres sovavam a massa, deixavam crescer, faziam os enfeites, mas durante esse processo elas falavam em ucraniano, faziam rimas em ucraniano, contavam piadas, riam, dançavam, enfim era um momento de “prato cheio” para sair do cotidiano e reencontrar as amigas, colocar o “papo em dia” (Entrevista concedida a Cibeli Grochoski em 16/04/2017). Assim a cozinha, além de ser um lugar de preparo dos alimentos, como afirma Assunção (2009), é um momento de sociabilidade, que não se restringe ao momento da refeição à mesa, mas também durante o processo de preparação, ou seja, a cozinha não é apenas um espaço de preparo de alimentos, mas, principalmente, um espaço social. Recentemente o *Korovai* deixou de ser preparado exclusivamente por parentes dos noivos, algumas mulheres começaram a fazê-lo sob encomenda, e algumas delas tornaram-se bastante conhecidas.

Essas mulheres preparam o *Korovai* em suas residências, de diversos tamanhos e decorações, tudo dependendo da encomenda. Para muitos noivos, encomendar é mais prático, já que o *Korovai* leva tempo para ser feito e para assá-lo é necessário um forno (também chamado de fornalha) específico, que é bem grande. Além disso, o preço do *Korovai* não é alto e fica uma delícia, ou seja, são vários os incentivos para comprar um.

A memória coletiva dos imigrantes ucranianos e seus descendentes fez com que a tradição não se perdesse - além da memória resgatar o *korovai* também resgata memórias, pois a comida desperta lembranças que permitem reconstruir memórias. A memória despertada pelos alimentos segundo Mariana Corção (2007), é a memória gustativa, que está associada ao

cotidiano dos indivíduos. “Alimentar-se no contexto da memória gustativa, é entendido como uma ação que engloba diversos aspectos sociais, tais como nutrição, economia, tradição, inovações, entre outros” (CORÇÃO, 2007, p. 4).

Assim o *Korovai* é um elemento que excede seu caráter biológico, econômico e nutricional. Um alimento: [...] que se inseriu facilmente nos sistemas alimentares de várias regiões do mundo acompanhando o movimento migratório. Isso permite analisar seus aspectos culturais e simbólicos, enquanto prato que materializa sentimentos de pertencimento, memórias e tradições de um grupo que deixa sua terra natal e leva consigo seus saberes, gostos e parte de sua cozinha (TELEGINSKI, 2014, p. 101).

A cozinha como um espaço de sociabilidade e como um lugar de memórias traz à tona a cultura ucraniana para os mais novos que irão repassar para os seus filhos, netos etc., assim mantendo vivas as tradições.

A tradição do *Korovai* se tornou um negócio, pois, com a modernidade, as mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho e não conseguem conciliar a preparação do *korovai* com a vida corrida, o que possibilitou que outras pessoas façam *korovai* para a venda. A alimentação é mais que um ato, é uma cultura que revela identidades.

Existem pessoas que querem conhecer novos sabores, mas há aquelas, principalmente as babás (avós), que preservam a alimentação eslava e a utilizam como um instrumento de reafirmação de identidade mostrando aos outros a “sua comida”.

Assim a cozinha é além de tudo um espaço de sociabilidade onde se transmite memórias, e estimula a preservação da cultura imaterial, neste caso o *Korovai*.

Palavras-chave: Cultura; Alimentação; Imigração ucraniana.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. Alimentação e sociabilidade: apontamentos a partir e além da perspectiva simmeliana. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, Volume 43, Número 2, p. 523-535, Outubro de 2009.

CORÇÃO, Mariana. Memória Gustativa e Identidades: de Proust à Cozinha Contemporânea. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007, São Leopoldo. XXIV Simpósio Nacional de História – Caderno de Resumos. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2007.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MONTANARI, Massimo (org.). **O mundo na cozinha**: história, identidades, trocas. São Paulo: Estação Liberdade/SENAC, 2009.

SANTOS, C.R.A. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa – UFPR. Publicado em: **Revista da Academia Paranaense de Letras**, nº51, 2005, pp.165/188.

TELEGINSKI, Neli Maria. RECHEIO DE MEMÓRIAS: O PIEROGI E A IDENTIDADE POLONESA NO PARANÁ, BRASIL. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano XXV, n. 2, Edição Especial, p. 87-106, Ago/2014.

A IMIGRAÇÃO VOLTADA PARA FINS MILITARES NO PRIMEIRO REINADO E O DEBATE PERIÓDICO SOBRE OS IMIGRANTES IRLANDESES REVOLTOSOS NOS JORNAIS AURORA FLUMINENSE E RIO HERALD ¹

Fernanda Kelly do Espirito Santo Silva ²

Resumo: A intenção principal desse trabalho é abordar a presença irlandesa no Brasil na primeira metade do século XIX a partir da figura dos mercenários irlandeses que aqui se fixaram para atuar na Guerra da Cisplatina, e examinar os discursos proferidos na esfera periódica a seu respeito, em especial a repercussão do motim dos irlandeses no Campo da Aclamação a partir do debate que o jornal *Aurora Fluminense*, folha política liberal moderada, estabelece com o *Rio Herald*, representante inglês, defensor da presença estrangeira no Brasil. Procura-se compreender os aspectos que envolveram a convocação dessa força armada, colocando em perspectiva os eventos que levaram à sua revolta, perpassando a forma como foi representada a presença dos estrangeiros irlandeses na imprensa em meio ao processo de consolidação da própria Independência, e das instituições monárquicas constitucionais, e o embate entre os poderes Executivo e Legislativo, não só sobre a convocação, mas também sobre os altos custos da viagem e permanência desses imigrantes no Brasil. Procura-se compreender ainda, de que maneira os discursos apropriados e disseminados agravaram as fortes consequências enfrentadas pelos soldados estrangeiros. Partindo da análise das fontes periódicas, adotaram-se as noções de apropriação e representação de Roger Chartier, enquanto parâmetros para fundamentar a análise dos discursos proferidos nesses jornais.

Parte-se do pressuposto de que em meio ao processo de reorganização política e social que estava sendo empreendido, estavam em circulação diferentes projetos de nação que podiam considerar ou não a presença estrangeira como parte do império que se delineava, e que a presença irlandesa e sua passagem conturbada pela Corte tenham influenciado no posicionamento contrário aos estrangeiros no cotidiano imperial, sendo esse comportamento impulsionado e aprofundado pela postura que os periódicos assumiram a partir do motim realizado por mercenários irlandeses em prol de melhores condições de trabalho.

De maneira geral, os estrangeiros tiveram sua participação no processo de reafirmação da independência, que mesmo sendo remunerada, rendeu a eles a possibilidade de serem considerados brasileiros - justamente por meio da adesão à causa do Brasil-. Para ser considerado brasileiro, ou pelo menos tolerado como tal, era necessário em tese estar alinhado à defesa da independência e da constitucionalidade, ainda que não passasse de mera oficialidade. O recrutamento de estrangeiros foi iniciado ainda em 1822 com envio de agentes para o exterior, que resultou na criação de novos corpos militares compostos por imigrantes, em 1823, por meio de decreto imperial (POZO, 2010, p. 39). De qualquer maneira, o recrutamento de estrangeiros obedecia aos interesses da ordem vigente, mesmo que a ideia de que o exército brasileiro fosse composto de estrangeiros não agradasse a todos.

¹ O presente trabalho consta como desdobramento da dissertação em desenvolvimento no PPGH-UNIRIO.

² É mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História, na linha de Poder, Cultura e Representações, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO). Licenciada e Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: fernandakelly@edu.unirio.br.

A figura do monarca como organizador dessa empreitada evidenciou uma posição firme do Executivo diante da proposição de defesa da estrutura política e do território nacional brasileiro. A premissa de que a seguridade do Brasil deveria ser mantida por quem tinha experiência militar. Por outro lado, havia aqueles que defendiam que a independência, a monarquia e a constitucionalidade deveriam ser defendidas pelos maiores interessados na autonomia política do Brasil, os nacionais, entendidos por alguns periódicos como a *Aurora Fluminense*, como os verdadeiros brasileiros. Para eles, a preocupação central dessa forma de organização militar e composição de homens, não considerava a identificação com a pátria por parte dos imigrados como fator determinante para a estruturação do corpo de defesa nacional, pelo menos esse era o argumento de boa parte da população e da imprensa frente à arregimentação do exército mercenário, em “suposta” defesa da monarquia (BELMONTE; TOLEDO, 2014, p. 549). Enquanto isso, o *Rio Herald*, colocava em voga que a participação estrangeira era necessária e útil ao Império do Brasil.

O discurso proferido pelo poder Executivo levou aos jornais, especialmente os liberais, a levantarem uma desconfiança sobre a possibilidade e intenção de recolonização, por meio da disseminação e fortalecimento da presença estrangeira no território brasileiro, principalmente aqueles que dominavam a arte da guerra, podendo exercer a força para a reconquista, tendo o apoio dos ministros do Império, vistos como os grandes recolonizadores. Essa postura foi sendo alimentada pelo receio gerado através das recorrentes nomeações aos cargos e atribuições de títulos, destinados a personagens marcados por seu discurso de vínculos absolutistas, como por muitas vezes foi publicado nas páginas da *Aurora*³. O debate que envolvia as motivações por trás do incentivo à presença estrangeira no país também considerava a possibilidade de que eles talvez pudessem galgar posições de poder, o que certamente desagradava. O caminho pelo qual essa resistência foi disseminada nos periódicos, foi pelo questionamento do comprometimento desses estrangeiros com a causa brasileira, ressaltando uma possível preferência de D. Pedro I por expatriados ao invés de brasileiros. Em meio a isso, ainda se debatia sobre o porquê de estrangeiros participarem do cotidiano brasileiro.

Indo por muitas vezes em direções opostas, os jornais que marcaram presença na imprensa do Primeiro Reinado, se inspiraram e, mais que tudo, se apropriaram de ideais que tinham intenção de difundir, o que permeou os seus discursos, gerando embates sobre qual caminho a nação deveria tomar. Tendo isso em mente, pretende-se discorrer sobre de que maneira as folhas *Aurora Fluminense* e *Rio Herald* posicionavam-se quanto às atribuições que cabiam aos estrangeiros no cotidiano imperial, e como a interdependência de algumas decisões políticas eram negligenciadas e reclamadas nas páginas dos jornais como relevantes para a soberania do Império, levando em consideração alguns posicionamentos que irão nos auxiliar a discorrer sobre o debate empreendido a respeito da presença mercenária estrangeira no Brasil.

Palavras-chave: Irlandeses; Imprensa; Imigração.

³ Sentimento esse, que ficou evidente nas eleições para a Segunda Legislatura, ao ser celebrada a escolha de representantes vinculados à corrente do pensamento liberal, e deixar claro a postura contrária àqueles que antes ocupavam os mesmos cargos. Ressaltando que a renovação dos quadros legislativos seria de suma importância para a dissociação à política dita portuguesa, já que muitos dos representantes da primeira Legislatura foram portugueses, que ao ver da *Aurora*, defendiam interesses contrários aos nacionais brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: **História da vida privada no Brasil 2**. Império: a corte e a modernidade nacional. Companhia da Letras.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800 – 1900** / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BELMONTE, A. e TOLEDO, J. N. A revolta dos Mercenários vista pela imprensa. In: **Anais...** Congresso Intelectuais na América Latina: pensamento, contexto e instituições. Dos processos de independência à globalização. Rio de Janeiro: UERJ/LABIMI, 2014.

CARVALHO, José Murilo De. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro das sombras: a política imperial/ José Murilo de Carvalho. – 10º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GALSKY, Nélio. **Mercenários ou heróis da independência**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

_____. **Mercenários ou libertários**. *As motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da independência do Brasil* / Nélio Galsky. – 2006. Dissertação de mestrado. –

LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824 – 1830)**. / Juvêncio Saldanha Lemos. – 2. Ed. – Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O império em construção**; Primeiro Reinado e Regência / Maria de Lourdes Viana Lyra; coordenação Maria Lígia Prado, Maria Helena Capelato. – São Paulo: Atual, 2000. – (Discutindo a história do Brasil).

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. **A vida política**. História do Brasil Nação: 1808 – 2010, Crise colonial e independência: 1808 – 1830, volume I / coordenação Alberto da Costa e Silva. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 - (1º parte).

_____. **Corcundas e Constitucionais**. A cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. **Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: Cotidiano e revolta no Primeiro Reinado**. São Paulo. USP. Dissertação de Mestrado: 2010

A BANDEIRA DE ADOLFO KONDER: O OESTE CATARINENSE A PARTIR DA COMITIVA DA VISITA DO PRESIDENTE DE 1929

João Vitor Sausen¹
Maria Medianeira Padoin²

Resumo: Na segunda metade do século XIX, o direito sobre a região que hoje compreende o sudoeste do estado do Paraná e o oeste do estado de Santa Catarina esteve no centro da chamada “Questão de Palmas” ou “Questão de Misiones”, protagonizada pela República Argentina e o Brasil. O principal ponto de divergência entre ambos os países reinava sobre a localização dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, considerados enquanto fronteiras naturais herdadas do Tratado de Madrid, celebrado entre os Impérios de Espanha e Portugal. De acordo com a interpretação argentina, ambos os rios estavam localizados mais de cem quilômetros ao interior do território considerado como seu pelo Brasil, e equivaliam aos rios Chopim e Chapecó, tendo mais tarde o primeiro sido substituído no reclame pelo rio Jangada (HEINSFELD, 2007). Para o Brasil, os rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu eram aquelas localizadas pelas comissões demarcadoras enviadas no final da década de 1750 (HEINSFELD, 2007).

Além do litígio internacional, a região também era disputada pelas províncias/estados do Paraná e de Santa Catarina, em um processo que ficou conhecido como “Questão do Contestado”. Mesmo com a disputa, a jurisdição administrativa de fato sobre a especialidade era exercida, ao final do século XIX, pela Comarca de Palmas, vinculada ao Paraná. Por esta razão, e pelo litígio internacional vinculado ao espaço geográfico, optamos por nos referir ao mesmo enquanto “Região de Palmas”.

Na década de 1890, após diversas tentativas de resolução, o litígio foi submetido ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos da América, Stephen Grover Cleveland, que recebeu dossiês preparados por comissões de ambos os países, tendo a brasileira sido liderada pelo Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior. Este esforço contou com um importante aporte realizado no âmbito do recenseamento brasileiro de 1890, que direcionou um dos seus enfoques para a Comarca de Palmas³, um dos poucos resultados da iniciativa estatística disponíveis na atualidade em meio virtual (BRASIL, 1892). O recenseamento executado nesta região, por sua vez, apresentava um panorama de forte presença de estrangeiros imigrantes limítrofes (oriundos da Argentina e do Paraguai), bem como uma maior concentração masculina em virtude de atividades econômicas como a extração de erva mate e madeira, principais atividades desenvolvidas na região (BRASIL, 1892). Também havia uma baixa densidade demográfica, o que, para as autoridades, tornava necessários esforços em torno da migração

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), onde recebe bolsa CAPES/DS; Bacharel e Licenciado em História pela mesma instituição; Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; E-mail: sausenjoavitor@gmail.com.

² Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPC) da mesma instituição; Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; Integrante do Comitê História Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu (CHRYF – UFSM); Integrante do Instituto Histórico de São Leopoldo; E-mail: mmpadoin@gmail.com.

³ BRASIL. **RECENSEAMENTO GERAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1890.** Comarca de Palmas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 19 jun. 2021.

para a região. Com o aporte do recenseamento de 1890, as informações estatísticas que informavam a inexistência de argentinos não naturalizados no território, bem como de um grande conjunto de mapas e argumentos, o reclame brasileiro foi acolhido no arbitramento de 1895, e o Brasil manteve como sua aquela região (HEINSFELD, 2007).

Todavia, de acordo com Leandro Crestani (2019), a disputa pela região deu origem, tanto na Argentina quanto no Brasil, a incentivos à ocupação do território por imigrantes, ou, no caso do segundo país, também por indivíduos de origem europeia nascidos no estado do Rio Grande do Sul. As iniciativas ocorreram em detrimento da população local, mas tinham como finalidade a garantia da posse territorial. No caso brasileiro, outra questão importante é a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, obra que visava conectar o estado meridional com o centro econômico do país, especialmente por razões estratégicas (FERRARI, 2010).

O aceleração da construção da ferrovia na década de 1900 fez com que a *Brazil Railway Company* (empresa responsável pelas obras), trouxesse um grande contingente populacional para a região, que não foi realocado após a conclusão das mesmas. Este cenário, além de diversas outras questões locais, está atrelado ao início de uma série de conflitos conhecidos como Guerra do Contestado, que representaram o choque de populações locais com tropas estaduais e federais, e que gerou massacres de milhares de “caboclos” que habitavam a região (AURAS, 2015). Após a conclusão do conflito, a *Brazil Development and Colonization Company*, surgida a partir da *Brazil Railway Company*, vendeu as terras recebidas como pagamento pela construção da ferrovia para diversas companhias colonizatórias, e a partir do final da década de 1910 e da década de 1920 tiveram início diversas colonizações do oeste do estado de Santa Catarina (NODARI, 2009).

Na década de 1920 a região ainda parecia distante do resto do país quando foi alcançada pelos conflitos nacionais a partir da passagem da Coluna Prestes (1925), e da Coluna de Leonel Rocha (1926). Todavia, foi em 1929 que a região recebeu maiores olhares por parte do restante da população do estado de Santa Catarina, bem como do Brasil. Neste ano, Adolfo Konder (1884-1956), então presidente do estado⁴, acompanhado de uma comitiva formada por políticos estaduais e regionais, desembargadores, delegados, poetas, jornalistas, e outras figuras, encampou, entre os meses de abril e maio, uma viagem pela Região de Palmas. O itinerário de cerca de um mês incluiu o reconhecimento da região, bem como um encontro com o então presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas, na cidade sul-riograndense de Iraí, onde foram firmados alguns tratados entre os dois estados.

Vários relatos foram produzidos durante o processo, mas os três principais foram elaborados pelo então Chefe de Polícia do Estado de Santa Catarina, Arthur Ferreira da Costa (1887-1947), intitulado “O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista” (1929)⁵; pelo Juiz de Direito e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado José Arthur Boiteux (1865-1934), intitulado “Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira” (1931)⁶, enquanto uma conferência à várias instituições, como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; e o escritor Othon Gama Lobo D’Eça (1892-1965), intitulado “Aos Espanhóis

⁴ Durante a República Velha (1889-1930), a autoridade máxima do poder estadual era denominada de “presidente”, tendo a nomenclatura “governador” sido adotada após 1930.

⁵ COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista. In: CEOM (org.). **A viagem de 1929**: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: 2005, p. 19-80.

⁶ BOITEUX, José Arthur. Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. In: CEOM (org.). **A viagem de 1929**: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: 2005, p. 81-108.

Confinantes” (1929)⁷, cujos textos foram elaborados sob o título de “Notas de um Diário” como publicações periódicas do jornal florianopolitano “A República” (órgão oficial do Partido Republicano Catarinense). Além destes relatos escritos, foi produzido um álbum fotográfico da viagem de 1929, composto por 47 fotografias, que acompanharam o transcorrer da “bandeira”⁸.

Podemos perceber, através dos registros, que a expedição tinha diversas finalidades. De acordo com José Boiteux (2005[1931], o objetivo da excursão era “para melhor conhecer e com mais efficacia attender ás necessidades do nosso extremo oeste (...)” (p. 82). Já Arthur Ferreira da Costa (2005[1929]) imprime características nacionalizadoras ao feito da comitiva: “(...) desbravando o desconhecido e levando aos rincões ainda mais afastados o cunho da conquista brasileira, assegurando pela posse largos dominios para a nossa nacionalidade” (p. 23). Na análise de Maria Flores e Élio Serpa (2005), os autores reconhecem que a incorporação simbólica da região era um dos principais objetivos da viagem: “(...) a caravana do governador aspergia a região de critérios ‘objetivos’ para promover a integração ancorada à ideia de construção da identidade estadual e brasileira” (2005, p. 137). Neste sentido, “a viagem do governador e as narrativas da viagem inseriram-se na construção da brasilidade e na forja do sentimento nacional” (FLORES; SERPA, 2005, p. 140), além de ter funcionado enquanto meio para mostrar “(...) ao Brasil o caráter brasileiro de um pedaço de terra mal amalgamada às fronteiras nacionais (...)” (idem), e “(...) aos habitantes desta terra de ninguém ou de muitos, composta por populações de origens diversas, a soberania do Estado e da Nação, que deve cobrir seus filhos com o mato sagrado do amor à pátria” (FLORES; SERPA, 2005, p. 140).

Desta forma, podemos perceber tanto na expedição quanto nos registros produzidos a partir dela, um forte interesse nacionalizador, que, por sua vez, tinha como finalidade uma incorporação efetiva do território, aspecto da viagem de 1929 sobre o qual nos debruçamos no presente trabalho. Assim, nos direcionamos a dois aspectos principais. O primeiro é a presença de (i)migrantes, que teriam de ser incorporados à perspectiva do país que os recebeu, ou abrigou seus antepassados (como é o caso daqueles oriundos do estado do Rio Grande do Sul). Além deles, também recebeu um significativo espaço nos relatos a situação fronteiriça na localidade de Dionísio Cerqueira, e uma “desnacionalização” dos brasileiros que lá viviam.

A incorporação simbólica da região, de maneira geral, incluiu um universo toponímico. Neste sentido, a comitiva deixou um legado de nomeações e renomeações de localidades, hidrografias e aspectos do relevo. Othon Gama D’Eça ofereceu um olhar sobre este processo: “(...) ao batizar essas águas novas, o presidente tem tido uma nobre preocupação nacionalista: dá-lhe sempre nomes brasileiros: - Lajeado do Saci, Ribeirão da Bracatinga” (1992[1929]). E estas nomeações tiveram, para o escritor, um teor positivo: “nada de designações arrevesadas, que o caboclo nada pode pronunciar ou nada significam. Estamos no Brasil e o vocabulário brasileiro é farto e expressivo. E o manancial luso-guarani inesgotável e belo, como nenhum outro” (EÇA, 1992[1929], p. 27).

Para além de novas denominações, é possível citar o caso de duas localidades que tiveram suas nomenclaturas alteradas em função da visita: Porto Novo, renomeada como

⁷ EÇA, Othon Gama Lobo d’. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992. Disponível em: <<https://portalcatarina.ufsc.br/documentos/?action=download&id=117722>>. Acesso em 04 out. 2021.

⁸ Em 1992 a obra de Othon Gama D’Eça foi republicada pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e na atualidade pode ser consultada em um formato virtual⁸. Os demais registros, como o álbum fotográfico ou as obras de Arthur Ferreira da Costa e José Boiteux, foram organizados e republicados pelo Centro de Memória do Oeste⁸ em 2005, a partir da obra “A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras”.

⁹ Nas citações diretas de trechos das fontes optamos por manter a ortografia original das obras citadas.

Itapiranga (após uma sugestão do chefe do executivo), e Porto Feliz, que passou a ser chamada como Mondahy. Para José Boiteux, a adoção dos novos nomes também era positiva, frente à outras nomenclaturas que faziam referência à origem étnica dos migrantes, como “(...) Neu Bremen, Neu Berlim, Neu Breslau que tanto nos arrepiam os pavilhões auriculares e as Novas Venezia e Novas Palermo que, em cada canto colonizado por antigos directores de nucleos, se encontram seguidamente” (BOITEUX, 2005[1931], p. 99).

Quanto à Porto Novo, composta majoritariamente por migrantes oriundos do estado do Rio Grande do Sul e de origem teutônica, foi fator digno de nota para Othon Gama D’Eça o “sadio nacionalismo da sua população” para com a presença da comitiva liderada por Adolfo Konder. Assim, os viajantes teriam sido recebidos com “bandeiras nacionais nas mãos das crianças; bandeiras nacionais no tope das casas (...)” (EÇA, 1992[1929], 17), em um simbolismo que tende a representar que mesmo em confins tão distantes a localidade estava incluída na perspectiva nacional brasileira.

O autor também relata uma palestra do governador para a população da localidade de Palmitos, administrada pela Companhia Colonizadora Sul-Brasil e cujos habitantes eram majoritariamente protestantes alemães ou de origem teutônica. Durante a fala do presidente, cujo tom é descrito por Gama D’Eça enquanto de teor patriótico, o autor observava um homem que prestava atenção na fala, e “quando o presidente terminou o seu discurso e o rumor das palmas se fundiu na luz do sol em torno, o alemão alto e de ombros de espada goda, acenou o seu chapéu e começou a falar na sua velha língua. Era uma saudação encachoeirada, trepidante, batida de interjeições e de gestos imensos de tribuno” (EÇA, 1992[1929], p. 7). Assim, o presidente Adolfo Konder cumpria seu papel de agente nacionalizador frente a uma plateia de indivíduos de origem estrangeira, mas que ocupavam a região em nome da pátria brasileira.

Mas os relatos sobre a viagem, como já informado, não trataram apenas dos imigrantes e de suas nomenclaturas, também havia uma grande reocupação da comitiva para com o estado das localidades fronteiriças e de suas populações. Assim, na fronteira entre o Brasil e a Argentina, onde também se encontra a divisa com o estado do Paraná, e estão localizadas as cidades geminadas de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina), Barracão (Paraná) e Barracón/Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina), houve uma atenção especial por parte dos escritores. Todos os autores tiveram em comum uma preocupação com a parca presença do estado na região, e o acesso da população a serviços públicos na Argentina, ou até a fala precária da língua portuguesa por parte dos habitantes locais (da porção brasileira).

Para José Boiteux, aquela era uma região “sem justiça, sem lei, sem escola” (2005[1931], p. 101). Com relação à última ausência, na visita do presidente teria sido criada uma escola, cuja nomenclatura foi uma homenagem ao desembargador, afim de que “não mais deixarão nossos conterraneos de aprender a língua nacional, pois que, para não serem analphabetos, iam á escola argentina (...)” (BOITEUX, 2005[1931], p. 101). Os alunos brasileiros frequentavam a Escola N° 49 de Barracón, e eram um aspecto de grande preocupação para os relatantes. Afinal, a escola é um elemento privilegiado da construção e difusão da identidade nacional, e este fator não passou despercebido por Othon Gama D’Eça. Foi com preocupação que o autor relatou o que escutou em uma aula na escola citada: “- Quais são os grandes cultos da história de nossa Pátria? – pergunta o professor argentino. - *San Martín, Sarmiento, Rivadavia, Mitre...* - responde, em castelhano, a criança brasileira! - Entre todas as bandeiras, qual a mais bela e a mais gloriosa? - A argentina, o sagrado pavilhão da minha pátria – continua a criança do Brasil. - Sabes os nomes de algumas vitórias do Exército argentino? - ... *Ituzaingó, Monte Caseros, Tuyuty!* (EÇA, 1992[1929], p. 37-38).

De uma maneira geral, Arthur Ferreira da Costa também exprimiu grandes preocupações sobre a situação da localidade: “aquella zona estava se desnacionalizando. A moeda que ali corre é a argentina. A lingua que se fala é uma mistura de portuguez e castelhano, predominando o ultimo elemento. Não havia escola, nem justiça, nem administração, nem organização politica” (2005[1929], p. 48). A presença da bandeira também era algo importante, pois “(...) os brasileiros não viam, apenas conhecendo o argentino, hasteado nas fachadas das repartições na outra margem do Pepery-guassú” (BOITEUX, 2005[1931], p. 101).

Assim, conhecer a situação do espaço fronteiriço era de grande importância para a caravana, que, a partir das demandas observadas e dos consequentes “riscos à nacionalização da espacialidade” poderia direcionar políticas adequadas de integração da população. Neste sentido é preciso recordar que durante o arbitramento do Presidente do Estados Unidos da América, em 1895, pesou de forma favorável ao Brasil a constatação da presença majoritária da população deste país na região, além de que, a partir das décadas de 1910 e 1920 houve um impulso às migrações, justamente a fim de ocupar e manter o espaço em nome do país. Mas os (i)migrantes que o fizeram em nome do Estado também deveriam ser incluídos na perspectiva nacional, e os relatos sobre a viagem tiveram profundo interesse em demonstrar que aqueles o faziam, ainda que de forma gradual. Neste sentido, a comitiva liderada por Adolfo Konder foi caracterizada por profundas preocupações em torno da integração e manutenção da região, constituindo uma iniciativa simbólica da nacionalização do estado na espacialidade, seja pela incorporação dos próprios brasileiros residentes ou pela assimilação dos (i)migrantes.

Palavras-chave: Fronteira; Estado; Oeste de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 5ª ed.. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

CRESTANI, Leandro. **História da ocupação da fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930)**: uma perspectiva comparada e transnacional. 2019. 308 p.. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Universidade de Évora, Évora, 2019.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: CEOM (org.). **A viagem de 1929**: oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: 2005, p. 129-154.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**: a Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco). Passo Fundo: Méritos, 2007.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS NO BRASIL E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ: RELATOS NA REVISTA A LIAHONA

Juliana Sales Rodrigues¹
Luís Vítor Castro Júnior²

Resumo: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (SUD), conhecida também por Igreja Mórmon, é uma organização religiosa estadunidense, com características restauracionista. Os santos dos últimos dias acreditam que o cristianismo histórico apostatou em algum momento de sua existência, sendo necessária uma restauração, o que vai acontecer em 1820 conforme o mito de origem da Igreja SUD. Mircea Elíade (2001) ao discorrer sobre a importância dos mitos para as instituições apontam que os mitos são acontecimentos primordiais para a consolidação de um evento, como é o caso da restauração ensinada pela Igreja Mórmon.

Joseph Smith, fundador da religião, descreve sua visão com o aparecimento de Deus e Jesus Cristo instruindo-o a restaurar a “igreja verdadeira” novamente a Terra, ancorada a esta narrativa, os adeptos do mormonismo incorporam ideologias e interpretam escrituras com a necessidade da restauração, como Isaías 29:13-34 e a doutrina do Destino Manifesto. Em *Regras de Fé* lemos: “Cremos na coligação literal de Israel e na restauração das Dez Tribos; que Sião (a Nova Jerusalém) será construída no continente americano”, com essa crença, a Igreja Mórmon acredita ser a única responsável por instalar o “Reino de Deus” (Sião) na Terra, que é o próprio os Estados Unidos da América.

Organizada oficialmente em 06 de abril de 1830, os primeiros passos d’A Igreja de Jesus Cristo não foi marcada somente no campo religioso, mas, na intersecção com outros sistemas simbólicos, como o econômico e político. A relação com o campo político e os assuntos públicos se tornaram um problema, mesmo com a defesa a Constituição norte-americana. Conforme Wald e Calhoun-Brown (2014) os membros da igreja desenvolveram comunidades unificadas que seguiam as recomendações do líder espiritual “sobre assuntos econômicos, sociais e políticos. Seus números crescentes e sua vontade de votar como um bloco os tornaram uma ameaça política” (p.299-300, tradução nossa). Diante disso, os mórmons por diversas vezes foram acusados de heresias, saqueados e violentamente perseguidos em várias cidades, como em Colesville, Kirthland e Missouri.

Após a morte de Joseph Smith em 1844, Brigham Young assume a liderança da igreja tornando-se o colonizador e fundador da grande comunidade de santos dos últimos dias no oeste americano. Liderou diversas missões que pretendia a expansão da igreja em outras nações, o

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação (PGH) na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), graduada em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: jsr.salesrodrigues@gmail.com.

² Orientador da referida pesquisa. Professor titular-pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/DSAU). Leciona no curso de licenciatura em Educação Física os componentes curriculares: Estudos das Manifestações Culturais e Metodologia do Ensino da Capoeira. Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão Artes do Corpo: Memória, Imagem e Imaginário. Professor do Mestrado em História da UEFS. Autor dos livros Campos de Visibilidade da Capoeira Baiana: as festas populares, as escolas de capoeira, o cinema e a arte (1955-1985), Encruzilhada Fotográfica de Marcel Gautherot ? quando o corpo na capoeira é festa e labuta, publicado pela EDUFBA em 2018 e organizador do livro Festa e corpo: as expressões artísticas e culturais nas festas populares baianas, publicado pela EDUFBA em 2014. E-mail: axevitor@gmail.com

que teve resultados imediatos em países europeus como a Inglaterra e Alemanha. No contexto das missões de proselitismo, os primeiros santos dos últimos dias no Brasil, vão se associar a Igreja Mórmon. Por esta razão, analisar a instalação da Igreja Mórmon no Brasil a partir da imigração alemã nas primeiras décadas do século XX possibilita discutir na perspectiva religiosa os processos históricos de imigração ocorrido em terras brasileiras.

Os primeiros membros da Igreja no Brasil foram duas famílias, os Zapf e os Lippelt, que chegaram na condição de colonos alemães que buscavam novas perspectivas de vida. Nos dois grupos haviam sujeitos que se tornaram membros na Alemanha e fez contato com a liderança nos Estados Unidos quando emigraram para o Brasil. Os Zapf são a primeira família, membro da Igreja, porém não tiveram cargos eclesiásticos, com exceção de seu filho (Rudi Arthur Zapf) que chegou ao ofício de Elder. A família Lippelt por sua vez ao chegar no Brasil em 1923 a escreveu para a sede da Igreja em Salt Lake City “solicitando literatura e contando sobre as condições favoráveis para início da obra missionária no Brasil” (SILVA, 2008, p.64), o que gerou conflitos entre a própria família, pois o patriarca buscava justamente afastar-se da Igreja Mórmon.

Na *A Liahona* de 1978 a irmã Blind, descendente da família Lippelt, relata o seguinte: “*Meu avô, de temperamento austero e rígido, de forma alguma queria saber dos mórmons. Queria evitar contato com membros da Igreja a qualquer custo. Pensando solucionar o problema, pesquisava qual o país onde a Igreja não estava estabelecida*”³. Robert Lippelt pretendia se mudar para o México, porém, com a existência de uma comunidade estável de mórmons, optou pelo Brasil. Na primeira metade do século XX, o processo de expansão da Igreja na América do Sul ocorreu de maneira expoente, enviando missionários para o Chile, Argentina, Peru, Equador e Brasil.

Durante o período de organização da Igreja Mórmon no Brasil, a Alemanha vivia um período de extrema pobreza, devido a Grande Guerra entre 1914 e 1918, fazendo com que os bens da população alemã perdesse valor, além disso, a colônia São Leopoldo no Rio Grande do Sul tornou-se popular entre os que pretendia imigrar para o Brasil. Tendo início, na vila de Ipoméia (SC), a Igreja Mórmon se solidificou em território brasileiro. “*Somos de origem alemã. Minha avó e minha tia converteram-se à Igreja na Alemanha. (...) Toda a família arrumou as malas e partiu para o desconhecido, em busca, dizia, de tranquilidade e paz e longe de contato com os mórmons*”⁴, em virtude do trabalho realizado entre pessoas que falavam alemão, todos os missionários e membros foram instruídos a aprender o novo idioma.

A emigração alemã para o Sul do Brasil se insere em contextos de deslocamentos populacionais do século XIX, que segundo Helmar Rolke (2016) em *Raízes da imigração alemã* foi respaldada pelos incentivos nas políticas do Império brasileiro que visava a produção agrícola e a ocupação efetiva do território, convidou para terras brasileiras sujeitos brancos, trabalhadores e livres, tais características condiziam com substrato “científico” vigente, que acreditava na superioridade do branco em relação ao negro e indígena, logo, a inserção de alemães garantiria em certa medida, a mão de obra europeia qualificada, disciplinada e o embranquecimento da população.

Com o crescimento de imigrantes no Brasil, o governo imperial adotou medidas em que os alemães possuísem hectares de terras para a agricultura e pagamentos de subsídios, extintos em 1830 que ocorreu segundo Magalhães (1993) devido o perigo da influência cultural alemã

³ A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS. *Ipoméia, berço do mormonismo no Brasil*. A Liahona, São Paulo, Brasil, v.31, n.5, p.20, Mai.1978.

⁴ Ibid., p.20.

no país, tendo em vista que parte desta população era composta por emigrantes oriundos de movimentos protestantes preocupados com a missão evangelizadora. Até os anos de 1930 houve diversos conflitos no interior das colônias germânicas, e um isolamento com relação aos brasileiros, que passaram a viver uma repressão do Estado liderado por Getúlio Vargas no que se refere a propaganda nacionalista germânica. Compete discorrer que o projeto de Estado de Getúlio Vargas se pautava na construção de um Estado nacional, que visava a uniformização e a consolidação de uma identidade nacional.

Com essas alterações no contexto social brasileiro, a recém criada Missão brasileira também teve que buscar soluções para a continuidade do proselitismo. Em 1939 “o presidente Getúlio Vargas proibiu a realização de reuniões públicas em qualquer outro idioma que não fosse o português” (MACHADO,2013, p. 21), e como todas as palestras eram realizadas em alemão, teve-se que buscar medidas para a continuidade das atividades da Igreja. O Presidente da Missão Brasileira Howells escreveu “[...]estamos em uma situação peculiar aqui, pois somos estrangeiros pregando em língua estrangeira, (alemão), que é uma língua estrangeira também para este país (Brasil)⁵”, isto significa, que a desobediência ao decreto instituído poderia gerar conflitos entre os mórmons, outras comunidades religiosas e autoridades políticas.

A primeira evidência de conflitos no campo religioso brasileiro com os missionários da Igreja Mórmon ocorreu em 1936 na cidade de Jaraguá, em Santa Catarina, “[...] Incitada por um padre, mais de 150 pessoas atacaram os missionários, atirando-lhes pedras. Forçados a ocultarem-se, os missionários deixaram a cidade pouco mais tarde⁶”. Entre muitas razões, no ano seguinte o Livro de Mórmon foi traduzido para o português, por um ex-missionário Daniel G. Shupe que viveu no Rio de Janeiro, em seguida os missionários servindo no Brasil foram designados a aprender a língua portuguesa, “em muitos casos um missionário falava alemão e seu companheiro português, para poderem conversar com qualquer pessoa⁷”, entre 1938 e 1942 a Missão Brasileira passou gradualmente a falar somente português, o que influenciou no crescimento da Igreja no Brasil em áreas predominantemente de população branca e estrangeira, na Bahia, por exemplo, a Igreja vai organizar as primeiras unidades apenas em julho de 1978, um mês após a remoção da restrição ao sacerdócio aos negros.

Após três anos, em março de 1940, a primeira edição do Livro de Mórmon foi fornecida aos missionários, bem como, outros materiais impressos, como panfletos da História de Joseph Smith, sendo o primeiro a ser traduzido, e outros, como “A necessidade da Restauração”, “Um Deus que fala”, “O Livro de Mórmon”, “O Significado da Vida e a Salvação Universal”. Com a entrada direta dos Estados Unidos da Segunda Guerra Mundial houve a interrupção do serviço missionário no Brasil “[...] No fim desse ano (1942), a guerra principiava a cobrar seu tributo da força missionária americana⁸”, com o fim da guerra, o trabalho de proselitismo reinicia no Brasil e em 1948, foi criado o primeiro periódico da Missão Brasileira denominada Gaivota, que logo mais se tornaria a Revista A Liahona.

Por fim, pode-se considerar que o estabelecimento d’A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias no Brasil, foi promovido por imigrantes alemães que se estabeleceram na região Sul do Brasil, em Ipoméia. O Brasil, não estava nos planos imediatos da liderança da Igreja nos Estados Unidos, mas este movimento gerou a inserção do mormonismo em terras brasileiras, e que passou a disputar espaço com outras comunidades religiosas, bem como, se

⁵ **A história da Igreja no Brasil.** In: Notícias locais, A liahona, São Paulo, Brasil, v,38 n.4, p.44-51, Abr./Mai.1985.

⁶ Ibid., p.45.

⁷ Ibid., p.45.

⁸ Ibid., p.46.

adequar as dinâmicas políticas e sociais que estava em vigor. O processo imigratório ao Brasil estabeleceu uma instituição que rejeitasse também os sujeitos nacionais, o que gerou um retardamento, por exemplo, da população negra a Igreja Mórmon.

Palavras-chave: Igreja Mórmon; Imigração alemã; A Liahona.

REFERÊNCIAS

AMORIN, Nádía Fernanda Maia de. **Os mórmons em Alagoas: Religião e Relações raciais**. Editora: FFLCH/USP, 1981.

AMORIN, Nádía Fernanda Maia de. A cultura Mórmon. In. **Rev. de C. Sociais**, Fortaleza, v. 18/19, N.º 1/2, 1987/1988.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Perspectiva. 1974.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano – A Essência das Religiões**. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

MACHADO, Priscila Evely Marinho. **Pureza, Perigo e a Palavra De Sabedoria: Um estudo sobre representações e sociabilidade alimentar entre mulheres mórmons**. Monografia (Instituto de Ciências Humanas), Pelotas, 2013.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no sul do Brasil. 1993. 327f. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279984>. Acesso em: 18 jul. 2018.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da Imigração Alemã –: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo**. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SILVA, Rubens lima da. Os Mórmons em Santa Catarina: origens, conflitos e desenvolvimento. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Presbiteriana de Mackenzie, São Paulo, 2008.

WALD, K. D.; CALHOUN-BROWN, A. **Religion and Politics in the United States**. 7 edition ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.

RECEPÇÕES DE MITOS GREGOS EM FRANKENSTEIN E O PROMETEU DESACORRENTADO, DE MARY E PERCY SHELLEY

Luana da Silva de Souza ¹
Carlos Henrique Armani ²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto “Fronteiras temporais na Inglaterra oitocentista: recepções de mitos gregos na obra Frankenstein Mary Shelley e O Prometeu Desacorrentado de Percy Shelley”, que será desenvolvido no PPGH – UFSM, linha de pesquisa Fronteira, política e sociedade, sob a orientação do Dr. Carlos Henrique Armani.

Num recorte contextual histórico capaz de abarcar, concomitantemente, o período de elaboração dos Estados Nacionais, a Revolução Industrial e o surgimento das ideias racionalistas, iluministas e cientificistas, exaltar o passado chamado de Grécia Antiga se torna uma forma de criar uma linha que avance até a grandiosidade da Europa contemporânea: a Grécia da Antiguidade, sendo o berço da filosofia, fornece uma espécie de “mito fundador” à narrativa de uma herança racionalista do pensamento europeu. Assim, essa grecomania tem ecos na educação inglesa pública e particular do começo do século XIX, que passa a ter bastante interesse pelo estudo dos textos antigos dos autores gregos e romanos, bem como de suas respectivas línguas e gramáticas, sendo o grego, nesse sentido, ainda mais valorizado do que o latim (BARBOSA, 2015).

Dois obras literárias inglesas oitocentistas que apontam para a influência da literatura grega antiga no pensamento de seus autores é *Frankenstein. Ou o Prometeu moderno*, e *O Prometeu Desacorrentado*, ambos trazem em seu subtítulo um elemento claro da presença da mitologia grega antiga. O primeiro romance é de autoria da escritora Mary Shelley, escrito quando ela tinha apenas dezenove anos, entre 1816 e 1817, e o segundo por Percy Shelley, marido de Mary.

De acordo com Pesavento (2004, p. 36), podemos compreender os fluxos e conexões culturais entre culturas quando além de uma questão somente geopolítica, as “Fronteiras culturais remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos ethos, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias”.

Desta forma, essa reflexão nos parece adequada no estudo da recepção de um mito antigo, através da obra Frankenstein, ou o Prometeu Moderno, porque acreditamos que a obra apontada nos permite compreender como um mito antigo foi acessado na modernidade.

Dentre os mitos gregos, o de Prometeu é mencionado no subtítulo dos romances, mas, além dele, que assume grande importância dentro do enredo aqui tratado, na obra de Mary também aparecem alusões a outros mitos igualmente famosos, tais como o de

¹ Mestre e Doutoranda pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo da UFSM – GEMAM/UFSM. E-mail: theluana2010@gmail.com.

² Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e do Programa de Pós-graduação em História. Responsável pelas disciplinas de Teoria da História. Atual coordenador substituto do PPGH. Professor Visitante da Universidad Nacional de Cuyo (Argentina) e da Universidad de la República (Uruguai). Integrante dos grupos de pesquisa International Network for Theory of History e Red Latinoamericana História Pensada. E-mail: carlos.armani@ufsm.br.

Fausto³, o do judeu errante⁴ e o de Golem⁵, que ao serem revistos por poetas e demais literatos, sobretudo os românticos, se tornaram símbolos das contradições e da fragilidade da condição humana (ALEGRETTE, 2010).

Como principal influência para escrever, criar e se impor em uma época onde somente homens tinham diretos a uma educação de qualidade, a autora de *Frankenstein* vê em sua mãe, a intelectual feminista Mary Wollstonecraft, o símbolo de coragem e determinação para se tornar alguém e de criar uma obra prima exclusivamente sua. Wollstonecraft é uma das primeiras mulheres a enviar tratados feministas a serem impressos pelos prelos britânicos. Sua posição educacional é completamente contrária àquelas em voga na época e após viver um período na Escócia, Mary Shelley, ainda chamada Mary Wollstonecraft Godwin, retornou à Inglaterra e, aos dezesseis anos, em 1814, conheceu o escritor Percy Bysshe Shelley (1792-1822), um dos grandes expoentes do Romantismo britânico, sendo este aficionado pelos textos gregos antigos.

De acordo com Gordon (2020), durante a noite de 15 de junho de 1816, se inicia a famosa conversa entre escritores, reunidos na casa do Lorde Byron. Mary, Shelley, Polidori e Byron conversam sobre anatomia, a natureza humana, a criação, Darwin, eletricidade e outros assuntos não aceitos na época. Na noite seguinte Byron lê histórias de terror e se sente frustrado, sugerindo aos amigos que criem cada qual uma história e que a melhor sairia vencedora.

A respeito do gênero literário gótico, utilizado por Mary para a criação de sua obra, apontamos que está estritamente vinculado à uma nova modalidade de poesia e prosa de ficção, que surge a partir da segunda metade do século XVIII, no escopo do romantismo europeu. Como se sabe, a cultura romântica ascende em meio a profundas transformações políticas e intelectuais. A forte consciência histórico-revolucionária, que provoca uma busca das raízes primitivas da nacionalidade; e a filosofia idealista alemã, que promulga a primazia da imaginação, da sensibilidade e do fantasioso; imprimem uma mudança significativa nos referenciais estéticos – ainda atrelados às concepções clássicas –, abrindo caminho para uma revisitação da cultural medieval.

Assim sendo, dentro deste novo gênero literário, Mary Shelley faz uma releitura alegórica do mito grego de Prometeu, dando-lhe um tom de terror, queda e destruição. Em linhas gerais, no mito grego, Prometeu é um titã que, segundo o poeta grego Hesíodo (*Teogonia*) engana Zeus duas vezes. Na primeira, ele divide um boi em duas porções, na primeira porção ele coloca a carne e as entranhas cobertas de couro, na segunda porção, ele coloca só os ossos cobertos da gordura branca do animal. Zeus deve escolher uma das

³Segundo André Dabezeis (1997), o primeiro registro da história de Fausto surge nas regiões da atual Alemanha, por volta de 1480. O Fausto histórico provavelmente foi um alquimista e astrólogo, suspeito de charlatanice, que levou uma vida errante, ele morre enforcado em circunstâncias misteriosas, que dentro do imaginário popular, foram atribuídas a um demônio. Dessa forma, cria-se a lenda de que Fausto teria feito um pacto com essa criatura maligna, que era chamado de Mefistófeles, para obter poderes mágicos e um prolongamento do tempo de vida em troca de sua alma.

⁴ De acordo com Marie France Rouat (1997), o mito do judeu errante, do mesmo modo que o mito do surgimento e da queda de Adão, tem sua origem na ideia do pecado, isto é, um ato transgressivo, que por ser imperdoável aos olhos de Deus, condena o homem a uma existência de sofrimento e privações. O primeiro registro desse relato aparece durante o século XIII, e intitula-se *Chronica Majora* (1259).

⁵ De acordo com Alegrette (2009), o termo “Golem” provém do hebraico e significa “embrião”, e pode ser usado para se referir a Adão, o primeiro homem. Nesse sentido, essa palavra também significa uma massa de terra informe, ou seja, a matéria inerte do corpo do primeiro ser humano antes dessa ser insuflada com o sopro divino de Deus, que por meio dele lhe concede o dom da vida.

mesmas, enquanto a outra será dada aos humanos. Zeus escolhe a segunda, achando que era a melhor. Ao se ver enganado, Zeus tira o fogo da humanidade como castigo, tornando-a imbecil, reservando a inteligência somente aos deuses. Novamente Prometeu entra em ação, dessa vez roubando o fogo sagrado de Héstia e o dando-o aos mortais (BRANDÃO, 2014, p. 538). Assim Prometeu desempenhou um papel crucial na história da humanidade. Tal mito é abordado por diversas fontes gregas antigas, sendo as principais, as obras poéticas de Hesíodo (*Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*, século VIII AEC) e a tragédia *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo (século V AEC.).

Em *Frankenstein. Ou o Prometeu moderno*, Viktor Frankenstein, estudioso e amante da Ciência, decide fazer uma experiência e criar uma vida, um homem, não à imagem e semelhança de si mesmo, mas maior, mais forte e mais resistente. Quando, enfim, a Criatura está pronta, o Criador se arrepende (se assusta?), e a abandona à própria sorte, sem nenhuma companhia ou orientação, mas, como todo ser vivo, disposto a lutar pela própria sobrevivência. A partir daí, a estória se desenvolve, com uma longa batalha entre aquele que criou e aquele que foi criado.

Já Percy Shelley, após a obra de Mary (*Frankenstein*), realiza uma reelaboração romântica da peça perdida de Ésquilo de mesmo nome (*Promētheus Lyomenos*), sobre o mito de Prometeu. O poema foi publicado em 1820 e intitulado *Prometheus Unbound*, traduzido como Prometeu Desacorrentado.

Diante do que foi apresentado, nossas questões de pesquisa são a respeito da dimensão da influência de elementos da cultura grega na obra *Frankenstein. Ou o Prometeu Moderno*, e como se deu a recepção desse mito de forma alegórica nos escritos de Mary Shelley. Pensamos também a respeito de quais leituras Mary teve contato para ter chegado a essa releitura do mito e de que maneiras foram realizadas as mesmas, quais as referências, qual seu contexto social e pessoal e como se deu o estudo desses clássicos gregos. Além de se pensar a importância em se recuperar os clássicos gregos nesse momento histórico e como Mary Shelley dá um sentido contemporâneo a esse mito grego e como o mesmo fornece elementos para a leitura que desembocará tanto no romance gótico, como na ficção científica de Mary Shelley? Pensamos também nas formas de educação feminina no período do começo do século XIX na Inglaterra e, por serem as mulheres mais limitadas que os homens nas possibilidades educacionais formais, de que forma Shelley foi educada e como esse romance apresenta elementos da percepção e escrita feminina e de problemas de uma mulher como Mary Shelley no contexto de início do século XIX na Inglaterra? Assim como o que é apresentado na obra *Prometheus Unbound*, de Percy Shelley e como isso dialoga (ou não) com a obra de Mary em relação às escritas e contexto de ambos escritores?

Neste momento inicial de pesquisa, temos mais perguntas do que respostas, porém temos como hipótese que *Frankenstein* faz uma releitura do mito de Prometeu a partir de elementos da autora enquanto uma mulher em seu contexto específico. Pensamos que seja possível que a criatura Frankenstein, simbolizando a humanidade do mito grego, seria uma espécie de metáfora de realidade feminina da época. Uma vez que no mito de Prometeu, Zeus se nega a beneficiar a humanidade, necessitando da interferência do Titã, acreditamos que talvez Mary Shelley esteja dialogando com a condição feminina de não receber o mesmo suporte educacional, bem como os direitos que os homens recebiam no contexto do início do século XIX. Assim, a criatura Frankenstein, abandonada pelo seu criador, simbolizaria o feminino desamparado pelo Estado, tendo menores condições de educação. Portanto, apontamos para a possibilidade de Frankenstein ter uma influência

direta da obra *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), da mãe da autora.

Apontamos também para a possibilidade de o livro *Frankenstein* dialogar com os traumas vividos por Mary Shelley em relação as suas experiências maternas e a morte prematura de seus dois filhos.

Palavras-chave: Fronteiras; literatura; mitos gregos, prometeu.

REFERÊNCIAS

ALEGRETTE, Alessandro Yuri. Frankenstein: uma releitura do mito de criação. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2010.

BARBOSA, Renata Cerqueira. Sexualidade e gênero na Inglaterra vitoriana: a leitura sobre Ovídio. Londrina: Eduel, 2015.

ÉSQUILO. Prometeu acorrentado. Trad. J. B. Melo e Souza. S.P.: Martin Claret, 2004.

GORDON, Charlotte. Mulheres Extraordinárias: as criadoras e a criatura. Tradução de Giovanna Louise Libralon – Rio de Janeiro: Darkside Books, 2020

HESÍODO. Teogonia. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

SHELLEY, Mary. Frankenstein. Trad. Márcia Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Darkside Books. 2017.

SHELLEY, Percy. The Complete Poetical Works of Percy Bysshe Shelley. Oxford Edition: Including materials never before printed in any edition of the poems. Hutchinson, Thomas (edit). Edited with textual note by Thomas Hutchinson, M. A. Editor of the Oxford Wordsworth. 1994

POLÍTICA E RELIGIÃO NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1933-34

Maria Tereza Silva Maranhão¹
Prof^a Dr^a Marta Rosa Borin²

Resumo: Este estudo parte de três eventos significativos para os rumos da Igreja católica no Brasil: a Constituição de 1891, a instituição da Ação Católica, em 1922 e as revoluções de Vargas, em 1930 e a Constitucionalista, em 1932. Não iremos, no entanto, nos prender a eles, já que se trata de um amplo período, apenas iremos tomá-los como elementos contextuais.

O primeiro ponto, que é a Constituição de 1891, consagrou dois acontecimentos: a proclamação da República, em 1889, e o decreto nº 119-A, em 1890, que determinou o término do sistema Padroado Régio e a não-confessionalidade do Estado. (BORIS, 2007, vol. 9, p. 351).

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja católica empenhou esforços a fim de se afirmar sua hegemonia num momento de instabilidade, seja pelo novo modelo político ou pelas ideologias – o positivismo e o evolucionismo, por exemplo – quando a intelectualidade brasileira³ e outras religiões e religiosidades, com essa abertura constitucional, iam aos poucos se estabelecendo.

No decorrer da década de 1920, fortes movimentos católicos encabeçados por leigos, ainda que estivessem sob o ordenamento eclesiásticos começaram a se formar no Brasil, iniciados a partir da figura de Jackson de Figueiredo. E aqui chegamos ao nosso segundo ponto: a Ação Católica. Instituída em 1922, pelo Papa Pio XI, na encíclica *Ubi Arcano Dei*. No Brasil, ela torna-se oficial somente em 1935, quando Dom Sebastião Leme, Cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, a oficializa. O intuito, de forma geral, foi o de unir movimentos, organizações, obras que já vinham acontecendo, pela ação dos próprios leigos, anteriores à 1922, com o intuito de recristianizar os diversos âmbitos da sociedade que vinham sendo afetados por ideologias e religiosidades que a Igreja condenava.

No início da década de 1930, com as revoluções varguista e constitucionalista, nosso último ponto, temos a instauração do processo constituinte, que culminou em julho de 1934 na promulgação da Constituição, instituída num cenário de crescente pluralidade ideológica e religiosa. A formulação de uma nova Constituição, embora empolgasse alguns membros da Igreja, como vemos no jornal *O Legionário*, também motivou uma certa preocupação⁴. Os leigos católicos tomam para si as causas da Igreja e começam a agir para que o espaço cristão não fosse invadido

¹ Maria Tereza Silva Maranhão é graduanda do curso de História-Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é bolsista PROBIC-FAPERGS, orientada pela Prof^a. Dr^a. Marta Rosa Borin no projeto Religião e Religiosidade: política e imigração. Faz parte também do grupo de pesquisa *Religio*. E-mail: mmatereza03@gmail.com.

² Doutora em Estudos Históricos Latino-Americanos, (UNISINOS/RS); professora do Departamento de Metodologia de Ensino, Centro de Educação (UFSM), do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFSM), do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional (PROFHISTÓRIA/UFSM) e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional (PPGPC/UFSM). Coordenadora do GP *Religio*. E-mail: mrborin@gmail.com

³ Pensamento muito comum aos grupos intelectuais do século XIX, que entendiam que a modernidade, o progresso viria com a secularização da sociedade e a religião daria lugar à crença na ciência e na razão do ser humano. Ver BAUMER, Franklin. **O novo iluminismo**. In: _____. **O pensamento europeu moderno**, v. II, séculos XIX e XX. Lisboa: Edições 70, p. 59-95.

⁴ *O Legionário*, nº 119, 07/05/1933

e para que a Igreja católica obtivesse meios de se afirmar no plano nacional, situação que a Constituição poderia lhe garantir ou lhe tirar. (BORIS, 2007, vol. 9 p. 358-60).

A fim de viabilizar a sua participação e garantir que a moralidade e as reivindicações católicas fossem atendidas na Constituição, em 1932, é criada a Liga Eleitoral Católica. Ela nasceu segundo a perspectiva da Ação Católica, assumindo a ideia de ter a política como um meio e não como um fim⁵, visando: 1) instruir e congregar o eleitorado católico e 2) assegurar que houvesse deputados constituintes comprometidos em defender o programa da LEC na Assembleia Constituinte. Ela se caracterizava enquanto um órgão suprapartidário, do qual poderiam fazer parte dela deputados que não fossem católicos, mas que estariam dispostos a defender o seu programa, ou seja, muito mais universalizante do que um partido. Além disso, são também organizados eventos para congregar os leigos católicos e motivá-los à participação política. (FRANCA; PEDROSA; LIMA, 1932, p. 310 apud BORIS, 2007, vol. 11, p. 375).

Podemos notar, a partir da fonte e da bibliografia, que esse cenário é diferente daquele do início do século. Os grandes inimigos que a Igreja católica projeta nesse momento são o comunismo e o socialismo. (BORIN, 2010) Sendo assim, nosso objetivo é compreender, a partir do conceito de campo religioso e alteridade, de Pierre Bourdieu e Peter Berger respectivamente, o discurso empregado pelo jornal *O Legionário* a respeito da importância da Liga Eleitoral Católica durante o processo Constituinte de 1933-34.

A escolha do tema provém de uma motivação pessoal. O fato de ser católica me faz querer buscar conteúdos sobre a Igreja da qual eu me entendo como parte. Além disso, o fato de ter sido bolsista FIPE Sênior, no projeto guarda-chuva *Religião, Política e Imigração II*, no segundo semestre de 2020, colaborou para a escolha. Nele, desenvolvemos uma pesquisa acerca do período da Primeira República indo até o governo de Getúlio Vargas – Estado Novo –, abrindo-me um amplo panorama sobre o tema. Agora, continuo sendo bolsista, mas pelo programa PROBIC-FAPERGS-UFSM, com o projeto *Religião e Religiosidade: Política e Imigração no Brasil*, anos de 1930 a 1945, que terminará ao final do primeiro semestre de 2022. Ambas as pesquisas foram (e estão sendo), portanto, de suma importância à minha formação, além da minha participação no grupo de pesquisa *Religio*.

A fundamentação teórica da pesquisa, expressa em seu objetivo, se desenvolve a partir do conceito de campo religioso, de Pierre Bourdieu, que o entende enquanto um espaço de disputas por aquilo que ele chama de monopólio da gestão dos bens de salvação. Nesse caso, os bens de salvação, o catolicismo estava relacionado à gestão da hegemonia do catolicismo e isso seria reconhecido pelos leigos. (BOURDIEU, 2007, p. 57).

Bourdieu utiliza o termo profetas para designar os contestadores do sistema. Eles vêm para questionar o *status quo* do campo religioso e podem vir a colocar em risco a legitimidade e o domínio da Igreja Católica sobre a gestão desse monopólio.

No nosso caso esses profetas, seriam para a Igreja Católica, as outras crenças e ideologias que estavam ganhando espaço nas áreas política, de modo que eles consideravam afetar as áreas social, moral, intelectual e econômica do Brasil. Mediante os resultados do processo Constituinte, poderiam deixar a Igreja de fora, limitando ou acabando com a sua liberdade, o predomínio da sua ética e da sua moralidade diante dos fiéis. Na linguagem de Bourdieu, o monopólio da gestão dos bens de salvação da Igreja Católica, que seria a sua hegemonia, estaria em risco (BOURDIEU, 2007, p. 28-36).

A criação da LEC faz parte de um projeto da Igreja que visa recristianizar a sociedade, a Ação Católica. E quando Bourdieu nos diz a respeito da aceleração dos escritos canônicos em

⁵ *O Legionário*, nº121, 04/06/1933

tempo de crise, causada por esses profetas, nós podemos entender a LEC porque a sua ação teve esse propósito de conferir legitimidade e permanência da moral e dos ensinamentos da Igreja católica por meio deste trabalho de formação intelectual amparado pela hierarquia da Igreja e no âmbito da política (BOURDIEU, 2007, p. 68).

O Legionário, nossa fonte de pesquisa, é um órgão da Congregação Mariana da Anunciação de Nossa Senhora, da Paróquia de Santa Cecília – São Paulo. A devoção pode ser entendida, a partir de Bourdieu, enquanto capital cultural e religioso que desenvolve um sistema simbólico próprio. Sendo assim, a devoção mariana, entendida como um sistema simbólico, une pessoas num mesmo propósito e num mesmo comprometimento, e nesse período também somam esforços ao unirem-se a favor da Liga, em prol da permanência da Igreja Católica enquanto gestora desse monopólio dos bens de salvação, como demonstra *O Legionário* em vários de seus artigos.

Sobre o conceito de alteridade, iremos utilizá-lo para explicar esses embates entre a Igreja Católica e as outras religiosidades e ideologias. Segundo Peter Berger, a alteridade revela o encontro com o “outro”, com o diferente. Esses encontros nem sempre acontecem de forma harmoniosa, como nos revela *O Legionário*. Esse “outro” era visto pela Igreja como uma ameaça, da qual ela combatia e tentava se sobrepor.

Na leitura de Berger ainda, tendo em mente a noção de campo religioso de Bourdieu, os membros da Igreja, leigos e sacerdotes seriam esse povo imigrante, pois teoricamente a sua pátria seria o Céu, e os “outros” seriam as ideologias e religiosidades que, ao competir pelo espaço, com eles poderiam colocar em risco a sua chegada à pátria celeste. E neste cenário de forte secularização e pluralismo a tendência do grupo seria a padronização e o alinhamento à Roma, a fim de manter a manutenção da estrutura da plausibilidade e da ordem estabelecida mediante essa constante alteridade. O período incorre também no risco da perda de confiança na identidade de ser católico. Ou seja, essa convocação à formação de consciência católica que a LEC buscou desenvolver a partir desse temor ilustrava a própria fragilidade dessa identidade e dessa religiosidade fora da hierarquia da Igreja, de modo que segundo Berger, ao âmago desses processos está a necessidade da construção social ser constantemente sustentada (BERGER, 1985, p. 59-60 apud MARINUCCI, 2007, p.91)

A nossa principal fonte é, portanto, o quinzenário paulistano – comumente chamado de jornal aqui – *O Legionário*. Partimos de uma abordagem qualitativa, escolhendo artigos que falassem que envolvessem a LEC e assuntos subsequentes a ela, e a partir das teorias propostas acima, irei lê-los sob estas óticas. O período recortado está entre os meses de janeiro de 1933 a julho de 1934. Cabe dizer, no entanto, que no presente momento a pesquisa ainda se encontra em andamento.

Estamos vendo que, de acordo com *O Legionário* e com as bibliografias, os limites estabelecidos pela Igreja Católica entre a religião e política no processo Constituinte, nos permitem entender a Liga Eleitoral Católica como sendo esse instrumento de proximidade nesse campo religioso que também compreende o político, podendo entendê-la enquanto aquela que vive, de forma mais direta, em constante alteridade, exercendo esse papel de articuladora para a afirmação da hegemonia da Igreja Católica.

Palavras-chave: campo religioso; política; Liga Eleitoral Católica.

REFERÊNCIAS

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República**. Tese. (Doutorado em Estudos Históricos e Latino Americanos) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, RS, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In.: **A economia das trocas simbólicas**. Perspectiva: São Paulo, 2007. pp. 27-78. Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf>> Acesso em: 29 ago 2021.

FAUSTO, Boris (org.). A Igreja na Primeira República. In.: **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, Tomo III O Brasil Republicano. Vol. 9. Sociedade e Instituições (1889-1930), 2007. p. 348-370.

_____. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização; A Igreja Católica. In.: **História geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, Tomo III O Brasil Republicano. Vol. 11. Economia e Cultura (1930-1964), 2007. p. 337-421; 422-426.

MARINUCCI, Roberto. **Religião, alteridade e migrações: a estrangeiridade como caminho de encontro**. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, nº 28, 2007.

O JORNAL A FEDERAÇÃO E AS FORMAS DE REPRESENTAR GETÚLIO VARGAS NOS ANOS DE 1936 E 1937

Yuri Batista da Silva¹

Resumo: O jornal A Federação foi aprovado no I Congresso do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em 1883 e passou a circular em 01/01/1884. Dentre suas diretrizes, destaca-se a primeira: “Discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema de governo republicano no Brasil” (OSÓRIO, 1930, p. 18 apud VIZENTINI, 1980, p. 325). Tratava-se, assim como outros tantos no período, de um jornal de cunho partidário, vinculado ao PRR e com objetivos doutrinários, estampando em seu cabeçalho sua filiação “Organ do Partido Republicano”.

Em 1893, já em um Brasil republicano, o PRR assume a presidência do Rio Grande do Sul com Júlio de Castilhos e a partir de então o jornal A Federação torna-se o porta-voz e principal defensor do Poder Executivo Rio-grandense. Até 1930, foi responsável pela construção e manutenção de representações positivadas dos presidentes do Estado – primeiro com o já mencionado Júlio de Castilhos, mas também Borges de Medeiros, Carlos Barbosa e Getúlio Vargas (JUNGMANN, 1980, p. 393).

Elencamos como categoria de análise o conceito de representações a partir de Roger Chartier, onde este as considera como “figuras graças às quais o presente pode ganhar sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (2002, p. 17). Em outras palavras, entendemos que as representações são elaborações de significados que conferem sentido a realidade de uma determinada época.

Os veículos de imprensa e especialmente os jornais ocupam um papel de grande relevância na construção e difusão dessas representações e um de seus principais papéis é disputar o imaginário social da sociedade em que se inserem em prol dos interesses dos grupos e/ou indivíduos que os forjaram ou mantêm. A respeito do imaginário social, entendemo-nos como um “aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos” (BACZKO, 1985, p. 309). É por meio do imaginário social, por exemplo, que um coletividade

Designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código do ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc. (Ibidem.).

Diante da importância do imaginário social, grupos e indivíduos buscam através de diversos mecanismos disputa-lo, uma vez que o controle “da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças.” (Ibidem., p. 312).

Os jornais podem ser considerados como mecanismos de disputa por esse imaginário social ao construírem representações positivas dos grupos ou indivíduos a quem eles defendem

¹ Graduado em História – Licenciatura pela UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa CNPQ História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin. E-mail: yurisolva67@gmail.com.

ou representações negativas daqueles que são considerados rivais, almejando influenciar da melhor maneira possível uma real influência sobre os comportamentos individuais e coletivos, o que permite reivindicar mudanças dentro de uma determinada sociedade ou fazer a manutenção dos poderes e posições estabelecidos em um determinado momento.

O jornal A Federação cumpriu esse papel em prol dos presidentes do Estado membros do PRR até 1930, quando mudanças na conjuntura política estadual e nacional repercutem sobre esta folha que foi considerada por Francisco Rüdiger como o maior representante de uma tendência do jornalismo gaúcho chamado de político-partidário (RÜDIGER, 2003, p. 43).

A Revolução de 30 alçou Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul, ao cargo de Chefe do Governo Provisório do Brasil após a destituição do presidente Washington Luís. Ao ocupar o posto, Vargas nomeou interventores para diversos estados da nação e para o Rio Grande do Sul foi nomeado o general Flores da Cunha, igualmente membro do PRR até então. Durante o ano de 1930, A Federação passa por uma mudança de editor: sai Othelo Rosa e entra João Carlos Machado. Apesar de ambos serem políticos do PRR, faziam parte de gerações distintas dentro do partido que cada vez mais expressavam certas divergências de pensamento e posicionamento; no caso de Othelo Rosa, ex-secretário de Borges de Medeiros, era alinhado ao que ficou conhecido como velha geração do partido, enquanto João Carlos Machado era alinhado com a nova geração encabeçada por nomes como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, dentre outros (VIZENTINI, 1980, p. 329-330).

Dois anos mais tarde, a Revolução Constitucionalista em São Paulo contestou Getúlio Vargas e por quase três meses levantou armas contra o governo federal. No Rio Grande do Sul, alguns membros dos velhos partidos políticos PRR e PL (Partido Libertador) coligados em torno da Frente Única Gaúcha (FUG) decidiram romper com o já debilitado apoio a Getúlio Vargas e aderiram a causa paulista, o que chegou a culminar em um levante organizado no estado – o que foi rapidamente derrotado com os principais líderes de cada partido sendo exilados; enquanto isso outros membros desses mesmos partidos decidem manter seu apoio a Getúlio Vargas, incluindo Flores da Cunha que havia cogitado apoiar a causa paulista. Flores da Cunha então, após manter-se fiel a Vargas, organizou com outros ex-membros dos antigos partidos a formação de um novo, o Partido Republicano Liberal (PRL). O jornal A Federação nesse cenário continuou existindo, mas sob controle de Flores da Cunha, chefe do PRL, e em seu cabeçalho foi estampado “Órgão do Partido Republicano Liberal”.

O jornal que sempre atuou em prol dos interesses do PRR, especialmente em torno daqueles que ocuparam o Executivo rio-grandense migrou para o partido recém criado e foi instrumentalizado em favor da imagem do Interventor e, a partir de 1935, Governador Flores da Cunha.

Se em 1932 Flores da Cunha quase apoiou o levante contra Vargas, mas acabou optando por permanecer lhe apoiando, em 1935 os ânimos entre os dois começaram a esquentar novamente. Entre outros pontos de atrito, a interferência de Flores da Cunha nas eleições para governador do Rio de Janeiro parece ser o principal elemento que levou a cisão entre ambos. Apesar disso, Elíbio Junior ressalta que as cartas e telegramas trocadas diretamente entre os dois políticos em finais de 1935 continham declarações que buscavam indicar que a relação permanecia alheia aos conflitos políticos do período (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 153).

A mídia geral não tardou em expor os possíveis desentendimentos entre Vargas e Flores da Cunha, os quais, durante os primeiros meses foram respondidos como fruto de intrigas e tramas daqueles que buscavam jogá-los um contra o outro. Enquanto isso no âmbito pessoal, ambos mantinham um intenso canal de comunicação com outras forças políticas e buscaram

ampliar seus respectivos poderes, ao mesmo tempo que utilizaram aliados como informantes que apresentavam suas visões e acusavam os planos de poder que estariam por trás das ações praticadas pelo outro. Essa ação velada, imersa em intrigas, sem confronto direto assumido, sem exposição oficial na mídia, sem objetivos claros defendidos mas que refletia em ações concretas cujas verdadeiras intenções motivadoras estavam disfarçadas – tais como na interferência na política de outros Estados, manejo de cargos e intenso diálogo com outras correntes políticas – acabou sendo percebida e/ou acusada pelos agentes envolvidos e por vezes foi nomeada de hostilidade surda ou luta surda.

Ao analisarmos os editoriais do jornal A Federação durante o ano de 1936, podemos concluir que o conflito entre ambos ainda não era totalmente exposto na mídia oficiosa. Apesar disso, sabendo da existência do conflito, é possível ver alguns elementos que indiretamente buscaram fazer críticas ao governo central e, junto com isso, construir uma certa imagem de Flores da Cunha. No editorial de 24 de março de 1936, A Federação buscou justificar o apoio de Flores da Cunha contra a Revolução Constitucionalista de 1932 alegando que já naquele momento, o Interventor gaúcho, percebendo ser um “movimento contra homens, não a favor de princípios” precisou ficar ao lado de Getúlio Vargas para manter o que foi conquistado pela Revolução de 30 (A FEDERAÇÃO, n. 70, 1936, p. 1).

Em defesa da Constituição e da democracia, o governador Flores da Cunha e o PRL se colocaram a partir da decretação do Estado de Guerra cada vez mais como os verdadeiros defensores dos ideais políticos da Revolução de 30. Ainda não se encontra no discurso do A Federação durante quase todo o ano de 1936 ataques diretos a figura de Getúlio Vargas, mesmo que haja uma crescente defesa da democracia. Isso fica muito claro em um editorial intitulado A Verdadeira Democracia onde afirmou-se a existência de forças – sem explicitar quais forças eram essas – que diziam defender a democracia, mas que na verdade a atacava (A FEDERAÇÃO, n. 153, 1936, p. 1).

O tom velado das críticas feitas no A Federação corroboram com a ideia de que a disputa entre ambos ainda não era publicizada, mesmo que por outros meios e de forma dissimulada cada um buscava fortalecer sua posição. Isso muda ainda em dezembro de 1936 quando o jornal reproduz em primeira página o discurso do Deputado Federal baiano João Mangabeira criticando o esforço de Getúlio Vargas para prorrogar o Estado de Guerra, o que era visto como um ataque a democracia (A FEDERAÇÃO, n. 288, 1936, p. 1). Neste momento, a figura de Getúlio Vargas começa a aparecer como grande representante dos interesses antidemocráticos no país.

Os ataques a Vargas n’A Federação recrudescem a partir de março de 1937 quando ocorre a intervenção do governo central no Distrito Federal. Em editorial intitulado A Intervenção no Distrito, o jornal ressalta o golpe que isso foi a autonomia dos Estados e a associação que se pode fazer entre a política varguista com aquela que teria existido na República Velha (A FEDERAÇÃO, n. 63, 1937, p. 1). Sendo Vargas um dos principais líderes da Revolução de 30, A Federação buscará demonstrar ao longo dos próximos meses que Vargas traiu aquele movimento, enquanto Flores da Cunha e o PRL mantinham-se como os verdadeiros defensores dos princípios que haviam motivado a revolução. Vargas passará a ser associado a velha política arbitrária, violenta e indigna que existia no pré-30 e em diversas ocasiões A Federação buscou explorar o possível apoio que o ex-presidente deposto Washington Luís teria dado a Vargas em 1937, o que evidenciava a proximidade ideológica entre os dois (A FEDERAÇÃO, n. 133, 1937, p. 3; A FEDERAÇÃO, n. 150, 1937, p. 1).

Representar Getúlio Vargas como um ditador inconstitucional associado à política da República Velha e que apenas buscava se manter no poder foi a grande tônica do jornal A

Federação; ao mesmo tempo, contrapondo-se a isso teria, segundo o jornal, a figura de Flores da Cunha, democrático, constitucional e aquele que encarnava os princípios da Revolução de 30.

Nas páginas de A Federação, Getúlio Vargas foi visto como extremamente manipulador, praticante de um “oficialismo crepuscular” que apenas usava grupos e pessoas para atingir seus objetivos, fato que ocorreu com a FUG após novo rompimento com o governo gaúcho (A FEDERAÇÃO, n. 141, 1937, p. 1); com sua tolerância às ações integralistas onde “a agitação integralista poderá ser útil ao presidente crepuscular, uma vez que constitua plausível pretexto para ulteriores atitudes de s. ex.” (A FEDERAÇÃO, n. 190, 1937, p. 3); e o próprio José Américo, considerado pelo jornal como candidato que Vargas foi obrigado a apoiar apenas enquanto seguia tramando seu plano de ficar no poder (A FEDERAÇÃO, n. 154, 1937, p. 3). Outro elemento que foi importante na construção da imagem de Vargas neste jornal, refere-se a uma espécie de sadismo do presidente. A partir de acusações feitas pelo Deputado João Mangabeira – irmão do já mencionado Deputado Otavio Mangabeira – de casos de tortura praticados por Filinto Muller a presos políticos e com consentimento de Vargas, A Federação não deixou de fazer sua forte crítica ao presidente: “[...] enquanto no fundo das masmorras policiais os presos políticos sofriam toda sorte de vexames e suplícios físicos, como bem acentua o parlamentar baiano, o sr. Getulio Vargas sorria e mamava aquele seu eterno e monumental charuto!” (A FEDERAÇÃO, n. 157, 1937, p. 1). O sadismo da governança de Getúlio Vargas associava-se a uma ideia muito presente nos editoriais do jornal de que presidente, em sua sina por manter-se no poder, seria capaz de qualquer coisa.

Todos esses discursos, todas essas formas de representar Getúlio Vargas foram reproduzidas incansavelmente ao longo do ano de 1937 nas páginas do jornal A Federação. Se por um lado no ano de 1936 foram encontradas poucas menções diretas a Vargas, o que cria uma espécie de zona de silêncio em torno do presidente e que se justifica pelo fato da relação entre ambos estar fortemente abalada ainda que não totalmente aberta a ataques públicos, sobre o ano de 1937 não se pode falar o mesmo; os editoriais da primeira página criticando o poder central foram praticamente diários e foi extremamente comum a nota presente na página três conter uma outra crítica. Além disso, discursos de políticos e reportagens de outros jornais do país que criticavam o presidente foram reproduzidas nas páginas do jornal em diversos momentos.

Apesar dos esforços do jornal A Federação em fazer ataques ao presidente e defender Flores da Cunha, isso não foi suficiente para impedir que o governador – que neste momento estava bastante isolado politicamente – fosse obrigado a renunciar em 18 de outubro de 1937 após a federalização da Brigada Militar, sua última chance de oferecer qualquer resistência.

O jornal A Federação que deste 1935 foi editorado por Celestino Prunes passou, com a renúncia de Flores da Cunha, para o controle do grupo interno do PRL intitulado Dissidência Liberal, cuja característica mais marcante era apoiar Getúlio Vargas, e quem assumiu o cargo de editor-chefe foi Moysés Vellinho. A Federação de Moysés Vellinho caracterizou-se pelo apoio ao governo Vargas e ao novo Interventor do Rio Grande do Sul Daltro Filho, por publicar notícias e editoriais que buscaram expor o clima de otimismo com a política do momento e também por ter publicado textos sobre a ameaça comunista. Em outras palavras, com a mudança de editor do jornal, mudou completamente o tom dos discursos e formas de representar Vargas, inclusive no que dizia respeito a Revolução de 30, quando o presidente – que em 11 de novembro revogou a constituição e decretou o Estado Novo – foi novamente encarado como grande nome da revolução e dos princípios que ela teria defendido em sua época (A FEDERAÇÃO, n. 254, 1937, p. 1).

Mesmo com a nova inclinação política que assumiu a folha, o jornal A Federação após 53 anos de atuação no cenário político gaúcho e justamente por seu caráter político-partidário, assim como tantos outros jornais do período, precisou encerrar suas atividades junto com os partidos políticos que foram proibidos por Decreto do Estado Novo.

Palavras-chave: representações; Getúlio Vargas; Flores da Cunha; A Federação.

REFERÊNCIAS

A FEDERAÇÃO: ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO (RS) – 1884 A 1937. Rio de Janeiro: **Biblioteca Nacional Digital**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=12685>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manuel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha**: Governo, História e Política (1930-1937). 2006. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

JUNGMANN, Cristina. Os republicanos liberais e a nova fase de “A Federação” (1932/1937). In: TRINDADE, Hélgio (org). **Revolução de 30**: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 393-402.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Facundes. “A Federação” e os republicanos históricos rio-grandenses (1928-1932). In: TRINDADE, Hélgio (org). **Revolução de 30**: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 325-333.

7. Cultura e sociedade entre os séculos V e XVII: possibilidades de estudo

O presente simpósio tem como intuito contribuir para as discussões que têm sido propostas acerca da Idade Média e Renascimento. Tendo como tema central a cultura e sociedade entre os séculos V e XVII, o simpósio busca fomentar debates entre pesquisadores e pesquisadoras interessados, promovendo a divulgação de novas produções. São bem-vindas pesquisas concluídas ou em desenvolvimento que perpassam os temas historiográficos e abarquem o poder, o imaginário, a cultura e as religiosidades no Medievo e no Renascimento.

HISTÓRIA E LITERATURA: REPRESENTAÇÕES DA CAVALARIA MEDIEVAL NA OBRA *TIRANT LO BLANC* (SÉCULO XV)

Láisson Menezes Luiz¹
Dra. Adriana Vidotte²

Resumo: A obra sobre a qual pretendemos nos debruçar trata-se de *Tirant lo Blanc*, uma novela de cavalaria valenciana de autoria de Joanot Martorell (1413-1468), escrito por volta de 1460 e publicado pela primeira vez em 1490. Esta obra, não se afasta da grande erupção dos romances de cavalaria que percorreu a Europa do século XV, em que podemos observar as seções cortesãs e inúmeros combates singulares, histórias de amor e choques entre exércitos, bem como os múltiplos e variados acontecimentos relacionados com aquele contínuo “errar” que disseminou homens e fatos pelo Oriente Médio, África do Norte e pela Europa ocidental, em busca de uma ambiciosa fama que apenas a aventura podia proporcionar (SANSONE, 2009, p. 747-748). A obra de Martorell não fugiu a regra, uma vez que as aventuras de Tirant se passam em regiões situadas na Inglaterra, Sicília, Rodes, Constantinopla e em regiões situadas no norte-africano.

Mas o que caracteriza e diferencia *Tirant lo Blanc* dos outros romances de cavalaria tornando esta obra singular, é o seu realismo em que o autor procurou retratar a sociedade e a vida cavaleiresca do século XV. Por isso, a obra de Joanot Martorell é o que Albert Soler Llopart (2003, p. 194) chamou de “novela histórica”. Mas *Tirant lo Blanc* é antes de tudo uma “novela cavaleiresca” gênero que apareceu no século XV e que seria distinto dos “livros de cavalaria”, que situam suas narrativas em tempos fantásticos e terras maravilhosas com dragões, magos, enquanto a “novela de cavalaria”, se caracteriza por seu realismo e sua vinculação a fatos reais da época do autor. Esta distinção que foi estabelecida por Martin de Riquer, e que teria como seus representantes *Tirant lo Blanc* e *Curial e Guelfa*, as duas únicas novelas de cavalaria (COSTA, 2012, p. 546).

Com relação ao conteúdo da obra, esta vai nos contar o passo a passo das aventuras guerreiras do cavaleiro Tirant, desde o momento em que ele aprende sobre a arte da cavalaria a partir dos ensinamentos do eremita. Depois que Tirant aprende toda a teoria da cavalaria ele é nomeado cavaleiro pelo rei da Inglaterra e posteriormente se torna membro de uma ordem de cavalaria, na qual ele acaba se tornando o melhor cavaleiro da ordem, o que fez com que ele ganhasse fama e ficasse conhecido em várias regiões. E a partir desse momento ele começa a percorrer diversas regiões da Europa ocidental, pelo norte africano e chegando à Constantinopla, onde grande parte da história é desenvolvida. Por fim a obra termina com Tirant sendo nomeado César, o grande imperador da Grécia.

Sobre o autor Joanot Martorell, existem poucas informações a respeito de sua vida. Sabe-se que nasceu por volta de 1413 e que pertenceu a uma nobre família de Gândia, região que fica próxima a Valência. Morou durante algum tempo na Inglaterra,

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CAPES/FAPEG. Membro do Laboratório de Estudos Medievais (LEME-UFG). laissonmenezes@gmail.com

² Professora da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Professora do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade de Alfenas (UNIFAL). Coordenadora do Laboratório de Estudos Medievais (LEME-UFG).

onde provavelmente teve contatos com diversas fontes que serviram de base para a criação da sua obra.

Ao longo da narrativa, percebemos que além de aparecer marcas de diversos romances de cavalaria, Joanot Martorell utilizou como base diversos autores para escrever a sua obra, entre essas referências podemos citar Ramon Muntaner (1265-1336), Francesco Petrarca (1304-1374), Giovanni Boccaccio (1313-1375), Bernat Metge (1340-1413), Jean de Mandeville (1300-1371), Guido de Colonne (1210-1287), Dante Alighiere (1265-1321), Ramon Llul (1232-1316), Juan Rodriguez del Padrón (1390-1450) entre outros. Além dessas referências Martorell utilizou outras obras como crônicas, biografias entre outros documentos oficiais afim de garantir uma maior veracidade dos fatos narrados em sua obra (SASOR, 2008, p. 109-110).

Com relação ao contexto em que a obra foi escrita, este foi marcado pela instituição política religiosa da Inquisição dos reis católicos, expulsão dos mouros do reinado de Granada e pelas andanças de Colombo, junto a coroa espanhola afim de colocar em prática a sua empreitada de chegar as Índias pelos caminhos ocidentais (PEIRUQUE, 2009, p. 181).

Portanto, a obra *Tirant lo Blanc* de Joanot Martorell, é um importante documento não só para a compreensão do espaço em que o autor estava inserido, mas a partir dessa obra podemos ter uma maior noção das visões de mundo e das ações e transformações que afetaram o espaço das relações sociais, políticas, culturais e imaginárias das pessoas no século XV.

Esta pesquisa tem como objetivos, compreender a ideia de cavalaria difundida na obra. Identificar e comparar as imagens e visões de mundo perpetradas pela obra de Joanot Martorell e como elas estavam vinculadas com o mundo real. Elucidar os motivos e interesses que levaram o autor a escrever sua obra. Analisar a percepção dos espaços sociais (cultura, política e imaginários). Compreender a partir dos conceitos de representação, imaginário, como as pessoas manifestavam e expressavam as suas visões de mundo.

Um dos interesses que motivaram a construção desse trabalho, foi saber que durante alguns séculos não se ouviu falar sobre o paradeiro de *Tirant lo Blanc*, apesar de alguns príncipes e membros da nobreza terem encomendado traduções desse livro, como foi o caso do príncipe D. Fernando de Portugal (1433-1470), filho do monarca D. Duarte (1433-1438), que encomendou a tradução dessa obra com Martorell. Mas até onde se sabe estas traduções foram perdidas ao longo do tempo, restando apenas alguns fragmentos de uma edição catalana de 1497 e uma edição castelhana de 1511. A obra só voltou a cena em meados do século XX graças ao empenho levados a cabo por Mario Vargas Llosa e Martin de Riquer.

Mas o que o motivou ainda mais a construção desse projeto, foi a pouca atenção que os historiadores deram não apenas a esta obra, mas de uma maneira geral os historiadores pouco se aventuraram a fazer suas pesquisas a partir dos romances de cavalaria, principalmente dos livros ibéricos, onde muitos ficaram relegados aos estudos literários e filológicos (ALBERTO, 2013, p. 344). Mesmo sendo considerado um dos tesouros produzidos no final da Idade Média, ainda tem muito a se conhecer não apenas sobre a obra, mas sobre o autor e o contexto no qual estavam inseridos. Tendo por base esses fatores, destacamos a pertinência desse projeto, na qual além de buscarmos fazer a análise histórica da obra, procuraremos chamar a atenção dos historiadores para utilização das novelas de cavalaria como fontes históricas e como estas podem nos revelar diversos elementos da sociedade no qual estavam inseridos.

Com relação aos aspectos teóricos e metodológicos, sabe-se que até meados do século XIX a literatura não era utilizada como fonte pelo historiador, pois não tinha como produzir uma história do Estado/Nação a partir do texto literário, por isso os historiadores privilegiavam os documentos oficiais. A literatura só passou a ser pensada como fonte a partir dos Annales, na qual passou a ser utilizada para a compreensão das visões de mundo elaboradas pela sociedade.

Com isso, o historiador que utiliza documentos literários como fonte histórica deve decifrar os sentidos que eles veiculam, deve perceber além do que está impresso, bem como as percepções da realidade. Sendo assim, o papel do historiador não pode ser reduzido a comentários dos textos, este ao utilizar tais obras como fonte de seus estudos deve fazer a confrontação entre os dados extraídos da obra literária com aqueles advindos da sociedade da qual ele se originou. O historiador deve perseguir a recomposição da trama social, ancorada no tempo de produção e circulação da obra. Portanto, a leitura de imagens e discursos veiculados pela literatura deve estar necessariamente articulada com a leitura de elementos extraídos da concreticidade da vida real que, com essas imagens e esses discursos, constituem a realidade histórica (PEREIRA, 2010, p. 359).

Portanto, para se fazer a análise de uma fonte histórica com as características de *Tirant lo Blanc*, é importante que se observem as discussões sobre o conceito de imaginário, representação.

Saber como um grupo humano vivia é uma das funções da história. Mas igualmente importante é saber como eles pensavam, que conjuntos de valores preservavam e como representavam a realidade. Portanto, mostrar como o cotidiano vivido era representado na imaginação dos homens e mulheres de uma determinada época faz com que este tipo de análise se insira no campo do imaginário e das representações (MEDEIROS, 2008, p. 139). Mesmo a obra de Martorell sendo considerada diferente das demais, devido ao seu realismo, esta não deixa de ser influenciada pelas imagens criadas e forjadas pela sociedade em que o autor estava inserido. Pois cada cultura, cada sociedade por mais complexa que ela seja, tem o seu imaginário. Entendemos que a definição de imaginário é polêmica, uma vez que o termo atualmente possui uma variedade de sentidos e usos.

Com relação ao imaginário, entendemos este como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo. (PESAVENTO, 2014, p. 43). Este conceito nos ajuda a compreender as imagens e as visões de mundo produzidas por homens e mulheres durante o século XV.

Outro importante conceito para o nosso trabalho é o de representação, acreditamos que este nos ajudará a estabelecer o cruzamento entre as representações da realidade social, expressas pela obra literária, e outros elementos elucidativos da experiência social. É necessário reconhecer a inserção dessas formas de representação em sistemas históricos, em estruturas e transformações históricas que se impõem ao historiador como objetos de seu estudo. Ao se trabalhar com a literatura como fonte, a perspectiva de análise historiográfica deve estar voltada para a realidade histórica, estando inclusos nessa ideia de realidade não apenas o “mundo exterior a literatura”, as estruturas econômicas, sociais e políticas, mas também as ideias, as representações e a própria literatura, “produtos não menos reais da imaginação contemporânea das realidades” (MEDEIROS, 2011, p. 359-360).

Um dos historiadores que mais explorou o conceito de representação foi, Roger Chartier. Para este autor, cada sociedade cria as suas representações do mundo e essas

imagens coletivas que se formam e se transformam e que são apropriadas diferentemente pelos diversos segmentos sociais. Para este autor, as representações, inserem-se em um campo de competição, em que cada grupo procura impor a sua visão de mundo, o que acabam produzindo verdadeiras “lutas de representação”. E essas lutas geram inúmeras apropriações possíveis de representações, de acordo com os interesses sociais, com as preferências políticas, motivações e necessidades que se confrontam no mundo. (CHARTIER 1990, p. 17-28).

Como ressalta Jaume Aurell (2015, p. 197), os textos históricos são produtos do mundo social de seus autores e, nessa perspectiva, devem ser percebidos como espelhos da sociedade e geradores de realidades sociais. De fato, “quem elabora os textos históricos atua simultaneamente como leitor do mundo ao seu redor e como escritor deste mundo [...]. No texto histórico se tece o discurso que reflete uma realidade social, mas que ao mesmo tempo constrói esta realidade”.

Neste sentido, observamos que *Tirant lo Blanc* reflete, em alguns aspectos, as vivências do autor Joanot Martorell. Percebemos também que um dos objetivos do autor foi o de “iluminar” aqueles que pertenciam à cavalaria, apresentando-lhes exemplos de bons costumes para evitar que estes cometessem atos monstruosos e caíssem em vícios. Uma vez que, apenas homens virtuosos seriam merecedores de honra, glória e fama.

Palavras-chave: Idade Média; literatura; cavalaria.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Rodrigo Moraes. “Cosas admirables fuera de la orden de la natura”: projeto sobre a admiração e o maravilhoso na Península Ibérica tardo-medieval n’O Amadis de Gaula (1508). In: ALMEIDA, Cibele Crosseti de; TEIXEIRA, Igor Salomão. **Reflexões sobre o medievo III: práticas e saberes no ocidente medieval II**. São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 337-353
- AURELL, Jaume. O novo medievalismo e a interpretações dos textos históricos. **Roda da fortuna – Revista eletrônica sobre antiguidade e medievo**, v. 4, n. 2, p. 184-208, 2015. Disponível em: <<https://www.revistarodadafortuna.com/2015-2>>. Acesso em: 04 de outubro. 2021.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- COSTA, Ricardo da. Um jóia medieval no alvorecer do Humanismo: a novela de ca <valaria *Curial e Guelfa* (século XV). In: MONGELLI, Lênia Márcia (Org.). **De cavaleiros e cavalarias. Por terras de Europa e Américas**. São Paulo: Humanistas. 2012, p. 539-549.
- LLOPART, Albert Soler. **Literatura Catalana Medieval**. Barcelona: Editorial UOC, 2003.
- MARTORELL, Joanot. **Tirant lo Blanc**. Tradução: Cláudio Giordano. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- MEDEIROS, Márcia Maria de. Romance de cavalaria: tessituras entre arte e mito na literatura medieval. Interdisciplinar. Ano 3, v. 7, n° 7, p. 137-146, Jul./Dez. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1077>>. Acesso em: 03 de outubro. 2021.
- PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. A literatura de cavalaria na cultura do ocidente medieval. In: ZIERER, Adriana; FEITOSA, Márcia Manir Miguel (Orgs.) **Literatura e história antiga e medieval: diálogos interdisciplinares**. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 339-365.
- PEIRUQUE, Elisabete. Riso, licenciosidade e imaginário: uma leitura de Tirant lo Blanc. **AEDOS**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 181-195, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9838>>. Acesso em: 03 de outubro. 2021.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & história cultural**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- SANSONE, Giuseppe E. Tirant, o Branco. In: MORETTI, Franco (org.). **O romance: A cultura do romance**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 747-758.

AS DIFERENCIAÇÕES ENTRE MAGIA FEMININA E MAGIA MASCULINA NO *MALLEUS MALEFICARUM*

Rhayana Antunes Pimentel¹
Yllan de Mattos Oliveira²

Resumo: O *Malleus Maleficarum* é uma obra que foi publicada no ano de 1486, pelos dominicanos Henrich Kramer e James Sprenger com o objetivo de orientar o leitor sobre a identificação, os poderes e os métodos de condenação relativos as mulheres acusadas de bruxaria. As ideias contidas na obra foram amplamente difundidas pela imprensa através das 14 edições que a obra obteve desde sua publicação no final da Idade Média até a Idade Moderna. O *Malleus Maleficarum* foi a obra pioneira em atrelar diretamente a prática da bruxaria ao sexo feminino, e fundamentar o estereótipo da bruxa. Nesse sentido, a presente proposta se atém a analisar o discurso presente no *Malleus Maleficarum* acerca da diferenciação entre os agentes mágicos masculinos e femininos, de modo que possamos observar como a marginalização da bruxaria frente as demais práticas mágicas serviram para solidificar o estereótipo da bruxa.

Em determinados momentos, o *Malleus Maleficarum* transmitiu a ideia de equiparidade em relação aos delitos realizados por homens e mulheres, uma vez que condenou as bruxas, mas também os agentes mágicos masculinos. Apesar de aparecerem na obra, não foram submetidos a enquadramentos específicos sobre suas funções, de forma que não podemos compreender claramente as distinções entre eles, mas apenas pontos de convergência como a credulidade no poder dos astros.

Foram utilizados personagens das Sagradas Escrituras como Eva, ou que mantinham relação com a narrativa bíblica, como Zoroastro, para demonstrar que a falha tinha relação com a natureza humana corrompida, estando presente tanto nas mulheres quanto nos homens. A criação secundária de Eva em relação a de Adão, resultou na sua natureza fraca e sugestionável, responsável por ceder frente a investida do Diabo e condenar a humanidade ao pecado. Já Zoroastro, também conhecido como Cham ou Chem, filho de Noé, teria dado indícios da sua natureza diabólica desde o momento de seu nascimento, traço que teria se arrastado durante seu amadurecimento, até se transformar no primeiro a praticar as artes mágicas e a astrologia. O caso de Zoroastro nos mostra que a falha no gênero masculino existia e que poderia se manifestar na área das práticas mágicas, assim como acontecia com o gênero feminino. Assim como o filho de Noé teria agido contra os ensinamentos de Deus numa época remota, as bruxas, e os agentes mágicos masculinos do final do século XV também deveriam ser condenados por

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na área de História Medieval, com ênfase nos seguintes temas: Baixa Idade Média, bruxaria, cristianismo e igreja. Possui graduação em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: pimentelantunesrhayana@gmail.com

² Professor Adjunto no Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus de Seropédica. Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Gama Filho, pós-graduação em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrado em História Social, setor temático de História Moderna, na Universidade Federal Fluminense (UFF), e doutorado em História Moderna na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: yllanmattos@gmail.com

acreditarem em determinadas influências, e manipularem forças que iam além da compreensão humana em prol de êxito particular.

O *Malleus Maleficarum* pensou na ideia da falha humana como uma característica comum a todos, sinalizou para o resultado nocivo da junção da fraqueza humana e magia, e ofereceu recomendações sobre a maneira de proceder com os agentes mágicos. A bíblia foi usada novamente para destacar passagens que tratavam do assunto, como o capítulo 18 do livro de Deuteronômios, que recomendava a destruição dos magos, o capítulo 19 do livro de Levítico que condenava a fornicação com os magos, e o capítulo 7 do livro de Êxodo que contava a história de Moisés, que ao chegar ao Egito e realizar prodígios em nome de Deus, teve seus feitos desacreditados pelos magos do faraó, que produziram efeitos semelhantes através de magia.

Os magos e feiticeiros foram compreendidos como agentes que desempenhavam suas práticas de forma semelhante à das bruxas, o que fica evidente à medida que observamos as acusações de pacto firmado com o Diabo, e dos ganhos resultantes dessa relação. Apoiados nos escritos de Santo Agostinho, os autores da obra também condenaram aqueles que recorriam aos adivinhos e vaticinadores em busca de remédios não ortodoxos para a cura da bruxaria.

A crença no poder dos astros, que era um ponto em comum entre os magos e os astrólogos, foi um tópico que os autores demonstraram analisar com cautela, ao passo que reforçaram o erro da questão, ao mesmo tempo que procuraram explicar de forma racional o êxito encontrado em certas situações. O ponto de apoio da argumentação do *Malleus Maleficarum* residia no princípio do livre-arbítrio, e dessa forma, anulava imediatamente a ideia de predestinação provocada pelos astros, e abalava a credibilidade das previsões realizadas pelos astrólogos. No entanto, a problemática do debate residia nas previsões realizadas por meio da consulta dos astros, que se concretizavam, colocando em questão o discurso proferido na obra. Notamos que os autores reconheceram o poder parcial dos astros, atuante preferencialmente por meio de previsões que priorizassem nações e o coletivo. A estratégia empenhada deu crédito a influência dos corpos celestes, mas anulava a sublimação sobre a escolha individual, pois depositar nos astros confiança integral, era uma ilusão alimentada pelos demônios para que os homens acreditassem no seu poder, levando a entendimentos errôneos como a crença na predestinação e no acaso.

Da mesma maneira que podemos analisar o discurso sobre os agentes mágicos, podemos ainda explorar as atribuições destinadas as práticas mágicas. Observamos a gradativa abordagem condenatória acerca da prática da bruxaria, e como que a presença e utilização de um modelo de classificação constituído por categorias e subcategorias, transpareceu a preocupação dos autores em criarem uma escala hierárquica, com delitos considerados mais graves que os outros.

Os autores elencaram a idolatria, a adivinhação e a observação do tempo e das estações como as três primeiras superstições a aparecerem no mundo. A bruxaria foi compreendida como um tipo de adivinhação, juntamente com a necromancia, a astrologia (ou astromancia) e a oneiromancia (a observação supersticiosa dos astros.)

A idolatria foi situada no tempo de Abraão como a primeira superstição, já que o período testemunhou o começo das adorações aos ídolos. Atentemos que apesar dos autores se referirem a idolatria como uma prática arcaica e precursora, responsável por desviar o culto que deveria ser direcionado unicamente para Deus, ainda assim não há qualquer ponderação sobre a prática suplantar negativamente a bruxaria. Podemos constatar ainda, que por meio da escala temporal aplicada, em que são mencionadas três superstições com marcações de surgimentos diferentes, que dessa maneira, os autores

indicaram que foi um processo crescente e progressivo o aparecimento das práticas mágicas, reforçando assim o princípio escatológico que verificamos atrelado a construção de toda a obra. Sobre a observação do tempo e das estações não encontramos num primeiro momento maiores informações a respeito dessa prática.

No decorrer da obra, nos deparamos com a questão que os autores se propuseram a pensar os 14 tipos de magia derivadas nos três tipos de adivinhação. Percebemos o aprimoramento da estrutura de classificação, e ainda a nítida marginalização das bruxas em relação aos magos e adivinhos. Notamos, de imediato, a distinção feita pelos autores, já que se referiram as práticas das bruxas como “atrocidades de crimes” enquanto que as práticas dos magos e adivinhos foram consideradas “obras maléficas”.

A bruxaria nesse momento não apareceu pertencendo a categoria da adivinhação, ao invés disso foi colocada à parte, sendo comparada as outras práticas como se possuísse categoria própria. Isso demonstra que os autores promoveram a comparação para reforçar que apesar de todas as práticas adivinhatórias serem condenadas, não se tratava de práticas iguais, pois a bruxaria merecia atenção especial em virtude da potencialidade diabólica da sua constituição.

A adivinhação passava a ser vista como prática que dispunha de três formas: aquela que invocava explicitamente os demônios, a que considerava a disposição e o movimento de certos elementos – dos astros, dos dias, das horas, entre outros, e a que considerava algum ato humano com o intuito de descobrir o oculto e que recebia o nome de sortilégio.

Compondo a primeira forma, encontramos a subcategoria da magia prestidigitatória. A prática que se baseava na criação de ilusões e deturpação dos sentidos humanos, foi entendida como menos nociva que a bruxaria, já que as bruxas além de se valerem da prestidigitação, ainda operavam de forma concreta. A alegação foi sustentada no exemplo citado sobre a interferência causada pela bruxaria nos relacionamentos conjugais, em que operava iludindo sua vítima sobre o desaparecimento do membro viril, mas também de forma real provocando aborto.

Em sequência temos a necromancia, que se baseava na invocação e diálogo com os mortos, praticada sobre o sangue humano ou animal. No exemplo utilizado, foi tratado o livro I de Reis, 28, que envolvia o episódio bíblico em que uma bruxa teria evocado o profeta Samuel a pedido de Saul. O primeiro ponto que podemos destacar é que o *Malleus Maleficarum* menciona o Hades como local de onde teria sido invocado a alma de Samuel. Oras, o Hades é um termo usado pra se referir tanto ao deus grego, quanto ao lugar ordenado por ele, mas são concepções que não se aplicam a lógica judaico-cristã e os autores não esclarecem o porquê da aplicação do termo. O ponto seguinte diz respeito a problemática que consistia em uma bruxa ter agido com êxito numa operação que envolvia um profeta de Deus. Logo, os autores remeteram a eficácia do contato a dois caminhos possíveis, que seriam a permissão da Providência divina ou a interferência dos demônios em manipularem a realidade e se passarem por Samuel. Os autores recorreram aos escritos de Santo Agostinho para pensarem a adivinhação, no entanto, ao detectaram a ausência do enfoque nas bruxas, reforçaram por conta própria a opinião relativa à preponderância da malignidade da bruxaria.

A oniromancia se tratava da prática que recorria aos sonhos para efetuar a adivinhação e teria duas vertentes que resultariam na execução do objetivo. Uma delas dizia respeito a revelação divina que concedia aos homens o poder de predizer o futuro, que poderia ser tanto através de uma causa natural intrínseca, quanto por uma causa natural extrínseca. O primeiro modo se referia a revelação concedida pelos anjos, que

levava em conta o período do dia e o intelecto dos homens. Apesar de não ser citado pelos autores, podemos correlacionar a essa discussão o episódio bíblico, contido no Antigo Testamento no livro de Gênesis 37, que relata a história do hebreu José, que após ser vendido pelos irmãos e chegar ao Egito, interpretou o sonho tido pelo faraó por meio da inspiração divina. O segundo modo estaria relacionado com a projeção feita pelo coração dos homens, dando indícios vindouros sobre perigo ou saúde. Conseguimos estabelecer ainda alusão dessa vertente com o princípio dos humores, já que o sonhar com o elemento do fogo remeteria a disposição colérica do indivíduo, ou sonhar com água à disposição fleumática e assim por diante.

A segunda vertente condenava a oniromancia como meio de revelação quando praticada pelas bruxas, pois seu acesso aos sonhos premonitórios que davam acesso ao oculto seriam resultado do pacto explícito firmado com o Diabo. Os autores alegavam que as bruxas recorriam aos sonhos para descobrirem segredos e quando não desejavam se transportar corporeamente de um lugar para outro, deitando sobre seu lado esquerdo em seu próprio nome e em nome do Diabo para conseguirem acessar o que desejavam, como aquilo que suas companheiras estariam fazendo naquele instante. Fora a acusação do pacto diabólico não há presença de outro componente que seja capaz de diferenciar aqueles que utilizavam os sonhos como instrumento legítimo e as bruxas.

Havia outro tipo de adivinhação em que constatamos determinadas ambiguidades na construção dos autores. As bruxas aparecem pertencendo a categoria das Pitonisas, uma das 14 mencionadas. Antes de adentrarmos na constituição da categoria, vale elucidar que, assim como foi exposto mais acima, a construção acerca dos feiticeiros se deu de tal forma que notamos o entrelaçar de suas práticas com as bruxas, no entanto, quando verificamos a associação das bruxas com uma categoria específica como a das Pitonisas, os autores são categóricos ao informar que os feiticeiros se encontravam numa categoria distante dessa. Se antes há uma ideia de aproximação, essa noção perde fôlego, dando lugar a distanciação cada vez mais evidente entre qualquer prática mágica e a bruxaria.

Se entendia por Pitonisa, aquela que o Diabo ora falava e ora agia, ou seja, as bruxas funcionavam como canais de transmissão da vontade diabólica. Já mais adiante, os autores definem que os homens vivos, arrebatados pelo Diabo, de forma voluntária ou involuntária que eram empregados na obtenção da adivinhação, com fins exclusivos de predizerem o futuro. Poderíamos supor que as bruxas funcionavam como receptáculo da manifestação do Diabo, e estavam implicadas no uso dos demais indivíduos no mesmo processo, no entanto, quando os autores se referem a um exemplo bíblico, presente no livro de Atos, 16, sobre a utilização de uma menina empregada nesse tipo de adivinhação, definem que não é possível a comparação entre os fatores ressaltados e os atos das bruxas. Consideremos então que as bruxas eram pitonisas, mas nem sempre as pitonisas eram bruxas, pois o raciocínio dos autores não fica claro quanto a essa questão.

O restante das práticas pertencentes a primeira forma, prosseguiram sendo apenas mencionadas e não mais detalhadas como as primeiras. Foram listadas as artes divinatórias da geomancia, que usava elementos terrosos como o ferro ou as pedras polidas; da hidromancia, que usava a água e os cristais; da aeromancia, que usava o ar; da piromancia, que usava o fogo; e da aruspicação, que usava entranhas de animais sacrificados em altares para homenagear o Diabo. A lógica se repetiu quando trataram das práticas pertencentes a segunda forma, listando as artes da horoscopia ou astrologia, que recorria à observação da posição dos astros ao nascimento; da ornitomancia que recorria ao voo e ao canto das aves; da onomantomacia que recorria ao nome dos homens;

da quiromancia que recorria à observação das linhas das mãos e das patas dos animais. As práticas da consulta oracular, da astromancia e da espatulamancia aparecem como componentes tanto da primeira como da segunda forma, mas o leitor não é informado sobre do que se trata cada uma delas. A terceira forma se quer foi listada.

Os autores não persistem na abordagem minuciosa das práticas por acreditarem já terem provado com os exemplos iniciais que a bruxaria as excedia em maldade, visto que apesar do pacto tácito que envolvia todas as artes divinatórias, a bruxaria se diferenciava por se pautar no pacto explícito com o Diabo. Todavia, constatamos que a diferenciação da bruxaria para as outras práticas supersticiosas ou divinatórias não se sustentam quando ancorada apenas na questão do pacto tácito x pacto explícito, pois os autores ao tratarem a primeira das três formas de adivinhação, se referem a “invocação explícita dos demônios”. Apesar disso, não se reportaram as demais artes divinatórias como práticas que possuíam elo direto com o Diabo, estabelecendo essa característica exclusivamente para bruxaria.

Além das denominações já apresentadas, como vaticinadores, adivinhos, magos, feiticeiros e astrólogos, os autores trataram ainda dos bruxos, ou seja, os homens que realizavam a prática da bruxaria de três formas distintas. Os autores se referiram a esses indivíduos tanto como bruxos, quanto como magos, o que nos comprova a falta de distinção sobre a aplicação das duas terminologias. A primeira forma tratou dos magos-arqueiros, que foram acusados de agirem nos dias santos, atirando flechas em direção ao crucifixo, ato que era motivado pela ânsia em obterem êxito nas flechas desferidas contra suas vítimas, em troca do mesmo número de ataques contra a imagem do crucifixo. A segunda forma se referia aos magos-encantadores, que encantavam com magia as armas, e os que agiam fazendo encantamentos para protegerem seus corpos, mutilando do mesmo modo que os magos-arqueiros, a imagem de Cristo crucificado, extraíndo a parte da imagem que seria respectiva a parte do corpo que desejavam blindar. Em ambas as formas foi ressaltada a presença da apostasia de fé e do pacto explícito firmado com o Diabo.

Mesmo diante de todos os indícios apresentado no *Malleus Maleficarum* acerca da corruptibilidade de ambos os gêneros, as práticas mágicas não foram encaradas de maneira correlata. O discurso dos autores se construiu em torno da ênfase do privilégio masculino em não ceder a bruxaria, e do vício da luxúria como fator determinante na sua proliferação. Logo, se a cobiça carnal era a raiz de toda bruxaria, e era um traço marcado nas mulheres, a preponderância dos piores malefícios era responsabilidade das bruxas.

Embora uma gama de agentes mágicos masculinos tenha sido condenada, e por vezes destinado aos homens acusações imputadas constantemente às bruxas, as mulheres permaneceram como os principais alvos de acusações. O *Malleus Maleficarum* se apoiou tanto na sexualidade, quanto na justificativa do respaldo de experiências reais e testemunhos verbais de pessoas idôneas para reforçar a bruxaria como uma prática atroz e essencialmente feminina.

Palavras-chave: magia; feminino; masculino

REFERÊNCIAS

- CLARK, Stuart. Pensando com demônios: **A idéia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna**. São Paulo: Edusp, 2006.
- CARO BAROJA, Julio. **As bruxas e o seu mundo**. Lisboa: 1996
- DELEMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800*. São Paulo: Cia, 1989.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras: *Malleus Maleficarum***. Rosa dos Tempos, 2002.
- MUCHEMBLED, Robert. **Uma História do Diabo: séculos XII a XX**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.
- RUSSEL, Jeffrey; ALEXANDER, Brooks. **História da bruxaria**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOLONOIS & EXQUEMELIN: APONTAMENTOS ACERCA DA VIOLÊNCIA NA PIRATARIA DO SÉCULO XVII

Camila Queiroz¹
Prof. Dr. Adriano Comissoli²

Resumo: Ao século XVII é atribuído o título de “era de ouro da pirataria” em razão da publicação de obras canônicas do período, como *A General History of the Pyrates*, de Daniel Defoe, *O Conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas, *A Ilha do Tesouro*, de Robert Louis Stevenson e *Piratas e Bucaneiros da América*, de Alexander Exquemelin. Nicássio Martins da Costa indica que essas obras foram responsáveis pela criação da figura do pirata tal qual conhecemos hoje, ambicioso, festivo e um ávido consumidor de álcool e praticante de jogos de azar (MARTINS DA COSTA, 2016, P. 45). Elas remetem ao período onde os horizontes marítimos europeus se estendem pelo Atlântico através do processo de colonização nas Américas.

Conforme indica o historiador Luíz Carlos Soares, a expansão marítima de Portugal e Espanha tornou o Oceano Atlântico o principal palco das atividades comerciais a partir do século XVI, tomando o lugar que antes pertencera ao Mediterrâneo (SOARES, 2009, P. 207). Desse modo, o eixo comercial localizado em Veneza passou à regiões como Lisboa, Sevilha e Antuérpia, por exemplo. Isso permitiu o contato com outros continentes e, conseqüentemente, uma expansão comercial europeia onde “Armas, velas e império estavam fortemente unidos”³ (CLULOW; HANG, P. 143), nas palavras dos pesquisadores Adam Clulow e Xing Hang. Dessa forma, através da exploração de territórios e pessoas nas Américas, as potências europeias construíram impérios ultramarinos fortemente dependentes do uso das forças marítimas para sua manutenção (CLULOW; HANG, 2020, P. 144).

A instituição que atuava através dos oceanos em nome de um império é conceituada pelos pesquisadores Linebaugh e Rediker como Estado Marítimo. Esse conceito se relaciona com as ações de domínio marítimo “legítimo”, seja por meios jurídicos, fiscais ou comerciais. (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, P. 160) Como o nome já sugere, diz respeito à atuação do Estado. Ainda nas ideias dos autores, a partir da atuação do Estado Marítimo na longa duração, emerge um elemento diretamente oposto a ele, a Hidarquia (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, P. 167). Linebaugh e Rediker sustentam que o navio do século XVII deve ser considerado como uma espécie de fábrica, em virtude do trabalho, cooperação e disciplina desenvolvidos no interior de seu funcionamento (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, P. 162). Essa lógica evidencia a existência de um grupo de trabalhadores marítimos -leia-se Proletariado Marítimo- que com o passar do tempo desenvolveram essas formas próprias de organização, a Hidarquia - e

¹ Graduanda em História-licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é bolsista CAPES do programa Residência Pedagógica. Email para contato: camilaacosta1901@gmail.com

² Orientador da pesquisa. Atualmente é professor adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Responsável pelas disciplinas de História Moderna e História do Rio Grande do Sul. É doutor em História pela UFRJ. Pesquisa impérios ultramarinos da Era Moderna, com ênfase na América portuguesa e na construção do Estado-nação brasileiro, na organização de poderes, de elites políticas e de redes de comunicação. Email para contato: adrianocomissoli@hotmail.com

³ Tradução nossa.

confrontavam a lógica das marinhas oficiais. Os autores apontam (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, P. 174) que um navio pirata no começo do século XVIII era o produto dos acordos próprios que geriam as regras e costumes sociais daquele grupo.

Vale lembrar que as atividades ilegais em alto mar não eram monopólio dos piratas. Os Corsários eram aqueles que, apesar de também saquearem navios, possuíam permissão de uma Coroa para fazê-lo, certificada através de uma Carta de Corso. Esse documento estabelecia uma espécie de aliança com a Coroa e concedia ao capitão a permissão para roubar navios de nações inimigas ao seu contratante (SARTORETTO, 2017, P. 42). Dessa forma, a principal diferença entre corso e pirataria é a legitimidade jurídica de ambos.

As particulares formas de relação e organização dos grupos piratas se tornaram um problema de destaque para as Coroas conforme os grupos de marinheiros passaram a agir de forma organizada como piratas, afastando-se das normas das autoridades imperiais e mercantis. De acordo com Linebaugh e Rediker, é nesse processo que a violência em larga escala passa a ser adotada como medida de controle da pirataria (LINEBAUGH, REDIKER, 2008, P. 167-168).

Diante disso, uma das canônicas obras literárias do início do século XVII retrata um cenário consideravelmente tenso entre piratas e agentes oficiais de diferentes coroas. Trata-se de *Piratas de la America*, de Alexander Exquemelin. A trajetória do autor é alvo de debates: não há grande volume de informações sobre sua obra, publicada em quatro versões diferentes entre 1678 e 1699, e que sofreu alterações a cada edição. Entretanto, o pesquisador Michel-Christian Camus tece constatações sobre vida e obra do autor em seu artigo “*Une note critique à propos d’Exquemelin*”. Camus (CAMUS, 1990. P. 79) aponta que o francês Alexander Oliver Exquemelin embarcou rumo à Tortuga em maio de 1666, como “contratado” pela Companhia Francesa das Índias Ocidentais. Na ilha foi colocado à venda como escravizado e condenado ao árduo trabalho agrícola até uma intervenção do governador. A partir de então, passou a trabalhar para um cirurgião, com quem aprendeu algumas práticas da profissão. Em seguida, ingressou na pirataria, onde vivenciou as histórias que relata na obra como membro das tripulações dos capitães piratas Franciso Lolonois⁴ e Henry Morgan até 1672. Retornou então à Europa e circulou por Holanda, Espanha e Oriente Médio, voltou à América três vezes e faleceu em 1707. Apesar da escassez de documentação, o pesquisador holandês L.C. Vrijman produziu, em 1934 a obra *L’Identité d’Exquemelin : Les premières éditions de l’“Histoire des aventuriers”*, cujo acesso para essa pesquisa ainda não foi possível.

Sobre as diferentes edições de *Piratas de la America*, Camus (CAMUS, 1990. P. 82-83) indica que a edição original data de 1678 e foi escrita originalmente em holandês. Conforme as traduções e edições foram publicadas, detalhes foram adicionados e mudanças nos textos foram feitas, de modo que as versões variam daquela do manuscrito original. A documentação analisada no estudo aqui apresentado é a tradução espanhola de 1681, de Alonso de Buena Maison, cuja cópia utilizada está localizada no repositório digital da *John Carter Brown Library*, da universidade estado-unidense *Brown University*. Sobre as modificações desta edição específica, Camus comenta que podem ser identificados detalhes que faltam à edição holandesa bem como títulos dos capítulos e determinadas passagens reescritas, com o intuito de deixá-los menos ofensivos aos

⁴ Kenneth Maxwell em seu capítulo “Chocolate Piratas e outros Malandros: Ensaio Tropicais.” redige o nome do pirata como Francois L’Onnais. Para manter o padrão na escrita do trabalho, será utilizado o formato de escrita presente na fonte: Francisco Lolonois.

leitores espanhóis. Vale dizer que comparada às demais versões analisadas pelo pesquisador, a de 1681 é a que ganha menos destaque na questão de alterações. Este trabalho traz ênfase sobre os três primeiros capítulos da segunda parte da obra, que tratam da vida do capitão pirata Francisco Lolonois, origem, trajetória, crimes cometidos, até sua morte. Conforme indicado pelo historiador Kenneth Maxwell, Lolonois foi um capitão pirata cuja fama foi fomentada, sobretudo, por seus atos de severa crueldade frente aos espanhóis (MAXWELL, 1999, P. 74.). Exquemelin aponta que Lolonois tem origens no oeste da França, em Sables de Olone, o que Maxwell julga justificar seu apelido “O homem de l’Ollone”(MAXWELL, 1999, P. 74.). De acordo com Exquemelin, Lolonois chegou às ilhas caribenhas como escravo e com o término de seu período de escravidão, se uniu a Hespaniola e, posteriormente, iniciou sua vida na pirataria. Devido ao bom desempenho como marujo nas duas ou três viagens que fez, o Governador de Tortuga lhe deu um navio e o intitulou Capitão. A presença da violência na conduta de Lolonois é reiterada por Maxwell quando aponta o pirata como “*Fléau des Espagnols*”, ou “Mangual dos Espanhóis”, um psicopata cujas torturas e assassinatos de prisioneiros –que praticava com diversão- eram temidos por todo o Caribe (MAXWELL, 1999, P. 74). Ainda, José Martins Torres, professor da Universidad Autónoma de Chiapas, também vai ao encontro dessa ideia em seu artigo *Caballeros de Fortuna* de 2009. Torres se refere à Lolonois como o “ (...) *legendario almirante L’onnois, quien acostumbra limpiar la sangre de su espada con la lengua para seguir peleando (...)*” (TORRES, 2009, P. 12).

A conduta de Lolonois pode ser observada através das propostas das historiadoras Erica Charters e Marie Houlemare e do historiador Peter H. Wilson sobre as noções e nuances do conceito de violência na introdução da obra *A Global History of Early Modern Violence*. A obra indica que casos de violência interpessoal podem ser interpretados como relacionados a contextos de guerra ou violência em uma esfera mais ampla, representando, muitas vezes, como uma forma de violência justifica a outra (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020, P. 6). Compreendendo o caso proposto para análise dentro do contexto político, econômico e social do século XVII, portanto, é possível considerar que embora o volume dedique sua análise à violência em larga escala, suas considerações sobre o conceito são igualmente válidas para esse estudo de caso.

Em linhas gerais, os autores compreendem violência como um ato social que emite uma mensagem comunitária tanto àquele que a infringe quanto àquele a quem é infringida. Trata-se de um gesto doloroso direcionado contra a integridade física, dignidade ou crenças culturais de alguém. Ou seja, a violência deve ser entendida como uma transgressão socialmente definida através de uma cultura (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020, P. 5). Conforme proposto pelos autores, a análise tanto de um episódio quanto de um processo violento evidencia categorias de entendimento que variam entre aquele que perpetra o ato, a vítima e o observador e permite, portanto, localizar os limites da validade e legitimidade do ato violento.²⁸ Desse modo, há formas de violência consideradas mais honrosas e legítimas que outras, além de serem embebedas por elementos justificadores em maior ou menor grau (CHARTERS; HOULLEMARE; WILSON, 2020, P. 5).

Diante disso, identificar a presença da violência nos recortes documentais em questão abre caminhos para compreender em que medida os significados da conduta violenta de Lolonois operaram –se é que operaram- como elementos que estabeleceram confiança entre o capitão e seus comandados, como isso se refletiu na Hidarquia daquele grupo e, posteriormente, na fama à ele atribuída. Para isso, cabe fazer uso das propostas de Laurence Bardin sobre análise de conteúdo para identificar menções à violência nos

capítulos analisados.

De modo geral, Bardin indica que as iniciativas que objetivam a explicação e sistematização não apenas do conteúdo de mensagens comunicadas, mas também de suas formas de expressão através de um conjunto de técnicas complementares, devem ser consideradas como análise de conteúdo. De acordo com a autora, a análise de conteúdo se trata de uma variedade de técnicas e instrumentos metodológicos utilizados para a análise de comunicações (BARDIN, 1997, P. 31). Através de seus aparatos, objetiva a inferência -através de indicadores quantitativos ou qualitativos- dos elementos relativos à produção ou recepção da mensagem comunicada, conhecidos como variáveis inferidas (BARDIN, 1997, P. 31). O processo consiste em uma primeira fase de descrição do conteúdo da documentação, com a enumeração das características do texto, seguida por uma etapa de inferência onde são analisadas as causas e efeitos da mensagem e culmina com a interpretação, ou seja, significação das características elencadas na primeira etapa (BARDIN, 1997, P. 39). Cada etapa é permeada por uma variedade de técnicas e tarefas em menor escala que serão selecionadas e utilizadas conforme a leitura da documentação. A primeira etapa de análise, isto é, a enumeração e classificação das menções à violência e laços afetivos entre Lolonois e seus pares piratas, permite inferências que fujam de leituras mais impressionistas da fonte. Desse modo, cada menção à violência nos capítulos analisados foi identificada e classificada de acordo com seu caráter: foram estabelecidas seis classificações para menções à violência, sendo V1= Violência de piratas contra espanhóis, V2=Violência de espanhóis contra piratas, V3=Violência de terceiros contra piratas, V4=Violência dos piratas contra terceiros, V5=Violência dos piratas contra presas e V6=Violência mútua/combate entre espanhóis e piratas. Ainda, L=Laços de confiança/afetividade/respeito mútuo entre piratas. Vale enfatizar que a mesma menção pode ser classificada em mais de uma categoria.

Assim, foi possível observar que no primeiro capítulo houveram quatro menções à V2 (uma delas vinculada à V1), duas menções à V1 (uma delas vinculada à V2), duas à V4, uma menção à V5 e nenhuma às demais. Em um primeiro momento, é revelado que o primeiro capítulo apresenta uma ênfase na violência de espanhóis contra piratas, mas ainda menciona a violência por parte desses últimos. No segundo capítulo, percebe-se sete menções à V4 (uma vinculada à V1) e à V5 (uma vinculada a V4 e quatro vinculadas a V1), seis menções à V1 (uma associada a V6 e quatro associadas a V5), duas menções à V2, duas à V6 (uma vinculada a V1), uma menção à V3 e onze menções à L. O segundo capítulo, portanto, permite três leituras: primeiramente, é evidente que ele apresenta ênfase à violência cometida por piratas contra terceiros e contra presas. Em segundo lugar, apresenta números de menções relevantes na maioria das categorias de violência, portanto, ela pode ser considerada como um dos elementos principais do capítulo. Por último, percebe-se que o capítulo com mais menções à violência praticada por piratas também apresenta o maior número de menções à laços de confiança/afetividade/respeito mútuo entre o grupo. Por fim, o último capítulo apresenta sete menções à V6 (uma associada a V2 e V3), cinco menções à V1 (duas associadas a V5), cinco à V4, quatro menções à V5 (duas associadas a V1), duas menções à V2 (uma associada a V3 e V6), duas à V3 (uma associada a V2 e V6) e duas menções à L. Desse modo é possível identificar que o terceiro capítulo enfatiza a violência mútua/combate entre espanhóis e piratas em primeiro lugar e, em seguida, a violência por parte de piratas contra espanhóis e terceiros, mas traz poucas menções a laços afetivos entre piratas.

Conforme apontado, a primeira etapa da proposta de Bardin corresponde à uma fase descritiva e de enumeração afim de nos afastarmos de leituras impressionistas através do levantamento efetivo das menções ao elemento que será analisado. A primeira etapa da análise de conteúdo, ao revelar que a violência, de fato, se faz presente de diferentes

formas na trajetória de Lolonois e sua tripulação, nos direciona muito menos a análises conclusivas do que a novos questionamentos e problemas de pesquisa. Como é abordado cada episódio violento? são descrições enfáticas? Quem são as vítimas, perpetradores e observadores desses atos violentos? Quais os significados das vinculações entre as diferentes categorias de violência? Existe uma organização narrativa proposital da parte de Exquemelin? Diante disso, a constatação mais imediata é a de que para compreender a trajetória de Lolonois e seus pares, suas formas de organização, hierarquia e relacionamento dentro da obra de Exquemelin e no contexto do século XVII, é imprescindível compreender também os significados, motivações e impactos das violências e afetividades presentes nos capítulos à ele dedicados dentro da obra de Exquemelin no contexto do século XVII.

Palavras-chave: Pirataria; Alexander Exquemelin; Violência.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

"Piratas de la America: y luz à la defensa de las costas de Indias Occidentales " (1681).
John Carter Brown Library. Brown Digital Repository. Brown University Library.
Disponível em: < <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:580028/>>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise dos resultados num teste de associação de palavras:** estereótipos e conotações. In._____. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BARDIN, Laurence. Definição e relação com outras ciências. In._____. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Terceira Parte: Método**. In._____. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- CAMUS, Christian Michel. Une note critique à propos d'Exquemelin. In: **Revue française d'histoire d'outre-mer**, vol. 77, n. 286,. P. 79-90. primeiro trimestre, 1990.
- CHARTERS, Erica. HOULLEMARE, Marie. WILSON, Peter H. Introduction: violence and the early modern world. In:_____. *A Global History of Early Modern Violence*. 1ª Ed. Manchester: Manchester University Press. 2020. P. 1-16.
- COSTA, Nicássio Martins da. **NAVEGANDO EM ÁGUAS PERIGOSAS:** A abordagem literária e a construção de estereótipos dos piratas caribenhos do Setecentos. Dissertação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2016
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MAXWELL, Kenneth. Democracia Pirata. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). **Chocolate, Piratas e outros Malandros: Ensaio Tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SARTORETTO, Eduardo. **“Tengo el honor de ser el más obediente y humilde servidor de Vuestra Excelencia”:** uma análise das movimentações e práticas de corso e pirataria na Região do Rio da Prata (1810 – 1822). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.
- SOARES, Luiz Carlos. **As guerras comerciais no século XVII:** uma “longa guerra” entre as potências europeias. Império de Várias Faces: Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009, p. 217-239.
- TORRES, José Martínez. **Caballeros de Fortuna**. Revista Fuentes Humanísticas, Azcapotzalco, n. 37, p. 7-14, 2009.

SUPERIORIDADE, AFIRMAÇÃO E PRESTÍGIO: A SOCIEDADE DE CORTE FRANCESA DE LUIS XIV E O SURGIMENTO DA ETIQUETA

Mariana Aparecida de Oliveira Santana (PPGH/UPF)¹

Resumo: O Absolutismo monárquico, doutrina política, como uma forma específica de organização do poder ilimitado, pleno e unitário surgiu no século XVI, sendo por inúmeras vezes associado de forma errônea e ligando tal conceito aos conceitos de “tirania” e “despotismo” e os tomando como conceitos que são sinônimos, projetando dessa forma o conceito de Absolutismo em uma dimensão eminentemente contemporânea, ligando-o também ao conceito de “totalitarismo”.

De um modo descritivo, o absolutismo pode ser definido como uma forma de governo, onde o governador exerce o seu poder sem qualquer dependência de outro tipo de governo, ou ainda sem o controle de outros poderes, sejam eles superiores ou inferiores. Entretanto, há um problema com a compreensão dos limites. Uma forma diferente seria definir tal doutrina como um sistema político de poder onde a autoridade soberana de governo não possui limites constitucionais ou ainda um sistema político em que “toda a autoridade (poder legislativo e executivo) existe, sem limites nem controles, nas mãos de uma única pessoa” (BOBBIO, 2002. p. 12), e dessa maneira, portanto, conseguimos enxergar a distância e as diferenças entre absolutismo, despotismo e tirania, e compreender porque os conceitos não são sinônimos.

A autonomia concedida ao rei, era uma autonomia apenas dos limites legais externos, relativo conseqüentemente a gestão do poder absolutista, do qual gera limites que são internos, e especialmente constitucionais em detrimento aos valores e as crenças daquela época, distanciando dessa forma o conceito de absolutismo do conceito de tirania. Além disso, os limites são apenas limites que desempenham um papel negativo, mas que não conferem a substância ou o conteúdo do Absolutismo, sendo apenas um termo de confronto e estabelecendo um limite que não pode ser ultrapassado em detrimento a tirania. O tirano também não era um monarca legítimo, ele era somente o chefe de um grupo ou facção política que utilizava-se da força para impor seu poder sobre os demais partidos, exercendo dessa forma um comando arbitrário e também ilimitado e violento, tendo que recorrer constantemente a instrumentos coercitivos.

O absolutismo tampouco é igual ao despotismo, uma vez que este encontra elementos que são sagrados à própria identificação positiva. A forma de governar dos monarcas absolutistas não necessariamente era violenta e brutal como a figura dos déspotas orientais, distanciando-se dos excessos e crueldades, visto que os monarcas ainda que não fossem limitados por uma lei, estes encontravam uma espécie de freio, uma moderação que derivava da estruturação da sociedade europeia que era muito distante da estrutura das sociedades asiáticas devido aos seus credos e suas “leis divinas”.

No plano econômico o absolutismo monárquico marcou a transição do sistema feudal para o capitalismo; e no plano político, a centralização do poder nas mãos dos reis, poder ilimitado e autoridade que permitia ao monarca definir as leis e as regras de sua

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade de Passo Fundo (UPF), na condição de aluna bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: 185827@upf.br

gestão pública, sem que estas venham ser questionadas ou revogadas, uma vez que ele possui o controle absoluto de uma nação ou região.

Na era absolutista aconteceu uma significativa mudança na estrutura social do Ocidente. A formação gradual da nova sociedade, a sociedade absolutista foi acompanhada por um civilizar da economia e também da conduta da classe superior, a nobreza.

A corte, a nova residência do príncipe, adquiriu um novo aspecto e configurou uma nova importância durante a Renascença. O castelo de Versalhes, onde residia o rei passou a ser considerado a verdadeira sede de governo da corte na França. As cortes foram aos poucos tornando-se um modelo concreto, além de se construírem também os centros formadores do estilo, do modo de se comportar daquela sociedade. A corte francesa teve o desenvolvimento mais influente dentre todas as sociedades de corte, e a partir de Paris, os mesmos códigos de conduta, maneiras, gosto e linguagem difundiram-se, em variados períodos, por todas as demais cortes europeias. Isso se deu, sobretudo, devido à França ser a nação mais poderosa da época, mas esse não foi o único motivo.

Em uma transformação geral da sociedade europeia, formações sociais semelhantes, caracterizadas por formas análogas de relações humanas, surgiram por toda a parte. Aristocracia absolutista de corte dos demais países inspirou-se na nação mais rica, mais poderosa e mais centralizada da época, e adotou aquilo que se adequava às suas próprias necessidades sociais: maneiras e linguagem refinadas que a distinguiam das camadas inferiores da sociedade. Na França ela via, plenamente desenvolvido, algo que nascera de uma situação social semelhante e que se ajustava a seus próprios ideais: pessoas que podiam exibir seu *status*, enquanto observavam também as sutilezas do intercâmbio social, definindo sua relação exata com todos acima e abaixo através da maneira de cumprimentar e de escolher as palavras – pessoas de "distinção", que doutrinavam a "civilidade". Ao adotarem a etiqueta francesa e o cerimonial parisiense, os vários governantes obtiveram os instrumentos que desejavam para tomarem manifesta sua dignidade, bem como visível a hierarquia social, e fazerem todas as demais pessoas, em primeiro lugar e acima de tudo a nobreza de corte, conscientes de sua posição dependente e subordinada. (ELIAS, 1990, p. 17)

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo principal compreender a sociedade do Antigo Regime, a partir de uma formação social, a corte francesa que teve o papel de organizar e estruturar o conjunto das relações sociais entre os nobres do século XVII e XVIII, ou seja, o conjunto de casas e assuntos domésticos envolvendo o rei da França e de todas as pessoas à sua volta que faziam parte daquele meio social, relacionando também os costumes e comportamentos da época, como por exemplo, a maneira de se comunicar (falar), se vestir e comer. Buscarei compreender de que forma se desenrolou o “processo civilizador” na França durante esses séculos, e como este processo permitiu uma maior diferenciação social entre aristocracia e plebe, como isso contribuiu para que a supremacia da nobreza cortesã fosse consolidada, tomando como centro a monarquia, representada na época por Luís XIV, a partir de uma análise bibliográfica das obras: *O processo civilizador* e *A sociedade de corte*, de Norbert Elias, sendo tais obras indispensáveis para alcançar os objetivos propostos no presente artigo. Dessa forma, faz-se extremamente importante versar sobre o surgimento da etiqueta utilizada como símbolo de distinção e poder, a manutenção do *status quo* da sociedade de corte francesa, e quais as contribuições do absolutismo monárquico para a manutenção desse status.

Palavras-chave: História e costumes; Relações sociais de poder; Absolutismo monárquico.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 195-395.

ARIÈS, P. História social da infância e da família. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política (Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini). Brasília: UnB, 2002. Ed. 11^a. p. 11-17; 1206-1211.

ELIAS, Norbert. *Processo Civilizador II*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1990. p. 15 à 22; 65 à 86; 193 à 263.

ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LICANTROPIA NO TRATADO DE LA LYCANTHROPIE, DE JEAN DE NYNAULD (1615)

Gabriela Pereira da Silva¹

Orientador: Francisco de Paula Mendonça Júnior²

Resumo: Uma revisão bibliográfica acerca da licantropia nos aponta para a existência e permanência da crença da metamorfose de homens e mulheres em animais desde a antiguidade. Essa transformação, negada por uns e defendida por outros, pode ser encontrada no tratado *De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers*, escrito por Jean de Nynauld e publicado em 1615. Entretanto, para entender o motivo pelo qual encontramos uma obra que trata especificamente da licantropia durante a modernidade, devemos compreender o caminho percorrido pela mesma. Para tal, utilizaremos brevemente obras como *Metamorfosis* (8 d.C.), de Ovídio, *História Noturna* (1989), de Carlo Ginzburg, *Hadas, Brujas y Hombres Lobo en la Edad Media* (1992), de Claude Lecouteux. Já no Renascimento, podemos discutir como a licantropia pode ser ligada a magia natural, utilizando autores e obras como *Magic in the Middle Ages* (1989), de Richard Kieckhefer, *White Magic, Black Magic in the European Renaissance* (2004), de Paola Zambelli e *Spiritual and Demonic Magic* (1958), de D. P. Walker.

O suposto início da licantropia teria se dado com a maldição de Lycaon, rei da Arcádia. Na época em que os deuses ainda viviam em meio aos humanos, Lycaon realizou diversos assassinatos contra viajantes que estavam de passagem pelo seu reino. Buscando checar a veracidade dos fatos, o deus Júpiter parte para o reino trajado de andarilho e é convidado pelo rei para jantar em seus aposentos. Lycaon suspeitava que aquele indivíduo não era apenas um humano e para verificar sua suspeita, serviu-lhe carne humana em meio ao jantar. Enfurecido, Júpiter castiga Lycaon pelos seus crimes, a sentença é vagar pelo mundo em forma de uma terrível besta, um lobo, mantendo sua consciência humana. A partir desse mito, o evento envolvendo o rei da Arcádia teria fundado a licantropia e ao longo dos séculos outros homens transformados em animais e, no nosso caso, em lobos, apareceram na história (OVÍDIO, 2003, p. 201-206).

Santo Agostinho, em sua obra *Cidade de Deus* (LECOUTEUX, 2005, p.90), afirma que não existe a possibilidade da transformação real de um homem em um animal. Principalmente devido ao ser humano ter sido criado à imagem e semelhança de Deus. Em contrapartida daqueles que acreditam na possibilidade da metamorfose, Agostinho explica que são apenas ilusões implantadas na cabeça das vítimas, ato feito por demônios ou pelo próprio Diabo. Toda essa trama é possível durante a noite, onde uma parte do corpo, chamada *phantasticum*, encontra-se suscetível e sensível a ataques demoníacos. A partir dessa possibilidade, demônios forjam na mente humana imagens de lobos atacando humanos, por exemplo. O acometido, acredita fielmente ter transformado-se em fera e executado diversos crimes sangrentos.

¹ Graduanda de História - Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do grupo Virtù - Grupo de História Medieval e Renascentista. Bolsista CAPES - Residência Pedagógica.

² Professor adjunto do Departamento de História e docente permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) e da Cátedra UNESCO-UFGM "Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes". Co-diretor do Centro de Estudos sobre el Esoterismo Occidental de la UNASUR (CEEU-UNASUR), onde dirige a Revista Melancolia. Coordenador do grupo de pesquisa Virtù – Grupo de História Medieval e Renascentista.

Agostinho teve grande influência durante sua vida e depois de sua morte, a partir de seus escritos. A visão de que a licantropia é uma mera ilusão foi adotada e defendida por muitos autores ao longo dos séculos. O fato é que mesmo com os esforços de muitos para negar e descredibilizar a transformação de homens em lobo, contos, lendas, mitos e escritos foram produzidos e reproduzidos ao longo dos séculos. A população continuava acreditando que sujeitos transformavam-se em lobo e essa percepção era baseada nas suas experiências cotidianas e contato com o real.

Por essa crença permanecer tão fortemente enraizada na concepção de mundo dos indivíduos, podemos encontrar grande diversidade de casos em obras como *Lobisomem*: um tratado sobre casos de licantropia, de Sabine Baring-Gould, onde, por ser uma obra primária rica em diversidade de casos, podemos notar a amplitude e extensão da crença na metamorfose. Essa transformação pode ocorrer de diversas formas, como cintos, anéis, capas, beber água de pegadas, ser o sétimo filho, maldições de bruxas, entre outros meios dispersos no livro do autor. Quando falamos de temporalidade, Baring-Gould apresenta casos desde a antiguidade até o século de escrita da obra, ou seja, século XIX.

No livro *História Noturna*, de Carlo Ginzburg, encontramos o caso do lobisomem Thiess, que no século XVII, descia quatro vezes por ano ao inferno para lutar contra bruxas que roubavam as colheitas da sua vila. Durante o seu processo inquisitorial, o indivíduo afirma realizar tal ação em nome de Deus e sem nenhum tipo de envolvimento com o Diabo, ligação insistida pelos inquisidores, assim como aponta Ginzburg (2012, p.118). Thiess transformava-se em lobisomem devido ao seu nascimento com o pelico, ou seja, sem romper a membrana amniótica, mais uma forma que pode ser somada às já citadas anteriormente.

Para Jean de Nynauld (1615, p.3), aqueles que acreditam na licantropia ou na saída da alma do corpo, são apenas ignorantes que, não entendendo das leis da natureza e as causas e efeitos, acreditam e afirmam que o Diabo e os demônios podem realizar tais feitos. Sendo assim, escreve sua obra principalmente para que nenhum desinformado peque devido a ignorância. A refutação do médico permeia toda sua obra, segundo ele (NYNAULD, 1615, p.5-6), Satã não tem poder para realizar o que afirmam os crédulos, somente realiza ilusões para adquirir seguidores, que tornaram-se seus escravos.

A transformação de um corpo humano, segundo Nynauld (1615, p. 7-8, tradução nossa) “vai contra o direito e a razão e contra máximas tanto teológicas quanto filosóficas”.³ Contra as máximas teológicas, pois seria terrível afirmar que o Diabo pode mudar a natureza das coisas, as quais foram criadas pelo sumo Criador. O mesmo não daria poder àquele que possui tanta inveja Dele. Ou seja, somente Deus possui o poder de criar e modificar sua grande obra e não faria isso sem ter um bom motivo para tal.

Seria contra as máximas filosóficas (NYNAULD, 1615, p.9), pois é irracional pensar que uma espécie pode transformar-se em outra, ainda mais o ser humano, criado à imagem e semelhança do Criador, metamorfosear-se em uma fera. Segundo Nynauld (1615, p. 9-10, tradução nossa) “É por essa causa que Aristóteles disse que todos os corpos são feitos pela sua forma, e segundo a perfeição Dele, e não ao contrário, na medida que os corpos são instrumentos da forma”.⁴

³ Contre droit et raison, et contre les maximes tant Théologiques, que Philosophiques. (NYNAULD, 1615, p.7-8)

⁴ Et à cette cause, Aristote dit que tout corps est fait pour la forme, et selon la perfection d’icelle, et non au contraire, d’autant que le corps est instrument de la forme. (NYNAULD, 1615, p.10-11)

Ou seja, ao longo dos capítulos analisados do tratado, respectivamente a introdução, capítulo 6 e 7, notamos o apreço de Nynauld pelos escritos de Aristóteles e outros autores antigos, como Avicenna, quando afirma que assim como ele o autor notou que pacientes que sofriam de cólera negra costumavam afirmar-se transformar-se em animais. Para o autor (NYNAULD, 1615, p.17) o que acontecia era um desequilíbrio dos humores, podendo ser causado pelo Diabo mas também por alimentos de difícil digestão, como repolho, carnes, castanhas, cebolas e outros. Esses alimentos ou as astúcias de Satã enviam vapores grossos ao cérebro e perturbam os sentidos, dentre eles as faculdades intelectuais e imaginativas (NYNAULD, 1615, p.19). Com esse desequilíbrio, homens e mulheres acreditariam ter-se transformado em animais, mas estariam apenas acometidos pela cólera negra, cuja cura era semelhante ao tratamento dos melancólicos e maníacos.

Eram características dos acometidos, segundo Nynauld (1615, p.65), os olhos fundos, a boca seca e as pernas machucadas, devido às caminhadas noturnas que realizavam seguindo cães e outros animais. Esses efeitos, também poderiam ser causados por pós, unguentos, perfumes, poções e colírios, porém não durariam muito, já que o efeito tende a se dissipar ou, devido a composição, a vítima é levada à morte. A desarmonia também não poderia ser mantida por muito tempo quando empreendida pelo Diabo, visto que ele não possui poder para tal. Essa visão, onde o licantropo só se vê dessa forma por poucas horas ou dias, vai contra os casos apontados por Lecoteux (2005, p.104) no livro *Hadas, Brujas e Hombres Lobo en la Edad Média*, onde na Irlanda alguns sujeitos foram amaldiçoados por São Patrício a viverem nas florestas transformados em lobos por sete anos. Também podemos citar o caso apresentado por Christine Orobitg (2015, p.554), no artigo *la lycanthropie dans la prose doctrinale du XVIe et du XVIIe siècle espagnol* (2015), onde um pai amaldiçoa seu filho após uma briga e o mesmo torna-se lobo e é obrigado a vagar por sete anos. Em outro caso citado por Orobitg (2015, p.562) encontramos mais uma maldição, dessa vez lançada por um padre sobre um casal que é sentenciado a vagar por sete anos em forma de lobo. Ou seja, casos que fogem das explicações naturais de Nynauld e ainda são despidos de quaisquer unguentos e/ou elementos naturais utilizados no corpo humano. São sentenças atribuídas somente com palavras, maldições.

Uma das hipóteses para o entendimento de Nynauld acerca da licantropia, pode ser atribuído ao rumo que a magia natural toma durante o Renascimento. A influência dessa área no tratado *De la Lycantropie* pode ser notada quando o autor, além de citar o tratado *Magia Naturalis* (1558), de Giambattista Della Porta (NYNAULD, 1615, p.69), aponta que (NYNAULD, 1615, p.71) coisas podem ser transformadas quando nas poções são introduzidas partes do animal cuja transformação é desejada. Partes como artérias, coração e cérebro, ou, caso isso não seja possível, que o indivíduo ingira carne do animal horas antes de usar a poção. Podemos relacionar essa descrição a magia simpática apontada por Kieckhefer no livro *Magic in the Middle Ages*:

Plantas com folhas em forma de fígado podem, portanto, promover a saúde do fígado, ou a visão aguçada do abutre pode curar doenças oculares se ele for embrulhado na pele de um lobo e pendurado no pescoço do paciente. O que temos nesses casos é "magia simpática", como James G. Frazer a chamou: magia que funciona por uma

"simpatia secreta" ou semelhança simbólica entre a causa e o efeito. (KIECKHEFER, 2014, p.13, tradução nossa)⁵

Segundo Zambelli no livro *White Magic, Black Magic in the European Renaissance*:

Durante a Renascença, toda a ideia da natureza mudou - de sua infinidade e seus limites, do domínio do homem sobre o mundo físico, tanto os vegetais quanto os animais, da regularidade dos fenômenos físicos e biológicos. Em suma, o que mudou foi a ideia do homem sobre as leis da natureza. (ZAMBELLI, 2007, p.1, tradução nossa)⁶

Nesse campo, encontramos autores que vão reivindicar que os homens devem buscar ter controle sobre a natureza e outros que vão negar a possibilidade de obtenção e efetivação de grandes feitos a partir da magia ou ligá-la a demônios.

Notamos que durante o tratado o autor está no meio dessas disputas sensíveis. Ao mesmo tempo que deseja negar qualquer tipo de transformação ou execução de feitos maravilhosos, argumentando que tudo pode ser explicado a partir da razão e da natureza, o autor acaba tropeçando no poder absoluto de Deus, capaz de criar e mudar qualquer coisa. Esse problema pode ser notado no trecho (NYNAULD, 1615, p. 77, tradução nossa)

Além do mais, se eu quisesse conceder todas as coisas que são, ou virão, que Deus fez ou pode fazer, eu teria que acreditar em casos maravilhosos; Mesmo se tal argumento (Deus fez, ou pode fazer, portanto, que Deus faz) houvesse causa e razão suficiente para que Deus faça, ou fará isso, toda a Filosofia e disputas sobre as coisas divinas pereceriam, especialmente porque Deus pode fazer coisas novas artigos, e destruir antigos e antigos.⁷

Mesmo assim, o autor tenta a todo momento reverenciar a Deus, apontar seus feitos e maravilhas. Segundo Nynauld, o Criador os realizou para sua honra, glória e salvação dos seus fiéis, por isso foram possíveis. Podemos notar uma semelhança entre a postura do autor e a de alguns notáveis como Gian-Francesco Pico, Johann Wier e Erastus, citados por Walker (2000, p.14, tradução nossa) no livro *Spiritual and Demonic Magic*, como sendo

⁵ Plants with liver-shaped leaves might thus promote the health of the liver, or the keen sight of the vulture might cure eye ailments if it was wrapped in the skin of a wolf and hung around the patient's neck. What we have in these instances is "sympathetic magic," as James G. Frazer called it: magic that works by a "secret sympathy" or symbolic likeness between the cause and the effect. (KIECKHEFER, 2014, p. 13)

⁶ During the Renaissance the whole idea of nature changed—of its in nity and its limits, of man's dominion over the physical world both vegetables and animals, of the regularity of physical and biological phenomena. In short, what changed was man's idea of nature's laws. (ZAMBELLI, 2007, p.1)

⁷ Qui plus est, si je voulois concéder toutes choses estre, ou advenir, que Dieu a fait, ou qu'il peut faire, j'aurais à croire de merueilleux cas; Mesmes si de tel argument (Dieu a fait, ou peut faire, doncques Dieu fait) il y avoit cause et raison suffisante que Dieu fait, ou fera cela, toute Philosophie et dispute des choses divines periroit, d'autant que Dieu peut faire nouveaux articles, et détruire les vieux et anciens. (NYNAULD, 1615, p.77)

Cabeças-duras evangélicas; aqueles que acreditam que toda magia é demoníaca ou diabólica e ilusória; que tendem a ser céticos sobre a realidade dos fenômenos sobrenaturais; que desconfiam de toda filosofia pagã, particularmente do Neoplatonismo; que tomam a Bíblia como sua autoridade suprema sempre que possível; que em geral têm uma visão sensata e objetiva das coisas, geralmente baseada em um aristotelismo moderado e cristianizado.⁸

Iremos nos ater a Johann Wier, que mesmo que conceda a possibilidade da existência de uma magia natural pura, acaba condenando todas as práticas por envolvimento com demônios (WALKER, 2000, 152-153). Wier considera supersticiosas e demoníacas até mesmo práticas cristãs, porém, quando parte para discutir acerca dos milagres realizados por Cristo e os feitos de Deus, acaba estabelecendo seu próprio critério, onde “esses efeitos milagrosos da religião são benéficos para o homem (cura de doenças, etc.), enquanto aqueles de magia é inútil (por exemplo, Simon Magus voando) ou prejudicial (discases produzidas por feiticeiros, etc.)”⁹ (WALKER, 2000, p. 155-156, tradução nossa). Sendo assim, acaba aceitando as produções dos eleitos de Deus e Dele próprio, assim como Nynauld.

Outra ligação do autor com as discussões acerca da magia natural de sua época pode ser notada pelo seu total repúdio a Jean Bodin, que defende a possibilidade de transformação de homens em besta. Para Bodin (WALKER, 2000, p.173, tradução nossa) “toda magia é demoníaca e eficaz”¹⁰. Já para Nynauld (1615, p.78), nada deveria ser atribuído aos demônios, pois as causas dos infortúnios são todas naturais, elemento que as próprias ciências naturais deveriam ter deixado bem claro, para evitar que tais defesas, como a de Bodin, fossem feitas.

Sendo assim, notamos que o tratado de Nynauld contém grandes traços de sua época, desde o apreço por escritores antigos, concepções da medicina dos humores - a teoria dos humores é extremamente marcante na medicina da Idade Média - e a tentativa de explicar os eventos a partir da natureza e das relações de causa e efeito. Essas discussões permeiam outros tratados da época, assim como a dos citados Jean Bodin e Johann Wier, porém muitas mais obras abordavam o tema. Devemos lembrar que a Igreja Católica também se envolveu nos debates acerca da magia natural e magia demoníaca, o que em muito influenciou a postura de diferentes autores, principalmente para manterem-se seguros de acusações. Além disso, podemos dizer que muitos dos ritos cristãos podem ser considerados como dotados de magia. Elemento que pode ter causado confusão entre os escritores da época, que buscavam afirmar a ineficácia de ritos e feitos maravilhosos e se depararam com esses mesmos elementos dentro da fé cristã. Como aponta Walker (MANDOSIO, 2007, p. 214 apud WALKER, 1988, p. 41, tradução nossa) "a igreja tem sua própria magia, não há espaço para nenhuma outra".

⁸ Evangelical hard-heads; those who believe all magic to be demonic or diabolic and illusory; who tend to be sceptical about the reality of supernatural phenomena; who distrust all pagan philosophy, particularly Neoplatonism; who take the Bible as their supreme authority outlook on things, usually based on a moderate, Christianized Aristotelianism. (WALKER, 2000, p.145)

⁹ These miraculous effects of religion are beneficial to man (curing of diseases etc.), whereas those of magic are either useless (e.g. Simon Magnus flying) or harmful (diseases produced by witchcraft, etc.). (WALKER, 2000, p. 156)

¹⁰ All magic is demonic and efficacious. (WALKER, 2000, p. 173)

Palavras-chave: Licantropia; Renascimento; Jean de Nynauld.

REFERÊNCIAS:

- BARING-GOULD, Sabine. **Lobisomem: um tratado sobre casos de licantropia**. Tradução: Fernanda M.V. de Azevedo Rossi. São Paulo: Madras, 2003.
- GINZBURG, Carlo. **História Noturna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LECOUTEUX, Claude. **Hadas, brujas y hombres lobo en la Edad Media**. Edição: José J. de Olañeta. Espanha: El Barquero, 2005.
- KIECKHEFER, R. **Magic in the Middle Ages**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- MANDOSIO, J.-M. Problèmes et controverses: à propos de quelques publications récentes sur la magie au Moyen Âge et à la Renaissance. **Aries**, n. 7, 2007, pp. 207-225.
- NYNAULD, Jean De. **De la licanthropie, transformation et extase des sorciers**. 1615. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8706864v.image>. Acesso em: 05 jul 2021.
- OROBITG, Christine. La lycanthropie dans la prose doctrinale du XVIe et du XVIIe siècle espagnol. **Bulletin hispanique** (online). 117-2. 2015, p.549-568.
- OVIDIO. **Metamorfosis**. Edição e tradução: Consuelo Álvarez e Rosa Maria Iglesias. 5 ed. Madrid: Cátedra, 2003.
- WALKER, D. P. **Spiritual and Demonic Magic**. From Ficino to Campanella. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000.
- ZAMBELLI, Paola. **White Magic, Black Magic in the European Renaissance**. Boston: Brill, 2007.

8. Escravidão e pós-Abolição: trabalho, protagonismos e resistências

Este Simpósio Temático busca contribuir com as discussões que vêm sendo propostas pelas pesquisas que interseccionam os campos da história social da escravidão, do trabalho e do pós-Abolição, em âmbito local, regional e nacional. Pretende-se dialogar sobre as diversas temáticas relacionadas às experiências negras, em escravidão e em liberdade, em diferentes contextos, regiões e temporalidades. Entre as temáticas, serão contemplados trabalhos que visem abordar questões como: as lutas pela liberdade, associativismo, trabalho escravizado e livre, educação, religiosidades, trajetórias individuais e coletivas, memórias do cativo, relações entre negros e outros grupos étnico-raciais e processos de racialização. Além disso, abrange estudos que abordem o pós-Abolição como um campo de estudos para além de um marco cronológico e considera as relações entre gênero, raça e classe nos processos históricos investigados

DE ALUNA A PROFESSORA: EDUCAÇÃO E FAMÍLIA NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO EM SANTA MARIA/RS

Alicia Quinhones Medeiros¹

Resumo: Inácia Rodrigues da Cruz, filha de Justiniano Rodrigues da Cruz e Maria José Farias², jovem e mulher negra, nasceu em 1919 em Santa Maria/RS, foi estudante da Escola Elementar Olavo Bilac, local de ensino centenário da cidade atualmente³. Irmã de Julieta Rodrigues da Cruz e Maria José Soares da Cruz. Neta, pela parte paterna, do casal⁴ **Eustaquio Rodrigues da Cruz**, liberto, natural da Freguesia de Santa Maria, filho natural de Eva, escravizada de David José de Medeiros, e de **Ignacia Maria Diaz**, nascida em 1847, liberta, filha natural de Maria Bibiana [Dias] (escravizada) com o seu senhor, Justiniano Gonçalves Dias⁵. Levando o nome da avó paterna, mulher negra que conquistou sua liberdade na região de Santa Maria/RS décadas antes, durante o período escravista, no pós-Abolição a neta Inácia se matricula nas aulas da escola localizada na Rua Coronel Niederauer, próxima da residência da família Rodrigues Cruz.⁶

Seu pai Justiniano é quem aparece como responsável no momento de sua matrícula, em 1932, 1935 e 1936⁷. Estas listas de matrículas escolares estão em salvaguarda no Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Na primeira, as categorias que aparecem no documento são: Nome, Filiação, Idade, Nacionalidade, Domicílio e Classe. Nos anos de 1935 e 1936 que o registro da cor apareceu, designando-a como de cor *preta e mixta*, respectivamente (Ver Anexo 1). Junto às matrículas, analisamos também o álbum de fotografias da escola, datado de 1939, no qual encontramos uma fotografia em que Inácia está presente (Ver Anexo 2).

Em algumas matrículas dos anos seguintes, de 1937 e 1938, encontramos as designações de cor *branca, preta e mixta*. A partir disso, questionando a fonte e quem a confeccionou (ainda não sabemos ao certo), podemos nos indagar sobre os qualificativos que denotam significado à

¹ Mestranda em História (PPGH/UFRGS). Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição/UFSM (GEPA). E-mail para contato: <aliciaquinhones@gmail.com>.

² Em 18 de julho de 1916, Justiniano Rodrigues da Cruz e Maria José Farias se casaram em Santa Maria. **Fonte:** Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Habilitação de casamento de Justiniano Rodrigues Cruz e Maria José Farias. Santa Maria, 9 de setembro de 1916. Documento encontrado por Franciele Rocha de Oliveira.

³ Antigo Colégio Distrital, fundado em 1901, depois chamado de Escola Elementar e Complementar e de Escola Olavo Bilac nos idos anos da década de 1930. Atualmente tem a nomenclatura de Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.

⁴ Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Livro de Casamentos nº 2 e nº 3 (1849-1870), p.161v - 162. Casamento de Eustaquio Rodrigues e Ignacia Maria. Fonte fotografada por Letícia Guterres, casamento localizado por Franciele Rocha de Oliveira.

⁵ Livro de Registros de Óbitos “C 18”, Santa Maria. Cartório Civil. Registro nº 9835, p. 170-170v. Óbito de Ignacia Maria da Cruz, viúva de esposa de Eustáquio Rodrigues da Cruz. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33SQ-GRMQ-9WYQ?i=199&cat=1483156> >. Último acesso em 30 de setembro de 2021. Documento localizado por Franciele Rocha de Oliveira.

⁶ Este trabalho deriva do 4º capítulo de minha monografia em História intitulada “**Branços, Mixtos e Pretos**”: O perfil social e racial do alunado da Escola Elementar Olavo Bilac na década de 1930, em Santa Maria/RS.”

⁷ **Fonte:** Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Livro de Matrículas (1932-1935-1936). Fotografado pela autora.

estudantes serem designados de cores diferentes. Além disso, nos indagamos sobre os motivos da cor aparecer neste documento da instrução pública, na década de 1930 no Rio Grande do Sul. Ainda que não tenhamos respostas acertadas sobre estas perguntas, utilizamos esta fonte para compreender parte do universo educacional de Santa Maria/RS, com ênfase na análise dos marcadores de gênero, raça e classe destes e destas estudantes, em específico neste trabalho, da experiência da aluna Inácia.

Para além deste fundo documental, traçamos narrativas a partir do cruzamento de diferentes fontes, como, por exemplo, a fonte oral através da História Oral, iconografia, registros civis e cartoriais. O tratamento de diversas fontes é usual entre pesquisadores (as) do campo de estudos sobre o pós-Abolição, ao qual nos inserimos. Uma vez que em muitos casos a cor não aparece em fontes documentais no pós-Abolição, um importante elemento para compreendermos as diversas realidades, em diferentes localidades, de homens e mulheres negros e negras no Brasil, após o fim do processo de escravização. Pois entendemos o pós-Abolição como um *problema histórico* (LUGÃO; MATTOS, 2004), período no qual questões relativas à cidadania, acesso à direitos básicos como educação, saúde, trabalho e moradia, além de participação política, entre outras temáticas, são fundamentais para pensarmos a busca de direitos, as desigualdades e agências históricas que sujeitos negros e negras vivenciaram após o 13 de maio de 1888, até os dias atuais.

O uso da metodologia da História Oral foi de suma importância para vislumbrar situações que as fontes escritas, sobretudo as institucionais, como as listas de matrículas, não mostram. A autora Verena Alberti (2008, p. 165) ao debater a metodologia da História Oral, reforça que um de seus potenciais “está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. Junto a isso, observa que “a capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica – e nesse sentido permite a mudança de perspectiva” (Ibid., p. 166). Tendo isso em mente, é que analisamos a entrevista com os familiares de Inácia, sua irmã Maria José Soares Cruz, filha de Justiniano e Loreno Cruz, seu esposo⁸.

A partir dos relatos, a família afirma que Justiniano, além das ocupações como carteiro, telegrafista nos Correios, e colunista em jornais importantes da cidade, foi também professor, e que lecionou na região de Tronqueiras, em Arroio do Só, distrito de Santa Maria. Era em Tronqueiras que ficavam as propriedades dos antigos senhores escravistas, David José Medeiros e Justiniano Gonçalves Dias, que escravizaram, respectivamente, pai e mãe de Justiniano. Sua filha, nascida e adotada anos mais tarde, dona Maria José Cruz em entrevista fala sobre a presença do pai e sua influência em seus estudos⁹.

⁸ Dentro do projeto coletivo do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição/UFSM, lançado em 2018, intitulado “Campanha de Preservação e Valorização dos Jornais da Imprensa Negra de Santa Maria”, em 2019, o GEPA foi recebido pela família de Justiniano Cruz, contato oportunizado através do Prof. Dr. Jorge Cruz, neto materno de Justiniano. A responsável técnica pela entrevista foi a integrante Franciele Rocha de Oliveira e as responsáveis técnicas pela transcrição foram as integrantes Daniela de Souza César, Taiane Anhanha Lima e a autora deste trabalho, material este que foi cedido para nossa pesquisa.

⁹ Se eu sou o que sou hoje, se eu aprendi assim matemática, aprendi o português, agradeça a ele, porque ele me puxava. Ele me colocava sentada na mesa e enquanto ele não me fazia decorar ele não... Loreno Cruz: “Ele tinha o primário né. Naquela época quem tinha o primário era doutor hoje. Porque tinha um conhecimento muito vasto né. Era impressionante”. (MARIA JOSÉ CRUZ, LORENO CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019).

Podemos refletir sobre a influência que Justiniano teve também sobre as filhas em relação ao incentivo à educação, seja pelo olhar atencioso em tarefas escolares até o ato de matriculá-las em escolas da cidade. Além do pai, outro familiar que teve papel importante no incentivo à educação foi a tia Raphaela Maia, mulher negra e porteira servente da escola Olavo Bilac, cunhada de Maria José Farias, esposa do Sr. Justiniano. Em entrevista, dona Maria José afirma que, quando estudou no Bilac, foi com a ajuda da tia Raphaela¹⁰. A partir da experiência de Maria José, podemos também pensar a trajetória de Inácia, pois ambas compartilham períodos e contextos familiares próximos.

Além disso, podemos refletir sobre os possíveis significados da educação, em seu sentido amplo, do ler a escrever, à frequência em aulas em escola para uma família negra em que seus ancestrais foram escravizados. Eustaquio e Ignacia, conquistaram suas liberdades através da compra de alforria¹¹, se casaram e constituíram laços em Santa Maria/RS. Os significados de suas netas acessarem a educação formal através do espaço escolar na década de 1930, quase cem anos após o regulamento de 1837, que previa a exclusão de pessoas negras, ainda que livres, nos bancos escolares públicos do Rio Grande de São Pedro¹², demonstra as agências negras por educação, atrelado à cidadania, no pós-Abolição.

Ao enviar as filhas para a escola formal, famílias negras podem estar fazendo uma aposta na questão da educação como uma possibilidade de ruptura de algumas situações sociais que estavam colocadas, através da pobreza e do racismo. Segundo os relatos trazidos pelos entrevistados, Inácia seguiu seus estudos e se formou professora na mesma escola:

É, ela fez o magistério normal lá. Normalista, ela fazia o normal. Na época fazia o normal e já podia lecionar né, não tinha faculdade também, faculdade era só fora daqui de Santa Maria, porque aqui não tinha né. E ela se formou e em seguida começou a trabalhar. (MARIA JOSÉ SOARES CRUZ, em entrevista concedida à Franciele Rocha de Oliveira na residência dos entrevistados, em 04/09/2019).

Ainda que no período de pesquisa de campo não localizamos a matrícula de Inácia no Curso Normal, ou indícios de conclusão de curso, podemos saber de sua trajetória escolar, sua formação no magistério e do seu falecimento ainda muito jovem, de meningite aos 22 anos, a partir dos relatos orais de sua família. A escritora Alice Walker no texto “À procura dos jardins de nossas mães”, ao debater sobre as perspectivas feministas na história, se questiona sobre “como se manteve viva a criatividade da mulher negra ano após ano, século após século, quando, para os negros, na maior parte do tempo desde a chegada na América, ler ou escrever era um crime passível de punição?” (2019, p. 56). A partir de suas reflexões, a leitora e leitor é

¹⁰ MJC: Pois a tia Faeca depois que me conseguiu para mim ir pro Olavo Bilac. FO: Ah, ela que conseguiu? MJC: É, ela que conseguiu. FO: E ela trabalhava lá. MJC: Ela trabalhava, ela se aposentou, trabalhou anos lá. FO: A dona Rafaela trabalhava no Bilac. MJC: No Bilac. [...]. (MARIA JOSÉ SOARES CRUZ, em entrevista concedida à Franciele da Rocha Oliveira, em 04/09/2019).

¹¹ Testamento de Justiniano Gonçalves Dias. Ano de 1876. Maço 2. Santa Maria. APERS. Fonte localizada pela pesquisadora Letícia Guterres.

¹² “Art. 3º São proibidos de frequentar as Escolas Públicas. 1º Todas as pessoas, que padecerem moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e pretos ainda que sejam livres, ou libertos”. **Fonte:** RS, “Regulamento para as escolas públicas de instrução primária”, Lei Provincial n. 14, de 22 de dezembro de 1837. Disponível em: ARRAIADA; TAMBARA (Orgs.). Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico], Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004, p. 16. Optou-se por atualizar a grafia. < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187045> >.

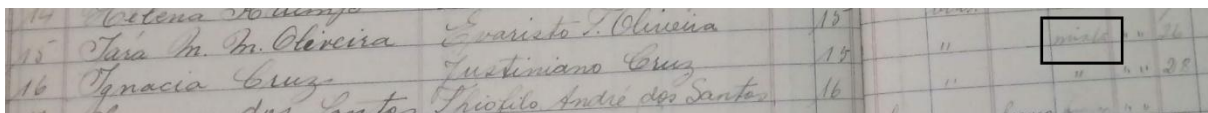
convidada (o) a imaginar e (re)pensar formas outras de intelectualidade e expressão de arte através de experiências de mulheres negras, desde bordados, escritos até o jardim que a mãe da autora criava, mantinha e cultivava.

Com isso, pensamos sobre a experiência de Inácia, ancestral, familiar e escolar, sobre sua trajetória, em meio a tantas (im)possibilidades, de conseguir se expressar, intelectual e artisticamente, através do exercício do magistério, formação e ocupação desta professora. Junto a isso, a partir do estudo qualitativo da trajetória de Inácia Rodrigues Cruz, de aluna a professora, conseguimos refletir sobre o papel fundamental e imprescindível das mulheres negras e suas famílias atuantes em busca de projetos políticos em comum, que tinham na instrução, escolarização e educação, uma importante reivindicação.

Palavras-chave: Pós-Abolição. História da Educação. Santa Maria.

ANEXOS

Anexo 1 - Matrícula escolar da Escola Elementar Olavo Bilac (1936)



Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Livro de Matrículas (1936).
Fotografado pela autora.

Anexo 2 - Alunas e autoridades na escadaria da Escola Elementar Olavo Bilac (1939)



Fonte: Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Álbum de fotografias (1939). Inácia (segunda fileira, ao centro). Fotografia tirada pela autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. Contexto, 2. Ed., São Paulo, 2008.

GRIGIO, Ênio.; BRUNHAUSER, Felipe; OLIVEIRA, Franciele; RODRIGUES, Luiz; LIMA, Taiane (Orgs.). **Organizações Negras de Santa Maria**: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX. Santa Maria: GEPA UFSM, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19900> >. Acesso em 05/10/2021.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, Petrópolis – RJ, 2017.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

MEDEIROS, Aécia Quinhones. “**Branços, Mixtos e Pretos**”: O perfil social e racial do alunado da Escola Elementar Olavo Bilac na década de 1930, em Santa Maria/RS. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2021.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. “**Moreno rei dos astros a brilhar, querida União Familiar**”: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição. Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 4 jul./dez. 2002.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade**: Educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Noemi Santos da. Entre letras e lutas: educação e associativismo no Paraná da Abolição e do pós-Abolição. In: MENDONÇA; TEIXEIRA; MAMIGONIAN (Orgs.). Pós-Abolição no Sul do Brasil: **Associativismo e trajetórias negras**. Saggá: Salvador, 2020. P. 206-227.

WALKER, Alice. **À procura dos jardins de nossas mães**. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André. (Org). História das Mulheres, Histórias Feministas. São Paulo: MASP, 2019.

USO DE FONTES HOSPITALARES PARA A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS TRABALHADORES DE ALEGRETE/RS NO PÓS-ABOLIÇÃO¹

Guilherme Vargas Pedroso²

Resumo: Em fevereiro de 1902, Manoel Rodrigues de Freitas, homem negro de 32 anos, brasileiro, solteiro e jornalista, ingressou no Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete (HSCCA), diagnosticado com “tuberculose pulmonar”³, doença que naquela época acometia muitos sujeitos como Manoel, pobre, jovem, trabalhador e negro⁴. Dito isso, esta comunicação visa evidenciar a potencialidade de fontes de cunho hospitalares para uma história do trabalho e dos trabalhadores. A partir do caso de Alegrete e das fontes produzidas pelo seu Hospital, analisaremos o perfil social dos trabalhadores que ingressaram naquela instituição entre os anos de 1900 e 1905 e que como Manoel, deixaram informações passíveis de contribuir para diversas análises daquela sociedade.

Alegrete é um município do interior do Rio Grande do Sul, localizado na fronteira oeste, que surge dos embates entre as Coroas portuguesa e espanhola, no início do século XIX, que disputavam o controle das terras ao Sul. Essa região do país por muito tempo foi vista apenas como local de pessoas descendentes de imigrantes europeus, onde a escravidão teria sido menos presente e a presença negra de baixa intensidade. Embora essa construção imagética ainda persista em certos setores do senso comum, a historiografia já evidenciou a diversificação social, bem como a concentração da mão-de-obra negra escravizada e livre nas terras do Sul durante o século XIX. No entanto, no período após a abolição da escravidão, em 1888, não tivemos mais notícias da população negra na agenda historiográfica sobre aquela região do país.

No final do século XIX e início do XX, como percebeu Daiane Rossi (2019), a inauguração de Hospitais nos interiores do Rio Grande do Sul, passa acompanhar a instalação das linhas de ferro no Estado. Em Alegrete, o HSCCA foi inaugurado em 1876, e diferente do que conhecemos hoje, tinha como objetivo o auxílio aos pobres, por isso configura uma fonte privilegiada para o acesso, ainda que em partes, da população mais empobrecida. A fonte em questão é o “Livro de Registro de Entrada e Saída dos Enfermos”, que guarda informações como: nome, estado civil, cor, profissão, data de nascimento, datas de baixa e alta e a moléstia (doença) das pessoas que davam entrada na instituição. Esta fonte foi utilizada em trabalhos anteriores e aqui exponho alguns resultados, que também indicam a potencialidade da fonte para a análise dos trabalhadores. Antes disso, veremos algumas pesquisas que utilizaram desse

¹ As reflexões apresentadas neste texto fazem parte da pesquisa para a escrita de minha monografia, apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde atualmente é graduando do curso de História Bacharelado. Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), bolsista CAPES. Membro do Grupo de estudos sobre o pós-Abolição (GEPA/UFSM) e do GT Emancipações e pós-Abolição da ANPUH/RS. Email: guilhermepedroso.v@hotmail.com

³ Livro de Registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900 – 1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

⁴ Sobre Tuberculose e trabalhadores, ver: GILL, Lorena. **O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930**. Pelotas: Educat. 2007.

mesmo tipo de documentação, em outros contextos e espaços e que contribuíram para a história do trabalho e do pós-Abolição, para além de outras temáticas.

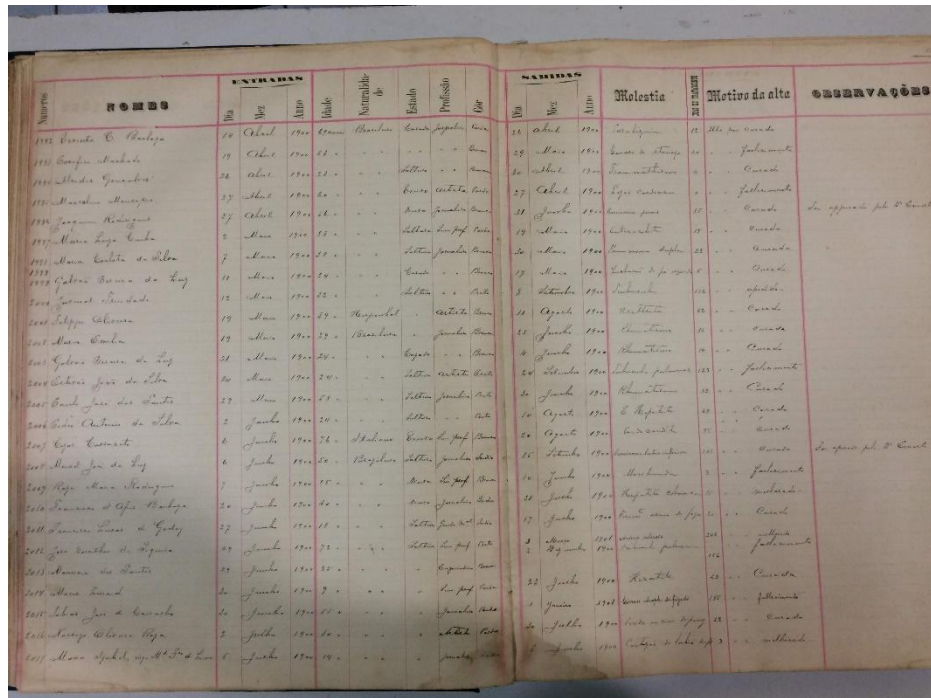
Em sua tese de doutorado, trabalho importante na área da história da saúde, mas que também nos auxilia no campo do trabalho e do pós-Abolição, Lorena Gil (2004) traça um perfil dos sujeitos que foram acometidos pelo “mal do século”, a tuberculose. A autora aponta que quem mais morria pela doença eram homens negros, solteiros, jornaleiros, brasileiros, com idades entre 21 e 35 anos e residentes das zonas urbanas de Pelotas/RS, entre os anos de 1890 e 1930.

Felipe Brunhauser (2018), a partir dos registros do Hospital de Caridade do município de Santa Maria/RS, estudou os menores populares na Primeira República, onde observou que “a inserção no mundo do trabalho por parte de menores das camadas empobrecidas ocorria, aproximadamente, a partir dos 12 anos” e que “os meninos e jovens possuíam maior inserção em diferentes tipos de trabalhos”, estes eram geralmente ligados a serviços braçais. Ao olhar para as meninas, Brunhauser aponta que encontrou apenas 10 profissões distintas, “em grande parte voltada a serviços relacionados ao lar” (BRUNHAUSER, 2018, p.72).

No contexto de Porto Alegre/RS, com documentações parecidas, Giane Flores (2018) se dedicou a observar as experiências dos populares, sobretudo os negros, nas instituições policiais da capital rio-grandense. A historiadora observou, com base no que os registros apontaram, que o corpo policial daquele município no final do século XIX, era formado por “indivíduos não brancos (pretos, pardos, morenos, indiáticos), jovens entre 18 e 30 anos de idade, solteiros, naturais do Estado e sem profissões anteriores” (FLORES, 2018, p.8).

Para o contexto de Alegrete, analisei as informações acerca dos trabalhadores que ingressaram no HSCCA nos primeiros anos do século XX, a fim de compreender o contexto do pós-Abolição naquela região interiorana e fronteira. Por serem informações homogêneas e reiterativas, que se repetem por um longo período, pude criar um banco de dados que me possibilitou uma análise serial das informações obtidas através dos registros (FARINATTI, 2008), como mostram as imagens abaixo.

Imagem 01 – Livro de Registros de Entrada e Saída dos Enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete (1876-1923)



Fonte: Acervo do autor.

Imagem 02 – Banco de dados

NOMES	SEX	DATA ENTRADA	ANO	IDADE	NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	COR	DATA SAÍDA	MOLESTIA
Gaspar Sá Brito	M	01/01/1900	1900	100	Africana	Solteiro	nenhuma	preta	26/03/1900	Marasmo renal
Francisco Miguel de Souza	M	08/01/1900	1900	41	Brasileira	Casado	Jornaleiro	preta	08/02/1900	syphilis
Manoel Palydoro	M	10/01/1900	1900	42	Brasileira	Casado	Jornaleiro	indiatia	14/01/1900	aneurismo
Magdalena Pascoal	F	10/01/1900	1900	18	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	parda	07/02/1900	renite inguinal supurada
José Ajala	M	19/01/1900	1900	19	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	parda	08/02/1900	Mal de fasedoro
Americo Antovir Guterres	M	24/01/1900	1900	37	Brasileira	Casado	Jornaleiro	indiatia	25/03/1900	flegmao difuso da mão
ilegível		24/01/1900	1900	54	Brasileira	Casado	Jornaleiro	Branca	25/01/1900	ilegível
Eugenia Nunes	F	30/01/1900	1900	54	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	preta	05/02/1900	ilegível
Saulo José dos Santos	M	07/02/1900	1900	58	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	preta	09/03/1900	Rachialgia
Maria Bonfim	F	15/02/1900	1900	94	Africana	Viuvo	nenhuma	Preta	05/09/1900	Marasmo renal
Emilia Alfina	F	17/02/1900	1900	28	Oriental	Solteiro	Jornaleiro	Branca	14/03/1900	syphilis
Arminda Ferreira	F	18/02/1900	1900	39	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	preta	24/02/1900	Masfite
Vicatalina Rufina Chaves	F	19/02/1900	1900	38	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	indiatia	21/04/1900	doenca punonar
Jose de Siqueira	H	19/02/1900	1900	71	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	preta	27/04/1900	ilegível
Margarida da Roza	M	24/02/1900	1900	29	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	parda	04/06/1900	syphilis
Maria Aldina	M	25/02/1900	1900	18	Oriental	Solteiro	Jornaleiro	parda	13/03/1900	ilegível
Hortudes Alves Ferreira	H	25/02/1900	1900	19	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	preta	04/03/1900	inchacao do cranio
Maria Analia da Silva	M	27/02/1900	1900	18	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	parda	15/03/1900	Endometrite
Felippe alves dos Santos	H	01/03/1900	1900	21	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	indiatia	02/03/1900	doenca punonar
Margarida Silveira	M	02/03/1900	1900	20	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	preta	09/03/1900	ilegível
Cristalde Gamino	M	04/03/1900	1900	25	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	Branca	17/03/1900	doenca punonar
Olegario d'Araujo	H	06/03/1900	1900	19	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	parda	17/03/1900	doenca punonar
Francisco Gomes	H	08/03/1900	1900	22	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	parda	31/03/1900	ilegível
Clemente Pinto	H	11/03/2020	1900	32	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	preta	19/04/1900	Reumatismo
Francisco Rodrigues dos Santos	H	11/03/1900	1900	19	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	indiatia	18/03/1900	Ferimento arma de fogo
Maria Felisberta da Silva	M	14/03/1900	1900	17	Brasileira	Solteiro	Jornaleiro	preta	28/03/1900	Felcosis

Fonte: Acervo do autor.

A imagem 01, mostra a fonte utilizada na pesquisa. Já a imagem 02, nos permite mostrar o banco de dados montado a partir das informações retiradas da fonte, onde foi possível armazenar, cruzar e analisar os dados referentes aos sujeitos ingressantes na instituição de saúde no início do século XX. Primeiramente, percebi que o perfil dos trabalhadores que mais acessaram o Hospital entre os anos de 1900 e 1905 foram homens, brasileiros, de cores pretas e/ou pardas, com idades variando entre 21 e 40 anos e majoritariamente solteiros⁵.

⁵ Livro de Registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900 – 1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

Reduzindo o olhar para estes trabalhadores homens, observei uma visível racialização no exercício do trabalho. Em relação as ocupações, percebi que a maioria era “jornaleiro” e “agência”, ou seja, trabalhadores que se ocupavam de atividades menos especializadas e que se tornavam disponíveis sazonalmente. Estes trabalhadores, eram em sua maioria negros. Diferente destes, os trabalhadores brancos, concentravam-se em maior número na ocupação de “artista”, que eram aqueles profissionais com um certo nível de especialização, que conseguiam trabalhos mais específicos, valorizados e muito provavelmente, fixos. Cruzando os dados de cor, profissão e estado civil, também pude perceber que os trabalhadores que mais alcançavam o casamento dito formal, ou seja, estavam descritos como “casados” nas fontes, eram os brancos⁶.

Como apontamentos iniciais, concluímos que trabalhadores negros em Alegrete do início do século XX, se ocupavam em serviços menos especializados do que os trabalhadores brancos, que mesmo pobres, ainda ocupavam categorias profissionais mais dinâmicas. Com isso, levando em consideração o contexto social e político do Brasil daqueles anos, percebemos que a falta de estabilidade ocupacional, concentrada entre os trabalhadores negros, contribuía para uma vida em liberdade precária, como apontaram Henrique Espada Lima (2005) e Sidney Chalhoub (2010).

Além disso, busquei algumas comparações entre os resultados encontrados para a realidade dos trabalhadores de Alegrete com outros municípios, também do interior do Rio Grande do Sul. No caso de Uruguaiana/RS, município vizinho de Alegrete, a partir das análises feitas por Ginter Leipnitz (2016), que não utilizou registros hospitalares, mas que a partir dos processos-criminais nos oferece um olhar acerca dos mundos do trabalho naquele município, encontrou a maioria dos trabalhadores concentrados em “jornaleiros”, de maioria homens jovens e solteiros. Dito isso, chamamos a atenção para um possível padrão ocupacional na fronteira do Estado no período pós-Abolição: trabalhadores pobres – em grande parte, negros – ocupando-se em atividades sazonais, entre os grandes campos e as pequenas urbes, como é o caso de Alegrete e Uruguaiana. E no caso alegretense, a hierarquia racial entre estes colocava os trabalhadores negros abaixo na dinâmica profissional.

Para finalizar, ressaltamos que a historiografia do trabalho, por muito tempo não utilizou o componente cor em suas análises, deixando de lado sujeitos não brancos que sempre estiveram compondo a mão-de-obra – especializada ou não – deste país, que é o caso dos trabalhadores negros, como bem apontou Álvaro Nascimento (2016). Estudos centrados nas experiências dos trabalhadores brancos, atuantes em fábricas e organizados em sindicatos, contribuíram para uma história única do sul do Brasil.

Com o avanço das pesquisas nos campos da história social do trabalho e do pós-Abolição, novas fontes, olhares e metodologias vem trazendo novas histórias e outros personagens atuantes, como os trabalhadores negros, que mesmo experienciando uma sociedade racista e hierarquizante, seguiram na renovação das lutas e resistências após o 13 de maio de 1888.

Nesta comunicação, a partir da experiência de pesquisa própria e da leitura e uso de pesquisas históricas que utilizaram documentações parecidas, busquei evidenciar as potencialidades e possibilidades de uma determinada fonte para uma história do trabalho e do pós-Abolição. O objetivo maior, para além de expor os dados de pesquisa sobre os trabalhadores negros, foi utilizar dos registros destes indivíduos, para exemplificar as diferentes categorias

⁶ Livro de Registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900 – 1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

presentes na fonte – como nomes, cores e profissões, por exemplo – que, no caso particular desta pesquisa, tem ajudado a desnudar os mundos do trabalho no interior do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, a experiência dos trabalhadores negros dessa região.

Palavras-chave: Trabalhadores; pós-Abolição; Alegrete.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George. **Negros e Brancos em São Paulo** (1888-1980). Bauru: EDUSC, 1998.
- BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917 – 1921)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 83, 2018.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **Revista História Social**, Campinas, n. 19, p. 33-61 segundo semestre de 2010.
- FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008.
- LARA, Silvia Hunold. Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995.
- LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.
- LEIPINITZ, Ginter Tlajja. **Vida Independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 – C. 1920)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 285, 2016.
- LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi* (Online): revista de história, Rio de Janeiro, v. 6, n.11, p. 289-326, 2005.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-198, 2004.
- NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, setembro-dezembro, 2016.
- NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.
- ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. Tese (Doutorado em História) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 272, 2019.
- SÔNEGO, Márcio. A Cidade de Alegrete: Escravidão, Resistência e Liberdade. **Historiae**. v. 2, p. 163-174, 2011.

A FORÇA VIVA DA COR PRETA (1880-1940): NOTAS SOBRE UMA DISSERTAÇÃO

Autor(a): Helen da Silva Silveira¹
Orientador(a): Flavio Gomes²

Resumo: Este resumo apresenta uma dissertação de mestrado em História desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A dissertação teve como sujeitos de análise três organizações negras existentes no Vale do Rio Pardo, interior do estado do Rio Grande do Sul. As organizações eram a Irmandade de São Sebastião Mártir, de 1880, a sociedade Négo Football Club, de 1935 e a Sociedade Cultural Beneficente União, de 1923. As duas primeiras se localizam na cidade de Venâncio Aires e a última na cidade de Santa Cruz do Sul, sendo estas as cidades analisadas. O recorte temporal é 1880 a 1940 pegando, portanto, os anos finais da escravidão e as primeiras décadas do pós-abolição.

Em 25 de janeiro de 1880³, os cativos Antônio da Rosa, Manoel da Costa, Liopoldino da Rosa, Patrício José Luiz da Rosa, Angélica da Rosa, Januária da Silva, Pedro Pacheco, Antônio José Rosa, João Antônio da Rosa F^a, Thereza Januaria da Silva, Julho da Rosa, Januária da Costa, Agostino da Cruz, Bartolomeu de Fagundes, Apolinário da Cruz e a livre ou liberta Maria José do Cunha se matricularam para serem irmãos e irmãs de São Sebastião Mártir na então Faxinal dos Tamancos, um distrito de Santa Amaro. Aquela localidade uma década mais tarde se tornaria o município de Venâncio Aires. Estes são os nomes que abem o capítulo 1, “Em Venâncio Aires, São Sebastião é blues”

Infelizmente sobre a Irmandade em si, não foi encontrado nada além do documento original e da cópia que registra a sua existência. Mas isso não significa que não há que se possa dizer sobre ela, afinal de contas ela demonstra a relação de cativos e cativas com a fé em São Sebastião Mártir a ponto de organizarem uma Irmandade em sua devoção na última década da escravidão.

Confrarias negras são uma presença muito antiga no país, desde os inícios da colonização, e sua presença foi fundamental para a profusão do catolicismo entre as e os escravizados (REGINALDO, 2018). As atividades realizadas por estas associações incluíam principalmente caridade, ajuda mútua, amparo jurídico e social, enterramentos, compra de alforria e a devoção e festa do santo ou santa.

Como estas organizações eram leigas, quem exercia todas as funções dentro delas eram também pessoas leigas, o que ajuda a explicar a popularidade e proliferação destas entre negros e negras. Para Reis:

A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros- em torno das festas, assembléias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua- construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às

¹ Formada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e atualmente doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do Gepa/UFSM e professora no cursinho popular Carolina Maria de Jesus. Contato: helen.dasilvasilveira@gmailcom

² Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Fonte: Este documento é uma página, nº 10, do Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião Mártir e foi escrito entre 1914 a 1918. Acervo da Paróquia de São Sebastião Mártir, Venâncio Aires.

vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas. (REIS, 1996, p. 4).

Neste sentido, elas extrapolavam seu sentido religioso e oportunizavam protagonizar espaços mais autônomos mesmo que sob a condição cativa. É muito provável que a Irmandade de São Sebastião Mártir tenha começado em torno da organização de enterramentos de seus antepassados, dado que existem indícios de ossadas enterradas encontradas no terreno onde foi construída a Igreja. Mas com o passar do tempo ela foi além tornando-se um espaço de exercício da autonomia que teve êxito.

Além de ajudar na construção da primeira capela do santo que foi erguida entre 1876 e 1881 e em 1884 João⁴, Manoel⁵, Angélica⁶, Antônio⁷, Patrício⁸, Pedro⁹ e Bento¹⁰ conseguiram suas alforrias que foram condicionadas a tempos de serviço que iam de 3 a 7 anos de serviço. Já Agostinho e Leopoldino¹¹ foram inventariados como herança de Teodoro José da Rosa naquele mesmo ano e provavelmente só viram a liberdade em 1888, pois não foi localizado nenhuma alforria com seus nomes.

Neste capítulo foi utilizado uma grande variedade de fontes como o livro tomo da Igreja de São Sebastião Mártir, inventários, cartas de alforrias, registro de batismo de cativos e crianças do ventre livre e registros de óbitos de cativos e nascidos do ventre livre. Todas estas fontes é que possibilitaram interpretar os conturbados anos finais da escravidão em Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul.

Já no pós-abolição temos a ascensão de um outro tipo de organização negra, os clubes sociais e é este o tema do segundo capítulo intitulado “União e Négo: O orgulho de seus dirigentes”. Estes já existiam desde antes da abolição, mas ganharam força na república.

A fim de dar a entender as delimitações de *clube negro* como uma categoria histórica própria das sociedades nas Emancipações e Pós-Abolição, defino que: os clubes negros são espaços associativos criados a partir do século XIX, sobretudo a partir da década de 1870, por e para pessoas negras – com base em uma ideia de raça – autoidentificadas como negras; pretas; morenas; mulatas; *colored*; da raça de *cor/aza de color*; etiópica; de cor; *conrazanea*; mantidos por associados e associadas, instalados em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolviam/desenvolvem

⁴ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 37r. Concessão: 20-09-84; Registro: 24-09-84.

⁵ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 37r. Concessão: 20-09-84; Registro: 24-09-84.

⁶ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 7v. Concessão: 01-12-84; Registro: 04-12-84.

⁷ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro 2, p. 7v. Concessão: 01-12-84; Registro: 04-12-84.

⁸ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 37v. Concessão: 07-09-84; Registro: 04-12-84.

⁹ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 2, p. 5r. Concessão: 01-10-84; Registro: 04-12-84.

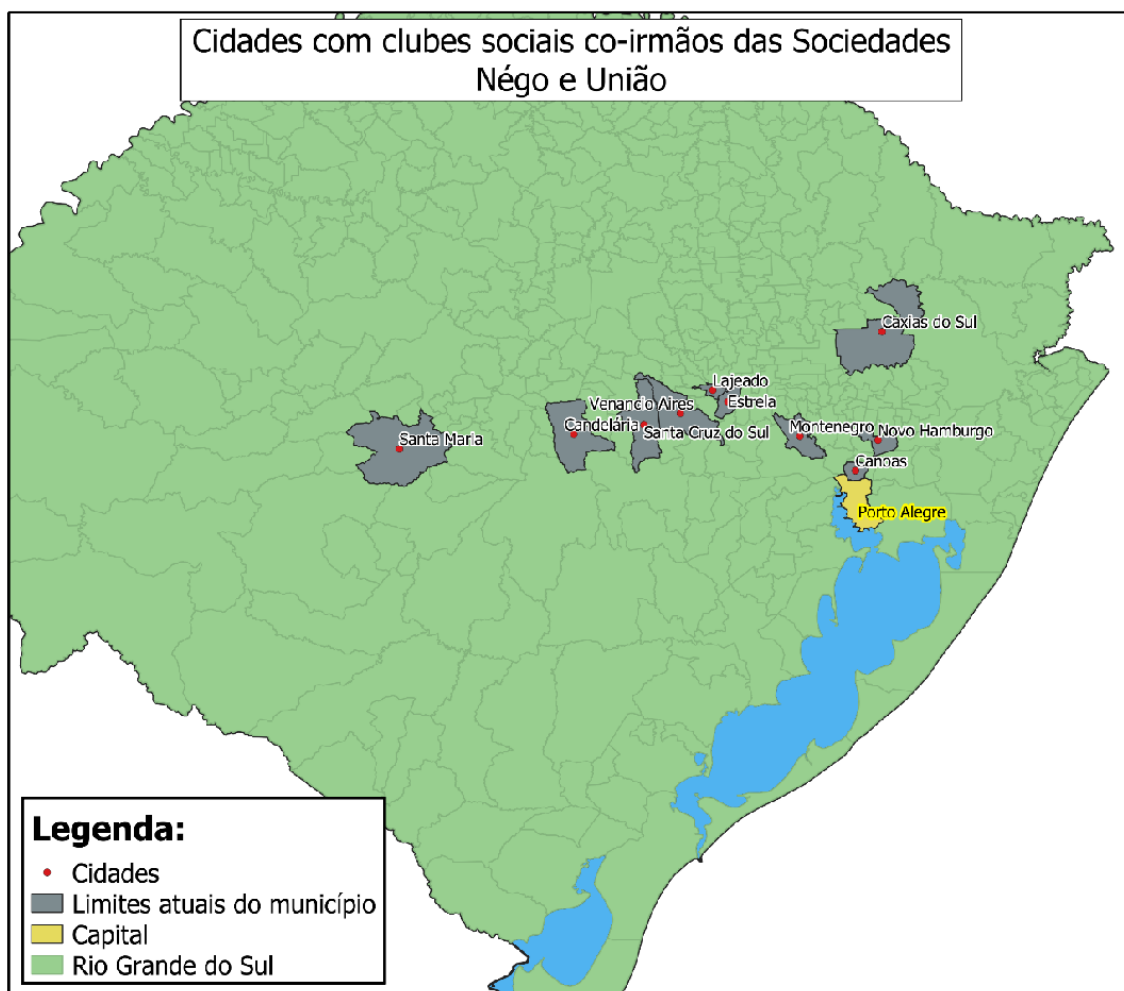
¹⁰ APERS. Santo Amaro/RS. Subfundo: 1º Tabelionato. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas. Livro 1, p. 40r. Concessão: 22-09-84; Registro: 24-09-84.

¹¹ APERS. Taquari/RS. Vara da Família e Sucessão. Inventários *post mortem*. Processo n°: 124. Ano: 1884.

atividades sociais – de caráter autodenominado cultural; social; político; bailante/dançante; beneficente; recreativo e/ou carnavalesco – cuja nomeação era/é autoatribuída como club/clube, centro, associação e/ou sociedade e cujo objetivo era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas. (SILVA, 2017, p. 148).

Neste sentido, os clubes sociais negros são espaços produzidos a partir do momento em que a liberdade começa a ser vislumbrada como uma realidade jurídica. Da mesma forma que os governos se organizavam em torno da raça, os negros e negras também. Em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires nas décadas de 1920 e 1930 foram criados dois clubes a Sociedade Cultural Beneficente União e o Négo Foot Ball Club, respectivamente. Os contextos sociais variaram consideravelmente entre a fundação de um e outro, em 1920 a ideologia do branqueamento regravava a forma como se dava a racialização, já a partir de 1930 a Democracia Racial passou a ser a ideologia dominante. No entanto, gostaria de focar nas relações que estes clubes construíram entre si e com outros clubes de uma ampla rede associativa que pegava uma parte considerável do estado, como podemos no mapa abaixo:

Mapa nº 1: Mapa do Rio Grande do Sul com localização das cidades com clubes sociais co-irmãos das sociedades Négo e União



Fonte: Feito por Felipe F. Brunhauser, gerado a partir das bases e referências cartográficas do Brasil, disponibilizadas pelo IBGE.

Ao pesquisar a cidade de Pelotas, que possui muitos clubes negros, Fernanda Silva coloca como eram feitos os convites de um clube a outro:

Os Cordões da cidade informavam suas atividades a seus co-irmãos e sócios, principalmente com o auxílio da imprensa. E nesse sentido, destaca-se a dita imprensa negra, representada na cidade pelo jornal *A Alvorada*. Esses cordões apresentaram grande inter-relacionamento social. (SILVA, 2011, p. 110, 111).

Assim, estas ligações não aconteceram simplesmente, elas foram planejadas e pensadas, em vários sentidos: quais clubes convidar, como se percebe na ata de batismo do União, como convidar, convites ou anúncios em jornais, até deslocamentos, se através ônibus, trem e etc. Tais relações constituíram gradualmente uma rede associativa que comportava os mais diversos formatos organizativos, com intuito de atender as demandas sociais e culturais dos indivíduos negros e lhes dando suporte nas mais diversas situações. (LONER, 2009). Assim, se o processo de exclusão e invisibilização foi pensada a rede associativa também foi.

Neste capítulo as fontes utilizadas foram depoimentos orais, fotos, documentação de clubes e jornais.

No último capítulo intitulado “A última cruzada: uma encruzilhada entre Marcelina e Locrécia” acompanhamos a caminhada dos descendentes de Locrécia e Marcelina que passaram pela Irmandade e pelos clubes sociais. Amarino da Silva era neto de Locrécia e foi fundador do Négo Football Club. O intuito deste capítulo é focar mais nas pessoas que em diferentes gerações viveram as organizações e demonstrar que o interior tem ainda muito de pesquisa histórica a ser feita.

Suas fontes são registros paroquiais, como batismo e óbito, habilitações de casamentos e relatos orais.

A partir desta pesquisa ficou como conclusão que embora exista uma historiografia tradicional que não existiu escravidão no estado, sobretudo em regiões de imigração alemã, é possível afirmar que havia um pacto da escravidão e que esta foi legitimada e capilarizada pela sociedade. É possível afirmar isso com base nas relações tecidas entre pessoas de diferentes grupos sócio-raciais como alemães e portugueses que eram proprietários, padrinhos, madrinhas e padres nos registros. Mas fiz questão que os escravizados e livres também tenham nome e se possível tenham sobrenome, mãe, avó, tio, sobrinho, compadre e liberdade, para que possamos entender que a agência e resistência dessas pessoas também era disseminada.

Não só feito um pacto pela liberdade, como ele foi atualizado como um pacto pela cidadania a partir das reordenações sociais ocorridas no pós-abolição. A fundação dos clubes sociais apresenta um outro tipo de agência destes sujeitos históricos. O que se tem aqui são discussões multifacetadas sobre o que é cidadania e também uma disputa de narrativa sobre si, uma que respeite a densidade histórica do que foi vivido.

Palavras-chave: escravidão; liberdade; organizações negras; irmandades; clubes sociais.

Referências Bibliográficas

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-RS, 2005.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da Escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1996, p. 7-33.

SILVA, Fernanda Oliveira. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: Silva, Gilberto Ferreira da; Santos, José Antônio dos (Orgs). **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 246-261.

O JOGADOR QUE NOMEOU GINÁSIO: REFLEXÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE NEGRA DE WALDEMAR RODRIGUES MARTINS (ORECO) EM SANTA MARIA/RS¹

Nara Medianeira Ilha Rodrigues²

O presente texto se propõe a refletir como de dá o processo de esquecimento/invisibilidade sobre a trajetória de Waldemar Rodrigues Martins (Oreco), na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul no século XX, no pós-Abolição. O período analisado contempla desde o seu nascimento junho de 1932, até essa personalidade passa a nomear um ginásio na cidade, um dos poucos ginásios que essa cidade possui nos anos noventa. Campeão do Mundo pela Seleção Brasileira em 1958, na Suécia. Destaque do Esporte Clube Internacional que revelou o único campeão nascido em Santa Maria.

Considerando a problemática do Ensino de História no Brasil ainda, a História dos negros e negras estar relacionado a escravidão, ao trabalho forçado, castigos, sofrimentos, representados como agentes passivos. Não dando a eles, o devido reconhecimento e valor de sua presença na economia, cultura, e religião na construção da sociedade riograndense. Nas últimas décadas isso vem mudando, trabalhos como o guia bibliográfico História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional, organizado por Regina Célia Lima Xavier (2007), resultado de um projeto premiado pelo concurso “Memória do Trabalho no Brasil”, trata-se de um levantamento de fontes bibliográficas sobre a tema da escravidão e da liberdade no Rio Grande do Sul. Em seu repertório inclui livros, dissertações, teses, artigos e resumos de trabalhos apresentados em congressos acadêmicos. Quanto aos ofícios dos escravos Luís Augusto Farinatti (2010), indica que nos inventários pesquisados entre 1831 e 1850, poucos casos que existem referências aos ofícios das escravas, eles foram domésticos, cozinheira, costureira e rendeira, não encontrando roceiras. Paulo Moreira (2006), através da análise de processo crime, entende o escravo como agente ativo através da resistência, como quilombos, fugas, assassinatos de senhores, insurreições, alforrias.

Por muito tempo a participação do povo negro na história do estado, foi silenciado e invisibilizado pela história oficial. Entre os pesquisadores que estudam o tema da escravidão e liberdade no Rio Grande do Sul, Ilka Boa Boaventura Leite (1996), ressalta entre os muitos mitos construídos, está o de que a escravidão teria sido mais branda no sul do país, devido ao número reduzido de escravos, senhor e escravos trabalhavam lado a lado, e de ter havido menos discriminação racial, pois não eram uma ameaça aos interesses dos brancos. “[...] o simplismo, mas muitas vezes por trás deles se esconde uma justificativa para o ‘esquecimento’, para aceitação da desigualdade, ou para a afirmação da suposta democracia racial” (LEITE, 1996, p. 41).

É necessário ressaltar que desde os anos 1980, muita coisa tem sido produzida para reverter isso. Destacamos aqui por exemplo estudos vinculados ao GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH/RS e diversos trabalhos sobre escravidão e liberdade no Rio Grande do Sul.

¹ O presente resumo foi extraído do trabalho de conclusão do curso de graduação em História/UFSM apresentado em 2019/12 e orientado pelo Prof. Dr. José Martinho Rodrigues Remedi, Coorientadora Ma. Franciele Rocha de Oliveira.

² Graduada em História-Licenciatura e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudo sobre pós-Abolição (GEPA). E-mail: nara0805@hotmail.com

Nós temos agora uma vasta bibliografia sobre escravidão e liberdade, experiências e protagonismos negros, mas ela não consegue chegar como a versão oficial sobre a história do estado, nem nos livros didáticos. Sendo assim, pesquisar as histórias de lugares de memória negra, as pessoas que levam o nome desses lugares, possibilita contar outras histórias a dos dominados, valorizando sua presença para construção da sociedade.

Desse modo, lugares de memória negra como clubes negros, museus podem ser usados como um veículo de aprendizado, conhecimento, promoção da igualdade racial, para se trabalhar a Lei 10.639/03 nas escolas.

Nesse sentido, Lucia Helena Silva (2019), em “História, Memória, Patrimônio e Ensino de História: O Quilombo como Sugestão de Análise” sugere espaços importantes como quilombos para se trabalhar o ensino da história e cultura afro, africana nas escolas, como novo caminho para o aprendizado de novos conteúdos. Os quilombos como espaços valorizados pelas comunidades que com seu trabalho, ajudaram a formar esse país. Também a valorização desse espaço como patrimônio. A autora cita outros exemplos de roteiro dos territórios negros, como o de Porto Alegre, que surgiu em 2011, o percurso passa por regiões reconhecidas como ocupação de afro-brasileiros. Com várias informações sobre a vida dos afrodescendentes, possibilitando conhecer outras narrativas sobre o passado da escravidão. Esses lugares de memória negra, incorporariam novos conteúdos possibilitando contar outras narrativas, grupos que foram silenciados pela história oficial.

Sobre o pós-Abolição, é um campo em construção, embora já exista muitos trabalhos que nos ajudam a entender o conceito de pós-Abolição, como Fernanda Oliveira da Silva (2011), que estuda seus contextos e sujeitos do [...] pós-abolição. Este período, não é concebido enquanto estaque e imediatamente posterior a 13 de maio de 1888. Representa, na verdade, um momento em que os objetivos davam-se em virtude da busca por direitos em uma sociedade emancipada [...] (SILVA, 2011, p. 77).

Além de um tempo cronológico posterior ao fim da escravidão, o pós-Abolição, é um tempo marcado por resistência e luta do povo negro por condições melhores de vida, por espaço numa sociedade excludente. Esse foi o palco da construção da liberdade no Rio Grande do Sul, durante o período do pós-Abolição.

Esta pesquisa teve como objetivo principal refletir a constituição deste lugar de memória negra, compreendendo parte das experiências da personalidade que nomeia o lugar, centrando o estudo e delimitando o tema em sua trajetória de vida até nomear o Ginásio.

Como objetivos específicos o trabalho se propôs a refletir a memória de personalidade negra em Santa Maria, evidenciar trajetórias e experiências negras no Pós-abolição em Santa Maria. Neste trabalho utilizei como metodologia a pesquisa bibliográfica e questionário. Foram extraídas informações de livros, jornais e registro de casamento, além de fotografias encontradas nos próprios periódicos.

A pesquisa deste trabalho é de forma descritiva de jornais com uma abordagem qualitativa das fontes.

Para realização deste trabalho utilizou-se elementos culturais da Nova História Cultural, para interpretação da realidade social, ressignificações e visões de eventos, processos, transformações sociais e cultural.

A história da cultura material também atraiu diversos especialistas da NHC, ao buscar os aspectos simbólicos que os alimentos, vestuários e habitações tinham para as sociedades que os produziram, neste contexto também entra a história dos espaços e sua importância para definição de uma sociedade e de sua cultura (HONOR, 2005, p. 151).

Além disso aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, o qual foi respondido por 49 alunos presentes, ou seja, todos os alunos responderam ao questionário, no total de 84 alunos frequentes, em uma escola pública Estadual do Ensino Médio, próxima ao Ginásio Oreco. Foram feitas sete perguntas, com a intenção de sabermos o conhecimento dos alunos a respeito da figura de Waldemar Rodrigues Martins (Oreco).

Conforme análise de dados, verifica-se, que a grande maioria dos alunos não sabem quem foi Waldemar Rodrigues Martins, desconhecem sua história de vida, não ligam o Ginásio ao seu nome. O que nos parece bastante contraditório, por sua contribuição de grande relevância para o futebol, seu nome ser citado até hoje, em jornais, reportagens, livros. É como se sua história tivesse sido completamente invisibilizada na História da cidade, foi o que constatamos ao analisar questionário respondido por alunos. Ainda que tenham sido concedidas homenagens, existe uma esfera de apagamento grande, que faz com que muitos destes jovens estudantes desconheçam a trajetória deste homem negro de grande importância profissional, esportiva na cidade. Não permitindo que possam reconhecer a representatividade de Oreco.

Logo em seguida, depois das explicações sobre a trajetória de Oreco, foi aplicado uma segunda parte do questionário, com duas perguntas pessoais, referindo a importância do Ginásio Oreco e sua relação para com ele.

De acordo com as respostas, verifica-se que, para a maioria dos alunos o Ginásio Oreco ter importância em suas vidas, está relacionado ao lazer quanto a prática de atividades físicas. É um lugar de socialização e mostrou fazer parte de suas memórias desde a infância até os dias atuais. Ter espaços como o Ginásio Oreco é muito importante, considerando que a comunidade é pobre, fica na Zona Oeste da cidade, afastada do centro.

Para realização desta pesquisa abordou-se o conceito de memória, memória coletiva, também o conceito de Educação Patrimonial. Para isso, trazemos como sugestão uma proposta metodológica de Educação Patrimonial.

A partir da confecção de um mapa, com localização do Ginásio Waldemar Rodrigues Martins (Oreco), para ser usado nas aulas da disciplina de História.

*Falar do sujeito, de sua trajetória e protagonismo em sua história, sua contribuição para o futebol.

*Fazer perguntas. Já conheciam a personalidade negra? Como e onde conheceram? A que atribuem esse desconhecimento?

*Falar da invisibilidade negra na cidade.

Assim, construindo o saber a partir de uma aprendizagem que desenvolva uma concepção histórico-crítica da história de grupos invisibilizados que ocuparam posição periférica, possibilitando trabalhar a Educação Patrimonial desse lugar de memória. Permitindo ao aluno a partir de sua vivência compreender e valorizar a História Local.

Palavras-Chave: Waldemar Rodrigues Martins (Oreco); Ginásio Oreco; Pós-Abolição.

REFERÊNCIAS

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais**. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora UFSM, 2010, p. 347-426.

HONOR, André Cabral. **Burke e a Nova História Cultural**. Pergaminho, revista eletrônica de História. UFPB, ano 1, n. zero, out. 2005.

LEITE, Ilka B. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka B. (Org.). **Negros no Sul do Brasil- invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas. 1996.

MOREIRA, Paulo R.S. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria M. **História Geral do Rio Grande do Sul**, v. 2, Império. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 2015-230

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Lúcia Helena O. História, Memória, Patrimônio e Ensino de História: o quilombo com sugestão de análise. In: BUENO, André; DURÃO, Gustavo; GARRIDO, Mírian (orgs.) **História da África**: debates, temas e pesquisas para além da sala de aula. Rio de Janeiro: Edições Especiais Sobre Ontens. Ebook. 2019. Disponível em: <https://www.revistasobreontens.site>. Acesso em: 05 jul. 2019.

XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **História da escravidão e liberdade no Brasil Meridional**: guia bibliográfico. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

ENTRE ANÚNCIOS E DISCURSOS MÉDICOS: A MATERNIDADE ESCRAVIZADA DE AMAS DE LEITE

Nubia Sotini dos Santos¹
Andréia Vicente da Silva²

Resumo: Este trabalho tem como intuito analisar os anúncios de venda, aluguel e procura de amas de leite escravizadas no periódico *Correio Paulistano* (1870-1879), bem como nas teses de doutoramento produzidas por médicos no século XIX. A partir da análise do corpus documental, pretende-se problematizar as relações de gênero, raça e classe, tal qual as noções de maternidade(s) e como estas eram atribuídas às mulheres escravizadas.

Em decorrência da ampliação das fontes na História Social da Escravidão e a institucionalização da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero nos anos 1980, propomos pensar a História da Escravidão diante da categoria analítica gênero e a sua interseccionalidade com raça e classe. Defender gênero como categoria útil de análise histórica nos permite novos direcionamentos à historiografia, inclusive no tocante à historiografia da escravidão. Joan Scott (2019) enfatiza que gênero é categoria primária que busca dar significações às relações de poder, logo, falar sobre a História Social da Escravidão é suscitar uma reflexão acerca das relações de poder(es) no embate escravista.

Considerar gênero nos estudos escravista implica enxerga-los na própria construção do poder. Assim como raça e classe, gênero também estrutura e articula diferentes realidades sociais, permitindo aos pesquisadores/as maior possibilidade de ampliação de análise de produções de significados da vida cotidiana: a família, a maternidade, o trabalho, a nacionalidade, religiosidade, sexualidade, dentre outros. Dessa forma, a interseccionalidade é relevante pois permite-nos compreender o intercâmbio de violência contra mulheres-mães-escravizadas de maneira a refletir sobre como essas intersecções entre gênero, raça, classe, nacionalidade, religião, são categorias e identidades que contribuem para a construção de vulnerabilidades e desigualdades em determinados grupos de mulheres (CRENSHAW, 2002).

A proposta de um trabalho que enfoca uma análise da maternidade a partir de estudos de gênero e interseccionais provoca refletir sobre as relações que deveriam ser marcadas pela afetividade, mas que foram perpetradas pela violência escravista. A maternidade de mulheres escravizadas teve fundamental papel na manutenção do sistema escravista, pois garantia uma possibilidade de reprodução de mão-de-obra escravizada a partir do útero feminino.

Para compreendermos como a maternidade das mulheres em condição de escravidão, principalmente das que realizavam o ofício como amas de leite, utilizamos duas tipologias de fontes. A primeira refere-se ao periódico da província paulista, *Correio Paulistano* (1870-1879), em que buscamos investigar a oferta e demanda de amas de leite através dos anúncios. A segunda tipologia de fontes são as teses de doutoramento dos médicos: Bretas (1838),

¹ Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestranda na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Integrante do grupo de estudos História, Mulheres e Feminismo (HIMUFE). Bolsista CAPES. E-mail: nubia.santos6@unioeste.br.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professora do Programa de Pós-graduação em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Conectando mundos, repensando relações. E-mail: deiavicente@gmail.com.

Medeiros (1848), Moura (1874) e Milward (1873). Nessas teses, também referidas como “theses medicas”, os médicos dissertavam sobre os cuidados infantis, mas para além disso, expressavam suas aspirações sobre o que qualifica uma “boa mãe de família”, assim como seus posicionamentos contrários ao aleitamento depreciativamente chamado de “mercenário”, permeado pelo racismo científico.

A imprensa é de relevância para este trabalho pois ela representa uma grande difusão dos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos que a sociedade passava durante o século XIX, enquanto as teses médicas se mostram como verdadeiros dispositivos de institucionalização da ordem médica no Brasil Imperial (GONDRA, 2004). Enquanto uma produção discursiva de práticas específicas de homens de classe média-alta, os médicos *detêm* autoridade do que escrevem, especialmente diante da legitimidade da instituição ao qual pertenciam: a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (BOURDIEU; 2008; GONDRA, 2004).

As problemáticas deste trabalho estão intimamente conectadas com a maternidade escrava, o ofício das amas de leite na sociedade e a medicina a partir de políticas de higienização. Nosso objetivo não é exaustar a reflexão, pois ela é ampla e passível de introdução de novas categorias analíticas bem como outras fontes, no entanto, propomos refletir a respeito de algumas questões: quem pode ser mãe no Brasil escravista? Qual o lugar das nutrizas escravizadas quando falamos de *maternidade(s)*? De que maneira as políticas de higiene, difundidas no século XIX, implicava nos corpos cativos?

No contexto escravista, baseando em apropriação legal de corpos, o corpo da mulher escravizada é duplamente violado, pois enquanto cativa, seu corpo é entendido como um instrumento de trabalho, mas como mulher, seu corpo é novamente apropriado como um “espaço da reprodução da escravidão” (MACHADO, 2018, p.329). A mulher escravizada era antes de tudo uma trabalhadora em tempo integral e apenas ocasionalmente mãe, esposa e dona de casa (DAVIS, 2016). Machado (2018) observa que em nenhum contexto a mulher escravizada foi considerada mãe.

As amas de leite escravizadas, responsáveis pelo aleitamento de filhos de outras famílias, estiveram na *avenida identitária* (AKOTIRENE, 2019) da opressão e violência permeada pelo escravismo. No Brasil, o ofício foi majoritariamente praticado pelo trabalho escravo, embora mulheres pudessem também o exercer. Em diversos anúncios, a figura da ama de leite se encontra presente. A *mãe preta* que ora é estereotipada, vista como dócil e passível, ora é posta às margens na historiografia.

A existência do ofício das amas de leite era dependente do costume de não aleitamento de filhos e filhas por parte de mulheres-mães-brancas, podendo estas serem de classes populares ou abastadas. Essas mulheres-mães que por diversas razões optavam por não amamentar, tiveram como prestígio e diferença social alguns dos motivos mais comuns (BADINTER, 1985). A prática de origem europeia teve como diferença no Brasil a marca do trabalho escravo (MUAZE, 2018). Ao “procriarem”, as amas de leite tornavam-se corpos lactantes, porém, por carregarem o signo da escravidão, a elas eram negadas a maternidade. A biologia e a ciência médica constituíram argumentos sobre esses corpos como a “capacidade de reprodução e lactação, mas ao contrário dos corpos de mulheres livres, neles, tal capacidade resultariam possibilidades outras de exploração sexual e comercial e não representariam a maternidade verdadeira” (CARNEIRO, 2006, p.397-8).

Diante de uma maternidade comercializável e silenciada, o Brasil escravista detém diversos anúncios em periódicos do século XIX a respeito da procura, venda e aluguel de nutrizas. Na análise do *Correio Paulistano* (1870-1879) é possível enxergar um padrão que muitos dos anunciantes optaram por selecionar. Esse padrão tem como finalidade formular e

possivelmente reformular os estereótipos da *mãe preta*. A *mãe preta* além de ser a responsável pelos cuidados com os pequenos integrantes da família, também era destinada por outros serviços na esfera doméstica enquanto a criança descansava. Nesse padrão, supomos ter sido de relevância na disposição dos anunciantes as seguintes características: a *flexibilização* das nutrizes para a realização de outras atividades domésticas; a docilidade e o cuidado com as crianças; a necessidade de não ter filhos e a importância de apresentarem uma boa moral/conduta. Esses elementos embora pareçam simples, expressam as relações de poder envolta no embate escravista.

A ciência médica, que nos anúncios parece ter apresentado notoriedade, mostra-se preocupada com as medidas de higiene em uma sociedade considerada arcaica e colonial. Educar, civilizar, normalizar e limpar possivelmente foram algumas das preocupações iniciais de uma ciência que ainda estava em construção no território brasileiro. A expectativa médica era de “eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios, grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado” (GONDRA, 2004, p.22).

Esse processo da ciência médica que visava a modernização para chegar na dita “civilização”, passa por proposta higienistas que buscam promover a mudanças nos valores dos aspectos mais íntimos da vida cotidiana: a maternidade e a amamentação, atingindo tanto amas de leite (livres ou escravizadas) quanto as mulheres-mães-brancas. Em uma tentativa de normalizar e medicalizar as condutas familiares, Costa (1989) observa que isso implicou em redefinir a família e as noções de higiene, entretanto, o alvo direcionado foram as famílias burguesas e/ou pequeno-burguesa.

Em suas teses de doutoramento, os médicos dissertavam sobre suas expectativas referente à “boa mãe de família”, romantizando a maternidade e enfatizando a necessidade de as próprias mães amamentarem seus filhos. Contrários ao aleitamento “mercenário”, tais médicos permeados pelo racismo científico, deslegitimavam a maternidade de mulheres escravizadas para exaltar (ou até mesmo criticar) a maternidade e condutas vivenciadas por mulheres brancas. O exemplo de “boa mãe”, apesar de não ter uma imagem específica, é direcionada às mulheres brancas.

Nessa discussão, é notável a importância de uma análise profunda nas categorias de gênero, raça e classe, pois conseguimos observar como as relações de poderes e de violências foram perpetrados nos corpos femininos, sejam estas escravizadas ou não. As afetividades que em tese deveriam ter sido vivenciadas por mãe e filho, deram lugar à exploração e violência quando eram voltadas aos corpos escravizados.

Palavras-chave: maternidade escrava; amas de leite; gênero.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Série Feminismos Plurais, São Paulo: Polén, 2019.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**. O Mito do Amor Materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª edição, 2008.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se uma “Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca oitocentista (1850-1888), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 3ª edição, 1989
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. **Estudos Feministas**, vol.10, n.1, 2002.
- DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ 2004.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? IN: **Instituições nefandas**: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (orgs.) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.
- MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Celia Lima. (orgs.) **Do tráfico ao pós-abolição**: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Fontes:

BRETAS, Agostinho Joze Ferreira. **Dissertação inaugural sobre a utilidade do aleitamento maternal e os inconvenientes que resultão do desprezo deste dever.** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro: Typographia e Livraria de J. Cremiere, 1838

MEDEIROS, José Henrique. **A amamentação materna é quasi sempre possível.** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1848.

MILWARD, Cornelio Emilio das Neves. **Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenario em relação ás condições em que elle se acha no Rio de Janeiro.** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1873.

MOURA, Francisco José Coelho de. **Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral e particularmente do mercenario, em relação ás condições em que elle se acha no Rio de Janeiro.** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, Typographia Carioca, 1874.

RACIALIZAÇÃO E CONFLITOS ENTRE SOLDADOS E POPULARES NA DOCA DAS FRUTAS (PORTO ALEGRE/RS – DÉCADA DE 1940)

Vinícius Reis Furini¹

Dra. Cláudia Mauch (Orientadora)²

Dr. Rodrigo de Azevedo Weimer (Co-orientador)³

Resumo: Na noite do dia 28 de abril de 1941, ocorreu no interior do “Bar Operário”, localizado na avenida Voluntários da Pátria nº 905, uma briga envolvendo o estivador João Moreira, conhecido como “Cachoeira” e o praça do exército Rubem Silva. Segundo o depoimento de João, presente no auto de prisão em flagrante, assim que chegou ao referido bar um praça do exército pisou em seu pé e partiu em direção a sua mesa sem se desculpar por seu ato; após isso, outro praça, Rubem Silva, que acompanhou a cena anterior veio em sua direção e acintosamente também pisou em seu pé e ao ser interpelado por João retrucou dizendo que “não importunasse se não lhe daria um tiro”.⁴ João alega que o soldado fez menção em sacar uma arma, ao passo que ele, em sua legítima defesa, golpeou-o com um pedaço de pau em seu braço esquerdo, tendo, logo em seguida, sido preso pelo guarda civil Sílvio Lara. Porém, é em seu interrogatório frente ao Tribunal do Júri que João revela que sua ação teria sido uma resposta ao racismo sofrido pelo soldado que lhe teria dito “o que é que tu queres, negro sem vergonha, já te dou um tiro na cara”, tendo logo em seguida feito o gesto de puxar uma arma.⁵

Alguns anos depois, no dia 26 de março de 1950, nas proximidades do estabelecimento referido acima, na Doca das Frutas, “vila de malocas” localizada na região central de Porto Alegre, Alcides Monteiro, Conceição Mello e Paulino Alves dos Santos se envolveram em uma confusão que resultou na agressão de dois soldados da Brigada Militar, Alípio Cabral e Hildebrando Godoy. A confusão teria ocorrido após a intervenção dos dois brigadianos no conflito originado em cancha do “jogo do osso”, na Doca das Frutas. Irritado com a bofetada recebida por Alípio, Alcides a fim de defender sua honra e masculinidade postas à prova pelo soldado, revidou e organizou junto com seus amigos uma emboscada para os brigadianos. Em depoimento prestado à Polícia Militar Hildebrando afirma que momentos antes da emboscada, ouviu Alcides dizendo: “agora vou te ensinar, negro, a não dar mais em homem”, tendo em

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS), licenciado e bacharelado em História pela mesma instituição. É Bolsista de Mestrado CNPq e participa do GT Emancipações e Pós-Abolição e do GT Mundos do Trabalho, ambos da ANPUH-RS. E-mail: vfurini_@hotmail.com

² Doutora e mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Integra e coordena o GT do Crime, da polícia, das práticas de justiça e suas fontes ANPUH-RS. E-mail: claudia.mauch@ufrgs.br

³ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É historiador do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o GT Emancipações e Pós-Abolição ANPUH-RS e o Close – Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS. E-mail: rod_weimer@hotmail.com

⁴ APERS. Comarca Porto Alegre. Tribunal do Júri. Acondicionador 004.2232. Processo nº 3857. 1941. Réu: João Moreira.

⁵ Esse processo foi analisado anteriormente na tese de Sarah Calvi Amaral Silva (2018). Aproveito a oportunidade para agradecer-lá pela indicação do processo em questão.

seguida acertado com a adaga no pescoço de Alípio. A briga, por sua vez, só foi encerrada quando Alípio começou a apedrejar Alcides.⁶

Os dois casos apresentados acima guardam uma série de elementos comuns: tratam-se de conflitos que envolveram a articulação entre as noções de classe, cor, raça e gênero entre homens populares, tendo a cor e a raça, em especial, servido como norteadores das relações sociais em espaços de sociabilidade e lazer de Porto Alegre de meados do século XX. Ambos os conflitos demonstram o processo de racialização entre esses sujeitos. Além disso, ambos ocorreram em uma região específica de Porto Alegre: a Doca das Frutas.

A Doca das Frutas foi uma das maiores “vilas de malocas” de Porto Alegre na década de 1940, tendo aparecido no cenário urbano porto-alegrense no começo daquela década, estando associada ao comércio fluvial de frutas, aos quais os comerciantes oriundos do interior do estado vinham à capital para comercializá-las com sua clientela fixa na cidade, tendo muitos optados por permanecer residindo no local. Naida d’Ávila (2000, p. 15) comenta que o poder público municipal compreendia como “malocas”,

todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento, sem higiene [...] sua construção é, na maioria das vezes, de madeira. Em casos menos numerosos, encontra-se malocas de papelão, lata, ou ainda os três conjugados (D’ÁVILA, 2000, p. 15).

Esse entendimento vai ao encontro da caracterização feita por Laudelino de Medeiros (1951, p. 15) em estudo pioneiro sobre a temática, que afirma que embora sempre existissem “casebres” em determinadas regiões da cidade, é por volta da década de 1940 que as “vilas de malocas” aparecem, apresentando novas características. “A construção em massa em lugares determinados [...] apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de ‘vilas de malocas’” (MEDEIROS, 1951, p. 15). Medeiros adverte sobre os sentidos pejorativos que são atribuídos aos termos “malocas” e “maloqueiros”, afirmando que “não há dúvida de que em todos esses termos sempre se descobre o sentido depreciativo. E assim os termos ‘maloca’, nesta nova significação’, e ‘maloqueiro’ têm correntemente este sentido” (MEDEIROS, 1951, p. 78).

O relatório administrativo apresentado à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em 1952, pelo então prefeito Ildo Meneghetti, expõe a preocupação das autoridades municipais com o denominado “problema das malocas”, concluindo que elas se tratavam de “um quisto social, uma situação anômala, uma vida marginal em meio ao ambiente social de Porto Alegre”, sendo, portanto, “urgente que o poder público tome medidas concretas para o extermínio das mesmas” (MENEGETTI, 1952, p. 863). É possível observar que as medidas adotadas pela Prefeitura não estiveram preocupadas em solucionar o problema da habitação popular na cidade, mas simplesmente exterminá-las. É nesse contexto que a Doca das Frutas vai enfrentar uma série de tentativas de remoções, sendo despejada por três ocasiões e ressurgindo novamente no centro da cidade: na década de 1940 ela aparece nas margens do Guaíba, próxima à antiga estação Rodoviária e a Viação Férrea, incorporando área entre a rua da Conceição e a Voluntários da Pátria; ressurge, anos depois entre 1956 e 1960 no final da rua Coronel Vicente; depois, em meados da década de 1960, na rua Ramiro Barcellos e por fim na rua Praia de Belas, na década de 1970 (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

⁶ APERS. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.4676. Processo n° 418. 1950. Réus: Paulino Alves dos Santos, Conceição Mello, Alcides Monteiro.

O trabalho tem o objetivo de analisar, através dos inquéritos policiais e processos criminais, nos dois casos ocorridos na Doca das Frutas, o processo de racialização das relações sociais existente entre sujeitos sociais em espaços de sociabilidade e lazer populares. Os inquéritos policiais e processos criminais oportunizam um contato mais próximo dos sujeitos sociais, ao passo que eles se configuram, mesmo passando pelo crivo do escrivão, como uma fonte privilegiada para investigação do cotidiano e das interpretações produzidas por sujeitos subalternos de suas próprias ações (MONSMA, 2016, p. 31).

O uso da documentação judicial criminal não é uma novidade historiográfica, sendo uma documentação já consolidada na história social, na medida em que permite a investigação de valores e normas sociais, sobretudo, das classes populares em determinadas épocas, recuperando o discurso dos pobres, possibilitando outras formas de estudo da cultura popular (MAUCH, 2013, p. 23). É necessário, contudo, alguns cuidados metodológicos, uma vez que devemos trabalhar com as diferentes versões que ele produz, percebendo as formas como elas são construídas ao longo do documento (GRINBERG, 2009, p. 128).

Assim, a documentação policial judicial permite que se observem as práticas sociais de diferentes sujeitos e grupos sociais naquele espaço urbano; as suas solidariedades e conflitos que envolviam critérios profissionais, de gênero, cor ou moradia; e suas percepções de mundo que envolviam critérios de classificação social e racial. É por meio dos inquéritos policiais e processos criminais que percebemos o caráter altamente racializado nas relações sociais entre sujeitos populares em Porto Alegre de meados do século XX. Wlamyra Albuquerque indica que o conceito de racialização foi elaborado pela historiografia estadunidense para analisar a forma como a noção de raça foi operada na construção de hierarquias sociais nos Estados Unidos (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35). Rodrigo de Azevedo Weimer, por sua vez, nos indica a apropriação deste conceito por parte da historiografia brasileira, que o utilizou para entender os processos sociais que a categoria “raça” foi utilizada como norteadora de práticas e relações sociais. “As categorizações definidoras do racial são percebidas como negociadas e disputadas no embate social. Desta maneira, não tomo raça como termo essencial, mas como resultante de processo complexo definido no calor de lutas sociais de significação” (WEIMER, 2018, p. 496). É neste sentido que utilizamos o conceito de racialização para analisar os dois conflitos discutidos no trabalho.

No primeiro caso, envolvendo o estivador João Moreira e o soldado do exército Rubem Silva, observamos que a condição social, mas sobretudo a cor de João foram fatores cruciais para a prática racista e discriminatória exercidas por Rubem e os demais praças do exército. A racialização, contudo, torna-se mais evidente neste caso, na medida em que João interpela Rubem por ter-lhe pisado acintosamente em seu pé, sendo que – momentos antes – outro colega de Rubem tinha feito a mesma coisa, tendo o soldado o insultado, chamando-o de “negro sem vergonha” e ameaçado lhe dar um tiro.⁷ A atitude racista de Rubem demonstra que ele possuía uma visão de mundo racialmente construída que definia lugares sociais de subalternidade para sujeitos não-brancos. Marcus Vinícius de Freitas Rosa, em estudo que pretendeu investigar a existência do racismo entre sujeitos populares em Porto Alegre nas primeiras décadas após a abolição, observa a presença em fontes, como processos-crime, da tendência em identificar a cor em pessoas de pele escura, sendo atribuída uma série de sentidos depreciativos. Segundo Rosa, “ao mesmo tempo, a pele branca estava submetida ao silêncio: porque não tinha potencial ofensivo como os tons epidérmicos mais escuros, não era evocada como insulto ou xingamento

⁷ APERS. Comarca Porto Alegre. Tribunal do Júri. Acondicionador 004.2232. Processo n° 3857. 1941. Réu: João Moreira.

em momentos de conflito” (ROSA, 2019, p. 34). Hebe Mattos (2013, p. 106-107) indica que a noção de “cor”, herdada do período colonial, buscava definir lugares sociais, aos quais tanto a etnia, quanto a condição social estavam indissociavelmente ligadas. Sobre a incorporação do conceito de raça no Brasil, Rosa defende a necessidade de negar sua função naturalizante e determinista, devendo reconhecê-la como uma construção cultural, pertencente ao mundo das relações de poder.

A inserção da raça nesse mundo formado por grupos sociais, cujas identidades em constante transformação demandam sempre novos e renovados critérios norteadores de suas relações, hierarquias e fronteiras, implica que seu conteúdo está sujeito a apropriações, usos com diferentes fins e disputas pela fixação do seu sentido, que podia vir a ser bastante subversivo em relação aos propósitos originais. Como todo o processo de formação de identidades, a raça foi construída a partir do estabelecimento de diferenças e oposições multilaterais, motivo pelo qual é preciso tomá-la como uma construção constantemente sujeita à mudança, enquanto critério organizador das interações e identidades sociais (ROSA, 2019, p. 35).

Outro importante aspecto presente no caso envolvendo João Moreira e Rubem Silva é a complexa relação, que vem sendo e existente entre policiais, guardas-civis e soldados com os sujeitos populares. Cláudia Mauch (2017, p. 223) identifica que grande parte dos conflitos que envolviam policiais estavam relacionados à “afirmação da autoridade e a disputa de masculinidade que se confundiam ou se sobrepujam”. Esse problema também foi investigado por Giane Caroline Flores (2018) cuja pesquisa pretende analisar, através de processo criminal movido contra um praça da Força Policial de Porto Alegre, em 1889, como as noções de autoridade, honra e virilidade influenciavam episódios de conflito. Segundo Giane Flores (2018):

Além da construção da autoridade, a defesa da honra também se fazia presente no cotidiano dos policiais de fins do século XIX. As concepções de virilidade e masculinidade estavam intrinsecamente ligadas às brigas, rivalidades e confrontos que ocorriam pelas ruas, durante as rondas e também durante os momentos de sociabilidade destes indivíduos. Manter a honra masculina era essencial para estes homens fardados que não hesitavam em sacar suas facas e cassetetes para agredir a quem estivesse colocando esta honra em cheque (FLORES, 2018, p. 10).

Os sentidos investidos à autoridade, masculinidade e honra entre esses sujeitos se complexifica no caso da confusão envolvendo Alcides Monteiro e seus amigos com os soldados da Brigada Militar. Se no primeiro caso Rubem, soldado do exército, que provoca o conflito, na medida em que em uma atitude racista ofende e ameaça João; no segundo, a situação se modifica: é Alcides Monteiro que dirige sua fúria a Alípio Cabral e o insulta racialmente com as seguintes palavras: “agora vou te ensinar, negro, a não dar mais em homem”, tendo logo em seguida, acertado-o com uma adaga. Cláudia Mauch indica que a recorrência de insultos raciais remete à importância que os critérios raciais tinham na classificação moral e social, essas ofensas racializadas, por sua vez, não partiam exclusivamente dos policiais, eram – em muitos casos – destinadas a eles, na medida em que muitos deles eram negros (MAUCH, 2008, p. 17). A ofensa racializada proferida contra Alípio demonstra a forma como não apenas a masculinidade, mas a concepção de raça era mobilizada e operada pelos sujeitos sociais em suas situações cotidianas, sobretudo, em seus conflitos. Thomas Holt (1995) indica que é no

nível da “cotidianidade” em que a raça é reproduzida através da marcação de um “outro” racial, tendo as ideias e práticas racistas sendo naturalizadas (HOLT, 1995, p. 7).

No caso envolvendo Alcides Monteiro e Alípio Cabral, observa-se que a questão da honra e masculinidade ligavam indissociavelmente classe, gênero e raça, ao passo que uma disputa classista envolvendo “agentes da lei” e populares por questões de “autoridade” e “virilidade” era articulada com gênero e raça. Henrique Restier (2019) indica a existência de um “duelo viril” entre homens brancos e negros. Segundo Restier, a noção de virilidade, parte importante da socialização masculina, ganha relevo em confrontos que perpassam o processo de se constituir homem, ao passo que seriam resultado das posições de poder estruturalmente desiguais existentes entre homens de distintos grupos sócio-raciais (RESTIER, 2019, p. 22).

Enfim, os dois casos analisados decorrentes dos conflitos estabelecidos entre soldados e populares em locais de sociabilidade e lazer na Doca das Frutas demonstra que categorias de classe, raça e gênero eram operadas naquele espaço. As concepções de cor e raça tiveram um peso decisivo na articulação da masculinidade e honra entre os diferentes sujeitos, mostrando como elas eram, sobretudo, racializadas.

Palavras-chave: conflitos; pós-abolição; racialização.

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca Porto Alegre. Tribunal do Júri. Acondicionador 004.2232. Processo n° 3857. 1941. Réu: João Moreira.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.4676. Processo n° 418. 1950. Réus: Paulino Alves dos Santos, Conceição Mello, Alcides Monteiro.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

D'ÁVILA, Naida. D'AVILA, Naida. **DEM HAB**: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2000.

FLORES, Giane Caroline. Entre cervejas, danças e sangue: crime e sociabilidade entre policiais e populares na Porto Alegre de 1889. **Revista Latino-Americana de História**, v. 8, p. 7-21, 2018. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/931>>. Acesso em 24 de set., 2020.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 119-140.

HOLT, Thomas C. Marking: Race, Race-making, and the Writing of History. **The American Historical Review**, Vol. 100, No. 1, (Feb., 1995), pp. 1-20.

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. **A cidade que devora “malocas”**: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 - c.1973). No prelo.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAUCH, Cláudia. Masculinidade e violência na construção da autoridade de policiais no início do século XX no sul do Brasil. Seminário: **A polícia em perspectiva histórica**: Argentina e Brasil. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/30646537-Masculinidade-e-violencia-na-construcao-da-autoridade-de-policiais-no-inicio-do-seculo-xx-no-sul-do-brasil-claudia-mauch-1.html>>. Acesso em 26 set. 2020.

_____. **Dizendo-se autoridade**: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

MEDEIROS, Laudelino. **Vilas de malocas**. (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.

MENEGHETTI, Ildo. **Relatório apresentado pela Câmara Municipal**. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos, EDUFSCar, 2016.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In: _____; SOUZA, R. M. **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. **Entre as malhas repressivas e o sistema de justiça**: os significados da cor em contextos de criminalidade na cidade de Porto Alegre (1935-1941). Tese

(Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Gilda de todas as “cores”: construção de imagens racializadas das “vilas de malocas”. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

“NADA COMO UM DIA APÓS O OUTRO DIA”: A TRADIÇÃO ORAL PRESENTE NO DISCO DE RAP DE 2002 DOS RACIONAIS MC’S

Vitor Vinicius Dias do Espírito Santo ¹

João Casquinha Malaia ²

Resumo: O respectivo trabalho tem como título, “Nada como um Dia após o outro Dia”: a tradição oral presente no disco de rap de 2002 dos Racionais Mc’s” onde busco compreender as músicas de rap como tradições orais. Para a elaboração da pesquisa, vou pensar e trabalhar a música como uma fonte histórica, mais especificamente, busco compreender como as palavras cantadas no disco de Rap do grupo dos Racionais Mc’s “Nada como um Dia após o outro Dia” (2002) podem ser compreendidas como importantes elementos de uma história do povo negro no pós-abolição, fornecendo novas análises sobre resistências e estratégias de sobrevivência criada pela população afro-brasileira no período do processo de redemocratização.

Em suma, tenho como objetivo geral perceber como as palavras cantadas no disco do grupo de Rap Racionais Mc’s “Nada como um Dia após o outro Dia” (2002) podem ser compreendidas como importantes elementos de uma história do povo negro no pós-abolição. Como objetivo específico busco compreender as músicas como tradições orais formadoras de uma memória coletiva no pós-abolição.

Como justificativa, saliento que, o ato de pensar, discutir e refletir sobre o Rap, é em suma a ação de forjar espaços que promovam discussões críticas sobre questões sociais, raciais e de gênero. O poder da música no desenvolvimento das lutas negras pela comunicação de informações, organização da consciência e teste ou articulação das formas de subjetividade exigidas pela atuação política, seja individual ou coletiva, defensiva ou transformadora, exige atenção tanto aos atributos formais dessa cultura expressiva como à base moral distintiva. Essa cultura musical fornece uma grande dose da coragem necessária para prosseguir vivendo no presente. (GILROY, 2012, p. 94) Muitos outros gêneros musicais compõe a extensa trilha sonora do Atlântico negro - um conceito que valoriza a criação cultural em situação de diáspora. (TEPERMAN, 2015, p.28) No entanto, importante reiterar, que o rap mostra-se, como umas das manifestações musicais mais significativas do Atlântico negro, sendo ouvido e produzido atualmente no mundo todo. Os processos de transmissão, invenção ou reinvenção dessas manifestações culturais revelam tanto o “fundo comum de experiências” quanto os contornos particulares que adquirem localmente (TEPERMAN, 2015, p.30) Por esse tal motivo, podemos compreender as tradições orais, presentes no rap, possibilitam a “formação de uma memória coletiva”. A música deixa a gente faminta por mais. Ela nunca nos dá o conjunto todo. Ela bate e abraça, bate e abraça. O poder da palavra não é música, mas em termos de estética, a música é o espelho que me dá a clareza necessária. (HALBWACHS, 1990, p.168). Desse modo, a

¹ Vitor Vinicius Dias do Espírito Santo, Graduando em História pela (UFSM). Bolsista Capes pelo programa de Residência Pedagógica. Integrante do GEPA (Grupos de Estudos sobre o Pós-abolição). vitorsantohistoria@gmail.com

² João Casquinha Malaia. Possui graduação em História pela (USP) e doutorado em História Econômica pela (USP). Realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ Atualmente é professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, além de atuar no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFSM) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFSM). É coordenador do Stadium: Grupo de Estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas e do LOUPPA: Laboratório de Observação dos Usos Públicos do Passado. jmaliaia@gmail.com

compreensão do rap é fundamental, pois possibilita um poder crítico aos que consomem, onde em muitos casos, o seu consumo está associado a sujeitos periféricos.

Como referencial teórico, me baseio na dimensão da história social cultural, estabelecidas por autores do conhecido Atlântico Negro. Dentro da historiografia do Pós-abolição, busco trabalhar o paradigma da “agência”, ou seja, sujeitos negros sujeitos de sua própria história. Para a abordagem com relação ao tipo de tratamento da fonte, ou seja, o disco de Rap dos Racionais Mc’s, pretendo trabalhar com o autor, Amadou Hampatê B, através da Tradição oral e História Oral com o autor Maurice Halbwachs. Com relação ao campo de observação, me debruço sobre assuntos que contemplam as relações raciais e sociais com o domínio da História das representações.

Contudo, através dos conteúdos expressos até então, podemos observar a existência e a centralidade da articulação da cultura social política negra, presente tanto dentro do Atlântico Negro, quanto dentro do Pós-abolição. Ao abordar o Rap Nacional, é sempre importante não perdermos de vista as influências e referências transnacionais, tendo em vista que, as explicações críticas da dinâmica da subordinação e da resistência negra monoculturais, nacionais e etnocêntricas, tende a empobrecer a história cultural negra moderna. De acordo com a obra de Paul Gilroy, Atlântico negro, “as estruturas transnacionais que trouxeram à existência do mundo Atlântico negro também se desenvolveram e agora articulam suas múltiplas formas em um sistema de comunicações globais constituído por fluxos. Este deslocamento fundamental da cultura negra é particularmente importante na história recente da música negra que, produzida a partir da escravidão racial que possibilitou a moderna civilização ocidental, agora domina suas culturas populares. (GILROY, 2012, p. 170) Portanto podemos perceber como a questão da diáspora é fundamental, ao que diz respeito a toda produção da cultura, no conhecido Atlântico Negro, podemos também observar que a cultura negra contemporânea, apresenta-se como uma cultura fluída, com características transnacionais, muito em função da própria circulação de ideia e de pessoas, características marcantes no contexto globalizado contemporâneo.

Contudo podemos perceber como tradição oral, está presente em algumas músicas do disco de rap “Nada como um dia após o outro dia” dos Racionais Mc’s, e como esses elementos da tradição oral podem ser entendidos como uma articulação da cultura política negra moderna. Vale salientar que a oralidade transporta o homem ao seu passado, conduz pelo presente prepara para o futuro, interligando os sujeitos comunitários e as gerações continuamente. A tradição oral é intrínseca à sua condição humana, é própria da sua vivência e rege suas vidas constituindo seu pertencimento na comunidade e no mundo. Por esse motivo, Machado (1999, p. 73) assevera que “a tradição oral, portanto, baseia-se na concepção do homem, do seu lugar e do seu papel no seio do universo. Ela envolve uma visão singular do mundo – um mundo concebido como um todo, onde as coisas se religam e interagem.” Assim sendo, a fala também garante a participação do homem à sua história e constrói sua cultura, faz sua interação no espaço-tempo. (DOS SANTOS FILHO; ALVES, 2017 p. 64)

No continente africano a tradição oral é prevacente e orientam os grupos sociais nas diversas áreas, institucionais tais quais a família, a comunidade, inclusive na educação, sendo um instrumento imprescindível na construção e transmissão do conhecimento. Os africanos conseguiram com a oralidade se manterem organizados e levaram consigo esse exercício peculiar por onde passaram. Nos territórios em que estiveram, deixaram como herança a tradição oral que perdura com o passar dos tempos. (DOS SANTOS FILHO; ALVES, 2017 p. 66)

É na fala e nas articulações gestuais que são transmitidos os saberes. No exercício de preservar as falas dos mais velhos, dos antepassados, alguns brasileiros corroboravam com a tradição oral africana e assim também se posicionavam no mundo. O sentimento de pertencimento no mundo era desenvolvido com base nas tradições orais e no valor que a esta era empregado. A fala concretizava a comunicação entre os membros dos grupos e mantinha a inter-relação com outros. Aumentava-se com isso a cadeia de ligação entre os indivíduos proporcionada pela tradição oral. Em rodas de conversas se transmitia as concepções de um determinado sujeito ou grupo e todos os membros se inteiravam dos acontecimentos que os envolviam. Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é a tradição oral. A tradição oral pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. (Vansina, 2010, p. 139)

Dentre as heranças deixadas pelos povos africanos aos brasileiros, a tradição oral tem papel primordial, pois também desenvolvemos entre nós a valorização da palavra. A tradição perpetrada pelos africanos e afro-brasileiros têm continuidade por ter sido um bem transmitido pelas gerações antecessoras, que concebiam na palavra dita um fator de responsabilidade e compromisso. Com isso, sua significância tem também origem nos mais velhos, nos agentes responsáveis por transmitir os ensinamentos aos mais novos. É possível ainda sugerir que sua relevância decorre do valor sagrado conferido à fala, seu caráter moral, como vimos em Bâ (2010), e por ser um meio de sabedoria ancestral como asseverou Vansina (2010).

A hibridez formalmente intrínseca ao hip-hop não tem conseguido evitar que o estilo seja utilizado como signo e símbolo particularmente potentes da autenticidade racial. É significativo que quando isso acontece o termo “hip-hop” seja muitas vezes abandonado em favor do termo alternativo “rap”, preferido exatamente porque é mais etnicamente marcado por influências africano-americanas do que o outro. (GILROY, 2012, p.217). Dessa forma, é notório afirmar que a tradição oral está presente no Rap dos Racionais Mc’s. Essa tradição oral, em suma, é guardiã da história e da memória entre muitos povos africanos, sendo preservada, principalmente, por homens sábios, que foram e são responsáveis por manter a memória viva dos fatos e feitos de seus antepassados. Muitos deles são poetas, músicos, dançarinos e conselheiros. Por isso, são denominados, de modo geral, como contadores de história. (Souza, 2005, p. 85)

Primeiramente, é importante salientar que o surgimento e a ascensão dos Racionais Mc’s na carreira musical do Rap, o país passava pelo momento de redemocratização, ou seja, era a “primavera cultural”, onde os ares soavam em um tom maior de liberdade cultural e política, após longos anos sombrios de ditadura civil-militar, onde os direitos civis foram reprimidos e diversos crimes contra a humanidade foram cometidos.

Logo, é importante compreendermos que a tradição oral não se resume a transmissão de narrativas, mas sim transmissão de valores atitudinais, onde conforme a própria tradição, ela é geradora e formadora de um tipo de homem. Portanto ao analisar a letra “Negro drama” pretendo lançá-la a luz da tradição oral. A música foi composta por Edi Rock e Mano Brown, e através dela conseguimos compreender as diversas dificuldades históricas enfrentadas pela população afro-brasileira, durante o pós-abolição, para exemplificar questões de violência, inserção no capitalismo, moradia, criminalidade dentre outras adversidades. No entanto, o poder da construção argumentativa estabelecida pelos Racionais Mc’s é o que os diferencia dos demais grupos, pois conseguem estabelecer a superação das dificuldades encontradas no

cotidiano, no manejo de palavras transmitidas que são ressignificadas e soam como combustível para os que consomem, ou simplesmente, realizam denúncias das mazelas sociais.

Ao início da música “Negro drama” Edi Rock, questiona sua posição de celebridade, sempre estabelecendo analogias e partindo do pressuposto de apesar de uma inserção melhor no mundo do capital, ainda permanecerá sendo um “Negro drama”: “Negro drama/ Entre o sucesso e a lama/ Dinheiro, problemas, invejas, luxo, fama. Negro drama/ Cabelo crespo e a pele escura/ A ferida, a chaga, à procura da cura.” (Racionais MC’s, “Negro Drama”)

Ao decorrer de sua composição, Edi Rock continua estabelecendo analogias do que seria ser um “negro drama”, em suma, o que ele faz, é descrever a situação de moradia de diversos afro-brasileiros, onde após o término da instituição escravagista, não tiveram nenhum direito a indenização e reparação por parte do Estado que proporcionasse a inserção dessas pessoas na república. “Negro drama/ Eu sei quem trama e quem tá comigo/ O trauma que eu carrego/ Pra não ser mais um preto fodido/ O drama da cadeia e favela/ Túmulo, sangue, sirene, choros e velas/ Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia/ Que sobrevivem em meio às honras e covardias/ Periferias, vielas, cortiços/ Você deve tá pensando/ O que você tem a ver com isso?”

Seguindo a linha argumentativa da música “negro drama”, Edi Rock utiliza o argumento um pouco mais incisivo sobre aqueles que deveriam promover a segurança pública, que, no entanto, acabam sendo grandes responsáveis pelo genocídio de corpos negros no Brasil. Edi Rock, chega a argumentar que ver pobre morto ou preso no Brasil do século XXI é algo cultural, e conclui que não se trata de contos, lendas ou mitos, mas sim da realidade brasileira. “Desde o início, por ouro e prata/ Olha quem morre, então/ Veja você quem mata/ Recebe o mérito a farda que pratica o mal/ Me ver pobre, preso ou morto já é cultural/ Histórias, registros e escritos/ Não é conto nem fábula, lenda ou mito.” (Racionais MC’s, “Negro Drama”)

O cantor continua sua transmissão de palavras cantadas, colocando as diversas contradições presentes na vida de alguém que é descendente de sujeitos que foram escravizados. Pode-se dizer que as palavras cantada por Edi Rock, traz consigo, sempre pontos de inflexões, onde questões sobre o dinheiro tomam lugar central na análise, buscando colocar a mesa, as diversas contradições estabelecidas pelo do capital. Ele conclui apontando para a falta de inclusão digna do sujeito negro o “pretinho” no sistema educacional, concluindo que: “Essa estrada é venenosa e cheia de morteiro/ Pesadelo, hum, é um elogio/ Pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu/ No clima quente, a minha gente sua frio /Vi um pretinho, seu caderno era um fuzil, fuzil” (Racionais MC’s, “Negro Drama”)

A segunda parte da composição é atribuída ao Mano Brown, um dos líderes do grupo, conhecido por suas fortes críticas sociais. Brown em sua introdução argumenta que “Forrest Gump é mato/Eu prefiro contar uma história real/Vou contar a minha”. E inicia sua transmissão oral, descrevendo, uma mulher negra sem companheiro, com uma criança parda nos braços, fruto de um abandono paternal, muito comum dentre as famílias brasileiras, que têm majoritariamente a frente de seus domicílios, a mulher como chefe da casa, por esse tal motivo Brown pontua “Família brasileira/ dois contra o mundo/ Mãe solteira de um promissor vagabundo”. Mano Brown continua e cita o “senhor de engenho”, os antigos proprietários de engenhos, se colocando em um lugar contrário a esse personagem durante a música. “Daria um filme/ Uma negra e uma criança nos braços/ Solitária na floresta de concreto e aço/ Hei, São Paulo, terra de arranha-céu/ A garoa rasga a carne, é a Torre de Babel/ Família brasileira, dois contra o mundo/ Mãe solteira de um promissor vagabundo/ Luz, câmera e ação, gravando a cena vai/ Um bastardo, mais um filho pardo sem pai/ Hei, senhor de engenho, eu sei bem quem você é/ Sozinho cê num guenta, sozinho cê num entra a pé/ Cê disse que era bom e as favela ouviu/ Lá também tem uísque, Red Bull, tênis Nike e fuzil”. (Racionais MC’s, “Negro Drama”)

Mano Brown, de forma semelhante a Edi Rock, tenta descrever o cenário da grande São Paulo como um ambiente do século XXI completamente racializado, com diversas disputas estabelecidas dentre as relações sociais e raciais e mesmo nesse cenário de disputa, um ponto chave da música negro drama é Brown argumenta “Seu filho quer ser preto, ah, que ironia/ Cola o pôster do 2Pac aí, que tal? Que cê diz/ Sente o negro drama, vai, tenta ser feliz.”

Em suma, Mano Brown encerra a sua música realizando um discurso “E toda família e toda geração que faz o rap/ A geração que revolucionou e a geração que vai revolucionar”; O mesmo também faz um forte discurso voltado às origens ao qual o “negro drama” sempre será lembrado; “ Aí você sai do gueto/ Mas o gueto nunca sai de você, morô irmão? Cê tá dirigindo um carro/O mundo todo tá de olho 'ni você, morô?/ Sabe por quê? Pela sua origem, morô irmão? É desse jeito que você vive, é o negro drama./ Eu num li, eu não assisti/ Eu vivo o negro drama/ Eu sou o negro drama/ Eu sou o fruto do negro drama. (Racionais MC’s, “Negro Drama”)

Desse modo, como considerações finais, nesta pesquisa, busquei mostrar a potencialidade do Rap, mais especificamente da música “Negro drama” presente no disco “Nada como um dia após o outro dia” dos Racionais Mc’s; onde procuro provar, como o rap é um dos caminhos tomados pela tradição oral afro-brasileira, outrossim na sociedade contemporânea, ele mostra-se como uma importante ferramenta no processos de transmissão, invenção ou reinvenção das manifestações culturais, que em suma revelam tanto o “fundo comum de experiências” iniciada durante o processo da escravidão e continuado durante a questão da diáspora negra. Ademais, é fundamental que compreendamos essas tradições orais como formadoras de uma memória coletiva, que possibilita, além da positivação das representações dos afro-brasileiros, mas também permite com que os mesmos se percebam como agente históricos, entendendo que a tradição em si, é formadora de um tipo de homem.

Para uma sociedade permanecer cultivando as tradições orais, mesmo com o advento da escrita, é porque suas bases foram alicerçadas com o forte apelo oral e este elemento tem um significado primaz em sua constituição. Indica que a construção do seu legado foi solidificada de maneira relevante, firmada na oralidade, pelas primeiras gerações tendo continuidade com as sucessoras. Isto sugere que, o que é tradição para um povo, permanece sendo, diante sua importância, pois revela e preserva suas origens.

Palavras-chave: Tradição-oral; Pós-abolição; Racionais Mc’s.

REFERÊNCIAS

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. **História geral da África**, v. 1, p. 167-212, 2010.

DOS SANTOS FILHO, Eudaldo Francisco; ALVES, Janaína Bastos. A tradição oral para povos africanos e afrobrasileiros: relevância da palavra. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 9, p. 50-76, 2017. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Eudaldo-Santos-Filho/publication/322292511_A_TRADICAO_ORAL_PARA_POVOS_AFRICANOS_E_AFROBRASILEIROS_RELEVANCIA_DA_PALAVRA/links/5a50f46e0f7e9bbc10540fc3/A-TRADICAO-ORAL-PARA-POVOS-AFRICANOS-E-AFROBRASILEIROS-RELEVANCIA-DA-PALAVRA.pdf. > Acesso em 25 setembro. 2021

GILROY, Paul, 1956. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**/ Paul Gilroy; tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiático, 2012 (2o Edição). 432 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva [1950]**. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MACHADO, Vanda. Ilê Axé: **Vivências e invenção pedagógica – as crianças do Opô Afonjá**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

MC'S RACIONAIS. **Nada como um dia após outro dia**. São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

MC'S, RACIONAIS. **Sobrevivendo no inferno**. Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiro. [et. al...]. – Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: fundação Cultural Palmares, 2005.

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som: as transformações do rap no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015.

VANSINA, Jan. **A tradição oral e sua metodologia**. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 7, p. 139/166.

9. Gênero, atrizes e atores em movimentos sociais

Nos últimos anos as pesquisas acerca das relações de poder e as desigualdades que implicam aos diversos grupos sociais têm aumentado, mas ainda não estão esgotadas. Assim, este Simpósio Temático busca abarcar produções acerca das temáticas de Gênero e outras desigualdades, envolvendo diferentes grupos e/ou sujeitos sociais. Percebendo gênero como um conceito e como uma categoria de análise histórica, o objetivo não é debater uma História das Mulheres que seja deslocada do restante, mas entender, em parte, as lógicas que produzem e mantêm os desníveis entre um e outro grupo, como bem conceitua Michelle Perrot. Seja nos âmbitos de uma história política, econômica, social, cultural, o gênero acaba por perpassar, direta ou indiretamente, as relações entre os sujeitos históricos. Além disso, o simpósio temático busca abranger discussões acerca dos movimentos sociais, analisando essas organizações tanto pelo viés do conflito quanto de sua mobilização e articulação. Buscando analisar realidades rurais e urbanas, organizações políticas e até mesmo práticas cotidianas, pretendemos discutir os temas de forma abrangente, com possibilidade de aceitar trabalhos tratando das mais distintas formas de desigualdade e movimentos sociais.

EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS PARAIBANOS (1880-1889)

Aldenize da Silva Ladislau¹

Resumo

No século XIX havia no Brasil, com relação à educação da mocidade, três tipos de ensino que eram os mais praticados: Ensino Público, Ensino Particular e a Educação Doméstica. Em linhas gerais, o ensino público refere-se àquele realizado e custeado pelo Estado em associações e/ou pessoas subordinadas a este ou em escolas. Diferente de como funcionava no ensino particular – oferecido nos Colégios Particulares ou na casa dos mestres; e da educação doméstica – aquela que ocorria na casa dos alunos/as mediante a contratação dos pais que se responsabilizavam pelo pagamento das aulas Vasconcelos (2005). Entendemos que o fato da aula particular ser ministrada nas casas dos aprendizes configura uma Educação Doméstica, por apresentar aspectos relativos a esse ensino, como a utilização do método individual, a contratação de professores pelos pais ou responsáveis e também o interesse por matérias ligadas aos interesses do patrono da casa. Nesta pesquisa nos detivemos mais especificamente a analisar o funcionamento da Educação Doméstica que ocorria na Parahyba do Norte entre os anos de 1880 a 1889. Ensino que acontecia na casa do/a aprendiz através de professores/as particulares. O recorte espacial – Parahyba do Norte – foi escolhido por ser uma das províncias que ainda não possui pesquisas realizadas na temática. Para o recorte temporal, a pesquisa bibliográfica apontou a década de 1880-1889 como o período de ampliação da oferta da Educação Doméstica na Corte. Nesse sentido, optou-se por procurar nas fontes encontradas aqui na Paraíba indícios de anúncios que confirmassem a oferta de ensino nas casas dos/as alunos/as durante o final do século XIX. O que, de fato, foi confirmado. E foi a partir dos anúncios desse período, presentes nos jornais, que a pesquisa teve seu prosseguimento. Quais eram os atores sociais envolvidos no processo de oferta, procura e consentimento das aulas que ocorriam na casa das famílias? Quais eram os interesses envolvidos na educação da mocidade? A quem esta configuração de ensino servia? Como a Lei foi utilizada para validar essa prática? O que os jornais da Parahyba do Norte têm a revelar sobre a Educação Doméstica? E quais os argumentos que justificavam a escolha da casa como lugar destinado ao cultivo dos saberes? Dito isso, nosso principal objetivo foi entender como funcionavam as aulas realizadas por professores/as particulares na Parahyba do Norte na casa dos alunos/as no final do século XIX. Apoiada nesse propósito central nos concentramos em atingir três objetivos específicos: 1º- Identificar a partir dos contextos histórico, social e político quais eram os interesses envolvidos na educação da mocidade; 2º- Entender como a legislação mediou o processo de construção da instrução no século XIX, 3º- Discutir o modo de funcionamento da Educação Doméstica na Parahyba do Norte através dos anúncios de jornais paraibanos da época e dos relatórios e falas de Presidente de província. Como fizemos isso? Os jornais que utilizamos são variados. Dentre eles os jornais A Ideia (PB), Arauto Parahybano (PB), Diário da Parahyba: Orgão de todas as classes (PB), O Liberal Parahybano (PB), Gazeta da Parahyba (PB), Gazeta do Sertão (PB), e O Conservador (PB). Eles foram nossas principais pistas e quando analisados indicaram como

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da (UFPB). Formada em História (Licenciatura) na (UFPB). Atualmente Pesquisa sobre as Representações da Docência Feminina na Imprensa da Parahyba do Norte (1864-1889). É membro como aluna pesquisadora do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO). E-mail: denize.silva2015@hotmail.com.

funcionavam as aulas da casa na Parahyba do Norte. Os jornais como documentos históricos apresentam os aspectos chamados à atenção por Le Goff (1990), como por exemplo, ser fonte de entendimento do tempo que registrou. Na história da educação os trabalhos que têm se desenvolvido nos últimos anos sobre a Província da Parahyba do Norte utilizam os periódicos como meio de análise a partir dos quais constroem uma narrativa crítica. Os anúncios de jornais selecionados para a pesquisa também foram tratados a partir dessa abordagem interpretativa, levando em consideração os elementos que compõe o texto informativo, sejam eles de cunho político, econômico ou social. Nos jornais da Paraíba dos Oitocentos podemos verificar a presença de anúncios os mais variados. Os periódicos destacavam as informações por seções, entre elas encontramos a seção denominada Instrução Publica, nesta parte são travados os embates sobre a organização da educação no período. Souza (2013) conta que “naquele momento, os encarregados dos editoriais se colocavam como legítimos representantes da opinião pública” (SOUZA, 2013, p. 23). Como um dos meios de comunicação de massa, os periódicos serviram-se como arena política e a instrução da mocidade também era alvo de discussões. A autora ainda afirma que “o movimento dialético entre a oposição e a situação no universo político Oitocentista envolvendo as questões relativas aos rumos da educação na província é constante” (SOUZA, 2013, p. 23). Havia a divulgação de anúncios das diversas esferas da vida cotidiana, desde a venda de itens de consumo até a oferta da prestação de serviços. Este último é o que mais interessa no momento. Médicos, advogados, dentistas e outros profissionais recorriam aos jornais para comunicar a população da disponibilidade de seus trabalhos. Com relação aos profissionais da educação não foi diferente. Inclusive o principal meio de oferta e procura dos mestres/as para o ensino na casa da família eram os anúncios dos periódicos. Os filhos/as das elites constituíam assim a grande parcela do público acolhido na Educação Doméstica, pois faziam parte do círculo dos letrados. Ademais, a própria educação particular recebida em casa “[...] constituía-se num diferencial de lugar social. Ter um preceptor, um professor particular ou até um membro da família que ministrasse aulas domésticas eram práticas características das elites” (VASCONCELOS, 2005, p. 46). No entanto, isso não impediria o acesso, ainda que ínfimo, aos mais pobres. Na historiografia da educação podemos ver exemplos de alunos mais desfavorecidas participando das aulas junto aos filhos/as do dono da casa. Quem escrevia na imprensa ocupava um lugar social privilegiado na sociedade do século XIX. E os que se dispunham a publicar seus anúncios nos jornais deveriam despende de uma quantia considerável para difundir os serviços prestados. A partir de suas pesquisas com os periódicos Souza (2013) observou que “a notícia tinha um preço que a colocava em um patamar mercadológico. Para ter acesso às matérias, os leitores despendiam de uma determinada quantia que era materializada no preço das assinaturas ou números avulsos” (SOUZA, 2013, p. 23). Não temos dados que mencionem especificamente como se dava o acordo entre professores/as e pais de alunos/as nas aulas particulares da Parahyba, mas segundo Vasconcelos (2005), que estudou esse tema na Corte, eram os pais de família os responsáveis por contratar os/as professores/as particulares. O endereço de onde residiam os/as mestres/as explicitado nos anúncios facilitava a comunicação e o encontro entre ambos. Um contrato (informal) era firmado entre pais e professores. A confirmação dos serviços não passava pela “tinta e o papel”, o acordo ficava estabelecido apenas através de uma conversa entre os responsáveis das crianças e jovens aprendizes e aquele que seria contratado. A família determinava por quanto tempo o/a professor/a lecionaria na casa. De acordo com Lima (2018) “com poucas profissões aceitas socialmente para o sexo feminino, a instrução de crianças era uma saída para mulheres solteiras e viúvas, principalmente, conseguirem um meio de ganhar dinheiro” (LIMA, 2018, p. 67). O magistério exercido nas casas dos aprendizes proporcionava às mulheres dedicadas ao ofício da instrução primária maior autonomia e ganho financeiro.

Além disso, como aponta Mérida (2013) “tornou-se uma alternativa ao casamento forçoso, normalmente um acordo entre famílias com interesses convergentes” (MÉRIDA, 2013, p. 96). Porém, os agentes que ofertavam a instrução primária não se restringiam ao público feminino. São múltiplos os conhecimentos ofertados e lecionados nas casas. Havia a prioridade no aprendizado da escrita, leitura e contas, no ensino primário, nível de educação elementar que preconizava os saberes básicos para a vida dos aprendizes. Entretanto, no ensino secundário há uma inserção de outros saberes, principalmente aqueles ligados às línguas estrangeiras. Aliás, as aulas de piano também eram muito bem requisitadas nos anúncios da Parahyba do Norte, pois a camada abastada da sociedade se apropriava dessa habilidade para mostrar distinção social, seguindo um modelo de civilização tão almejado no período e que tinha como característica a imitação de práticas realizadas em outros países, como os da Europa. Segundo Lima (2018) “Aulas domésticas de instrumentos musicais e canto, também eram muito populares entre professores da casa [...] Mais comuns na aprendizagem feminina que, para serem boas esposas deviam possuir habilidades intelectuais distintas e, socialmente aceitas na época” (LIMA, 2018, p. 81). O aprendizado de línguas estrangeiras era um elemento da distinção de uma parte da sociedade que acreditava na existência de grupos cultos e não cultos no período. Eram bem vistos os professores estrangeiros que atuavam na instrução da mocidade, tantos nos níveis primário ou secundário, pois possuir o domínio de uma língua estrangeira lhe conferia distinção entre os demais, já que possuía habilidades consideradas civilizadas para ensinar aos alunos/as. Assim, vemos nos anúncios, das imagens anteriores, ofertas de línguas como o latim, inglês e o francês – as mais procuradas por pais de famílias ao contratarem os professores/as. Os anúncios de jornais utilizados para a elaboração deste trabalho passaram por uma seleção criteriosa. Foram escolhidos aqueles cujo conteúdo nos remeteria às aulas particulares procuradas pelos pais de família para serem lecionadas na casa do aprendiz. A operação histórica configurou-se como uma seleção feita a partir de interesses de quem a realizou e, portanto, considerou o documento material carregado de intenções pré-estabelecidas, não só no momento de sua criação, mas também quando foi transformado em matéria de análise. Para Le Goff (1990) “o documento, o dado já não existem por si próprios, mas em relação com a série que os precede e os segue, é o seu valor relativo que se torna objetivo e não a sua relação com uma inapreensível substância real” (FURET, 1974, p. 47-48). Dessa forma, compreendemos uso dos anúncios de jornais como uma prática da sociedade do século XIX muito exercida pelos professores particulares do período. Os jornais difundiam as aulas na província e também deram a ver as intenções que estavam envolvidas na publicação das ofertas e da procura pelo Ensino Doméstico. Assim, foram vistos como documentos históricos capazes de nos fazer perceber as relações presentes na história da educação na Parahyba do Norte. Através dos anúncios de jornais, os professores particulares informavam aos pais dos alunos/as das suas disponibilidades em dar aulas nas casas das famílias e quais as matérias que eram oferecidas; também visualizamos que havia um público alvo destinado a fazer contato com estes professores. O público leitor dos jornais era composto por aqueles que possuíam instrução e faziam parte de um grupo elitista da Capital da província, embora o grosso da sociedade do período fosse formado por uma população de analfabetos e escravizados. Os estudos de Carvalho (2008) sobre quem eram as elites do Brasil imperial nos mostrou os sujeitos históricos que compunham a camada mais abastada da sociedade oitocentista. Em linhas gerais, tínhamos uma elite formada por eclesiásticos, burocratas e os políticos locais das províncias. É importante saber quem foram os elitistas, já que eles foram os principais envolvidos na participação e defesa da Educação Doméstica. Desse modo, a educação realizada na casa dos alunos/as funcionava da seguinte maneira: os pais de família, como recorrentemente são denominados nos jornais aqueles responsáveis pela educação dos seus

filhos, contratavam professores particulares para ensinarem matérias acordadas entre ambos na casa do aprendiz. Não havia uniformização nos métodos aplicados nas aulas da educação doméstica. Contudo o método individual foi o mais praticado neste espaço. E embora não houvesse um horário determinado para a duração das aulas, há alguns anúncios em que professores informam os horários em que estavam disponíveis para irem às casas da família. As matérias de ensino ofertadas levavam em consideração as ideias civilizatórias circulantes no período e, por isso, o ensino da doutrina cristã, das prendas domésticas, os conhecimentos de línguas estrangeiras e as aulas de música eram muito anunciados nos periódicos. Também serviam como instrumento de manutenção do status social dessas elites. Os professores, principalmente as professoras, se interessavam na profissão docente justamente porque viam um modo de ascenderem socialmente.

Palavras-chave: Educação Doméstica; Imprensa; Parahyba do Norte.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Teatro das sombras: a política imperial. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FURET, F. Le quantitatif em histoire, em J. Le Goff e P. Nora (org.), **Faire de l’histoire**, Gallimard, Paris (trad. Portuguesa: Bertrand, Amadora, 1977, pp. 59-79).

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução: Maria Clarice Samnpaio Villac – Editora Unicamp, Campinas, 1990.

LIMA, Maria José Torres. **A oferta de ensino através dos anúncios de jornais sergipanos: a educação doméstica na casa do mestre e da família (1880-1930).** Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

MÉRIDA, Alexandre Pereira. **Quando a casa é a escola: a educação doméstica em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX.** Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Petrópolis, 2013.

SOUZA, Thiago Oliveira de. **Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte: Cultura Educacional e Culturas Políticas Nos Anos de 1880.** Dissertação (mestrado em história). UFPB, João Pessoa, 2013.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: educação no Brasil de Oitocentos.** Rio de Janeiro, Gryphus, 2005.

UMA ANÁLISE DE GÊNERO E MASCULINIDADES NO MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

Angela Cristina Lauchzer¹
Orientadora: Monica Hass²

TEMA

Neste trabalho, pretendemos analisar as possíveis alterações nas concepções de masculinidades causadas pelo advento do Movimento das Mulheres Camponesas, um movimento feminino e feminista, levando em consideração as peculiaridades regionais e as experiências de machismo, violências e patriarcado vivenciados nos recortes abordados, que são as cidades de Chapecó e Xaxim, no estado de Santa Catarina, no período de 1980-2021. Além disso, buscamos desmistificar a masculinidade hegemônica e observar se a criação do Movimento causou tensões nas masculinidades existentes neste recorte e que resultados isto trouxe para o contexto das mulheres camponesas que participam do movimento, dando ênfase às possíveis consequências expressas através de situações de violências e como isto impacta no cotidiano destas militantes e na estrutura deste movimento social.

OBJETIVOS

O estudo a respeito das relações de gênero no Movimento das Mulheres Camponesas é tão recente quanto o próprio movimento. Através da análise de cartilhas, filmes, materiais de divulgação e entrevistas com militantes e membros de suas famílias, este trabalho pretende investigar uma possível alteração nos papéis sociais, nas concepções de masculinidades e possíveis relações entre essas alterações e as formas de violências identificadas no âmbito rural da regional de Chapecó, Santa Catarina, tendo como recorte as cidades de Xaxim e Chapecó, desde o início dos debates sobre a criação do Movimento, na década de 1980, até os dias atuais. Valendo-se da História do tempo presente, Micro História, História das mulheres, debates sobre gênero e História oral, o objetivo principal da pesquisa é analisar as possíveis alterações nas concepções de masculinidades causadas pelo advento de um movimento feminino e feminista, sempre levando em consideração as peculiaridades regionais e as experiências de machismo, violência e patriarcado vivenciados neste recorte, além de desmistificar a masculinidade hegemônica e observar se as masculinidades e o MMC foram responsáveis por causas tensões entre si e que resultados isto trouxe para o contexto das mulheres camponesas que participam do movimento.

JUSTIFICATIVA

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Chapecó, na linha de pesquisa História dos movimentos e das relações sociais. É bolsista do Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina - UNIEDU. Participa do grupo de pesquisa "Estado, sociedade e políticas públicas", da Universidade Federal da Fronteira Sul. Participa também do grupo de pesquisa "OS CONSELHOS DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS (SC) E DE CHAPECÓ (SC): capacidades estatais e sociais na gestão da política urbana", coordenado pela professora Monica Hass. E-mail para contato: angelalauchzer1@gmail.com

² Professora associada da Universidade Federal da Fronteira Sul e integra o curso de Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em História, campus Chapecó - SC. É coordenadora do grupo de pesquisa "OS CONSELHOS DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS (SC) E DE CHAPECÓ (SC): capacidades estatais e sociais na gestão da política urbana". E-mail para contato: monica@uffs.edu.br

Os primeiros passos para este trabalho iniciaram-se ao longo da minha graduação e, por isso, aspectos que não puderam ser avaliados no momento serão levados em consideração agora juntamente com minha orientadora. Para tanto, a estrutura da pesquisa está dividida em três partes: pesquisa bibliográfica sobre a história do movimento; debates sobre gênero para compreender os papéis e desconstruções no que se refere às mulheres do movimento e seus companheiros e, por último, a análise minuciosa sobre as transformações ocorridas ao longo dos anos em decorrência do movimento, buscando compreender de que maneira a participação dessas mulheres em um movimento social unificado e composto apenas por elas pode ter alterado as relações sociais que até então eram vivenciadas em seu dia a dia.

Ao investigarmos um movimento social, feminino e camponês dentro da linha de pesquisa II do Programa de Pós-Graduação em História da UFFS, estaremos dialogando com a maneira como as identidades, as lutas no âmbito rural e a organização pública e privada das mulheres camponesas se desenvolvem na região. E uma vez analisadas as tensões criadas entre homens e mulheres, podemos perceber quais são os conflitos ou possíveis tensões que se materializam no cotidiano das famílias que participam do Movimento, além de lidar com processos históricos atrelados a um contexto político, cultural e econômico característico da região oeste de Santa Catarina, que foi o local de origem da luta dessas camponesas. Assim, ao relacionarmos o campesinato com a História das mulheres e dos movimentos sociais, acabamos contribuindo simultaneamente com a História regional, uma vez que as peculiaridades regionais que dizem respeito às relações de gênero, machismo, violência e os ideais de patriarcado a partir da perspectiva das resistências encontradas dentro dos ambientes familiares das mulheres camponesas pouco foi abordado, apesar de sua relevância social. Desse modo, a luta dessas camponesas a fim de reorganizar o espaço em que vivem, alterar a ordem social e as relações de dominação e resistência em que estão inseridas, resultam num campo de investigação que está diretamente relacionado com a linha de pesquisa proposta e suas pretensões de análise.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Essa pesquisa tem como embasamento teórico as linhas de pensamento da História Social, História das Mulheres, História dos Movimentos Sociais, Relações de gênero, História Oral e Micro História. A partir destas perspectivas, o ponto de partida inicial do trabalho é marcado por uma vasta pesquisa bibliográfica e documental de produções envolvendo os temas abordados, destacando a análise de cartilhas, folders e materiais de divulgação do Movimento das Mulheres Camponesas que tratam de temas condizentes com a pesquisa. Além disso, serão analisados os documentários "Celibato no campo" (2020) e "Mulheres da luta" (2016), que possuem como recorte a regional de Chapecó-SC, berço do Movimento. Apesar da análise destes materiais, a etapa mais importante da pesquisa será a realização de entrevistas, de caráter qualitativo, que tem como objetivo compreender aspectos que até o momento não foram trabalhados pela historiografia nacional, como as concepções de masculinidades dentro das famílias das integrantes do movimento. Neste contexto, o objetivo da pesquisa é entrevistar 15 integrantes do movimento para que elas possam discorrer sobre as alterações vivenciadas em suas experiências quanto militantes e quanto mulheres ao longo destes anos. Para que possamos compreender diferentes pontos de vista, entre as 15 entrevistadas terão mulheres casadas, divorciadas e viúvas, a fim de visualizarmos diferentes pontos de vista sobre um tema em comum entre todas, o da violência. A escolha pelas militantes residentes nas cidades de Chapecó e Xaxim (SC) se dá pela facilidade em acessar essas fontes, uma vez que a pesquisadora principal reside no município. Além disso, Chapecó se destaca por ser o local de surgimento do Movimento, sendo possível observar as variações em cada etapa dele através dos anos. Além disso, podemos encontrar certa disparidade nas respostas, uma vez que Xaxim

é um município com menos habitantes e, conseqüentemente, a participação de militantes no movimento é menor, possibilitando, inclusive, material para análises diferentes baseadas nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES

O trabalho ainda está em andamento e, portanto, não é possível obtermos conclusões.

Palavras-chave: Gênero; Masculinidades; Movimento das Mulheres Camponesas.

REFERÊNCIAS

ARNO, Fernanda. **VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE EM CHAPECÓ-SC (1958-1974)**. Dissertação de mestrado da UFSC. Florianópolis, 2015.

BONI, Valdete. **Movimento De Mulheres Camponesas**: um movimento camponês e feminista. Chapecó: Revista Grifos, - n. 34/35, 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder**: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272 - 2006.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **Revista História**. São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher da sociedade de classes**: mito e realidade. 2ª ed. Petrópolis: Editora vozes, 1979.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

SCOTT, Joan W. **Os Usos e Abusos do Gênero**. São Paulo, Projeto História, n. 45, Dez. 2012.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015.

CORPO E MARGINALIDADE: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SANTA MARIA POR MULHERES PROSTITUTAS (1900-1920)

Angélica Cicconet¹
Maíra Inês Vendrame²

Resumo

A cidade é um espaço que, ao mesmo tempo que constrói, é construída pelos sujeitos e grupos sociais que a habitam. Entendendo o espaço como um produto social e mais do que mero receptáculo para as práticas sociais, exploramos as maneiras pelas quais o espaço atua na vida e relações dos sujeitos e, focando nosso olhar para a cidade de Santa Maria – RS durante as duas primeiras décadas do século XX, percebemos como o franco crescimento da cidade devido à instalação da ferrovia modificou o espaço urbano e a ocupação deste. Na busca pelo entendimento dessa complexidade urbana, decidimos observar a relação entre a cidade e o grupo das mulheres prostitutas e, para isso, utilizamos da análise dos processos criminais da comarca de Santa Maria - RS produzidos durante as duas primeiras décadas do século XX. Na tentativa de compreender essa dinâmica de relações na cidade, nos questionamos como esse processo de marginalização acontece, por que acontece com este grupo específico e qual a relação entre os corpos e o espaço urbano nessa dinâmica. Focaremos aqui na marginalidade contida dentro do espaço urbano, perpassada pelo movimento de criar sujeitos criminais e pelo ideal da cidade moderna, limpa e organizada tão prezado pelas elites do final do século XIX. Desta maneira, optamos por analisar um grupo social alvo da marginalização: as mulheres prostitutas. A pesquisa acerca da prostituição por si já apresenta uma diversidade de questionamentos, mas realizamos estes levando em consideração como ocorre a ocupação do espaço urbano pelas mulheres prostitutas. Assim é possível indagar a importância desse grupo para a dinâmica do espaço urbano, perpassando pelo recorte social de marginalização e/ou criminalização e pelo conceito de gênero – o que nos permite melhor compreender a construção e ocupação do espaço urbano, e explorar as relações de poder e as ideias que circulam neste espaço.

A partir desse leque de questionamentos iniciais, nossos objetivos ficam expressos no esforço de questionar a premissa do espaço urbano como um cenário neutro que não interfere nas práticas sociais; questionar, também, as próprias práticas que estão imbricadas nos corpos dos sujeitos e grupos habitantes da cidade; e, por fim, relacionar e observar as maneiras pelas quais a ocupação do espaço de Santa Maria da Bocca do Monte (atual Santa Maria – RS) modificou e foi modificada pela corporalidade das mulheres prostitutas no período do início do século XX, mais especificamente entre os anos de 1900 a 1920.

O espaço é produto social, porém, ao mesmo tempo que é suporte, também é campo de ação, e é específico à cada contexto e à cada sociedade. Não é um receptáculo vazio, algo

¹ Mestranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos – RS). Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS). Área de concentração de estudos em História da Cidade e História das Relações de Gênero. E-mail para contato: angelicacicconet@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos – RS). Possui graduação em História Licenciatura Plena pelo Centro Universitário Franciscano (2004). Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com estágio de doutorado na Università degli Studi di Genova (2013). E-mail para contato: mvendrame@unisinos.br

transparente ou totalmente inteligível. Está sujeito às ações dos grupos e dos indivíduos que o ocupam. Pensando especificamente o espaço urbano, não podemos desconsiderar a inflexão que sofreu no século XIX, com as novas teorias urbanísticas e as reformas que as acompanharam. Mas esse movimento não ocorreu somente nos grandes centros urbanos do mundo, como teve também reflexos sensíveis em cidades menores do interior do país. Santa Maria da Bocca do Monte também sentiu os efeitos da urbanização. Assim, desprendemos interesse na sua lógica de construção e transformação – por si mesmo, mas também em relação às populações marginais. A cidade de Santa Maria da Bocca do Monte (atual Santa Maria – RS) está localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul e, com o advento da ferrovia, instalada ali em 1884, acabou por tornar-se um entroncamento ferroviário, espaço privilegiado de ligação entre as cidades do interior e a capital, bem como com o restante do país. O núcleo urbano, com início nos arredores da Rua do Acampamento, já havia se expandido de forma considerável até 1884, mas, com a via férrea, o crescimento urbano se tornou substancialmente acelerado.

A partir desse estabelecimento da cidade de Santa Maria como parte de nosso objeto, podemos começar a nos questionar o fato de que, durante muito tempo, o espaço foi percebido como mero receptáculo das práticas sociais, algo vazio e inerte. Porém, para Henri Lefebvre (1974), no processo de compreender como o espaço “se fez social”, essa ótica de um espaço neutro e supostamente objetivo acaba por esconder a imposição de uma determinada visão social. Esta visão não considera, ou ao menos não quer considerar, o espaço como um produto social, resultado da ação social, das práticas, das relações, das experiências sociais. Desta maneira, ao entender o espaço como algo além de um cenário, nos vemos diante de um produto que se consome, mas que intervém na sua produção, algo que é suporte ao mesmo tempo que é campo de ação. Entretanto, ao observá-lo, observamos também os grupos sociais que o inundam. Assim, a obra de Dominique Kalifa (2014) acerca das populações marginais, e que perpassa todos os *pardieiros* e “*lugares baixos*” das grandes metrópoles, especialmente Paris, nos apresenta uma visão muito interessante. Para além de observar o *boom* de urbanização e modernização das cidades - processo realizado através de reformas arquitetônicas, sanitárias e até mesmo legislativas -, o autor defende que os locais ocupam um lugar decisivo na apreensão das realidades do crime, e por que não, das realidades sociais. Assim, quando analisamos a prostituição na cidade de Santa Maria, vamos mirar também aos lugares em que esta se passa, nos aproveitando dessa ótica de apreensão das realidades para uma visão mais ampla da questão.

Para perceber o espaço de forma mais ampla, é necessário buscar e analisar os sujeitos que habitam a cidade, ou seja, que a transformam, e que na mesma medida acabam sendo transformadas por ela. Optando por analisar a atuação das mulheres prostitutas, não podemos deixar de considerar as questões de gênero que atravessam as relações de poder estabelecidas. Desta maneira, é fundamental entender como as políticas de normatização dos corpos e da sexualidade aplicadas pelo poder público e pela classe médica sobre esse grupo de mulheres influenciou na construção de uma ideia de “corpo prostituído”. Mas, além disso, é devido que se analise o espaço onde essa interação e tentativa de normatização social acontece: a cidade. E, por concordar com o conceito desse espaço como algo que não é livre de intervenção, consideramos primordial a observação de como esse grupo de mulheres constrói, e é construído por ele.

Para atingir essas questões, Joan Scott (1989) defende o gênero enquanto categoria de análise histórica e, portanto, “constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, p. 21); o que implica em quatro elementos, relacionados entre si: 1. Símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas, e geralmente

contraditórias; 2. Conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tendem a limitar e conter suas possibilidades metafóricas, expresso em doutrinas religiosas, políticas etc. e tipicamente como oposição binária (masculino versus feminino) – porém a posição que emerge como dominante é declarada a única possível e a escrita da história posterior tende a ser escrita como se essas posições fossem produto de um consenso e não de um conflito, como o são; 3. Inclusão de uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais, de forma que é necessária uma visão mais ampla que analise o gênero além do âmbito do parentesco, mas que abranja também o mercado de trabalho, a educação, o sistema político etc.; 4. Identidade subjetiva, onde o gênero fica implicado na concepção e na construção do poder em si, e sua função de legitimação funciona de várias maneiras e, quando os historiadores e historiadoras começam a procurar as maneiras como essa legitimação e construção das relações sociais encontra o conceito de gênero, pode-se “compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade”, segundo a autora.

Na maneira de pensar essas relações, transpassadas não só pelo gênero, mas também pela sexualidade, nos ancoramos em Michel Foucault (1976) ao ver que o sexo adentra o discurso de maneira a que seja não só contido, mas corrigido, posto em norma e útil para o processo produtivo da sociedade. Assim, ao invés do silêncio, o que se apresenta é quase uma explosão do discurso, ou melhor, dos discursos, que se propõem a indicar os limites e as normas da atividade sexual. Além disso, quando nos deparamos com os discursos, não podemos deixar de perceber que estes são integrantes das estratégias de poder. Ao proferir discursos especializados e cristalizar a ideia do “perigo” que o sexo representa, algumas áreas, como a medicina, incitam mais e mais a falar sobre ele, de forma regulada, diversa e em contato com a aparelhagem do poder. Ao sexo normatizado, contrapõem-se as abominações: atividades que não visam reprodução e prazeres paralelos e/ou imorais - podemos chamá-las de “sexualidades periféricas”. Dentro deste leque de práticas sexuais desviantes, encontramos a prostituição.

Se o corpo é onde começa a percepção, mas também é experiência concreta, a experiência da cidade começa no corpo. Sendo assim, se faz necessário entender as maneiras pelas quais os corpos ocupam o espaço urbano. Podemos iniciar o debate utilizando o trabalho de Simone Frangella e Taniele Rui (2017), que defendem a existência e a ocupação singular que os corpos marginais produzem no espaço da cidade. É a ocupação de um espaço que não foi pensado/planejado para as populações da margem, é desvio da norma pelo simples fato de existir. O corpo, tal como o espaço, não é neutro e, assim sendo, carrega consigo todas as marcas da cultura e dos costumes. Para além disso, nesta pesquisa buscamos iniciar o entendimento de uma corporalidade específica, ou seja, das mulheres prostitutas.

Ao pensar e selecionar as experiências de mulheres prostitutas na cidade, tomamos o cuidado de não encerrar sua atuação na sociedade à prática da prostituição. Seguindo a afirmação de Cristiana Schettini, o estudo da prostituição diz mais sobre a relação entre os grupos sociais do que sobre a atividade em si, e é justamente neste quesito que buscamos explorar. Através do cenário do Rio de Janeiro, Cristiana Schettini (2006) propõe - e cumpre - uma análise de problema a respeito das prostitutas e suas experiências de trabalho e sociabilidade, identificando como os homens e mulheres envolvidos no comércio sexual tiveram participação no rearranjo dos poderes dos primeiros anos de República no Brasil. No ambiente de disputa travado nos discursos e nas práticas repressivas, há o espaço de negociação das identidades sociais, e até dos papéis delegados a cada um desses “personagens”. É neste ponto, também, que se mostra importante perceber que as vidas das

[...] mulheres associadas à prostituição, ao invés de serem imediatamente remetidas a registros de excepcionalidade, anomalia e sexualização dos seus corpos, precisam ser consideradas através das várias interlocuções estabelecidas com diferentes grupos sociais (SCHETTINI, 2006, p. 23).

Dessa maneira, centrando na individualidade e humanidade dessas mulheres, é possível observar as estratégias habilidosas que empregavam para manter a posse de seus próprios corpos contra os desejos de outros - sejam o cliente, seja o poder público na figura do Estado.

Juntamente com percepção sobre a prostituição através dos processos criminais, há também a análise possível por meio dos discursos proferidos em relação a ela. Assim, Magali Engel (2004) apresenta como a perspectiva médica de “ordenar a desordem urbana” se fez presente na construção de uma ordem burguesa no Brasil. E para além destes enfoques, há também os trabalhos de Sueann Caulfield (2000), que miram as ações de transferência da prostituição de espaços centrais para a periferia da cidade, em busca da limpeza e do controle do grupo, por parte tanto das elites quanto das autoridades em contato direto com as mulheres prostitutas.

Para analisar a relação entre a expansão da cidade de Santa Maria, sua ocupação e as mulheres que atuavam como prostitutas, vistas como um grupo social marginalizado, utilizamos processos criminais, situados entre as datas de 1900 e 1920, por considerar o início do século XX como período de grande urbanização e complexificação do espaço urbano de Santa Maria. O emprego dos processos criminais como fonte principal da pesquisa busca seguir a linha onde o estudo e análise de um ato criminoso e/ou de uma existência criminalizada não se encerra no crime em si. Mas, sim, intenta compreender mais amplamente as relações sociais, os discursos, a construção e ocupação do espaço urbano pelo grupo das mulheres prostitutas que, também, não existem sozinhas na cidade e, assim, é de importância levar em consideração os mais diversos fatores dessa “equação”.

Vistos com ceticismo durante algum tempo, os processos criminais acendem a discussão sobre a fonte em si, pois “o objetivo primeiro da produção do documento não é reconstituir um acontecimento [...] mas buscar ou produzir uma verdade” e assim “todos os depoimentos seriam ‘ficções’, papéis desempenhados por personagens” (GRINBERG, p. 127). Porém, o que nos interessa está situado justamente na relação entre o real e a produção de vários discursos sobre o ato criminoso, ou seja, “o processo de transformação dos atos em autos (GRINBERG, p. 128). O ponto de partida metodológico dos trabalhos que se utilizam de fontes criminais está estabelecido, segundo Marcos Bretas (2002), na discussão sobre as possibilidades de utilização dos processos criminais - “seria possível ali encontrar a ‘voz’ de grupos excluídos, ou apenas mais um discurso do poder?” (BRETAS, p. 7).

Um dos pontos imprescindíveis que analisamos no processo criminal, é notar não somente onde estão as informações, mas onde estão as ausências, as faltas, as entrelinhas que remetem às vidas dos interessados. Para utilizar as fontes criminais, é necessário pensá-las, também, como defende Boris Fausto (1984), como produzidas e ao mesmo tempo produtoras do movimento geral da sociedade - assim como pensaremos nosso objeto, o corpo das prostitutas, como produtor e produzido pelo espaço da cidade. Nesse movimento duplo, ocorre o processo de produção da verdade que se transforma nos autos, incitando homens e mulheres a falar ou a calar, ativando suas estratégias de vivência em sociedade. E são essas estratégias, essas maneiras de ocupar o espaço da cidade, que concebemos tão cruciais.

Apesar de já iniciada, a presente pesquisa ainda não nos permite apresentar resultados extensos. Entretanto, as considerações que possuímos até o momento são dignas de pontuação. De início, podemos afirmar a dificuldade de entrar em contato com as mulheres prostitutas, mesmo através das fontes criminais. Sua atuação aparece nas entrelinhas e, geralmente,

mediada pelos “manipuladores técnicos” que conhecemos atuar no poder judiciário. Existem, porém, algumas exceções, onde o termo prostituta, ou meretriz, é citado abertamente; e onde não percebemos “fugas” dos produtores da fonte em relação aos termos que utilizam para classificar as mulheres prostitutas.

Um processo criminal muito significativo que podemos citar aqui, é o relatório da delegacia de polícia de Santa Maria da Bocca do Monte se referindo aos ferimentos praticados por Julio Campão contra Castorina Rodrigues em uma conhecida “casa de libertinagem” da cidade, no dia 06 de maio de 1912. A declaração do delegado afirma que “Quando parecia que a cidade estava em plena calma eis que às 10 horas da noite de 6 do corrente é despertada por uma revoltante scena de selvageria praticada com requintada perversidade” (AHMSM, PROC047, folha 9). A partir desse relatório, e do processo criminal que lhe segue, investigando e julgando a agressão, podemos ter um pequeno vislumbre das relações sociais existentes na noite santa-mariense. Segundo seguimos a descrição do evento: era uma noite como qualquer outra na residência da “afamada caftina Lucinda Araujo” (AHMSM, PROC047, folha 8) na Rua Duque de Caxias no centro da cidade de Santa Maria quando, por volta das 22 horas, Júlio Campão decidiu por bem atirar uma garrafa cheia de cerveja ao rosto de Castorina Rodrigues, uma das residentes da casa. Importante pontuar que o que nos interessa não é o episódio em si, mas os detalhes de sociabilidade que o processo crime revela, desde o conhecimento da delegacia acerca da “casa de libertinagem” até as estratégias de algumas mulheres para não testemunhar perante a polícia, incluindo a vítima.

O corpo e o espaço que este ocupa não podem ser retirados desta relação: um influencia e até constrói o outro. Assim, ao analisar o processo criminal acerca de uma agressão contra uma mulher, foi possível desvelar toda uma rede de relações entre os sujeitos sociais (as prostitutas, a proxeneta, o réu que frequentava a casa, os representantes da lei) e deste com o espaço da cidade de Santa Maria - RS (a disposição da casa perante o espaço da cidade). Por fim, toda a situação nos abre um leque para observação da dinâmica social e espacial na cidade e novamente, apontamos a intrínseca relação entre o corpo e o espaço, especialmente aqui, entre o corpo das mulheres prostitutas e o espaço urbano que elas ocupam.

Palavras-chave: História da cidade; Relações de Gênero; Prostituição.

REFERÊNCIAS

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRETAS, Marcos Luiz. **As empadas do confeitiro imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no rio de janeiro.** Acervo - Revista do Arquivo Nacional, v. 15, n. 1, p. 7-22, 2002. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/220/220> . Acesso em: 30 jul. 2021.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra.** Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª ed. 2012.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FACCIN, Danielle. Seguindo os Trilhos do Trem: A influência da ferrovia na estruturação urbana de Santa Maria/RS. **Anais do VI Colóquio Latinoamericano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial.** São Paulo: IPHAN, 2012.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924).** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERREIRA Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros - um ensaio sobre corpos não-civilizados. **Revista Estudos Feministas**, vol. 18, n. 3, set./dez., 2010, pp 811-836.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. (4ª ed.). Primeira publicação em 1976.

FRANGELLA, Simone; RUI, Taniele. **Corpos Precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade.** Revista de Ciências Sociais, nº 47, jun/dez, 2017, pp. 23-38.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio.** Madrid: Capitán Swing, 2013. (1ª publicação 1974).

SCHETTINI, Cristiana. **“Que tenhas teu corpo”:** uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE DE GÊNERO: A BUSCA PELA REGULAMENTAÇÃO DA LICENÇA PATERNIDADE ENTRE 1988 E 1999

Fernanda Sena Fernandes¹
Thais Rodrigues Cortez²
Larissa Carvalho de Araujo³
Mari Cleise Sandalowski⁴

Resumo:

O presente trabalho apresenta dados preliminares de pesquisa que vem sendo realizada sobre os entraves existentes acerca da regulamentação e ampliação da licença paternidade no Brasil. O tema abarca as discussões sobre políticas de igualdade de gênero ao debater a divisão sexual do trabalho institucionalizada pelo Estado, quando a disparidade entre a licença maternidade e a licença paternidade parecem afirmar que cabe à mãe os cuidados no âmbito privado e ao pai o provimento do lar. Para isto, nesta fase da pesquisa utilizou-se de análise quantitativa, a partir de levantamento de dados realizado no site da Câmara dos Deputados buscando propostas apresentadas na casa sobre o tema. Optou-se, pelo volume de dados e preocupação com uma análise de qualidade, por um recorte de tempo, priorizando uma primeira fase dos debates acerca da regulamentação da licença paternidade que vai de 1988 a 1999.

A promulgação da Constituição de 1988 é um marco no que concerne à luta por direitos sociais no Brasil. A chamada Constituição Cidadã teve participação ativa dos movimentos sociais na sua construção, em um momento não apenas de renovação no âmbito legal, mas de redemocratização após um período de 21 anos de ditadura civil-militar. Este movimento, iniciado em 1974 durante o governo Geisel, ocorreu de forma multicausal: após um período de aparente crescimento econômico no país, a imagem próspera do regime mostrava suas rachaduras, especialmente com a crise do petróleo em 1973. Ademais, o período dos anos de chumbo, onde a repressão atingiu seu auge, ganhavam notoriedade no cenário internacional, e a pressão interna aumentava (CARVALHO, 2001, p. 174). Com medidas parcimoniosas, incluindo a revogação do Ato Institucional número 5, que suprimia direitos civis, a reabertura se iniciava, e junto com ela uma reorganização dos movimentos sociais e organizações que viviam na clandestinidade desde o golpe de 1964.

Esta reorganização foi fundamental para que a pressão por eleições diretas se intensificasse. Segundo Boschi (1987), a articulação e complexidade dos movimentos sociais foi peça central para a reorganização política, dado o fato de que a interação entre a esfera político-partidária e a autonomia dos movimentos sociais acabou fomentando um cenário

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Laboratório de Investigação Sociológica (LabIs) e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Saúde e Cultura (GEPACS). Email: nandasefernandes@gmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Laboratório de Investigação Sociológica (LabIs). Email: thaisrodriguescortez@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Laboratório de Investigação Sociológica (LabIs). Email: larissacarvalhodearaujo22@gmail.com

⁴ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora associada da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do Laboratório de Investigação Sociológica (LabIs). Email: mari_ppgs@yahoo.com.br

propício para tal, acentuado pela crescente crise econômica. Através da descriminalização dos partidos de esquerda e o fim do bipartidarismo em 1979, organizações como PCdoB e PCB ressurgem da clandestinidade, e novos partidos se constituem, como o Partido dos Trabalhadores (PT) (CARVALHO, 2001, p. 176). Simultaneamente, importantes movimentos sociais adquirem um status mais coeso, como o Movimento Indígena, que desde 1970 passou a lutar de maneira organizada contra as políticas indigenistas do governo militar, e que ao longo da década contribuiu de forma robusta com o debate não apenas pela redemocratização, como também pela conquista de direitos sociais dos povos originários (MUNDURUKU, 2012, p. 209).

Outro exemplo é a organização dos movimentos feministas e de mulheres, que apesar de ativos durante a ditadura, sobretudo nos protestos contra a carestia e pela demanda de creches públicas, não conseguia ter uma articulação ampla. Segundo Céli Pinto (2003), os feminismos conseguiram abalar a impenetrabilidade estatal, na década de 1980, garantindo a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) como consequência do Movimento das Mulheres pelas Diretas Já. A partir disso, viu-se a formação de diversos órgãos fundamentais para o debate a respeito dos direitos das mulheres: a formação do SOS Mulher, no Rio de Janeiro; a primeira Delegacia da Mulher no Brasil, localizado na cidade de São Paulo; e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) os movimentos feministas adquiriram espaço na política, porém não o suficiente para fazer parte das esferas decisórias. Pautas feministas puderam ser discutidas no conselho, como criação de creches, sexualidade, reprodução, bem como maternidade e paternidade (PINTO, 2003, p.72), mas isso ainda não bastava.

Com o estabelecimento da Assembléia Constituinte, em 1985, a articulação proporcionada pela institucionalização da CNDM criou terreno fértil para que um lobby fosse estruturado. A campanha “Mulher e Constituinte” trabalhou em duas frentes: por um lado um agenda intensa no congresso, com diálogos frequentes com os deputados que compunham a Constituinte; e de outro, campanhas massivas pelo país a fim de ouvir e debater com as mulheres brasileiras suas reivindicações. O propósito era incorporar estas demandas a um documento que seria entregue com o intuito de adquirir a garantia de direitos sociais destes grupos (AMÂNCIO, 2013). Foi assim que nasceu a Carta das Mulheres brasileiras, um dos mais importantes documentos dos movimentos feministas e de mulheres do país, endereçada à Assembléia Constituinte, em 1987, contendo diversas reivindicações que não se limitavam às pautas de gênero, tratando de outros temas como saúde, educação e reforma agrária. A carta foi anexada em sua quase totalidade, excluindo-se apenas dois pontos polêmicos: a reforma agrária, que beneficiaria as mulheres trabalhadoras do campo e o direito legal ao aborto, pauta esta que foi retirada da redação final da carta, por questões estratégicas e relutância por parte de alguns setores do próprio lobby feminista (PINTO, 2006, p. 83).

Um dos pontos trazidos pela Carta, trata justamente do pleno exercício da maternidade e da paternidade, tendo o chamado “lobby do batom” pautado, em suas discussões com os deputados, a necessidade da ampliação do período de licença maternidade e criação de uma licença paternidade para além do dia de abono garantido por lei desde 1967. Assim, a Constituição homologada fixou como cláusula pétrea o direito aos 120 dias de licença maternidade, além de estabelecer a proteção à mãe no período de gravidez e de puerpério, também incluindo o artigo 7º, inciso XIX que determina o estabelecimento de uma licença paternidade “nos termos fixados em lei”.

O tempo atual da licença paternidade no Brasil, no entanto, não possui regulamentação em lei. Os atuais cinco dias dados de forma universal aos trabalhadores brasileiros é determinado pelos Atos Dispositivos Constitucionais Transitórios (ADCT), que deveriam ser

de caráter interino. Causa estranheza que em 33 anos de Constituição esta regulamentação ainda não tenha ocorrido, e foi desta inquietação que surgiu esta pesquisa, a fim de compreender quais os entraves para que esta política pública, decisiva no combate às desigualdades de gênero sobretudo em relação à divisão sexual do trabalho, não seja pautada de forma efetiva no congresso brasileiro.

Nesta primeira fase da pesquisa utilizou-se método quantitativo, a partir de levantamento de dados no site da Câmara dos Deputados, onde buscou-se pelas propostas legislativas referentes à licença paternidade. Em um primeiro momento, obteve-se 494 resultados, aos quais foram submetidos à análise. Após esta segunda etapa, onde foram descartados memorandos, inserções de regulamentação do regimento interno, etc, restaram 100 propostas, entre Projetos de Lei e Projetos de Emenda Constitucional, que englobam tanto a licença paternidade universal quanto pautam uma ampliação do programa Empresa Cidadã - que garante extensão de até 15 dias na licença paternidade - passando por projetos que asseguram o direito a grupos específicos, como policiais militares e corpo de bombeiros.

Devido ao volume de dados, delimitou-se uma janela de tempo a ser analisada, visto que desde 1988 é possível notar dois períodos de curva ascendente no debate sobre o tema na Câmara dos Deputados, o primeiro marcado pela homologação da Constituição e outro que se inicia a partir da proposição do Programa Empresa Cidadã, em 2007, que se tornou lei em 2008, e que promove políticas de estímulo a paternidade participativa através de incentivos fiscais às empresas cadastradas, como pode ser visto no Gráfico 1 em anexo. Assim, considerando a complexidade do tema em questão e priorizando uma análise de qualidade, optou-se por examinar com mais afinco o período entre 1988 e 1999, que se caracteriza por um pico intenso de proposições sobre o tema entre 1988 e 1991 e aparente desinteresse pelo assunto a partir de 1992, com esporádicas proposições até o ano de 1999.

O que se constata é que das 100 proposições apresentadas sobre o tema entre 1988 e 2020, 23 são referentes ao período de tempo aqui analisado. É interessante notar que o pico de proposições se dá em 1989, com oito propostas apresentadas, seguido de 1988 e 1991 com quatro proposições em cada ano. O grande número de propostas referentes ao tema neste íterim pode ter se dado pela necessidade de solidificar as pautas sociais promovidas pela Constituição. Além disto, parece demonstrar uma manobra da ala mais progressista do PMDB, liderada pelo líder da Constituinte, Ulysses Guimarães, com a finalidade de estabelecer certa hegemonia pela aprovação de pautas levadas pelo próprio partido à construção do texto da Carta Magna, já que este encabeça a lista de proposições por partido (Gráfico 2). Estas são hipóteses a serem tratadas na fase qualitativa da pesquisa.

Outro dado interessante é o que diz respeito ao gênero dos proponentes (Gráfico 3), onde 83,3% são homens e apenas 16,7% mulheres. Esta distribuição não necessariamente mostra um maior interesse dos deputados sobre o tema; na 48ª legislatura, que compreendeu os anos de 1987 a 1991, dos 494 deputados apenas 24 eram mulheres, o que corresponde a cerca de 4,86% do Congresso. Considerando essa diferença, pode-se dizer que as mulheres têm uma postura mais ativa em relação ao tema de 1987 a 1991, com até quatro vezes mais proposições.

Este engajamento, no entanto, perde a força a partir de 1992, com a queda do número de propostas. Ademais, mesmo com o satisfatório número de proposições entre 1988 e 1991, e o leve aumento no final da década, em 1999, não há êxito no debate sobre a licença paternidade, visto que todas as propostas deste período temporal acabaram arquivadas, sendo que 14, destas 23, sequer passaram pelas Comissões Permanentes, requisito necessário para a continuidade da tramitação. Das 9 propostas que foram submetidas a esta fase, 5 foram rejeitadas pelas Comissões. As justificativas apresentadas variam: desde a alegação de dificuldade na

conciliação da paternidade com atividade profissional até a declaração de que os prazos requeridos para licença eram demasiados e poderiam refletir negativamente na economia do país. As 4 restantes não foram submetidas a todas as Comissões necessárias.

O que podemos concluir, a partir desta breve análise, é que a pauta da licença paternidade encontrou neste primeiro período da homologação da Constituição de 1988, paradoxalmente terreno fértil de debate e resistência em sua aceção. Ainda que se necessite de uma análise qualitativa sobre os pareceres que justificam as rejeições, arquivamentos e dificuldades no processo de tramitação, é possível, com base nestes dados preliminares, afirmar que a pauta da licença paternidade não parece bem quista pelo Congresso Nacional, apesar de várias proposições sobre o tema. É relevante destacar que dentre as 100 propostas feitas entre 1988 e 2020, nenhuma foi a votação em plenário, e algumas tramitam há mais de uma década, encontrando entraves burocráticos e políticos. Isto pode revelar um caráter conservador do Congresso, no que toca às questões de gênero, mesmo em tempos mais progressistas e com maior abertura democrática e participação dos movimentos feministas e de mulheres, como foi o período de 1988 a 1999. Espera-se que em fases futuras deste estudo, possamos averiguar estas hipóteses de forma a contribuir no debate, especialmente ao entendermos que a regulamentação e ampliação da licença paternidade poderia ser uma política pública importante para o avanço da luta contra as desigualdades de gênero no país.

Palavras-chave: Gênero; Licença paternidade; Constituição de 1988;

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Kerley Cristina Braz. “Lobby do Batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. Revista Trilhas da História, v. 3, n. 5, p. 72-85, 2013.

BOSCHI, Renato. A arte da associação: política de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice, 1987

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Câmara dos Deputados, 2021. Propostas Legislativas. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>> Último Acesso em: 25 de set. de 2021.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

MULHERES, Carta das. [Carta enviada aos constituintes da Assembleia Nacional Constituinte]. Destinatário: Assembleia Constituinte. Brasília, 1987. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf Acesso em: 29 de set. de 2021

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 - 1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANEXOS

Gráfico 1 - Evolução temporal do debate sobre a licença paternidade no congresso

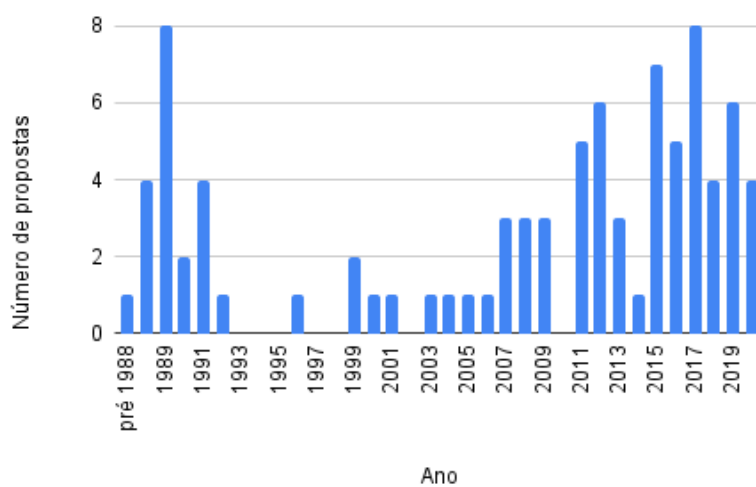


Gráfico 2 - Número de proposições por partido (1988 - 1999)

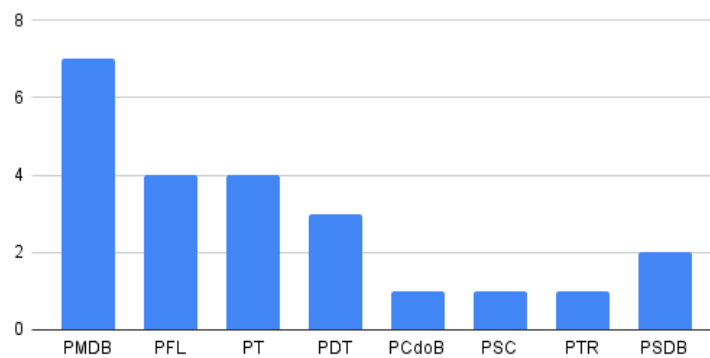
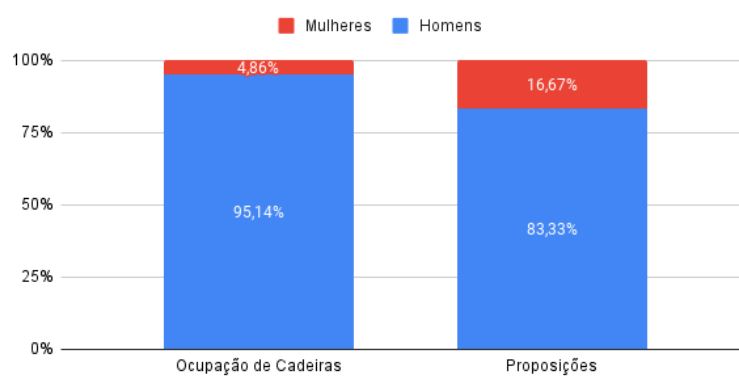


Gráfico 3 - Número de proposições por Gênero x Ocupação de cadeiras na Legislatura do período 1987 - 1991



UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA DE UMA CATADORA DE MATERIAIS REICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, PR

Geraldo Sebastião Marques Junior¹

Liliane da Costa Freitag²

Mayra Taiza Sulzbach³

Resumo:

A presente pesquisa teve como temática a história de vida de uma catadora de materiais recicláveis de Paranaguá - Paraná. Esta pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2017 e 2018. Trata-se de narrativas de uma catadora ou recicladora, Dona Maria, que por meio de suas falas nos possibilitou a compreensão e análise de sua trajetória, como também a condição de vida dos catadores e de suas relações com outros catadores com quem mantém vínculos. Sabe-se, no entanto, que narrativas são produtos de processos de seleção mental que expressam identidades. Dona Maria, sobrevive da catação de resíduos sólidos há mais de 20 anos. Essa narrativa está marcada pela ausência ou pela sensação de ausência de conflitos ou tensões.

As relações de Dona Maria com membros do grupo de catadores foram analisadas a partir dos postulados da história social, tal como proposto por Edward Thompson (FENELON, 2012). Esses servem de lente para observar experiências individuais frente às demandas do seu grupo e do local.

A história de uma catadora de materiais recicláveis pode ser analisada enquanto uma história de bases ou vista de baixo, pois conforme Jim Sharpe (1992), essas se preocupam em buscar no tempo experiências de homens e mulheres que foram esquecidos ou que não tiveram suas existências relatadas por autores preocupados com grandes feitos e/ou com a história de elites, de heróis, ou de herança deixada pelo paradigma histórico do positivismo e materialismo histórico.

As histórias relatadas por Dona Maria não tiveram sua origem nos movimentos sindicais ou de operários, também não faz referência ao período de revoluções de grupos sociais, mas revela possuir uma representação própria acerca de uma identidade e assim como, de uma realidade em um determinado tempo, sendo um objeto histórico.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral (UFPR). Historiador formado pela Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranaguá. Integrante do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável do PPGDTS/UFPR. E-mail: geraldo.marques1995@gmail.com

² Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Mestre pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora adjunta da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Coorientadora do trabalho. E-mail: lilianefreitag@uol.br

³ Pós-doutora em Sociologia Econômica no *Laboratoire Interdisciplinaire de Sociologie Économique* (LISE). Doutora e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com doutorado sanduíche em Economia das Organizações pelo *Centre d'Analyse Théorique des Organisations et des Marchés* (ATOM) - *Université Paris 1* (Pantheon-Sorbonne). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora nos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da UFPR. E-mail: mayrasulzbach@yahoo.com.br

Para Fenelon (2012), essa história é aquela que faz referência a grupos sociais que são provenientes de classes tidas como inferiores ou que estiveram marginalizadas durante determinado período de tempo, com isso, resultando no silenciamento desses grupos.

A visão de Dona Maria acerca do ofício – catação - expõem sentidos identitários dentro de um determinado campo, que para Bourdieu (1989), é um lugar social dotado de certa autonomia com regras e leis específicas, sendo permeado por disputas entre os agentes, que ora são dominantes e ora dominados, e a identidade por sua vez corresponde ao reconhecimento de um determinado indivíduo junto a outros que participam do mesmo campo. Conforme Bourdieu (1989), através das práticas, os sujeitos se confrontam numa disputa simbólica para ocupar a posição dominante de outros indivíduos, e as identidades são atribuições de sentidos.

As narrativas para Peter Burke (1992) possibilitam compreender não só as estruturas sociais onde os sujeitos se encontram, mas possibilitam analisar o papel desses sujeitos nos acontecimentos e nas sociedades. Burke (1992) utiliza-se da expressão do antropólogo Clifford Geertz “descrição densa” para desenvolver uma proposta de narrativa que tenha como objetivo uma análise de sujeitos históricos.

As narrativas expressam a memória enquanto “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimento de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades” (POLLAK, 1989, p. 07). A memória individual, segundo Pollak (1989), está relacionada à organização social da vida, estruturando identidades dos sujeitos e os seus sentidos de pertencimento a determinados grupos.

O objetivo da pesquisa, que aqui apresentamos uma breve síntese, foi trazer para o debate a história de base, narrada por um sujeito concreto. História essa relacionada à identidade construída a partir da relação de indivíduos de um mesmo grupo, a qual é narrada a partir de uma catadora de material reciclável.

A metodologia da história oral foi capturada por meio de entrevistas realizadas com a Dona Maria ao longo de seis meses. Ao relatar sua história de vida, o sujeito reconstrói a si mesmo, definindo seu lugar social e suas relações com os participantes de um mesmo grupo (POLLAK, 1989).

A presente pesquisa permitiu compreender, por meio da história de vida de Dona Maria, os sentidos de identidades coletivas atribuídas à sua memória individual, nesse caso, a partir do trabalho de catação/coleta de resíduos sólidos recicláveis, assim como da experiência nesse ofício enquanto mulher, pobre e com mais de 50 anos de idade. Nem todas essas identidades foram analisadas na pesquisa, pois interessava naquele momento apenas a identidade da Dona Maria e o seu trabalho de catadora em um coletivo.

Para Offe (1989) o trabalho promove relações sociais, ou seja, são construções individuais que se configuram num coletivo. Um jeito diferente da concepção materialista à explicação histórica, pois nesta há a indissociabilidade entre o social e o econômico. Indivíduos fazem a História, mas para fazer história enquanto sujeitos de direitos, precisam comer, beber e ter um teto para morar, assim, conseguindo suprir suas necessidades primárias. Tratou-se de pensar que os sujeitos tecem estratégias para sobreviver.

Palavras-chave: catadores de materiais recicláveis; identidade; história oral.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, 1989.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. (org.): **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. - 1.ed., 13. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

FENELON, D. R. **E. P. THOMPSON - HISTÓRIA E POLÍTICA**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767, [S.l.], v. 12, set. 1995. ISSN 2176-2767. Disponível em: . Acesso em:05 de outubro de 2021.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? in:_____. **Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”**. Tradução de Gustavo Bayer. - Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989. p. 13-41.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PODER, EXCLUSÃO E HISTÓRIA DAS MULHERES: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior¹

Giovanna dos Santos Ribeiro Paes²

Gabriela Borba de Lima³

O trabalho visa expor as propostas de intervenção elaboradas para o projeto didático-pedagógico “A história das Mulheres e as Mulheres na história: invisibilidade, resgates e questões de gênero”. Executado nas turmas de segundos e terceiros anos do Ensino Médio da EREM Ginásio Pernambucano/Aurora, o plano de ensino foi idealizado a partir do cenário digital em que o atual contexto pandêmico nos inseriu. Para tanto, nos utilizamos da visibilidade e acessibilidade proporcionadas pelas redes sociais, com destaque para a página do Instagram do Núcleo de Estudos de Gênero, Identidade e Etnia Márcia Dangremon (@nmarciadangremon), por meio da qual expusemos nossos conteúdos e executamos as propostas de intervenção anteriormente produzidas. Aqui, serão relatados os êxitos e desafios vivenciados no decorrer deste projeto – que ainda se encontra em andamento –, bem como sua difícil aplicação em tempos de ensino remoto.

Os desdobramentos desta temática têm ganhado cada vez mais espaço nos diálogos populares, entretanto, sem a criticidade e a profundidade indispensáveis a este tipo de discussão. O amplo acesso à informação, quando em conjunto com as disputas de narrativas – cada vez mais acentuadas no âmbito virtual –, termina por facilitar a disseminação de noções reducionistas e equivocadas, a partir de uma visão positivista no senso comum, acerca de

¹ Graduando do 7º período em Licenciatura Plena em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Atualmente faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o projeto "Construindo a Personagem Real do Bispo: Dom Helder Câmara e o seu Tempo Histórico (Fase III)". É bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no qual desenvolve o projeto intitulado "A História das Mulheres e as mulheres na História: invisibilidades, resgates e questões de gênero". Compõe a equipe do Núcleo de Estudos de Gênero, Identidade e Etnia Márcia Dangremon. Contato: jose.2018130300@unicap.br.

² Licencianda do 4º período de História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). É voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), onde desenvolve o projeto intitulado “A História das Mulheres e as mulheres na História: invisibilidades, resgates e questões de gênero”. Integra, paralelamente, a equipe que compõe o Núcleo de Estudos de Gênero, Identidade e Etnia Márcia Dangremon, promovido pelo Ginásio Pernambucano/Aurora. Atualmente estagia na instituição de ensino básico Colégio Pequeno e Grande Passo. Contato: giovanna.2020104853@unicap.br.

³ Especialista em Educação e Ludicidade (FAFIRE). Graduada em Licenciatura Plena em História (UFPE). Professora da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco, desde 2018. Professora Supervisora do PIBID-UNICAP/CNPq. Membro dos Grupos de Pesquisa: O círculo de Bakhtin em diálogo, UEPB/DGP/CNPq, Recife-PE, Brasil. Contato: profgabiborba@gmail.com.

conceitos há décadas debatidos dentro da academia. Este é o caso do gênero. Cientes dos impactos que a construção e a sistematização de nossas relações de gênero possuem, bem como de sua reverberação social, buscamos desenvolver nos educandos uma consciência crítica do papel ativo que eles desempenham neste processo. Não obstante, a urgência de tratar desse assunto surgiu não somente da necessidade de se pensar os espaços sociais que cada um de nós ocupa, mas da relevância que a tônica de gênero possui no processo de constituição de nossas próprias subjetividades.

O projeto descrito vem sendo trabalhado desde o início de outubro de 2020, totalizando nove meses de planejamento, elaboração e execução das propostas presentes no plano didático-pedagógico. Aplicado na EREM Ginásio Pernambucano/Aurora, situada em Recife/PE, e direcionado às turmas de segundos e terceiros anos do Ensino Médio, o conteúdo contou com uma série de modificações que pretendiam adaptar nossas intervenções ao contexto de crise sanitária em que o mundo estava, e permanece, inserido. Visando o enfrentamento dos obstáculos impostos pela instabilidade em que se encontrava o panorama educacional, buscamos nos adaptar à realidade dos estudantes e fazer do ambiente tecnológico, que há tempos intermedia nossas relações, o pano de fundo para a construção e o entendimento dos estudos de gênero (FREIRE, 2019). Para viabilizar, portanto, os debates acerca da temática de gênero, foram utilizadas diversas ferramentas didáticas e tecnológicas. Dentre elas, a que possibilitou a execução de todo o projeto: o Instagram.

O trabalho que desenvolvemos no núcleo conta com a disponibilização de um leque de materiais pedagógicos, possibilitando aos discentes a compreensão crítica acerca dos espaços ocupados pela população feminina a partir de produtos lúdicos e alternativos, como jogos, filmes, obras literárias, filosóficas e/ou sociológicas, entre outros. Para além da exposição de figuras historicamente invisibilizadas, a exemplo da psicanalista russa Lou Andreas-Salomé e da revolucionária pernambucana Bárbara de Alencar, há, também, a elucidação de conceitos indispensáveis ao campo de estudo em questão. Para isso, utilizamos a ferramenta digital disponibilizada pela própria rede social: o IGTV. A cada duas semanas, são postados vídeos entre cinco e quinze minutos, durante os quais discorremos sobre as temáticas anteriormente mencionadas.

Nosso interesse pelos estudos de gênero surgiu a partir do anseio de esmiuçar esse complexo encadeamento de relações presente na rotina de cada um de nós. A estrutura patriarcal sobre que se alicerça essa rede de liames terminou por influenciar na produção historiográfica que, enquanto filha de seu tempo, não foi capaz de transcender os limites da opressão de gênero. Nas narrativas construídas a partir da perspectiva positivista, o “foco natural” da historiografia gira em torno de grandes figuras políticas, marginalizando as minorias e tornando o homem branco como o principal agente da História (SCOTT, 2011). Isto posto, fica evidente que, para reivindicar o espaço destes grupos invisibilizados, faz-se necessária uma análise com enfoque nos personagens até então considerados coadjuvantes.

Não obstante, ampliou-se o foco historiográfico para trabalhar o conceito de gênero, a fim de que este não seja completamente reduzido à trajetória feminina, visto que a

complexidade do processo de construção das identidades e dos papéis sociais dos indivíduos, sobretudo das relações de gênero decorrentes disto, implica um estudo aprofundado e minucioso acerca do tema, considerando as particularidades de cada coletividade analisada. Para tanto, deu-se ênfase não somente às mulheres na História, mas, também, à História das Mulheres – vertente historiográfica que ganhou força a partir de 1960 – e à trajetória de outros grupos historicamente marginalizados, como a população negra, indígena, LGBTQIA+ etc.

Cientes de que a definição teórica do trabalho de pesquisa é fundamental para o cumprimento, de forma efetiva, dos objetivos pré-estabelecidos, foram selecionados diversos autores para a construção do atual projeto. Para pensar o conceito de gênero e questionar as noções de feminilidade e masculinidade, bem como os estereótipos estruturados em torno disso e seus impactos negativos, houve a leitura de teóricos como Thomas Laqueur, Robert Stoller, Judith Butler, Margaret Mead, Gayle Rubin, Michelle Perrot e Joan Scott. Com destaque para as obras destas últimas que, enquanto historiadoras com enfoque no campo de estudos aqui mencionado, nos permitiram refletir acerca da ausência que macula as narrativas históricas e os espaços sociais negados àquelas que até então eram consideradas coadjuvantes.

No que tange à metodologia de ensino aplicada, o referencial teórico alicerçou-se sobre educadores como Paulo Freire (1921-1980) e Jean Piaget (1896-1980). Compreendendo o conhecimento enquanto fruto de um processo de aprendizagem que envolve a relação sujeito-meio, faz-se necessário analisar todo o contexto social e político em que este vínculo está inserido. Para conceber este projeto, partimos do pressuposto de que o intelecto não é inato ao indivíduo, tampouco completamente fornecido pelo meio físico em que este se encontra, mas construído a partir da interação entre ambos (PIAGET, 1986). Desta forma, para pensar e trabalhar o processo educacional de maneira efetiva, precisamos admitir o sujeito enquanto um ser de bagagem cultural e biológica, capaz de assimilar e transformar a realidade ao seu redor.⁴ Com base em aportes teórico-metodológicos que percebem o aluno como um indivíduo histórico-social capaz de analisar e modificar as mazelas que o cercam, este plano visou a construção de sua consciência crítica e política através de uma educação reflexiva. Estabelecendo uma “intimidade” entre os saberes curriculares obrigatórios e as experiências individuais do educando, buscamos aproximar os conteúdos expostos em sala e as vivências daqueles que a compõem através de um constante diálogo (FREIRE, 2019).

Cientes de que não há docência sem discência e desprovidos da pretensão de assumir um papel de imparcialidade absoluta⁵, visamos expor aos alunos o caráter político da História, nos utilizando de ferramentas pedagógicas que os façam compreender as invisibilidades

⁴ Ver: BECKER, Fernando. O que é construtivismo? Revista de Educação AEC, Brasília, v. 21, n. 83, p. 7-15, abr./jun. 1992.

⁵ Ver: FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 61. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

presentes nas narrativas historiográficas, bem como as justificativas por detrás das lacunas que as compõem. Para que, dotados de consciência crítica e política, os educandos pensem acerca da identidade e do papel social que possuem, sentindo-se, conseqüentemente, capazes de modificar a si mesmos e a realidade que os cerca.

A dificuldade de emergir diálogos sobre gênero num cenário digital maculado por fakenews, sobretudo nas circunstâncias desafiadoras em que nos colocou a pandemia, soou, contraditoriamente, como um enorme incentivo ao prosseguimento de nossas propostas de intervenção. Em tempos de instabilidade generalizada, desenvolver junto aos estudantes debates que os façam refletir acerca da função política que desempenham neste processo de estruturação do corpo social, não pode ser por nós visualizado senão como um dever enquanto futuros historiadores e docentes.

Muito embora totalize apenas dez meses desde a criação do núcleo cujo conteúdo foi aqui descrito, sentimos-nos aptos a expor o nível de satisfação com o trabalho até então desenvolvido. O vínculo constituído com os demais integrantes da página, bem como a positiva reação dos educandos às problematizações expostas, nos permite concluir o êxito do projeto cuidadosamente pensado e executado desde o final do ano passado. Ademais, esperamos que, após as discussões fomentadas em sala de aula, continuemos a ver o aperfeiçoamento da consciência crítica dos educandos. Torcemos, também, para que, com a conclusão do ano letivo e do projeto pedagógico por nós elaborado, os discentes da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano/Aurora desenvolvam o hábito de analisar os recortes históricos a partir de uma perspectiva de gênero, sempre refletindo não somente acerca do modo como as mulheres são representadas diante da comunidade, mas do processo de formação das identidades e papéis sociais dos sujeitos.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Identidades; Educação básica.

REFERÊNCIAS

BECKER, Fernando. **O que é construtivismo?** Revista de Educação AEC, Brasília, v. 21, n. 83, p. 7-15, abr./jun. 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2019.

KLEIN, Remi. **Questões de gênero e sexualidade nos planos de educação.** Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião, v. 1, n. 2, p. 145-156, ago./dez. 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de gênero e história social.** Revista Estudos Feministas, v. 17, p. 159-189, jan./abr. 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & realidade, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. **História das mulheres.** In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SOUZA, Ana Paula Hilgert de. **Relações de gênero e educação: crítica aos projetos de lei “Escola Sem Partido”.** Revista História Hoje, v. 7, n. 13, p. 204-224, 2018.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.

O TRABALHO E OS TRABALHADORES NAS EDIÇÕES COMEMORATIVAS DA REVISTA CULTURA POLÍTICA

Luiz Eduardo Domingues dos Santos Souza da Silva¹

Resumo:

A introdução das “massas” na cena política nacional não foi a única novidade inaugurada pelos governos de Getúlio Vargas desde que a coalizão formada ao seu redor, chegou ao poder central com a chamada “Revolução” de outubro de 1930. De fato, para que essa pudesse se dar de maneira efetiva, provou-se indispensável recorrer a meios igualmente massivos de difusão das ideias e valores sustentados pelo novo regime. O investimento na propaganda ideológica marcaria assim profundamente esse novo momento da política brasileira, especialmente a partir da instauração da ditadura do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Nos dizeres da historiadora Maria Helena Capelato, “A montagem de um sistema propagandístico, nos moldes criados pelo nazismo e pelo fascismo, representou uma tentativa de reformular os mecanismos de controle social considerados inadequados aos novos tempos.” (CAPELATO, 2009, p. 21). Para além dos cuidados cotidianos em relação à propagação da doutrina oficial, seja através de programas de rádio, cinejornais, cartazes, manuais escolares, etc. havia um cuidado especial em relação à celebração de efemérides, como os aniversários do Golpe. Nessas ocasiões, investia-se na promoção das “transformações” inauguradas com o Movimento de 1930 e que deveriam ser aprofundadas pelo Estado Novo.

Logo no primeiro aniversário do Golpe, por exemplo, em 1938 foi apresentada uma feira expositiva com as principais conquistas do regime. Nas palavras ufanistas do jornal *A Batalha* em sua edição de 10 de dezembro daquele ano, o evento daria ao governo a chance de “provar à Nação, quanto podem o esforço, a perseverança e o patriotismo dos responsáveis pelos destinos do povo brasileiro.”. Para além de comemorações, aniversários também são ocasiões em que se operam balanços e projeções para o futuro, e o local mais indicado para o desenvolvimento desse tipo de debate pelas lideranças e intelectuais da ditadura era a principal revista teórica desse “Brasil Novo”, a publicação mensal *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Lançada em março de 1941 e extinta 1945, a revista era um espaço privilegiado para a publicação de artigos, ensaios e discursos de figuras relevantes do Estado Novo. Além de pensadores como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Azevedo Amaral, entre outros menos ilustres, ministros de Estado e o próprio Getúlio Vargas ocupavam as páginas da publicação para se debruçar sobre os rumos do país e da “Revolução”.

Nosso objetivo central neste trabalho, portanto, é compreender qual o lugar da categoria trabalho e dos trabalhadores enquanto sujeitos sociais no discurso oficial da ditadura do Estado Novo a partir das páginas das quatro edições comemorativas da Revista, correspondentes

¹ Mestrando em História (PPGH/UFSM). E-mail para contato luizeduardo96.domingues@yahoo.com.br.

aos anos de 1941, 1942, 1943 e 1944, ocasiões em que eram celebrados os feitos do novo regime, uma vez que se sabe o papel de destaque desempenhado pela política trabalhista na montagem do sistema corporativo do Estado Novo (HALL, 2002). Alguns dos questionamentos que levantamos diante dos números extraordinários da Revista são, por exemplo: quantos dos artigos das edições em questão abordam o tema do trabalho e a situação dos trabalhadores no país; qual o conteúdo dos artigos em que essas categorias aparecem; que tipo de apreciação (valorativa, inclusive) é feita acerca dos trabalhadores do país; qual o lugar dedicado a eles, não apenas nas páginas da revista, mas na própria organização do regime em construção. Em suma, buscamos compreender como isso tudo se insere em uma articulação mais ampla da ditadura varguista no intuito de forjar uma identidade operária carregada com os valores estadonovistas. Sabemos que as publicações periódicas – as revistas, em especial – constituíram-se ao longo dos séculos XIX e XX como espaços indispensáveis não apenas à divulgação, mas à batalha de ideias entre grupos intelectuais e políticos. De acordo com Beatriz Sarlo (1992), as revistas podem ser pensadas como um instrumento de “intervenção” em uma dada conjuntura. Elas teriam, por assim dizer, uma “vocação” para o embate ideológico. Sem dúvida, como nos mostra a bibliografia sobre a política cultural do Estado Novo, a revista *Cultura Política* nasceu justamente com essa missão de “formar consciências” a partir da disseminação das ideias oficialistas. (GOMES, 1996). Indiscutivelmente, as formulações em torno da questão do trabalho constituíam parte fundamental desse arsenal ideológico.

De um modo geral, chama a atenção na maioria dos artigos analisados a ideia de uma “valorização” do trabalho e do trabalhador nacional que, dotado da proteção do Estado através da legislação social, teria ele próprio tomado maior consciência de seu papel e dos seus direitos. A partir desse ponto, estabelecia-se uma fronteira clara com o regime anterior da Primeira República quando as classes trabalhadoras seriam relegadas a uma situação de “abandono” por parte do Estado, e mesmo em relação ao Império durante o qual a mão de obra fundamental era escravizada. Esse processo de “valorização” do trabalho celebrado pelo Estado Novo, porém, vinha acompanhado de uma forte carga moral, constituindo-se como um compromisso do indivíduo com o desenvolvimento do país. (GOMES, 1999).

Outro aspecto recorrente é a noção do papel dos sindicatos na sociedade, devendo esses prezar pela colaboração com o Estado e a harmonia entre as classes. Quando havia conflitos entre patrões e empregados, os mesmos deveriam ser dirimidos através da Justiça do Trabalho, órgão criado especialmente para esse fim e que, segundo um dos articulistas, teria “eliminado as distâncias sociais”. Mesmo que relevemos o tom exageradamente otimista do autor, a realidade, segundo alguns historiadores é bastante mais complexa. Sem negar a importância da Justiça trabalhista e mesmo da legislação social criada no período, o fato é que havia uma franca vantagem do setor patronal nos tribunais, e muitas vezes a melhor perspectiva para os trabalhadores restringia-se a um acordo. (FRENCH, 2001).

Sem dúvida, a criação desse dispositivo fazia parte dos intentos do governo de exercer o máximo controle possível sobre a classe trabalhadora e tentar evitar que os conflitos gerados pelas contradições inerentes a uma sociedade de classes – que nem mesmo a engenharia corporativa do

Estado Novo poderia evitar – transbordassem para fora das margens da institucionalidade. (D’ARAÚJO, 2019). Isso não significa que recorrer aos Tribunais do trabalho diante da consciência da violação de direitos previstos em lei por parte dos empregadores manifestasse uma abdicação da sua autonomia por parte dos trabalhadores, nem que a Justiça se resumisse a uma simples armadilha ardilosamente construída pelo governo. De fato, em um contexto em que a atuação dos sindicatos sofria com diversas limitações, o direito de greve havia sido abolido e a repressão política buscava coibir qualquer tipo de manifestação aberta de descontentamento com a ordem vigente, fazia-se necessário recorrer a todo tipo de expediente para fazer valer os direitos que eram alardeados pela propaganda oficial.

Essa atitude “ativa” de trabalhadoras e trabalhadores que não se contentavam em encarar de maneira contemplativa a construção de toda essa rede de regulamentação do trabalho, mas antes se apoderavam desta como um instrumento a mais na luta por condições dignas de vida e pelo reconhecimento do seu lugar na sociedade, não combina com o perfil que a narrativa oficial do Estado Novo criou e que, por muito tempo, parte da historiografia nacional avalizou, como recorda Emília Viotti da Costa (1989). Mostras desse esforço do regime para dar um tom de concessão ou mesmo de dádiva às conquistas trabalhistas, podem ser lidas nas páginas das edições especiais de Cultura Política. Sem qualquer menção às lutas históricas do Movimento Sindical por melhores condições de trabalho no período anterior ao Movimento de 1930, a criação das novas leis aparece como mero produto do ideal “humanista” de Getúlio Vargas e seus ministros. Vê-se aqui uma clara tentativa de construir uma ideia de tutela do Estado – encarnado na figura de Vargas – sobre as classes trabalhadoras, que acompanha boa parte dos artigos e pronunciamentos contidos na revista, e que se conecta com a leitura, hoje severamente questionada, de um operariado imaturo, egresso do mundo rural, sem consciência nem cultura organizativa e portanto, preza fácil de uma liderança carismática. (NEGRO; SILVA, 2019). Mencionando as atividades do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no período que vai de 1937 a 1942, por ocasião da celebração no quinto aniversário do Golpe de 10 de novembro, o autor celebra o fato de, ao longo do ano corrente, terem ocorrido “apenas” duas intervenções do MITC sobre as direções sindicais, “com o fim único de proteger os próprios interesses dos sindicatos, entregues a direções falaciosas e divididas por paixões”.

Ainda que preliminar essa análise operada sobre as três edições comemorativas da revista Cultura Política, foi capaz de responder a alguns questionamentos que levantamos inicialmente. Dentre todos os números pesquisados o que mais apresenta artigos especialmente dedicados à situação da classe trabalhadora ou à questão do trabalho de um modo geral é a de 1941. Além disso, essa edição é aberta com cartas do presidente Getúlio Vargas e de seus principais ministros, escritas especialmente à Revista em que, cada um detendo-se especialmente sobre a sua área de atuação, reforça o que considera serem as principais conquistas do novo regime. De todas essas a que mais se detém sobre o tema, curiosamente, é a do então ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, e não a do chefe do Ministério do Trabalho, à época Dulphe Pinheiro Machado. Em seu pronunciamento, Dutra ressalta a ameaça de doutrinas que ele classifica como “igualitário-liberais” e defende a intervenção do Estado tanto no âmbito da atividade econômica do país quanto

na “vida nacional” de um modo mais amplo. Para ele, o Estado Novo seria dotado de um “ideal de justiça social” comprovado pela alegada melhora na situação do operariado e pela “dignificação da condição proletária”. O conteúdo geral dos textos analisados é de celebração da legislação social e do “engrandecimento” da figura do trabalhador brasileiro, sempre associada a uma ideia de conciliação e colaboração, seja com o Estado, seja com a classe patronal. Se havia uma conclamação à harmonia e à solidariedade entre as classes, também não se abria mão de justificativas mais pragmáticas para a regulamentação das relações entre empregados e empregadores. Nas palavras do Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, citado pelo autor do inventário supracitado das atividades do MITC no quinquênio 1937-1942: “Para beneficiar o capital, é necessário tornar eficiente o trabalho e esta eficiência só se obtém melhorando todas as condições do trabalhador”. Na edição extraordinária pelos sete anos do Estado Novo em 1944, M. Torres Filho, em sua “Reportagem entre os trabalhadores sobre os benefícios da legislação social”, vai por um caminho semelhante ao enfatizar que ainda que também forneça garantias ao patronato, se o Estado “ampara” o trabalhador é por este ser economicamente mais fraco, e dá-lhe a “consciência de que é um elemento útil à coletividade, porque sua produção, por mínima que seja, vem satisfazer uma necessidade coletiva”. Ao mesmo tempo, faz questão de lembrar que o novo ordenamento jurídico plasmado na Constituição outorgada em 1937 converte o trabalho de “simples meio de ganhar a vida” em um “dever social”, condenando a ociosidade.

Consideramos que fica patente um fio de continuidade entre as teses defendidas por diferentes autores em suas manifestações nas páginas dos números extraordinários de *Cultura Política*, no sentido de construir uma ideia de trabalho e de trabalhador que, se não correspondia à realidade, certamente expressava o modelo almejado pela ditadura do Estado Novo. *Cordial, enérgico, consciente, ordeiro*, são alguns dos adjetivos usados repetidamente para se referir ao proletário do novo país que vinha sendo construído desde o Movimento “outubrista” de 1930 do qual a ditadura instalada em 1937 se pretendia continuadora e em nome do qual se justificaria. Ainda que a unilateralidade das fontes estudadas não dê espaço para a voz contraditória dos próprios trabalhadores, nos baseamos na historiografia para questionar muitos dos dados apresentados pela propaganda oficial. Como já mencionamos, o trabalhador real passava com larga distância do perfil de um quase autômato que trazem os textos aqui destacados. Mesmo silenciado pela intervenção direta nas suas entidades de organização, pela repressão das suas convicções políticas quando estas se confrontavam com a doutrina governista, e pela limitação das suas possibilidades de expressar descontentamento, ele soube encontrar outros e diversos canais para se fazer ouvir e para impor sua presença não apenas enquanto indivíduo, mas enquanto parte de uma classe, que ao contrário do que diz a propaganda produzida pelo DIP, guardava consigo o acúmulo de décadas de experiência de luta e organização em nome do direito de possuir direitos, mesmo antes de sua fala ser “legalizada” pelos decretos do Varguismo.

Palavras-chave: Estado Novo; Trabalhadores; Revista *Cultura Política*

FONTES CONSULTADAS

- Jornal *A Batalha*, edição de 10 de dezembro de 1938. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/175102/16205>>.
- Revista *Cultura Política*, n. 09, de 10 de novembro de 1941. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/163538/2636>>.
- Revista *Cultura Política*, n. 21, de 10 de novembro de 1942. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/163538/6744>> .
- Revista *Cultura Política*, n. 34, de novembro de 1943. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/163538/10228>>.
- Revista *Cultura Política*, n. 35, de dezembro de 1943. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/163538/10564>>.
- Revista *Cultura Política*, n. 46, de novembro de 1944. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/163538/13434>>.

REFERÊNCIAS

- CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. 2ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 1. 341p.
- COSTA, Emília Viotti da. Estrutura versus experiência. Novas tendências da historiografia do Movimento Operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro, n.29, p.3-16, 1º sem. 1990.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano. O tempo do Nacional-Estatismo*. Vol. 2. 9 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2019.
- FRENCH, John. D. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. *História e Historiadores: A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HALL, Michael M. Corporativismo e fascismo: as origens das leis trabalhistas brasileiras. In: Araújo, Angela. (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no*

Brasil e na Inglaterra, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.p.13-28.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Org.). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V. 3. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. In: América: Cahiers du CRICCAL, n. 9-10, p. 9-16, 1992. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

10. História do Esporte e das Práticas Lúdicas

Dando sequência aos esforços de estimular a pesquisa em história do esporte e do lazer (já contemplados desde o II CONEPEH) a atual edição do evento segue com o simpósio temático História do Esporte e das Práticas Lúdicas. Entendemos que este campo de pesquisa cresceu significativamente nos últimos 20 anos, mas ainda possui muitas possibilidades de investigação no que diz respeito à historicidade de fenômenos esportivos, de lazer, de megaeventos e de todo o universo que permeia as práticas lúdicas. Dentro da proposta do III CONEPEH de contemplar todos os grupos de pesquisa do curso de História, o “Stadium UFSM - Grupo de Estudos da História do Esporte e das Práticas Lúdicas”, que se dedica a promover o debate acerca de temas deste campo de pesquisa na UFSM, bem como a produzir conteúdos, convida a todos pesquisadores e pesquisadoras que investigam o mundo dos esportes e das atividades lúdicas (sob as diversas óticas e perspectivas teóricas) a submeterem seus trabalhos.

A EMERGÊNCIA DO FUTEBOL-EMPRESA: A ATUAÇÃO DA PARMALAT JUNTO AO ESPORTE CLUBE JUVENTUDE E À SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS (1992-2000)

Deivid da Silva Ferreira¹
Hernán Ramiro Ramírez²

Resumo: Neste trabalho, apresentamos o nosso projeto de tese de doutorado, que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Nesse projeto, propomos uma pesquisa sobre as parcerias estabelecidas entre a empresa italiana Parmalat e os clubes de futebol Esporte Clube Juventude, de Caxias do Sul, e Sociedade Esportiva Palmeiras, de São Paulo.

A Parmalat³, empresa italiana fundada na cidade de Parma no ano de 1962, estabeleceu parcerias com diversos clubes de futebol, tanto na Europa como na América do Sul. Trabalhou com o Parma, da Itália, Benfica, de Portugal, Peñarol, do Uruguai, Boca Juniors, da Argentina, e Audax Italiano, do Chile, só para citar alguns exemplos. Dentre eles, selecionamos os dois primeiros casos brasileiros para o nosso estudo: o Esporte Clube Juventude, clube de Caxias do Sul, Brasil, fundado em 29 de junho de 1913, que assinou, em 1993, um acordo de cogestão com a Parmalat que vigorou até 2000. É importante destacar que, durante esse período, o clube de Caxias do Sul conquistou seus principais títulos no futebol profissional: o Campeonato Brasileiro da Série B de 1994, o Campeonato Gaúcho de 1998 e a Copa do Brasil de 1999, título este que possibilitou que o Alviverde caxiense disputasse pela primeira, e até hoje a única vez de sua história, a Copa Libertadores da América de 2000.

O outro caso é o da Sociedade Esportiva Palmeiras, tradicional clube fundado em 26 de agosto de 1914 sob o nome de Palestra Italia, em São Paulo, tendo modificado seu nome em 27 de março de 1942 para Sociedade Esportiva Palestra de São Paulo e, finalmente, para o nome atual em 19 de outubro de 1942. O clube paulistano assinou seu contrato de cogestão com a empresa italiana um ano antes do Juventude, ainda em 1992, mas a parceria também vigorou até o ano de 2000. É importante destacar que o Palmeiras é um clube de impacto consideravelmente maior no esporte nacional que o Juventude, tendo em vista que, quando da assinatura do contrato com a empresa italiana, o Alviverde paulistano já contava em seu cartel de títulos com dezoito Campeonatos Paulistas, além de dois Campeonatos Paulistas Extras, três conquistas do Torneio Rio-São Paulo, dois títulos da Taça Brasil, dois títulos do Torneio Roberto Gomes Pedrosa/Taça de Prata e dois títulos do Campeonato Brasileiro, além da Copa Rio Internacional de 1951. Este clube, no entanto, amargava um jejum de títulos profissionais desde 1976, o que foi rapidamente revertido logo após a chegada da Parmalat: já entre os anos

¹ Doutorando e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Licenciado em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista CAPES. E-mail: deividferreira95@gmail.com

² Professor pesquisador da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Licenciado e Bacharel em História e Mestre em Partidos Políticos pela Universidad Nacional de Córdoba (UNC) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: hrramirez@unisinis.br

³ Segundo Nicolas Caballero Lois (1996), a Parmalat iniciou suas atividades no Brasil no ano de 1977. É importante destacar que a Parmalat começou seus investimentos no esporte ainda antes, em 1975, patrocinando a final da Copa Europeia de Ski, além de empreender, em 1978, uma parceria com uma equipe de fórmula 1, a Brabham. O primeiro investimento da empresa no futebol foi o patrocínio ao Real Madrid, em 1985, e todas essas parcerias foram suspensas em 1987, quando a empresa passou a patrocinar o Parma, equipe da cidade de origem da companhia.

de 1993 e 1994 o clube sagrou-se bicampeão paulista e brasileiro, além de vencer o Torneio Rio-São Paulo de 1993. A sequência de taças não parou por aí: sob a cogestão da empresa italiana, o Palmeiras conquistaria ainda mais um Campeonato Paulista, uma Copa do Brasil, uma Copa dos Campeões, uma Copa Mercosul e a Copa Libertadores da América.

Podemos perceber, dessa forma, que o impacto da cogestão da Parmalat com os dois clubes analisados foi grande, tendo em vista a retomada das conquistas por parte do Palmeiras e a elevação do Juventude a um patamar esportivo nunca antes alcançado. Por outro lado, se olharmos posteriormente, ambos os clubes tiveram importantes quedas no desempenho esportivo após o término da parceria: o Palmeiras, campeão da América do Sul em 1999, conheceu seu primeiro rebaixamento no Campeonato Brasileiro em 2002, apenas três anos depois da disputa do título mundial contra o Manchester United, no Japão. O Juventude, por sua vez, rebaixado ainda em 1999, foi beneficiado pela formação da Copa João Havelange de 2000 e conseguiu manter-se na elite do futebol nacional até 2007. No entanto, a partir daí, seguiu-se uma queda livre quase direta: o clube acabou rebaixado para a recém criada Série D do Campeonato Brasileiro em 2010⁴, enfrentando grave crise financeira.

Portanto, nosso problema de pesquisa é analisar qual foi o impacto da parceria entre a empresa italiana Parmalat e os clubes Esporte Clube Juventude e Sociedade Esportiva Palmeiras, investigando particularmente as mudanças na administração e gestão desses dois clubes sob uma perspectiva comparativa.

Os pontos já levantados nos levam a algumas hipóteses de pesquisa. Uma delas é que as empresas chegam aos clubes já sob uma tendência interna de modernizar suas estruturas e gestão. Portanto, a parceria com a Parmalat seria uma espécie de sinalizador do processo ocorrido, não o gerador disso. Ou seja, essa empresa aproveitou uma demanda existente dentro dos clubes em busca de modernizar suas estruturas para realizar seus investimentos, enquanto os clubes viram na Parmalat uma oportunidade de, associados a uma empresa, se inserirem efetivamente no mercado como uma marca de sucesso no futebol moderno. Por outro lado, entre os interesses da empresa nos clubes, a Parmalat pode ter escolhido o Juventude por ter, à época, uma estrutura melhor que os seus rivais do interior gaúcho e maior potencial de rápido crescimento esportivo. De qualquer forma, uma associação de sucesso com esse clube também poderia servir como uma forma de divulgar a marca italiana no sul do Brasil. O Palmeiras, no entanto, em crise esportiva pela falta de conquistas por quase duas décadas, poderia impulsionar a empresa no mercado nacional a partir da retomada das glórias, pois essa teria seu nome diretamente associado ao bom desempenho esportivo do clube paulistano. Para o Palmeiras, claro, a oportunidade também se mostrava muito interessante, tendo em vista sua situação esportiva e a cobrança por melhores resultados por parte de sua numerosa torcida. Não podemos deixar de considerar, também, a possibilidade do impacto do elemento étnico nessa escolha por parte da Parmalat: a empresa, italiana, patrocinou dois clubes brasileiros que têm uma forte identidade ligada aos imigrantes italianos. Dessa forma, não apenas elementos mercadológicos estariam envolvidos na escolha pelos clubes patrocinados.

Como objetivo geral de nossa pesquisa, propomos analisar as transformações na administração e gestão do esporte à luz das mudanças capitalistas no mundo do entretenimento, tomando como caso o desenvolvimento da lógica empresarial em dois clubes de futebol brasileiros durante a década de 1990. Já entre os objetivos específicos, pretendemos investigar as etapas de construção e desenvolvimento da parceria entre a multinacional italiana Parmalat e os clubes esportivos brasileiros Sociedade Esportiva Palmeiras e Esporte Clube Juventude,

⁴ A primeira edição da quarta divisão nacional foi disputada em 2009.

ocorridas durante a década de 1990; analisar, numa perspectiva comparativa, os impactos que tal parceria teve na administração e gestão dos dois clubes; explicar as mudanças ocorridas nas estruturas internas de ambos os clubes durante essa parceria, e; relacionar os processos estudados com o contexto mais amplo de transformações nas estruturas dos clubes de futebol brasileiros e sul-americanos, influenciados pela adoção de lógicas empresariais de gestão e administração.

A pesquisa proposta relaciona as transformações observadas no sistema econômico capitalista nas últimas décadas e seu impacto, aqui visto de forma direta, na modalidade esportiva mais popular do planeta atualmente, ou seja, o futebol. Podemos observar, dessa forma, a partir da análise das parcerias estabelecidas entre uma empresa italiana, a Parmalat, e dois clubes de futebol brasileiros, o Palmeiras e o Juventude, de que forma a globalização econômica pode impactar elementos culturais locais, notadamente o esporte, tanto em clubes de destaque internacional, como é o caso da agremiação paulistana, como entidades esportivas locais, com torcida centralizada em uma cidade do interior, como é o caso do Juventude.

Para pensar na fundamentação teórica da pesquisa, propomos um olhar transdisciplinar, tendo em vista a natureza do objeto e as contribuições já existentes na bibliografia consultada. Por se tratar de um olhar sobre um processo que envolve relações econômicas, esporte e gestão, torna-se fundamental observar o que já foi produzido por disciplinas que não são, tradicionalmente, vistas como próximas à ciência histórica, como a administração, a educação física e até mesmo a engenharia de produção.

Um dos autores que analisam os processos de transformação do futebol é Marcelo Proni. Em seu livro “A metamorfose do futebol” (2000), o autor afirma haver uma “verdadeira metamorfose no mundo futebolístico” (PRONI, 2000, p. 13), na qual passa a ser dominante o que ele chama de futebol-empresa. Interessante é observar que o autor pontua esse processo como uma “mudança estrutural – que se explicita na introdução de novas diretrizes gerenciais, na revisão da legislação esportiva, na transformação do futebol em produto globalmente comercializado e na crescente interface com o capital financeiro” (PRONI, 2000, p. 13), o que demonstra o quanto o estudo desse processo pode ser complexo e envolver uma multiplicidade de disciplinas e pontos de vista.

Proni localiza na Europa dos anos 1950 o início dos debates em torno das questões financeiras do futebol. Nesse período, segundo esse autor, começa a criar força a ideia do aumento da arrecadação pelos times de futebol e de uma administração “mais racional” dos torneios (PRONI, 2000, p. 46). No entanto, permanecia uma crença do pertencimento coletivo do clube, ou seja, pela sua torcida, e a não aceitação da propriedade do esporte por grupos privados. Dessa forma, “foi nos EUA que a concepção de negócio privado destinado a um mercado consumidor primeiro adentrou os campos de futebol” (PRONI, 2000, p. 46), especialmente a partir da criação da NASL, a *National American Soccer League*, em 1967. Segundo o autor, essa liga buscou sua expansão baseando-se em “modernos princípios de marketing” e com a contratação de grandes nomes do futebol, como o exemplo de Pelé, que jogou pelo New York Cosmos entre 1975 e 1977 (PRONI, 2000, p. 47). A liga acabou extinta ainda em 1984, mas foi a primeira liga profissional a adotar uma “concepção empresarial moderna de organização esportiva” e, para Proni, foi uma provável inspiração para a adoção do futebol-empresa na Europa (PRONI, 2000, p. 47).

Outro elemento importante que podemos perceber é o momento em que a propriedade de alguns dos clubes passa para empresas privadas, “com o objetivo de sanear as finanças e moralizar a gestão das entidades esportivas” (PRONI, 2000, p. 49). Na Itália, por exemplo, uma reforma jurídica permitiu que os clubes se tornassem empresas a partir de março de 1981. Além

disso, também foram permitidos a criação de uma liga de futebol independente, administrada pelos clubes e não pela federação nacional, e que os clubes exibissem as logomarcas de patrocinadores nas camisas. Dessa forma, além de medidas como essas e outras, como a venda de direitos de transmissão de campeonatos, podemos perceber que ocorre um processo de mercantilização dos campeonatos e do futebol. Conforme Proni, “cada vez mais o esporte-espetáculo era permeado pela lógica da valorização do capital” (PRONI, 2000, p. 52).

Outro autor que se dedica a analisar essas questões, mas já com um enfoque particular nas parcerias desenvolvidas pelos clubes brasileiros, é Marco Sirangelo (2020). Esse autor coloca, inclusive, que a parceria Palmeiras-Parmalat é um “exemplo marcante da relação entre clubes de futebol e empresas” (SIRANGELO, 2020, p. 229). É importante observar que Sirangelo coloca mudanças legislativas como centrais para as transformações observadas no futebol, tanto global quanto brasileiro. Na Europa, tivemos a promulgação da Lei Bosman, em 1995, que deixou os jogadores livres para procurar outro clube ao final dos seus contratos e permitiu que jogadores naturais de países da União Europeia atuassem livremente em outros países do bloco. Isso permitiu uma entrada maior de atletas estrangeiros no continente europeu, especialmente sul-americanos. Além disso, no Brasil, tivemos a Lei Zico, de 1993, e a Lei Pelé, de 1998, que provocaram mudanças tanto na administração dos clubes quanto na relação entre atletas e clubes, já que a Lei do Passe, de 1976, acabou extinta pela legislação de 1998.

Devemos ressaltar, no entanto, que tanto o Juventude quanto o Palmeiras conservaram sua formatação jurídica como clubes associativos, ou seja, de propriedade de seus associados. A parceria e consequente cogestão com a Parmalat não modificou sua propriedade e regime jurídico, de forma que apenas alguns departamentos eram geridos pela empresa italiana, conforme ressalta Nicolas Caballero Lois (1996) em sua dissertação de mestrado. Assim, conforme ressalta Sirangelo, o Palmeiras passou a ser um exemplo a ser seguido pelos outros clubes do Brasil, que “começaram a buscar parceiros com capacidade financeira para realizarem grandes investimentos no futebol [...]. Estava criado, portanto, um cenário positivo para que os clubes passassem a terceirizar suas gestões esportivas” (SIRANGELO, 2020, p. 231-232).

Outro pesquisador que traz conceitos fundamentais para o nosso trabalho é Nicolas Caballero Lois. Acadêmico de formação interdisciplinar, Lois dedicou-se ao estudo da administração esportiva, tendo como objeto de sua dissertação de mestrado, inclusive, a parceria entre a Parmalat e o Juventude.

Conceito central em nosso trabalho, Lois (2014) trabalha com a ideia de cogestão a partir de três casos: a parceria dos anos 1990 da Parmalat com o Juventude e o Palmeiras, a primeira em sua já citada dissertação de mestrado e a segunda em um artigo, publicado no ano de 2014, que analisa também a cogestão entre a Unimed, empresa de planos de saúde, e o Fluminense Football Club, entidade esportiva fundada em 21 de julho de 1902 no município do Rio de Janeiro.

Lois localiza a origem da cogestão, por ele caracterizada como uma “técnica gerencial” (LOIS, 2014, p. 27), no início do século XX, em um processo de busca por uma melhoria da produtividade por parte das empresas, em um contexto de desenvolvimento industrial. Percebe-se também, no mesmo período, uma intensificação das lutas pelos trabalhadores por voz e poder decisório maiores dentro das empresas. Os empregados, dessa forma, desejavam maior possibilidade de negociação com as direções das empresas em torno de seus direitos e seus deveres.

Propomos, em nossa pesquisa, a utilização de um leque consideravelmente amplo de fontes primárias e, conseqüentemente, de metodologias para trabalhar com elas. Buscaremos fontes internas dos clubes, como atas de reuniões dos Conselhos Deliberativos e das Diretorias

Executivas, documentos que podem nos dar uma visão geral dos processos decisórios e, sendo assim, da forma como foram construídas as parcerias e seus impactos nas estruturas dos clubes. Além disso, os regimentos internos e estatutos sociais podem nos fornecer uma compreensão das mudanças estruturais pelas quais os clubes passaram no período em estudo. No entanto, além da dificuldade de acesso à documentação interna de um clube de futebol, é importante considerar que nem todas as discussões que ocorrem em uma reunião podem estar registradas nas atas, tendo em vista serem documentos oficiais dos clubes. Algo semelhante pode ser dito sobre os estatutos, que não necessariamente têm todos os seus artigos aplicados no dia a dia. Há entre os grupos sociais, notadamente aqueles que detêm algum poder, como é o caso de dirigentes de clubes de futebol, muitos códigos e costumes não escritos, que não são acessíveis por meio desses documentos.

Também propomos o uso de fontes impressas, especialmente a imprensa escrita. Em Caxias do Sul, utilizaremos o *Jornal Pioneiro*, principal fo da cidade e também dedicado à cobertura esportiva local, fundado em 4 de novembro de 1948. Em relação à imprensa da cidade de São Paulo, utilizaremos como fontes os acervos dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

Utilizaremos ainda a metodologia da história oral. Por meio de depoimentos orais, podemos acessar as complexidades e os mecanismos internos dos clubes que não seriam observados por meio de outras fontes, como as escritas. Essas entrevistas serão desenvolvidas com os dirigentes dos clubes que atuaram no período estudado, a fim de melhor compreender alguns desses mecanismos que não estão presentes nas fontes escritas e também possibilitar a análise da visão dos agentes envolvidos no processo. Algumas dessas entrevistas já foram realizadas durante nossa pesquisa de mestrado.

Palavras-chave: futebol-empresa; gestão esportiva; história do esporte.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Mateus Donato Amorim de. **Profissionalismo e transformação institucional na administração do futebol brasileiro**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada - um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007.

HAAG, Fernanda Ribeiro. Futebol e o giro neoliberal: apontamentos e o caso brasileiro. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 57-80, jan./jun. 2013.

HIJÓS, Nemesia. Las prácticas económicas en el fútbol: entre la pasión de los hinchas y la gestión de los dirigentes. In: LEVORATTI, Alejo; MOREIRA, Verónica (comp.). **Deporte, Cultura y Sociedad: estudios socio-antropológicos en argentina**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2016. p. 173-196.

LOIS, Nicolas Caballero. A Co-Gestão como Administradora do Patrocínio Esportivo no Brasil: uma análise dos casos Palmeiras-Parmalat e Fluminense Unimed-Rio. **Podium Sport, Leisure And Tourism Review**, [S.L.], v. 03, n. 03, p. 36-44, 1 dez. 2014.

LOIS, Nicolas Caballero. **O caso Juventude-Parmalat: um estudo da co-gestão esportiva como administradora das estratégias marketing esportivo e marketing no esporte**. 1996. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1996.

MOREIRA, María Verónica; HIJÓS, Nemesia. Clubes desportivos, fútbol y mercantilización: los casos de Boca Juniors e Independiente en la Argentina. **Question**. La Plata, v. 1, n. 37, p. 149-162, jan./mar. 2013.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A metamorfose do futebol**. Campinas: Unicamp, 2000.

PRONI, Marcelo Weishaupt. O futebol-empresa no Brasil. In: GIGLIO, Sérgio Settani; PRONI, Marcelo Weishaupt (org.). **O futebol nas ciências humanas no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 524-553.

SIRANGELO, Marco. A raiz do problema: o declínio do futebol brasileiro após o período das parcerias dos anos 1990. In: SIMÕES, Irlan (org.). **Clube empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol**. [S.L.]: Corner, 2020. p. 228-239.

SIMÕES, Irlan. Introdução – Clube-empresa, uma abordagem alternativa: elementos introdutórios, históricos e impactos reais. In: SIMÕES, Irlan (org.). **Clube empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol**. [S.L.]: Corner, 2020. p. 28-68.

PROTAGONISMO NAS ARQUIBANCADAS: TORCIDA ORGANIZADA MARÉ VERMELHA E A RUPTURA DA HETERONORMATIVIDADE

Eduardo Bortolotti Silveira¹
Janaína Souza Teixeira²

Resumo: Este resumo visa apresentar discussões e resultados obtidos decorrentes da pesquisa para o Trabalho Final de Graduação em História envolvendo o surgimento e consolidação da Torcida Organizada Maré Vermelha, um grupo de torcedores do Esporte Clube Internacional de Santa Maria que eram assumidamente *gay* e frequentavam as arquibancadas do Estádio Presidente Vargas de 1979 a 1991. A Maré Vermelha surgiu no contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil, que se caracterizou pela forte censura e repressão contra opositores políticos e minorias sociais. Além do período histórico não favorável para o surgimento de um grupo *gay*, existe o contexto local. Santa Maria é uma cidade localizada na região central do Rio Grande do Sul, e se caracteriza pela forte presença militar desde a sua fundação, tendo forte participação nos eventos do Golpe de 1964. Também existia na região a força da ferrovia, que atravessava o estado e trazia trabalhadores para a cidade. Muitas pessoas pertencentes a estes grupos laborais frequentavam o Estádio Presidente Vargas, casa do E. C Internacional de Santa Maria. Este foi o principal local de atuação da torcida, que se inseriu em um ambiente dominado por homens que prezavam pela virilidade nos atos públicos e pelo machismo estrutural, sendo a heteronormatividade vista como o padrão social aceito. A atitude da Maré Vermelha representou uma quebra da normalidade, pois seus membros não se encaixavam no padrão heteronormativo que vigorava neste período.

Para compreender a origem e consolidação da torcida, foi necessário pesquisar o principal periódico santa-mariense deste período, que era o Jornal *A Razão*. O foco eram as matérias esportivas que acompanhavam os times da cidade, e muitas vezes traziam notas sobre as torcidas organizadas. O período analisado compreende os anos de 1979 até 1983. Mas somente as fontes escritas e jornalísticas não seriam suficientes para compreender a grandiosidade dos atos da Maré Vermelha, então outra técnica foi utilizada para obter informações da torcida, que foi o da História Oral. O surgimento da torcida não foi devidamente documentado nos jornais ou pelos próprios membros do grupo, o que causou o apagamento histórico da Maré Vermelha na cidade. Muitas informações estão na memória de seus membros e pessoas que estavam próximas da torcida, e registrá-las por meio de relatos orais foi imprescindível não só para a pesquisa, mas também para compreender o cenário LGBTQIA + da cidade no passado. Para obter os relatos, foi necessário buscar nomes que fizeram parte da torcida no passado. A partir do primeiro contato, foi possível localizar outros nomes de integrantes, pois muitos ainda mantêm círculos de amizade. As redes sociais virtuais auxiliaram na busca de outros membros, principalmente a partir de uma postagem em forma de homenagem para o grupo de um ex-membro da torcida em uma dessas redes. Devido ao alto número de pessoas que fizeram parte da Maré, foi necessário estabelecer prioridades para as entrevistas. Uma delas era o período de atuação, sendo as pessoas que estavam na fundação as mais priorizadas. Membros que estiveram por mais tempo na torcida também foram entrevistados, além de pessoas que exerciam liderança dentro do grupo. Até o presente momento, foram entrevistados três ex-membros, além de um torcedor da arquibancada que estava presente nos anos iniciais da torcida como observador. Devido à pandemia do Covid-19, entrevistas presenciais não foram possíveis de se realizar, sendo todas feitas por meio de plataformas de videochamadas. Destaca-se a importância da utilização da História Oral como técnica para

¹ Graduando em História pela Universidade Franciscana (UFN). eduardo_bortolotti27@hotmail.com

² Orientadora. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). janasantateixeira@gmail.com

obtenção de fontes, dando voz aos protagonistas do grupo em sua trajetória. São os ex-integrantes que realizaram a história da torcida, e reconhecer sua importância para a história das minorias de Santa Maria é primordial para entendermos o universo LGBTQIA + que existe hoje na cidade. As entrevistas servem como um local de fala que os membros da Maré Vermelha não tinham e ainda não tem nos espaços de memória da cidade; e servem como um canal para que a torcida tenha sua importância histórica devidamente documentada. Para fazer jus à afirmação do espaço de expressão, optou-se pela utilização de entrevistas semiestruturadas, que proporcionam que o colaborador e o entrevistador estabeleçam um diálogo sobre o passado, podendo compreender a trajetória da Maré Vermelha.

Na pesquisa realizada no acervo do Jornal *A Razão*, pode-se localizar pequenas notas sobre a torcida, como a data de seu surgimento e menções sobre participações nos jogos fora de Santa Maria. Também pode-se notar que existia uma relação entre a torcida e o carnaval, mais especificamente com a Escola de Samba Vila Brasil. No período de carnaval de rua da cidade, era recorrente a veiculação de matérias especiais sobre todas as escolas de samba que iriam desfilar. Em uma destas matérias, estava noticiada a presença de uma ala gay na Vila Brasil, denominada de *Ala Maravilha*. Muitas das pessoas que faziam parte da Ala Maravilha estavam também na Maré Vermelha, inclusive seus fundadores, o que denota que havia uma ligação entre as agremiações. Esta relação é afirmada por Mathias Vieira, membro da Maré Vermelha na década de 1980. Segundo ele, “*muitos participantes da Maré Vermelha, na época do carnaval, saíam na ala gay da Vila Brasil.*”; e que “*sempre tinha algum pessoal da bateria que nos dias dos jogos, eles iam lá no estádio pra tocar né, fazer um agito com as torcidas.*” Esta parceria entre as agremiações vai de encontro com as constatações de Toledo (1996, p. 90), onde ele afirma que as torcidas organizadas “participam, enquanto coletividade, do universo do samba, organizadas em bloco carnavalesco e escola.” Pode-se afirmar que os espaços sociais da Maré Vermelha e da Ala Maravilha da Vila Brasil eram os únicos locais de expressão onde a população LGBTQIA + de Santa Maria poderiam se expressar abertamente, sofrendo menos represálias e preconceito da população em geral. Destaca-se a importância destes locais como formas de acolhimento e expressão para os LGBTQIA + da cidade, mas é representativo do período histórico que somente dois espaços como estes existiram no município.

Damo (1999) e Guazzelli (2000) afirmam que os apreciadores do futebol no Rio Grande do Sul prezam por um estilo de jogo marcado pela força e virilidade que difere dos estilos de futebol jogados no restante do Brasil. Este modelo foi herdado dos países platinos, que estão intensamente ligados às origens do futebol gaúcho. Estas características não ficam restritas às quatro linhas do gramado e invadem os pensamentos que dominam as arquibancadas, se alastrando por todo o estado. Em Santa Maria, estas características também imperam, e o fato de existir muitos cidadãos homens que mantinham a norma heteronormativa em seus grupos de convívio social dificultava muito o acesso de grupos que não se encaixam no padrão cisnormativo. A Maré Vermelha representava uma parcela da população que não se encaixava no padrão, podendo ser compreendida pelas ideias da Teoria Queer. Para Guacira Lopes Louro (2016, p. 7-8):

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina.

Sendo um grupo tão diferente do padrão heteronormativo imposto, era de se esperar que os primeiros contatos não fossem amistosos. A primeira tentativa de inserção do grupo gay

ocorreu na casa do Riograndense, rival do Inter-SM. Marquita Quevedo participou da torcida em meados dos anos 80 e exemplifica como foi esta tentativa, em entrevista ao Diário de Santa Maria:

O Marcelino sempre foi uma pessoa divertida e gostava de carnaval e futebol. O que sei é que um dia ele e uns amigos foram ver um jogo do Riograndense e lhes impediram de entrar. Daí, o grupo se reuniu e fundou a Maré Vermelha. (30/01/2014)

Este fato representou a ideia que perdurava entre os homens cis na cidade, que dominavam os espaços de sociabilização e não permitiam a inserção de pessoas que não se enquadrassem no padrão cisnormativo que prezava a virilidade. Pierre Bourdieu (1998) afirma que esta lógica masculina foi construída com o passar do tempo nas sociedades humanas, e seus efeitos podem ser notados na atualidade. Os homens passaram a dominar os espaços de socialização, não permitindo a inserção dos elementos não-masculinos nestes locais. Mulheres e homens que não apresentavam a virilidade como fator primordial de seu ser não estavam aptos a frequentar estes espaços, sendo muitas vezes expulsos por meio de violência física. Entretanto, o autor também afirma que existe outro meio que os homens utilizam para exercer essa supremacia masculina nos locais que não usaria violência física, o qual ele denominou de violência simbólica. Bourdieu (p.29) define este termo da seguinte forma: “Entendendo ‘simbólico’, por oposição ao real, efetivo, supõe-se que a violência simbólica seria uma violência puramente espiritual e, em última análise, sem efeitos reais.” Os meios que a violência simbólica se manifesta não são de maneira física, mas por meio de ações simbólicas que se concretizam como algo real. Chacotas, represálias, xingamentos fazem parte do repertório que fomenta a violência simbólica. No estádio, a violência simbólica também se manifesta: nos cânticos, nos gritos homofóbicos, no uso de linguagem pejorativa contra o elemento diferente ao masculino e dominante, na constante dúvida que existe sobre as mulheres ou homens homossexuais em relação a realmente gostarem do esporte. A *virilidade* impera nas ações do torcer, onde os homens acreditam estar em um ambiente de guerra e que devem combater o elemento diferente. Bourdieu afirma que a virilidade é “entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão para o combate e para o exercício da violência, é antes do mais um (en)cargo.” (p. 43). Demonstrações de afeto entre homens, como abraços, só podem existir em comemorações de gol, fora desse exemplo são vistas com desconfiança. O autor complementa o conceito de virilidade afirmando que “é ela que conduz, paradoxalmente, ao investimento, por vezes exacerbado, de todos os jogos de violência masculinos, tais como nas nossas sociedades os desportos, e muito especialmente os mais de molde a produzirem os sinais vitais da masculinidade” (p.43-44). Estas ações que causam constrangimento e medo por parte de quem é diferente ao elemento masculino causam o afastamento das mulheres e pessoas LGBT dos estádios, que se torna um ambiente acolhedor apenas para os homens.

A violência simbólica foi usada pelos torcedores homens cis que frequentavam a Baixada Melancólica³ como uma forma de repressão às mulheres e homossexuais, e também como forma de manter o estádio dominado pela figura masculina. Isto pode ser constatado no relato de Luiz Carlos Kunrath, membro da Maré Vermelha em meados dos anos 1980. Quando questionado sobre a presença feminina no estádio, afirmou que “não, só as gay” estavam presentes como elementos diferentes da figura do homem cis. A Maré Vermelha representou uma ruptura do perfil de torcedores do estádio, sendo um grupo que se afirmava diferente no local. Ações mais efetivas também foram necessárias por parte da Maré Vermelha para se afirmarem como grupo legítimo. Nelson Leal de Souza, torcedor do Inter-SM desde o ano de

³ Este é o nome popular dado ao Estádio Presidente Vargas devido a sua proximidade com o Cemitério Ecumênico Municipal, que pode ser visto das arquibancadas.

1979, presenciou o advento da torcida no estádio. Um fato chamou sua atenção, e para ele esta ação foi determinante para que a torcida permanecesse por lá:

E eu presenciei isso, ninguém me contou, eu presenciei uma vez. Eles estavam chegando, e dois homens, rapazes, desceram pra xingar, e dois deles subiram pra enfrentar esses dois, fisicamente. E o que aconteceu, os dois apanharam, tomaram uns tapas dos gays. Aí o pessoal ficou naquela gozação, aí foi indo, eles foram conquistando meio que na força, meio que na força. O tempo foi passando, o pessoal foi aceitando e depois era uma festa. A Maré entrava, era uma festa.

Este fato representa que a Maré se firmou no estádio também por meio da força, demarcando seu local de atuação nas arquibancadas. Seus membros causaram um sentimento de dúvida nos frequentadores do estádio, afinal, eles também não seriam homens? Judith Butler (2003) afirma que o gênero é uma representação externada, sendo uma variação da verdade do sujeito. As práticas instituídas no Estádio Presidente Vargas representavam ações performáticas, tanto para os torcedores comuns como para os membros da Maré Vermelha. Sendo das mais diversas orientações de gênero, os frequentadores da Baixada representavam uma ampla variedade de performances, sendo que a grande maioria estava inserida no contexto da heterossexualidade compulsória. As normas sociais instituem que o padrão hétero é visto com naturalidade e não é contestado, mas não seria a heterossexualidade também uma performance? Para se manter “seguro” em uma sociedade que apresenta a heterossexualidade como “normal”, o indivíduo externa suas ações dentro deste padrão, o que pode ser definido como uma performance. Por esta lógica, os membros da Maré Vermelha não seriam tão diferentes dos torcedores comuns da arquibancada do Estádio Presidente Vargas. Seus objetivos eram os mesmos: torcer para o Esporte Clube Internacional de Santa Maria dentro de um espaço delimitado para socialização de apreciadores do esporte. Seu fator de distinção seria a identidade de gênero, fato que os colocava em posição diferente dentro do estádio, nos seus anos iniciais, e os fazia sofrer a violência física e simbólica exercida pelos membros que seguiam o padrão heteronormativo.

Esta pesquisa proporcionou a análise sobre o contexto de surgimento e consolidação da Torcida Organizada Maré Vermelha. Constatou-se, por meio das fontes jornalísticas e dos relatos orais, que a cidade de Santa Maria possuía uma grande parte de sua população ligada ao militarismo e aos trabalhos braçais, ambos ligados à ideia da virilidade e da cisnormatividade. Esta população exercia seus ideais nos locais que frequentava, e o estádio do Internacional de Santa Maria era um deles. O contraponto a estas ideias de dominação masculina eram os espaços que surgiram no carnaval e no futebol, respectivamente com a Ala Maravilha da Vila Brasil e a Maré Vermelha. Por meio da voz dos próprios protagonistas da torcida, pode-se perceber que estes espaços representaram a ruptura do padrão vigente na sociedade santamariense. A torcida surgiu em meio a um contexto histórico de repressão, principalmente as minorias. Além disso, o ambiente no qual eles se afirmaram como grupo gay organizado era e é um dos mais hostis para as minorias sociais, que são as arquibancadas de futebol. Pode-se perceber que a torcida se impôs no estádio, demarcando seu local de atuação e sendo participativos tanto em Santa Maria, como fora da cidade, nos jogos em outros estádios. Pode-se traçar um perfil dos torcedores do Estádio Presidente Vargas, sendo composto por homens que exerciam sua dominação das mais variadas formas. A Maré Vermelha surgiu como um contraponto a esta dominação, representando as minorias que queriam participar dos mais diversos cenários de socialização de Santa Maria. Suas ações iniciais incluíram a aceitação por meio de rupturas, confrontando os torcedores comuns que não os aceitavam. As piadas e provocações direcionadas ao grupo não deixaram de existir ao longo de seus doze anos de arquibancada, mas o respeito ao grupo organizado era maior que a homofobia, tornando a torcida um símbolo do Internacional de Santa Maria e da cidade.

Palavras-chave: torcida; futebol; homossexualidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAMO, Arlei Sander. Ah! Eu sou gaúcho! O Nacional e o Regional no Futebol Brasileiro. **Estudos Históricos**, v. 23, p. 87-118, 1999. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/biblioteca/ah-eu-sou-gaicho-o-nacional-e-o-regional-no-futebol-brasileiro/>>. Acesso em 21/09/2021.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da província de chuteiras. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v.8, p. 21-50, jul. 2000. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6713>>. Acesso em 21/09/2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

TOLEDO, Luiz Henrique. **Torcidas Organizadas de Futebol**. Campinas: Autores Associados / Anpocs, 1996.

TORCIDA ORGANIZADA QUE FEZ HISTÓRIA PELA IRREVERÊNCIA NÃO VOLTARÁ ÀS ARQUIBANCADAS. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 30/04/2014. Disponível em: < <https://diariosm.com.br/torcida-organizada-que-fez-hist%C3%B3ria-pela-irrever%C3%Aancia-n%C3%A3o-voltara-%C3%A0s-arquibancadas-1.2029554> >. Acesso em: 29/09/2021.

A ENTRADA DO FUTEBOL NO RIO GRANDE DO SUL E A INFLUÊNCIA DA REGIÃO PLATINA NO ESPORTE LOCAL

Elias Costa de Oliveira¹

Resumo: A entrada do futebol no Brasil não se deu de maneira homogênea, devido a diversos fatores, tais como as diferentes correntes migratórias que se direcionavam ao país, a vasta extensão territorial expansão do território brasileiro, dentre outros. O estado do Rio Grande do Sul teve o primeiro contato com o esporte através de seus vizinhos de fronteira suas fronteiras internacionais, com a Argentina e o Uruguai. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um panorama geral sobre o início da prática do futebol no estado do Rio Grande do Sul e a influência da região platina na sua prática e difusão, trazendo um resgate historiográfico sobre o tema.

A região do pampa, localizada no sul do estado do RS, se configura como a ligao geográfica com a entre Argentina e o Uruguai. Esses países platinos iniciaram com a prática do futebol antes de diversos países europeus, tendo uma relao importante com o Rio Grande do Sul. Nessa região, cria-se uma “identidade platina”, existindo um trânsito comercial e de indivíduos nas fronteiras desses três países, sendo o eixo do Prata os precursores do futebol sul-americano.

Segundo Gutfreind (1998), a Região Platina é composta pelo Rio Grande do Sul, Uruguai e os estados/províncias que compõem o pampa argentino. Ainda, no período colonial, os territórios eram constituídos por uma unidade sócio-política e cultural, tendo a pecuária como principal atividade econômica, mas não era o único que movimentava a região da fronteira.

Aspectos históricos e geográficos potencializaram a construo cultural de um povo de fronteira, tendo como a imagem do gaúcho o maior expoente. Na Argentina e Uruguai, os moradores do pampa são intitulados de *gaucho*, já no Rio Grande do Sul é utilizado o termo gaúcho (DALMORO, 2013). Na região platina, essa “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1983) foi criada pela semelhança da cultura popular, costumes, hábitos, trocas comerciais da própria região.

Esses grupos que se identificam como gaúchos fazem parte de uma “comunidade imaginada”, seja pela língua ou dialetos, sociedade/territórios e temporalidade, “conferindo um certo sentido às fatalidades diárias da existência” (ANDERSON, 1983, p.69) criando uma ligao imaginada com outros grupos sociais e compartilhando tradies e signos inventados. Essas “comunidades imaginadas” são entendidas por práticas culturais e tradies, estimulando os indivíduos a sentirem-se pertencentes a um grupo imposto, homogeneizando uma nao, “naturalizando” uma união.

Mantem-se uma identidade muito forte entre os povos de fronteira, as relaes sociais e o trabalho executado desenvolvem essa identidade. Nesse sentido deve ser analisado não somente a “mescla cultural”, mas os conflitos culturais, políticos e sociais que aconteceram na fronteira (GRIMSON, 2000).

No Brasil, a partir de exibies informais de marinheiros ingleses em zonas portuárias, o futebol teve um contato precoce, se comparado as outras localidades do mesmo país, estando intrinsecamente relacionado com o imperialismo inglês (MASCARENHAS, 2001). Seus principais difusores do futebol foram marinheiros e imigrantes britânicos trabalhando para empresas imperialistas, conhecedores do esporte popular no Reino Unido desde 1880.

¹ Graduado em História Licenciatura/Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); mestrando pelo Programa de Pós-Graduao em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Bolsista CAPES. Email: eliascostaiff@gmail.com

O futebol foi difundido pelo mundo por três fatores, a saber: transplante, relações e imitação. No transplante, ingleses que moravam em outros países e criaram algum clube; nas relações, acontece a partir de articulações e contatos de locais com os ingleses; na imitação, quando locais assistem partidas de ingleses e começam a praticar o esporte (RAVENEL, 1998).

No Brasil, o futebol foi difundido no final do século XIX e início do século XX, onde até 1900 não existia clubes de futebol, e logo, ainda não existiam campeonatos. Na América do Sul, o futebol concentrou-se no Eixo do Prata, até porque Argentina e Uruguai tinham relação de subordinação com o Império Britânico (MASCARENHAS, 2001). Assim, o imperialismo britânico difundiu o futebol pelo mundo, mas os fatores locais, porém, também ajudaram alguns lugares mais, outros menos, na difusão deste esporte. Podemos entender que:

A poderosa frota mercante inglesa percorria os portos de quase todo o planeta, e enquanto os navios descarregavam os produtos de sua indústria e se abasteciam de matéria-prima barata, os marinheiros se entretinham com mulheres, bebidas e faziam, com inusitada euforia, a bola correr nos arredores do porto, capturando olhares locais (MASCARENHAS, 2001, p. 44).

Em Buenos Aires, teve início o cenário esportivo da região platina, sendo precursores na prática e profissionalização de diferentes esportes. Em vista disso, foi construída a primeira quadra de tênis, o primeiro clube de golfe e o primeiro clube de futebol, no qual foi influenciado devida a forte colonização inglesa (MASCARENHAS, 2001). A influência inglesa em Buenos Aires era intensa, no final do século XIX viviam na capital cerca de 40 mil ingleses, grande parte dos primeiros clubes foram formados a partir de instituições de ensino para filhos de altos funcionários da colônia inglesa.

Podemos apontar que uma das singularidades da região platina foi a presença numerosa da colônia inglesa, fomentando estabelecimentos educacionais e nesses estabelecimentos, o esporte iniciou sua prática a partir da segunda metade do século XIX (ARCHETTI, 1995). O Uruguai viveu um processo parecido, mas em uma experiência micro, pois a capital Montevideo, no ano de 1852, tinha em torno de 33 mil habitantes (MASCARENHAS, 2001). As elites uruguaias escolheram o futebol como prática de exercício físico para manter a forma, onde assim foi se desenvolvendo a prática deste esporte na região platina.

Os sujeitos que difundiram o futebol não foram apenas os marinheiros, mas funcionários de ferrovias, operários de minas e professores que trabalhavam nos estabelecimentos educacionais. Esses sujeitos estavam submetidos a ligação da região com os negócios dos ingleses, potencializando cada vez mais a profissionalização do futebol na comunidade platina (FRYDENBERG, 1998).

Em nenhuma região do Brasil houve uma concentração do comércio inglês como ocorreu em cidades como Buenos Aires, na Argentina, e em Montevideo, no Uruguai. No Brasil, os ingleses não monopolizaram o futebol em comparação com estes países, mesmo que tenham ajudado a fundar ligas e campeonatos em diversas regiões (MASCARENHAS, 2001).

A introdução do futebol no Brasil foi vinculado ao Império Britânico, iniciando a entrada pelo porto no início do século XIX, logo depois penetrando pelo interior de todo território nacional, mas não aconteceu somente dessa forma. O futebol no país se conectou por diferentes pontos desconexos (mas conectado com o exterior), movimentando-se simultaneamente por diferentes partes do território nacional (MASCARENHAS, 2001).

No decorrer do século XIX, a hegemonia marítima inglesa dominou o comércio e os portos brasileiros. Nessas trocas comerciais não trouxeram apenas produtos, mas foram copiados valores das elites, comportamentos e práticas esportivas que consideravam “civilizatórias”, a partir de 1850.

A difusão do futebol na Argentina e no Uruguai foi menos complexa que no Brasil, em razão do fácil acesso ao interior do território, devido as malhas ferroviárias. Diferentes práticas

socioculturais inglesas entram no território devido ao porto (comércio) e a implementação de ferrovias que ligavam ao interior. Por diferentes partes do Brasil, os estados tiveram influência inglesa no futebol (MASCARENHAS, 2001). É seletiva a presença da comunidade inglesa, ficando majoritariamente nas zonas portuárias, atuando basicamente em serviços urbanos e infraestrutura, como as ferrovias.

A vinda do futebol no Rio Grande do Sul difere das condições que outras regiões no Brasil conheceram, devido à forte influência platina envolvendo as cidade de Buenos Aires e Montevideo, favorecidas pelas trocas do espaço fronteiro. A fronteira com o eixo do Prata tinha a maior importância econômica. A região amazônica e do centro-oeste eram muito despovoadas, e o fluxo com a fronteira do Paraguai com Foz do Iguaçu somente se deu no século XX. Sabemos que por conta de:

Sua formação histórica, o RS apresenta grande extensão de fronteiras internacionais, que correspondem a mais da metade de seus limites territoriais e representam mais de 10% do total das fronteiras do Brasil com países vizinhos. Se o estado do Amazonas é o único a superar o RS em extensão de fronteiras internacionais, estas são um tanto despovoadas, caracterizando um quadro de isolamento. Ademais, um outro aspecto salienta a condição de excepcionalidade que pretendemos frisar: se a linha fronteira do RS com a Argentina, embora ocupada, é inteiramente natural (formada pelo rio Uruguai), a que nos separa do Estado uruguaio, ao contrário, é artificial em quase toda a sua extensão (MASCARENHAS, 2001, p. 197).

O Rio Grande do Sul compunha a hinterlândia da capital Montevideo, mantendo uma intensa conexão, a capital uruguaia se destacava no futebol no final do século XIX, influenciando toda a região da campanha gaúcha. Os primeiros contatos com a “novidade inglesa”, potencializou o esporte por diversos setores da sociedade (MASCARENHAS, 2001).

Ainda, no final do século XIX e início do século XX, o futebol espalhou-se pelo interior uruguaio, atingindo a fronteira com o Rio Grande do Sul devido as ferrovias, tornando a região da campanha gaúcha polarizada por Montevideo. A região da campanha tinha baixa densidade demográfica, além de ser forte pecuarista, sendo isolada do restante do estado, e se tornando estrategicamente “capturável” pelas metrópoles platinas (MASCARENHAS, 2001).

O esporte no estado acaba sendo criado de forma singular, com forte influência platina, sendo que os principais times do estado no começo do século XX se encontram nas cidades de fronteira e nas cidades de Pelotas e Rio Grande, essas duas cidades conheceram o futebol através do porto. A cidade de Rio Grande era destacada por ter sido um importante centro urbano e pela grande movimentação portuária, a riqueza da cidade adveio do comércio do charque, exportando o produto e possuindo contato com os ingleses. Segundo Rodrigues (2001, p.13):

O ciclo do charque trouxe riqueza para a cidade, tornando-a uma região cosmopolita e proporcionando conexões intensas com a Europa, atraindo muitos imigrantes – principalmente alemães e ingleses – que desempenharam ativamente o papel de difusores do futebol naquela região.

Nesse sentido, a região platina foi a pioneira na adoção do futebol, o Rio Grande do Sul geograficamente afastado dos principais centros econômicos do país e espacialmente próximo das metrópoles Buenos Aires e Montevideo foi intensificando o comércio e trocas fronteiriças com a região (RODRIGUES, 2001). Ademais, somente no decorrer do século XX surgiram projetos de integração nacional com o objetivo de unificar os extremos com o resto do Brasil.

Outro ponto para entender o advento do futebol no RS, além da comunidade platina e a influência dos ingleses, foram as contribuições dos imigrantes alemães com uma “base esportiva”, no qual influenciaram as regiões que residiam. As primeiras equipes como Sport

Club Rio Grande (1900) e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre (1903), foram equipes fundadas por ingleses e alemães, sobretudo o segundo.

Desta forma, platinos, alemães e ingleses foram os precursores do futebol no estado, a identidade cultural platina, a região da Campanha subordinada por Montevideo, além da imigração e a relação de comércio do porto com os ingleses, foram responsáveis pela adoção de forma precoce do esporte. A diversidade composta na formação do estado, teve influência na multiculturalidade da formação do esporte, sendo aos poucos popularizado por diferentes setores sociais, principalmente os populares.

Palavras-chave: Futebol; Região Platina; Fronteira

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e disseminação do nacionalismo. Nova York, 1983.

DALMORO, Marlon. Campereando Mercados: práticas de resistência e cidadania medidas pelo mercado na cultura gaúcha. 2013. 343f. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70382>

FRYDENBERG, Julio D “Practicas y valores en el proceso de popularizacion del fútbol, BuenosAires 1900-1910”. **Lecturas, Educación Física y Deportes** (revista digital), Buenos Aires, mai. 1998, n. 10, ano III.

GRIMSON, Alejandro. La Nación en sus límites: contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998

MASCARENHAS, G.. Multiculturalidade e adoção do futebol: platinos e alemães no Rio Grande do Sul. In: Seminario Internacional de Multiculturalidade e Formação de Espaços Sociais na América Latina e Europa, 2001, Curitiba. Seminario Internacional de Multiculturalidade e Formação de Espaços Sociais na América Latina e Europa, 2001. v. 1. p. 49-49.

RAVENEL, Loïc. A Geografia do Futebol na França. Paris: Editora Universitária da França

RODRIGUES, Francisco. Amizade, trago e alento. A Torcida Geral do Grêmio (2001 – 2011) da rebeldia à institucionalização: mudanças na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

O BAILADO DA DEUSA: A DANÇA NO ANTIGO EGITO E SUA REINTERPRETAÇÃO ATRAVÉS DO BURLESCO

Flavia Lima Corpas¹

Resumo: O interesse pelo Egito antigo na sociedade moderna é algo que não é novo e tampouco tem se mostrado passageiro. Desde o surgimento da Egiptologia como cadeira científica, após a decifração dos hieróglifos pelo linguista francês Jean-François Champollion, no século XIX de nossa era, uma vasta gama de informações a respeito da História deste povo veio à luz, fascinando não só os cientistas, mas também uma parcela da população curiosa por conhecê-la mais a fundo. Desde a antiguidade, diversas são as sociedades que encontram no Egito evidente atração. Gregos, romanos e hebreus escreveram interessantes relatos a respeito daqueles que viviam às margens do rio Nilo. Plutarco, filósofo e historiador grego, em suas viagens pela terra dos faraós recolheu dezenas de informações, transcreveu mitos e até hoje seu material é utilizado como fonte para muitos pesquisadores. *De Ísis e Osíris*, escrito pelo neoplatonista no século II, nos dá uma ideia do sucesso da religião egípcia em solo grego; e fontes arqueológicas, nos apresentam indícios de cultos direcionados a deuses tais quais Ísis, Serápis e Anúbis.

Todo este fascínio deu origem à “Egiptomania”, que é definida por Margaret Bakos como “a reinterpretação e reuso de traços do antigo Egito de uma forma que lhe sejam atribuídos novos significados.” (BAKOS, 2003, p. 210). Esta releitura pode ser aplicada de diferentes formas, como por exemplo nas artes plásticas, na música, na dança, na arquitetura, na moda etc. Infinitas são as possibilidades, já que na Egiptomania a criatividade não é impedida por nenhuma barreira. Analisar diferentes exemplos de Egiptomania, nos permite perceber a tamanha importância da civilização dos antigos egípcios que tem perdurado por milênios e ainda se faz viva em nossa sociedade. Nesta pesquisa procurou-se identificar as formas de dança praticadas pelos antigos egípcios, caracterizar o burlesco como expressão de arte e demonstrar, através de um estudo de caso, o conceito de Egiptomania sendo aplicado em um número artístico desta categoria.

Assim sendo, deve-se levar em consideração que muitos são os obstáculos atados à compreensão dos propósitos da dança no Egito antigo e os contextos nos quais a sua prática estava inserida. Esta dificuldade é encontrada em qualquer período de sua vasta História e as principais fontes com as quais o pesquisador se depara são na maioria das vezes murais em templos, tumbas, desenhos em óstraca ou papiros que precisam ser interpretados tendo em conta o estilo de arte bidimensional dos artesãos antigos. Desta forma, não se pode fazer uma completa leitura dos estilos representados em tais elementos, embora possa-se perceber representações semelhantes às danças típicas de hebreus, cretenses, gregos e de povos indo-europeus (BOURCIER, 2011, p. 16). Patricia Spencer afirma que os poucos registros literários a respeito da prática de dança, deixados pelos egípcios antigos podem ter se dado pelo fato de que eles não achassem necessário escrever sobre algo tão corriqueiro, ainda que diversos termos pudessem ser utilizados em sua língua para se referir ao verbo dançar. O mais comum destes termos é representado pela palavra *ibA* (SPENCER, 2003, p. 111). O templo erguido em Dendera dedicado à deusa Hator, contém inscrições relativas à música e à dança. Ela e seu filho Ihy eram especialmente associados a estes aspectos, assim como Bes, o deus relativo ao ambiente doméstico e às crianças. Não são incomuns representações destas divindades dançando e portando instrumentos musicais. Música e dança eram intimamente relacionadas entre si na cultura dos antigos egípcios. O sistro era um instrumento de percussão presente com

¹ Pós-graduanda em História Antiga e Medieval pelo Instituto Tecnológico e Educacional de Curitiba, ITECNE – flavia.corpas@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5968-3155.

frequência nas representações em murais e era comumente pertencente tanto ao culto à Hator, quanto para agradar demais deuses e afugentar o mal. A partir da V dinastia, grupos de mulheres conhecidos como *hnr* cantavam e dançavam nos templos para agradar os deuses; em ritos funerários para ajudar na passagem do falecido para a nova vida; e possivelmente em banquetes e festas com fins de entreter o público (GRAVES-BROWN, 2010, p. 92).

Publicado pela primeira vez em 1935, o trabalho de investigação *Ancient Egyptian Dances* realizado pela bailarina e pesquisadora tcheca Irena Lexová, permanece até o presente como uma das principais referências no que diz respeito à pesquisa relacionada às práticas de dança no Egito antigo, ainda que se configure atualmente passível de críticas, por apresentar em diversas ocasiões a visão colonialista corrente entre os acadêmicos europeus de sua época. Lexová classificou a dança no antigo Egito em onze diferentes tipos que serão discutidos ao longo desta pesquisa, sendo eles: dança puramente movimental, dança acrobática, dança imitativa, dança em pares, dança em grupo, dança de guerra, dança dramática, dança lírica, dança grotesca, dança funerária e dança religiosa.²

Embora a dança do ventre seja a expressão desta categoria mais popular no Egito moderno, devido à versatilidade do burlesco e sua constante capacidade de remodelação às mutações da sociedade, que permanece desde sua origem ainda na antiguidade clássica³, um número desta natureza foi selecionado como objeto de análise para o estudo de caso da presente pesquisa. Vale salientar que ao longo de sua trajetória o burlesco tem incorporado elementos dos mais variados gêneros artísticos, incluindo a dança do ventre. Uma das mais notórias representantes da dança burlesca mundial, foi Little Egypt. Nascida na Síria em 1871, seu nome de batismo era Farida Mazar Spyropoulos. Em 1904, Spyropoulos alcançou o estrelato apresentando no palco passos exóticos e movimentos sinuosos em seus quadris. Logo, todo show burlesco que se prezasse contaria com pelo menos um número orientalista. Devido a seu enorme sucesso, pelo menos mais outras três bailarinas passaram a adotar este nome artístico.

No Brasil, pode-se dizer que o gênero encontra seu equivalente no Teatro de Revista, categoria teatral popular satírica que se originou no século XVIII. Direcionado às massas, o estilo alcançou seu auge no início do século XX, com suas famosas vedetes, em espetáculos influenciados tanto pelas revistas francesas, como a *Ba-ta-clan*, como pelos ritmos norte-americanos como o foxtrote e o *ragtime*. Ao fim da década de 1960, as mutações político-sociais em solo brasileiro, acompanhadas da censura política, obrigaram o Teatro de Revista a fragmentar-se em duas vertentes: a primeira, dirigida ao grande público, acabou por influenciar o cinema e se reinventou para caber no espaço televisivo, em programas humorísticos e de auditório; já a vertente sensual, continuou pelos palcos e abriu espaço para artistas como Rogéria, Valéria e Brigitte de Búzios (VENEZIANO, 1991, p. 52, 53).

Elvira Von Hölle é uma bailarina burlesca e professora de dança brasileira. Seu ato intitulado *Asas de Ísis*, incorpora elementos da cultura egípcia, desde a concepção do figurino até a escolha da trilha sonora e a constituição coreográfica, que serão debatidos ao longo do trabalho. A presente investigação procura não só identificar quais componentes do referido ato são oriundos da cultura egípcia, como também discutir se novas funções lhe são incumbidas, tal como a Egiptomania permite. Embora seja um campo que carece de explorações, a dança no Egito antigo instiga artistas ao redor do globo há séculos. Sendo praticada pelos antigos em contextos religiosos, funerários, de lazer, caça e guerra, pode-se afirmar que a dança dispunha de fundamental valor naquela sociedade e se fez presente desde períodos pré-dinásticos até o fim da era faraônica.

Em síntese, a pesquisa no âmbito da dança no antigo Egito mostra-se um campo fértil e pouco explorado, que carece de novos estudos, sendo um excelente objeto de análise não só

² LEXOVÁ, I. *Ancient Egyptian Dances*. E-book Kindle. ed. Praga: Dover Publications, Inc, 2000.

³ CORIO, A.; DIMONA, J. *This was Burlesque*. New York: Open Road Media, 2014. P10.

para pesquisadores da Egiptologia, como também para cientistas que trabalham na investigação das relações sociais e práticas de atividades físicas e performáticas. Por ser um estilo artístico com a capacidade de abranger variadas referências, o Burlesco é apto a englobar facilmente elementos das mais diversas origens e pode encontrar no Egito antigo grande estímulo para suas performances. Ao analisar a obra de Elvira Von Hölle percebe-se a realização por parte da artista de múltiplas pesquisas a respeito tanto da mitologia quanto dos simbolismos egípcios, ao mesmo tempo que sua performance permanece como sendo um exemplo claro de Egiptomania, visto que os passos de dança executados na antiguidade não podem ser interpretados ou reproduzidos com exatidão. Fica claro que o uso de princípios culturais e religiosos podem ser expressos em forma de arte, não necessariamente sendo empregados da mesma maneira que eram aplicados no passado. Esta releitura contribui em diversos aspectos para o interesse do público em geral, nas questões referentes ao Egito antigo, servindo não só como homenagem, mas também como instrumento da disseminação dos elementos citados acima.

Palavras-chave: Egito Antigo; dança; Egiptomania.

REFERÊNCIAS

BAKOS, M. Corpo e Egiptomania no Brasil. **PHÔINIX**, Rio de Janeiro , 11 Julho 2003. 210-225.

BOURCIER, P. **História da Dança no Ocidente**. São Paulo : Martins Fontes, 2011.

CORIO, A.; DIMONA, J. **This was Burlesque**. New York: Open Road Media, 2014.

GRAVES-BROWN, C. **Dancing for Hator - Women in Ancient Egypt**. E-book Kindle. ed. London: Bloomsbury, 2010.

LEXOVÁ, I. **Ancient Egyptian Dances**. E-book Kindle. ed. Praga: Dover Publications, Inc, 2000.

SPENCER, P. Dance in Anciet Egypt. **Near Eastern Archaeology** , Setembro 2003. 111-121.

VENEZIANO, N. **O Teatro de Revista no Brasil: Dramaturgia e Convenções**. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

WILSON, J. **The Happy Stripper: Pleasures and Politics of the New Burlesque**. London and New York: I.B. Tauris, 2008.

ENTRE A PRESERVAÇÃO E A MODERNIZAÇÃO: O PATRIMÔNIO ESPORTIVO EM JOGO

Guilherme Moreira Gomes da Cruz¹
Leila Bianchi Aguiar²

Resumo: A proposta de comunicação no CONEPEH surge como um desdobramento da pesquisa de mestrado em desenvolvimento na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O objetivo principal da comunicação é introduzir uma discussão sobre patrimônios que podem ser identificados com práticas esportivas tendo como ponto de partida o caso emblemático do Estádio Jornalista Mário Filho, também conhecido como Maracanã. Esse é um esforço na intenção de coadunar as categorias de esporte e de patrimônio cultural buscando explorar as potenciais contribuições dessa aproximação para ambas as partes.

Ainda que o estudo das práticas fosse consolidado no âmbito da produção acadêmica, aparecendo, por exemplo, como um paradigma da Nova História Cultural (BURKE, 2008), são pouco recorrentes as reflexões que tratem da patrimonialização de instalações ou práticas ligadas ao esporte. Ao menos a nível nacional ou regional, a produção sobre a temática ainda é incipiente (ROCHA; ROLIM, 2021). Destaco a importância do dossiê recentemente publicado na Revista de Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) sobre o tema “Patrimônio Esportivo e Museus do Esporte” com discussões pertinentes, contribuí para inaugurar novos debates e ajuda na divulgação de projetos e pesquisas dentro da temática. Num dos artigos do dossiê da revista o sociólogo Christian Bromberger (2021) busca responder à pergunta: “Por que se interessar pelo patrimônio esportivo?”. Para tanto investe numa definição englobante desse patrimônio, como algo que esteja incluído numa “cadeia patrimonial”. Ele entende que pela diversidade dos bens esportivos sua preservação implica na formação de critérios de seleção e conservação específicos. Segundo ele, são elementos que não devem ser retirados de seu contexto e terão seus sentidos potencializados por isso. Noutra reflexão propositiva sobre a temática, Melo, Fonseca e Peres (2017), alertavam para a relevância do patrimônio esportivo pensando em desafios conceituais, acadêmicos e institucionais no contexto brasileiro. O trio suscita que as ações voltadas para o patrimônio esportivo podem incitar a produção de novos olhares sobre o passado e impactar na forma como a cidade e o espaço público são concebidos, potencializando o ideal de identificação entre a sociedade e os lugares. Anne Stroobant (2011) desenvolveu sua dissertação dentro de uma perspectiva similar ao trio, identificando, por meio de um levantamento extenso localizado no continente europeu, padrões na organização de coleções museológicas e na preservação de instalações esportivas que foram patrimonializadas. O texto de Stroobant funciona para essa pesquisa como uma modelo prático de análise por sua abordagem dedicada tanto ao entendimento do panorama geral de uma temática pouco explorada quanto à investigação de um caso específico de um bem de proporção nacional, no caso, a musealização do Estádio Nacional de Portugal.

Uma breve exposição sobre a trajetória preservação do patrimônio pode ajudar no entendimento do distanciamento e a indispensabilidade de uma aproximação entre patrimônio e esporte. A consolidação da categoria de patrimônio remonta ao século XIX no qual foram criados fundamentos para a preservação de bens culturais. A proteção desses bens sob a tutela

¹ Bacharel e Licenciado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), linha de pesquisa Patrimônio, Ensino de História e Historiografia. Email: moreiraguilherme75@gmail.com.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil; Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, Brasil e do Mestrado Profissional em Ensino de História. Pesquisadora do Núcleo de Documentação, Memória e História da Unirio. Email:leila.aguiar@unirio.br.

de órgãos de preservação foi parte dos recursos acionados por Estados Modernos na diligência por legitimar representações nacionais (AGUIAR, 2015). Dessa forma, o conjunto de bens patrimonializados configurado a partir de escolhas objetivas teriam como finalidade compor um quadro da cultura nacional. No Brasil, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, foram desenvolvidas políticas patrimoniais tendo como eixo central a relação entre uma classe de intelectuais modernistas e o Estado Novo. Os bens selecionados deviam estar enquadrados numa expressão artística brasileira que pudesse estar associada à concepção de arte tradicional segundo padrões ocidentais (CHUVA, 2017). O modelo eleito, depois consagrado e transformado em padrão, seria a arte e a arquitetura mineira do século XVIII, produção que remetia à matriz cultural colonial lusitana. As práticas empregadas nesse primeiro momento, contando com o protagonismo técnico de arquitetos, seriam consolidadas nas décadas de 1930 e 1940 com grande esforço voltado tanto à seleção e conservação de bens quanto à divulgação desse trabalho.

O período dos anos 1970 e 1980 é chancelado como um contexto de transformação no campo do patrimônio, período em que se pode inaugurar um pensamento que o associe a outras manifestações culturais, não apenas no contexto brasileiro. Numa dimensão internacional a Organização das Nações Unidas passava a direcionar e regulamentar normas de preservação, especialmente a partir da Convenção de 1972 (DOURADO, 2013). Segundo Nogueira (2014), a década de 1980 é o momento marcado pelos debates acerca do patrimônio e da memória, com a participação de outros sujeitos e revisão das demandas por proteção, valorização e notificação. A inclusão profícua de novos objetos na esfera patrimonial em confronto com a visão restrita de cultura estivera estreitamente associada ao desenvolvimento de estudos sociais na área da antropologia, ciências sociais, psicologia, etc. (RABELLO, 2009). Nesse contexto podemos incluir o estudo de caso do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Em 1983 foi aberto um processo de tombamento da praça esportiva junto ao órgão de preservação federal. A mobilização do Maracanã como um caso exemplar funciona tanto pelo caráter de exceção, – único estádio tombado a nível federal no Brasil – baseado na retórica de sua preservação, quanto pelo processo de modernização relacionado ao contexto de transformações no esporte contemporâneo.

Após constantes debates e divergências que afetaram a resolução do processo, o Maracanã seria tombado em 2000. Para pensar a relevância desse estudo é essencial analisar os sentidos atribuídos ao estádio para que ele fosse tombado. Outra questão pertinente é observar as ressalvas em torno da patrimonialização de um estádio de futebol. Ambos os fatores estão presentes na reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, em 2000. Os conselheiros discutiram o risco de descaracterização por via de reformas e a definição do estádio como um lugar de feitos memoráveis para a história nacional. A maioria deles defendia que o tombamento não poderia impedir que alterações fossem aprovadas, mudanças que tivessem como finalidade melhorar as condições de funcionamento do estádio. Entre os significados atribuídos ao bem há a reafirmação de uma história do estádio como parte de uma narrativa nacional, dotado de um sentido simbólico monumental e democratizante.

A patrimonialização do Maracanã pode ser pensada como uma ampliação espacial e tipológica dos bens culturais. Já seu processo de modernização, vislumbrado desde os anos 1990, sendo consumado com a realização dos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, podemos inserir numa perspectiva abrangente de padronização das estruturas esportivas. Este é o projeto encabeçado pelas principais entidades ligadas ao esporte em articulação com o capital privado objetivando tornar esses espaços mais lucrativos. As principais justificativas que engendram as recomendações, entretanto, estão supostamente baseadas na garantia de segurança, acessibilidade e conforto para os espectadores. A dinamização econômica imbricada às novas arenas tem sua defesa legitimada pelo abandono e deterioração das antigas praças esportivas, ao passo que numa outra perspectiva a modernização

é vista como algo nocivo ao futebol por dissociá-lo de seu caráter popular e aliá-lo a um projeto de elitização (HOLLANDA & MEDEIROS, 2019).

Um dos problemas para a inclusão do Maracanã nessa dinâmica econômica se deu em função de sua proteção material teoricamente assegurada pelo estatuto do tombamento. Para que o imóvel fosse restaurado, demolido ou remodelado, mesmo que parcialmente, internamente ou externamente, era preciso que qualquer intervenção fosse ao menos discutida pelo Iphan. Durante os Jogos Pan Americanos de 2007 algumas modificações reversíveis foram realizadas (GIRÃO, 2012). Apesar de reversíveis e consentidas pelo Iphan é plausível olhar para essas modificações como impactos decisivos para valores atribuídos ao estádio e destacados em seu tombamento, como o fim de setor popular, instalação de cadeiras e redução da capacidade numérica. O fechamento do setor da geral, por exemplo, foi interpretado por Telles (2010) como uma mutilação pois ele via o setor como um dos elementos medulares do bem. A interpretação do superintendente do Iphan-RJ que autorizou o início das obras de modernização, compreendendo como principal fator do tombamento o caráter etnográfico e associando tal critério a um “tombamento imaterial”, reduz os sentidos atribuídos ao estádio enquanto patrimônio além de minimizar os efeitos simbólicos e materiais de uma grande transformação espacial.

Vale ressaltar que o Maracanã é um exemplar destacado dentro do universo do esporte brasileiro, especialmente no que tange ao futebol. No entanto, há outros casos diferentes como do Parque do Povo em São Paulo que abriga entre outros elementos campos de futebol de várzea. A aproximação entre esporte e patrimônio pode gerar contribuições, aos lugares identificados com a prática esportiva sua associação com o patrimônio pode propiciar subsídios na atuação em prol da preservação de memórias identitárias ligadas a esses espaços, além de permitir a expansão do campo da História do Esporte; ao patrimônio, assim como no caso de outros referenciais, pode diversificar os acervos e servir como suporte na defesa de um patrimônio cultural que implica na integração entre as práticas e as construções. Para isso, é preciso adotar uma noção de *patrimônio* assentada numa perspectiva integradora, considerando a inegável articulação tácita entre os aspectos materiais e imateriais. Outrossim, pensando na dupla seleção-conservação, é produtivo olhar esses espaços procurando os significados direcionados a eles, rechaçando a ideia de patrimônios legitimados por valores intrínsecos. Por complemento, vale refletir sobre as maneiras que esses bens culturais são apropriados, exibindo a forma como eles encontram *ressonância* junto à diferentes instituições e grupos da sociedade. A noção de um patrimônio calcado na integração de seus sentidos apresentada por Chuva (2012), que são atribuídos e não inerentes, em conjunção com a ideia de *ressonância* para a legitimação dos bens culturais patrimonializados, e a concepção da patrimonialização pautada pela noção de *perda*, ambas desenvolvidas por Gonçalves (2005;1996), são fundamentais para pensar a patrimonialização de bens esportivos.

Palavras-chave: patrimônio cultural; patrimônio esportivo; estádio do Maracanã.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leila Bianchi. Reflexões sobre Estados nacionais e a criação das agências de preservação dos patrimônios culturais. **Conhecimento e Diversidade**, v.13, p. 80-89, 2015.

BROMBERGER, Christian. Por que se interessar pelo patrimônio esportivo? **Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** - Unirio | MAST – vol.14, no1, 2021.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. – 2.ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio**, nº 34/2012. Rio de Janeiro: IPHAN.

DOURADO, Sheilla Borges. Patrimônio de diversidade cultural: direitos de povos e comunidades tradicionais. In: Alfredo Wagener (PNCSA), Sheilla Borges DOURADO, Rosa Elizabeth Acevedo Marin (org.) **Patrimônio Cultural: identidades coletivas e reivindicações**. Manaus, UEA Edições, PPGSA/PPGAS – UFAM, 2013/p. 11-50.

GIRÃO, Claudia. Maracanã: destruir ou preservar. *Projetos*, São Paulo, ano 12, n. 133.08, **Vitruvius**, fev. 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2000, p. 15-36.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MEDEIROS, Jimmy. De “país do futebol” a “país dos megaeventos”: um balanço da modernização dos estádios brasileiros sob a ótica das Torcidas Organizadas da cidade de São Paulo. **Recorde: Revista de História do Esporte**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 1-27, 2019.

MELO, Victor Andrade de, FONSECA, Vivian Luiz, PERES, Fabio Faria. Patrimônio esportivo: um tema de investigação. **Projeto História**, São Paulo, v. 59, p. 261-284, abr.-jul. 2017.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**. v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

ROCHA, Luísa Maria; ROLIM, Luís Henrique. Patrimônio esportivo e museus do esporte. **Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** - Unirio | MAST – vol.14, no1, 2021.

STROOBANT, Anne. **Património desportivo e musealização**: Elementos para um projecto de musealização do estádio nacional. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Proteção ao patrimônio cultural brasileiro**: análise da articulação entre tombamento e registro. Dissertação (Mestrado) – Programa de PósGraduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2010.

TAEKWONDO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA ARTE MARCIAL ATÉ SUAS PRIMEIRAS CONQUISTAS E RENDIMENTO ESPORTIVO

Mariana Möller de Athayde¹

João Manuel Casquinha Malaia Santos²

Resumo: Este resumo propõe-se a apresentar os primeiros passos de pesquisa acerca do Trabalho de Conclusão de Curso inserido no curso de História com a temática sobre a inserção da arte marcial de origem coreana — o Taekwondo — no país.

É uma luta que teve seu início oficial no país apenas a partir do ano de 1970 e que neste ano, 2021, compete o título de maior potência da América Latina diretamente com grandes nomes como México e Cuba.

A ideia principal é entender de que maneira esta arte se enquadra do período onde o país estava vivendo e compreender seu processo até nos levar aos títulos grandiosos que o país carrega nessa categoria presentemente.

O objetivo é estudar um pouco mais sobre a história desta arte marcial neste país e também entender a ligação Brasil — Coreia do Sul, desde como e por que chega essa cultura no país até compreender como e de que maneira atualmente este esporte em específico se torna uma potência mundial de resultados em grandes campeonatos. Há uma grande dificuldade em encontrar, até então, pesquisas a respeito do taekwondo no Brasil no campo da história. Ademais, é um fator que torna imprescindível que historiadores produzam materiais que contribuam para a própria História do Brasil sendo que trabalhos sobre o tema seriam importantes para destacar o período de sua chegada coexistente em que ocorria o auge da ditadura civil militar.

O maior problema para a pesquisa é encontrar referências bibliográficas no campo da história, sendo possível encontrar mais informações em esferas como educação física e jornalismo. Entretanto, é possível resolver a situação ao utilizar fontes ricas, como os jornais digitalizados que a Hemeroteca Nacional proporciona, além de pesquisas e métodos feitos na História do Esporte como referências a contribuir para este estudo. O estudo tem o alvo de coletar dados e analisar com perspectiva historiográfica cruzando informações, considerando todos os eventos relacionados ao esporte e os perfis sociais de seus participantes e, em sua maioria, apresentam perfil de militares, sendo possível perceber a progressiva transformação permitindo a participação de novos indivíduos inseridos com particularidades como raça, classe e gênero.

Para a pesquisa, a metodologia compõe-se em apurar as leituras e referências bibliográficas e fazer a análise desse material, com uma visão crítica e a partir disso, abordar a História do Taekwondo no Brasil. Além disso, será necessário o uso da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional para analisar as primeiras notícias e impressões dadas sobre o Taekwondo no Brasil. Também há a possibilidade de utilizar história oral com mestres que foram alunos dos primeiros mestres a se estabelecerem no país.

Tae (태) significa "pés", Kwon (권) significa "mãos" e Do (도) significa "caminho", mas juntando-as em uma palavra, a tradução seria algo como "caminho dos pés e das mãos através da mente". É uma arte marcial que utiliza de técnicas de auto-defesa e ataque ligadamente com uma filosofia de vida.

¹ Graduanda em Licenciatura em História, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Stadium - Grupo de Estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas. E-mail: athaydem1@gmail.com.

² Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria, Coordenador do LHP - Laboratório de História Pública e do Stadium - Grupo de Estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas. E-mail:jmalaia@gmail.com

Entre os feitos mais significativos da World Taekwondo Federation (WTF), tem-se o reconhecimento do Comitê Olímpico Internacional (COI) do taekwondo como esporte olímpico em 1980, bem como o reconhecimento da federação como uma organização esportiva de taekwondo que permite um encadeamento de participações internacionais. Em 1988 aparece, nas Olimpíadas de Seul, Coréia, como esporte de demonstração com 120 homens e 63 mulheres representando 42 países e em 1992, outra vez, como demonstração, aparece nos Jogos Olímpicos de Barcelona.

Passou a ser considerado um esporte olímpico desde sua primeira participação no quadro oficial de modalidades olímpicas nos jogos olímpicos de Sydney no ano 2000. O primeiro mestre oficialmente enviado pelo presidente da International Taekwondo Federation (ITF) foi Sang Min Cho, em 1970, que fundou no mesmo ano a primeira academia de Taekwondo no Brasil situada no bairro Liberdade em São Paulo.

Em 1971, comparecem ao Brasil os mestres Sang In Kim e Kun Mo Bang. Mesmo que quando inserido no Brasil, o taekwondo ainda era conhecido apenas como o "karatê coreano", com a vinda de vários mestres depois dos citados acima, ocorre uma grande propagação da arte marcial por todo o país.

Na academia do Rio de Janeiro, por exemplo, continha uma equipe de alunos formada alguns militares como exemplo o Tenente Coronel Arthur Rosa Delamare e o Tenente Coronel Vidal que também ocuparam cargos na Federação Carioca.

A partir de 1974, os responsáveis pelo departamento de Karatê da Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP) manifesta um posicionamento para o presidente da CBP, favorável a criação do departamento de Taekwondo.

Com a grande repercussão positiva que estava ocorrendo por todo o Brasil, em 1974 o Brasil passa a ser reconhecido como esporte brasileiro pelo Conselho Nacional de Desportos e, logo, vem a criação da Associação Brasileira de Taekwondo (posteriormente seu nome é modificado para Confederação Brasileira de Taekwondo, em 1990) diretamente ligada com o Comitê Olímpico Brasileiro em 1987.

Em 1990, através do atleta Fábio Goulart, o Brasil conquista sua primeira medalha de ouro em competições oficiais no Campeonato Pan-Americano de Taekwondo e em 1991 ouro nos Jogos Pan-Americanos de Cuba. Neste mesmo ano, Jorge Gonçalves recebe o bronze no Mundial sediado em Atenas. Em 2007, o atleta Diogo Silva se estabeleceu em primeiro lugar (inédito para o Brasil nesta categoria, até 68 kg) nos Jogos Pan-Americanos.

Um nome de grande destaque dentro do Taekwondo brasileira é a Natália Falavigna — que conquistou vários títulos inéditos para o Brasil —, tendo seu primeiro campeonato internacional aos 16 anos no ano 2000 e trouxe para casa a primeira medalha de ouro no Campeonato Mundial de Taekwondo Júnior, em 2005 conquistou o primeiro lugar no Campeonato Mundial de Taekwondo, prata nos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio, 2008 obteve o bronze nos Jogos Olímpicos de Pequim, e medalha de ouro na Universíada de Belgrado em 2009.

Ao analisar profundamente a origem deste esporte escolhido como temática e seu processo de inserção no Brasil com a observação de dados referentes à chegada de imigrantes coreanos, foi possível entender e apreender não somente como de fato ocorreram essas inserções, mas sim como os mesmos também trouxeram impactos culturais para o país, econômicos e sociais, seja diretamente ou indiretamente.

Palavras-chave: História do Esporte; Taekwondo; Brasil.

REFERÊNCIAS

- DE MELO, V. A et al. **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- MOENIG, Udo; KIM, Minho. The Origins of World Taekwondo (WT) Forms or P'umsae. Ido Movement for Culture. **Journal of Martial Arts Anthropology**. Youngsan University, Korea. Vol. 19, no. 3 (2019), pp. 1–10.
- BAE, Ester. **Uma nova face da imigração: um estudo dos expatriados sul coreanos e sua inserção social em São Paulo**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível no site: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22437>
- CHOI, Keum Joa; GLEZER, Raquel. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. 1991. Repositório USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 5-28, Dec. 2005. Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200001&lng=en&nrm=iso
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000200001>
- RIOS, Gleyson Batista. **O processo de esportivização do Taekwondo**. Pensar a prática. V.8 n.1. pg 65. 2005. pp. 37-54
- MARTA, F.E.F. O Caminho dos Pés e das Mãos: Taekwondo Arte Marcial, Esporte e a Colônia Coreana em São Paulo. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0357.pdf>.
- COSTA, Juliano Lopes da. **O taekwondo no Rio Grande do Sul: uma leitura do tempo sobre a prática de luta (1970-1980)**. Dissertação UFRGS. Janice Zarpellon Mazo. LUME / Repositório digital. 2019. Disponível no site: <https://www.lume.ufrgs.br/202210>

“HE SIDO MOZO, SEÑOR, QUE HÁ SABIDO COPAR BANCAS BUENAS”: JOGATINAS E APOSTAS NO ESPAÇO PLATINO OITOCENTISTA

Matheus Donay da Costa¹

Resumo: Dois de março de 1901. Neste dia, a revista *Caras y Caretas* publicava sua edição número 126 em Buenos Aires. Em uma seção intitulada “tipos populares de províncias”, o semanário apresenta um personagem interiorano e popularmente conhecido como “El Enano de Santa Fe”, apelido que fazia referência ao seu nanismo e ao lugar de origem. El Enano de Santa Fe na verdade se chamava Eduardo Ocampo, possuía 98 centímetros de altura, de traços negros, nascido em 1848 no interior da Argentina e, de acordo com a revista, conhecido por suas aventuras amorosas e suas pendências que possuía com rivais, além do amor pela guitarra e pela literatura. Perguntado se não se aborrecia de ficar recluso em um espaço tão pequeno como era sua casa, Eduardo responde que não, alegando que mata o tempo com baralhos e composição de versos. Na sequência da entrevista, Eduardo Ocampo recorda do tempo em que era mais jovem e revela: “*he sido mozo, señor, que ha sabido copar bancas buenas*”, afirmação que aparentemente instiga o entrevistador e desloca o tema da conversa para o âmbito das apostas em jogos.

Eduardo, o anão santafesino, alega que sua maior vitória havia sido contra um homem da cidade de Santiago del Estero, na pulpería de Don Simón, onde faturou 100 pesos apostando em umas carreiras. A seguir, pergunta se é verdade que em Buenos Aires se formam apostas de até 200 pesos. Ao receber a confirmação, ele revela que sempre teve vontade de viajar para a capital, mas que sua família não o apoiava. De acordo com ele, se tivesse ido apostar em Buenos Aires durante sua juventude, seria um homem rico e com uma casa melhor.

A matéria em que Eduardo Ocampo é protagonista poderia ser só mais uma entre tantas páginas das mais de 1000 edições da *Caras y Caretas*. Hoje, sem dúvidas, é uma grande fonte de informação sobre cultura, cotidiano e lazer de um popular no interior argentino do século XIX. Primeiramente, porque observamos os seus gostos: a guitarra, a jogatina, a composição de versos e a literatura. Em segundo lugar, porque temos a fonte visual de Ocampo estampada na revista: um homem negro, anão, descalço, de vestimentas simples. Também porque nos revela, mesmo que de maneira sutil, informações como a abrangência territorial dos jogos e das apostas e seus valores. Lembremos que Eduardo é de Santa Fe, relata que sua maior vitória foi contra um sujeito de Santiago del Estero e que gostaria de ter ido jogar em Buenos Aires. Não sabemos exatamente quando que Ocampo faturou seus 100 pesos, o que impossibilita fazer comparações precisas para mensurar o valor. No entanto, se fosse em 1901, poderia adquirir um total de 400 exemplares da edição da *Caras y Caretas* em que foi entrevistado, uma vez que era vendida a 25 centavos para o interior da Argentina.

Quando deslocamos o olhar para a ficção através da literatura, percebemos que o estilo de vida apreciado por Ocampo não era uma exceção. Pelo contrário, são recorrentes os personagens que se divertiam com apostas, isso quando não projetavam melhor expectativa de vida através dos ganhos com os jogos. São cenas que se repetem na obra de José Hernández, Sergio Faraco, Simões Lopes Neto ou então nos incontáveis folhetins e novelas da vasta literatura gauchesca do século XIX que circulava especialmente entre Argentina e Uruguai. Diante de tanta recorrência da prática de jogar a dinheiro encontradas em fontes de diversos gêneros, o presente trabalho tem por objetivo fazer alguns apontamentos iniciais sobre o fenômeno: entender por quê se aposta e quais as implicações da prática na vida dos jogadores.

¹ Graduando em História – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisador do Stadium – Grupo de estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas. E-mail: matheusdonay1@gmail.com

Embora o caso apresentado na introdução seja abordado de maneira amistosa e sem atribuição de valor pejorativo no que diz respeito ao apostar, é muito comum encontrar registros que remetam à repressão desse tipo de prática. Inibir comportamentos associados à vagabundagem e acumulação de riqueza sem trabalho podem ser visualizadas desde a baixa idade média. Apesar do caráter lúdico, Ana Vina Brito (2016) revela que as grandes quantias colocadas em disputa e a tendência ao vício já preocupavam o Estado espanhol quanto aos jogos de naipes nas Ilhas Canárias no século XV. Quanto à relação entre jogos de azar e Estado no período tardocolonial de Buenos Aires, os trabalhos do Grupo Sociedad y Estado, da Universidad del Mar del Plata, canalizados na publicação de Carlos Mayo (1998), oferecem interessantes contribuições no que tange a diversidade de jogos, apostas e repressões. Em Porto Alegre na Primeira República, Sandra Pesavento (1990) também revelou os esforços para inibir este tipo de ação e o estigma possuído pelos jogadores. Rômulo Labronici (2018), ao fazer um estudo antropológico sobre as apostas no turfe no Rio de Janeiro, faz apontamentos interessantes sobre essa estigmatização constante sobre os jogadores:

“Nos jogos de apostas, o vício e o viciado são categorias acusatórias (Velho, 2004) e estigmatizantes (Goffman, 1988) que permeiam a realidade dentro e fora das casas de jogo. Os perigos atrelados a tais práticas trazem no seu contato rupturas com uma “normalidade” e com os controles de si (Foucault, 1979) vigentes por um aspecto moralizante que incide diretamente no caráter do jogador.”

Por fim, trabalhos como o de Ana Victoria Cecchi (2009) demonstram, através dos debates legislativos, o que alguns parlamentares pensavam sobre os jogos de azar no final do século XIX e início do XX. Em 1901, o deputado Pastor Lascano, visando ampliar a repressão para jogos além da loteria, afirma que:

“La Capital de la República sufría, en esos momentos, un mal social - el juego- que la carcomía. Si sigue la progresión creciente que en este momento tiene se puede asegurar que se pierda el hábito del trabajo, llegándose a un estado que significaría graves y profundas perturbaciones sociales”

Se olharmos para o discurso do Estado, seja no Brasil ou na Argentina, os jogos e as apostas nunca foram bem-vistos. O mesmo não se pode dizer quando deslocamos o foco para os que praticam os jogos, cujo hábito torna-se até mesmo parte componente de sua identidade. Cezimbra Jacques, em “Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul” (1883), aborda o tema das jogatinas com algum detalhamento e naturalidade, sem qualquer tipo de moralismo. Ele revela que o gaúcho joga tudo que possui (dinheiro, cavalo, armas, vestes, etc) e que não raramente sai do jogo com nenhuma posse, o que torna o jogador temível e com mais vontade ainda de reaver seu prejuízo. O texto de Jacques, de caráter memorialista e com grande exaltação do povo gaúcho, ainda ressalta as qualidades dos jogadores que “se divertem, sofrem, morrem com o mesmo sangue frio”. Novamente, os apontamentos de Labronici sobre as apostas no turfe nos auxiliam a entender algumas explicações para esse fenômeno:

“O jogo, como definido por Roger Caillois (2001), uma atividade voluntária, separado da realidade cotidiana no espaço tempo incerto e não produtivo, seria dotado de características de disputa, sorte, excitação e, a união com as apostas contribuiriam para a passagem do lúdico ao perigoso. O gradiente de emoções (Resende & Coelho, 2010) acionados durante a prática de apostas seria outro ponto de convergência. A busca por reaver gastos outrora perdidos se consolida como o foco de ruptura. Os excessos são assim apreciados ou como uma concepção normal “coisas do jogo” ou como prática tal que deve ser evitada a qualquer custo.”

Rahul Kumar (2020), ao discorrer sobre desporto e lazer na obra de Norbert Elias e Eric Dunning, aponta para o desejo de libertação emocional e busca pela excitação. Ou seja, no

tempo livre, nem sempre os indivíduos desejam atenuar suas tensões – às vezes, pelo contrário – buscam por atividades que instiguem as emoções como o medo, a euforia e outros sentimentos que muitas vezes costumam ser reprimidos. Todavia, isso não implica em que toda e qualquer atividade de jogo e aposta seja levada ao extremo das emoções. Um bom exemplo encontramos na revista *El Fogón* de número 9, editada em 1895 em Montevidéu. Em uma matéria intitulada “La fiesta del domingo”, o periodista Elias Regules relata um dia de celebração na sociedade La Criolla: “*la batalla termina, más ó menos, como á las doce de día, y el truco por cigarros, amenizado com dichos y balacas, hace la sobremesa.*” Ao que tudo indica, apostas ocorriam também por valores simbólicos (como por cigarros) e em ambientes sociais de confraternização, como neste dia de churrasco, cantorias, guitarreadas e baile.

Outra ocorrência de apostas em situações festivas é encontrada novamente na revista *Caras y Caretas*, mesmo que já em 1916, no século XX. Embora escape do nosso foco (que é o oitocentos), a matéria “La fiesta del rey negro”, presente na edição 934, registra um tradicional evento da comunidade negra da província de Corrientes, próxima da fronteira com o Paraguai, que é a festa de San Baltazar – evento que ocorre até os dias de hoje. Nas páginas da revista há a descrição de um dia de festejos, onde as pessoas bailam, tocam música, competem por quem faz a festa mais pomposa (mesmo entre os mais humildes) e que também apostam em jogos como carreiras, tava e truco. A descrição da festa de San Baltazar já seria interessante por si só, mas se a pensarmos em conjunto com a matéria sobre Eduardo Ocampo, o anão de Santa Fe, já começamos a reunir evidências de uma ativa participação da tão invisibilizada comunidade negra argentina nos espaços de sociabilidade, lazer e apostas.

Por fim, o que se buscou aqui foi fazer alguns breves apontamentos sobre apostas, apostadores e elementos que orbitam essa prática, como a repressão, a excitação e a ludicidade. Trata-se de um trabalho em andamento, cujo as conclusões e o aprofundamento teórico ainda estão em desenvolvimento, no entanto, já começamos a delinear algumas observações com base nas fontes históricas e na literatura acessada. Até aqui, conclui-se que o ato de apostar funcionou como um impulso para que jogos como truco e carreiras de cavalos tivessem maior grau de emoções. Uma excitação que muitas vezes tendia à repetição e que muitas vezes causou preocupação de autoridades com a possibilidade de uma população viciada em jogos e os problemas sociais decorrentes disso. Por outro lado, há o evidente caráter lúdico, do divertimento em si, em que a ocorrência de apostas está atrelada a situações festivas, como demonstrado no churrasco na sociedade Criolla em Montevidéu ou então na festa de San Baltazar em Corrientes. Ainda pudemos visualizar a diversidade de locais onde as apostas ocorrem: diferentes cidades do território platino, variados espaços como *pulperías* ou bailes. Desta forma, as primeiras impressões convergem para uma prática multifacetada, parte do cotidiano lúdico de muitos populares e cujo a banca poderia variar de um cigarro à 200 pesos.

Palavras-chave: História do lazer; Jogos de azar; Apostas.

REFERÊNCIAS

BRITO, Ana Vina. El juego de naipes em el primer siglo de la colonización canaria: vicio o entretenimiento? **Cartas diferentes: Revista canaria de patrimônio documental**, v. 12, p. 221-244, 2016.

CECCHI, Ana Victoria. **Formas de legalidade: juegos de azar, discusiones parlamentarias y discursos policiales 1895-1905**. In: XII Jornadas Interescuelas/Departamento de Historia, 2009, Bariloche. Disponível em: < <https://cdsa.aacademica.org/000-008/329.pdf>>

JACQUES, Cezimbra. **Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: Editora UFSM, 2014

KUMAR, Rahul. A busca de excitação: Desporto e Lazer no Processo Civilizacional, de Norbert Elias e Eric Dunning. **Análise Social**, v. 2, p. 457-461, 2020

LABRONICI, Rômulo. O vício inerente: fronteiras materiais e morais nas apostas do turfe. **Anuário Antropológico.**, v. 43 , p. 67-92, 2018

MAYO, Carlos (Org). **Juego, Sociedad y Estado em Buenos Aires 1730-1830**. Mar del Plata: Editorial de la U.N.M.D.P., 1998

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1990.

A INSERÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES ATRAVÉS DO TURFE: O JOCKEY NEGRO CHRISPIM EM DESTAQUE (1889)

Thiago Lindemaier da Rosa¹
João Manuel Casquinha Malaia Santos²

Resumo: O presente trabalho consiste em expor o projeto de pesquisa *A Inserção do Negro na Sociedade de Classes através do Turfe: o jockey negro Chrispim em destaque (1889)*., visamos analisar a integração do negro na sociedade de classes no pós-abolição e as representações da população negra através da imprensa periódica. Deste modo, temos como objeto de estudo o personagem Antônio Chrispim um homem negro que atua como jockey no turfe recifense. Pelo desportista se tratar de um homem negro que tem como profissão ser um *sportmen* em um esporte que se encontra em vigor frente a instituição da escravidão, entendemos o caso como fundamental para compreender o universo das corridas de cavalo na sociedade brasileira, bem como, a integração do negro na sociedade da segunda metade do século XIX – Além da discriminação racial e as culturas de massas.

Conforme apuramos através da imprensa pernambucana do período (*Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno e Jornal de Recife, Jornal do Povo*) Chrispim foi uma estrela dentro do turfe pernambucano e constantemente o nome do jockey estava presente nas matérias dos jornais locais, resultando na repercussão do seu nome nos tabloides recifenses. Entretanto as notícias que mais se repercutiram acerca do esportista são remetidas pela acusação pelo sequestro da filha de um rico comerciante português. Pelo fato do jockey negro estar inserido em um espaço elitista, que são os Jockeys Club's, o mesmo acabou por enamorar-se de uma moça pertencente a mais alta classe econômica de Recife. O que foi tratado como sequestro era na verdade uma fuga planejada por ambos. O pai da moça ao saber do ocorrido usou de seus atributos políticos e econômicos para forçar uma condenação a Chrispim – Este foi submetido a uma série de violências físicas, além de ser vítima do recrutamento forçado onde fora mandado para a ilha de Fernando de Noronha.

A notícia repercutiu-se rapidamente por todo o Pernambuco e logo tomou proporções maiores chegando a ser noticiada no âmbito nacional. Parte da população pernambucana ao saber das atrocidades cometidas com o jockey foram para as ruas protestar contra tais atos, a quantia de pessoas era tamanha que assustou até mesmo os comerciantes locais (conforme apuramos através das fontes cerca de quatro mil pessoas) que por medo fecharam seus estabelecimentos. Dentre essas manifestações ocorreu diversos conflitos ideológicos que resultaram no assassinato do abolicionista Ricardo Guimarães.

Os estudos sobre o caso do turfista elucidam o preconceito no qual a população negra estava incumbida na sociedade pernambucana na segunda metade do século XIX. Através desses pontos podemos comprovar que mesmo após fim do modo de produção escravista os negros continuaram sendo marginalizados e não tendo condições objetivas de ascender na sociedade de classes (SILVA, CARVALHO, 2010, p.3), Chrispim mesmo estando em um lugar de “prestígio” foi vitimado de tal marginalização, com isso torna-se possível compreender que não há democracia racial nessa sociedade. Essa é travestida por uma face racista sendo de dominação da classe burguesa e através do caso Chrispim podemos chegar a tal entendimento.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do grupo de estudos Stadium (grupo de estudo de História do Esporte e das Práticas Lúdicas). E-mail para contato thiagolindemaier@gmail.com.

² Orientador, Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além de atuar no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História. É coordenador do Stadium – Grupo de Estudos de História do Esporte e das Práticas Lúdicas – e do LOUPPA – Laboratório de Observação dos Usos Públicos do Passado.

À medida que vamos analisando a História do Esporte em si, logo percebemos que está passa por um certo desdém e não conta com muitos prestígios dentre a academia nas áreas de História e da Educação física (RICCI, 2020, p. 2), contudo ao passar dos anos esta área foi tomando forma, já que conta com teorias e métodos qualificados para as construções de pesquisas. Como um dos nossos anseios é compreender o turfe como fator social no pós-abolição, justificaremos aqui os motivos os quais classificamos como primordiais para a elaboração da nossa pesquisa.

Nos últimos 20 anos foram realizadas 45 pesquisas que abordaram as corridas de cavalo no Brasil (RICCI, 2020, p. 6). Salientamos a pesquisas de Mello (2001). O desenvolvimento dos estudos frente ao turfe no Brasil ainda é muito recente e devido a isso há um “mar” a ser explorado, conforme os trabalhos analisados até o presente momento podemos perceber que, as pesquisas que sucedem a História do turfe no Brasil são voltadas mais para os âmbitos da História Social, História Econômica, História Cultural. Em contrapartida não se vê trabalhos que relacionam a História do turfe com o pós-abolição no Brasil, contudo apesar de já se ter trabalhos que retratam os acontecimentos do jockey Chrispim, como por exemplo, “*Setembro de 1889, tramas de uma primavera recifense: os casos Chrispim e Ricardo Guimarães*”, porém nem um deles enfoca a temática que propusemos analisar. Se por um lado os estudos sobre o turfe no Brasil são teoricamente recentes por outro lado os estudo sobre o pós-abolição brasileira possui um vasto material de pesquisa. Conforme percebemos, até o presente momento, os estudos sobre essa perspectiva começaram com Gilberto Freyre, do ponto de partida que essa sociedade possuía um caráter harmonioso entre as raças. Na sequência dessas pesquisas percebemos uma outra vertente historiográfica que refuta essa primeira abordagem e desmitifica o “mito da democracia racial³”, partindo da premissa que o pós-abolição não foi um ambiente que englobou a inclusão de pessoas negras em setores da sociedade, como fica evidente através do fator da imigração. Entretanto essa é uma historiografia que remete a população negra como se não fosse agentes de sua própria história, e assim passa a ser questionada por outro estudo que comprovam que a população negra não era totalmente subalterna, mas, que essa tinha o seu meio de resistência contra os seus ditos dominadores.

Acreditamos que a presente pesquisa será de grande valia para o entendimento de como eram sucedidas as relações entre o turfe e o pós-abolição para com a população negra. Sendo assim, consideramos essa pesquisa como um trabalho original justamente por ligar essas duas especificidades (turfe e o pós abolição). Através deste estudo pode-se conceber um melhor entendimento sobre a discriminação por raça na segunda metade do século XIX no Recife.

A partir das abordagens da integração da população negra na sociedade de classes e da análise das representações da imprensa frente a população negra nos propormos a analisar discriminação racial vivida e sofrida pelo jockey Antônio Chrispim. Com isso, um dos nossos principais embasamento teórico passa pela obra “*A integração do negro na sociedade classes*”, de Florestan Fernandes, além de outros estudos que abordam a questão racial na sociedade no pós-abolição. Apesar dessa vertente historiográfica ter sido superada acreditamos que a mesma é de suma importância para a compreensão do que representa ser negro em uma sociedade escravista no pós-abolição, pois a mesma traz consigo uma importante contribuição acerca da problemática socio racial no Brasil que se dialogadas com obras mais recentes que abarcam questões não levantadas pela Escola Sociológica Paulista podemos chegar a um melhor entendimento sobre essas questões do passado.

A importância teórica de Fernandes é de grande valia, ao analisar o pós-abolição na década de 1960 defende que a segregação racial presente na sociedade brasileira estava

³ Segundo Petrônio Domingues, o mito da democracia racial significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. (DOMINGUES, 2004, p. 276). Texto disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8019/5928>

intrinsecamente conectada com as barbáries da escravidão e o processo de abolição da mesma, com isso, refuta a teoria de democracia racial cunhada por Gilberto Freyre, a qual Fernandes a classifica como mito, pois o negro não estava em condições sociais e culturais que os brancos no pós-abolição (imediatamente ou não). Cabe aqui o destaque de que, mesmo o negro tendo capacidades físicas e intelectuais que o pudesse colocar como concorrente no mercado de trabalho em ascensão, os mesmos seriam e foram evitados como opções devido a não aceitação por parte dos brancos de que os mesmos eram seus iguais, todavia se torna evidente que a discriminação racial fez com que o negro não tivesse condições de competir com a abundante mão de obra imigrante que se introduzia no país, de modo que “na medida em que se viam excluídos de tais formas de ganhar a vida, o negro e o mulato não tinham como participar econômica, social e culturalmente daquela civilização” (FERNANDES, 1978, p.141).

Ainda em “*A integração do negro na sociedade de classes*”, Florestan Fernandes aborda a ausência de políticas de reparação para com o povo negro e políticas públicas de inserção do liberto na sociedade livre. Cabe aqui o destaque que as transformações sociais em curso, devido ao advento da república e principalmente do capitalismo crescente, culminam em um estereótipo do indivíduo e do comportamento social que fora moldado por pessoas abastadas brancas, de modo que, sem nenhum apoio educacional e financeiro.

Apesar das evidentes contribuições teóricas de Florestan Fernandes para a compreensão da realidade negra no Brasil no pós-abolição alguns aspectos de sua pesquisa hoje são refutados e já se encontram superados, destaco aqui a interpretação do autor que afirma que devido ao rompimento com o meio de produção vigente, no qual ele se encontrava como um ser escravizado, fez com que ele perdesse sua identidade e seus objetivos, denominando esta situação como “estado de anomia”, neste sentido, o negro não estava preparado socialmente e psicologicamente para seu novo status de trabalhador livre. Está premissa hoje, como já mencionado, fora superada por muitos historiadores a maioria alicerçados nas teorias de E. P. Thompson e comprometidos com a História Social, por exemplo, trabalhos como o de Wlamyra Albuquerque (2010).

Como nossa proposta visa analisar parte da imprensa pernambucana, do final do século XIX, os periódicos serão nossas fontes de pesquisa históricas, abordaremos nossas fontes de pesquisa através da História Digital e da História da Imprensa. Utilizaremos o site da Biblioteca Nacional, sobretudo a Hemeroteca digital (HDB) que conta com acervo vasto da imprensa brasileira. Essa ferramenta possui uma navegação de busca avançada e muito eficaz (Brasil e Nascimento, 2019), que nos possibilita delimitar o periódico, o período e o local que queremos pesquisar. Por esses três meios será realizada nossa pesquisa. Procuraremos pelos quatro jornais de maior circulação em Pernambuco (*Diário de Pernambuco, Jornal Pequeno e Jornal de Recife*), em 1889. Ao trabalharmos com Imprensa, tomaremos como referência os métodos propostos por Tânia Regina de Luca (2008), que salienta que, ao utilizar a imprensa como fonte histórica deve-se ter algumas precauções em mente como, identificar o grupo responsável pela linha editorial, quem são seus colaboradores, atentar-se a forma que se dá o título e corpo textual da matéria. Sendo assim pesquisamos através da **HDB** analisaremos quais são os discursos desses jornais, seus diretores, seus redatores, quem são seus patrocinadores, qual o público destinado, como se dá a sua publicidade, quais foram seus posicionamentos referente a abolição, bem como, o seu posicionamento político em geral.

Esta pesquisa atenta-se ao uso político e social da imprensa pernambucana através das abordagens do caso Chrispim, bem como o mesmo foi representado pelos periódicos. Em um primeiro momento devemos compreender como os periódicos discorrem sobre os termos preto/a, pardo/a e negro/a, e o que os mesmos representam dentro desta conjuntura. Segundo Mattos e Rios (2004, p. 176), durante a vigência do sistema escravista, possuía-se descrições das cores pessoas em fontes primárias, devido ao estatuto dos escravizados, mas após a abolição as classificações ficaram cada vez mais difíceis. Deste modo, a partir do século XIX, tem-se um

término na classificação na cor da população liberta nos registros históricos disponíveis. Sendo esses termos raciais cunhados por senhores de escravos para designar aqueles que eram subalternos.

Palavras-chave: Turfe; Pós-Abolição; Recife.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da raça emancipada”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, n. 19, p. 91-108, 2010. Disponível em:

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. HISTÓRIA DIGITAL: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de caqdas na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 33, n. 69, p. 196-219, abr. 2020. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942020000100011>>. Acesso em: 10/08/2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Ática, 1978, v. 1.

LUCA, Tania Regina de. *A história dos, nós e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. — O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/?lang=pt>>. Acesso em: 15/09/2021.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora, Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

RICCII, Marcelo Rende. Um Panorama da Historiografia do Turfe no Brasil: possibilidades e perspectivas. **Semina: Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, Passo Fundo**, v. 19, n. 3, p. 165-180, dez. 2020. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/11813/114115486>>. Acesso em: 27/08/2021.

SALVARI, Fábio Maurício. **Setembro de 1889, tramas de uma primavera recifense: os casos Chrispim e Ricardo Guimarães**. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Daniel Antonio Coelho; CARVALHO, Danilo Nunes de. A integração do negro na sociedade de classes: a resistência negra sob perspectiva marxista. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, São Gotardo, n. 1, p. 08-23, jun. 2010.



EDITORIA
SCHREIBEN